ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 118
Brasília - DF, quarta-feira, 22 de junho de 2016

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Congresso Nacional 2
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 4
Ministério da Cultura 10
Ministério da Defesa 11
Ministério da Educação 13
Ministério da Fazenda 18
Ministério da Integração Nacional 26
Ministério da Justiça e Cidadania 26
Ministério da Saúde 30
Ministério das Relações Exteriores 69
Ministério de Minas e Energia 70
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 74
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 75
Ministério do Meio Ambiente 81
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 81
Ministério do Trabalho 89
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 100
Ministério Público da União 101
Tribunal de Contas da União 101
Poder Judiciário 133
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 137

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.299, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e a Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (VETADO).

Art. 2º O art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º-B:

"Art. 26. .....

.....

§ 1º-B. Os aproveitamentos com base em fonte de biomassa cuja potência injetada nos sistemas de transmissão e distribuição seja maior que 30.000 kW (trinta mil quilowatts) e menor ou igual a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) que não atendam aos critérios definidos no § 1º-A, bem como aqueles previstos no inciso VI do caput, terão direito ao percentual de redução sobre as tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição previsto no § 1º, limitando-se a aplicação do desconto a 30.000 kW (trinta mil quilowatts) de potência injetada nos sistemas de transmissão e distribuição.

....." (NR)

Art. 3º O art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. .....

.....

IX - prover recursos para o pagamento dos reembolsos das despesas com aquisição de combustível, incorridas até 30 de abril de 2016 pelas concessionárias titulares das concessões de que trata o art. 4º-A da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, comprovadas, porém não reembolsadas por força das exigências de eficiência econômica e energética de que trata o § 12 do art. 3º da referida Lei, incluindo atualizações monetárias, vedados o repasse às quotas e a utilização dos recursos de que trata o § 1º deste artigo;

X - (VETADO);

XI - prover recursos para as despesas de que trata o art. 4º-A da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009.

.....

§ 1º-A. É a União autorizada a destinar os recursos oriundos do pagamento de bonificação pela outorga de que trata o § 7º do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, à CDE, exclusivamente para cobertura dos usos de que tratam os incisos IX e X do **caput** deste artigo.

§ 1º-B. Os pagamentos de que tratam os incisos IX e X do **caput** são limitados à disponibilidade de recursos de que trata o § 1º-A, destinados a esse fim.

.....

§ 3º-A. O disposto no § 3º aplica-se até 31 de dezembro de 2017.

§ 3º-B. A partir de 1º de janeiro de 2035, o rateio das quotas anuais da CDE deverá ser proporcional ao mercado consumidor de energia elétrica atendido pelos concessionários e pelos permissionários de distribuição e transmissão, expresso em MWh.

§ 3º-C. De 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2034, a proporção inter-regional das quotas anuais da CDE deverá ajustar-se gradual e uniformemente para atingir aquela prevista no § 3º-B.

....." (NR)

Art. 4º A Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

§ 1º No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, de que trata o **caput**, deverão ser incluídos os custos fixos e variáveis relativos:

.....

§ 2º-A. De 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no ACR do SIN excluirá os encargos setoriais.

§ 2º-B. A partir de 1º de janeiro de 2035, a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no ACR do SIN incluirá todos os encargos setoriais.

§ 2º-C. De 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2034, à valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no ACR do SIN será acrescentado, gradativa e anualmente, 1/15 (um quinze avos) dos encargos setoriais.

....." (NR)

"Art. 4º-A. As concessionárias titulares das concessões de distribuição que prestam serviço em Estados da Federação cujas capitais não estavam interligadas ao SIN na data de 9 de dezembro de 2009 terão reconhecidos os custos com a compra de energia, para fins tarifários, e o custo total de geração, para fins de reembolso da CCC, necessários para atender a diferença entre a carga real e o mercado regulatório, sendo que:

I - a carga real a ser utilizada no processo tarifário de 2016 considerará as perdas técnicas e não técnicas efetivas realizadas em 2015;

II - para os anos subsequentes, de 2017 a 2025, a carga real será calculada considerando redutor anual de 10% (dez por cento) da diferença entre as perdas técnicas e não técnicas efetivas realizadas em 2015 e o percentual regulatório estabelecido pela Aneel no processo tarifário do ano de 2015."

Art. 5º A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. .....

.....

§ 2º A partir da decisão do Poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo de até 210 (duzentos e dez) dias, contado da convocação.

....." (NR)

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

AVISO

CIRCULOU EM 21/6/2016 A EDIÇÃO EXTRA Nº 117-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"Art. 21-A. É anuída a recomposição da dívida perante a RGR, pelo valor de compra das distribuidoras adquiridas nos termos do art. 1º da Lei nº 9.619, de 2 de abril de 1998, com a aplicação dos critérios estabelecidos pelo § 5º do art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, em decorrência da operação de que trata a alínea "a" do inciso I do art. 9º da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo único. Eventuais valores da RGR retidos pela Eletrobras e que excedam o valor da recomposição anuída nos termos do **caput** deverão ser devolvidos pela Eletrobras à RGR até o ano de 2026, aplicados os critérios estabelecidos pelo § 5º do art. 4º da Lei nº 5.655 de 20 de maio de 1971."

"Art. 21-B. Será depositado no fundo da RGR o montante obtido com a alienação das ações adquiridas pela Eletrobras nos termos do art. 1º da Lei nº 9.619, de 2 de abril de 1998, cujo valor de aquisição fez parte da operação prevista na alínea "a" do inciso I do art. 9º da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, e cuja recomposição foi anuída pelo art. 21-A desta Lei, limitado o valor da devolução ao montante da RGR utilizado para a aquisição das ações, na forma do art. 3º da Lei nº 9.619, de 2 de abril de 1998, atualizado conforme § 5º do art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971.

§ 1º A alienação das ações adquiridas pela Eletrobras com recursos da RGR, após a transação autorizada pelo art. 9º da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, deverá obedecer ao art. 3º da Lei nº 9.619, de 2 de abril de 1998.

§ 2º Depositados os recursos obtidos com a alienação da participação acionária a que se refere o caput, considerar-se-ão quitados, perante a RGR, os débitos contraídos pela Eletrobras para a referida aquisição."

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Vice-Presidente da República no Exercício do Cargo de Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

ALEXANDRE RETAMAL BARBOSA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

"Art. 21-C. (VETADO)."

Art. 6º O art. 10 da Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. .....

.....

§ 6º .....

I - o preço de referência do leilão será o preço médio dos contratos aditivados em 1º de julho de 2015, nos termos do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que o substitua, do mês de dezembro de 2015 até o mês de realização do leilão;

.....

IV - .....

.....

b) as unidades consumidoras tenham fator de carga de no mínimo 0,8 (oito décimos), apurado no período de que trata o inciso III deste parágrafo;

.....

VI - a concessionária poderá estabelecer no edital desconto de até 15% (quinze por cento), a ser aplicado ao preço resultante do leilão exclusivamente até 26 de fevereiro de 2020;

VII - a adjudicação do resultado dos leilões poderá estar condicionada à contratação de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos montantes de energia disponibilizados em cada certame.

.....

§ 12-A. No caso de rescisão ou de redução dos contratos de que trata o § 12, a multa rescisória estará limitada a 30% (trinta por cento) do valor da energia remanescente ou a 10% (dez por cento) do valor da energia contratada total, o que for menor, aplicado à proporção da energia a ser descontratada.

§ 12-B. Não será aplicada a multa prevista no § 12-A se a rescisão ou a redução dos contratos de que trata o § 12 for notificada pelo comprador nos seguintes prazos:

I - com antecedência de no mínimo 18 (dezoito) meses, no caso de rescisão;

II - com antecedência de no mínimo 6 (seis) meses do início do ano civil subsequente, no caso de redução.

....." (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 21 de junho de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Fernando Coelho Filho
Dyogo Henrique de Oliveira
Fábio Medina Osório

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2016

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 723**, de 29 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 2 de maio do mesmo ano, que "Prorroga o prazo de dispensa de que trata o caput do art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 21 de junho de 2016

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.788, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Altera o Decreto nº 4.584, de 5 de fevereiro de 2003, que institui o Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 4.584, de 5 de fevereiro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Compete à Apex-Brasil a execução de políticas de promoção de exportações em cooperação com o Poder Público, inclusive ações para promoção de investimentos.

§ 1º As ações de que tratam o **caput** observarão as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial, tecnológica, de agricultura e de serviços.

§ 2º Na promoção das ações de que trata este artigo, a Apex-Brasil deverá dar atenção especial às ações estratégicas que promovam a inserção competitiva das empresas brasileiras nas cadeias globais de valor, a atração de investimentos e a geração de empregos e apoiar as empresas de pequeno porte.

§ 3º Nos termos do contrato de gestão previsto neste Decreto, a Apex-Brasil apoiará os órgãos do Poder Executivo com representação no seu Conselho Deliberativo e na Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, mediante a elaboração de estudos econômicos, jurídicos e técnicos e a prestação de serviços para promover o comércio exterior, os investimentos e a competitividade internacional do País e para subsidiar negociações comerciais de interesse da República Federativa do Brasil.

§ 4º A Apex-Brasil contará com grupo técnico, sem custos adicionais de pessoal, para coordenar, com os setores público e privado, a facilitação e a divulgação de mecanismos de financiamento e garantia para promover o comércio exterior.

§ 5º A Apex-Brasil apoiará as atividades de ombudsman de investimentos diretos da Secretaria-Executiva da CAMEX, em particular no que se refere à assistência e à orientação aos investidores, à divulgação de oportunidades de investimento e à prestação de informações acerca de políticas de investimento, além da proposição de medidas que visem a facilitar os investimentos diretos, com base em sua atuação junto a empresas e investidores." (NR)

"Art. 4º .....

.....

§ 1º O Conselho Deliberativo será composto pelo Ministério das Relações Exteriores, cujo titular o presidirá, e por um representante titular e um suplente de cada um dos órgãos e entidades a seguir relacionados:

I - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

II - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

III - Secretaria-Executiva do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI;

IV - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

V - Confederação Nacional da Indústria - CNI;

VI - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

VII - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae; e

VIII - Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB.

.....

§ 4º A Secretaria-Executiva da CAMEX será convidada para as reuniões do Conselho Deliberativo e poderá se manifestar sem direito a voto.

§ 5º Os membros do Conselho Deliberativo terão mandato de dois anos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 6º O Ministro de Estado das Relações Exteriores indicará suplente, que o substituirá na Presidência do Conselho Deliberativo nas suas ausências e impedimentos." (NR)

"Art. 5º .....
.....

§ 1º O Conselho Fiscal será composto por um representante titular e um suplente de cada um dos órgãos e entidades a seguir relacionados, os quais terão mandato de dois anos:

I - Ministério das Relações Exteriores;

II - Ministérios integrantes da CAMEX; e

III - Sebrae.

....." (NR)

"Art. 7º Compete ao Ministro de Estado das Relações Exteriores supervisionar a gestão da Apex-Brasil.

§ 1º O Ministério das Relações Exteriores, em conjunto com a Apex-Brasil, definirá os termos do contrato de gestão, observado o disposto na Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003.

§ 2º O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Casa Civil da Presidência da República analisarão previamente o contrato de gestão, sendo o pronunciamento favorável desses órgãos pré-requisito para a sua assinatura.

§ 3º O contrato de gestão será publicado no Diário Oficial da União pelo Ministério das Relações Exteriores, por ocasião de sua celebração, revisão ou renovação, no prazo de quinze dias, contado da data de sua assinatura.

§ 4º O Ministro de Estado das Relações Exteriores designará a unidade administrativa, entre as já existentes na estrutura do Ministério, a qual caberá o acompanhamento do contrato de gestão.

.....

§ 6º O contrato de gestão terá a duração mínima de dois anos e poderá ser modificado na forma estabelecida pelo inciso VII do **caput** do art. 9º da Lei nº 10.668, de 2003, e ser renovado, desde que submetido à análise e à aprovação referida no § 2º.

§ 7º A Diretoria-Executiva submeterá anualmente para análise e deliberação do Ministério das Relações Exteriores o orçamento-programa da Apex-Brasil para execução das atividades previstas no contrato de gestão, observado o disposto no inciso IV do **caput** do art. 4º.

§ 8º Por ocasião do termo final do contrato de gestão, o Ministério das Relações Exteriores deverá proceder à avaliação conclusiva sobre os resultados alcançados." (NR)

"Art. 8º A Apex-Brasil apresentará, anualmente, ao Ministério das Relações Exteriores, até 31 de janeiro de cada exercício, relatório circunstanciado sobre a execução do contrato de gestão no exercício anterior, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

.....

Parágrafo único. Até 31 de março de cada exercício, o Ministério das Relações Exteriores analisará o relatório de que trata este artigo e emitirá parecer sobre o cumprimento do contrato de gestão pela Apex-Brasil." (NR)

Art. 2º A Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil e o Ministério das Relações Exteriores adaptarão o contrato de gestão vigente no prazo de três meses da entrada em vigor deste Decreto, respeitado o disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 4.584, de 5 de fevereiro de 2003.

Parágrafo único. Nos termos do parágrafo único, inciso VII, do art. 7º da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, o Ministério das Relações Exteriores e a Apex-Brasil serão as partes do contrato de gestão de que trata o **caput**.

Art. 3º O Estatuto da Apex-Brasil será revisado, no que couber, no prazo de três meses da data de entrada em vigor deste Decreto.

Art. 4º Fica revogado o § 2º do art. 4º do Decreto nº 4.584, de 5 de fevereiro de 2003.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de junho de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
José Serra

Presidência da República

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 342, de 21 de junho de 2016. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 6.043.585,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 343, de 21 de junho de 2016. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios do Esporte e do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 73.500.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 344, de 21 de junho de 2016.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2016 (MP nº 706, de 2015), que "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e a Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015; e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério de Minas e Energia manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 1º

"Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 13:

'Art. 4º .....
.....

§ 13. O empreendimento de geração de energia elétrica que for objeto de autorização terá prazo de outorga de até 30 (trinta) anos, prorrogável por igual período, desde que atenda aos critérios técnicos e econômicos definidos pelo Poder concedente.' (NR)"

Razões do veto

"O dispositivo incluído na norma busca firmar, em lei, o prazo de até 30 anos para autorização de outorga de empreendimento de geração de energia elétrica. A questão é tratada atualmente por regulação - norma infralegal - sendo atualmente de 35 anos o prazo para as outorgas. O texto proposto reduziria o direito dos agentes envolvidos, podendo impactar a viabilidade de novos projetos. O tratamento da matéria por intermédio de regulação aufere maior flexibilidade e aderência às políticas públicas e de regulação setoriais."

Art. 21-C da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, acrescentado pelo art. 5º do projeto de lei de conversão

"'Art. 21-C. Nas operações de financiamento previstas no § 4º do art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, a Eletrobras poderá cobrar os acréscimos destinados à cobertura de seus gastos operacionais e gerenciais de administração dos contratos de financiamento, devendo retornar à RGR todos os acréscimos usualmente aplicados em mercado que assegurem o cumprimento das cláusulas contratuais celebradas com recursos da RGR.'"

Razões do veto

"O objetivo do dispositivo, de permitir à Eletrobras cobrar acréscimos aplicados em mercado dos valores emprestados e devolver à Reserva Global de Reversão (RGR) a correção prevista na Lei nº 5.655/1971, como forma de se ressarcir do risco de crédito incorrido, não seria alcançado na forma como se deu a redação do mesmo, pois a empresa teria que retornar à RGR todos os acréscimos usualmente aplicados em mercado que assegurem o cumprimento das cláusulas contratuais celebradas com recursos da RGR."

Os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Inciso X do art. 13, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, acrescentado pelo art. 3º do projeto de lei de conversão

"X - prover recursos para o pagamento de dívidas constituídas até 31 de dezembro de 2015, referentes ao combustível adquirido para o atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos sistemas isolados pelas concessionárias de que trata o art. 4º-A da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que não contam com cobertura da CDE até essa data, vedados o repasse às quotas e a utilização dos recursos de que trata o § 1º deste artigo;"

Razões do veto

"O dispositivo representa aumento de vinculações de receitas orçamentárias, majoração de subvenções e elevação de riscos à estabilidade do setor elétrico, podendo ocasionar um impacto fiscal relevante à União. Assim, em que pese o mérito da proposta, justifica-se o veto por contrariedade ao interesse público."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 55, DE 15 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO , no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.005746/2016-55, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório Analytical Technology Serviços Analíticos e Ambientais Ltda CNPJ nº 05.128.545/0005-25, localizado na Avenida Senador Vergueiro, nº 4303, Bairro Rudge Ramos CEP: 09605-000, São Bernardo do Campo/SP, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 56, DE 15 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROP ECUÁRIA DO MIN ISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.024748/2016-43, resolve:

Art. 1º Suspender, a pedido, o credenciamento do Laboratório Vetcenter, nome empresarial S. Y.

Shinike Wachholz - ME, CNPJ nº 09.625.804/0001-50, situado na Av. Brasil, nº 312, caixa Postal

11, Bairro: Centro CEP: 78.530-000, Peixoto de Azevedo/MT, credenciado para realizar ensaios em

amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 124, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso XXII, artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Artigo 1º - Habilitar a médica veterinária Julliana Tizzo França, inscrita no CRMV-GO nº 6999, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS Para o município de Morrinhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS
Interino

PORTARIA Nº 125, DE 7 DE JUNHO DE 2016

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso XXII, artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, Processo 21020.001992/2016-08, resolve:

Art. 1º Incluir o município de Goiatuba e excluir os municípios de Paraúna, Jandaia, Indiara, Varjão, Cezarina, Palmeiras de Goiás, São João da Paraúna, Firminópolis, Palminópolis da Portaria nº 231 de 11 de dezembro de 2014, que habilita o médico veterinário Tailisom Bento Silva, inscrito no CRMV-GO nº6666, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS
Interino

PORTARIA Nº 135, DE 13 DE JUNHO DE 2016

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso XXII, artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Habilitar o médico veterinário Leonildo Turra Neto inscrito no CRMV-GO nº 7313, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS para os municípios de Rio Verde, Santo Antônio da Barra, Jataí.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS
Interino

PORTARIA Nº 136, DE 13 DE JUNHO DE 2016

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso XXII, artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Habilitar a médica veterinária Carine Ferreira Mesquita, inscrita no CRMV-GO nº 7328, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS para o município de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS
Interino

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 175, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21052.006680/2013-62, resolve:

Art. 1° Incluir, no credenciamento número BR SP 504 da empresa João Tiago Gomes Baptista ME, CNPJ 11.624.188/0001-65, localizada na Rua Sete de Setembro, 972, Centro, Monte Alto-SP, as seguintes modalidades de tratamento: Fumigação em Câmara de Lona, Fumigação em Contêiner e Fumigação em Silos Herméticos com Fosfina.

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria manterá a mesma data de validade do credenciamento anterior, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO BUFF BLUMER BASTOS
Substituto

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.098/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 191ª Reunião Ordinária, ocorrida em 7 de abril de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005326/1996-28

Requerente: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - ESALQ/USP

CQB: 022/97

Endereço: Departamento de Ciências Biológicas - Avenida Pádua Dias, 11 - Piracicaba/SP

Assunto: Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Extrato Prévio: 4916/2016, publicada no D.O.U. nº 247 em 28/12/15

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO. A ESALQ solicitou à CTNBio incluir no CQB 022/97 o Laboratório de Anatomia Vegetal, lotado no Departamento de Ciências Biológicas da instituição, onde serão realizadas atividades de pesquisa em regime de contenção, com plantas e microrganismos geneticamente modificados da classe de risco 1. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que os OGMs e derivados devem ser utilizados na unidade operativa apenas para os fins propostos. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana e animal. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.899, de 04/02/2013, resolve:

Incluir, na RN-019/2015, item "2" relativo a Novação de obrigações do ex-beneficiário de bolsa no exterior.

Esta Resolução Normativa entra em vigência a partir da data da sua publicação, ficando revogada a RN-006/2016.

Disponível no endereço: http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2779265

HERNAN CHAIMOVICH

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TÉCNOLÓGICO E INOVAÇÃO
CÂMARA TÉCNICA DE POLÍTICAS DE INCENTIVO Á INOVAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE JUNHO DE 2016

A Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do Art. 13 do Decreto nº 4.195, de 11.04.2002, e pelo parágrafo primeiro do Art. 1º da Portaria MCTI nº 208 de 19.02.2014, resolve:

Art. 1º Tornar público que será limitada em até 10% a.a. (dez por cento ao ano) a parcela a ser equalizada dos encargos das operações de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, nos termos do Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002, e da Portaria nº 208, de 19 de fevereiro de 2014, para os financiamentos contemplados com o referido benefício e aprovados no ano corrente, assim como para os que, aprovados sob a égide de Resoluções anteriores, venham a ser contratados até 31/12/2016.

Parágrafo único - Caso a equalização ultrapasse o limite de 10% a.a., em função da variação da TJLP, a FINEP encaminhará a Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação proposta de estabelecimento de novo limite de equalização fundamentada em levantamento dos contratos realizados, com vistas à compensação de eventuais perdas ocorridas e adequará sua Política Operacional às novas condições.

Art. 2º Para fins de obtenção do benefício referido no artigo 1º desta Resolução, e sem prejuízo do contido na sua parte final, os projetos deverão fazer jus ao enquadramento em uma das linhas descritas a seguir:

I - Linha 1 - Inovação Pioneira - Nessa linha se enquadram planos estratégicos de inovação que apresentam elevado grau de inovação e de relevância para o setor econômico beneficiado. As propostas devem resultar em inovações por meio do desenvolvimento de produtos, processos ou serviços inéditos para o Brasil.

II - Linha 2 - Inovação para Competitividade - Nessa linha se enquadram planos estratégicos de inovação centrados no desenvolvimento ou significativo aprimoramento de produtos, processos ou serviços, que tenham também potencial de impactar o posicionamento competitivo da empresa no mercado.

III - Linha 3 - Inovação para Desempenho - Nessa linha se enquadram planos estratégicos de inovação que resultam em inovações de produtos, processos ou serviços no âmbito da empresa. Esses planos se qualificam como uma iniciativa da organização de adotar uma estratégia de inovação, ainda que possam ter impacto limitado no setor econômico no qual estão inseridos. Podem ser centrados em atualização tecnológica, por meio da absorção ou aquisição de tecnologia, sendo capazes de impactar na produtividade da empresa, sua estrutura de custos ou no desempenho de seus produtos e serviços.

IV - Linha 4 - Inovação Crítica - Esta linha se aplicará a propostas demandadas pelo governo que expressem a necessidade de desenvolvimento tecnológico para atendimento a prioridades nacionais de interesse estratégico. Nessa linha se enquadram planos estratégicos de inovação que resultam no desenvolvimento de inovações críticas. Inovações críticas são aquelas que visam atender às necessidades de autonomia tecnológica, econômicas e sociais futuras do país, têm longo prazo de maturação, demandam grande esforço de pesquisa e desenvolvimento pelas empresas e preferencialmente mobilizam universidades e institutos de pesquisa.

V - Linha 5 - Pré-Investimento - Nessa linha se enquadram projetos de pré-investimento, que incluem estudos de viabilidade técnica e econômica, estudos geológicos, além de projeto básico, de detalhamento e executivo.

Art. 3º A concessão do benefício referido no artigo 1º, nas operações diretas de financiamento aprovadas pela FINEP no terceiro trimestre de 2016, considerará o custo da fonte de recursos de TJLP e a remuneração da FINEP de 5% a.a. e seguirá os seguintes critérios:

I - Para os projetos aderentes à Linha 1, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja igual a TJLP+1,5% a.a.;

II - Para os projetos aderentes à Linha 2, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja igual a TJLP+3,0% a.a.;

III - Para os projetos aderentes à Linha 3, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja igual a TJLP+4,0% a.a.;

IV - Para os projetos aderentes à Linha 4, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja igual a TJLP;

V - Para os projetos aderentes à Linha 5, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja igual a TJLP+5,0% a.a.;

PARÁGRAFO ÚNICO - Para Projetos da área de Tecnologia de Informações e Comunicações, financiados com recursos do FUNTTEL, cujo custo da fonte de recursos é TR e a remuneração da FINEP é 5% a.a., aderentes à pelo menos uma das linhas dispostas no Art. 2º, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do financiamento seja igual a TR+5,0% a.a..

Art. 4º A concessão do benefício referido no art. 1º, nas operações descentralizadas de financiamento aprovadas pela FINEP através dos seus Agentes Financeiros do Programa INOVACRED no terceiro trimestre de 2016, seguirá os seguintes critérios:

I - Para os projetos desenvolvidos por micro e pequenas empresas, a equalização será a diferença entre o custo total da operação, considerando o custo da Fonte de recursos (TJLP); 3% referente à remuneração do Agente Financeiro e 2% referente à remuneração da FINEP, e a taxa final cobrada à empresa, de TJLP a.a..

II - Para as médias empresas, a equalização será a diferença entre o custo total da operação, considerando o custo da Fonte de recursos (TJLP); 3% referente à remuneração do Agente Financeiro e 2% referente à remuneração da FINEP, e a taxa final cobrada à empresa, de TJLP+1,0% a.a..

III - Para a Linha INOVACRED EXPRESSO, a equalização será a diferença entre o custo total da operação, considerando o custo da Fonte de recursos (TJLP); 3% referente à remuneração do Agente Financeiro e 2% referente à remuneração da FINEP, e a taxa final cobrada à empresa de TJLP+3,0% a.a..

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WANDERLEY DE SOUZA
Presidente da Câmara

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 232, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Processo nº 53500.208342/2015-96

Recorrente/Interessado: GRUPO OI. Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 49, de 20 de junho de 2016

EMENTA: SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. CONCESSIONÁRIAS DO STFC. GRUPO OI. ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO ESPECIAL. CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. MEDIDAS EXCEPCIONAIS, INCLUSIVE DE CARÁTER CAUTELAR. ACOMPANHAMENTO PELO CONSELHO DIRETOR. 1. Acompanhamento Especial das Concessionárias do GRUPO OI. 2. Conveniência e oportunidade de adoção das medidas excepcionais sugeridas pela SCO. 3. Conveniência e oportunidade de adoção de medidas adicionais, nos termos da Conclusão da Análise nº 56/2016/SEI/IF.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 56/2016/SEI/IF (SEI nº 0587532), integrante deste acórdão, com fundamento no Informe nº 5/2016/SEI/COGE8/COGE/SCO (SEI nº 0587165): a) determinar a proibição de alienação e oneração de qualquer bem integrante do patrimônio das concessionárias, bem como de suas controladoras, controladas e coligadas, sem a prévia anuência da Anatel; b) em caso de descumprimento da determinação anterior, a Empresa deverá ser multada em valor duas vezes superior ao do bem alienado ou onerado e, caso haja risco à prestação do serviço, o bem deverá ser reposto por outro com funcionalidades equivalentes; c) determinar a realização de trabalho de fiscalização abrangente, com o objetivo de indicar o rol de bens e direitos indispensáveis à prestação do STFC. O trabalho deve contemplar não apenas os bens próprios do Grupo (concessionárias e suas controladoras, controladas e coligadas), mas também os bens, serviços e sistemas de terceiros que vêm sendo empregados, além do estoque de partes e peças de reposição e expansão; e, d) determinar a instauração imediata de procedimento administrativo objetivando a verificação de eventuais alterações do cenário atual que justifiquem a adoção de medidas diversas das que ora se propõe, avaliando-se, inclusive, os aspectos relacionados à permanência de condições objetivas e subjetivas necessárias à manutenção das outorgas detidas pelas concessionárias do GRUPO OI nas condições contratualmente firmadas com o poder concedente.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior. O Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Junior acompanhou o Relator, com as considerações constantes do Voto nº 6/2016/SEI/OR (SEI nº 0587571). Ausente o Conselheiro Rodrigo Zerbone Loureiro, por motivo de férias.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

DESPACHOS DO GERENTE
Em 3 de julho de 2016

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, determina o arquivamento, sem aplicação de sanção, do processo nº 53569.000919/2015, interessado TELEVISÃO LIBERAL LTDA, executante de Retransmissão de TV no Município de Santana do Araguaia, no Estado do Pará.

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, aplica, em razão de trânsito em julgado processual, sanção às entidades listadas adiante nos respectivos processos em que figuram, pela infração aos dispositivos normativos relacionados a seguir:

Processo	Nome	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho nº	Data da Decisão
53569000909/2012	Kadosh Music Comercio de Instrumentos Musicais Ltda - EPP	Comercialização de Produtos não Homologados	Art.55, IV, "b", c/c art.4° da Res. 242/00.	Belém/PA	Multa no Valor de R$2.760,00	1.719	16//03/2015
53569003011/2011	Vilmar Schmitt	Serviço de Rádio do cidadão.	Art.4° c/c art. 55, V, "b" da Res.n°242/00 e art. 162, §2° da Lei 9.472/97.	São Domingos do Araguaia/PA	Multa no Valor de R$200,00	1.639	12/03/2015
53569001632/2011	Associação de Radio difusão Comunitária Rádio Consciência Rural do Marajó-FM de São Sebastião da Boa Vista - PA - ARCCRRURALDO	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art.26, §8, III, c/c art. 53 da Res.259/01	São Sebastião da Boa Vista/PA	Multa no Valor de R$855,00	1.628	12/03/2015
53569000334/2014	RBN - Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda	Radio Difusão Sonora em FM	Item 5.2.1.1 da Res.67/98.	Breves/PA	Multa no Valor de R$815,85	1.644	12/03/2015
53569002149/2012	Marcio Teixeira Uchoa Albuquerque	Serviço de Comunicação Multimídia	Art.131 da Lei 9.472/97, art.10 do RSCM e art. 52 do RST.	Tucuruí/PA	Multa no Valor de R$2.405,47	1.712	16/03/2015
53569000331/2014	RBN - Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda.	Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Transmissão de Programas	Art.131 e 163 da Lei 9.472/97.	Breves/PA	Multa no Valor de R$877,09	1.749	17/03/2015
53569000779/2013	Transportes Bertolini Ltda	Serviço de Móvel Marítimo	Art.4º c/c, 55,V, "b', ambos da Res nº 242/00. Art. 173, II, da lei nº 9.472/97.	Belém/PA	Multa no Valor de R$ 250,00	1.733	17/03/2015
53575000337/2012	Compuservice Empreendimentos Ltda	Comercialização de Produtos não Homologados	Art.55, IV, "c", c/c art.4° da Res. 242/00.	Macapá/AP	Multa no Valor de R$11.286,00	1.743	17/03/2015
53569003138/2013	Fundação Nazaré de Comunicação	Serviço de Retransmissão de TV	Item 9.3.1 c/c o item 12.5 do RTTV	Belém/PA	Advertência	1.825	20/03/2015
53569000510/2013	Sistema Romulo Maiorana de Radiodifusão Ltda	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Item 6.4.1 da Res. 67/98 e arts.18 e 65 da Res.303/02.	Belém/PA	Advertência e Multa no Valor de R$4.400,00	1.820	20/03/2015
53569000374/2013	RTP - Rede de Televisão Paraense Ltda	Serviço de Retransmissão de TV	Item 7.3 do RTTV E ART. 18 da Res.303/02.	Castanhal/PA	Advertência e Multa no Valor de R$3.562,50	1.819	20/03/2015
53569003118/2012	Local Int Acesso a Internet EIRELI - EPP	Serviço de comunicação Multimídia	Art. 4° c/c art. 55, I, "a" da Res.242/00.	Paragominas/PA	Multa no Valor de R$1.051,38	1.890	23/03/2015
53569000377/2013	Ouro Verde Comunicações LTDA	Serviço de Retransmissão de TV.	Item 9.1.2 c/c 9.3.5 ambos da Res. 284/01.	Paragominas/PA	Advertência	1.913	23/03/2015
53000028001/2010	Rádio Comunitária Santana de Óbidos	Serviço de Rádio Difusão Comunitária	Art. 163 da Lei 9.472/97.	Óbidos/PA	Multa no Valor de R$1.196,04	1.966	24/03/2015
53569000771/2013	Servisat Radiodifusão Ltda	Serviço de Retransmissão de TV	Itens 7.3, 9.1.1, 9.3.5 e 9.3.1 c/c 12.5 da Res. 284/01.	Abaetetuba/PA	Advertência	3.302	08/04/2015
53000.030864/2010	Rádio Oriente de Redenção LTDA.	Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média.	Art.5° do anexo a Res.571/11; itens 6.1.2 e 6.1.3 da Res.116/99.	Redenção/PA	Advertência	2.705	17/04/2015
53569002032/2011	Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tucumã.	Serviço de Retransmissão de Televisão.	Itens 9.1.1, 9.3.5 e 9.3.1 c/c 12.5 anexo a Res.n°284/01.	Tucumã/PA	Advertência	2.882	27/04/2015
53569000375/2013	Televisão Liberal Ltda	Serviço de Retransmissão de Televisão	Item 7.3 e 9.3.1 c/c 12.5 da Res. 284/01	Paragominas/PA	Advertência	3.143	30/04/2015
53569003956/2011	Prefeitura Municipal de Marabá.	Serviço Limitado Privado.	Itens 9.4, 9.8 e 10.1 da Norma n°13/97. Art.18 da Res.303/02.	Marabá/PA.	Multa no Valor de R$2.707,11.	3.276	07/05/2015
53000.025952/2010	Associação Rádio Comunitária de Altamira.	Serviço de Radiodifusão Comunitária.	Itens 14.2 c/c item 17.2 da Norma 01/04 do RADCOM. Art.40, XXV do Decreto n°2.615/98 c/c Item 7.2 da Norma 01/04	Altamira/PA	Multa no Valor de R$712,50.	3.344	11/05/2015
53569000147/2013	Modelo FM Ltda	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Itens 5.2.1.1 e 6.4.1 do RTFM. Art. 18 da Res nº 303/02.	Castanhal/PA	Advertência e Multa no valor de R$4.400,00	3.399	12/05/2015
53569001852/2011	Sistema TV Paulista Ltda	Serviço de Retransmissão de TV	Item 7.3.1 da Res.284/01 c/c art. 53 da Res.259/01 e art. 18 da Res.303/02.	Belém/PA	Advertência e Multa no Valor de R$4.987,50	3.956	27/05/2015
53569001898/2011	VL Radiodifusão S/C LTDA.	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM.	Item 3.2.7 do RTFM anexo a Res.n°67/98.	Itaituba/PA	Multa no Valor de R$3.711,75	4.188	01/06/2015
53569001673/2013	SM Comunicações Ltda	Serviço de Retransmissão de TV	Item 7.3 da Res. 284/01 e art. 18 da res. 303/02.	Belém/PA	Advertência e Multa no Valor de R$3.562,50	5.302	02/07/2015
53575000064/2015	Pedro Quintela Baia	Serviço de Radioamador	Art.131 c/c art 163 da Lei 9.472/97.	Macapá/AP	Multa no Valor de R$440,00	4.263	03/06/2015
53000027119/2010	Rádio Cidade Morena FM Ltda	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Item 3.2.7 da Res.67/98.	Belém/PA	Multa no Valor de R$ 4.646,00	4.373	09/06/2015
53575000333/2012	Salomão Dantas Soares	Serviço de Comunicação Multimídia	Art.131 da Lei 9.472/97, art.10 da Res.272/01 c/ caput do art.52 da Res.73/98.	Santana/AP	Multa no Valor de R$2.672,75	4.378	09/06/2015
53569001055/2013	Rádio Cabano Ltda	Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média	Itens 4.1.4, 5.4.1, 6.1.3 e 6.1.5 da Res. 116/99 e art. 18 da Res nº 303/02.	Maracanã/PA	Advertência e Multa no Valor de R$5.250,00	4.425	10/06/2015
53575000340/2012	E. W. Serviços e Tecnologia Ltda	Serviço de Comunicação Multimídia	Art.131 da Lei 9.472/97, art.10 do RSCM e art.52 do RST.	Macapá/AP	Multa no Valor de R$5.345,49	4.417	10/06/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

53569003791/2012	Lider Supermercados e Magazine S.A	Serviço Limitado Privado	Item 9.4 e item 10.1 c/c 9.8 da Norma MC13/97.	Belém/PA	Multa no Valor de R$1.046,83	4.695	18/06/2015
53569000548/2015	Televisão Liberal Ltda	Serviço de Retransmissão de TV.	Art.163 da Lei n°9.472/97.	Irituia/PA	Multa no Valor de R$4.241,95	4.787	22/06/2015
53569000546/2015	W. A. C. Rabelo e Cia Ltda	Serviço auxiliar de Radiodifusão	Arts. 131 e 163 da Lei 9.472/97.	Irituia/PA	Multa no Valor de R$797,36	4.790	22/06/2015
53575000338/2012	Pronto Net	Serviço de Comunicação Multimídia	Arts. 27 e 28 da Resolução 272/01	Macapá/AP	Multa no Valor de R$640,00.	5.162	30/06/2015

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, aplica, em razão de trânsito em julgado processual, sanção às entidades listadas adiante nos respectivos processos em que figuram, pela infração aos dispositivos normativos relacionados a seguir:

Processo	Nome	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho nº	Data da Decisão
53569000961/2011	Rádio Liberal Ltda	Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média	Item 8.4.10.1, "b" da Res.116/99 c/c art.53 da Res.259/01. Item 8.4.10.1, "g" do ROMOT c/c arts. 26 e 53 Res. 259/01.	Belém/PA	Advertência	5.313	02/07/2015
53569000986/2015	Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA	Serviço de Retransmissão de TV	Art.3°, I, c/c art.5° da Res.571/11 e item 7.3 da Res.284/01 RTTV.	Floresta do Araguaia/PA	Advertência	5.440	07/07/2015
53569000535/2015	Jofre dos Santos Cavalcante	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Art.17 da Res.259/01 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	Acará/PA	Multa no Valor de R$2.392,08	5.488	08/07/2015
53569001017/2015	Sandro Deiw Souza Monteiro Junior	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM.	Art.17 da Res.259/01 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	Belém/PA	Multa no Valor de R$2.392,08	5.660	13/07/2015
53569001018/2015	Sandro Deiw Souza Monteiro Junior	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Art.4° c/c art.55, V, "b", da Res.242/00 e art.162, §2°, da Lei 9.472/97.	Belém/PA	Multa no Valor de R$200,00	5.655	13/07/2015
53569000588/2015	Maike dos Santos Ferreira	Rádio do Cidadão	Art.53 da Res.73/98 c/c art.131 da LGT e art.17 da Res.259/01 c/c art.163 da Lei 9.472	Castanhal/PA	Multa no Valor de R$440,00	6.216	28/07/2015
53569000483/2015	Daniel Santos Barbalho	Serviço de Rádio do Cidadão	Art.53 da Res.73/98 c/c art.131 da LGT e art.17 da Res.259/01 c/c art.163 da Lei 9.472	Mãe do Rio/PA	Multa no Valor de R$440,00	6.252	29/07/2015
53569001156/2015	Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Item 3.2.3 da Res.67/98.	Belém/PA	Advertência	6.421	04/08/2015
53569000543/2015	W. A. C. Rabelo & Cia Ltda	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Itens 5.2.1.1 e 6.4.1 da Res.67/98.	Irituia/PA	Advertência	6.420	04/08/2015
53569001142/2015	Carajás FM Ltda	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Item 5.2.1.1 da Resolução 67/98.	Belém/PA	Advertência	7.277	27/08/2015
53569001295/2015	Emissora Rádio Marajoara Ltda	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Itens 5.2.1.1 e 3.2.3 da Res. 67/98. Art. 18 e 65 da Res.303/02.	Belém/PA	Advertência e Multa no Valor de R$4.600,00	7.376	28/08/2015
53569001467/2015	Rádio Guajará Ltda	Serviço de Retransmissão de TV	Itens 7.3, 9.1.1 c/c 9.3.5, 9.3.1 c/c 12.5 do RTTV e art.18 do Res 303/02.	Salinópolis/PA	Advertência e Multa no Valor de R$3.206,25	7.375	28/08/2015
53569001802/2015	Fundação Barcarena de Comunicação e Assistência Social	Serviço de Radiodifusão sonora em FM	Itens 5.2.1.1, 6.4.1 e 7.1.4 da Res.67/98.	Barcarena/PA	Advertência	8.418	23/09/2015
53569001992/2014	Roberto Ferreira dos Santos	Serviço de Comunicação Multimídia	Art.131 da Lei 9.472/97, art.10 do RSCM e art.52 do RST.	Belém/PA	Multa no Valor de R$2.405,47	8.872	05/10/2015
53569000542/2015	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Mãe do Rio	Serviço de Radiodifusão Comunitária	item18.2 da Norma 01/11 c/c XXII do art.40 do RSRadCom e item 19.3.2, "b" da Norma01/11.	Mãe do Rio/PA	Multa no Valor de R$1.007,48	5.259	01/07/2015
53569000866/2015	Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA	Serviço de Retransmissão de TV	Art.3°, I, c/c art.5° da Res.571/11 e item 7.3do RTTV.	São Felix do Xingu/PA	Advertência	5.438	07/07/2015
53569000872/2015	Neli Teresinha Lewandowski	Radiodifusão Sonora em FM	Art.17 da Res.259/01 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	Floresta do Araguaia/PA	Multa no Valor de R$2.152,87	5.534	09/07/2015
53569000456/2015	Denis Mendes Pinto	Serviço de Rádio do Cidadão	Art.53 da Res.73/98 c/c art.131 da LGT e art. 17 da Res.259/01 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	Mãe do Rio/PA	Multa no Valor de R$440,00	6.214	28/07/2015
53569000591/2015	Antônio Edielson Pires de Lima	Serviço de Rádio do Cidadão	Art.53 da Res.73/98 c/c art.131 da LGT e art. 17 da Res.259/01 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	Santa Maria do Pará/PA	Multa no Valor de R$440,00	6.921	19/08/2015
53569001761/2015	Radio Floresta Ltda	Serviço de Retransmissão de TV	Item 9.3.1 c/c item 12.5 da Res.284/01.	Novo Repartimento/PA	Advertência	8.089	16/09/2015
53569002159/2012	Alberto Pereira Pimentel	Serviço Móvel Marítimo	Item 11.1 da Instrução 04/81 MC c/c art. 162 da Lei 9.472/97.	Santarém/PA	Multa no Valor de R$440,00	5.268	01/07/2015
53000023318/2010	Associação Rádio Comunitária de Oriximiná - RCO	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Itens 14.2 e 17.2 da Norma 01/04 c/c art.40, XXII do RSRRadCom e art. 18 da Res.303/02.	Oriximiná/PA	Multa no Valor e 855,00	5.431	07/07/2015
53569000867/2015	Henrique Pereira dos Santos	Serviço de Radiodifusão sonora em FM	Art.17 da Res.259/01 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	Água Azul do Norte/PA	Multa no Valor de R$2.631,28	5.541	09/07/2015
53569001633/2012	Serviços de Taxi Amazônia Ltda	Serviço de Radiotáxi Especializado	Art.3°, I, c/c art.5° da Res.571/11 e item 10.4 da Norma MC 13/97.	Belém/PA	Multa no Valor de R$1.226,22	5.931	21/07/2015
53569001153/2015	Rádio Guajará Ltda	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Itens 5.2.1.1, 6.4.1 da Res.67/98 e arts.18 e 65 da Res.303/02.	Belém/PA	Advertência e Multa no Valor de R$4.140,00	6.426	04/08/2015
53569000488/2015	Silvino Marcos de Lima	Serviço de Rádio do Cidadão	Art.53 da Res.73/98 c/c art.131 da LGT e art.17 da Res.259 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	Santa Maria do Pará/PA	Multa no Valor de R$440,00	7.521	01/09/2015
53569001016/2015	Rafael da Silva Moraes	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM.	Art. 17 da Res.n°259/01 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	Belém/PA	Multa no Valor de R$2.392,08.	5.998	22/07/2015
53569000898/2015	Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia	Serviço de Retransmissão de TV.	Itens 7.3 e 9.3.1 c/c 12.5 do RTTV. Art.3°, I, c/c art.5° da Res.571//11. Art.18 do RELEC.	Conceição do Araguaia/PA	Advertência e Multa no Valor de R$4.317,75.	6.203	28/07/2015
53569000451/2015	Diego José da Silva	Serviço de Rádio do Cidadão.	Art. 53 anexo a Res.73/98 c/c art.131 da LGT. Art.17, anexo a Res.259/01 c/c 163 da Lei n°9.472/97.	Mãe do Rio/PA	Multa no Valor de R$440,00	6.243	29/07/2015
53569000586/2015	Manoel Oliveira dos Anjos	Serviço de Rádio do Cidadão.	Art.53, anexo a Res.n°73/98 c/c art.131 da LGT e art.17 da Res.259/01 c/c art.163 da LGT.	Castanhal/PA	Multa no Valor de R$440,00.	6.854	18/08/2015
53569000580/2015	Marcelo Willian dos Santos	Serviço de Rádio do Cidadão.	Art. 53, anexo a Res.73/98 c/c art.131 da LGT. Art.17, anexo a Res.259/01 c/c 163 da Lei n°9.472/97.	Cachoeira do Piriá/PA	Multa no Valor de R$440,00.	6.858	18/08/2015
53569001228/2015	Televisão Liberal LTDA	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM.	Itens 5.2.1.1 e 6.4.1, anexo a Res.67/98	Belém/PA	Advertência	6.984	21/08/2015
53569001229/2015	G. C. Comunicação S/C LTDA	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Itens3.2.3 e 5.2.1.1, anexo a Res.67/98	Belém/PA	Advertência	7.279	27/08/2015
53569001350/2015	Associação de Desenvolvimento Sustentável de Bonito.	Serviço de Radiodifusão Comunitária.	Art.3°, I, c/c art.5° da Res.571/11 e art.18 da Res.303/02.	Bonito/PA	Multa no Valor de R$863,55.	7.378	28/08/2015
53569001466/2015	Brasil Amazônia comunicação e Empreendimentos LTDA.	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM.	Item 7.1.5 do RTFM, anexo a Res.67/98 e art.18 da Res.303/02.	Nova Timboteua/PA	Advertência e Multa no Valor de R$4.000,00	7.519	01/09/2015
53569002094/2015	Instituto Profissionalizar de Capacitação Profissional-IPCP	Radiodifusão Comunitária.	Itens 19.3.2, "b" e 18.2 da Norma 01/11 c/c XXII do art.40 do RSRadCom. Art.18, anexo a Res.303/02.	Marituba/PA	Multa no Valor de R$1.583,18.	8.206	18/09/2015
53569000518/2015	Associação Comunitária Para o Desenvolvimento Sustentável de Tailândia.	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art.18 da Res. 303/02.	Tailândia/PA	Multa no Valor de R$712,50	5.253	01/07/2015
53569000536/2015	Jofre dos Santos Cavalcante	Radiodifusão Sonora em FM	Art.4° c/c art.55, V, "b", da Res. 242/00 e Art.162, §2° da Lei 9.472/97.	Acará/PA	Multa no Valor de R$200,00	5.485	08/07/2015
53569000581/2015	Orlando Sampaio Viana Junior	Serviço de Rádio do Cidadão	Art.53 da Res. 73/98 c/c art. 131 da LGT e art.17 da Res.259/01 c/c art. 163 da Lei 9.472/97.	Castanhal/PA	Multa no Valor de R$440,00	6.212	28/07/2015
53569000487/2015	João Adelino da Costa Neto	Serviço de Rádio do Cidadão	Art.53 da Res.73/98 c/c art. 131 da LGT e art 17 do anexo a Res.259/01 c/c 163 da Lei 9.472/97..	Castanhal/PA	Multa no Valor de R$440,00	6.254	29/07/2015
53569000453/2015	Antônio de Sousa Filho	Serviço de Rádio do Cidadão	Art.53 da Res. 73/98 c/c art. 131 da LGT e art.17 da Res.259/01 c/c art. 163 da Lei 9.472/97.	Mãe do Rio/PA	Multa no Valor deR$440,00	6.249	29/07/2015
53569001737/2015	Associação Rádio Ajuru FM de Limoeiro do Ajuru	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art.18 da Res.303/02.	Limoeiro do Ajuru/PA	Multa no Valor de R$647,66	7.982	14/09/2015
53569001939/2015	Associação Comunitária Rádio FM Pontapedrense.	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 3°, I, c/c art.5° da Res.571/11. Itens18.2 e 19.1.3 da Norma 01/11e art.18 da Res.303/02.	Ponta de Pedras/PA	Advertência e Multa no Valor de R$997,50	8.236	21/09/2015
53569001876/2015	José Elilson de Oliveira	Serviço de Rádio do Cidadão	Art.53 da Res. 73/98 c/c art. 131 da LGT e art.17 da Res.259/01 c/c art. 163 da Lei 9.472/97.	Mãe do Rio/PA	Multa no Valor de R$440,00	9.319	20/10/2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

53569001155/2015	Rauland Belém Som Ltda	Radiodifusão Sonora em FM	Item 5.2.1.1, anexo a Res.67/98.	Belém/PA	Advertência	9.391	21/10/2015
53569002838/2013	Associação Beneficente Cultural e Comunitária Viva Mosqueiro	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 3º, I, c/c, art. 5º da Res nº 571/11, item 19.3.2 "b" da norma 01/11, art. 18 da Res nº 303/02.	Belém - Distrito de Mosqueiro/PA	Multa no valor de R$ 1.410,75	5.261	01/07/2015
53575000136/2013	Associação da Rádio Comunitária Serrana Manganês	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 40, inciso XXV do RSRadCom, art. 18 da Res nº 303/02.	Serra do Navio/AP	Multa no valor de R$ 855,00	5.300	02/07/2015
53569001015/2015	Rafael da Silva Moraes	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Art. 4° c/c art. 55, V, "b" da Res.242/00 e art.162, §2° da Lei 9.472/97.	Belém/PA	Multa no Valor de R$200,00	6.053	23/07/2015
53575000137/2013	Associação da Rádio Comunitária de Pedra Branca do Amapari - AP	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 5º da Res nº 571/11. Itens 18.2 e 19.1.3 da Norma01/11. Art.5º do Decreto 2.615/98, art.18 da Res nº 303/02.	Pedra Branca do Amapari/AP	Multa no valor de R$ 1.140,00	5.007	26/06/2015
53569001181/2015	Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA	Radiodifusão sonora em FM	Itens 5.2.1.1 e 6.4.1 da Res.67/98.	Belém/PA	Advertência	6.505	07/08/2015
53569001296/2015	Emissora Rádio Marajoara Ltda	Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Transmissão de Programas	Arts. 131 e 163 da Lei n°9.472/97.	Belém/PA	Multa no Valor de R$885,07	6.997	21/08/2015
53569001465/2015	Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA	Serviço de Retransmissão de TV	Art.3°, I, c/c art.5° da Res.571/11 e item 7.3, 9.1.1 c/c 9.3.5 da Res. 284/01.	Primavera/PA	Advertência	7.292	27/08/2015
53569003148/2013	Fundação Nazaré de Comunicação	Serviço de Retransmissão de TV	Itens 7.3, 9.1.1 c/c 9.3.5, 9.3.1 c/c 12.5 do RTTV e art.18 da Res.303/02.	Bragança/PA	Advertência e Multa no Valor R$3.562,50	5.254	01/07/2015
53569000985/2013	Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social	Serviço de Radiodifusão - Transmissão de Programas	Art.5° da Res. 571/11 art. 53 da Res.259/01 e art.18 da Res.303/02.	Marituba/PA	Advertência e Multa no Valor de R$545,40	5.281	01/07/2015
53569000778/2013	Hermasa Navegação da Amazônia S.A	Serviço Móvel Marítimo	Item 11.1 da Norma 04/81 MC c/c art.162 da Lei 9.472/97 e art.4° c/c art. 55, V, "b" da Res.242/00.	Santarém/PA	Multa no Valor de R$665,00	5.548	09/07/2015
53569002806/2013	Associação Comunitária da Vila de Marudanópolis - ASCOVINA	Radiodifusão Comunitária	Item 19.3.2, "b" da Norma 01/11 e art.18 da Res.303/02.	Marapanim/PA	Multa no Valor de R$1.439,25	5.269	01/07/2015
53569002478/2011	Siderúrgica Norte Brasil S.A	Serviço Limitado Privado	Itens 9.4 c/c 9.8, item 9.4 c/c 10.1 ambos da Norma 13/97 e arts.18 e 65 da Res. 303/02	Marabá/PA	Multa no Valor de R$4.657,57	5.935	21/07/2015
53569000584/2015	Ramiro Gomes da Silva	Serviço de Rádio do Cidadão	Art.53 da Res.73/98 c/c art.131 da LGT e art.17 da Res.259 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	Castanhal/PA	Multa no Valor de R$440,00	6.005	22/07/2015
53569000988/2015	RBN - Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda	Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Transmissão de Programas	Art.162 da Lei 9.472/97	Santana do Araguaia/PA	Multa no Valor de R$440,00	6.003	22/07/2015
53569000454/2015	Walisson Ferreira de Sousa	Serviço de Radio do Cidadão	Art.53 da Res.73/98 c/c art.131 da LGT e art.17 da Res.259 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	Mãe do Rio/PA	Multa no Valor de R$440,00	6.848	18/08/2015
53569000448/2015	Wagner de Souza Cabral	Serviço de Rádio do Cidadão	Art.53 da Res.73/98 c/c art.131 da LGT e art.17 da Res.259 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	Mãe do Rio/PA	Multa no Valor de R$440,00	6.887	19/08/2015
53569000871/2015	Associação Comunitária Dabar de Comunicação Educação e Cultura	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Item 18.2 da Norma 01/11 e art.18 da Res.303/02.	Floresta do Araguaia/PA	Multa no Valor de R$897,75	7.004	21/08/2015
53569001758/2015	Televisão Liberal Ltda.	Retransmissão de TV	Art.163 da Lei 9.472/97	Pacajá/PA	Multa no Valor de R$4.688,47	7.517	01/09/2015
53569001619/2015	Associação Cultural Nely Andrade	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 18.2 da Norma 01/11 c/c inciso XXII, do art.40 do RSRadCom.	Salvaterra/PA	Multa no Valor de R$142,50	7.502	01/09/2015
5356900 2810/2013	Associação Apeunse de Radiodifusão Comunitária-AARC	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Item 19.3.2 "b" da Norma 01/11 MC	Castanhal/PA	Multa no valor de R$ 641,25	5.257	01/07/2015
53569003622/2013	Associação Comunitária Arawete do Mun. De Vitória do Xingu	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 3º, I, c/c o art. 5º da Res nº 571/11. Itens 18.2 e 19.3.2, "b"da Norma 01/11, art 18 da Res nº 303/02.	Vitória do Xingu/PA	Multa no valor de R$ 1.710.00	5.252	01/07/2015
53569001687/2013	Fundação Nazaré de Comunicação	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens	Item 7.3 do RTTV.	Belém/PA	Advertência	5.275	01/07/2015
53569001779/2013	Rádio e Televisão Marajoara Ltda	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens	Itens 9.3.1 c/c, 12.5 c/c do RTTV.	Belém/PA	Advertência	5.271	01/07/2015
53569002606/2013	Prefeitura de Xinguara	Serviço de Retransmissão de Televisão	Art.27 do Decreto nº 5.371/05, item 7.9.7 e 9.3, "a" e " b" da Res. nº284/01 e art. 18 da Res nº 303/02	Xinguara/PA	Advertência e Multa no valor de R$7.125.00	5.338	02/07/2015
53569001616/2013	Fundação João Paulo II	Serviço de Retransmissão de TV	Item 9.1.1 c/c 9.3.5, item 2.6 da Portaria nº 799/73.	Belém/PA	Advertência	5.303	02/07/2015
53569000768/2013	Frigorífico Pescador Ltda	Serviço Móvel Marítimo	Art. 4º c/c, 55, V, "b", da Res nº 242/00.	Abaetetuba/PA	Multa no valor de R$ 250,00	5.315	02/07/2015
53575000677/2011	Rede Amapaense de Radiodifusão LTDA.	Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Transmissão de Programas.	Art. 53 do anexo a Res.259/01 do RUER, art.18 do RELEC e art.5° do anexo a Res. 571/11.	Macapá/AP	Advertência e Multa no Valor de R$606.00	5.276	01/07/2015
53569003440/2012	Cooperativa dos Motoristas de Taxi da Doca-COOPERDOCA.	Serviço de Rádio Taxi Privado.	Itens 10.1 e 13.5, II, "c" da Norma MC n°13/97.	Belém/PA	Advertência	7.866	10/09/2015
53569001247/2014	Misma Silva de Souza	Radiodifusão Sonora em FM	Art.17 da Res. 259/01 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	São Geraldo do Araguaia/PA	Multa no Valor de R$2.392,08	5.501	08/07/2015
53569001497/2013	José Raimundo Corrêa Pires	Serviço Móvel Marítimo	Art.131 c/c art.163 da Lei 9.472/97.	Santarém/PA	Multa no Valor de R$440,00	5.536	09/07/2015
53569001618/2015-12	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Santa Isabel	Radiodifusão Comunitária	Art.3°, I, c/c art. 5° da Res.571/11 e art.18 da Res.303/02.	Santa Isabel/PA	Multa no Valor de R$ 769,50.	8.097	16/09/2015

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, aplica, em razão de trânsito em julgado processual, sanção às entidades listadas adiante nos respectivos processos em que figuram, pela infração aos dispositivos normativos relacionados a seguir:

Processo	Nome	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho nº	Data da Decisão
53569000190/2012	Genival Oliveira de Farias	Radiodifusão Sonora em FM	Art. 163 da Lei 9.472/97 c/c art.17 da Res. 259/01.	Parauapebas/PA	Multa no Valor de R$2.392,08	4.975	25/06/2015
53575000613/2012	Amazonas Importados Ltda	Comercialização de Produtos	Art.55, IV, "c", c/c art. 4° da Res. 242/00.	Macapá/AP	Multa no Valor de R$24.120,00	4.961	25/06/2015
53569001217/2012	Amazônia Radio e Televisão Ltda	Serviço de Retransmissão de TV	Art.27 do Decreto 5.371/05, item 7.3 do RTTV, item 2.6 da portaria 799/73 e arts. 18 e 65 da Res.303/02.	Santarém/PA	Advertência e Multa no Valor de R$3.847,50	4.982	25/06/2015
53569.003769/2012	Henrique Pereira dos Santos	Radiodifusão Sonora em FM	Art. 163 da Lei 9.472/97 e art. 162 da LGT c/c art. 55, V, "b" da Res.242/00.	Água Azul do Norte/PA	Multa no Valor de R$ 2.851,28	4.973	25/06/2015

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, aplica definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção à(s) entidade(s) abaixo listada(s) no(s) respectivo(s) processo(s) em que figura(m), pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

Processo	Nome	CPF/CNPJ	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho nº	Data da Decisão
53575.000307/2014-76	Connex Ltda. - ME.	10.505.576/0001-26	Comunicação Multimídia	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997.	Macapá/AP	Multa de R$ 1.938,39	8520	24/09/2015
53572.000801/2014-61	Manoel Felipe da Silva Neto.	103.841.343-49	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997; art. 55, inciso V, alínea *b*, do Anexo à Res. nº 242/2000.	São Luís/MA	Multa de R$ 2.642,08	2626	15/04/2015
53572.001124/2014-06	Associação Comunitária de Integração Social e Cultural de Estreito	08.903.532/0001-40	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997.	Estreito/MA	Multa de R$ 4.784,15	5339	02/07/2015
53572.001126/2014-97	Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa de Vila Nova dos Martírios.	14.741.344/0001-66	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997.	Vila Nova dos Martírios/MA	Multa de R$ 4.784,15	6303	30/07/2015
53572.001036/2014-04	Associação para o Desenvolvimento Esportivo, Social e Cultural de Timon/MA	02.073.728/0001-79	Radiodifusão Comunitária.	Art. 5º do Anexo à Res. nº 571/2011.	Timon/MA	Multa de R$ 142,50	8392	22/09/2015
53572.001102/2014-38	Associação dos Radialistas Comunitários do Paruá.	03.287.732/0001-00	Radiodifusão Comunitária.	Art. 18 do Anexo à Res. nº 303/2002.	Santa Luzia do Paruá/MA	Multa de R$ 783,75	8105	16/09/2015
53572.000090/2015-13	José Augusto Ramos Cardoso.	318.170.502-06	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997.	Carutapera/MA	Multa de R$ 2.392,08	7859	10/09/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

53572.000112/2015-37	Associação Comunitária de Comunicação de Cantanhede.	02.838.669/0001-82	Radiodifusão Comunitária.	Item 19.1.4 da Norma MC nº 01/2011; art. 40, XXII do Decreto nº 2.615/1998; art. 18 do Anexo à Res. nº 303/2002.	Cantanhede/MA	Advertência e Multa de R$ 1.000,35	5527	08/07/2015
53572.000128/2015-40	Associação Comunitária Rádio Samaritana.	02.570.375/0001-12	Radiodifusão Comunitária.	Item 19.1.4 da Norma MC nº 01/2011.	Bela Vista do Maranhão/MA	Advertência	5071	26/06/2015
53572.000390/2015-94	Rádio Guajajara de Barra do Corda Ltda.	05.481.494/0001-97	Radiodifusão Sonora em Ondas Médias.	Itens 5.4.1 e 6.1.5 do Anexo à Res. nº 116/1999; art. 18 do Anexo à Res. nº 303/2002.	Barra do Corda/MA	Advertência e Multa no valor de R$ 3.858,75	6300	30/07/2015
53572.000552/2015-94	J. A. Castelo Informática - ME.	06.205.141/0001-27	Comunicação Multimídia	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997.	Viana/MA	Multa de R$ 5.345,49	8210	18/09/2015
53572.000551/2015-40	A R Barros - ME.	11.861.585/0001-50	Comunicação Multimídia	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997.	Penalva/MA	Multa de R$ 5.345,49	8519	24/09/2015
53572.000409/2015-01	Joaquim Roque Juvino.	459.868.353-87	Comunicação Multimídia	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997.	Santa Inês/MA	Multa de R$ 2.672,75	8552	25/09/2015
53572.000549/2015-71	Master Soft Informática Ltda.	08.153.987/000196	Comunicação Multimídia	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997.	Amarante do Maranhão/MA	Multa de R$ 5.345,49	8558	25/09/2015
53572.000766/2015-61	Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão.	03.462.416/0001-10	Radiodifusão Comunitária.	Art. 40, XXII do Decreto nº 2.615/1998; item 19.3.2.b da Norma MC nº 01/2011; art. 18 do Anexo à Res. nº 303/2002.	Governador Edison Lobão/MA	Multa no valor de R$ 1.567,50	9424	22/10/2015
53572.000126/2015-51	Associação Comunitária Dom Oscar Romero.	02.259.888/0001-07	Radiodifusão Comunitária.	Art. 40, XXII do Decreto nº 2.615/1998; itens 19.1.4 e 19.3.2.b da Norma MC nº 01/2011; art. 18 do Anexo à Res. nº 303/2002.	Santa Luzia/MA	Advertência e Multa no valor de R$ 1.567,50	7876	10/09/2015
53572.000610/2015-80	Centro Social e Comunitário de Pastos Bons.	00.637.326/000124	Radiodifusão Comunitária.	Art. 40, XXII do Decreto nº 2.615/1998; art. 18 do Anexo à Res. nº 303/2002.	Pastos Bons/MA	Multa no valor de R$ 855,00	8557	25/09/2015
53572.000574/2015-54	Instituto de Desenvolvimento de Paraibano - INDESPA.	03.130.024/0001-53	Radiodifusão Comunitária.	Art. 3º, I c/c art. 5º do Anexo à Res. nº 571/2011; art. 18 do Anexo à Res. nº 303/2002.	Paraibano/MA	Multa no valor de R$ 855,00	8108	16/09/2015
53572.000575/2015-07	Instituto de Desenvolvimento de Paraibano - INDESPA.	03.130.024/0001-53	Auxiliar de Radiodifusão - Reportagem Externa.	Arts. 131 e 163 da Lei nº 9.472/1997.	Paraibano/MA	Multa no valor de R$ 797,36	8121	17/09/2015
53572.000770/2015-29	Josivaldo Sales da Silva.	230.008.213-68	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997; art. 55, inciso V, alínea *b*, do Anexo à Res. nº 242/2000.	Carolina/MA	Multa de R$ 2.592,08	8521	24/09/2015
53572.000310/2015-09	Fundação Palavra da Vida.	18.236.220/0001-84	Retransmissão de Televisão.	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997.	Bacabal/MA	Multa de R$ 3.189,43	6399	03/08/2015

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 53.732, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à (ao) PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/1007-50 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

ATO Nº 53.733, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à (ao) LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A, CNPJ nº 60.444.437/0001-46 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

ATO Nº 53.734, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Expede autorização à WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS S/A, CNPJ nº 35.820.448/0001-36 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

ATO Nº 53.735, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Expede autorização à HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA, CNPJ nº 11.022.104/0001-13 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 20 DE MAIO DE 2016

Nº 1.435 - Processo nº 53500.018718/2015-72 Expedir autorização à Advance Telecomunicações Ltda, CNPJ/MF nº 13.859.862/0001-16, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.436 - Processo nº 53500.018718/2015-72 Expedir autorização à Advance Telecomunicações Ltda, CNPJ/MF nº 13.859.862/0001-16, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

Nº 1.440 - Processo nº 53500.006698/2015-97 Expedir autorização à WSA Telecom Ltda - ME, CNPJ/MF nº 21.262.810/0001-96, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.441, DE 21 DE MAIO DE 2016

Processo nº 53500.004509/2016-22 Expedir autorização à FILENO E GALENO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 10.925.665/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 27 DE MAIO DE 2016

Nº 1.481 - Processo nº 53563.000196/2016-07 Expedir autorização à SILAS E F AQUINO ELETROELETRÔNICOS - ME, CNPJ/MF nº 11.586.921/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.482 - Processo nº 53500.016012/2015-76 Expedir autorização à SAO FRANCISCO TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 21.229.689/0001-09, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo território nacional.

Nº 1.483 - Processo nº 53500.016012/2015-76 Expedir autorização à SAO FRANCISCO TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 21.229.689/0001-09, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

Nº 1.484 - Processo nº 53500.016012/2015-76 Expedir autorização à SAO FRANCISCO TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 21.229.689/0001-09, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

Nº 1.488 - Processo nº 53508.000348/2016-28 Expedir autorização à TIM CELULAR S.A, CNPJ nº 04.206.050/0001-80, para explorar o Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais, de interesse restrito, sem caráter de exclusividade, pelo prazo de 1 (um) ano, contados a partir da data de publicação do extrato deste Ato no Diário Oficial da União, e tendo como área de prestação do serviço o município de Rio Verde/GO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.577, DE 6 DE JUNHO DE 2016

Processo n° 53500.009408/2016-48 Expedir autorização à GLOBAL INFO TELECOM EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 15.719.562/0001-67, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.744, DE 14 DE JUNHO DE 2016

Processo n° 53508.003436/2016-81 Declarar extinta, por renúncia, a partir de 25 de maio de 2016, a autorização outorgada à Local Serviços de Telecomunicações, CNPJ/MF nº 06.293.522/0001-05, por intermédio do Ato n° 46.981, de 29 de setembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 05 de outubro de 2004, para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e na modalidade de serviço Local.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.747, DE 15 DE JUNHO DE 2016

Processo n° 53500.012236/2016-90 Expedir autorização à MELO & MELO TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 00.150.817/0001-46, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 15 DE JUNHO DE 2016

Nº 1.748 - Processo nº 53500.012332/2016-38 Expedir autorização à JOAO FLAVIO MATOS DE PAULA EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 24.354.597/0001-30, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.749 - Processo nº 53500.011356/2016-70 Expedir autorização à ALEXANDRE DE MOURA ANDRADE - ME, CNPJ/MF nº 11.674.911/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.750 - Processo nº 53500.012509/2016-04 Expedir autorização à LIDER.COM INFORMATICA E TELECOMUNICACAO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 19.139.349/0001-37, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 1.822, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Processo nº 53500.013501/2016-57 Expedir autorização à INSPYRE - SOLUCOES E SISTEMAS WEB LTDA - ME, CNPJ/MF nº 23.941.306/0001-48, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 17 DE JUNHO DE 2016

Nº 1.851 - Processo nº 53500.009749/2016-13 Transferir a autorização do Serviço Limitado Privado, expedida a VALENÇA EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÕES, CNPJ/MF nº 00.055.855/0001-10, por meio do Ato n° 960, de 26 de fevereiro de 2009, para CONDOMÍNIO CASAPARK SHOPPING CENTER, CNPJ/MF nº 22.978.160/0001-42, bem como a outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s) à autorização para execução do serviço.

Nº 1.856 - Processo nº 53500.012334/2016-27 Expedir autorização à GK NETWORK LTDA - ME, CNPJ/MF nº 23.527.777/0001-04, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 53.727, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Processo n° 535040069992016. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à WIRELESS COMM SERVICES LTDA, CNPJ nº 09.520.219/0001-96, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 17 de Agosto de 2027, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 53.728, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Processo n° 53500.0138152016-50. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à RAMOS E RIBEIRO LTDA - EPP, CNPJ nº 16.577.986/0001-05, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 8 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa e advertência

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.015000/2013	Fundação Rádio Educativa Quadrangular	FME	Belo Horizonte	MG	Multa	2.741,59	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 1808, de 08/06/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.043182/2013	Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Oiapoque	RADCOM	Oiapoque	AP	Multa	799,63	15.2 da Norma nº. 01/2011 aprovada pela Portaria nº. 462 de 14/10/2011 c/c o inciso IV do art. 21 da Lei nº. 9.612/98.	Portaria DEAA n° 1720, de 08/06/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.050574/2012	Associação Cultural do Município de Jandaia	RADCOM	Jandaia	GO	Multa	571,16	Art. 40, inciso XXII, do Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998	Portaria DEAA n° 1798, de 08/06/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.032683/2012	Associação dos Amigos da Praia de Mariscal	RADCOM	Bombinhas	SC	Multa e Advertência	571,16	Art. 40, incisos XII e XV, do Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998	Portaria DEAA n° 1731, de 08/06/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.047973/2012	Rádio e Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro Ltda	OM	Rio de Janeiro	RJ	Multa	14.393,33	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 1917, de 08/06/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.047687/2012	Televisão Liberal Ltda	FM	Belém	PA	Multa	4.477,93	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 1915, de 08/06/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.050728/2012	Associação Novohorizontina de Desenvolvimento Artístico e Social	RADCOM	Novo Horizonte do Norte	MT	Multa	1.370,79	Incisos XII, XIV e XXIX do art. 40 do Decreto nº. 2.615/98.	Portaria DEAA n° 1811, de 08/06/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.048678/2012	Associação dos Pais de Alunos Moradores do Bairro Alto da Caixa D'Água	RADCOM	Parnamirim	PE	Multa	456,93	Art. 40, inciso XXIX, do Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998	Portaria DEAA n° 1807, de 08/06/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.028361/2012	Associação Salinas da Margarida e Radiodifusão Comu nitária	RADCOM	Salinas de Margarida	BA	Advertência		Art. 55 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEAA n° 1865, de 08/06/2016	Portaria MC n° 112/2013
53000.048685/2012	Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás	RADCOM	Sapiranga	RS	Advertência		Item 21.1 da Norma n° 1/2011, aprovada pela Portaria n° 462, de 14 de outubro de 2011	Portaria DEAA n° 1789, de 08/06/2016	Portaria MC n° 112/2013

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão convertida em multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.015023/2013	Rádio Belo Horizonte Ltda	FM	Belo Horizonte	MG	Multa	15.421,43	Art. 62 e art. 38, "h" do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 1742, de 08/06/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 657, de 17 de maio de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.052208/2013	Rádio e TV Difusora do Maranhão	RTV	Passagem Franca	MA	Multa	777,46	Arts. 24 c/c 27 do RSRTSRT aprovado pelo Decreto nº. 5.371/2005.	Portaria DEAA n° 1743, de 08/06/2016	Portaria MC n° 657/2013 Portaria MC n° 858/2008
53000.047369/2012	Rádio Costa do Sol Ltda	FM	Fortaleza	CE	Multa	9.869,72	Art. 28, item 12, alínea "i", do Decreto nº 52.795/63, com a redação alterada pelo Decreto nº 88.067/83.	Portaria DEAA n° 1762, de 08/06/2016	Portaria MC n° 657/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.024731/2012	Rádio Antena Jovem Ltda	FM	Assis	SP	Multa	5.848,72	Art. 38, alínea "h" do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 1905, de 08/06/2016	Portaria MC n° 657/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.042980/2012	Rádio Hit-Parade Ltda	FM	Parati	RJ	Multa	5.117,63	Art. 38, alínea "h" do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 1881, de 08/06/2016	Portaria MC n° 657/2013 Portaria MC n° 562/2011

NEDIO ANTÔNIO VALDUGA

PORTARIA Nº 2.483, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Anular Portaria aplicada à Entidade abaixo relacionada

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.023349/2012	Associação Rádio Comunitária Rosário FM	RADCOM	Moema	MG	Anular a Portaria nº. 264/2016/SEI-MC publicada no D.O.U. em 19 de fevereiro de 2016	Portaria DEAA n° 2483, de 17/06/2016	Portaria MC n° 112/2013

NEDIO ANTÔNIO VALDUGA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 2.507, DE 10 DE JUNHO DE 2016

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.014425/2013-95, resolve:

Art. 1o Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela SISTEMA VALE DO TOCANTINS DE COMUNICAÇÕES LTDA., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Paragominas, estado do Pará, utilizando o canal 16 (dezesseis), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a RÁDIO E TELEVISÃO MARAJOARA LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Belém, estado do Pará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA OLIVEIRA CORRÊA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO DECISÓRIO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de junho de 2016

Nº 177 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

16-0256 - ATIVISTAS
Processo: 01416.000881/2016-15
Proponente: MATIZAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 04.939.205/0001-98
Valor total aprovado: R$ 340.076,25
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 123.072,43
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 44419-7
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 44420-0
16-0257 - TRABALHO ESCRAVO
Processo: 01416.000878/2016-00
Proponente: FILMES DO EQUADOR LTDA.
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO /RJ
CNPJ: 73.619.637/0001-34
Valor total aprovado: R$ 3.350.167,71
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 682.659,32
Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 41239-2
Valor aprovado no Art. 39 da MP nº. 2.228-1/01: R$ 2.500.000,00
Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 41238-4
16-0260 - TAINÁ - SÉRIE ANIMADA | 2ª TEMPORADA
Processo: 01416. 000774/2016-97
Proponente: SINCROCINE PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO /RJ
CNPJ: 42.488.478/0001-52
Valor total aprovado: R$ 5.697.185,54
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 43374-8
16-0262 - ASAS DO JEQUITINHONHA
Processo: 01416. 000804/2016-65
Proponente: PROSPERIDADE COMUNICAÇÃO E FILMES LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO /SP
CNPJ: 17.545.702/0001-53
Valor total aprovado: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 950.000,00
Banco: 001- agência: 4306-0 conta corrente: 14618-8
16-0263 - LÁ FORA ESTÁ TUDO CALMO
Processo: 01416. 000835/2016-16
Proponente: DIADORIM FILMES LTDA-ME
Cidade/UF: CURITIBA /PR
CNPJ: 17.096.738/0001-05
Valor total aprovado: R$ 981.300,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 932.235,00
Banco: 001- agência: 0009-4 conta corrente: 368928-X
16-0266 - ABRINDO CAMINHOS
Processo: 01416. 000787/2016-66
Proponente: H.L. PRODUTORA DE FILMES LTDA.
Cidade/UF: SÃO PAULO /SP
CNPJ: 07.115.568/0001-05
Valor total aprovado: R$ 846.590,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 804.260,50
Banco: 001- agência: 1546-6 conta corrente: 21255-5
16-0268 - O CATADOR DE SONHOS
Processo: 01416. 000761/2016-18
Proponente: FM PRODUÇÕES LTDA EPP.
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO /RJ
CNPJ: 15.281.532/0001-11
Valor total aprovado: R$ 1.370.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 342.500,00
Banco: 001- agência: 525-8 conta corrente: 33513-4

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

16-0258 - NEYLA
Processo: 01416.000735/2016-90
Proponente: REPÚBLICA PUREZA FILMES LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO /RJ
CNPJ: 01.369.211/0001-69
Valor total aprovado: R$ 3.116.817,87
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.959.941,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18105-6
16-0261 - EM BUSCA DE ANSELMO
Processo: 01416. 000880/2016-71
Proponente: CLARIÔ FILMES
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO /RJ
CNPJ: 22.889.475/0001-13
Valor total aprovado: R$ 1.826.803,00
Valor aprovado no Art. 39 da MP nº. 2.228-1/01: R$ 1.735.462,85
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 44418-9
16-0265 - AMOR AO QUADRADO
Processo: 01416. 000876/2016-11
Proponente: BARRY COMPANY PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO /SP
CNPJ: 09.012.841/0001-93
Valor total aprovado: R$ 325.132,89
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 308.800,00
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23616-0

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

DESPACHOS DO DIRETOR PRESIDENTE

Nº 25-E/2016 - O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

12-0480 - MULHERES
Processo: 01580.018545/2012-01
Proponente: Gullane Entretenimento S.A.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total aprovado: de R$ 4.166.400,00 para R$ 3.998.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 399.050,00 para R$ 49.050,00
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 17.114-X
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 618, realizada em 14/06/2016.
Prazo de captação: 31/12/2016.
15-0710 - OUTROS TEMPOS - JOVENS
Processo: 01580.080317/2015-95
Proponente: Prodigo Films Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 00.020.648/0001-20
Valor total aprovado: de R$ 2.242.514,90 para R$ 2.291.374,90
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da MP nº. 2.228-1/01: de R$ 2.130.394,15 para R$ 2.176.806,15
Banco: 001- agência: 3039-2 conta corrente: 15.333-8
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 618, realizada em 14/06/2016.
Prazo de captação: 31/12/2019.
16-0032 - ENTRE RISOS
Processo: 01580.081674/2015-71
Proponente: Duo2.TV Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.929.498/0001-10
Valor total aprovado: de R$ 634.474,90 para R$ 699.658,30
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da MP nº. 2.228-1/01: de R$ 602.751,15 para R$ 664.675,38
Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 21.731-X
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 616, realizada em 31/05/2016.
Prazo de captação: 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar a análise complementar e prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0550 - IDEIAS MEMORÁVEIS
Processo: 01580.059348/2015-87
Proponente: Okna Produções Culturais Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre/RS
CNPJ: 08.267.476/0001-03
Valor total aprovado: de R$ 1.536.200,00 para R$ 811.150,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.459.390,00 para R$ 770.592,50
Banco: 001- agência: 3537-8 conta corrente: 27.437-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 618, realizada em 14/06/2016.
Prazo de captação: 31/12/2017.

12-0278 - SOUNDTRACK
Processo: 01580.020948/2012-11
Proponente: Ananã Produções, Eventos e Assessoria de Marketing Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 01.473.536/0001-97
Valor total aprovado: de R$ 6.400.639,92 para R$ 8.496.392,55
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23.673-X
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.630.607,92 para R$ 2.471.572,92
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 19.621-5
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 612, realizada em 03/05/2016.
Prazo de captação: de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Art. 3º Aprovar o projeto relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através do InvestImage1 - Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINE, nos termos do inciso III do art. 41 da MP 2.228-1/01.

16-0247 - INVESTIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE AÇÕES DA ARPA - AFRO REGGAE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS
Processo: 01416.000058/2016-18
Proponente: Arpa Afro Reggae Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 03.247.208/0001-06
Valor aprovado no artigo 41 da MP nº. 2.228-1/01: R$ 1.700.000,00
Banco: 001- agência: 6990-6 conta corrente: 8.459-X
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 617, realizada em 07/06/2016.
Prazo de captação: 31/12/2016.

Art. 4º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

Nº 29-E/2016 - O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar a análise complementar e alterar o prazo de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0709 - DO OUTRO LADO
Processo: 01580.080312/2015-62
Proponente: Setcom - Set de Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Itajaí / SC
CNPJ: 04.736.316/0001-05
Valor total aprovado: de R$ 399.831,00 para R$ 259.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 379.839,45 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 246.050,00
Banco: 001- agência: 4295-1 conta corrente: 18.470-5
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 618, realizada em 14/06/2016.
Prazo de captação: 31/12/2019.

Art. 2º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

MANOEL RANGEL

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 152, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O Presidente interino da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve divulgar a relação dos contemplados da Mostra Funarte Contemporâneos de Artes Cênicas - Palco e Rua.

A relação está disponível na página eletrônica da Funarte: www.funarte.gov.br

REINALDO DA SILVA VERÍSSIMO

PORTARIA Nº 153, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O Presidente interino da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve divulgar a relação dos contemplados da Mostra Funarte Contemporâneos de Artes Cênicas - Infância e Juventude.

A relação está disponível na página eletrônica da Funarte: www.funarte.gov.br

REINALDO DA SILVA VERÍSSIMO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 360, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
160112 - A Escola Mágica - Espetáculo de Circo
Eliana Aparecida da Silva Medina
CNPJ/CPF: 555.918.416-00
Processo: 01400000192201680
Cidade: Itabirito - MG;
Valor Aprovado: R$ 165.150,00
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a realização de 50 apresentações de mágica pelo grupo Família Kadryn, no estado de Minas Gerais, serão atendidas 25 cidades diferentes onde serão realizadas 2 apresentações por cidade. Os locais de apresentação serão definidos durante a pré-produção do projeto, a turnê se realizará entre os meses de Julho e Setembro de 2016.

160698 - AQUARELA
CHILI PRODUCOES CULTURAIS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 09.110.918/0001-68
Processo: 01400007004201644
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Aprovado: R$ 322.500,00
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O Projeto Aquarela propõe a apresentações teatrais em pelo menos 7 cidades do interior do Rio Grande do Sul e envolve pelo menos 10 espetáculos, totalizando 30 apresentações. Os espetáculos são O Mágico de Oz, Cuco - A Linguagem dos Bebês no Teatro, Pandorga da Lua, Um Kombão de Histórias, Ópera Monstra, Cinderela, Pinóquio, Estrelinha de Natal, Orquestra de Brinquedos e Korvatunturi. Os municípios envolvidos no projeto são Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Sobradinho, Vale do Sol, Venancio Aires e Agudo.

160265 - As Trapalhadas de Risadinha e Gargalhada
Renan Augusto de Almeida
CNPJ/CPF: 088.037.346-60
Processo: 01400002947201681
Cidade: Ipatinga - MG;
Valor Aprovado: R$ 383.000,00
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Este projeto tem como proposta realizar a circulação do espetáculo teatral "As Trapalhadas de Risadinha e Gargalhada", por 10 cidades mineiras, com apresentações em teatros e espaços alternativos. O objetivo é de resgatar, de forma lúdica, a magia do circo com seus tradicionais números como malabares, mágica, etc.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
1510873 - ARTE E CONSTRUIR, LUTHERIA SINFONIA DO CERRADO
Associação dos Amigos da Cultura de Niquelândia
CNPJ/CPF: 04.662.066/0001-06
Processo: 01400079628201582
Cidade: Niquelândia - GO;
Valor Aprovado: R$ 479.380,08
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Oferecer formação educativas e profissionalizante a jovens de 16 a 20 anos da cidade niquelândia na área de construção de instrumentos musicais. Neste processo de ensino e aprendizagem serão abordadas várias etapas relativas ao produto final, tal como: Pesquisas de madeiras brasileiras de manejo florestal com concientização ambiental; Capacitação para segurança do trabalho e empreendedorismo; confecção e restauração de partes usadas em instrumentos musicais (marchetaria, suportes e componentes estruturais e de modelagem); pesquisas culturais e históricas das origens dos instrumentos.

1511019 - ELMA - Escola Livre de Música e Artes ? ano 2
Instituição Aparecido Savegnago
CNPJ/CPF: 10.361.686/0001-08
Processo: 01400079774201516
Cidade: Sertãozinho - SP;
Valor Aprovado: R$ 299.940,00
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto ELMA ? Escola Livre de Música e Artes ? ano 2 prevê a continuidade da oferta de cursos gratuitos em diferentes áreas artísticas, para crianças e adolescentes da cidade de Sertãozinho/SP, desenvolvidas pela Instituição Aparecido Savegnago.

160447 - MOSTRA CULTURAL DA CAMPEREADA INTERNACIONAL
Coordenadoria Municipal de Tradicionalismo
CNPJ/CPF: 07.536.498/0001-50
Processo: 01400006447201618
Cidade: Santana do Livramento - RS;
Valor Aprovado: R$ 201.400,00
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: A MOSTRA CULTURAL DA CAMPEREADA INTERNACIONAL SERÁ UM EVENTO ONDE REUNIREMOS A DANÇA TRADICIONAL E A MÚSICA INSTRUMENTAL GAÚCHA EM FORMA DE MOSTRA NÃO COMPETITIVA. O EVENTO SERÁ REALIZADO EM 02 DIAS DENTRO DA PROGRAMAÇÃO DA CAMPEREADA INTERNACIONAL DE SANT´ANA DO LIVRAMENTO NA CHÁCARA DA PREFEITURA MUNICIPAL.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
161097 - ARTRIO 2016
BEX FEIRAS E EVENTOS CULTURAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 11.472.564/0001-43
Processo: 01400007737201689
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 6.320.610,22
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realização da ARTRIO 2016 - Feira Internacional de Arte do Rio de Janeiro no Píer Mauá no mês de setembro de 2016 na cidade do Rio de Janeiro reunindo cerca de 100 galerias nacionais e internacionais.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
160379 - 25 anos da Fundaçao Zoo-Botanica de Belo Horizonte Historias & Personagens
BICHO DO MATO EDITORA LTDA
CNPJ/CPF: 11.579.096/0001-00
Processo: 01400004931201611
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 320.595,00
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: A proposta deste livro ira resgatar a memoria da Fundacao Zoo-Botanica de Belo Horizonte (FZB) atraves das historias e casos acontecidos e contados por aqueles que participaram das varias fases por que ela passou. Um registro que traz o processo historico desde antes da sua concepcao e criacao, e que mostra toda sua relevancia, como espaço para a difusão da cultura, lazer e educacao, no desenvolvimento e aprimoramento da formacao socio-cultural de Belo Horizonte. Esta publicacao ira mostrar a evolucao do comportamento dos visitantes, na sua maneira de ver e assimilar a cultura ambiental ao longo dos anos, e como um zoologico pode tambem contribuir para a preservacao do habitat e de suas variadas especies.

161720 - 62ª Feira do Livro de Porto Alegre
Câmara Rio-Grandense do Livro
CNPJ/CPF: 03.042.751/0001-69
Processo: 01400202400201683
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.146.085,34
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: A Feira do Livro de Porto Alegre recebeu, em 2006, a medalha da Ordem do Mérito Cultural, como um dos mais importantes eventos culturais do Brasil. Um ano antes, havia sido declarada bem do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado e, em 2010, foi o primeiro bem registrado, pela Prefeitura de Porto Alegre, como integrante do Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial da cidade. O evento é referência por seu caráter democrático e pela consistência do trabalho que desenvolve na área da formação de leitores e de mediadores da leitura. Sua 62ª edição ocorrerá de 28 de outubro a 15 de novembro de 2016, na Praça da Alfândega, trechos de ruas de seu entorno e sedes de entidades culturais próximas, com ampla programação cultural de entrada gratuita e uma vasta oferta de livros nacionais e estrangeiros comercializados a preços reduzidos. Em 2016, a programação da Feira dará ênfase especial à questão do letramento.

161926 - Dança, Brasil e Sociedade
CONCEITO EDIÇÃO DE LIVROS LTDA
CNPJ/CPF: 14.633.987/0001-96
Processo: 01400204333201631
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 307.300,00
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto consiste na edição de um livro fotográfico sobre as danças brasileiras e um curta metragem, em formato de documentário, retratando esses diversos tipos de expressões artísticas e seu papel na inclusão social. A edição do projeto irá focar as danças das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

161496 - Leopoldo Martins- MUSAS
Leopoldo Martins da Costa Duarte
CNPJ/CPF: 600.067.496-15
Processo: 01400200055201643
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 243.232,00
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto do livro Leopoldo Martins-MUSAS eternizará as lindas esculturas em bronze, agora mostrando o belo feminino. Já expôs em diversos locais, inclusive no Palácio da Liberdade, mas também possui uma conhecida série que retrata animais, sobretudo os felinos. O livro mostrará as MUSAS em diversos ângulos e com olhares diferenciados dados pelo artista Leopoldo Martins, que transmitiu para o bronze e agora para o livro.

161803 - Moda Ilustrada
Luste Projetos Editoriais e Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 09.143.368/0001-83
Processo: 01400202936201607
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 310.024,00
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O objetivo do projeto Moda Ilustrada é publicar um belo e inédito livro de arte, apresentando a história da moda e da indumentária no Brasil através de ilustrações. Para isso, será realizada uma grande pesquisa em instituições culturais, museus e acervos em todo o país. O livro pretende abranger desde o período do descobrimento até os dias atuais.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
160215 - Lázaro do Piauí, de Pai pra Filho.
Lázaro José da Silva
CNPJ/CPF: 066.798.893-91
Processo: 01400002865201636
Cidade: Teresina - PI;
Valor Aprovado: 385132.00
Prazo de Captação: 22/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto Lázaro do Piauí, de Pai pra Filho refere-se as apresentações artístico-culturais do grande artista piauiense Lázaro do Piauí, na qual visa difundir a cultura, tornando-se uma opção segura e saudável de entretenimento e lazer. Além disso, o evento proporciona a valorização das manifestações culturais nordestinas com o intuito de contribuir para a afirmação da identidade piauiense.

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 345 de 14/06/2016, publicada no D.O.U. n.º 113 de 15/06/2016, Seção 1, página: 18:

Onde se lê: PRONAC 15 8047 - DISNEY ON ICE - MUNDOS FANTÁSTICOS, publicado na portaria n. 739 de 22/12/2015, no D.O.U. de 23/12/2015, para DISNEY ON ICE - 2016.

Leia-se: PRONAC 15 8047 - DISNEY ON ICE - 2016, publicado na portaria n. 739 de 22/12/2015, no D.O.U. de 23/12/2015, para DISNEY ON ICE - MUNDOS FANTÁSTICOS

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
4º DISTRITO NAVAL
BASE NAVAL DE VAL-DE-CÃES

PORTARIA Nº 25/BNVC, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Aplicação de Sanção Administrativa à empresa M C G LOBATO ME.

O COMANDANTE DA BASE NAVAL DE VAL-DE-CÃES, no uso das atribuições legais e de acordo com o art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa M C G LOBATO ME, CNPJ nº 17.901.936/0001-96, a sanção de ADVERTÊNCIA, em virtude da inadimplência no cumprimento de cláusulas contratuais (Contrato nº 84800/2016-001/00 - PE 069/2015), conforme prevista no inciso I do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

Art. 2º Consignar a sanção de ADVERTÊNCIA no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores da União - SICAF, para divulgação aos Órgãos que compõem o Serviço Público Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitão de Mar e Guerra HERCULES PEDROSA LEMOS

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 183/DPC, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Reconhecimento de empresa para exercer as funções de "ASP" (Application Service Provider) concernente ao sistema LRIT (Long-Range Identification and Tracking of Ships).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Reconhecer a empresa RADIOMAR ELETRÔNICA NAVAL LTDA, CNPJ 42.409.292/0001-60, para exercer as atividades correlatas ao "ASP" (Application Service Provider), em conformidade ao que estabelecem as Resoluções MSC.202(81) (Adoção de emendas à Convenção Internacional para Salvaguarda de Vida Humana no Mar, 1974, como emendada), MSC. 263(84), MSC. 330(90) e MSC. 400(95) (Padrões de Performance Revisado e Requisitos Funcionais para o LONG-RANGE IDENTIFICATION AND TRACKING OF SHIPS) e a Circular MSC.1/Circ.1307 (Orientações para vistoria e certificação de conformidade de navios com os requisitos para transmissões das informações LRIT) e todas emitidas pela IMO (International Maritime Organization).

Art. 2º Fica a referida empresa, autorizada a realizar o teste de conformidade (Conformance Test) nos equipamentos instalados a bordo de navios de bandeira brasileira, bem como emitir o respectivo relatório de teste de conformidade, até 24 de fevereiro de 2021, em consonância ao que estabelecem as Resoluções e a Circular citadas no Art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 72, de 23 de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 24 de fevereiro de 2016.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 184/DPC, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Reconhecimento de empresa para exercer as funções de "ASP" (Application Service Provider) concernente ao sistema LRIT (Long-Range Identification and Tracking of Ships).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Reconhecer a empresa PRIME SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, CNPJ 20.281.037/0001-42, para exercer as atividades correlatas ao "ASP" (Application Service Provider), em conformidade ao que estabelecem as Resoluções MSC.202(81) (Adoção de emendas à Convenção Internacional para Salvaguarda de Vida Humana no Mar, 1974, como emendada), MSC. 263(84), MSC. 330(90) e MSC. 400(95) (Padrões de Performance Revisado e Requisitos Funcionais para o LONG-RANGE IDENTIFICATION AND TRACKING OF SHIPS) e a Circular MSC.1/Circ.1307 (Orientações para vistoria e certificação de conformidade de navios com os requisitos para transmissões das informações LRIT) e todas emitidas pela IMO (International Maritime Organization).

Art. 2º Fica a referida empresa, autorizada a realizar o teste de conformidade (Conformance Test) nos equipamentos instalados a bordo de navios de bandeira brasileira, bem como emitir o respectivo relatório de teste de conformidade, até 23 de março de 2021, em consonância ao que estabelecem as Resoluções e a Circular citadas no Art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 91, de 22 de março de 2016, publicada no DOU de 23 de março de 2016.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 185/DPC, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Reconhecimento de empresa para exercer as funções de "ASP" (Application Service Provider) concernente ao sistema LRIT (Long-Range Identification and Tracking of Ships).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 03 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Reconhecer a empresa CARRIERWEB-BR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, CNPJ 07.365.036/0001-18, para exercer as atividades correlatas ao "ASP" (Application Service Provider), em conformidade ao que estabelecem as Resoluções MSC.202(81) (Adoção de emendas à Convenção Internacional para Salvaguarda de Vida Humana no Mar, 1974, como emendada), MSC. 263(84), MSC. 330(90) e MSC. 400(95) (Padrões de Performance Revisado e Requisitos Funcionais para o LONG-RANGE IDENTIFICATION AND TRACKING OF SHIPS) e a Circular MSC.1/Circ.1307 (Orientações para vistoria e certificação de conformidade de navios com os requisitos para transmissões das informações LRIT) e todas emitidas pela IMO (International Maritime Organization).

Art. 2º Fica a referida empresa, autorizada a realizar o teste de conformidade (Conformance Test) nos equipamentos instalados a bordo de navios de bandeira brasileira, bem como emitir o respectivo relatório de teste de conformidade, até 30 de junho de 2017, em consonância ao que estabelecem as Resoluções e a Circular citadas no Art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 1, de 15 de janeiro de 2009, publicada no DOU de 19 de janeiro de 2009.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 187, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Altera as Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem" (NORMAM-12/DPC), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 18 de abril de 2011; alterada pela Portaria nº 100/DPC, de 19 de maio de 2011, publicada no DOU de 20 de maio de 2011 (1ª Modificação); alterada pela Portaria nº 206/DPC, de 30 de setembro de 2011, publicada no DOU de 11 de outubro de 2011 (2ª Modificação); alterada pela Portaria nº 95, de 23 de maio de 2012, publicada no DOU de 30 de maio de 2012 (3ª Modificação); alterada pela Portaria nº 202/DPC, de 5 de outubro de 2012, publicada no DOU de 8 de outubro de 2012 (4ª Modificação); alterada pela Portaria nº 27/DPC, de 20 de fevereiro de 2013, publicada no DOU de 27 de fevereiro de 2013 (5ª Modificação); alterada pela Portaria nº 328/DPC, de 11 de novembro de 2013, publicada no DOU de 13 de novembro de 2013 (6ª Modificação); Portaria nº 194/DPC, de 8 de agosto de 2014, publicada no DOU de 11 de agosto de 2014 (7ª Modificação), Portaria nº 227/DPC, de 10 de setembro de 2014, publicada no DOU de 11 de setembro de 2014 (8ª Modificação); Portaria nº 77/DPC, de 6 de abril de 2015, publicada no DOU de 13 de abril de 2015 (9ª Modificação); Portaria nº 110/DPC, de 8 de maio de 2015, publicada no DOU de 11 de maio de 2015 (10ª Modificação); Portaria nº 218/DPC, de 20 de julho de 2015, publicada no DOU de 22 de julho de 2015 (11ª Modificação); Portaria nº 281/DPC, de 14 de setembro de 2015, publicada no DOU de 16 de setembro de 2015 (12ª Modificação); e Portaria nº 348, de 16 de novembro de 2015, publicada no DOU de 18 de novembro de 2015 (13ª Modificação), conforme abaixo especificado. Esta modificação é denominada 14ª Modificação.

I - No Capítulo 1 - "DA ESTRUTURA DO SERVIÇO DE PRATICAGEM":

a) Na Seção II - "DEFINIÇÕES":

1 - No item 0118 - "PRATICANTE DE PRÁTICO":

1.1 - Substituir o título pelo seguinte:

"PRATICANTE DE PRÁTICO (PRP)";

2 - No item 0119 - "PRÁTICO":

2.1 - Substituir o título pelo seguinte:

"PRÁTICO (PRT)"; e

3 - No item 0120 - "REPRESENTANTE ÚNICO DO SERVIÇO DE PRATICAGEM":

3.1 - Substituir o título pelo seguinte:

"REPRESENTANTE ÚNICO DO SERVIÇO DE PRATICAGEM (RUSP)";

II - No Capítulo 2 - "DOS PRÁTICOS":

a) Na Seção VI - "DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO":

1 - No item 0238 - "PLANO DE MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO":

1.1 - Substituir o texto pelo seguinte:

"O Plano de Manutenção da Habilitação tem como objetivo ambientar o Prático em sua ZP após um determinado período de afastamento, independente da motivação, e será elaborado pelo CP, devendo ser observado o número mínimo de fainas de praticagem estabelecidas no Anexo 2-F desta Norma.

O detalhamento do referido Plano deverá constar nas NPCP/NPCF.";

2. No item 0239 - "COMPROVAÇÃO DAS FAINAS DE PRATICAGEM REALIZADAS":

2.1 - Na alínea b):

2.1.1 - Substituir o texto pelo seguinte:

"O Comprovante de Faina de Praticagem, constante do Anexo 2-G, a ser preenchido pelo Prático responsável pela faina e assinado pelo Comandante da embarcação atendida, deverá ficar sob a guarda do respectivo Prático, à disposição da CP/DL/AG, por um período de dois anos.";

3. No item 0240 - "AFASTAMENTO DO PRÁTICO PELO DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO":

3.1 - Substituir o texto pelo seguinte:

"O Prático que deixar de cumprir o Plano de Manutenção da Habilitação, previsto no item 0238, deverá comunicar formalmente, exceto se por motivo de força maior, a sua situação de indisponibilidade à CP com jurisdição sobre a ZP, sendo então enquadrado na subalínea 6), alínea b) do item 0236 e afastado temporariamente do Serviço de Praticagem pela CP (a comunicação também poderá ser feita pelo RUSP ou empresa de praticagem).

O Prático deverá informar ao CP quando pronto para voltar a praticar, permitindo assim que seja estabelecido o Plano de Recuperação de Habilitação, onde este irá atuar como "assistente" na faina de praticagem de um Prático qualificado da ZP."; e

4. No item 0241 - "RECUPERAÇÃO DA HABILITAÇÃO":

4.1 - Substituir o texto pelo seguinte:

"A recuperação da habilitação é condicionada ao cumprimento de um Plano de Recuperação de Habilitação que considerará o período em que o Prático tiver deixado de cumprir o Plano de Manutenção da Habilitação, conforme indicado:

a) Por um período de um trimestre - participar como assistente no trimestre subsequente de, no mínimo, 25% do número de fainas previsto no Anexo 2-F. Esta situação não desobrigará o PRT de executar, após a recuperação, o número mínimo de fainas do respectivo trimestre na Escala, reduzido do número de manobras que executou como assistente.

b) Por um período de dois trimestres consecutivos - participar como assistente no trimestre subsequente de, no mínimo, 50% do número de fainas previsto no Anexo 2-F. Esta situação não desobrigará o PRT de executar, após a recuperação, o número mínimo de fainas do respectivo trimestre na Escala, reduzido do número de manobras que executou como assistente.

c) Por um período de três a sete trimestres consecutivos - participar como assistente no trimestre subsequente de, no mínimo, 75% do número de fainas previsto no Anexo 2-F. Esta situação não desobrigará o PRT de executar, após a recuperação, o número mínimo de fainas do respectivo trimestre na Escala, reduzido do número de manobras que executou como assistente.

Obs.:

(1) o CP, a seu critério e com o auxílio do RUSP, poderá, além do estabelecimento de um número de fainas superior ao mínimo preconizado, discriminar as fainas de praticagem a serem cumpridas pelo Prático na condição de assistente.

(2) nas situações b) e c), antes de se dar início ao Plano de Recuperação de Habilitação, o Prático deverá apresentar novo exame médico e psicofísico, conforme previsto no item 0248 desta Norma, cujo respectivo Laudo servirá para a verificação da normalidade de suas condições físicas e mentais.

(3) o mês de janeiro é a referência para início da contagem dos trimestres.";

b) Na Seção VIII - "DO NÚMERO DE PRÁTICOS POR ZONA DE PRATICAGEM":

1 - No item 0245 - "NÚMERO DE PRÁTICOS POR ZP":

1.1 - Substituir o texto pelo seguinte:

"a) A DPC estabelecerá a lotação de Práticos por ZP, considerando-se, dentre outros aspectos: volume esperado do tráfego de embarcações, tempo despendido e grau de dificuldade para a realização das fainas de praticagem, necessidade de manutenção da habilitação e períodos de escala e repouso (conforme previstos nos itens 0226 e 0227 desta norma).

b) Sempre que julgar necessário, considerando-se as expectativas, projeções e modificações ocorridas no tráfego aquaviário, a DPC corrigirá eventuais distorções nas lotações, visando adequá-las às necessidades do Serviço de Praticagem.".

2. Incluir como item 0248 - "REMANEJAMENTO DE PRÁTICO" com o seguinte texto:

"O Prático poderá ser remanejado pelo DPC para outra ZP, em caráter excepcional, quando ocorrerem os seguintes casos:

a) criação ou extinção de uma ZP; e

b) necessidade do serviço.

Em todos os casos o Prático remanejado cumprirá um período de adaptação e habilitação à nova ZP de no mínimo nove e no máximo doze meses, sendo posteriormente submetido a exame prático, conforme preconizado no item 0224, podendo continuar a praticar em sua anterior ZP, se necessário, até que seja habilitado na nova ZP, quando, então, será cancelado o anterior Certificado de Prático."; e

3. Renumerar os demais itens;

III - No ANEXO 2-F - "NÚMERO MÍNIMO DE FAINAS DE PRATICAGEM PARA A MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO" substituir pelo que acompanha esta Portaria;

IV - No Anexo 4-A - "RELAÇÃO DAS ZONAS DE PRATICAGEM":

a) No item 11 - "ZP-REDES E TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA (TMIB) (SE)":

1 - Substituir o texto pelo seguinte:

"Do ponto de espera de prático até o local de atracação.

A praticagem nesta ZP é obrigatória, exceto no Porto de Redes e Terminal de Carmópolis (TECARMO), onde são facultativas.";

b) No item 14 - "ZP-VITÓRIA, TUBARÃO, PRAIA MOLE, BARRA DO RIACHO E UBU (ES)":

1 - Substituir o título pelo seguinte:

"ZP-VITÓRIA, TUBARÃO, PRAIA MOLE, BARRA DO RIACHO, ESTALEIRO JURONG E UBU (ES)"; e

2. Na alínea b) "Barra do Riacho":

2.1 - Substituir o título pelo seguinte:

"Barra do Riacho e Estaleiro Jurong"; e

c) No item 15 - "ZP-RIO DE JANEIRO, NITERÓI, SEPETIBA, ILHA GUAÍBA, ILHA GRANDE (TEBIG), ANGRA DOS REIS E FORNO (RJ)":

1 - Substituir o título pelo seguinte:

"ZP-RIO DE JANEIRO, NITERÓI, SEPETIBA, ILHA GUAÍBA, ILHA GRANDE (TEBIG), ANGRA DOS REIS, FORNO E AÇU (RJ)"; e

2 - Substituir o texto pelo seguinte:

"a) Rio de Janeiro e Niterói

Dos alinhamentos da ponta de Copacabana com a Ilha do Pai, Ilha do Pai - Ilha da Mãe e ponta de Itaipu para o interior da Baía de Guanabara.

b) Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG) e Angra dos Reis

Pela entrada Leste, do alinhamento entre a Ilha das Palmas e a Ponta Grossa da Marambaia para o interior das Baías de Sepetiba e da Ilha Grande.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Pela entrada Oeste, do alinhamento entre a Ilha Deserta e o Lago do Jerônimo, para o interior da Baía da Ilha Grande.

c) Forno

Do alinhamento da Ilha dos Porcos com a parte central da Ilha de Cabo Frio até o local de atracação.

d) Açu

Do ponto de espera de prático até o local de atracação.

A praticagem nesta ZP é obrigatória.";

V - No Anexo 4-B - "PONTOS DE ESPERA DE PRÁTICO":

a) Na coluna "PORTO/TERMINAL":

1 - Na linha "Barra do Riacho":

1.1 - Substituir o texto pelo seguinte:

"Barra do Riacho e Estaleiro Jurong"; e

2. Na ZP-15:

2.1 - Incluir o seguinte texto:

ZP	PORTO/ TERMINAL	ESTADO	LATITUDE	LONGITUDE	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
15	Porto do Açu	RJ	21º 49' 30" S	040º 52' 54" W	Terminal 1.
15	Porto do Açu	RJ	21º 50' 42" S	040º 54' 30" W	Terminal 2.

VI - No Anexo 4-C - "ZONAS DE PRATICAGEM OBRIGATÓRIA":

a) Na coluna "TRECHO/PORTO/TERMINAL"

1 - Na linha 11 da coluna "ZP":

1.1 - Excluir o seguinte texto:

"Redes";

2 - Na linha 14 da coluna "ZP":

2.1 - Incluir o seguinte texto:

"Estaleiro Jurong"; e

3 - Na linha 15 da coluna "ZP":

3.1 - Incluir o seguinte texto:

"Porto do Açu"; e

VII - No Anexo 4-D - "TRECHOS FACULTATIVOS DAS ZONAS DE PRATICAGEM":

a) Na coluna "ZP":

1 - Incluir a linha "11";

b) Na coluna "ESTADO":

1 - Incluir a linha "SE";

c) Na coluna "TRECHO/PORTO/TERMINAL":

1 - Incluir a linha "REDES E TECARMO".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OBS: O Anexo que acompanha esta Portaria encontra-se disponível na página da internet da Diretoria de Portos e Costas.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 521, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 532/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201405377, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Católica de Belém (Facbel), a ser instalada na CLI TIM Norte, s/n, bairro Centro, no município de Ananindeua, no estado do Pará, mantida pelo Instituto Dom Vicente Zico (Invizi), com sede no município de Belém, no estado do Pará.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 522, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 81/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201208861, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Metropolitana de Paragominas (cód. 17666), a ser instalada na Rodovia PA 256 - Km 05, s/nº, Zona Rural, no Município de Paragominas, no Estado do Pará, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Paragominas Ltda., com sede em Paragominas, no Estado do Pará.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 523, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, na Resolução CNE/CES nº 1/2010, e no Parecer nº 86/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201405720, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciado o Centro Universitário Projeção, por transformação da Faculdade Projeção, com sede na CNB 14, Lotes 7/8/9, Região Administrativa III, Taguatinga Norte, no Distrito Federal, mantido pela BCEC - Brasil Central de Educação e Cultura S/S, com sede no Distrito Federal.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 527, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 11/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201307668, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Metropolitana de Anápolis, instalada na Av. Fernando Costa, nº 49, Vila Jaiara, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás, mantida pelo Instituto Metropolitano de Educação e Cultura Ltda., sediada no mesmo Município.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 528, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 13/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201101422, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Instituto de Ensino Superior de Teresina, instalada na R. Governador Joca Pires, nº 1.000, Bairro Fátima, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, mantida pela Associação de Ensino Superior do Piauí, com sede no mesmo Município.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 529, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 14/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201208812, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Universidade Federal de Goiás, com sede no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, mantida pela União.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 8 (oito) anos, Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 530, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO , no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 95/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201305259, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Renil do Brasil, a ser instalada à Rua Luís Lacava, nº 239, Centro, no município de Mauá, estado de São Paulo, mantida pela Renil Centro Educacional e Cursos Profissionalizantes Ltda.-ME, com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 531, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 110/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201305666, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais III, com sede na Avenida Francisco Araújo de Souza, nº 583, Centro, município de Tucano, estado da Bahia, mantida pela Ages Empreendimentos Educacionais Ltda. com sede no município de Paripiranga, estado da Bahia.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 532, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 114/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201112682, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Batista do Estado do Rio de Janeiro (FABERJ), localizada na Avenida Alberto Torres, nº 249/261, bairro Centro, no município de Campos de Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, mantida pela Junta de Educação e Ação Social da Convenção Batista Fluminense, com sede no mesmo município.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 533, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 156/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201403173, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Integrada de Cariacica (código: 19050), a ser instalada na Avenida Antônio Peixoto, s/nº, andar 6, sala 1, Vera Cruz, município de Cariacica, estado do Espírito Santo, mantida pela Empresa Educacional de Cariacica de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda., com sede no município de Cariacica, estado do Espírito Santo.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 534, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO , no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 168/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201405179, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Batista Brasileira do Recôncavo, localizada na avenida Alberto Passos, nº 294, bairro Centro, município de Cruz das Almas, estado da Bahia, mantida pela Cruzada Maranata de Evangelização, com sede na rua Jesus Cristo de Nazaré nº 1, Itaigara, município de Salvador, estado da Bahia.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 535, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 419/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201305095, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Maurício de Nassau do Cabo (código: 18211), a ser instalada na Avenida Historiador Pereira da Costa, nº 473, Centro, Município de Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco, mantida pela Ser Educacional S.A., com sede no Município de Recife, no Estado de Pernambuco.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 536, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 473/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201101421, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Piauiense de Processamento de Dados - FPPD, com sede na Rua Walfram Batista, nº 91, bairro São Cristóvão, município de Teresina, estado do Piauí, mantida pela Associação de Ensino Superior do Piauí - AESPI com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 537, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 566/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201304603, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade NECTAR, a ser instalada na Rua Costa Sepúlveda, nº 749, bairro Engenho do Meio, no Município de Recife, no Estado de Pernambuco, mantida pelo NECTAR - Núcleo de Empreendimentos em Ciência, Tecnologia e Artes, com sede no Município de Recife, no Estado de Pernambuco.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 540, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 10/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200801203, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia, instalada na Rodovia SCT 283, Pedro Rogério Garcia 8.100, Vila Fragosos, no Município de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Fundação Adolpho Bosio de Educação no Transporte, com sede no mesmo Município.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 541, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 80/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201356104, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade da Região Sisaleira - FARESI, a ser instalada na Fazenda Pinda, Rodovia BA 409, Km 10, no município de Conceição do Coité, no estado da Bahia, mantida pelo Grupo M.C. Educação e Assessoria Ltda. - ME, com sede no município de Conceição do Coité, no estado da Bahia.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 542, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 85/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201355647, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Politécnica de Goiás(FPG) a ser instalada na rua Ademar Ferrugem, nº 840, bairro Santo Antônio, no município de Catalão, no estado de Goiás, mantida pelo Instituto Politécnico de Ensino Ltda.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 543, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 91/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201404632, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciado o Centro Universitário FAMINAS-UNIFAMINAS, por transformação da Faculdade de Minas, localizado na Avenida Cristiano Ferreira Varella, nº 655, Rodovia BR 116, km 701, bairro Universitário, Município de Muriaé, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Lael Varella Educação e Cultura Ltda., com sede no Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 544, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 96/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201403546, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciado o Centro de Ensino Superior Riograndense (código: 18034), a ser instalado na Rodovia Governador Leonel de Moura Brizola, KM 38 Linha Beira Campo, município de Sarandi, estado do Rio Grande do Sul, mantido pela Sociedade Educacional Sarandi Ltda., com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 545, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 160/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201304744, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Estácio de São Mateus - Estácio São Mateus (código: 18107), a ser instalada na Rua Coronel Constantino Cunha, nº 300, Aviação, município de São Mateus, estado do Espírito Santo, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. (código 1122), com sede no município de Boa Vista, estado de Roraima.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 546, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 170/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201210689, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Waldir Filho, a ser instalada na Rua Libércia Gonçalves de Moraes s/n, bairro Vila Antônio Humberto de Moraes, no município de Lago da Pedra, no estado do Maranhão, mantida pela Alves de Melo e Melo Ltda., com sede e foro no mesmo município e estado.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 547, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 531/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201403990, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciado o Centro Universitário Unicentro AGES, por transformação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Faculdade AGES, com sede na Avenida Universitária, Parque das Palmeiras, nº 23, Centro, município de Paripiranga, estado da Bahia, mantida por AGES Empreendimentos Educacionais Ltda., com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 548, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 540/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201356439, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Taboão, a ser instalada na rua João Slaviero, nº 65, bairro Jardim da Glória, município de Taboão da Serra, estado de São Paulo, mantida pelo Taboão Educacional Ltda., com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 549, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 274/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200806275, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Monteiro Lobato - FATO, com sede na Rua dos Andradas, nº 1180, Centro, município de Porto Alegre, estado Rio Grande do Sul, mantida pela Sociedade Educacional Monteiro Lobato, com sede no mesmo município.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 550, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 335/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200904996, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Instituto Superior de Educação Sant'Ana - ISESA, com sede à Rua Senador Pinheiro Machado, nº 189, Centro, município de Ponta Grossa, estado do Paraná, mantido pela Associação Missionária de Beneficência, com sede e foro no município de Ponta Grossa, estado do Paraná.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 551, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 495/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201113830, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF, com sede na avenida Deputado Audomar Ferraz, nº 98, bairro Centro, município de Floresta, estado de Pernambuco, mantido pela SECEF - Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Floresta Ltda. S/C - ME, localizada no mesmo município e estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 552, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 521/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200801784, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Herrero, com sede na Rua Álvaro de Andrade, nº 322, Portão, no município de Curitiba, estado do Paraná, CEP: 80610-240, mantida pela Sociedade Educacional Herrero Ltda. - SS - EPP, com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

PORTARIA Nº 553, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 537/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201364762, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, com sede na Avenida Doutor Randolfo Borges Júnior, nº 2.900, bairro Univerdecidade, no município de Uberaba, no estado de Minas Gerais, mantido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº 770, bairro São Benedito, no município Uberaba, no estado de Minas Gerais.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 21 de junho de 2016

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 86/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, favorável ao credenciamento do Centro Universitário Projeção, por transformação da Faculdade Projeção, com sede na CNB 14, Lotes 7/8/9, Região Administrativa III, Taguatinga Norte, no Distrito Federal, mantido pela BCEC - Brasil Central de Educação e Cultura S/S, com sede no Distrito Federal, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201405720.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 532/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, com retificação publicada no Diário de Oficial da União de 25 de abril de 2016, favorável ao credenciamento da Faculdade Católica de Belém (Facbel), a ser instalada na CLI TIM Norte, s/n, bairro Centro, no município de Ananindeua, no estado do Pará, mantida pelo Instituto Dom Vicente Zico (Invizi), com sede no município de Belém, no estado do Pará, observados tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta do curso de Filosofia, bacharelado; e Teologia, bacharelado, ambos com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201405377.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 81/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Metropolitana de Paragominas (cód. 17666), a ser instalada na Rodovia PA 256 - Km 05, s/nº, Zona Rural, no Município de Paragominas, no Estado do Pará, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Paragominas Ltda., com sede em Paragominas, no Estado do Pará, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006a partir da oferta dos cursos de graduação em Engenharia Civil, bacharelado, com 100 vagas (código: 1189400; processo: 201208959); Administração, bacharelado, com 100 vagas (código: 1189394; processo: 201208953); Direito, bacharelado, com 100 vagas (código: 1189396; processo: 201208955); Engenharia de Produção, bacharelado, com 100 vagas (código: 1189398; processo: 201208957); e Ciências Contábeis, bacharelado, com 100 vagas (código: 1189395; processo: 201208954), conforme consta do processo e-MEC nº 201208861.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 10/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia, instalada na Rodovia SCT 283, Pedro Rogério Garcia 8.100, Vila Fragosos, no Município de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Fundação Adolpho Bosio de Educação no Transporte, com sede no mesmo Município, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200801203.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 80/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade da Região Sisaleira - FARESI, a ser instalada na Fazenda Pinda, Rodovia BA 409, Km 10, no município de Conceição do Coité, no estado da Bahia, mantida pelo Grupo M.C. Educação e Assessoria Ltda. - ME, com sede no município de Conceição do Coité, no estado da Bahia, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303 de 2007, a partir da oferta dos cursos superiores de graduação em Nutrição, bacharelado (processo: 201356207); Engenharia Civil, bacharelado (processo: 201356178); Engenharia de Produção, bacharelado (processo: 201356179) e Enfermagem, bacharelado (processo: 201356180), com 100 (cem) vagas totais anuais cada, conforme consta do processo e-MEC nº 201356104.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 85/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Politécnica de Goiás(FPG) a ser instalada na rua Ademar Ferrugem, nº 840, bairro Santo Antônio, no município de Catalão, no estado de Goiás, mantida pelo Instituto Politécnico de Ensino Ltda., observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos cursos de Engenharia de Produção, bacharelado Engenharia Elétrica, bacharelado, Engenharia Mecânica, bacharelado e Engenharia Civil, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas anuais cada, conforme consta do processo e-MEC nº 201355647.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 91/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS, por transformação da Faculdade de Minas, localizada na Avenida Cristiano Ferreira Varella, n° 655, Rodovia BR 116 km 701, bairro Universitário, Município de Muriaé, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Lael Varella Educação e Cultura Ltda., com sede no Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201404632.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 96/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento do Centro de Ensino Superior Riograndense (código: 18034), a ser instalado na Rodovia Governador Leonel de Moura Brizola, KM 38 Linha Beira Campo, município de Sarandi, estado do Rio Grande do Sul, mantido pela Sociedade Educacional Sarandi Ltda., com sede no mesmo município e estado, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos cursos superiores de graduação em Pedagogia, licenciatura (código: 1284212; processo: 201403548), Administração, bacharelado (código: 1284214; processo: 201403550), Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, (código: 1284216; processo: 201403552), Medicina Veterinária, bacharelado (código: 1284219; processo: 201403553) e Agronomia, bacharelado (código: 1284220; processo: 201403555), pleiteados quando da solicitação de credenciamento, todos com 100 (cem) vagas anuais, conforme consta do processo e-MEC nº 201403546.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 160/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento do Faculdade Estácio de São Mateus - Estácio São Mateus (código: 18107), a ser instalada na Rua Coronel Constantino Cunha, nº 300, Aviação, município de São Mateus, estado do Espírito Santo, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda (código 1122), com sede no município de Boa Vista, estado de Roraima, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta inicial dos cursos superiores de graduação em Administração, bacharelado; Engenharia Civil, bacharelado; Engenharia de Produção, bacharelado; Engenharia de Petróleo, bacharelado e Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais cada curso, conforme consta do processo e-MEC nº 201304744.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 170/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Waldir Filho, a ser instalada na Rua Libércia Gonçalves de Moraes s/n, bairro Vila Antônio Humberto de Moraes, no município de Lago da Pedra, no estado do Maranhão, mantida pela Alves de Melo e Melo Ltda., com sede e foro no mesmo município e estado, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta do curso superior de Letras - Português e Inglês (licenciatura), com 100 (cem) vagas totais anuais, conforme consta do processo e-MEC nº 201210689.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 531/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, com retificação publicada no Diário de Oficial da União de 25 de abril de 2016, favorável ao credenciamento do Centro Universitário Unicentro AGES, por transformação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Faculdade AGES, com sede na Avenida Universitária, Parque das Palmeiras, nº 23, Centro, município de Paripiranga, estado da Bahia, mantida por AGES Empreendimentos Educacionais Ltda., com sede no mesmo município e estado, observados tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, fixado pela da Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201403990.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 540/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, com retificação publicada no Diário de Oficial da União de 25 de abril de 2016, favorável ao credenciamento da Faculdade Taboão, a ser instalada na rua João Slaviero, nº 65, bairro Jardim da Glória, município de Taboão da Serra, estado de São Paulo, mantida pelo Taboão Educacional Ltda., com sede no mesmo município e estado, observados tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, para oferta dos cursos superiores de graduação em Educação Física, bacharelado (1263593; processo: 201356446); Engenharia Elétrica (código: 1263596; processo: 201356449); Radiologia, tecnológico (código: 1263595; processo: 201356448); Farmácia, bacharelado (código: 1263594; processo: 201356447); e Educação Física, licenciatura (código: 1263588; processo: 201356441), todos com 200 vagas totais anuais, conforme consta do processo e-MEC nº 201356439.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 11/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Metropolitana de Anápolis, instalada na Av. Fernando Costa, nº 49, Vila Jaiara, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás, mantida pelo Instituto Metropolitano de Educação e Cultura Ltda., sediada no mesmo Município, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201307668.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 13/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento do Instituto de Ensino Superior de Teresina, instalada na R. Governador Joca Pires, nº 1.000, Bairro Fátima, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, mantida pela Associação de Ensino Superior do Piauí, com sede no mesmo Município, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201101422.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 14/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Universidade Federal de Goiás, com sede no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, mantida pela União, pelo prazo de 8 (oito) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201208812.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 95/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Renil do Brasil, a ser instalada à Rua Luís Lacava, nº 239, Centro, no município de Mauá, estado de São Paulo, mantida pela Renil Centro Educacional e Cursos Profissionalizantes Ltda.-ME, com sede no mesmo município e estado, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303 de 2007, a partir da oferta dos seguintes cursos de graduação: Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Pedagogia (licenciatura) e Administração (bacharelado), todos com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, fixadas pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201305259.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 110/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais III, com sede na Avenida Francisco Araújo de Souza, nº 583, Centro, município de Tucano, estado da Bahia, mantida pela Ages Empreendimentos Educacionais Ltda. com sede no município de Paripiranga, estado da Bahia, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303 de 2007, a partir da oferta dos cursos de graduação em Pedagogia, licenciatura; História, licenciatura; Ciências Biológicas, licenciatura; Geografia, licenciatura; e Administração, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas anuais, conforme consta do processo e-MEC nº 201305666.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 114/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Batista do Estado do Rio de Janeiro (FABERJ), localizada na Avenida Alberto Torres, nº 249/261, bairro Centro, no município de Campos de Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, mantida pela Junta de Educação e Ação Social da Convenção Batista Fluminense, com sede no mesmo município, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201112682.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 156/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Integrada de Cariacica (código: 19050), a ser instalada na Avenida Antônio Peixoto, s/nº, andar 6, sala 1, Vera Cruz, município de Cariacica, estado do Espírito Santo, mantida pela Empresa Educacional de Cariacica de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda., com sede no município de Cariacica, estado do Espírito Santo, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303 de 2007, com a oferta inicial dos seguintes cursos superiores de graduação, já avaliados e recomendados pela SERES: Administração, bacharelado (código: 1283885; processo: 201403249); Ciências Contábeis, bacharelado (código: 1283886; processo: 201403251); Educação Física, licenciatura (código: 1283889; processo: 201403254);); Pedagogia, licenciatura (código: 1283887; processo: 201403252); Serviço Social, bacharelado (código: 1283888; processo: 201403253), todos com 100 (cem) vagas anuais, conforme consta do processo e-MEC nº 201403173.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação a HOMOLOGA o Parecer nº 168/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Batista Brasileira do Recôncavo, localizada na avenida Alberto Passos, nº 294, bairro Centro, município de Cruz das Almas, estado da Bahia, mantida pela Cruzada Maranata de Evangelização, com sede na rua Jesus Cristo de Nazaré nº 1, Itaigara, município de Salvador, estado da Bahia, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303 de 2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Tecnologia em Gestão Pública, Pedagogia, licenciatura, Teologia, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais cada e Serviço Social, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, conforme consta do processo e-MEC nº 201405179.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 419/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau do Cabo (código: 18211), a ser instalada na Avenida Historiador Pereira da Costa, nº 473, Centro, Município de Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco, mantida pela Ser Educacional S.A., com sede no Município de Recife, no Estado de Pernambuco, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos cursos de Ciências Contábeis (bacharelado), Administração (bacharelado), e dos cursos superiores de tecnologia em Segurança no Trabalho, em Logística e em Gestão Comercial, cada um deles com 240 (duzentas e quarenta) vagas anuais, conforme consta do processo e-MEC nº 201305095.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 473/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Piauiense de Processamento de Dados - FPPD, com sede na Rua Walfram Batista, nº 91, bairro São Cristóvão, município de Teresina, estado do Piauí, mantida pela Associação de Ensino Superior do Piauí - AESPI com sede no mesmo município e estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201101421.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 566/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, com retificação publicada no Diário de Oficial da União de 25 de abril de 2016, favorável ao credenciamento da Faculdade NECTAR, a ser instalada na Rua Costa Sepúlveda, nº 749, bairro Engenho do Meio, no Município de Recife, no Estado de Pernambuco, mantida pelo NECTAR - Núcleo de Empreendimentos em Ciência, Tecnologia e Artes, com sede no Município de Recife, no Estado de Pernambuco, observados tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei no 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta do curso de Administração, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, determinando à SERES a publicação da respectiva portaria, conforme consta do processo e-MEC nº 201304603.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 274/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Monteiro Lobato - FATO, com sede na Rua dos Andradas, nº 1180, Centro, município de Porto Alegre, estado Rio Grande do Sul, mantida pela Sociedade Educacional Monteiro Lobato, com sede no mesmo município, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200806275.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 335/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento do Instituto Superior de Educação Sant'Ana - ISESA, com sede à Rua Senador Pinheiro Machado, nº 189, Centro, município de Ponta Grossa, estado do Paraná, mantido pela Associação Missionária de Beneficência, com sede e foro no município de Ponta Grossa, estado do Paraná, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200904996.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 495/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento do Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF, com sede na avenida Deputado Audomar Ferraz, nº 98, bairro Centro, município de Floresta, estado de Pernambuco, mantido pela SECEF - Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Floresta Ltda. S/C - ME, localizada no mesmo município e estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201113830.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 521/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Herrero, com sede na Rua Álvaro de Andrade, nº 322, Portão, no município de Curitiba, estado do Paraná, CEP: 80610-240, mantida pela Sociedade Educacional Herrero Ltda. - SS - EPP, com sede no mesmo município e estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200801784.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 537/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, com sede na Avenida Doutor Randolfo Borges Júnior, nº 2.900, bairro Universidade, no município de Uberaba, no estado de Minas Gerais., mantido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº 770, bairro São Benedito, no município Uberaba, no estado de Minas Gerais, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201364762.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

PORTARIA Nº 1.742, 24 DE MAIO DE 2016

O PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais, regimentais e estatutárias, e considerando o que consta no processo administrativo nº 23107.012549/2016-20, resolve:

PRORROGAR, por mais 24 (vinte e quatro) meses, o Resultado Final do Concurso Público para provimento do cargo de Professor de Carreira de Magistério Superior, realizado nos termos do Edital PROGRAD n.º 12/2014, homologado no Diário Oficial da União n.º 124, Seção 1, Página 30, de 02 de julho de 2014, a contar de 02 de julho de 2016.

JOSIMAR BATISTA FERREIRA
Reitor
Em exercício

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS VITÓRIA

PORTARIA Nº 372-GDG, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS VITÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº1070, de 05/06/2014, da Reitoria deste Ifes, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à Contratação de Professor Substituto de que trata o Edital nº 02/2016, conforme relação anexa.

RICARDO PAIVA

ANEXO

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Geomática - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTO	CLASSIFICAÇÃO
0048	Elizabeth Dell'Orto e Silva	61,10	1º
0102	Nelio Augusto Secchin	60,88	2º
0114	Josilene Cavalcante Corrêa	59,00	3º
0066	Rodrigo Bettim Bergamaschi	58,28	4º
0032	Ana Paula Freire de Castro	53,10	5º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Matemática - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTO	CLASSIFICAÇÃO
0084	Alexandre Monte Pimentel	57,80	1º
0025	Gislayni Telles Vieira Santana Lopes	57,50	2º
0008	Filipe Ribeiro Carneiro	57,30	3º
0106	João Lucas de Oliveira	54,60	4º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Mecânica/Manutenção Industrial - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTO	CLASSIFICAÇÃO
0083	Hércules de Melo Barcelos	64,48	1º
0075	Edson Ferreira Mol	58,90	2º
0042	Artur Pratti de Barros	54,50	3º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Mecânica/ Tecnologia da Soldagem - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTO	CLASSIFICAÇÃO
0100	Otávio Favoretti do Nascimento	56,80	1º
0113	Vagner Pralon Martinelli	51,00	2º
0024	Rodrigo Soares dos Santos	48,78	3º
0104	Renato Magalhães Costa	44,10	4º
0050	Lázaro Coutinho da Costa da Silva	42,28	5º

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 763, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 28/06/2012, Seção 1, Págs. 130, 131, e 132, e pelo Decreto de 16 de setembro 2015, publicado no DOU de 17 de setembro de 2015, Seção 2, página 01, resolve:

Art. 1º DELEGAR, conforme abaixo, competências ao Gestor Financeiro e Ordenador de Despesa do Campus São João Evangelista para transações bancárias referentes ao CNPJ do referido Campus:

I -Movimentação e autorizações no Gerenciador Financeiro;

II -Cadastramento, alteração e desbloqueio de senhas;

III -Efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico;

IV -Liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro;

V -Realizar Proposta de Adesão de Cartão de Pagamento do Governo Federal;

VI -Realizar Cadastro de Portador de Cartão de Pagamento do Governo Federal;

VII -Assinatura de relatório de Ordens Bancárias.

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3ºDeterminar que a presente Portaria seja devidamente publicada no Diário Oficial da União.

KLÉBER GONÇALVES GLÓRIA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

PORTARIA Nº 1.594, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais, resolve:

Prorrogar, por 2 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público para os cargos de Técnico-Administrativos, regido pelo Edital nº 091/2014, publicado no DOU em 04/04/2014 conforme segue:

Edital de Abertura	Câmpus	Área	Data de Homologação no DOU
091/2014	Bagé	1 ,2,3 e 5	25/06/2014
091/2014	Camaquã	6,7 e 8	25/06/2014
091/2014	Charqueadas	10	25/06/2014
091/2014	Gravataí	11, 12,13,14,15,16,17 e 19	25/06/2014
	Jaguarão	20, 21,22 e 23	
091/2014	Lajeado	24, 25,26,27,28,29,30 e 32	25/06/2014
091/2014	Passo Fundo	34 e 35	25/06/2014
091/2014	Pelotas	36, 37,38 e 39	25/06/2014
091/2014	Santana do Livramento	41, 42,43 e 44	25/06/2014
091/2014	Sapiranga	45, 46,48,49,51,52,53,54,57	25/06/2014
091/2014	Pelotas	40	30/06/2014

JANETE OTTE
Em exercício

PORTARIA Nº 1.595, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais, resolve:

Prorrogar, por 2 (dois) anos, o prazo de validade dos Concursos Públicos para o cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme segue:

Edital de Abertura	Câ mpus	Área	Data de Homolog a ção no DOU
067/2014	Camaquã	1 e 2	25/06/2014
067/2014	Charqueadas	3 e 4	25/06/2014
067/2014	Gravataí	5 e 6	25/06/2014
067/2014	Jaguarão	7, 8,9 e 10	25/06/2014
067/2014	Lajeado	11 e 23	25/06/2014
067/2014	Passo Fundo	12, 13,14 e 15	25/06/2014
067/2014	Santana do Livramento	16 e 17	25/06/2014
067/2014	Venâncio Aires	19, 20,21 e 22	25/06/2014
067/2014	Sapucaia do Sul	18	04/07/2014

JANETE OTTE
Em exercício

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 6 DE JUNHO DE 2016

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 11.892, de 29-12-2008 e, conforme deliberação do Conselho Superior, na reunião ordinária, realizada em 03 de junho de 2016;Considerando o Regimento Geral do IFSul, publicado no D.O.U. de 17/12/2014, Seção 1, página 16; Considerando, ainda, a Resolução nº 91, de 13/11/2015, publicada no D.O.U. de 18/11/2015, Seção 1, página 22, resolve:

Aprovar a alteração do Inciso II do Art. 109, do Regimento Geral do IFSul, que passa a ter a seguinte redação: II. Supervisionar os processos de seleção de estagiários da Reitoria, de estudantes e de servidores do IFSul.

MARCELO BENDER MACHADO

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 21 de junho de 2016

Dispõe sobre o cumprimento de decisão judicial relacionada ao processo de supervisão de interesse da LIBERTAS - FACULDADES INTEGRADAS (cód. 5599), objeto do processo de supervisão nº 23709.000028/2016-41. Processo MEC nº 00732000623201693.

Nº 46 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista as normas que regulam

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

o processo administrativo na Administração Pública Federal e dando cumprimento à decisão liminar proferida pelo Juízo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no bojo da Ação Ordinária nº 0000309-28.2016.4.01.3805, impetrada pela Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso - MG/FECOM, mantenedora da LIBERTAS - FACULDADES INTEGRADAS (cód. 5599), determina que:

1.Sejam suspensos os efeitos do Despacho SERES/MEC nº 97, de 22 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União - DOU em 23 de dezembro de 2015, em face da LIBERTAS - FACULDADES INTEGRADAS (cód. 5599); e

2.Seja notificada a LIBERTAS - FACULDADES INTEGRADAS (cód. 5599) do teor deste Despacho, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da caixa de mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1º DE JUNHO DE 2016

OS CONSELHOS UNIVERSITÁRIO E DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o que consta do Processo nº 7.935/2014-41 - GABINETE DO REITOR;

CONSIDERANDO o que dispõe as Resoluções nºs. 07/2012 e 44/2015 do Conselho Universitário desta Universidade;

CONSIDERANDO o parecer da Comissão de Legislação e Normas;

CONSIDERANDO, ainda, a aprovação da Plenária, por maioria, na Sessão Conjunta do dia 1º de junho de 2016, resolve:

Art.1º. Alterar o Estatuto da Universidade Federal do Espírito Santo, conforme abaixo:

O Artigo 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º A Universidade constitui-se das seguintes unidades:

Centro de Artes (CAR);
Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAE);
Centro de Ciências Exatas (CCE).
Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS);
Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN);
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE);
Centro de Ciências da Saúde (CCS);
Centro de Educação (CE);
Centro de Educação Física e Desportos (CEFD);
Centro Tecnológico (CT);
Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES)."

O Artigo 15 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. O Conselho Universitário compor-se-á:
do Reitor, como seu Presidente;
do Vice-Reitor;
dos Diretores dos Centros;
do Pró-reitor de Administração;
do Pró-reitor de Gestão de Pessoas;
do Pró-reitor de Assistência Estudantil e Cidadania;
do Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
do Superintendente do Hospital Universitário;
de 2 (dois) representantes do corpo docente do Quadro Permanente, eleitos por seus pares;
de 3 (três) representantes do corpo técnico-administrativo, eleitos por seus pares;
de 5 (cinco) representantes do corpo discente;
do Reitor imediatamente anterior.

§ 1º Terá a duração de 2 (dois) anos o mandato dos representantes mencionados no inciso IX e X de 1 (um) ano, o dos representantes do inciso XI, permitida, e em ambos os casos, uma única recondução.

§ 2º Nas ausências ou impedimentos do Superintendente do Hospital Universitário, este será substituído pelo Gerente de Ensino e Pesquisa.

§ 3º Os representantes mencionados nos incisos IX, X e XI terão suplentes eleitos pelo mesmo processo e por igual período.

§ 4° Os ocupantes dos cargos previstos nos incisos IV, V, VI e VII deverão ser obrigatoriamente servidores do Quadro Permanente da Universidade.

§ 5º Nas ausências ou impedimentos dos Pró-reitores mencionados nos incisos IV, V, VI e VII estes serão substituídos pelos respectivos representantes legais.

§ 6° No caso de reeleição do Reitor, permanecerá no Conselho Universitário o Reitor anterior.

§ 7º O representante mencionado no inciso XII terá como suplente o Vice-reitor imediatamente anterior".

§ 8º O número de representantes descritos no inciso IX será acrescido unitariamente até que a proporção de no mínimo 70% (setenta por cento) de docentes no Conselho Universitário seja atendida.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

REINALDO CENTODUCATTE
Presidente do Conselho

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA E LOGÍSTICA

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Ministro de Estado da Fazenda publicado no DOU de 17 de junho de 2016, Seção I, pág. 17, referente ao Processo nº 17944.001920/2014-00, interessado o Município de Belo Horizonte,

onde se lê:

"relativo aos contratos de número 0222968, 0222972, 0222981, 0222987, 0222991, 0222993, 0293502",

leia-se:

"relativo aos contratos de número 0222968, 0222972, 0222973, 0222981, 0222987, 0222990, 0222991, 0222993, 0293502",

SECRETARIA EXECUTIVA
CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CRPC

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento dos recursos da 61ª Reunião Ordinária da Câmara de Recursos de Previdência Complementar - CRPC, a ser realizada em 06 de julho de 2016, às 14h30min na Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", 9º andar, Brasília - DF.

1) Processo nº 44011.000161/2015-34, Auto de Infração nº 0003/15-85, Decisão nº 01/2016/Dicol/Previc, Recorrentes: Alexej Predtechensky, Ricardo Oliveira Azevedo, José Carlos Rodrigues Sousa, Mônica Christina Caldeira Nunes, Adilson Florêncio da Costa e João Carlos Penna Esteves, Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: Fábio Lucas de Albuquerque Lima/Evelise Pafetti.

2) Processo nº 44170.000004/2015-04, Auto de Infração nº 0012/15-76, Decisão nº 06/2016/Dicol/Previc, Recorrente: Luís Carlos Fernandes Afonso, Procurador: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267, Entidade: PETROS - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, Relator designado: Fábio Lucas de Albuquerque Lima/Evelise Pafetti.

VIRGILIO ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO
Presidente da Câmara

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DO MEIO CIRCULANTE

CARTA CIRCULAR Nº 3.770, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Divulga procedimentos para a retirada de circulação de cédulas e moedas metálicas nacionais tidas como falsas ou de legitimidade duvidosa.

O Chefe do Departamento do Meio Circulante (Mecir), substituto, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 23, I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, tendo em vista o disposto no art. 4º da Resolução nº 4.492, de 31 de maio de 2016, e no art. 8º da Circular 3.798, de 20 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º Na hipótese de identificação de cédulas e moedas metálicas nacionais tidas como falsas ou de legitimidade duvidosa nas operações com numerário, as instituições financeiras detentoras de contas Reservas Bancárias ou Contas de Liquidação deverão:

I - reter tais cédulas e moedas metálicas;

II - emitir recibo de retenção em favor do apresentante, quando a identificação das cédulas e moedas referidas no caput ocorrer no momento da apresentação por pessoa física ou jurídica, mantendo cópia na instituição por 2 (dois) anos, contados da data de emissão, facultado o armazenamento eletrônico do recibo de retenção digitalizado;

III - registrar todos os dados referentes à retenção, inclusive a identificação do apresentante pelo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), e remetê-los ao Banco Central do Brasil por intermédio do Catálogo de Serviços do Sistema Financeiro Nacional, atendendo às especificações da mensagem CIR0051; e

IV - encaminhar à sede ou às representações do Departamento do Meio Circulante, para exame, as cédulas e moedas metálicas nacionais retidas, acompanhadas do documento Recibo de Encaminhamento (RE), conforme o Anexo 1 a esta Carta-Circular.

§1º. Não serão adotados os procedimentos previstos nos incisos II, III e IV do caput caso os espécimes retidos tenham sido requisitados por órgãos policiais ou por autoridades judiciais.

§2º. Cada remessa de dados de que trata o inciso III restringir-se-á a um único evento de retenção e estará vinculada ao CPF ou CNPJ do apresentante.

§3º. Quando os espécimes forem identificados e retidos durante processamento de numerário nas tesourarias das instituições financeiras referidas no caput deste artigo, os campos CNPJ ou CPF na mensagem CIR0051, mencionados no § 2º, não precisam ser informados.

Art. 2º O recibo de retenção conterá data de emissão, a identificação da instituição financeira, os dados do portador (nome, endereço, telefone, documento de identidade, CPF ou CNPJ) e as informações relativas ao numerário retido (município, data da retenção, denominação, quantidade e identificação alfanumérica da cédula).

Art. 3º As instituições referidas no caput do art. 1º adotarão medidas que assegurem o pagamento de numerário legítimo.

§ 1º. Na hipótese de saque ou troca, inclusive em terminais de autoatendimento, em que tenha sido recebida cédula ou moeda metálica nacional tida como falsa ou de legitimidade duvidosa, a instituição financeira deverá substituir a cédula ou moeda por outra em boas condições de uso, às suas expensas, imediatamente após sua apresentação pelo cliente.

§ 2º. As cédulas ou moedas tidas como falsas ou de legitimidade duvidosa substituídas, nos termos do parágrafo primeiro deste artigo, deverão ser encaminhadas ao Banco Central do Brasil em remessas identificadas com o CNPJ da instituição financeira.

Art. 4º As cédulas e as moedas metálicas nacionais retidas deverão ser entregues na sede ou nas representações do Departamento do Meio Circulante, observados os critérios de competência definidos pelo Banco Central do Brasil, nos prazos previstos nos artigos 4º e 7º da Circular 3.798, de 20.06.2016.

Art. 5º Para encaminhamento das cédulas e moedas metálicas nacionais retidas ao Departamento do Meio Circulante, as instituições financeiras:

I - registrarão o número da remessa em cada cédula retida, carimbando-a com a expressão "SUSPEITA DE FALSIFICAÇÃO", conforme modelo de carimbo e áreas delimitadas da cédula definidos no Anexo 2 desta Carta-Circular;

II - informarão os números dos inquéritos policiais ou processos judiciais, caso exista vínculo entre estes e o objeto da retenção.

Art. 6º Quando do recebimento das remessas de cédulas, o Departamento do Meio Circulante verificará a quantidade de itens e respectivos dados.

§ 1º. O Departamento do Meio Circulante poderá conferir, no momento do recebimento, apenas a quantidade de itens de cada remessa e, posteriormente, os demais dados de cada item da remessa.

§ 2º. O Recibo de Encaminhamento (RE) deverá indicar a adoção do procedimento indicado no § 1º, por meio de marcação no espaço apropriado.

§ 3º. Após a conferência das informações referentes a cada item de remessa, o Departamento do Meio Circulante poderá realizar os acertos decorrentes de eventuais distorções nos dados originalmente registrados pelas instituições financeiras.

Art. 7º Para todos os efeitos previstos na Circular nº 3.798, de 20 de junho de 2016, as instituições financeiras serão responsáveis pelo encaminhamento ao Banco Central do Brasil dos dados corretos sobre as cédulas e moedas retidas.

Art. 8º O Departamento do Meio Circulante disporá de, no máximo, 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da remessa, para confirmar ou não a legitimidade das cédulas e moedas metálicas nacionais recebidas.

§1º. Caso o exame dependa de avaliação de órgãos externos, o prazo mencionado no caput ficará suspenso até o recebimento do resultado pelo Departamento do Meio Circulante.

§2º. Se a legitimidade for confirmada, o valor correspondente será creditado na conta de reservas bancárias ou de liquidação da instituição financeira, a qual deverá:

I - efetuar o crédito do valor correspondente devido na conta corrente do apresentante correntista, no prazo de 24 horas após receber o crédito do valor; ou

II - comunicar a disponibilidade do valor correspondente ao apresentante não-correntista, no prazo de 3 (três) dias úteis.

Art. 9º As instituições financeiras poderão acompanhar o procedimento de análise de cada cédula e moeda metálica nacional remetida, bem como tomar conhecimento do resultado do exame realizado e do crédito referente àquelas identificadas como legítimas, mediante a utilização de mensagem específica do Catálogo de Serviços do Sistema Financeiro Nacional.

Art. 10º O acompanhamento, pelo interessado (Pessoa Física e Pessoa Jurídica), do trâmite dos espécimes retidos poderá ser feito pela página do Banco Central do Brasil na internet (www.bcb.gov.br).

Art. 11. Fica revogada a Carta Circular nº 3.329, de 15 de julho de 2008.

Art. 12. Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Carta Circular e os anexos 1 e 2 encontram-se disponíveis na página do Banco Central do Brasil na Internet (http://www.bcb.gov.br/?ESPECIALNOR).

LUIZ ERNANI MARQUES ACCIOLY

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CAIXA HOLDING SECURITÁRIA S/A
CNPJ/MF nº 22.556.669/0001-05 - NIRE 53 3 0001646-1

EXTRATO DE ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 2016

Data, Horário e Local: 09 de março de 2016, às 18:00 horas, na sede social da CAIXA HOLDING SECURITÁRIA S.A. (Companhia), na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Bloco A, Lotes 3/4, 1 andar, sala 2. Presença: totalidade do capital social. Convocação: Dispensada. Deliberações Tomadas: (i) a destituição do Sr Humberto José Teofilo Magalhães, brasileiro, casado, advogado, RG nº 1.281.463 SSP/DF e CPF/MF nº 480.396.911-68,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

residente e domiciliado em Brasília/DF, do cargo de Diretor-Presidente da Companhia; (ii) a eleição e nomeação, para o cargo de Diretor-Presidente da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos e posse imediata, conforme termo de posse firmado nesta data, permitida a reeleição por iguais períodos, do Sr. Josemir Mangueira Assis, brasileiro, casado, matemático, portador da Cédula de Identidade RG nº 339.238-SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 153.039.851-72, residente e domiciliado na SMPW Q-13, Conjunto 06, Lote 08, Casa G, Núcleo Bandeirante, Brasília, DF. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Assinaturas: Presidente da Mesa: Sr. Paulo Henrique Bezerra R. Costa; Secretário da Mesa: Roberto Souza; Acionista Presente: Caixa Seguridade Participações S.A., representada por seu Presidente, JOSEMIR MANGUEIRA ASSIS, e por seu Diretor PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA. JCDF 20160354862. Registrado em 16/06/2016.

ERIKA P. DOS S. PAVELKONSKI
Secretária Geral

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ/MF 22.543.331/0001-00 - NIRE 53.3.0001645-3

EXTRATO DE ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2016

Data, Horário e Local: 25 de abril de 2016, às 13h00min, na sede da Companhia, na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, s/nº, 21º andar, Asa Sul, CEP 70.092-900. Presença: totalidade do capital social. Convocação: Dispensada. Deliberações Tomadas: (i) A destituição do Sr. Paulo Guilherme Farah Correa, do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., em virtude da sua renúncia, por razões de ordem pessoal, datada de 08 de março de 2016; (ii) A eleição e posse do Sr. Fábio Mitsuo Fukujima Goto, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 25.533.951-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 219.928.36825, residente e domiciliado em Brasília/DF, na SQN 116, Bloco A, Apto 106, Asa Norte, CEP 70773-010, como membro do Conselho de Administração da Caixa Seguridade Participações S.A.. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Assinaturas: Presidente da Mesa: Josemir Mangueira Assis. Secretário da Mesa: Rute Portugal dos Santos. Acionista presente: Caixa Econômica Federal, representada por sua Presidenta, MIRIAM APARECIDA BELCHIOR. JCDF 20160354854. Registrado em 16/06/2016.

ERIKA P. DOS S. PAVELKONSKI
Secretária Geral

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de junho de 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016/3445
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
Objeto: Apurar eventual responsabilidade de ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S e LUIS CARLOS DE SOUZA, na qualidade de sócio e responsável técnico, pelo descumprimento do disposto no artigo 20 da Instrução CVM nº 308/99.
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.

Acusados	Advogados
Ernst & Young Auditores Independentes S/S	Renato Reis do Couto OAB/SP 242.677
Luis Carlos de Souza	Não constituiu advogado

Trata-se de solicitação de prorrogação de prazo formulada Ernst & Young Auditores Independentes S/S , acusada nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 12/07/2016, para todos os acusados no processo.

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO
4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, SALA 403, BRASÍLIA, DF

Observação: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado; 2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 05 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
TEMA 01 - EMBARGOS
Relator: RICARDO MAROZZI GREGORIO
1 - Processo nº: 13587.000023/2009-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MARE ALTA DO BRASIL NAVEGACAO LTDA.
Relator: MARCOS DE AGUIAR VILLAS BOAS
2 - Processo nº: 10920.004860/2010-74 - Embargante: CIA INDUSTRIAL H. CARLOS SCHNEIDER e Embargada: FAZENDA NACIONAL.
Relator: RICARDO MAROZZI GREGORIO
3 - Processo nº: 16327.721480/2012-45 - Embargante: PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL.
TEMA 02 - ARBITRAMENTO DO LUCRO
Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
4 - Processo nº: 10865.001224/2010-01 - Recorrente: UNICER UNIAO CERAMICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL .
Relator: LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
5 - Processo nº: 10660.721893/2013-33 - Recorrente: ROMANELLI REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
TEMA 03 - DIVERSOS
Relator: GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
6 - Processo nº: 10480.012396/2001-25 - Recorrentes: ADA DISTRIBUIDORA LTDA. e: FAZENDA NACIONAL.
Relator: AURORA TOMAZINI DE CARVALHO
7 - Processo nº: 11060.724489/2012-62 - Recorrentes: HOSPITAL DE CARIDADE DR ASTROGILDO DE AZEVEDO e FAZENDA NACIONAL.
Relator: GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
8 - Processo nº: 13706.000219/90-98 - Recorrente: INACIO FRADIQUE MORETTI SANTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: MARCOS DE AGUIAR VILLAS BOAS
9 - Processo nº: 13804.006489/2004-51 - Recorrente: SANTANDER BRASIL PART. E EMPREED. S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: LIVIA DE CARLI GERMANO
10 - Processo nº: 13811.001905/98-36 - Recorrente: CHASE MANHATTAN HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
DIA 05 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
TEMA 04 - INCORPORAÇÕES DE AÇÕES
Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
11 - Processo nº: 16327.721008/2012-11 - Recorrente: BANCO BRADESCO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
TEMA 05 - COMPENSAÇÕES DIVERSAS
Relator: LIVIA DE CARLI GERMANO
12 - Processo nº: 13811.001213/98-42 - Recorrente: CAMARGO CORREA PROJETOS DE ENGENHARIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
13 - Processo nº: 16306.000004/2011-54 - Recorrente: VOTORANTIM PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
14 - Processo nº: 13811.003084/2001-20 - Recorrente: BCEM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
15 - Processo nº: 13811.002534/2002-48 - Recorrente: BCEM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
16 - Processo nº: 13811.003678/2003-01 - Recorrente: BCEM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
17 - Processo nº: 13811.003677/2003-58 - Recorrente: BCEM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
18 - Processo nº: 16327.720539/2013-69 - Recorrente: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
19 - Processo nº: 16327.721227/2014-53 - Recorrente: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
20 - Processo nº: 10865.001713/2001-63 - Recorrente: FABRICA DE MOVEIS CASIMIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
21 - Processo nº: 10865.000652/2002-06 - Recorrente: FABRICA DE MOVEIS CASIMIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
22 - Processo nº: 10865.000661/2002-99 - Recorrente: FABRICA DE MOVEIS CASIMIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
23 - Processo nº: 10865.001203/2002-77 - Recorrente: FABRICA DE MOVEIS CASIMIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
24 - Processo nº: 10865.001204/2002-11 - Recorrente: FABRICA DE MOVEIS CASIMIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
DIA 06 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
TEMA 06 - GLOSA DE CUSTOS/DESPEAS DIVERSAS
Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
25 - Processo nº: 16327.721320/2012-04 - Recorrentes: BANCO BRADESCO SA e FAZENDA NACIONAL .
Relator: RICARDO MAROZZI GREGORIO
26 - Processo nº: 10972.720051/2014-21 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
27 - Processo nº: 15504.722697/2011-31 - Recorrente: INFORMATICA NACIONAL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: AURORA TOMAZINI DE CARVALHO
28 - Processo nº: 10530.726844/2011-19 - Recorrentes: SERTANEJA EMPRESA AGRO PASTORIL S A e FAZENDA NACIONAL.
Relator: MARCOS DE AGUIAR VILLAS BOAS
29 - Processo nº: 10480.733733/2012-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNILEVER BRASIL GELADOS DO NORDESTE S/A.
Relator: AURORA TOMAZINI DE CARVALHO
30 - Processo nº: 12448.723212/2014-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: STENA SERVICES BRAZIL LTDA.
Relator: MARCOS DE AGUIAR VILLAS BOAS
31 - Processo nº: 13888.722855/2014-11 - Recorrente: WALHALATUR VIAGENS E TURISMO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
32 - Processo nº: 19515.720238/2011-44 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
DIA 06 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
TEMA 07 - PERDAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESMUTUALIZAÇÃO
Relator: RICARDO MAROZZI GREGORIO
33 - Processo nº: 16327.721631/2013-46 - Recorrente: BANCO PANAMERICANO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
34 - Processo nº: 16327.721276/2012-24 - Recorrente: BANCO PANAMERICANO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
35 - Processo nº: 16327.001957/2006-24 - Recorrente: BANCO SANTANDER BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
TEMA 08 - PREÇO DE TRANSFERÊNCIA E DIVERSOS
Relator: RICARDO MAROZZI GREGORIO
36 - Processo nº: 14098.000473/2008-45 - Recorrente: AM2 DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETROLEO LTDA - ME E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
37 - Processo nº: 16327.721415/2012-10 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
38 - Processo nº: 10283.720643/2008-63 - Recorrentes: FUJIFILM DA AMAZONIA LTDA e FAZENDA NACIONAL.
Relator: GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
39 - Processo nº: 10768.007874/2002-40 - Recorrente: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
DIA 07 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
TEMA 09 - ÁGIO
Relator: AURORA TOMAZINI DE CARVALHO
40 - Processo nº: 16682.721256/2013-95 - Recorrente: HALLIBURTON SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
TEMA 10 - OMISSÃO DE RECEITAS E DIVERSOS
Relator: GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
41 - Processo nº: 11516.721721/2011-24 - Recorrente: J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
42 - Processo nº: 19515.720364/2014-41 - Recorrente: FAST SHOP S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
43 - Processo nº: 13971.722141/2013-74 - Recorrente: ZZA SECURITIZADORA S.A. e Recorrida: FAZENDA.
Relator: GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
44 - Processo nº: 10845.000807/2001-53 - Recorrente: SARDENBERG WYSLING COMISSARIA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
DIA 07 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
TEMA 11 - TRIBUTAÇÃO DAS COOPERATIVAS
Relator: MARCOS DE AGUIAR VILLAS BOAS
45 - Processo nº: 15504.732104/2013-14 - Recorrente: COOPERATIVA DOS ANESTESIOLOGISTAS DE MINAS GERAIS LTDA-COOPANEST MG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
46 - Processo nº: 11020.003955/2002-77 - Recorrente: UNIMED ALTO DA SERRA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICO MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
TEMA 12 - DIVERSOS
Relator: RICARDO MAROZZI GREGORIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

47 - Processo nº: 10925.723080/2012-49 - Recorrente: PARATI SA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: AURORA TOMAZINI DE CARVALHO
48 - Processo nº: 10680.009278/2004-26 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ANTONIO BEZERRA NETO
Presidente da Turma

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária da Turma

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, SALA 404, BRASÍLIA, DF

OBSERVAÇÕES: 1)Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado; 2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião

DIA 05 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
Relator: FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
1 - Processo nº: 16327.720078/2011-62 - Nome do Contribuinte: FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO PENINSULA.
Relator: LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
2 - Processo nº: 16561.000079/2007-38 - Nome do Contribuinte: ZIRCONIA PARTICIPACOES LTDA
Relator: PAULO MATEUS CICCONE
3 - Processo nº: 10640.004361/2007-28 - Nome do Contribuinte: BEBIDA GOSTOSA MG INDUSTRIA, COMERCIO DE ALIMENTOS E EXPORTACAO LTDA
4 - Processo nº: 11020.003770/2009-39 - Nome do Contribuinte: ARTEFATOS DE METAIS CONDOR LTDA.
Relator: DEMETRIUS NICHELE MACEI
5 - Processo nº: 10166.730389/2014-96 - Recorrente: BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
6 - Processo nº: 16327.001077/2006-58 - Embargante: GEOGLEN ADMINISTRACAO PATRIMONIAL LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL.
Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO
7 - Processo nº: 10920.721671/2014-93 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS SARDAGNA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
DIA 05 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
8 - Processo nº: 16561.000166/2008-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
9 - Processo nº: 16643.000022/2009-91 - Recorrente: TI BRASIL IND E COM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
10 - Processo nº: 13884.901194/2009-52 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
11 - Processo nº: 13884.901195/2009-05 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
12 - Processo nº: 13884.901196/2009-41 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
13 - Processo nº: 13884.901197/2009-96 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
14 - Processo nº: 13884.901198/2009-31 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-02-13 00:00:00 - 3.64.151 - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR
15 - Processo nº: 13884.901199/2009-85 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
16 - Processo nº: 13884.901200/2009-71 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
17 - Processo nº: 13884.901201/2009-16 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
18 - Processo nº: 13884.901202/2009-61 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
19 - Processo nº: 13884.901203/2009-13 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
20 - Processo nº: 13884.901205/2009-02 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
21 - Processo nº: 10640.723405/2014-41 - Recorrentes: FELIZ CARD COMERCIO DE CARTOES TELEFONICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL.
Relator: PAULO MATEUS CICCONE
22 - Processo nº: 16327.721109/2014-45 - Nome do Contribuinte: SAFRA VIDA E PREVIDENCIA S.A.
Relator: DEMETRIUS NICHELE MACEI
23 - Processo nº: 16327.002133/2003-29 - Embargante: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA e Embargada: FAZENDA NACIONAL.
Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO
24 - Processo nº: 12898.000209/2010-85 - Recorrente: FUNDACAO CESGRANRIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
DIA 06 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
lator: FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
25 - Processo nº: 16327.721471/2012-54 - Recorrentes: BANCO ITAUCARD S.A. e FAZENDA NACIONAL.
Relator: LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
26 - Processo nº: 13971.721769/2012-71 - Recorrentes: CIA. HERING e FAZENDA NACIONAL.
Relator: PAULO MATEUS CICCONE
27 - Processo nº: 10120.730577/2014-41 - Nome do Contribuinte: REFRESCOS BANDEIRANTES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
28 - Processo nº: 15956.720317/2014-58 - Nome do Contribuinte: VEROCHEQUE REFEICOES LTDA.
Relator: DEMETRIUS NICHELE MACEI
29 - Processo nº: 16327.001759/2004-07 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
30 - Processo nº: 10825.722693/2014-59 - Recorrente: AB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO
31 - Processo nº: 10920.720474/2014-57 - Recorrente: FERRAMENTARIA JN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
IA 06 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
32 - Processo nº: 13116.000750/2010-14 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
33 - Processo nº: 13116.720115/2010-49 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
34 - Processo nº: 10325.000980/2010-11 - Recorrente: DISMAR COMERCIAL E DISTRIBUIDORA SANTA MARIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
35 - Processo nº: 10166.730386/2014-52 - Recorrente: BB.LEASING S.A.ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: DEMETRIUS NICHELE MACEI
36 - Processo nº: 16327.721028/2014-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
37 - Processo nº: 16327.721175/2014-15 - Recorrentes: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e FAZENDA NACIONAL.
Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO
38 - Processo nº: 11080.721974/2014-16 - Recorrente: ENGECAMPO ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
39 - Processo nº: 16327.000260/2010-12 - Embargante: HDI SEGUROS S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL.
DIA 07 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
Relator: LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
40 - Processo nº: 19515.000591/2010-23 - Nome do Contribuinte: AVON COSMETICOS LTDA.
41 - Processo nº: 11610.004299/2001-07 - Recorrente: BONKI INDUSTRIAS ALIMENTICIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: PAULO MATEUS CICCONE
42 - Processo nº: 16327.002508/99-11 - Nome do Contribuinte: NORCCHEM DISTRIB.DE TIT. VALS. MOBS.S/A.
Relator: DEMETRIUS NICHELE MACEI
43 - Processo nº: 10880.999767/2009-11 - Recorrente: COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-10-01 00:00:00 - 3.64.281 - SALDOS NEGATIVOS
Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO
44 - Processo nº: 16682.721161/2011-18 - Embargante: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Embargada: FAZENDA NACIONAL.
45 - Processo nº: 10880.030810/88-46 - Nome do Contribuinte: JIS INTERMEDIACOES E PARTICIPACOES LTDA.
DIA 07 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: PAULO MATEUS CICCONE
46 - Processo nº: 10880.028796/99-37 - Nome do Contribuinte: RHESUS MEDICINA AUXILIAR SC LTDA.
Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO
47 - Processo nº: 10980.007918/2009-93 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: REFLORESTADORA OVE LTDA.

LEONARDO DE ANDRADE COUTO
Presidente da Turma

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária da Turma

2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.
Observação: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado. 2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião. 3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.
DIA 05 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
TEMA 01: DCOMP
Relator: JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO
1 - Processo nº: 10850.001408/2003-01 - Recorrente: TV SÃO JOSE DO RIO PRETO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - SALDOS NEGATIVOS
2 - Processo nº: 10850.900131/2006-35 - Recorrente: EMPRESA MUNICIPAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - EMPRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - SALDOS NEGATIVOS
3 - Processo nº: 11080.919065/2011-65 - Recorrente: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - SALDOS NEGATIVOS
TEMA 02: DIVERSOS
Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
4 - Processo nº: 10830.726078/2012-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GASFORTE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS LTDA. - LUCRO ARBITRADO - RECEITA OPERACIONAL OMITIDA (ATIVIDADE NÃO IMOBILIÁRIA)
Relator: JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO
5 - Processo nº: 10935.721604/2011-67 - Recorrentes: USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE LATCO LTDA. e FAZENDA NACIONAL - IRPJ - OUTROS
Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
6 - Processo nº: 13805.014016/96-56 - Nome do Contribuinte: RODESAN ELÉTRICA LTDA.
DIA 05 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
TEMA 01: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
7 - Processo nº: 11634.720640/2013-22 - Recorrentes: ALIMENTOS ZAELI LTDA. e FAZENDA NACIONAL - OMISSÃO DE RECEITAS
8 - Processo nº: 19515.720085/2014-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A. - LUCRO ARBITRADO - RECEITA OPERACIONAL OMITIDA (ATIVIDADE NÃO IMOBILIÁRIA)
TEMA 02: DIVERSOS
Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
9 - Processo nº: 16095.720053/2014-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GARANTIA TOTAL LTDA. - LUCRO ARBITRADO - RECEITA OPERACIONAL OMITIDA (ATIVIDADE NÃO IMOBILIÁRIA)
Relator: RONALDO APELBAUM
10 - Processo nº: 10675.000774/2006-55 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE CARNES PATROCÍNIO AGROPECUÁRIA LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO
11 - Processo nº: 10280.722545/2013-58 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DO PARA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTO/DECLARAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Relator: RONALDO APELBAUM
12 - Processo nº: 10803.720020/2012-51 - Recorrente: ELECTRO PLASTIC S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - AJUSTES DO LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO - EXCLUSÕES/COMPENSAÇÕES NÃO AUTORIZADAS NA APURAÇÃO DO LUCRO
Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
13 - Processo nº: 10880.902887/2011-29 - Recorrente: CIA. DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL SALDOS NEGATIVOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIA 06 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
TEMA 01: ÁGIO
Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

14 - Processo nº: 16561.720170/2012-31 - Recorrente: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS - AMORTIZAÇÃO

15 - Processo nº: 16561.720172/2012-20 - Recorrente: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS - AMORTIZAÇÃO

Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA

16 - Processo nº: 10314.725050/2014-27 - Nome do Contribuinte: SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - AJUSTES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - EXCLUSÕES/COMPENSAÇÕES NÃO AUTORIZADAS NA APURAÇÃO DO LUCRO

TEMA 02: GLOSA DE DESPESAS
Relator: JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO

17 - Processo nº: 19515.004781/2009-86 - Nome do Contribuinte: SANTHER FABRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S/A - CUSTO DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS

Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

18 - Processo nº: 19515.007566/2008-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ABL CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA. - CUSTO DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS

DIA 06 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
TEMA 01 DIVERSOS
Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

19 - Processo nº: 10280.720816/2008-73 - Recorrente: CONDOMÍNIO VOLUNTÁRIO PÁTIO BELÉM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - APURAÇÃO REFLEXA - FATURAMENTO

20 - Processo nº: 10120.731585/2012-42 - Recorrente: SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA SA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA

21 - Processo nº: 16539.720014/2014-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IBM BRASIL - INDUSTRIA MAQUINAS E SERVIÇOS LIMITADA - AJUSTES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - ADIÇÕES NÃO COMPUTADAS NA APURAÇÃO DO LUCRO

22 - Processo nº: 16682.720169/2015-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IBM BRASIL - INDUSTRIA MAQUINAS E SERVIÇOS LIMITADA - AJUSTES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - ADIÇÕES NÃO COMPUTADAS NA APURAÇÃO DO LUCRO

TEMA 02: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator: JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO

23 - Processo nº: 10240.720220/2013-15 - Recorrente: ECLIPSE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - OMISSÃO DE RECEITAS

24 - Processo nº: 10325.001015/2010-66 - Recorrentes: SINFACOL - SERVIÇOS DE INFORMÁTICA ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE LTDA. e FAZENDA NACIONAL - LUCRO ARBITRADO - RECEITA NÃO OPERACIONAL OMITIDA

25 - Processo nº: 10925.002305/2007-62 - Recorrentes: AMÉRICA MICRO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e FAZENDA NACIONAL - LUCRO ARBITRADO - OUTRAS RECEITAS

DIA 07 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
TEMA 01: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator: JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO

26 - Processo nº: 13864.000304/2009-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA DE MINERAÇÃO CARAVELAS LTDA. LUCRO PRESUMIDO - RECEITAS OMITIDAS

Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA

27 - Processo nº: 11522.000371/2007-01 - Recorrente: RONDOBRAS AUTO PECAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - OMISSÃO DE RECEITAS

Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

28 - Processo nº: 15540.720508/2012-30 - Recorrente: REGALLO MULTI ROUPAS LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - OMISSÃO DE RECEITAS

Relator: JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO

29 - Processo nº: 10920.721410/2011-21 - Recorrente: AM-FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - LUCRO ARBITRADO - RECEITA NÃO OPERACIONAL OMITIDA

Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA

30 - Processo nº: 13982.721049/2012-87 - Recorrente: A S BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - OMISSÃO DE RECEITAS

DIA 07 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
TEMA 01 EMBARGOS
Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

31 - Processo nº: 10907.000624/92-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MARCON SERVIÇOS DE DESPACHOS EM GERAL LTDA.

32 - Processo nº: 10680.010984/2002-59 - Embargante: MINAS DA SERRA GERAL SA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10680.010983/2002-12 - Embargante: MINAS DA SERRA GERAL SA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2002-07-23 00:00:00

34 - Processo nº: 13894.001162/2003-41 - Embargante: BEMGE ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CREDITO LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - CSLL - OUTROS

35 - Processo nº: 15504.720017/2013-14 - Embargante: WANMIX LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - LUCRO PRESUMIDO

36 - Processo nº: 10805.722001/2012-49 - Embargante: PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES e Embargada: FAZENDA NACIONAL - COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

TEMA 02: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA

37 - Processo nº: 19515.003050/2010-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EUROAMERICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ELETRO- ELETRÔNICOS LTDA. - OMISSÃO DE RECEITAS

Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

38 - Processo nº: 10240.720432/2013-94 - Recorrente: CAFEEIRA RIO CRESPO LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - OMISSÃO DE RECEITAS

ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
Presidente da Turma

JOSE ANTONIO DA SILVA
Secretário da Turma

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

DESPACHO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Em 20 de junho de 2016

Tanca - Termo de Verificação Funcional nº 0004/2016.

Nº 95 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2.g do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, aprovado por Ato COTEPE/ICMS 06/12, de 13 de março de 2012 e alterações, torna público a aprovação do seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT

Os representantes das Unidades Federadas, relacionados no item 4 deste Termo emitem o presente Termo de Verificação Funcional para os efeitos previstos no mencionado Ajuste e no Manual de Registro de Modelo de equipamento SAT.

1. Dados do Termo
1.1 Identificação do equipamento SAT
1.1.1. Marca: TANCA
1.1.2. Modelo: TS-1000
1.1.3. Versão do software básico: 02.00.00
1.2. Número do Termo: 004/2016
1.3. Data de emissão: 20/06/2016
1.4. Finalidade: Registro de versão de software básico de SAT
1.5. Legislação aplicável:
1.5.1. Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.18.08)
1.5.2. Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.6.14)
1.6. Laudo da análise técnica
1.6.1. Número: SAT022-016
1.6.2. Órgão técnico responsável
1.6.2.1. Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2. CNPJ: 24.492.886/0001-04
2. Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1. Fabricante ou Importador: TANCA
2.2. Razão social: Tanca Informática EIRELI
2.3. CNPJ: 08.723.218/0001-86
2.4. Inscrição estadual / UF: 149.626.224.113 (SP)
3. Informações do modelo registrado
3.1. Drivers de comunicação: arquivo "SATDLL.dll".
3.1.1. Versão: 02.00.00
3.1.2. Sistema operacional: WINDOWS XP, 7, 8, 10
3.1.3. Hash code/algoritmo (MD5): 5EA834971C8A717868812CF909D962F0
4. Equipe responsável pela verificação funcional
4.1. Representantes das Unidades Federadas signatárias do Ajuste Sinief 11 de 24/10/2010 integrantes da equipe de Verificação funcional (Nome/RG/UF):
André Carballo Diaz (RG:25.617.929-3/SP)
Heitor Mitsutani (RG:12.401.217-6/SP)
Luciana Naomi Hirata (RG:43.468.830-7/SP)
Renato Hama (RG 25.292.426-5/SP)

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 309, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720877/2016-92 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca BMW, modelo 328I, ano 2012, cor preta, chassi WBA3A5108DF236076, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 12/1625920-0, de 03.09.2012, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade da Nunciatura Apostólica do Brasil, CNPJ: 03.722.431/0001-50, para o Sr. Leonardo Ventura Teixeira, CPF: 344.114.961-00.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA-RR, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara que:

Art. 1º - Nos termos do que dispõem os §§ 4º e 5º do artigo 810 do Regulamento Aduaneiro, fica inscrito no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o interessado abaixo identificado:

Nome do Interessado	CPF	Nº do Processo Administrativo	Nº de Inscrição no Registro de Ajudante
ALEXANDRE LOHAN CÉZAR GUERREIRO	939.658.187-87	10245.721368/2016-61	939.658.187-87

Art. 2º - O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiro, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 9, de 15 de junho de 2016, publicado na Seção 1 da edição nº 115, de 17 de junho de 2016, onde se lê: "...10421.750.519/2012-52...", leia-se: "...10421.720.519/2012-52...". Onde se lê: "...(CNPJ nº 03.580.052/0001-72...", leia-se: "...(CNPJ nº 41.216.870/0001-80...". Onde se lê "...registros constantes do processo acima indicado...", leia-se: "...e registros constantes do processo acima indicado, remanescendo a inscrição nº 03.580.052/0001-72...". Onde se lê: ... não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros a partir de 01/01/1994, leia-se: "... não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros a partir de 23/12/1999.".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Declara inaptas as inscrições das pessoas jurídicas, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, por omissão de declarações.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 41, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Declarar INAPTA as inscrições das pessoas jurídicas, abaixo relacionadas, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, por omissão de declarações.

NOME	CNPJ
AGROPECUARIA NOGUEIRA LTDA	64.363.153/0001-86
AMILTON GONCALVES JUNIOR 07451183645	14.185.270/0001-29
APARECIDA DE FATIMA MENDES BRANDAO - ME	25.416.660/0004-21
ARCANJO & MONTEIRO LTDA. - ME	20.691.887/0001-19
ARMANDO ZINI FILHO - ME	18.988.733/0001-41
BAR DO ANTONIO JORGE LTDA - ME	10.950.326/0001-33
CASAS DE CARNES RANGEL LTDA - ME	12.184.424/0001-32
CLODOALDO CASTRO VERGUEIRO - ME	26.174.680/0001-53
COMPANHIA DO VIDEO COM. E LOCACAO LTDA - ME	10.145.943/0001-66
COPERSOLDA LTDA - ME	18.175.893/0001-71
CROMIX CROMACAO E GALVANIZACAO LTDA - ME	11.149.955/0001-21
DISTRIBUIDORA DE CALCADOS GALVAO LTDA - ME	23.127.541/0001-80
DISTRIBUIDORA DE FRIOS BRASIL DE POCOS DE CALDAS LTDA - ME	17.982.653/0001-16
E P SILVA	23.381.965/0001-77
EDNA MARIA FERNANDES VITORINO - ME	23.107.725/0001-89
ELETRIMAN ENGENHARIA LTDA. - EPP	42.812.214/0001-02
ERNESTO GRIJO VON DER BRUGGEN - ME	21.469.010/0001-40
EZIO PENNA E SILVA - ME	66.475.252/0001-85
GEORGES S APOSTOLATOS - ME	23.648.751/0001-14
GESIO TEIXEIRA - ME	19.833.482/0001-99
GRANTERRA TERRAPLANAGEM LTDA - ME	09.266.101/0001-83
HDM TRANSPORTE EXECUTIVO LTDA. - ME	11.219.530/0001-41
HELENA BARBOSA ALVES 39628108891	97.538.065/0001-27
IDEA EVENTOS E ASSESSORIA LTDA - ME	97.542.168/0001-60
ISA MONICA MARQUES DE LIMA 01753429625 ME	14.214.657/0001-66
JIMECA CONSTRUCOES LTDA - ME	10.449.081/0001-65
KAYRO´S REPRESENTACOES LTDA	11.159.037/0001-83
L.S.OLIVEIRA - INFORMATICA 38403759835 - ME	14.053.601/0001-77
LUIZ FERNANDO GARCIA	25.189.135/0001-78
MABE TRANSPORTES LTDA - ME	23.902.349/0001-14
MAEVVA CONFECCOES LTDA - ME	11.759.158/0001-66
MAG´S BERCARIO E EDUCACAO INFANTIL LTDA - ME	08.593.229/0001-99
MARECHAL CENTER CONSTRUCOES LTDA - ME	23.755.820/0001-99
MARIA APARECIDA DA SILVEIRA CORREA - ME	22.382.964/0001-84
MARIA DE CASSIA FERREIRA - ME	25.261.637/0001-62
MARIA MADALENA CRISTOFARO	17.413.451/0001-53
MARIO FRANCISCO DINIZ DE OLIVEIRA - ME	21.639.620/0001-45
MINERACAO DANIEL TOGNI LOUREIRO LTDA	17.852.054/0001-88
MIVEL - MIGUEL VEICULOS LTDA - ME	17.649.419/0001-71
NAIR FERREIRA DE SOUZA - ME	86.668.910/0001-62
OLIVIERI,VERISSIMO & CIA LTDA - ME	71.017.586/0001-45
R & A ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - ME	10.230.843/0001-38
RENY MORAES DA SILVA - CPF 30822360144 - ME	71.127.146/0001-40
RESTAURANTE PAES & BARROS LTDA - ME	09.404.924/0001-28
SANTOS & BATISTA LTDA - ME	13.864.030/0001-98
SERRALHERIA F.N.LIMITADA - ME	23.272.297/0001-40
SOLUCOES E DESENVOLVIMENTOS MERCADOLOGICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME	10.797.336/0001-80
STAR CONSULTORIA, SEGURANCA E TREINAMENTOS LTDA - ME	09.255.923/0001-69
SYSTCON ENGENHARIA E AUTOMACAO LTDA - ME	41.817.743/0001-36
TECNOMICRO IND COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	68.540.269/0001-02
TRANSPORTADORA 06 E 02 RODAS ENTREGAS RAPIDAS LTDA - ME	07.939.711/0001-75
TRANSPORTADORA ANDRE LTDA - ME	20.412.474/0001-58
ZAMA DISTRIBUIDORA LTDA - ME	71.157.044/0001-78

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

PORTARIA Nº 53, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Exclui a empresa Tintas Itaboraí LTDA-ME, CNPJ 27.722.586/0001-54, do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) instituído pela Lei 9.964/2000.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, com delegação de competência constante na Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011; no uso da competência estabelecida no inciso IV do art. 2º do Decreto 3.431, de 24 de abril de 2000; tendo em vista a decisão administrativa constante das folhas 100 à 102 do processo administrativo 10730.400441/99-49, com relação ao parcelamento constante do mencionado processo referente a débitos da empresa TINTAS ITABORAI LTDA - ME, CNPJ nº 27.722.586/0001-54, situada à Rua Dr. Pereira dos Santos, 236, loja 3, centro, Itaboraí-RJ, resolve:

Art. 1º EXCLUIR do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do artigo 5º da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, a pessoa jurídica TINTAS ITABORAÍ LTDA-ME, CNPJ 27.722.586/0001-54.

Art. 2º A presente exclusão produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte conforme o § 2º do artigo 5º da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000.

Art. 3º Esta portaria somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DA ROCHA VELHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DERAT/São Paulo Nº 140 de 08/07/15, publicado no DOU de 10/07/2015, Seção 1, página 28

Onde se lê: "Nome do Projeto: Modernização da Rede FHC da cidade de Campinas -2015 B"

Leia-se: "Nome do Projeto: Projeto Net Acesso Coaxial João Pessoa HFC -02".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 10.140 (dez mil, cento e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Características do Produto
6.600	550	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.
1.020	170	Gentleman Jack	Uísque americano, em caixas de 6 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.
540	90	Jack Daniel´s Sinatra Select Tennessee	Uísque americano, em caixas de 6 garrafas de 1000 ml, 45% GL idade até 8 anos.
1.980	330	Woodford Reserve	Uísque americano, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 43,20% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil e quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil e quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78,
DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil e quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79,
DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil e quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 80,
DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil e quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81,
DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil e quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82,
DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil e quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83,
DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil e quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 84,
DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil e quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 85, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil e quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 86, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil e quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 87, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 11.820 (onze mil, oitocentos e vinte) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
11.220	935	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL idade até 8 anos.
600	100	Jack Daniel's Single Barrel	Uísque americano, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 47% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 14 DE JUNHO DE 2016

Concede inscrição no Registro Especial para estabelecimento ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, assim como o que consta no processo administrativo nº 10100.002932/0416-31, Declara:

Art. 1º Está inscrito no REGISTRO ESPECIAL como ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas, sob número 09105/023, o estabelecimento da empresa:

SERAFINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA
CNPJ nº 22.939.716/0001-91
Estrada Bom Jesus, S/N, Lote 323, Sala 01, Zona 01
CEP 87200-970 Cianorte (PR)

Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os seguintes produtos:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Capacidade	Código TIPI
Cachaça	Serafina Ouro	670 ml	2208.40.00
Cachaça	Serafina Prata	670 ml	2208.40.00

Art. 3º O estabelecimento fica obrigado a comunicar a esta Delegacia as alterações ocorridas nos elementos constantes no artigo 4º da IN RFB nº 1.432/2013, no prazo de 30 dias contados da data de sua efetivação, bem como continuar atendendo a todos os requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial Obrigatório, sob pena de cancelamento do mesmo nos termos do artigo 8º da referida Instrução Normativa.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 15 DE JUNHO DE 2016

Concede à empresa que especifica co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvi-mento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e pelo art. 11 da IN/RFB nº 758, de 2007, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei 11.488, de 15/06/2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, e IN/RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo administrativo fiscal nº 10950.720126/2016-94, resolve:

Art. 1º Declarar co-habilitada a pessoa jurídica MONTERREY CONSTRUTORA DE OBRAS - EIRELI, CNPJ nº 01.954.087/0001-07, com endereço na Avenida Horácio Racanello Filho, nº 5.570, sala 103, Zona 07, Maringá-PR, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no DOU de 27/07/2007, com suas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao fornecimento de bens e à realização de serviços para a execução das obras civis e montagens eletromecânicas referentes ao empreendimento de ampliação da Subestação Desterro 230/138 kV, objeto do contrato de empreitada por preço global, firmado entre a co-habilitada e a pessoa jurídica ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, CNPJ 00.073.957/0001-68, titular do projeto de Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.802, de 26 de agosto de 2014), aprovado pela Portaria do Ministério das Minas e Energia nº 19, de 22 de janeiro de 2015, publicada no DOU de 23/01/2015, habilitada no REIDI pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis/SC por meio do ADE nº 18, de 12/02/2015, publicado no DOU em 19/02/2015.

Art. 3° Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a co-habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e, conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art. 4º Concluída a participação da co-habilitada no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da presente co-habilitação no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, conforme art. 9º do Decreto nº 6.144, de 2007.

Art. 5° O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN-SRF nº 758/2007 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do art. 12 da referida Instrução Normativa.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no DOU.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 15 DE JUNHO DE 2016

Concede à empresa que especifica co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e pelo art. 11 da IN/RFB nº 758, de 2007, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei 11.488, de 15/06/2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, e IN/RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo administrativo fiscal nº 10950.720127/2016-39, resolve:

Art. 1º Declarar co-habilitada a pessoa jurídica MONTERREY CONSTRUTORA DE OBRAS - EIRELI, CNPJ nº 01.954.087/0001-07, com endereço na Avenida Horácio Racanello Filho, nº 5.570, sala 103, Zona 07, Maringá-PR, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no DOU de 27/07/2007, com suas alterações posteriores.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Vincular a concessão ao fornecimento de bens e à realização de serviços para a execução das obras civis e montagens eletromecânicas referentes ao empreendimento de ampliação da Subestação Joinville Norte 230/138 kV, objeto do contrato de empreitada por preço global, firmado entre a co-habilitada e a pessoa jurídica ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, CNPJ 00.073.957/0001-68, titular do projeto de Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.802, de 26 de agosto de 2014), aprovado pela Portaria do Ministério das Minas e Energia nº 19, de 22 de janeiro de 2015, publicada no DOU de 23/01/2015, habilitada no REIDI pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis/SC por meio do ADE nº 17, de 12/02/2015, publicado no DOU em 19/02/2015.

Art. 3° Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a co-habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e, conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art. 4º Concluída a participação da co-habilitada no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da presente co-habilitação no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, conforme art. 9º do Decreto nº 6.144, de 2007.

Art. 5° O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN-SRF nº 758/2007 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do art. 12 da referida Instrução Normativa.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no DOU.

OSMAR FABRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 15 DE JUNHO DE 2016

Concede à empresa que especifica co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e pelo art. 11 da IN/RFB nº 758, de 2007, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei 11.488, de 15/06/2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, e IN/RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo administrativo fiscal nº 10950.720106/2016-13, resolve:

Art. 1º Declarar co-habilitada a pessoa jurídica IG TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE LTDA., CNPJ nº 04.636.029/0001-15, com endereço na Rua João Batista de Campos, nº 285, Parque Industrial Bandeirantes II, Maringá-PR, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no DOU de 27/07/2007, com suas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao fornecimento de bens e à prestação de serviços para implantação da LT 500 kV ASSIS - LONDRINA (C2), objeto do contrato sob nº 52012, firmado entre o consórcio ASSIS - LONDRINA, constituído pelas empresas I.G. TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE LTDA., INSTALADORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS VIVIDENSE LTDA., ALUBAR METAIS E CABOS S/A, SAE TOWERS BRASIL S/A e COLLAÇO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA., e a pessoa jurídica COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A, CNPJ 04.370.282/0001-70, titular do projeto de transmissão de energia elétrica relativo ao lote "M" do leilão nº 01/2014-ANEEL (Contrato de Concessão nº 22/2014-ANEEL, celebrado em 5 de setembro de 2014), aprovado pela Portaria do Ministério das Minas e Energia nº 31, de 29 de janeiro de 2015, publicada no DOU de 30/01/2015, e habilitada no REIDI pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Curitiba/PR por meio do ADE nº 91, de 19/10/2015, publicado no DOU em 23/10/2015.

Art. 3° Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a co-habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e, conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art. 4º Concluída a participação da co-habilitada no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da presente co-habilitação no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, conforme art. 9º do Decreto nº 6.144, de 2007.

Art. 5° O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN-SRF nº 758/2007 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do art. 12 da referida Instrução Normativa.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no DOU.

OSMAR FABRE

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
CONSELHO DIRETOR DO FUNDO PIS-PASEP

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO PIS-PASEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 4.751, de 17 de junho de 2003, e considerando o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, combinado com o disposto no art. 12 da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, resolve:

I Autorizar a distribuição aos participantes de parte do saldo registrado na rubrica "Reserva para Ajuste de Cotas" em 30.06.2015.

Parágrafo único. A distribuição de que trata este inciso será efetuada mediante crédito na conta individual do participante, na data-base de 30.06.2016, de valor correspondente a 1,40% do saldo da respectiva conta antes do crédito de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 26/75.

II Autorizar, também, os créditos de que trata o art 3º da Lei Complementar nº 26/75 que serão efetuados no encerramento do exercício financeiro 2015/2016, mediante a aplicação dos percentuais abaixo discriminados sobre o saldo da conta individual do participante após a distribuição da reserva de que trata o inciso I:

a) atualização monetária, 1,061%;

b) juros, 3%; e

c) resultado líquido adicional, 3%.

Parágrafo único. Nos termos do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 26/75 será facultado aos participantes o saque das parcelas correspondentes às alíneas "b" e "c", obedecido o cronograma de pagamentos a ser divulgado oportunamente.

III Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM BAGHDASSARIAN
Coordenador do Conselho

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 370, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar as condições específicas a serem observadas na oferta pública de venda Notas do Tesouro Nacional, série B, NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 21.06.2016;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 22.06.2016;

V - data da liquidação financeira: 22.06.2016;

VI - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - quantidade para o público: até 1.150.000 de títulos, cujo(s) vencimento(s) está(ão) listado(s) abaixo;

X - características da emissão:

a) Grupo 1

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta	Adquirente
NTN-B	760199	15.05.2021	1.000,00	6,00	Até 1.000.000	Público
NTN-B	760199	15.08.2026	1.000,00	6,00	Até 1.000.000	Público

b) Grupo 2

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta	Adquirente
NTN-B	760199	15.05.2035	1.000,00	6,00	Até 150.000	Público
NTN-B	760199	15.05.2055	1.000,00	6,00	Até 150.000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinquenta títulos.

Art. 3º Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B atualizado até a respectiva data de liquidação financeira mencionada no Art.1º, inciso V, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Código Selic	Data-base do VNA	VNA (R$)
NTN-B	760199	15.07.2000	2.897,854721

Art. 4º As instituições credenciadas a operar com a CO-DIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 19,

de 27 de janeiro de 2015, e da Portaria nº 74, de 4 de fevereiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 15º, inciso I da referida Portaria, que consistirá na aquisição de NTN-B com as características apresentadas abaixo, pela cotação de venda apurada na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 21.06.2016;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 22.06.2016 e;

V - características da emissão:

a) Grupo 1

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta especial
NTN-B	760199	15.05.2021	1.000,00	6,00	200.000
NTN-B	760199	15.08.2026	1.000,00	6,00	200.000

b) Grupo 2

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta especial
NTN-B	760199	15.05.2035	1.000,00	6,00	30.000
NTN-B	760199	15.05.2055	1.000,00	6,00	30.000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial, em cada grupo, se pelo menos 50% do volume ofertado no respectivo grupo for vendido ao público.

Art. 5º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 4º, corresponderá a 20% (vinte por cento) da quantidade ofertada ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§ 1º. A quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 18 da Portaria nº 74, obedecerá a seguinte proporção:

I - 40% (quarenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no

inciso I do art. 16 (grupo 1) da referida Portaria e;

II - 60% (sessenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no

inciso II do art. 16 e as corretoras ou distribuidoras independentes que tenham atingido a meta

estabelecida no art. 21 (grupo 2) da referida Portaria.

§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 18, § 1º, da Portaria nº 74, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 287, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 301822/79, sob o comando nº 408684299 e juntada nº 409210754, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 181, de 15 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União, nº 115, de 17 de junho de 2016, Seção 1, pág. 44, no Inciso X do Art.2º, onde se lê: "Gilmar Freitas, Assessor Econômico da Presidência da Feira das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM", leia-se: "Gilmar de Oliveira Freitas, Assessor Econômico da Presidência da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 144, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Chorrochó	Estiagem - 1.4.1.1.0	011/2016	05/05/16	59051.001707/2016-56
BA	Cocos	Estiagem - 1.4.1.1.0	025/2016	20/05/16	59051.001882/2016-43
BA	Iramaia	Estiagem - 1.4.1.1.0	015/2016	30/05/16	59051.001906/2016-64
BA	Mortugaba	Estiagem - 1.4.1.1.0	15	13/05/16	59051.001842/2016-00
BA	Sebastião Laranjeiras	Estiagem - 1.4.1.1.0	027/2016	02/05/16	59051.001727/2016-27
MG	Almenara	Estiagem - 1.4.1.1.0	185	18/05/16	59051.001965/2016-32
MG	Franciscópolis	Estiagem - 1.4.1.1.0	011/2016	23/05/16	59051.001907/2016-17
MG	Jordânia	Estiagem - 1.4.1.1.0	013/2016	16/05/16	59051.001927/2016-80
MG	Nova Porteirinha	Estiagem - 1.4.1.1.0	010/2016	25/05/16	59051.001977/2016-67
MG	Santa Fé de Minas	Estiagem - 1.4.1.1.0	14	27/05/16	59051.001916/2016-08

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

RESOLUÇÃO N° 66, DE 2 DE JUNHO 2016

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem do art. 6°, II e XVII do anexo I do Decreto n° 8.275, de 27 de junho de 2014, e o art. 10, II e XVII, do Regimento Interno desta Autarquia e,

Considerando a conclusão da revisão do Regulamento de Incentivos Fiscais, materializada através de novo roteiro elaborado pelo Grupo de Estudo, instituído pela Portaria nº 72, de 02/04/2015, bem como as orientações jurídicas emanadas do Parecer nº 00170/2015/CONSULT/PFSUDAM/PGF/AGU, ambos constantes do processo nº CUP nº 59004/000264/2015-61, resolve:

Art. 1º - Aprovar as alterações introduzidas no Manual de Instruções para Elaboração de Projetos de Incentivos e Benefícios Fiscais elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 72, de 02/04/2015.

Art. 2º - O Manual contendo as respectivas alterações é parte integrante desta resolução e encontra-se disponibilizado no site da SUDAM.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

Ministério da Justiça e Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 640, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, em cumprimento ao Acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 18377/DF (2012/0070209-0), resolve:

Anular o Despacho Ministerial nº 256, de 29 de fevereiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 1º de março de 2012, que determinou a abertura de processo de anulação da Portaria nº 695, de 23 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 26 de maio de 2003, que declarou AGASSIS ADÃO DE AGUIAR, portador do CPF nº 001.795.906-34, anistiado político.

ALEXANDRE DE MORAES

DESPACHO DO MINISTRO
Em 21 de junho de 2016

Nº 360 - Processo: 08000.012960/2015-19
Interessado: Mildot Comércio de Segurança Exportação e Importação Ltda.
Assunto: Requerimento para abertura de procedimento administrativo para investigação de suposta irregularidade.

Em face dos fundamentos expostos na NOTA n. 62/2016/CONJUR-MJ/CGU, no DESPACHO nº 1935/2016/CONJUR-MJ/CGU/AGU e no DESPACHO nº 1949/2016/CONJUR-MJ/CGU/AGU, cujas razões adoto como parte integrante desta decisão, indefiro a abertura de procedimento administrativo para investigação, face à regularidade do Pregão nº 34/2014 CGL/SPOA/SE/MJ.

ALEXANDRE DE MORAES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 2.236, DE 25 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/25450 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRANSEGUR - SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 03.265.996/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1095/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.242, DE 25 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/19426 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve: CONCEDER autorização à empresa ANDRADE DISTRIBUIDOR LTDA, CNPJ nº 03.753.945/0001-72, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
46 (quarenta e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.265, DE 27 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/25542 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO WTORRE JK, CNPJ nº 10.915.358/0001-06 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.304, DE 30 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/26664 - DPF/ANS/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO EDUCATIVA EVANGELICA-AEE, CNPJ nº 01.060.102/0001-65 para atuar em Goiás.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.315, DE 31 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/26417 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAPESSOCA AGRO INDUSTRIAL SA, CNPJ nº 10.318.806/0001-86 para atuar em Pernambuco.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.419, DE 6 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/17409 - DPF/ATM/PA, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PROTATICA SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 24.413.557/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 970/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.443, DE 7 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/17046 - DPF/ROO/MT, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NORTOX S/A, CNPJ nº 75.263.400/0011-60 para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 1203/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.459, DE 7 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/30142 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO DO PARKSHOPPING, CNPJ nº 00.719.294/0001-06 para atuar no Distrito Federal.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 2.499, DE 9 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/27864 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER FIESTA, CNPJ nº 01.086.379/0001-67 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.517, DE 9 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/7071 - DPF/NIG/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JMB - RIO'S SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 09.068.251/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1355/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.553, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/30196 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa TOK SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 14.101.611/0001-30, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20 (vinte) Revólveres calibre 38

360 (trezentas e sessenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.556, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/31530 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa D'PADUA - DESTILARIA, PRODUÇÃO, AGROINDUSTRIA E COMERCIO S/A, CNPJ nº 06.312.488/0001-79 para atuar na Paraíba.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.564, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/27425 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa SPORTSCENTER ESCOLA DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 03.659.585/0001-44, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5066 (cinco mil e sessenta e seis) Munições calibre .380

958 (novecentas e cinquenta e oito) Munições calibre 12

88764 (oitenta e oito mil e setecentas e sessenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.567, DE 13 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/22655 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PREVENÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.265.799/0001-48, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1174/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.619, DE 15 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/27800 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE, CNPJ nº 60.967.551/0003-12 para atuar no Distrito Federal.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.620, DE 15 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/33877 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa CTO CENTRO TATICO OPERACIONAL PARA FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA ME, CNPJ nº 22.834.955/0001-87, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente ACERTO ESCOLA DE SEGURANÇA TREINAMENTO DE DESENVOLVIMENTO LTDA, CNPJ nº 11.053.938/0001-96:

4 (quatro) Pistolas calibre .380

2 (duas) Espingardas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.629, DE 15 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/26787 - DPF/SJE/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VH-VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL-EIRELI-EPP, CNPJ nº 21.737.152/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1144/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.637, DE 15 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/25545 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIFE DEFENSE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.674.687/0002-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1104/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.640, DE 15 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/29331 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASPE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 01.019.747/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1408/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.658, DE 16 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/25291 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SECURITY JOAL VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 23.528.009/0001-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1184/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.660, DE 16 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/27016 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa G4S VANGUARDA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 47.190.129/0013-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1228/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.672, DE 16 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/30060 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BAHIA SECURITY SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 05.567.754/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1329/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 7.718, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21931/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.667 (onze mil e seiscentos e sessenta e sete) UFIR a BANCO POTTENCIAL, CNPJ nº 00.253.448/0001-17, agência nº 1, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 178, §1 E 2 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/1755.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 7.728, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21941/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.000 (quinze mil) UFIR a BANCO DA AMAZONIA S/A, CNPJ nº 04.902.979/0012-05, agência nº 12, sediada no Acre, por praticar a conduta tipificada no artigo 177, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/7545.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 7.729, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21942/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.000 (quinze mil) UFIR a BANCO DA AMAZONIA S/A, CNPJ nº 04.902.979/0012-05, agência nº 12, sediada no Acre, por praticar a conduta tipificada no artigo 177, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/7556.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 7.730, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21943/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.000 (quinze mil) UFIR a BANCO DA AMAZONIA S/A, CNPJ nº 04.902.979/0012-05, agência nº 12, sediada no Acre, por praticar a conduta tipificada no artigo 177, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/7557.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 7.734, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21949/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.000 (quinze mil) UFIR a BANCO DA AMAZONIA S/A, CNPJ nº 04.902.979/0012-05, agência nº 12, sediada no Acre, por praticar a conduta tipificada no artigo 177, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/7558.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 7.735, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21950/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.000 (quinze mil) UFIR a BANCO DA AMAZONIA S/A, CNPJ nº 04.902.979/0012-05, agência nº 12, sediada no Acre, por praticar a conduta tipificada no artigo 177, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/7559.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 7.736, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21951/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.000 (quinze mil) UFIR a BANCO DA AMAZONIA S/A, CNPJ nº 04.902.979/0012-05, agência nº 12, sediada no Acre, por praticar a conduta tipificada no artigo 177, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/7560.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 7.764, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21993/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a DO VALE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08.370.434/0001-95, sediada em Santa Catarina, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §2 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/16489.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 7.768, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22002/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a SD1 SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.409.499/0001-09, sediada em Santa Catarina, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1148.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 7.772, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22011/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a J.H. EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.418.955/0001-99, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XVIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/3164.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 7.780, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22020/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a GRANDSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.413.243/0001-78, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/2745.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 7.784, DE 10 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22062/2016, decide: Aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil e trezentos e trinta e três) UFIR a BANCO RENDIMENTO S.A. , CNPJ nº 68.900.810/0001-38, agência nº 138, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 178, §1 E 2 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/2423.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHO DA CHEFE
Em 21 de junho de 2016

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo: nº 08505017569201619, TAOFEEK OLAMILEKAN OSUOLALE.

Processo: 08505017471201653, AYMAN HABACH.

Processo: 08505004925201626, JULIO ERNESTO ESTEFANERO AQUINO.

Processo: 08505044568201639, ISIAKA ALABI ADEWALE.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO os pedidos de transformação da residência provisória em permanente, com base no art. 7º da Lei 11.961/ 2009, abaixo relacionados:

Processo Nº 08102.014447/2011-91 - MARIA DA CONCEICAO JESUS DO NASCIMENTO CRUZ

Processo Nº 08241.003611/2011-40 - ROY CLAYDER MURRIETA

Processo Nº 08280.050085/2011-41 - NADEJDA OLEGOVNA MINHUEY MENDEZ

Processo Nº 08335.015431/2011-61 - CRECENCIO CUELLAR SANTOS

Processo Nº 08505.027228/2011-39 - SAIZHEN LIN

Processo Nº 08505.062322/2011-34 - CHRISTOPHER OBIORA ORANU

Processo Nº 08505.063677/2011-41 - ROMER ANGEL MONTANO MACHUCA

Processo Nº 08514.008811/2011-31 - SILVANA PATRICIA ANDREOTTI ALVAREZ

Processo Nº 08256.006187/2011-26 - ROSSANA COLLEONI

Processo Nº 08444.002880/2011-11 - PAOLA ANDREA TEJADA LEYTON

DEFIRO os pedidos de residência provisória nos termos da Lei 11.961/09, ressaltando que o Ato poderá ser revisto, a qualquer tempo, caso se verifique a falsidade das informações prestadas, conforme disposto no art. 8º, da referida lei, abaixo relacionados:

Processo Nº 08205.002971/2012-41 - BILAL ABDALLAH

Processo Nº 08457.009338/2009-17 - ZHU XIHUI

Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO os pedidos de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09, abaixo relacionados:

Processo Nº 08433.012186/2009-16 - CHEIKHOU BA

Processo Nº 08452.003837/2009-41 - CHEIKH DIOP

Processo Nº 08433.015781/2009-03 - SERIGNE KHADIMLO

Processo Nº 08460.030162/2009-11 - WU HAICONG

Processo Nº 08505.046319/2009-59 - QIXIANG ZHANG

DEFIRO os pedidos de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 01/1997 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505058655201592 - ANNA SIKOV

Processo Nº 08257.001407/2013-87 - BENOIT JEAN BERNARD JAHYNY

DEFIRO o presente pedido de permanência nos termos do art. 1º, I, da Resolução Normativa nº 06/1997 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08505.005157/2016-28 - BINDA KITATA MIMIE

Defiro o presente pedido de permanência nos termos do Art. 1º, II, da Resolução Normativa nº 06/1997 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08505.020355/2015-31 - ANDRÉ BIDUAYA BEYA

DEFIRO os pedidos de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 06/1997 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08390.003321/2016-05 - MAURICIO IBANEZ VACA

Processo Nº 08508.000439/2016-17 - ABDALLA IBRAHIM GEBRIEL

Processo Nº 08221.006813/2013-43 - EDUARDO SHIMOKAWA TORANZO

Processo Nº 08457.008818/2014-28 - FIGUEREIDO MFITU VICTOR

Processo Nº 08505.084294/2013-78 - KABEYA KALALA

Processo Nº 08505.119537/2014-87 - MUHAMMAD ILYAS

Processo Nº 08221.005051/2013-68 - TONY FRANK GOMEZ LEVERENZ

Processo Nº 08460.037512/2015-19 - NANA MAKIESE

Processo Nº 08505081428201561 - CADDY DIAKANUA BATUFUNDA

Processo Nº 08280.008634/2015-16 - GUILLERMO PEREZ VITON e LOIDA LESBIA BARRABI LABRADA

Processo Nº 08460.031657/2015-06 - LUIS EDUARD IDROBO SALAZAR

Processo Nº 08353.001309/2015-13 - MOHHAMED ALI ALHMADI

Processo Nº 08220.004043/2015-76 - LUIS EDUARDO ZABALA LOPEZ

Processo Nº 08506.018388/2015-19 - EMILY ALEXANDRA MUNOZ MARTINEZ

Processo Nº 08506.018387/2015-66 - ALBA YAKELINE MARTINEZ ARMERO, EDUAR MUNOZ BENEVIDESZ, JOHN EDUARD MUNOZ MARTINEZ

Processo Nº 08240.012605/2015-17 -SHESA OTEPA LONDJA

Processo Nº 08451.001169/2015-75 - DIVIS ANDREA VALENCIA PALOMO

Processo Nº 08505.109795/2013-74 - MUNA HANNA EESA

Processo Nº 08505.010401/2014-11 - HASSAN ALI ZIDAN ALSALMAN

Processo Nº 08420.012521/2014-84 - LUCIBETH SUAREZ SABOGAL, JONATHAN DAVID DUQUE SUAREZ, JHEYRE ZARAY ALFONSO DUQUE, KAREN DANNIELLE DUQUE SUAREZ e DIDIER STEVEN SUAREZ SABOGAL

Processo Nº 08514.004081/2014-42 - RODRIGO ANTONIO GOMEZ ORTIZ, LUCELY VARGAS GAMBOA e MONICA YULISSA GOMEZ VARGAS

Processo Nº 08322.002602/2013-01 - OMER ABDALLA MAHMOUD NASR

DEFIRO o pedido de Reunião Familiar, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, com estada legal no País vinculada ao mesmo prazo da chamante, até 28/01/2017.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08410.001336/2015-64 - ALEXANDER CABREJA ALVAREZ

DEFIRO o pedido de residência permanente nos termos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para concessão de permanência a detentores de vistos temporários ou a turistas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005, promulgado pelo Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009.

Processo Nº 08000.000792/2016-08 - César Daniel Torrejon

DEFIRO os pedidos de transformação do visto temporário VII, em permanente, nos termos da legislação vigente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08260.005984/2014-70 - BENEDICTE MARIE ISABELLE ROBAIN

Processo Nº 08270.031980/2014-28 - JOSEPH POTTAMPLACKAL JOSEPH

Processo Nº 08280.026108/2014-49 - MELANY GRACE DOLORIEL ILLANA

Processo Nº 08460.005533/2015-67 - MARIA LUISA LOBO CARDOSO QUINTELA

Processo Nº 08485.001603/2015-20 - JOSE FELIX LEYTON ESPINOZA

Processo Nº 08505.000071/2015-28 - CRAIG ARTHUR KINNEBERG

Processo Nº 08505.033532/2015-49 - IVALDINO DE ASSIS MENDES TAVARES

Processo Nº 08505.119296/2014-76 - JULIA EVA BOLZHAUSER

Processo Nº 08506.007604/2014-10 - MAYONNE BEATRICE KPOGHOMOU

Torno sem efeito o Despacho nº 4428/2015/SPE/DIPE/DEEST/SNJ (1469032), determino a republicação do Despacho nº 973/2015/SPE/DIPE/DEEST/SNJ (0353345), publicado no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2015, pg. 26 (0529064), o qual deferiu o pedido de permanência acima indicado, nos termos da Resolução Normativa nº 01/1997 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08707.003927/2013-89 - LUIS AUGUSTO SOUSA MARQUES DA ROCHA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 26/03/2015, Seção 1, pág. 48, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.052662/2014-08 - IBRAR HUSSAIN

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.019540/2015-63 - JUAN RICARDO BOLIVAR MALDONADO

Processo Nº 08000.019577/2015-91 - DIANA LAURA REYES MERCADO

Processo Nº 08000.019658/2015-91 - IRENE BOJ INDURAIN, ANGELS BARCELO BOJ, JULIA BARCELO BOJ, MERCE BARCELO BOJ

Processo Nº 08000.002133/2015-17 - JUAN EDUARDO MARQUEZ MACIAS, IVKA ALEXANDRA PAZANIN ANGARITA , CHRISTIAN ALEXANDER MARQUEZ PAZANIN

Processo Nº 08000.003279/2015-80 - JOÃO JOSE CABRITA DE SOUSA , NATALIA SANTOS , JOÃO PEDRO SANTOS DE SOUSA

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08458.010291/2014-91.

Processo Nº 08458.002259/2007-11 - MARIO HOLZE

Determino o arquivamento do processo de transformação de residência provisória em permanente considerando a perda do objeto, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o indeferimento e cancelamento da respectiva residência provisória.

Processo Nº 08505.002568/2012-38 - BIJIAO LIN

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08420.007974/2015-70.

Processo Nº 08420.016988/2011-51 - XING YAROU

Determino o arquivamento dos processos de transformação de residência provisória em permanente considerando a perda do objeto, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, abaixo relacionados: tendo em vista o indeferimento e cancelamento da respectiva residência provisória.

Processo Nº 08505.051942/2011-48 - FRANCIS OBINNA NWAFOR

Processo Nº 08505.061716/2011-75 - DANIEL FRETEL VILLAJUAN

Processo Nº 08505.090757/2011-79 - RONGHUI HUANG

Processo Nº 08505.095052/2011-48 - ZHILONG LI

Processo Nº 08505.064526/2011-18 - MARIA SARA RODRIGUEZ FERNANDEZ

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08505.086491/2011-60.

Processo Nº 08505.066188/2009-26 - LIMBERG FUENTES PEREDO

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08460.034887/2009-71 .

Processo Nº 08505.066316/2009-31 - MEIMEI CHEN

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08505.067924/2015-10.

Processo Nº 08505.068188/2011-85 - ROGERIO YUJRA CONDORI

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08505.124378/2015-13.

Processo Nº 08505.071718/2011-72 - HASSAN ALI ABD ALI

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08505.030547/2014-74 .

Processo Nº 08505.116717/2011-64 - DESMOND AFAMEFUMA OZOKOLO

Determino o arquivamento do processo de transformação de residência provisória em permanente considerando a perda do objeto, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista a residência provisória não ter sido concedida.

Processo Nº 08505.094373/2011-25 - WENPING LI

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas pela Divisão de Permanência de Estrangeiros, abaixo relacionados:

Processo Nº 08711.001483/2011-16 - RUI MANUEL DA MATA SALGADO

Processo Nº 08221.002395/2011-53 - ROLANDO SAAVEDRA GUTIERREZ

Processo Nº 08501.017106/2009-50 - YUANHUI GONG

Processo Nº 08460.023675/2011-82 - MARIA ALZIRA DE OLIVEIRA PEREIRA

Processo Nº 08460.034887/2009-71 - ZHAO CHONGJIAN

Processo Nº 08460.038253/2009-97 - CHEN JIANCONG

Processo Nº 08505.051468/2011-54 - NICOLLE EDUARDA PEREZ CAYCHO

Considerando que o interessado efetuou registro posterior ao presente pedido com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional, determino o arquivamento do feito nos termos do art. 52, da Lei nº 9.784/99.

Processo Nº 08240.014414/2009-41 - JANETH SILVA CHUMBE

INDEFIRO o presente pedido de permanência definitiva com base no acordo mercosul, tendo em vista o não cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) pelo Departamento de Polícia Federal.

Processo Nº 08505.067783/2015-27 - ANTONELLA JULIETA FUSANI

INDEFIRO os pedidos de permanência definitiva com base na Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração, tendo em vista o não cumprimento da exigência formulada por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo Nº 08221.006809/2013-85 - LORENZO FEDERICO AGUILLAR JIMENEZ , EMMA TELLEZ BECERRA , CASSIA NIKOLE AGUILAR TELLEZ , MARCELO FEDERICO AGUILAR TELLEZ , MARCELA RHAIZA AGUILLAR TELLEZ

Processo Nº 08505.036914/2014-43 - HERNAN OBEIMAR MONTENEGRO CAICEDO

INDEFIRO os pedidos, tendo em vista, que a estrangeira não preenche os requisitos previstos no art. 1º, da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.017112/2016-04 - KAMILA KARISHI

Processo Nº 08280.029192/2015-33 - DIYAA TAISIR ABOU TRABI

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.024336/2014-83 - DMITRY LUCHKO, até 09/10/2016.

Processo Nº 08000.036778/2014-72 - MARCIN PAWLETKO, até 04/12/2016.

Processo Nº 08000.025426/2014-91 - JOSE ARIEL HIDROGO DE LEON,até 14/09/2016.

Processo Nº 08000.042346/2014-09MARIUS KARI MAGNUSSON, até 19/03/2017.

Processo Nº 08000.042306/2014-59 - PAWEL JAN THEODOROWICZ, até 28/12/2016.

Processo Nº 08000.041914/2014-46 - ELENO PELIGRINO ODAL, até 30/07/2017.

Processo Nº 08000.041968/2014-10 - GERMANICO JR DECEN CONSUEGRA, até 13/01/2017.

Processo Nº 08000.028478/2014-10 - JAKUB ROBERT HALEC, até 22/10/2016.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País.

Por oportuno, TORNO SEM EFEITO o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 04/05/2016, Seção 1, pag. 37.

Processo Nº 08000.015831/2015-82 - TONCI KASTELANAC, até 29/12/2016 .

Mantenho a decisão publicada no Diário Oficial da União em 14 de março de 2014 (Seção 1, pag. 32), nos termos do Art. 66, § 1.º, c/c Art. 25, inc. IV do Decreto n.º 86.715/1981.(of.DPU)

Processo Nº 08102.003408/2013-20 - HERITIER LENDO MBUMBA

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 05/01/2016, Seção 1, pág. 92, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.040410/2014-17 - WILTON ABINA SANTOS

MULLER LUIZ BORGES

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO os pedidos de transformação da residência provisória em permanente, com base no art. 7º da Lei 11.961/ 2009, abaixo relacionados:

Processo Nº 08457.011800/2011-61 - GUAN QIUMEI

Processo Nº 08505.095207/2011-46 - DANIELA MARIAN PASCUAL CALLE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente.

Processo Nº 08505.011148/2014-12 - VICTOR MARIE THOMAS GUILLAUME BECARD

Determino o arquivamento dos processos , por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

Processo Nº 08000.001490/2014-87 - HERMAN MAXIM DSA

Processo Nº 08000.002326/2014-97 - RENATUS WILLIBRORDUS MARIA SCHOENMAKERS e YVONNE HENDRIKA JOHANNA BOOGERS

Processo Nº 08000.003716/2014-84 - DMYTRO TKACHOV

Processo Nº 08000.005045/2014-96 - CHRISTIAN DIRK GASSNER

Processo Nº 08000.006474/2014-81 - OLE MARTIN LEKNES

Processo Nº 08000.008217/2014-83 - GAELLE JEANNE SARTRE

Processo Nº 08000.009221/2014-69 - JEGAN MAHALINGAM RAJALAKSHMI

Processo Nº 08000.011409/2014-77 - KIMIE JOHN SIMON BODBACKA

Processo Nº 08000.011524/2014-41 - SUNGHWAN SEO

Processo Nº 08000.011525/2014-96 - JAEHO JO

Processo Nº 08000.011781/2014-83 - SUNSUK PARK

Processo Nº 08000.011826/2014-10 - HECTOR ALBERTO IBAÑES ORIOL

Processo Nº 08000.014575/2014-25 - ANWAR SIP

Processo Nº 08000.015144/2014-86 - EVENICER UMARAN BAJA

Processo Nº 08000.015633/2014-38 - MAURICIO FRANCISCO LAMPREIA RAVASCO

Processo Nº 08000.015635/2014-27 - HAFID AIT EL MAHJOUB

Processo Nº 08000.015645/2014-62 - PAULO SERGIO COVITA GOMES

Processo Nº 08000.015695/2014-40 - MIGUEL MATOS MARTINS

Processo Nº 08000.015696/2014-94 - ERNESTO ANTONIO DE ALMEIDA

Processo Nº 08000.015710/2014-50 - SEKAR VELSAMY

Processo Nº 08000.016284/2013-91 - JOHAN RAGNAR NIKLASSON

Processo Nº 08000.016482/2014-35 - ALAN BRADY NAZARETH JUTA

Processo Nº 08000.016830/2014-74 - OLEKSANDR TRETYAK

Processo Nº 08000.016859/2014-56 - ELMER SANCHEZ CUNANAN

Processo Nº 08000.017007/2014-86 - MALCOLM CHARLES GARDINER

Processo Nº 08000.017123/2014-03 - RAVICHANDRAN PONNUSAMY

Processo Nº 08000.017245/2014-91 - SHANMUGAM SATHISH VADAKKUPATTU

Processo Nº 08000.021394/2014-55 - YOGA TRISNOADJI BN TJIPSOTOROSO

Processo Nº 08000.021566/2014-91 - JACOBUS BERNARDUS DE SMIT

Processo Nº 08000.021683/2014-54 - FENG CAO

Processo Nº 08000.021769/2014-87 - MICHAEL RODIO DE CHAVEZ

Processo Nº 08000.022758/2014-14 - SHUWEI XU

Processo Nº 08000.024567/2014-97 - RODOLFO JR BADEO BALDOMAR

Processo Nº 08000.024742/2014-46 - KEVIN HAGADA MONAYAO

Processo Nº 08000.024748/2014-13 - GUINIGUIN BOTIWEY ALODOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.025938/2013-77 - SETH MICHAEL YOUNG
Processo Nº 08000.025957/2014-84 - MARKKU ILPO ENSIO MAATTANEN
Processo Nº 08000.026021/2014-71 - PAUL MCNALLY
Processo Nº 08000.026063/2013-21 - NARAYAN RAMCHANDRA PARAB
Processo Nº 08000.026298/2014-01 - MYUNGHYUN SHIN
Processo Nº 08000.026304/2014-12 - ANTONIO JOSE MACHADO VARANDA
Processo Nº 08000.026306/2014-10 - CARLOS ALBERTO OLIVEIRA
Processo Nº 08000.026459/2013-78 - STEPHEN TATE
Processo Nº 08000.026978/2014-17 - TIHOMIR GUZOBAD
Processo Nº 08000.027039/2014-90 - MANUEL RODRIGUES CORREIA
Processo Nº 08000.027041/2014-69 - ROMAN PANCHIY
Processo Nº 08000.027644/2014-61 - XUEJIE WANG
Processo Nº 08000.027708/2014-23 - THOR ANDREAS KRAFFT
Processo Nº 08000.027755/2014-77 - YASUYUKI TAKAKI
Processo Nº 08000.027776/2014-92 - ALBINO ALEXANDRE DA COSTA CARLINHOS
Processo Nº 08000.027835/2014-22 - CAN LIU
Processo Nº 08000.027836/2014-77 - XIAOPENG ZHANG
Processo Nº 08000.027852/2014-60 - THOMAS MAYR
Processo Nº 08000.027853/2014-12 - LARS ANDERS MIKAEL LILJESTRAND
Processo Nº 08000.028117/2014-73 - AXEL MANFRED SCHROEDER
Processo Nº 08000.028170/2014-74 - MARIA GOTHARD
Processo Nº 08000.028536/2014-13 - JOSE ALEXANDRE QUESADO DOS SANTOS
Processo Nº 08000.028550/2014-17 - RODGER RAUCH
Processo Nº 08000.028638/2014-21 - LEOPOLDO MALIGLIG GARCIA
Processo Nº 08000.028642/2014-99 - ALBERTO VALEROSO
Processo Nº 08000.029340/2014-38 - PAULO JORGE NEVES HENRIQUES
Processo Nº 08000.029462/2014-24 - JAN REIMER
Processo Nº 08000.029645/2014-40 - ANDRE FILIPE MENDES ESTANQUEIRO
Processo Nº 08000.029997/2014-03 - TERRY KERSTEN
Processo Nº 08000.030005/2014-82 - TEUNIS TONNY SLAGBOOM
Processo Nº 08000.030006/2014-27 - ROLAND MAKKINK
Processo Nº 08000.030007/2014-71 - BART DE SMEDT
Processo Nº 08000.030011/2014-30 - HENDRIK JAN VENNIK
Processo Nº 08000.030354/2014-02 - MEL MANOG BERMEJO
Processo Nº 08000.030363/2014-95 - JOSE JR CURAYAG EBISA
Processo Nº 08000.030457/2014-64 - ELVIN PUNAY GEROLAGA
Processo Nº 08000.030461/2014-22 - SOMMMAI FESOONGNOEN
Processo Nº 08000.030463/2014-11 - AGUS TOMO
Processo Nº 08000.030465/2014-19 - MOHD KHAIRUL HAKIMI BIN ISMAIL
Processo Nº 08000.030485/2014-81 - MARIO THIRY
Processo Nº 08000.030492/2014-83 - JOSEPH VINCENT SIMPAS PUEYO
Processo Nº 08000.030529/2014-73 - REYNALDO MONACILLO MORENO
Processo Nº 08000.030531/2014-42 - JACQUES PIERRE SOUDANNE
Processo Nº 08000.030534/2014-86 - JESUS BAUNO ORONGAN
Processo Nº 08000.030543/2014-77 - SEBASTIAAN VREDEGOOR
Processo Nº 08000.035798/2014-26 - JOSEPH LEONARD DUTHU JR
Processo Nº 08000.036189/2014-94 - EDGUAR ENRIQUE PAZ GALUE
Processo Nº 08097.006734/2013-13 - CRISTOBAL CUTILLAS GARCIA
Processo Nº 08102.004951/2014-25 - MARTIN CHRISTIAN WILHELM BAUMERT, MAXIMILIAN ALEXANDER XIAOBO BAUMERT e SHENGMEI TAO
Processo Nº 08102.005482/2014-61 - FRANCISCO RODEIRO PRIETO
Processo Nº 08125.000963/2014-12 - HARALD GEORG DEHNER
Processo Nº 08270.002319/2014-13 - SOONHO KIM
Processo Nº 08310.001590/2014-18 - SANTIAGO RODRIGUEZ SANCHEZ
Processo Nº 08310.005338/2014-70 - RUBEN SAIZ NIETO
Processo Nº 08310.005727/2014-03 - MODESTO JOSE LOPEZ VAZQUEZ
Processo Nº 08310.010411/2014-25 - DANIEL RODRIGUEZ GARCIA
Processo Nº 08310.010412/2014-70 - JESUS OTERO PEDREIRA
Processo Nº 08310.010785/2014-41 - ALFONSO LEMA BLANCO
Processo Nº 08375.004044/2013-95 - BRAHMA REDDY SOMALA e NIROSHA SOMALA
Processo Nº 08461.004131/2014-54 - MIRKO VUCINOVIC
Processo Nº 08461.004164/2014-02 - KEVIN HARRISON
Processo Nº 08461.005086/2014-55 - ROBERT WLADYSLAW LOS
Processo Nº 08461.005237/2014-75 - MARK HANSON DIXON
Processo Nº 08461.006178/2014-52 - ANTONIO ADELINO DA SILVA
Processo Nº 08461.006332/2014-96 - JOÃO DOS SANTOS HENRIQUES
Processo Nº 08461.006665/2014-15 - RAMIZ DEMIRI
Processo Nº 08461.007441/2014-21 - JOO YOUN KIM
Processo Nº 08461.007446/2014-53 - SUKHO KIM
Processo Nº 08505.041669/2014-96 - JAVIER GARCIA ESPIN
Processo Nº 08505.066286/2014-21 - ANA ALEXANDRA CALDAS OSORIO
Processo Nº 08709.011099/2014-13 - MANUEL ENRIQUE SEGURA GONZALEZ

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Substituto

DEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, abaixo relacionados:
Processo Nº 08505.034685/2016-94 - PAMELA NOEMY LAVRA RAMIREZ, até 26/02/2017.
Processo Nº 08000.028329/2015-31 - TALMAGE JOHN BROWN , até: 29/10/2016.
Processo Nº 08000.020400/2015-38 - NUNO MIGUEL DE ANDRADE DIAS, até 10/08/2016
Processo Nº 08000.020409/2015-49 - ISAAC ANTHONY HALE, até 13/08/2016
Processo Nº 08000.016295/2015-32 - YURY ALEXANDER NARANJO ZAMBRANO , até 01/07/2016.
Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s), abaixo relacionados:
Processo Nº 08000.015273/2014-74 - DANIEL ALEJANDRO MONTOYA URGILES
Processo Nº 08000.021953/2014-27 - ROWAN ELIZABETH RICHARDSON
Processo Nº 08000.021963/2014-62 - MATTHEW GEORGE HARDMAN
Processo Nº 08000.021972/2014-53 - JORDAN DANIEL RAWLINGS
Processo Nº 08000.023147/2014-93 - ALLISTER JAMES TRIFFITT
Processo Nº 08000.025555/2014-80 - CASEY JAMES BRINGHURST
Processo Nº 08070.006683/2014-09 - LOGAN RICH JARRELL
Processo Nº 08107.005744/2014-48 - PAULO CESAR CORREA GALEANO
Processo Nº 08125.004647/2014-10 - YANINE GUSMAN ANEZ
Processo Nº 08212.011352/2014-11 - CARMEN MILAGROS SINCHE AMBROSIO
Processo Nº 08444.012528/2014-28 - CLAUDE PETROGNANI
Processo Nº 08452.001937/2014-08 - CARVALHO PAULO WILSON
Processo Nº 08460.042272/2014-85 - JOSEMAR DA COSTA MAGALHAES
Processo Nº 08505.118706/2014-61 - ANGEL OLIDER ROJAS VISTORTE
Processo Nº 08505.138513/2014-27 - ISAACK GAITANI MDINDILE
Processo Nº 08505.139024/2014-92 - DREW ALLEN ALTHISER
Processo Nº 08505.139054/2014-07 - ANA RITA MARQUES CORREIA
Processo Nº 08506.019919/2014-00 - ANDREA HERNANDEZ RODRIGUEZ
Processo Nº 08702.006787/2014-21 - RAUL ALBERTO RICO MOLINA
Processo Nº 08707.006022/2014-41 - EDUARDO CARLOS ALEXANDRINA
Processo Nº 08444.002264/2014-02 - KE LIANG
Processo Nº 08508.014056/2014-56 - SAUL SANCHEZ FERNANDEZ
Processo Nº 08083.002533/2014-79 - CLAUDIA ANNA MARIA GIORDANO
Processo Nº 08107.005941/2014-67 - ANDRE GONCALVES MANUEL
Processo Nº 08000.021963/2014-62 - Matthew George Hardman
Processo Nº 08444.001730/2014-24 - ELMER AGOSTINHO CARLOS DE MATOS
Processo Nº 08460.008447/2014-25 - CLAUDIA CECILIA MARTINEZ RIVAS
Processo Nº 08508.004190/2014-49 - MALIK JOMO OSBOURNE
Processo Nº 08505.080568/2014-31 - ERNESTO VARGAS MENDEZ
Processo Nº 08000.013450/2015-69 - PALESTINA BRASILIA CORTEZ CASTAÑEDA
Processo Nº 08000.013443/2015-67 - JOSE ANTONIO ANDRADE MARTINS
Processo Nº 08000.011951/2015-19 - BRADLEY KADEN CARR
Processo Nº 08000.011921/2015-02 - ALANE STRINGHAM HALE
Processo Nº 08000.007692/2015-13 - CHAD REILLY PEXTON
Processo Nº 08505.052425/2014-39 - ANEES AHMAD
Processo Nº 08322.001081/2014-48 - MARBELIS YULIMAR MONROY RIVAS
Processo Nº 08444.006001/2014-64 - RONALD PONTIER
Processo Nº 08506.018041/2014-87 - SERGIO ANDRES PEREZ LEON
Processo Nº 08000.000793/2015-63 - JARED THOMAS HOPKINS
Processo Nº 08000.041145/2014-86 - MARCO ANDRE MAGALHAES SILVA
Processo Nº 08508.011309/2014-30 - MARIA FORTUNATO RODRIGUES DIVENGELE
Processo Nº 08508.013658/2014-96 - LINCY LISETH CAMACHO ORJUELA
Considerando a informação prestada pelo interessado no processo SEI n.º 08018.000140/2015-95, determino, em razão da perda do objeto o arquivamento do processo de prorrogação de estada.
Processo Nº 08125.000032/2014-14 - Nouwagnon Prudence Kwasi
Determino o arquivamento do processo, já que o estrangeiro obteve permanência definitiva, através do pedido nº: 08240.023675/2015/09.
Processo Nº 08492022274201481 - ROBERTO CAPPELLETTI
INDEFIRO os pedidos, tendo em vista que no momento da autuação, o requerente encontrava-se em situação irregular no país, nos termos do artigo 38, da Lei 6.815/80, alterada pela Lei 6.964/81, abaixo relacionados:
Processo Nº 08000.019067/2016-03 - ERIK WESLEY OSTROM
Processo Nº 08000.014234/2016-11 - MAURICIO JOSÉ CASTRO NAZARÉ
Processo Nº 08270.027941/2015-15 - Rogério da Silva

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.208, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Habilita o Município de Cacoal (RO) a receber recursos para construção de Centro Especializado em Reabilitação (CER).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de Direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
Considerando a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências;
Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite;

Considerando a Portaria nº 1.060/GM/MS, de 5 de junho de 2002, que aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012, que institui incentivos financeiros de investimento e de custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.236/GM/MS, de 1º de outubro de 2012, que acresce e altera dispositivos das Portarias nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011; nº 2.395/GM/MS, de 13 de outubro de 2011; e nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012;

Considerando a Portaria nº 492/SAS/MS, de 30 de abril de 2013, que readéqua o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

Considerando a Portaria nº 1.303/GM/MS, de 28 de junho de 2013, que estabelece os requisitos mínimos de ambientes para os componentes da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 2.728/GM/MS, de 13 de novembro de 2013, que altera o anexo da Portaria nº 1.303/GM/MS, de 28 de junho de 2013, que estabelece os requisitos mínimos de ambientes para os componentes da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Cacoal (RO), descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados ao investimento para construção de Centro Especializado em Reabilitação.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros, na modalidade fundo a fundo, para o Fundo Municipal de Saúde de Cacoal (RO).

Art. 3º O ente federativo contemplado com financiamento previsto nos termos do art. 1º desta Portaria fica sujeito ao cumprimento dos seguintes prazos para execução e conclusão das obras e efetivo início de funcionamento das unidades:

I - até 9 (nove) meses, a contar da data do pagamento da primeira parcela do incentivo financeiro no respectivo fundo de saúde, para apresentar os documentos necessários ao recebimento da segunda parcela do incentivo financeiro;

II - até 21 (vinte e um) meses, a contar da data do pagamento da primeira parcela do incentivo financeiro no respectivo fundo de saúde, para conclusão da obra; e

III - até 90 (noventa) dias, a contar da data do pagamento dos recursos relativos à terceira parcela do incentivo financeiro, para início do funcionamento da unidade.

Art. 4º O Município beneficiado com recursos tratados por essa Portaria é responsável pela contínua atualização das informações no SISMOB, no mínimo uma vez a cada 60 (sessenta) dias, responsabilizando-se, ainda, pela veracidade e qualidade dos dados fornecidos, quais sejam:

I - informações relativas ao estabelecimento, ao imóvel, ao projeto e à contratação;

II - informações relativas à execução física da obra; e

III - informações relativas à conclusão da obra.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de modificação das informações descritas neste artigo até 60 (sessenta) dias após a última inserção de dados, o ente federativo ainda assim fica obrigado a acessar o SISMOB para registro dessa atividade pelo próprio sistema informatizado.

Art. 5º Na hipótese de descumprimento dos prazos definidos no art. 3º, o ente federativo beneficiário estará sujeito:

I - à devolução imediata dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, mas apenas em relação aos recursos que foram repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o respectivo fundo de saúde e não executados; e

II - ao regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, em relação aos recursos financeiros que foram repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o respectivo fundo de saúde e executados parcial ou totalmente em objeto diverso ao originalmente pactuado.

Art. 6º O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente federativo beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros percebidos por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 7º Fica estabelecido que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 (Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde) - PO 0004 (Viver Sem Limite).

Parágrafo único. Para continuidade do pagamento das parcelas às propostas habilitadas no contexto da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência os recursos orçamentários passam a ser plurianuais.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO - CONSTRUÇÃO DE CER

N º	UF	MUNICIPIO	N º PROPOSTA	CNPJ	Valor da proposta	Componente	Modalidades	Valor da 1ª parcela	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
1	RO	Cacoal	19112323000116001	19.112.323/0001-03	R$ 2.500.000,00	CER II	Física e Intelectual	R$ 250.000,00	10.302.2015.8535	0004

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 21 de junho de 2016

Nº 22 - Processo MS/SIPAR nº 25000.036860/2013-35. Interessado: ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS EM JUIZ DE FORA - FUNDAÇÃO JOÃO THEODÓSIO ARAÚJO - CNPJ nº 21.593.520/0001-25. Decisão: À vista do que consta dos autos, pelas razões técnicas apresentadas pela Secretaria de Atenção à Saúde, de acordo com a NOTA TÉCNICA nº 097/2015-CGCER/DCEBAS-SAÚDE/SAS/MS, bem como pelas razões de fato e fundamentos de direito apresentados pela Consultoria Jurídica, na conformidade do PARECER nº 00335/2016/CONJUR-MS/CGU/AGU e do DESPACHO nº 22493/2016/CONJUR-MS/CGU/AGU, que adoto como razões de decidir, nego provimento ao recurso administrativo.

Nº 23 - Processo MS/SIPAR nº 25000.069985/2016-94. Interessado: CRISTÁLIA Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.- CNPJ nº 44.743.671/0001-51. Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir as razões de fato e os fundamentos de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00490/2016/CONJUR-MS/CGU/AGU e do DESPACHO 31338/2016/CGU/AGU, CONJUR/MS, e NÃO CONHEÇO o recurso administrativo hierárquico interposto por CRISTÁLIA Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda. - CNPJ nº 44.743.671/0001-51.

RICARDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 21 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

444ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 18 de maio de 2016

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.071966/2012-84	Sul Amé rica Companhia De Seguro Saúde	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN n° 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.319270/2012-29	Grupo Hospitalar d o Rio De Janeiro Ltda	DIPRO	Mecanismos de Regulação - Art. 71 da RN n° 124/2006 (4x)	108.000,00 (cento e oito mil reais)
33903.029002/2013-99	Unimed Cuiabá Coo perativa d e Trabalho Médico	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN n° 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.633913/2013-25	Insolvência Civil d e Tk Plano d e Assist ê ncia Odontol ó gica S/C Ltda	DIPRO	Renovação de Contratos - Art. 62-F da RN n° 124/2006	630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais)
25789.089863/2013-51	Garantia de saúde ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.010269/2011-76.	Bradesco saúde s/a,	DIPRO	Urgência e Emergência - art. 79 da RN nº124/06	100.000,00 (cem mil reais)
25789.019071/2012-39	Green line sistema de saúde s.a	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais)
25789.019096/2012-32	Notre dame intermédica saúde s.a	DIPRO	Descumprimento Contratual - art. 78 da RN nº124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25782.013491/2014-33	Amil assistência médica internacional s.a	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06 e Cláusulas de Garantias Legais - art. 66 da RN nº124/06	163.966,32 (cento e sessenta e três mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos)
25789.037656/2011-50	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.085146/2012-70	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06, por duas vezes	176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
25789.001350/2012-46	Bradesco Saúde S/A	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06, por duas vezes	160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
25789.083198/2013-92	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.004564/2013-55	Ecole Serviços Médicos Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.030105/2014-16	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIPRO	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 da RN 124/06.	416.128,13 (quatrocentos e dezesseis mil cento e vinte e oito reais e treze centavos)
25779.023724/2014-65	Administradora Brasileira de Assistência Médica - Em liquidação extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.038138/2013-15	Green Line Sistema de Saúde S.A.	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.087040/2013-91	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.019712/2013-36	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, V e art. 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.636024/2011-58	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 c/c art. 10, V da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.006144/2013-82	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIPRO	Remoção em Urgência e Emergência - art. 80 c/c art. 10, V da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25782.013481/2012-36	Clinipam Clinica Paranaense d e Assistencia Medica Ltda	DIPRO	Produto Diverso do Registrado - art. 20 c/c art. 10, IV da RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25789.055777/2013-45	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de T rabalho Médico - Em Liquidação E xtrajudicial	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - art. 57 c/c art. 10, V da RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.089937/2013-50	Bradesco Saúde S/A	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 c/c art. 10, V e art. 7º, III da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33902.440032/2012-81	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa De Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.012594/2013-03	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Obrigação de Natureza Contratual - Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.099846/2012-41	Green Line Sistema De Saúde S.A	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.065553/2013-41	Bradesco Saúde S/A	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.038281/2013-15	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.103648/2012-74	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio De Janeiro	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais - arts. 66 c/c art. 10, inciso V ambos da RN nº 124/2006 da ANS	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.092601/2013-74	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa De Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.445085/2011-16	Amico Saúde Ltda	DIPRO	Ingresso de beneficiário em plano coletivo e Reajuste acima do Permitido - art. 20-D c/c art. 10, inciso V e art. 9º, inciso I e art. 59 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	95.350,00 (noventa e cinco mil trezentos e cinquenta reais)
25789.037684/2013-39	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.431488/2011-70	Unimed-rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Mudança de faixa etária- art. 57 c/c art. 10, inciso V, todos da RN nº 124/2006.	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.220039/2012-89	União Hospitalar Operadora de Planos de Saúde Ltda - em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Redução de rede hospitalar-art. 88, c/c art. 10, inciso II, c/c art. 9º, inciso II, todos da RN nº 124/2006	76.913,68 (setenta e seis mil, novecentos e treze reais e sessenta e oito centavos)
25789.051558/2013-97	Santo André Planos de Assistencia Médica Ltda .	DIPRO	Negativa de cobertura- art. 77 c/c art. 10, inciso III, todos da RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.013231/2014-06	Massa Falida Lam Operadora de Planos de Saude Ltda .	DIPRO	Negativa de cobertura- art. 77 c/c art. 10, inciso II , todos da RN nº 124/2006, por duas vezes	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25779.004023/2015-16	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura- art. 77 c/c art. 10, inciso II, todos da RN nº 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.077574/2011-48	Sul América Companhia de Seguro Saúde S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.801509/2011-29	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Urgência e Emergência - Art. 79 RN 129/06	100.000,00 (cem mil reais)
33902.318653/2012-80	Amico Saúde Ltda	DIPRO	Urgência e Emergência - Art. 79 RN 129/06	100.000,00 (cem mil reais)
33902.519340/2011-66	Salutar Saúde Seguradora S/A	DIPRO	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 RN 124/06	66.113,68 (sessenta e seis mil, cento e treze reais e sessenta e oito centavos)
25779.001647/2015-73	Administradora Brasileira de Assistência Médica - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.015450/2015-11	Administradora Brasileira de Assistência Médica - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.016408/2014-37	Sosaude Assistência Médico-Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.022831/2015-57	Administradora Brasileira de Assistência Médica - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.002933/2015-56	Sosaude Assistência Médico-Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.287590/2013-93	GEAP Fundação de Seguridade Social	DIPRO	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88, da RN n° 124/2006.	467.693,75 (quatrocentos e sessenta e sete mil seiscentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)
25789.092618/2013-21	Saúde Medicol S.A. - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78, da RN n° 124/2006.	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33902.239225/2014-53	Coopus Planos de saúde LTDA	DIPRO	Não envio de SIP - Art. 35, da RN n° 124/2006.	5.000,00 (cinco mil reais)
33902.330392/2013-57	Federação Regional das Cooperativas Médicas Unimeds dos estados de Goiás e Tocantins e do Distrito Federal	DIPRO	Envio de Informações Periódicas - Art. 35, da RN n° 124/2006.	15.000,00 (quinze mil reais)
25773.022238/2011-37	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIPRO	Urgência e Emergência - Art.80 da RN nº 124/2016	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.083678/2013-53	Yasuda Marítima Saúde Seguros S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN nº 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.000378/2013-05	Golden Cross Assistência Internacional De Saúde Ltda	DIPRO	Obrigação de Natureza Contratual - Art.11, §5º da RN 48/03	ARQUIVAMENTO
25782.013482/2014-42	Unimed Nordeste Rs Sociedade Cooperativa De Serviços Médicos Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN nº 124/06	88.000,00 (oitenta e oito reais)
33902.563758/2011-19	SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN nº 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 21 de junho de 2016

Nº 61 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 37, § 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e no art. 10, § 5° da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 04 de abril de 2008, NÃO RECEBE NO EFEITO SUSPENSIVO o recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

Empresa: SUPERA FARMA LABORATÓRIOS S. A.
CNPJ: 43.312.503/0001-05
Expediente do recurso: 683744/16-1

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 735, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM: 24.08
PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 01 00 PR 15
II - denominação: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá
III - CNPJ: 79.115.762/0001-93
IV - CNES: 2594714
V - endereço: Rua Santos Dumont, nº 555, Bairro: Vila Operária, Maringá/PR, CEP: 87.050-100

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 01 14 SP 05
II - denominação: Hospital Infantil Sabará
III - CNPJ: 61.213.674/0002-40
IV - CNES: 6614426
V - endereço: Avenida Angélica, nº 1.987, Bairro: Higienópolis, São Paulo/SP, CEP: 01.227-200

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

FÍGADO: 24.09
PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 02 02 PR 03
II - denominação: Hospital Nossa Senhora das Graças
III - CNPJ: 76.562.198/0001-69
IV - CNES: 0015318
V - endereço: Rua Alcides Munhoz, nº 433, Bairro: Mercês, Curitiba/PR, CEP: 80.810-040

Art. 3º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 11 02 RS 13
II - denominação: Hospital Geral de Caxias do Sul
III - CNPJ: 88.648.761/0018-43
IV - CNES: 2223538
V - endereço: Avenida Professor Antônio Vignoli, nº 255, Bairro: Petrópolis, Caxias do Sul/RS, CEP: 95.070-561

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 12 SP 03
II - denominação: Instituto Médico Dr. João Carlos Grottone
III - CNPJ: 57.733.719/0001-59
IV - CNES: 3569373
V - endereço: Rua Bento de Abreu, nº 20, Bairro: Boqueirão, Santos/SP, CEP: 11.045-140

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 12 12 MG 07
II - denominação: Hospital Universitário São José
III - CNPJ: 17.178.203/0006-80
IV - CNES: 4034236
V - endereço: Rua Aimorés, nº 2.896, Bairro: Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.140-073

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM/PÂNCREAS: 24.05
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 31 04 SC 06
II - denominação: Hospital Santa Isabel
III - CNPJ: 60.922.168/0052-26
IV - CNES: 2558246
V - endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 300, Bairro: Centro, Blumenau/SC, CEP: 89.010-906

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

PÂNCREAS: 24.04
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 32 12 SC 04
II - denominação: Hospital Santa Isabel
III - CNPJ: 60.922.168/0052-26
IV - CNES: 2558246
V - endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 300, Bairro: Centro, Blumenau/SC, CEP: 89.010-906

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 7º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
BAHIA

I - Nº do SNT 1 11 16 BA 02
II - responsável técnico: Rodrigo Reis de Oliveira, oftalmologista, CRM 21691.

I - Nº do SNT 1 11 16 BA 03
II - responsável técnico: Rodrigo Reis de Oliveira, oftalmologista, CRM 21691.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 16 MG 04
II - responsável técnico: Laila Christina Silveira, oftalmologista, CRM 50755.

Art. 8º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 16 SP 26
II - responsável técnico: Selma Soriano, hematologista e hemoterapeuta, CRM 50033;
III - membro: Eloisa Moreira Martin, hematologista e hemoterapeuta, CRM 90788;
IV - membro: Ana Paula Martin Lopes Vargas, hematologista e hemoterapeuta, CRM 135876.

Art. 9º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 01 00 PR 04
II - responsável técnico: Paulo Roberto Aranha Torres, nefrologista, CRM 13817;
III - membro: José Francisco da Silveira, urologista, CRM 08651;
IV - membro: Ricardo Oyama, nefrologista, CRM 11407;
V - membro: Sérgio Seiji Yamada, nefrologista, CRM 09457;
VI - membro: Daniel Bolognese, nefrologista, CRM 23821;
VII - membro: Rafael Ribeiro Mori, urologista, CRM 25349.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 01 14 SP 21
II - responsável técnico: José Osmar Medina de Abreu Pestana, nefrologista, CRM 37800;
III - membro: Maria Cristina Andrade, nefrologista, CRM 55067;
IV - membro: Ana Paula Brecheret, nefrologista, CRM 93981;
V - membro: Anelise Del Vecchio Gessullo, nefrologista, CRM 43085;
VI - membro: Hélio Tedesco Silva Junior, nefrologista, CRM 50327;
VII - membro: Maria Lúcia dos Santos Vaz, nefrologista, CRM 56812;
VIII - membro: Mario Nogueira Junior, urologista, CRM 78501;
IX - membro: Wilson Ferreira Aguiar, urologista, CRM 83638;
X - membro: Débora de Oliveira Cumino, anestesiologista, CRM 87604;
XI - membro: Ademar Pessoa Ferreira Junior, urologista, CRM 114083;
XII - membro: Sergio Felix Ximenes, urologista, CRM 76085;
XIII - membro: Bruno Leslie, urologista, CRM 97209.

Art. 10 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde a seguir identificada:

FÍGADO: 24.09
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 02 02 PR 04
II - responsável técnico: Júlio César Uili Coelho, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 5072;
III - membro: Alexandre Coutinho Teixeira de Freitas, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 13545;
IV - membro: Jorge Eduardo Fouto Matias, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 9155;
V - membro: Eduardo José Brommelstroet Ramos, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 16956;
VI - membro: Miguel Raduy Neto, anestesiologista, CRM 8422;
VII - membro: Rohnelt Machado de Oliveira, anesteiologista, CRM 8574;
VIII - membro: Marco Aurélio Raeder da Costa, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 16549;
IX - membro: Alcindo Pissaia Junior, gastroenterologista, CRM 15830;
X - membro: Claudia Alexandra Pontes Ivantes, gastroenterologista, CRM 15109;
XI - membro: Daphne Benatti Gonçalves Morsoletto, gastroenterologista, CRM 26004.

Art. 11 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 99 MG 17
II - responsável técnico: Sandro Antonini Coscarelli, oftalmologista, CRM 17908;
III - membro: Maria Dulce Fornaciari Ramos Miranda, oftalmologista, CRM 28143.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 96
II - responsável técnico: Denise de Freitas, oftalmologista, CRM 47158;
III - membro: Wilson de Freitas, oftalmologista, CRM 42291.

I - Nº do SNT 1 11 08 SP 24
II - responsável técnico: Lauro Augusto de Oliveira, oftalmologista, CRM 98796.

I - Nº do SNT 1 11 05 SP 01
II - responsável técnico: Alessandro Cláudio Cartocci, oftalmologista, CRM 45942.

I - Nº do SNT 1 11 14 SP 33
II - responsável técnico: Dalton de Freitas Santoro, oftalmologista, CRM 97221.

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 43
II - responsável técnico: Walton Nose, oftalmologista, CRM 30319;
III - membro: Adriana dos Santos Forseto, oftalmologista, CRM 75264;
IV - membro: Cláudia Maria Francesconi Benício, oftalmologista, CRM 77247;
V - membro: Junia Cabral Marques, oftalmologista, CRM 109963;
VI - membro: Lucila Ferreira Leite Pinto Sigaud Ferraz, oftalmologista, CRM 76405;
VII - membro: Ricardo Menon Nose, oftalmologista, CRM 145706.

Art. 12 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético à equipe de saúde a seguir identificada:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 12 12 MG 12
II - responsável técnico: João Wagner Junqueira Pellucci, ortopedista e traumatologista, CRM 8750;
III - membro: Gustavus Lemos Ribeiro Melo, ortopedista e traumatologista, CRM 42351.

Art. 13 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM/PÂNCREAS: 24.05
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 31 04 SC 05
II - responsável técnico: Itamar Thomé Vieira, nefrologista, CRM 14651;
III - membro: Denise Rodrigues Simão, nefrologista e clínica geral, CRM 5431;
IV - membro: Ariane Karen de Sousa, nefrologista e clínica geral, CRM 17041;
V - membro: Bruna Isabel Tontini, nefrologista e clínica geral, CRM 14955;
VI - membro: Roberto Benvenutti, nefrologista, CRM 4356;
VII - membro: Humberto Rebello Narciso, nefrologista, CRM 1147;
VIII - membro: Itamar de Oliveira Vieira, nefrologista, CRM 1866;
IX - membro: Luis Cláudio Francalacci, nefrologista, CRM 8945;
X - membro: Vera Lúcia Di Jura, nefrologista, CRM 15010;
XI - membro: John Edney dos Santos, urologista, CRM 8697;
XII - membro: Rodrigo Monnerat, urologista, CRM 7107;
XIII - membro: Waldemaro José Ferreira, urologista, CRM 3406;
XIV - membro: Daniel Engel da Cunha, urologista, CRM 10510;
XV - membro: José Carlos Arenhart, urologista, CRM 2501;
XVI - membro: Roberto Emílio Manke, urologista, CRM 10767;
XVII - membro: Mauro Rafael de Igreja, cirurgião geral, CRM 9239;
XVIII - membro: Nelson Luiz Gonçalves, cirurgião geral, CRM 4342;
XIX - membro: Isabela Mosimann Weber, endocrinologista, CRM 8716;
XX - membro: Adilson Paulo Pilger, anestesiologista, CRM 6319;
XXI - membro: Adolfo Gerdelmann de Andrade, anestesiologista, CRM 665;
XXII - membro: Alessandro Duarte Gonçalves, anestesiologista, CRM 15001;
XXIII - membro: Camila Zanin Carneiro, anestesiologista, CRM 20398;
XXIV - membro: Christiano Magno de Barros Sousa, anestesiologista, CRM 20396;
XXV - membro: Douglas Lopes Branco, anestsiologista, CRM 10972;
XXVI - membro: Dubes Sônego, anestesiologista, CRM 1184;
XXVII - membro: Fábio Sant'Anna Cardoso, anestesiologista, CRM 11796;
XXVIII - membro: Fernando Henrique dos Santos Poli Silva, anestesiologista, CRM 16193;
XXIX - membro: Jaqueline Akemi Okada, anestesiologista, CRM 8513;
XXX - membro: João Renato Bainy Gomes de Pinho, anestesiologista, CRM 4684;
XXXI - membro: Lívia Carolina Paulillo Bazan Poli, anestesiologista, CRM 18053;
XXXII - membro: Márcio Antônio de Almeida Barreira, anestesiologista, CRM 16979;
XXXIII - membro: Marco Antônio de Almeida Rodrigues, CRM 12265;
XXXIIV - membro: Marcus Vinícius Campos Rosa, anestesiologista, CRM 4204;
XXXV - membro: Mônica Wrobel Fiorini, anestesiologista, CRM 14558;
XXXVI - membro: Paulo Oscar Baier Filho, anestesiologista, CRM 8020;
XXXVII - membro: Phillip Mendes Lawall, anestesiologista, CRM 20105;
XXXVIII - membro: Rafael Braz Pinto, anestesiologista, CRM 20131.

Art. 14 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas à equipe de saúde a seguir identificada:

PÂNCREAS: 24.04
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 32 12 SC 03
II - responsável técnico: Itamar Thomé Vieira, nefrologista, CRM 14651;
III - membro: Denise Rodrigues Simão, nefrologista e clínica geral, CRM 5431;
IV - membro: Ariane Karen de Sousa, nefrologista e clínica geral, CRM 17041;
V - membro: Bruna Isabel Tontini, nefrologista e clínica geral, CRM 14955;
VI - membro: Roberto Benvenutti, nefrologista, CRM 4356;
VII - membro: Humberto Rebello Narciso, nefrologista, CRM 1147;
VIII - membro: Itamar de Oliveira Vieira, nefrologista, CRM 1866;
IX - membro: Luis Cláudio Francalacci, nefrologista, CRM 8945;
X - membro: Vera Lúcia Di Jura, nefrologista, CRM 15010;
XI - membro: John Edney dos Santos, urologista, CRM 8697;
XII - membro: Rodrigo Monnerat, urologista, CRM 7107;
XIII - membro: Waldemaro José Ferreira, urologista, CRM 3406;
XIV - membro: Daniel Engel da Cunha, urologista, CRM 10510;
XV - membro: José Carlos Arenhart, urologista, CRM 2501;
XVI - membro: Roberto Emílio Manke, urologista, CRM 10767;
XVII - membro: Mauro Rafael de Igreja, cirurgião geral, CRM 9239;
XVIII - membro: Nelson Luiz Gonçalves, cirurgião geral, CRM 4342;
XIX - membro: Isabela Mosimann Weber, endocrinologista, CRM 8716;
XX - membro: Adilson Paulo Pilger, anestesiologista, CRM 6319;
XXI - membro: Adolfo Gerdelmann de Andrade, anestesiologista, CRM 665;
XXII - membro: Alessandro Duarte Gonçalves, anestesiologista, CRM 15001;
XXIII - membro: Camila Zanin Carneiro, anestesiologista, CRM 20398;
XXIV - membro: Christiano Magno de Barros Sousa, anestesiologista, CRM 20396;
XXV - membro: Douglas Lopes Branco, anestsiologista, CRM 10972;
XXVI - membro: Dubes Sônego, anestesiologista, CRM 1184;
XXVII - membro: Fábio Sant'Anna Cardoso, anestesiologista, CRM 11796;
XXVIII - membro: Fernando Henrique dos Santos Poli Silva, anestesiologista, CRM 16193;
XXIX - membro: Jaqueline Akemi Okada, anestesiologista, CRM 8513;
XXX - membro: João Renato Bainy Gomes de Pinho, anestesiologista, CRM 4684;
XXXI - membro: Lívia Carolina Paulillo Bazan Poli, anestesiologista, CRM 18053;
XXXII - membro: Márcio Antônio de Almeida Barreira, anestesiologista, CRM 16979;
XXXIII - membro: Marco Antônio de Almeida Rodrigues, CRM 12265;
XXXIIV - membro: Marcus Vinícius Campos Rosa, anestesiologista, CRM 4204;
XXXV - membro: Mônica Wrobel Fiorini, anestesiologista, CRM 14558;
XXXVI - membro: Paulo Oscar Baier Filho, anestesiologista, CRM 8020;
XXXVII - membro: Phillip Mendes Lawall, anestesiologista, CRM 20105;
XXXVIII - membro: Rafael Braz Pinto, anestesiologista, CRM 20131.

Art. 15 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 16 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 736, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Concede renovação de classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimentos de saúde

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e na Portaria nº 845/GM/MS, de 2 de maio de 2012, que estabelece estratégia de qualificação e ampliação do acesso aos transplantes de órgãos e de medula óssea por meio da criação de novos procedimentos e de custeio diferenciado para a realização de procedimentos de transplantes e processo de doação de órgãos; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de classificação de acordo com a complexidade tecnológica aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

NÍVEL A: 24.26
DISTRITO FEDERAL

I - denominação: Instituto de Cardiologia do Distrito Federal II - CNPJ: 92.898.550/0006-00 III - CNES: 3276678 IV - endereço: Estrada Parque Contorne do Bosque, s/nº, Bairro: Cruzeiro Novo, Brasília/DF, CEP: 70.658-700

NÍVEL B: 24.27
ESPÍRITO SANTO

I - denominação: Hospital Meridional II - CNPJ: 00.625.711/0001-51 III - CNES: 2494450 IV - endereço: Rua São João Batista, nº 200, Bairro: Trevo de Alto Laje, Cariacica/ES, CEP: 29.151-920.

NÍVEL C: 24.28
PARANÁ

I - denominação: Hospital São Vicente II - CNPJ: 81.190.449/0002-42 III - CNES: 3075516 IV - endereço: Avenida Vicente Machado, nº 401, Bairro: Centro, Curitiba/PR, CEP: 80.420-010

NÍVEL D: 24.29
ESPÍRITO SANTO

I - denominação: Hospital Evangélico de Vila Velha II - CNPJ: 28.127.926/0001-61 III - CNES: 2494442 IV - endereço: Rua Vênus, s/nº, Bairro: Alecrim, Vila Velha/ES, CEP: 29.118-060

SANTA CATARINA

I - denominação: Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira - Hospital Regional do Oeste II - CNPJ: 02.122.913/0001-06 III - CNES: 2537788 IV - endereço: Rua Florianópolis, nº 1.448 E, Bairro: Santa Maria, Chapecó/SC, CEP: 89.812-121

Art. 2º As renovações de classificação concedidas para os estabelecimentos de saúde por meio desta Portaria terão validade de dois anos a contar desta publicação, de acordo com o estabelecido no art. 2º e no § 3º do art. 3º da Portaria nº 845/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 737, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Renova a autorização e a habilitação de estabelecimentos de saúde para realização de exames de histocompatibilidade.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.312/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos laboratórios de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 1.313/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que define em seu Anexo XVII o Regulamento Técnico dos laboratórios de histocompatibilidade e imunogenética - LHI;

Considerando a Portaria nº 844/GM/MS, de 2 de maio de 2012, que estabelece a manutenção regulada do número de doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) e que define em seu art. 4º que todos os laboratórios de imunologia e histocompatibilidade autorizados pela CGSNT/DAET/SAS/MS deverão realizar cadastramento junto à referida Coordenação-Geral; e

Considerando a análise favorável da Secretaria de Estado da Saúde, em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica renovada a autorização e habilitação dos estabelecimentos de saúde a seguir, para realização dos exames de histocompatibilidade Tipo II, relacionados na Portaria nº 1.314/GM/MS, de 30 de novembro de 2000.

CÓDIGO: 24.18 - Exames de histocompatibilidade por meio de sorologia e/ou biologia molecular - Tipo II

MATO GROSSO

RAZÃO SOCIAL	
Hospital Geral Universitário - Laboratório de Imunogenética e Biologia Molecular	CNPJ: 03.468.485/0001-30 CNES: 2659107

MATO GROSSO DO SUL

RAZÃO SOCIAL	
Biomolocular Laboratório de Biologia Molecular e Histocompatibilidade	CNPJ: 07.445.930/0001-06 CNES: 3822613

PARANÁ

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunogenética e Histocompatibilidade do Departamento de Genética da UFPR	CNPJ: 75.095.679/0001-49 CNES: 0016586

SÃO PAULO

RAZÃO SOCIAL	
Fundação Pio XII Barretos - Imunogenética - HLA	CNPJ: 49.150.352/0001-12 CNES: 2090236

RAZÃO SOCIAL	
Instituto Lauro de Souza Lima - Laboratório de Imunogenética	CNPJ: 46.374.500/0017-51 CNES: 2790734

Art. 2º Ficam recadastrados os estabelecimentos de saúde abaixo relacionados, para realização do exame de histocompatibilidade relativo à identificação de doador voluntário de medula óssea - 05.01.01.005-0 - Identificação de doador não aparentado de células-tronco hematopoéticas 1ª fase (por doador tipado).

CÓDIGO: 24.25 - Cadastramento de doadores voluntários de medula óssea e outros precursores hematopoéticos.

MATO GROSSO

RAZÃO SOCIAL	
Hospital Geral Universitário - Laboratório de Imunogenética e Biologia Molecular	CNPJ: 03.468.485/0001-30 CNES: 2659107

MATO GROSSO DO SUL

RAZÃO SOCIAL	
Biomolocular Laboratório de Biologia Molecular e Histocompatibilidade	CNPJ: 07.445.930/0001-06 CNES: 3822613

PARANÁ

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunogenética e Histocompatibilidade do Departamento de Genética da UFPR	CNPJ: 75.095.679/0001-49 CNES: 0016586

SÃO PAULO

RAZÃO SOCIAL	
Fundação Pio XII Barretos - Imunogenética - HLA	CNPJ: 49.150.352/0001-12 CNES: 2090236

RAZÃO SOCIAL	
Instituto Lauro de Souza Lima - Laboratório de Imunogenética	CNPJ: 46.374.500/0017-51 CNES: 2790734

Art. 3º As renovações de autorização e os recadastramentos concedidos por meio desta Portaria terão validade de dois anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos, em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 738, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Concede renovação de autorização a Banco de Válvula Cardíaca Humana e a Bancos de Tecidos Oculares Humanos.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009;

Considerando a Resolução - RDC/ANVISA nº 55, de 11 de dezembro de 2015, bem como a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado de Saúde bem como a análise técnica da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização ao Banco de Válvula Cardíaca Humana do estabelecimento de saúde a seguir identificado:

BANCO DE VÁLVULA CARDÍACA HUMANA: 24.14
PARANÁ

I - Nº do SNT 3 41 00 PR 01 II - Denominação: Associação Paranaense de Cultura III - CNPJ: 76.659.820/0003-13 IV - CNES: 0015482 V - Endereço: Rua Imaculada Conceição, nº 1.155, Bairro: Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.215-901

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização aos Bancos de Tecidos Oculares Humanos dos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 3 51 12 SC 02 II - Denominação: Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira - Hospital Regional do Oeste III - CNPJ: 02.122.913/0001-06 IV - CNES: 2537788 V - Endereço: Rua Florianópolis, nº 1.448, Bairro: Santa Maria, Chapecó/SC, CEP: 89.812-150

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 3 51 04 RS 07 II - Denominação: Hospital de Clínicas de Porto Alegre III - CNPJ: 87.020.517/0001-20 IV - CNES: 2237601 V - Endereço: Rua Ramiro Barcelos, nº 2.350, Bairro: Bonfim, Porto Alegre/RS, CEP: 90.035-903

I - Nº do SNT 3 51 06 RS 14 II - Denominação: Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas III - CNPJ: 92.242.080/0002-90 IV - CNES: 2252694 V - Endereço: Rua Professor Araujo, nº 538, Bairro: Centro, Pelotas/RS, CEP: 96.020-360

Art. 3º As renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria terão validade de dois anos a contar desta publicação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 739, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Inclui membros em equipes de transplantes.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído nas equipes de transplante habilitadas pela Portaria nº 176/SAS/MS, de 2 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 41, de 3 de março de 2015, seção 1, página 77, o membro a seguir:

FÍGADO: 24.09
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 02 09 PR 05 II - membro: Matheus Takahashi Garcia, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 024781.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RIM/PÂNCREAS: 24.05
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 31 00 PR 08 II - membro: Matheus Takahashi Garcia, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 024781.

Art. 2º Fica incluído nas equipes de transplante habilitadas pela Portaria nº 156/SAS/MS, de 2 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 42, de 3 de março de 2016, seção 1, página 29, o membro a seguir:

RIM: 24.08
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 01 03 PR 09 II - membro: Matheus Takahashi Garcia, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 024781.

PÂNCREAS: 24.04
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 32 03 PR 07 II - membro: Matheus Takahashi Garcia, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 024781.

Art. 3º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 77/SAS/MG, de 22 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 25 de janeiro de 2016, seção 1, página 36, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 99 RS 05 II - membro: Ruy Rafael Fernandes Miorim, oftalmologista, CRM 34857.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 740, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação dos Membros de Luta pela Vida em Prol da Construção, Ampliação, Conservação e Manutenção do Hospital do Câncer em Uberlândia, com sede em Uberlândia (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016;

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade; e

Considerando o Parecer Técnico nº 230/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.132578/2011-16/MS, que concluiu não terem sido atendidos os requisitos constantes da NBCT 19.5.1.1; alíneas "a", "b" e "c" do inciso V do art. 9º e incisos I, II e III do art. 30 da Portaria 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011 vigente à época da protocolização e parágrafo único do art. 5º da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação dos Membros de Luta pela Vida em Prol da Construção, Ampliação, Conservação e Manutenção do Hospital do Câncer em Uberlândia, CNPJ nº 01.316.056/0001-12, com sede em Uberlândia (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 741, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Nova Esperança, com sede em Guia Lopes da Laguna (MS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016;

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Real Sociedade Espanhola de Beneficência, CNPJ nº 15.113.103/0001-35; e

Considerando o Parecer Técnico nº 84/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS constante do processo nº 25000.130042/2014-17/MS, que concluiu que a entidade não atende ao requisito do inciso VII do art. 6º e §1º do art. 8º, alínea "d" do item 8 do anexo III, todos da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014; II do art. 29 da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Real Sociedade Espanhola de Beneficência, CNPJ nº 15.113.103/0001-35, com sede em Salvador (BA).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 742, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Centro Holístico de Estudos e Tratamento de Dependência Química e/ou Alcoolismo - Retiro de Eros, com sede em Uberaba (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 233/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.212474/2013-56/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes do art. 38 e §§ 1º e 4º do art. 39 da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; §§ 2º e 3º do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e parágrafo único do art. 5º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Centro Holístico de Estudos e Tratamento de Dependência Química e/ou Alcoolismo - Retiro de Eros, CNPJ nº 07.806.127/0001-41, com sede em Uberaba (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 743, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, com sede no Rio de Janeiro (RJ).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 219/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.210651/2013-60/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes do art. 38 e §§ 1º e 4º do art. 39 da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; §§ 2º e 3º do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e parágrafo único do art. 5º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, CNPJ nº 43.329.937/0001-18, com sede no Rio de Janeiro (RJ).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 744, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Real Sociedade Espanhola de Beneficência, com sede em Salvador (BA).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Real Sociedade Espanhola de Beneficência, CNPJ nº 15.113.103/0001-35; e

Considerando o Parecer Técnico nº 84/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS constante do processo nº 25000.130042/2014-17/MS, que concluiu que a entidade não atende ao requisito do inciso VII do art. 6º e §1º do art. 8º, alínea "d" do item 8 do anexo III, todos da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014; II do art. 29 da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Real Sociedade Espanhola de Beneficência, CNPJ nº 15.113.103/0001-35, com sede em Salvador (BA).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 745, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Irmandade de Nossa Senhora das Graças, com sede em Sete Lagoas (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a avaliação da instituição financeira oficial federal que contraindica a viabilidade do Plano de Recuperação Econômica e Financeira da entidade nos termos do art. 42 da Lei 12.873/2013;

Considerando a adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Irmandade de Nossa Senhora das Graças, CNPJ nº 24.993.560/0001-52; e

Considerando o Parecer Técnico nº 88/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.121324/2014-15/MS, que concluiu que a entidade não atende ao requisito do II do art. 29 da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Irmandade de Nossa Senhora das Graças, CNPJ nº 24.993.560/0001-52, com sede em Sete Lagoas (MG).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 746, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação dos Amigos do Hospital de Piraúba, com sede em Piraúba (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no inciso I do art. 21 c/c arts. 35 da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e alterações contidas na Lei nº 12.868/2013, de 15 de outubro de 2013;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 216/2016-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.221393/2012-66/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes do inciso II do art. 19 e § 2º do art. 20 do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014; inciso III do art. 14, alínea "b" do inciso VIII, alíneas "b" e "c" do inciso IX e inciso X do art. 30 e alínea "b" do inciso III e inciso V do art. 31, todos da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016; inciso I do art. 5º, art. 6º e inciso I do art. 8º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação dos Amigos do Hospital de Piraúba, CNPJ nº 19.760.107/0001-66, com sede em Piraúba (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 747, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação Beneficente Médica de Pajuçara, com sede em Maracanaú(CE).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a avaliação da instituição financeira oficial federal que contraindica a viabilidade do Plano de Recuperação Econômica e Financeira da entidade nos termos do art. 42 da Lei 12.873/2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Associação Beneficente Médica de Pajuçara, CNPJ nº 06.578.611/0001-06; e

Considerando o Parecer Técnico nº 72/2016-CGAGPS/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.129001/2014-70/MS, que concluíram que a entidade não atende ao requisito do inciso II do art. 29 da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação Beneficente Médica de Pajuçara, CNPJ nº 06.578.611/0001-06, com sede em Maracanaú (CE).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 748, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Santa Casa de Misericórdia, com sede em Santana do Livramento (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a avaliação da instituição financeira oficial federal que contraindica a viabilidade do Plano de Recuperação Econômica e Financeira da entidade nos termos do art. 42 da Lei 12.873/2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Santa Casa de Misericórdia, CNPJ nº 96.039.581/0001-44; e

Considerando o Parecer Técnico nº 85/2016-CGAGPS/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.122291/2014-21/MS, que concluiu que a entidade não atende ao requisito disposto no inciso VII do art. 6º e § 1º do art. 8º da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Santa Casa de Misericórdia, CNPJ nº 96.039.581/0001-44, com sede em Santana do Livramento (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 749, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação Hospital São Miguel, com sede em Jequitinhonha (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a avaliação da instituição financeira oficial federal que contraindica a viabilidade do Plano de Recuperação Econômica e Financeira da entidade nos termos do art. 42 da Lei 12.873/2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, do Associação Hospital São Miguel, CNPJ nº 21.528.112/0001-90; e

Considerando o Parecer Técnico nº 87/2016-CGAGPS/DCE-BAS/SAS/MS constante do processo nº 25000.125435/2014-09/MS, que concluiu que a entidade não atende ao requisito do §2º do art. 3º e IX do art. 6º da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, art. 26 , II do art. 29 da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Associação Hospital São Miguel, CNPJ nº 21.528.112/0001-90, com sede em Jequitinhonha(MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 750, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Indefere a Adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), do Instituto de Saúde e Educação Vida, com sede em Esteio(RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a avaliação da instituição financeira oficial federal que contraindica a viabilidade do Plano de Recuperação Econômica e Financeira da entidade nos termos do art. 42 da Lei 12.873/2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, do Instituto de Saúde e Educação Vida, CNPJ nº 07.506.752/0001-78; e

Considerando o Parecer Técnico nº 86/2016-CGAGPS/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.121216/2014-42/MS, que concluiu que a entidade não atende ao requisito do inciso V do art. 9º da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e II do art. 29 da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), do Instituto de Saúde e Educação Vida, CNPJ nº 07.506.752/0001-78, com sede em Esteio(RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 751, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado de São Paulo.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, por meio do Ofício CIB nº 026, de 23 de maio de 2016, e Deliberação CIB nº 025, de 13 de maio de 16, resolve:

Art. 1º Fica remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado no anexo II.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de São Paulo, referente ao bloco de financiamento da atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 8.378.283.108,54, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	3.742.719.432,57	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	4.635.563.675,97	Anexo II

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 37.633.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 207.438.465,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento do recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da sétima parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	90.446.475,94
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	3.652.272.956,63
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	3.742.719.432,57

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
350010	ADAMANTINA	4.021.413,32	1.400.253,86	1.840.228,26	2.167.710,94	0,00	0,00	0,00	0,00	9.429.606,38
350020	ADOLFO	72.676,58	4,29	0,00	92.522,04	0,00	0,00	0,00	0,00	165.202,91
350030	AGUAI	1.798.929,59	719,24	0,00	-1.032.279,17	0,00	0,00	0,00	0,00	767.369,66
350040	AGUAS DA PRATA	149.805,48	14.340,00	0,00	-12.217,62	0,00	0,00	0,00	0,00	151.927,86
350050	AGUAS DE LINDOIA	782.100,93	149.194,91	460.269,48	405.245,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.796.811,01
350055	AGUAS DE SANTA BARBARA	79.006,43	0,00	0,00	91.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.064,43
350060	AGUAS DE SAO PEDRO	61.396,50	380,20	0,00	2.349,33	0,00	0,00	0,00	0,00	64.126,03
350070	AGUDOS	1.381.137,05	703.684,42	1.278.269,99	939.050,57	0,00	0,00	0,00	0,00	4.302.142,03
350075	ALAMBARI	9.663,24	450,00	263.025,00	94.589,71	0,00	0,00	0,00	0,00	367.727,95
350080	ALFREDO MARCONDES	20.685,38	0,00	0,00	2.711,07	0,00	0,00	0,00	0,00	23.396,45
350090	ALTAIR	32.128,72	0,00	157.500,00	94.484,22	0,00	0,00	0,00	0,00	284.112,94
350100	ALTINOPOLIS	1.076.952,77	62.614,02	855.380,45	688.452,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.683.399,54
350110	ALTO ALEGRE	186.598,29	0,00	0,00	98.990,61	0,00	0,00	0,00	0,00	285.588,90
350115	ALUMINIO	294.858,03	4.766,97	0,00	9.234,98	0,00	0,00	0,00	0,00	308.859,98
350120	ALVARES FLORENCE	17.829,20	0,00	0,00	14.187,34	0,00	0,00	0,00	0,00	32.016,54
350130	ALVARES MACHADO	716.532,75	55.874,16	0,00	783.905,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556.312,59
350140	ALVARO DE CARVALHO	5.565,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.565,66
350150	ALVINLANDIA	1.210,68	0,00	0,00	90.727,20	0,00	0,00	0,00	0,00	91.937,88
350160	AMERICANA	10.780.575,98	2.020.232,62	59.697,05	6.641.193,39	0,00	0,00	0,00	0,00	19.501.699,04
350170	AMERICO BRASILIENSE	704.891,94	715.469,21	375.300,00	2.953.866,36	0,00	2.951.775,46	0,00	0,00	1.797.752,05
350180	AMERICO DE CAMPOS	73.424,35	0,00	0,00	8.719,36	0,00	0,00	0,00	0,00	82.143,71
350190	AMPARO	4.476.795,90	3.792.938,82	2.519.071,19	4.008.704,33	0,00	0,00	0,00	0,00	14.797.510,24
350200	ANALANDIA	50.299,43	0,00	0,00	4.317,67	0,00	0,00	0,00	0,00	54.617,10
350210	ANDRADINA	2.421.840,39	617.471,46	1.593.034,17	2.475.545,84	0,00	5.562.079,31	0,00	0,00	1.545.812,55
350220	ANGATUBA	1.358.639,97	206.211,27	263.025,00	543.499,86	0,00	0,00	0,00	0,00	2.371.376,10
350230	ANHEMBI	22.533,96	0,00	263.025,00	94.194,15	0,00	0,00	0,00	0,00	379.753,11
350240	ANHUMAS	20.466,65	0,00	0,00	2.562,86	0,00	0,00	0,00	0,00	23.029,51
350250	APARECIDA	2.151.751,91	1.222.993,37	2.327.850,48	421.164,03	0,00	5.217.088,26	0,00	0,00	906.671,53
350260	APARECIDA D'OESTE	169.223,49	5.243,72	157.500,00	39.351,00	0,00	0,00	0,00	0,00	371.318,21
350270	APIAI	1.255.132,32	616.397,09	1.411.591,38	497.526,40	0,00	12.552,96	0,00	0,00	3.768.094,23
350275	ARACARIGUAMA	190.720,63	0,00	157.500,00	15.307,08	0,00	0,00	0,00	0,00	363.527,71
350280	ARACATUBA	17.430.617,34	11.343.505,60	12.168.609,68	12.662.061,74	0,00	34.261.664,20	0,00	0,00	19.343.130,16
350290	ARACOIABA DA SERRA	394.313,66	0,00	339.660,00	14.928,86	0,00	0,00	0,00	0,00	748.902,52
350300	ARAMINA	82.352,41	0,00	0,00	13.635,96	0,00	0,00	0,00	0,00	95.988,37
350310	ARANDU	299.281,62	4.361,86	0,00	10.060,65	0,00	0,00	0,00	0,00	313.704,13
350315	ARAPEI	32.285,02	0,00	157.500,00	1.380,44	0,00	0,00	0,00	0,00	191.165,46
350320	ARARAQUARA	13.895.230,67	7.373.300,61	9.813.787,62	25.460.334,87	0,00	3.728.739,29	0,00	0,00	52.813.914,48
350330	ARARAS	10.581.640,47	11.381.165,85	7.601.962,64	5.217.346,29	0,00	10.042.184,41	0,00	0,00	24.739.930,84
350335	ARCO-IRIS	13.355,81	0,00	0,00	510,96	0,00	0,00	0,00	0,00	13.866,77
350340	AREALVA	283.429,33	16.341,02	263.025,00	9.595,50	0,00	0,00	0,00	0,00	572.390,85
350350	AREIAS	33.080,81	24.204,59	0,00	7.562,32	0,00	0,00	0,00	0,00	64.847,72
350360	AREIOPOLIS	102.081,25	0,00	263.025,00	3.022,68	0,00	0,00	0,00	0,00	368.128,93
350370	ARIRANHA	197.196,38	2.022,38	158.400,00	110.276,92	0,00	0,00	0,00	0,00	467.895,68
350380	ARTUR NOGUEIRA	771.424,68	0,00	0,00	403.490,31	0,00	0,00	0,00	0,00	1.174.914,99
350390	ARUJA	1.334.166,19	0,00	263.028,00	1.292.898,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.890.093,04
350395	ASPASIA	14.954,16	0,00	0,00	8.102,35	0,00	0,00	0,00	0,00	23.056,51
350400	ASSIS	7.829.716,52	4.655.471,82	5.025.410,60	8.986.789,70	0,00	9.149.363,92	0,00	0,00	17.348.024,72
350410	ATIBAIA	3.558.016,58	240.751,67	1.167.854,99	3.541.192,38	0,00	133.954,23	0,00	0,00	8.373.861,39
350420	AURIFLAMA	595.279,94	298.945,97	466.547,76	93.192,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.453.965,78
350430	AVAI	25.985,96	0,00	0,00	7.140,33	0,00	0,00	0,00	0,00	33.126,29
350440	AVANHANDAVA	288.683,07	0,00	0,00	25.233,27	0,00	0,00	0,00	0,00	313.916,34

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

350450	AVARE	5.517.175,97	3.416.728,58	5.677.873,19	5.930.845,78	0,00	0,00	0,00	0,00	20.542.623,52
350460	BADY BASSITT	134.231,15	0,00	0,00	98.221,83	0,00	0,00	0,00	0,00	232.452,98
350470	BALBINOS	48,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,30
350480	BALSAMO	46.349,98	0,00	0,00	20.066,19	0,00	0,00	0,00	0,00	66.416,17
350490	BANANAL	1.092.486,06	63.814,85	0,00	115.055,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.271.356,12
350500	BARAO DE ANTONINA	25.725,74	1.654,05	0,00	2.098,80	0,00	0,00	0,00	0,00	29.478,59
350510	BARBOSA	28.781,04	0,00	0,00	3.785,61	0,00	0,00	0,00	0,00	32.566,65
350520	BARIRI	1.507.715,73	212.874,20	980.642,51	535.781,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3.237.014,39
350530	BARRA BONITA	1.094.726,94	443.848,79	1.038.003,90	587.384,78	0,00	0,00	0,00	0,00	3.163.964,41
350535	BARRA DO CHAPEU	6.169,30	582,40	0,00	1.489,93	0,00	0,00	0,00	0,00	8.241,63
350540	BARRA DO TURVO	77.979,36	0,00	0,00	1.445,16	0,00	0,00	0,00	0,00	79.424,52
350550	BARRETOS	17.318.131,16	54.217.001,84	23.297.648,96	68.892.494,87	0,00	128.517.115,65	0,00	0,00	35.208.161,18
350560	BARRINHA	1.144.127,10	0,00	263.028,00	527.596,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.934.751,12
350570	BARUERI	14.670.831,70	945.525,70	0,00	12.644.001,62	0,00	0,00	0,00	0,00	28.260.359,02
350580	BASTOS	1.231.938,72	23.361,93	520.057,60	325.530,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100.888,42
350590	BATATAIS	3.665.086,31	672.521,16	3.315.651,33	9.144.193,72	0,00	0,00	0,00	0,00	16.797.452,52
350600	BAURU	30.936.065,51	23.885.662,56	17.412.169,78	66.426.938,06	0,00	101.972.340,40	0,00	0,00	36.688.495,51
350610	BEBEDOURO	4.205.127,99	1.225.218,24	2.460.000,00	1.901.205,10	0,00	91.682,58	0,00	0,00	9.699.868,75
350620	BENTO DE ABREU	5.627,76	0,00	0,00	61.901,40	0,00	0,00	0,00	0,00	67.529,16
350630	BERNARDINO DE CAMPOS	536.526,48	151.004,22	0,00	58.973,86	0,00	0,00	0,00	0,00	746.504,56
350635	BERTIOGA	2.385.116,25	19.544,32	315.000,00	310.284,96	0,00	0,00	0,00	0,00	3.029.945,53
350640	BILAC	278.218,31	98.525,51	0,00	183.965,96	0,00	0,00	0,00	0,00	560.709,78
350650	BIRIGUI	4.500.645,97	1.534.660,54	1.442.528,11	98.238,84	0,00	0,00	0,00	0,00	7.576.073,46
350660	BIRITIBA-MIRIM	1.309.223,22	0,00	263.028,00	496.659,34	0,00	0,00	0,00	0,00	2.068.910,56
350670	BOA ESPERANCA DO SUL	682.087,99	15.059,25	619.500,00	36.221,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.352.869,20
350680	BOCAINA	382.222,99	169,19	7.500,00	23.064,41	0,00	0,00	0,00	0,00	412.956,59
350690	BOFETE	17.894,84	0,00	0,00	21.249,17	0,00	0,00	0,00	0,00	39.144,01
350700	BOITUVA	1.714.002,79	304.714,26	605.675,10	191.326,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.815.718,63
350710	BOM JESUS DOS PERDOES	520.533,21	0,00	157.500,00	24.908,17	0,00	0,00	0,00	0,00	702.941,38
350715	BOM SUCESSO DE ITARARE	3.971,77	0,00	0,00	3.684,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.655,77
350720	BORA	8.158,98	140,70	0,00	625,12	0,00	0,00	0,00	0,00	8.924,80
350730	BORACEIA	19.491,60	0,00	0,00	60.970,18	0,00	0,00	0,00	0,00	80.461,78
350740	BORBOREMA	653.671,98	4.036,58	0,00	150.298,08	0,00	0,00	0,00	0,00	808.006,64
350745	BOREBI	3.103,38	0,00	0,00	39.350,88	0,00	0,00	0,00	0,00	42.454,26
350750	BOTUCATU	25.216.901,99	33.964.557,19	6.566.735,77	19.118.874,68	0,00	77.932.238,85	0,00	0,00	6.934.830,78
350760	BRAGANCA PAULISTA	13.909.258,06	9.999.966,79	13.316.930,18	8.575.854,18	0,00	29.702.109,79	0,00	0,00	16.099.899,42
350770	BRAUNA	4.439,26	0,00	0,00	14.435,04	0,00	0,00	0,00	0,00	18.874,30
350775	BREJO ALEGRE	5.427,59	0,00	0,00	1.700,31	0,00	0,00	0,00	0,00	7.127,90
350780	BRODOSQUI	458.329,60	0,00	263.028,00	126.915,13	0,00	0,00	0,00	0,00	848.272,73
350790	BROTAS	738.280,59	5.993,96	0,00	57.342,38	0,00	0,00	0,00	0,00	801.616,93
350800	BURI	901.685,95	37.117,29	0,00	-164.837,99	0,00	0,00	0,00	0,00	773.965,25
350810	BURITAMA	755.219,37	1.202.115,48	118.800,00	565.837,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.641.971,90
350820	BURITIZAL	22.239,80	0,00	0,00	122.511,18	0,00	0,00	0,00	0,00	144.750,98
350830	CABRALIA PAULISTA	6.204,84	0,00	0,00	90.229,23	0,00	0,00	0,00	0,00	96.434,07
350840	CABREUVA	1.223.494,46	15.656,46	0,00	38.401,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.277.552,91
350850	CACAPAVA	4.834.811,64	315.847,54	3.751.162,73	1.457.763,58	0,00	0,00	0,00	0,00	10.359.585,49
350860	CACHOEIRA PAULISTA	1.613.857,25	43.710,12	158.400,00	452.625,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.268.593,26
350870	CACONDE	968.089,84	846.889,65	743.741,50	134.944,78	0,00	2.391.614,29	0,00	0,00	302.051,48
350880	CAFELANDIA	829.631,34	223.582,72	509.057,55	162.281,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.724.553,06
350890	CAIABU	0,00	0,00	0,00	91.082,94	0,00	0,00	0,00	0,00	91.082,94
350900	CAIEIRAS	3.029.610,97	48.141,59	0,00	173.067,30	0,00	0,00	0,00	0,00	3.250.819,86
350910	CAIUA	382,39	0,00	0,00	90.889,77	0,00	0,00	0,00	0,00	91.272,16
350920	CAJAMAR	5.505.715,53	228.306,54	0,00	1.479.425,54	0,00	0,00	0,00	0,00	7.213.447,61
350925	CAJATI	952.816,52	0,00	0,00	455.618,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.408.434,55
350930	CAJOBI	554.932,95	43.240,33	0,00	75.573,26	0,00	0,00	0,00	0,00	673.746,54
350940	CAJURU	1.874.499,91	170.727,74	1.043.004,12	236.603,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.324.834,77
350945	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	11.528,61	0,00	0,00	5.239,43	0,00	0,00	0,00	0,00	16.768,04
350950	CAMPINAS	125.753.406,17	71.991.514,09	50.069.443,02	179.297.296,31	0,00	171.989.484,96	0,00	0,00	255.122.174,63
350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	2.585.294,05	178.212,89	0,00	1.153.688,47	0,00	0,00	0,00	0,00	3.917.195,41
350970	CAMPOS DO JORDAO	2.654.179,91	5.433.997,56	4.442.852,50	-893.613,62	0,00	7.618.095,44	0,00	0,00	4.019.320,91
350980	CAMPOS NOVOS PAULISTA	0,00	0,00	0,00	3.937,87	0,00	0,00	0,00	0,00	3.937,87
350990	CANANEIA	293.577,89	0,00	0,00	14.467,26	0,00	0,00	0,00	0,00	308.045,15
350995	CANAS	2.470,21	0,00	0,00	333,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.803,69
351000	CANDIDO MOTA	1.876.245,34	20.735,07	0,00	514.008,42	0,00	0,00	0,00	0,00	2.410.988,83
351010	CANDIDO RODRIGUES	71.568,13	2.710,60	0,00	695,34	0,00	0,00	0,00	0,00	74.974,07
351015	CANITAR	1.204,59	0,00	0,00	99.478,02	0,00	0,00	0,00	0,00	100.682,61
351020	CAPAO BONITO	2.519.104,62	247.815,38	1.106.134,99	609.604,99	0,00	0,00	0,00	0,00	4.482.659,98
351030	CAPELA DO ALTO	257.243,80	0,00	339.660,00	99.400,92	0,00	0,00	0,00	0,00	696.304,72
351040	CAPIVARI	2.819.785,54	686.319,71	1.320.322,39	1.312.235,73	0,00	0,00	0,00	0,00	6.138.663,37
351050	CARAGUATATUBA	4.930.421,25	845.149,49	5.022.758,77	7.604.407,00	0,00	856.010,71	0,00	0,00	17.546.725,80
351060	CARAPICUIBA	14.042.082,93	2.689.533,56	907.200,00	10.736.779,07	0,00	20.339.134,68	0,00	0,00	8.036.460,88
351070	CARDOSO	919.183,44	374.975,44	157.500,00	60.355,83	0,00	1.174.310,41	0,00	0,00	337.704,30
351080	CASA BRANCA	4.770.746,30	2.437.693,73	810.468,42	2.280.566,55	0,00	7.338.995,35	0,00	0,00	2.960.479,65
351090	CASSIA DOS COQUEIROS	22.069,70	0,00	0,00	2.285,19	0,00	0,00	0,00	0,00	24.354,89
351100	CASTILHO	862.773,05	30.619,67	374.818,26	-160.867,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.107.343,66
351110	CATANDUVA	17.522.524,37	15.803.777,57	14.724.627,71	11.200.836,53	0,00	49.540.320,42	0,00	0,00	9.711.445,76
351120	CATIGUA	67.638,87	0,00	0,00	92.765,01	0,00	0,00	0,00	0,00	160.403,88
351130	CEDRAL	63.809,16	0,00	258.000,00	88.395,48	0,00	0,00	0,00	0,00	410.204,64
351140	CERQUEIRA CESAR	721.073,07	498.356,04	659.596,47	76.206,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.955.232,24
351150	CERQUILHO	1.618.264,89	2.428,32	1.094.566,62	232.351,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.947.611,54
351160	CESARIO LANGE	704.213,77	30.385,43	0,00	22.565,20	0,00	0,00	0,00	0,00	757.164,40
351170	CHARQUEADA	642.607,76	71.121,97	0,00	-34.876,00	0,00	0,00	0,00	0,00	678.853,73
351190	CLEMENTINA	211.510,77	0,00	0,00	208.771,06	0,00	371.198,52	0,00	0,00	49.083,31
351200	COLINA	901.949,53	768,10	157.500,00	63.601,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.123.818,96
351210	COLOMBIA	177.749,62	1.877,51	157.500,00	23.095,20	0,00	0,00	0,00	0,00	360.222,33
351220	CONCHAL	1.542.463,23	23.340,42	1.128.779,09	73.339,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.767.922,22
351230	CONCHAS	887.970,25	208.816,37	0,00	-45.375,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.051.411,51
351240	CORDEIROPOLIS	693.350,64	5.392,68	315.900,00	744.529,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.759.172,82
351250	COROADOS	1.520,40	0,00	0,00	90.836,67	0,00	0,00	0,00	0,00	92.357,07
351260	CORONEL MACEDO	81.279,86	6.003,98	0,00	1.868,31	0,00	0,00	0,00	0,00	89.152,15
351270	CORUMBATAI	47.215,49	0,00	263.025,00	2.435,18	0,00	0,00	0,00	0,00	312.675,67
351280	COSMOPOLIS	2.535.629,54	30.420,67	429.348,03	3.177.488,32	0,00	0,00	0,00	0,00	6.172.886,56
351290	COSMORAMA	104.531,00	0,00	0,00	11.020,24	0,00	0,00	0,00	0,00	115.551,24
351300	COTIA	9.042.387,05	2.777.384,86	832.860,00	5.875.980,97	0,00	12.262.376,34	0,00	0,00	6.266.236,54
351310	CRAVINHOS	597.366,67	10.332,53	263.028,00	17.838,71	0,00	0,00	0,00	0,00	888.565,91
351320	CRISTAIS PAULISTA	39.558,96	0,00	0,00	104.827,17	0,00	0,00	0,00	0,00	144.386,13
351330	CRUZALIA	34.791,65	0,00	0,00	961,81	0,00	0,00	0,00	0,00	35.753,46
351340	CRUZEIRO	4.913.822,18	851.034,84	3.232.217,97	1.786.777,23	0,00	0,00	0,00	0,00	10.783.852,22
351350	CUBATAO	10.221.577,37	122.613,22	1.937.100,00	7.475.030,88	0,00	0,00	0,00	0,00	19.756.321,47
351360	CUNHA	961.259,87	4.784,10	912.043,78	708.954,61	0,00	0,00	0,00	0,00	2.587.042,36
351370	DESCALVADO	875.235,49	969,71	118.800,00	203.540,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.545,25
351380	DIADEMA	32.260.099,38	8.999.185,00	4.051.800,00	19.593.921,27	0,00	18.094.954,19	0,00	0,00	46.810.051,46
351385	DIRCE REIS	3.000,24	0,00	0,00	5.949,38	0,00	0,00	0,00	0,00	8.949,62
351390	DIVINOLANDIA	2.258.787,31	4.967.822,28	5.975.446,33	5.190.779,09	0,00	18.296.041,25	0,00	0,00	96.793,76
351400	DOBRADA	16.210,44	0,00	0,00	1.042,43	0,00	0,00	0,00	0,00	17.252,87
351410	DOIS CORREGOS	1.186.468,86	10.400,97	743.138,82	679.728,11	0,00	0,00	0,00	0,00	2.619.736,76
351420	DOLCINOPOLIS	6.078,43	0,00	0,00	7.096,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13.174,91
351430	DOURADO	308.016,33	993,74	0,00	110.701,65	0,00	191.566,12	0,00	0,00	228.145,60

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

351440	DRACENA	2.843.554,48	1.465.146,74	2.088.532,08	2.091.473,78	0,00	0,00	0,00	0,00	8.488.707,08
351450	DUARTINA	991.903,14	225.696,77	937.305,48	264.538,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.419.444,10
351460	DUMONT	300.736,20	0,00	263.028,00	3.536,77	0,00	0,00	0,00	0,00	567.300,97
351470	ECHAPORA	123.091,29	22.891,31	0,00	4.970,13	0,00	0,00	0,00	0,00	150.952,73
351480	ELDORADO	391.460,19	0,00	0,00	11.688,72	0,00	0,00	0,00	0,00	403.148,91
351490	ELIAS FAUSTO	476.367,89	730,20	0,00	101.330,79	0,00	0,00	0,00	0,00	578.428,88
351492	ELISIARIO	20.667,18	0,00	0,00	93.846,83	0,00	0,00	0,00	0,00	114.514,01
351495	EMBAUBA	8.608,30	0,00	0,00	61.970,91	0,00	0,00	0,00	0,00	70.579,21
351500	EMBU DAS ARTES	7.259.749,68	46.389,16	2.531.766,00	2.891.680,64	0,00	0,00	0,00	0,00	12.729.585,48
351510	EMBU-GUACU	1.490.647,62	0,00	684.456,00	1.183.362,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.358.466,02
351512	EMILIANOPOLIS	11.766,00	0,00	0,00	4.023,81	0,00	0,00	0,00	0,00	15.789,81
351515	ENGENHEIRO COELHO	73.805,70	0,00	0,00	106.649,06	0,00	0,00	0,00	0,00	180.454,76
351518	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	4.104.461,10	2.155.774,29	1.380.041,03	2.193.722,90	0,00	5.047.049,47	0,00	0,00	4.786.949,85
351519	ESPIRITO SANTO DO TURVO	929,89	0,00	0,00	2.481,54	0,00	0,00	0,00	0,00	3.411,43
351520	ESTRELA D'OESTE	466.273,68	140.440,65	0,00	38.232,38	0,00	61.396,09	0,00	0,00	583.550,62
351530	ESTRELA DO NORTE	10.140,41	0,00	0,00	13.155,62	0,00	0,00	0,00	0,00	23.296,03
351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	262.511,63	0,00	0,00	21.915,90	0,00	0,00	0,00	0,00	284.427,53
351540	FARTURA	975.971,83	44.009,06	157.500,00	44.681,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.222.161,91
351550	FERNANDOPOLIS	5.420.533,63	2.081.965,55	7.585.885,85	2.034.184,18	0,00	13.258.381,43	0,00	0,00	3.864.187,78
351560	FERNANDO PRESTES	52.378,30	0,00	99.000,00	96.222,66	0,00	0,00	0,00	0,00	247.600,96
351565	FERNAO	1.293,98	0,00	0,00	70.935,29	0,00	0,00	0,00	0,00	72.229,27
351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	9.876.422,04	4.108.566,75	158.400,00	6.060.626,83	0,00	17.846.692,87	0,00	0,00	2.357.322,75
351580	FLORA RICA	487,76	0,00	0,00	1.666,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.153,90
351590	FLOREAL	2.868,84	0,00	0,00	31.843,46	0,00	0,00	0,00	0,00	34.712,30
351600	FLORIDA PAULISTA	569.886,55	8.909,36	0,00	249.592,03	0,00	582.943,37	0,00	0,00	245.444,57
351610	FLORINIA	77.601,70	0,00	0,00	1.430,25	0,00	0,00	0,00	0,00	79.031,95
351620	FRANCA	31.301.745,02	9.179.449,52	15.115.330,44	18.399.350,55	0,00	57.549.646,01	0,00	0,00	16.446.229,52
351630	FRANCISCO MORATO	10.308.081,58	2.597.791,54	1.658.577,90	2.646.229,63	0,00	6.817.560,16	0,00	0,00	10.393.120,49
351640	FRANCO DA ROCHA	9.104.299,72	4.997.649,38	360.000,00	6.876.190,03	0,00	14.851.807,71	0,00	0,00	6.486.331,42
351650	GABRIEL MONTEIRO	5.773,36	0,00	0,00	2.743,67	0,00	0,00	0,00	0,00	8.517,03
351660	GALIA	355.608,90	54.414,21	0,00	63.915,12	0,00	0,00	0,00	0,00	473.938,23
351670	GARCA	5.764.190,42	299.719,34	1.082.448,31	3.686.183,55	0,00	2.802.432,26	0,00	0,00	8.030.109,36
351680	GASTAO VIDIGAL	33.038,20	0,00	0,00	7.778,39	0,00	0,00	0,00	0,00	40.816,59
351685	GAVIAO PEIXOTO	35.594,54	881,49	0,00	768,47	0,00	0,00	0,00	0,00	37.244,50
351690	GENERAL SALGADO	472.279,56	42.682,58	99.000,00	35.794,59	0,00	0,00	0,00	0,00	649.756,73
351700	GETULINA	405.429,83	2.055,26	0,00	67.347,57	0,00	0,00	0,00	0,00	474.832,66
351710	GLICERIO	66.958,82	0,00	0,00	3.376,83	0,00	0,00	0,00	0,00	70.335,65
351720	GUAICARA	5.456,07	0,00	0,00	65.979,53	0,00	0,00	0,00	0,00	71.435,60
351730	GUAIMBE	110.309,27	0,00	0,00	207.784,88	0,00	0,00	0,00	0,00	318.094,15
351740	GUAIRA	1.658.085,11	8.168,55	892.431,27	729.359,12	0,00	0,00	0,00	0,00	3.288.044,05
351750	GUAPIACU	281.069,86	0,00	0,00	559.439,91	0,00	0,00	0,00	0,00	840.509,77
351760	GUAPIARA	864.245,44	70.080,86	165.000,00	33.126,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.132.453,24
351770	GUARA	1.050.146,59	0,00	198.000,00	548.319,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.796.465,88
351780	GUARACAI	345.916,93	1.680,81	0,00	71.906,15	0,00	0,00	0,00	0,00	419.503,89
351790	GUARACI	220.772,69	0,00	157.500,00	62.624,57	0,00	0,00	0,00	0,00	440.897,26
351800	GUARANI D'OESTE	32.830,93	0,00	0,00	3.662,02	0,00	0,00	0,00	0,00	36.492,95
351810	GUARANTA	213.537,59	0,00	0,00	-146.755,78	0,00	0,00	0,00	0,00	66.781,81
351820	GUARARAPES	1.419.562,83	74.970,31	718.073,34	62.816,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2.275.422,85
351830	GUARAREMA	1.054.210,06	10.369,51	1.068.351,14	73.295,10	0,00	0,00	0,00	0,00	2.206.225,81
351840	GUARATINGUETA	9.923.124,69	3.357.825,75	6.427.526,87	7.420.423,19	0,00	0,00	0,00	0,00	27.128.900,50
351850	GUAREI	210.321,00	23,08	263.025,00	23.238,71	0,00	0,00	0,00	0,00	496.607,79
351860	GUARIBA	1.652.298,73	671.866,63	1.551.770,29	-234.741,98	0,00	0,00	0,00	0,00	3.641.193,67
351870	GUARUJA	19.985.325,98	1.500.411,94	11.111.322,21	15.604.638,06	0,00	0,00	0,00	0,00	48.201.698,19
351880	GUARULHOS	93.827.414,38	7.084.611,27	30.438.540,94	46.364.552,63	0,00	60.087.328,93	0,00	0,00	117.627.790,29
351885	GUATAPARA	52.441,85	1.147,07	157.500,00	5.428,81	0,00	0,00	0,00	0,00	216.517,73
351890	GUZOLANDIA	9.505,08	0,00	0,00	3.445,35	0,00	0,00	0,00	0,00	12.950,43
351900	HERCULANDIA	426.131,27	1.697,76	444.000,42	256.418,83	0,00	877.052,04	0,00	0,00	251.196,24
351905	HOLAMBRA	269.238,39	0,00	0,00	10.028,41	0,00	0,00	0,00	0,00	279.266,80
351907	HORTOLANDIA	8.367.552,16	121.761,59	2.509.200,00	8.928.796,77	0,00	0,00	0,00	0,00	19.927.310,52
351910	IACANGA	300.224,55	6.597,61	263.028,00	17.185,69	0,00	0,00	0,00	0,00	587.035,85
351920	IACRI	338.992,31	323,95	57.100,05	87.123,79	0,00	0,00	0,00	0,00	483.540,10
351925	IARAS	17.063,40	11.526,46	0,00	4.911,75	0,00	0,00	0,00	0,00	33.501,61
351930	IBATE	1.302.295,63	12.628,05	0,00	106.292,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.421.216,09
351940	IBIRA	335.293,16	3.354,76	263.025,00	18.325,98	0,00	0,00	0,00	0,00	619.998,90
351950	IBIRAREMA	82.279,07	0,00	0,00	91.901,12	0,00	0,00	0,00	0,00	174.180,19
351960	IBITINGA	3.009.763,98	218.940,71	635.296,70	648.245,70	0,00	0,00	0,00	0,00	4.512.247,09
351970	IBIUNA	3.350.083,75	7.973,55	157.500,00	264.976,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.780.533,70
351980	ICEM	147.949,89	0,00	157.500,00	97.299,39	0,00	0,00	0,00	0,00	402.749,28
351990	IEPE	412.329,96	683.468,29	0,00	-401.294,45	0,00	0,00	0,00	0,00	694.503,80
352000	IGARACU DO TIETE	820.667,56	15.872,04	198.000,00	112.652,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.147.192,20
352010	IGARAPAVA	1.389.393,72	3.364,64	547.547,04	264.342,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2.204.647,90
352020	IGARATA	55.163,07	426,36	0,00	17.452,28	0,00	0,00	0,00	0,00	73.041,72
352030	IGUAPE	811.116,75	2.900,18	0,00	40.763,48	0,00	0,00	0,00	0,00	854.780,41
352040	ILHABELA	1.334.407,43	70.499,13	157.500,00	417.467,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.979.874,43
352042	ILHA COMPRIDA	200.637,28	6.951,66	0,00	63.804,28	0,00	0,00	0,00	0,00	271.393,22
352044	ILHA SOLTEIRA	1.462.408,19	753.586,10	1.345.134,68	255.296,86	0,00	3.117.581,44	0,00	0,00	698.844,39
352050	INDAIATUBA	11.076.986,93	1.987.594,09	3.535.975,03	15.679.768,23	0,00	144.956,28	0,00	0,00	32.135.368,00
352060	INDIANA	0,00	0,00	0,00	1.807,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.807,59
352070	INDIAPORA	357.850,47	56.215,81	0,00	81.551,54	0,00	407.096,70	0,00	0,00	88.521,12
352080	INUBIA PAULISTA	43.462,77	783,40	0,00	94.675,69	0,00	0,00	0,00	0,00	138.921,86
352090	IPAUCU	718.559,70	10.219,39	400.657,95	136.729,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.266.166,75
352100	IPERO	69.588,83	0,00	157.500,00	585.226,02	0,00	0,00	0,00	0,00	812.314,85
352110	IPEUNA	56.730,32	5.915,57	263.025,00	94.438,82	0,00	0,00	0,00	0,00	420.109,71
352115	IPIGUA	16.820,40	0,00	0,00	61.376,73	0,00	0,00	0,00	0,00	78.197,13
352120	IPORANGA	35.958,36	0,00	0,00	3.351,75	0,00	0,00	0,00	0,00	39.310,11
352130	IPUA	627.441,47	400,46	132.000,00	1.508.598,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.268.440,65
352140	IRACEMAPOLIS	185.455,18	1.434,53	7.500,00	113.797,84	0,00	0,00	0,00	0,00	308.187,55
352150	IRAPUA	78.518,37	0,00	0,00	104.903,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183.421,37
352160	IRAPURU	16.178,94	0,00	0,00	4.865,76	0,00	0,00	0,00	0,00	21.044,70
352170	ITABERA	717.141,22	99.602,29	0,00	48.164,22	0,00	0,00	0,00	0,00	864.907,73
352180	ITAI	990.374,09	35.079,32	157.500,00	69.512,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.252.465,54
352190	ITAJOBI	528.617,38	48.487,07	0,00	134.661,43	0,00	0,00	0,00	0,00	711.765,88
352200	ITAJU	23.800,94	0,00	0,00	3.319,77	0,00	0,00	0,00	0,00	27.120,71
352210	ITANHAEM	5.009.811,43	8.882,67	2.749.794,00	2.191.091,87	0,00	2.143.469,19	0,00	0,00	7.816.110,78
352215	ITAOCA	3.893,90	0,00	0,00	918,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.811,90
352220	ITAPECERICA DA SERRA	11.693.564,41	8.656.008,20	1.165.080,00	14.387.948,29	0,00	25.482.953,84	0,00	0,00	10.419.647,06
352230	ITAPETININGA	7.312.748,89	2.878.821,42	2.026.374,00	3.629.023,99	0,00	2.010.054,04	0,00	0,00	13.836.914,26
352240	ITAPEVA	6.469.249,47	4.042.684,59	7.742.040,54	6.276.155,36	0,00	0,00	0,00	0,00	24.530.129,96
352250	ITAPEVI	10.814.377,06	6.358.868,51	2.093.700,00	4.921.495,97	0,00	15.107.002,24	0,00	0,00	9.081.439,30
352260	ITAPIRA	8.557.624,10	4.892.140,47	1.086.166,40	3.124.537,00	0,00	7.717.225,58	0,00	0,00	9.943.242,39
352265	ITAPIRAPUA PAULISTA	2.336,33	0,00	263.028,00	1.462,53	0,00	0,00	0,00	0,00	266.826,86
352270	ITAPOLIS	2.343.213,61	156.423,79	922.228,30	1.040.575,60	0,00	60.024,36	0,00	0,00	4.402.416,94
352280	ITAPORANGA	792.328,25	196.239,23	157.500,00	77.330,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.223.397,95
352290	ITAPUI	603.502,12	0,00	157.500,00	113.166,78	0,00	0,00	0,00	0,00	874.168,90
352300	ITAPURA	26.776,02	0,00	0,00	545,38	0,00	0,00	0,00	0,00	27.321,40
352310	ITAQUAQUECETUBA	11.337.558,25	2.821.715,94	1.596.000,00	5.350.441,57	0,00	16.287.797,17	0,00	0,00	4.817.918,59
352320	ITARARE	2.652.656,30	159.488,92	1.684.953,26	821.832,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.318.930,79
352330	ITARIRI	224.033,09	0,00	263.028,00	70.197,81	0,00	0,00	0,00	0,00	557.258,90

EXEMPLAR DISSONANTE DA IMPRENSA NACIONAL

352340	ITATIBA	5.475.290,28	282.660,88	1.486.206,88	4.156.964,30	0,00	0,00	0,00	0,00	11.401.122,34
352350	ITATINGA	497.836,21	418,58	0,00	27.813,53	0,00	0,00	0,00	0,00	526.068,32
352360	ITIRAPINA	569.483,33	290,12	263.025,00	-59.268,77	0,00	0,00	0,00	0,00	773.529,68
352370	ITIRAPUA	23.411,40	0,00	0,00	843,05	0,00	0,00	0,00	0,00	24.254,45
352380	ITOBI	64.216,63	1.570,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.787,13
352390	ITU	13.067.175,16	1.787.374,94	6.776.277,60	4.097.345,81	0,00	21.653.935,18	0,00	0,00	4.074.238,33
352400	ITUPEVA	1.487.694,75	196.173,63	0,00	1.442.535,29	0,00	0,00	0,00	0,00	3.126.403,67
352410	ITUVERAVA	2.861.807,91	792.947,47	3.688.268,89	1.685.583,34	0,00	0,00	0,00	0,00	9.028.607,61
352420	JABORANDI	244.273,22	0,00	157.500,00	110.838,32	0,00	0,00	0,00	0,00	512.611,54
352430	JABOTICABAL	2.982.062,30	873.413,77	2.400.081,86	3.448.801,98	0,00	0,00	0,00	0,00	9.704.359,91
352440	JACAREI	14.484.873,86	1.870.533,52	7.782.981,68	12.230.443,94	0,00	0,00	0,00	0,00	36.368.833,00
352450	JACI	3.793.598,76	291.963,92	2.001.547,08	145.017,13	0,00	6.228.457,54	0,00	0,00	3.669,35
352460	JACUPIRANGA	511.330,61	0,00	0,00	13.089,15	0,00	0,00	0,00	0,00	524.419,76
352470	JAGUARIUNA	2.391.907,91	40.774,67	118.800,00	1.872.647,65	0,00	0,00	0,00	0,00	4.424.130,23
352480	JALES	3.179.203,85	2.653.922,73	4.607.029,95	4.521.874,19	0,00	10.366.758,88	0,00	0,00	4.595.271,84
352490	JAMBEIRO	1.600,26	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.603,26
352500	JANDIRA	6.545.289,27	57.424,06	256.500,00	944.184,23	0,00	0,00	0,00	0,00	7.803.397,56
352510	JARDINOPOLIS	775.973,25	456,31	263.028,00	726.081,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.765.539,41
352520	JARINU	331.089,65	0,00	0,00	11.437,98	0,00	0,00	0,00	0,00	342.527,63
352530	JAU	15.531.722,28	41.529.249,64	15.195.605,16	29.819.364,08	0,00	67.827.012,16	0,00	0,00	34.248.929,00
352540	JERIQUARA	12.430,77	0,00	0,00	92.626,01	0,00	0,00	0,00	0,00	105.056,78
352550	JOANOPOLIS	371.816,68	0,00	157.500,00	-22.947,02	0,00	0,00	0,00	0,00	506.369,66
352560	JOAO RAMALHO	16.659,85	0,00	0,00	3.072,99	0,00	0,00	0,00	0,00	19.732,84
352570	JOSE BONIFACIO	1.468.467,60	281.339,07	826.376,59	311.130,72	0,00	2.151.674,75	0,00	0,00	735.639,23
352580	JULIO MESQUITA	31.395,79	0,00	0,00	479,35	0,00	0,00	0,00	0,00	31.875,14
352585	JUMIRIM	3.231,72	0,00	0,00	10.570,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13.802,20
352590	JUNDIAI	33.287.279,62	12.906.635,76	15.452.854,10	15.882.309,78	0,00	614.446,63	0,00	0,00	76.914.632,63
352600	JUNQUEIROPOLIS	839.025,42	316.716,12	524.276,76	636.470,09	0,00	0,00	0,00	0,00	2.316.488,39
352610	JUQUIA	925.441,03	2.050,66	0,00	182.862,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110.354,35
352620	JUQUITIBA	651.898,70	0,00	526.056,00	394.336,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.572.291,54
352630	LAGOINHA	94.484,76	0,00	0,00	2.635,98	0,00	0,00	0,00	0,00	97.120,74
352640	LARANJAL PAULISTA	1.375.370,66	12.640,25	602.926,56	567.265,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.558.203,29
352650	LAVINIA	33.872,17	0,00	0,00	4.460,47	0,00	0,00	0,00	0,00	38.332,64
352660	LAVRINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
352670	LEME	5.270.568,11	272.420,52	3.451.933,06	3.566.495,32	0,00	0,00	0,00	0,00	12.561.417,01
352680	LENCOIS PAULISTA	3.035.272,41	136.955,73	2.946.412,79	840.076,48	0,00	0,00	0,00	0,00	6.958.717,41
352690	LIMEIRA	26.469.958,11	6.441.447,63	13.924.488,36	12.749.988,62	0,00	892.523,67	0,00	0,00	58.693.359,05
352700	LINDOIA	278.837,29	1.573.654,78	237.600,00	962.369,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.052.461,96
352710	LINS	4.405.900,96	6.145.912,49	2.470.432,56	7.108.729,56	0,00	5.481.277,49	0,00	0,00	14.649.698,08
352720	LORENA	5.335.092,52	823.254,10	3.649.567,81	2.825.866,99	0,00	0,00	0,00	0,00	12.633.781,42
352725	LOURDES	12.521,27	1.357,13	0,00	75.380,12	0,00	0,00	0,00	0,00	89.258,52
352730	LOUVEIRA	1.321.848,46	318.541,04	0,00	76.556,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.716.946,42
352740	LUCELIA	945.257,78	49.265,94	889.582,96	-1.063,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.883.043,29
352750	LUCIANOPOLIS	31.667,68	0,00	0,00	90.165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.832,68
352760	LUIS ANTONIO	250.119,65	0,00	263.028,00	18.595,39	0,00	0,00	0,00	0,00	531.743,04
352770	LUIZIANIA	154.467,27	4.562,90	0,00	5.401,39	0,00	0,00	0,00	0,00	164.431,56
352780	LUPERCIO	105.760,89	117.529,85	0,00	-27.056,91	0,00	0,00	0,00	0,00	196.233,83
352790	LUTECIA	22.979,54	0,00	0,00	668,04	0,00	0,00	0,00	0,00	23.647,58
352800	MACATUBA	985.837,24	6.766,15	99.000,00	400.678,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.492.282,15
352810	MACAUBAL	229.525,21	0,00	0,00	116.315,80	0,00	0,00	0,00	0,00	345.841,01
352820	MACEDONIA	13.929,61	0,00	0,00	750,69	0,00	0,00	0,00	0,00	14.680,30
352830	MAGDA	10.394,64	0,00	0,00	42.738,49	0,00	0,00	0,00	0,00	53.133,13
352840	MAIRINQUE	893.315,97	120.322,95	289.500,00	82.548,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.385.687,46
352850	MAIRIPORA	3.355.070,59	38.972,02	2.294.664,46	631.259,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.319.967,02
352860	MANDURI	9.792,03	6.341,17	0,00	1.226,87	0,00	0,00	0,00	0,00	17.360,07
352870	MARABA PAULISTA	112,95	0,00	0,00	1.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117,95
352880	MARACAI	743.950,22	12.833,67	0,00	582.854,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.339.638,05
352885	MARAPOAMA	17.079,60	0,00	0,00	95.636,84	0,00	0,00	0,00	0,00	112.716,44
352890	MARIAPOLIS	25.036,32	13,18	0,00	205.641,82	0,00	0,00	0,00	0,00	230.691,32
352900	MARILIA	27.754.093,08	18.954.807,54	19.899.891,27	20.035.258,65	0,00	49.110.465,26	0,00	0,00	37.533.585,28
352910	MARINOPOLIS	13.536,98	0,00	0,00	4.857,53	0,00	0,00	0,00	0,00	18.394,51
352920	MARTINOPOLIS	1.379.727,62	325.908,34	691.160,98	1.273.825,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3.670.622,89
352930	MATAO	4.240.617,96	468.435,17	4.230.502,62	6.091.937,41	0,00	13.713.290,51	0,00	0,00	1.318.202,65
352940	MAUA	18.539.293,25	936.346,41	6.016.487,32	58.512.974,59	0,00	127.323,68	0,00	0,00	83.877.777,89
352950	MENDONCA	12.619,23	0,00	263.025,00	103.229,55	0,00	0,00	0,00	0,00	378.873,78
352960	MERIDIANO	21.313,58	0,00	0,00	95.808,69	0,00	0,00	0,00	0,00	117.122,27
352965	MESOPOLIS	23.509,88	5,27	0,00	10.889,86	0,00	0,00	0,00	0,00	34.405,01
352970	MIGUELOPOLIS	881.325,63	0,00	0,00	151.927,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033.253,10
352980	MINEIROS DO TIETE	83.247,70	0,00	0,00	3.748,02	0,00	0,00	0,00	0,00	86.995,72
352990	MIRACATU	678.575,05	0,00	0,00	20.597,90	0,00	0,00	0,00	0,00	699.172,95
353000	MIRA ESTRELA	13.416,67	0,00	0,00	2.594,11	0,00	0,00	0,00	0,00	16.010,78
353010	MIRANDOPOLIS	1.506.246,98	573.490,40	0,00	193.332,00	0,00	2.055.559,21	0,00	0,00	217.510,17
353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	441.488,20	0,00	0,00	15.497,13	0,00	0,00	0,00	0,00	456.985,33
353030	MIRASSOL	1.245.950,67	144.811,52	2.698.412,22	510.430,09	0,00	0,00	0,00	0,00	4.599.604,50
353040	MIRASSOLANDIA	16.072,81	0,00	0,00	3.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.341,81
353050	MOCOCA	4.276.551,25	388.241,05	2.375.303,88	5.082.723,12	0,00	0,00	0,00	0,00	12.122.819,30
353060	MOGI DAS CRUZES	28.240.082,50	19.252.610,92	15.310.722,02	51.560.898,41	0,00	40.239.824,84	0,00	0,00	74.124.489,01
353070	MOJI-GUACU	9.517.573,95	2.090.997,79	5.782.887,58	8.408.985,37	0,00	380,40	0,00	0,00	25.800.064,29
353080	MOJI-MIRIM	7.113.996,79	323.735,46	4.946.326,51	7.070.941,89	0,00	2.276.396,75	0,00	0,00	17.178.603,90
353090	MOMBUCA	45.477,36	0,00	0,00	95.049,57	0,00	0,00	0,00	0,00	140.526,93
353100	MONCOES	17.725,58	0,00	0,00	7.270,98	0,00	0,00	0,00	0,00	24.996,56
353110	MONGAGUA	2.510.280,79	12.823,12	999.180,00	28.540,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.550.824,81
353120	MONTE ALEGRE DO SUL	44.187,08	0,00	0,00	1.953,84	0,00	0,00	0,00	0,00	46.140,92
353130	MONTE ALTO	3.025.929,29	185.601,51	1.697.391,21	2.425.041,90	0,00	0,00	0,00	0,00	7.333.963,91
353140	MONTE APRAZIVEL	1.099.448,53	355.973,85	976.368,63	121.591,52	0,00	2.228.405,72	0,00	0,00	324.976,81
353150	MONTE AZUL PAULISTA	1.254.140,75	0,00	310.304,05	53.268,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.617.713,47
353160	MONTE CASTELO	3.916,51	0,00	0,00	1.225,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.142,17
353170	MONTEIRO LOBATO	4.674,58	0,00	0,00	1.832,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.507,53
353180	MONTE MOR	2.207.648,24	5.309,82	158.400,00	497.651,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.869.009,37
353190	MORRO AGUDO	1.369.575,75	699,73	2.118.660,00	343.201,48	0,00	0,00	0,00	0,00	3.832.136,96
353200	MORUNGABA	734.934,62	0,00	0,00	36.269,35	0,00	0,00	0,00	0,00	771.203,97
353205	MOTUCA	39.370,86	2.827,60	0,00	74.424,41	0,00	0,00	0,00	0,00	116.622,87
353210	MURUTINGA DO SUL	178.175,46	204,06	0,00	-95.974,96	0,00	0,00	0,00	0,00	82.404,56
353215	NANTES	16.500,17	0,00	0,00	1.215,96	0,00	0,00	0,00	0,00	17.716,13
353220	NARANDIBA	17.893,21	0,00	0,00	14.808,17	0,00	0,00	0,00	0,00	32.701,38
353230	NATIVIDADE DA SERRA	41.998,70	0,00	0,00	15,15	0,00	0,00	0,00	0,00	42.013,85
353240	NAZARE PAULISTA	614.177,36	0,00	157.500,00	-65.898,79	0,00	0,00	0,00	0,00	705.778,57
353250	NEVES PAULISTA	377.751,64	385,22	157.500,00	114.614,70	0,00	0,00	0,00	0,00	650.251,56
353260	NHANDEARA	736.667,73	668.927,09	971.987,68	175.408,04	0,00	2.262.362,78	0,00	0,00	290.627,76
353270	NIPOA	5.535,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.535,84
353280	NOVA ALIANCA	18.788,95	0,00	0,00	103.347,89	0,00	0,00	0,00	0,00	122.136,84
353282	NOVA CAMPINA	19.829,05	0,00	0,00	61.032,60	0,00	0,00	0,00	0,00	80.861,65
353284	NOVA CANAA PAULISTA	10.911,21	0,00	0,00	2.607,57	0,00	0,00	0,00	0,00	13.518,78
353286	NOVA CASTILHO	607,32	0,00	0,00	3.663,66	0,00	0,00	0,00	0,00	4.270,98
353290	NOVA EUROPA	272.627,62	6.614,52	0,00	78.432,82	0,00	0,00	0,00	0,00	357.674,96

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

353300	NOVA GRANADA	1.320.095,92	1.540.110,49	815.755,19	709.712,77	0,00	3.597.677,00	0,00	0,00	787.997,37
353310	NOVA GUATAPORANGA	5.185,95	0,00	0,00	560,43	0,00	0,00	0,00	0,00	5.746,38
353320	NOVA INDEPENDENCIA	17.648,92	0,00	0,00	2.458,18	0,00	0,00	0,00	0,00	20.107,10
353325	NOVAIS	43.637,45	0,00	0,00	91.507,18	0,00	0,00	0,00	0,00	135.144,63
353330	NOVA LUZITANIA	3.774,32	0,00	0,00	8.585,94	0,00	0,00	0,00	0,00	12.360,26
353340	NOVA ODESSA	1.918.483,29	1.562,91	0,00	250.145,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.170.191,37
353350	NOVO HORIZONTE	2.368.602,08	2.568,97	1.132.064,54	434.946,73	0,00	0,00	0,00	0,00	3.938.182,32
353360	NUPORANGA	138.570,28	0,00	0,00	16.700,59	0,00	0,00	0,00	0,00	155.270,87
353370	OCAUCU	0,00	0,00	0,00	63.672,08	0,00	0,00	0,00	0,00	63.672,08
353380	OLEO	21.401,77	9.175,59	0,00	6.030,33	0,00	0,00	0,00	0,00	36.607,69
353390	OLIMPIA	2.619.829,23	682.880,90	1.702.442,60	4.037.983,84	0,00	0,00	0,00	0,00	9.043.136,57
353400	ONDA VERDE	38.410,58	0,00	0,00	95.221,58	0,00	0,00	0,00	0,00	133.632,16
353410	ORIENTE	45.445,81	0,00	0,00	51.734,02	0,00	0,00	0,00	0,00	97.179,83
353420	ORINDIUVA	72.259,70	0,00	0,00	431.720,46	0,00	0,00	0,00	0,00	503.980,16
353430	ORLANDIA	2.078.231,83	47.930,76	1.049.741,64	1.183.349,09	0,00	0,00	0,00	0,00	4.359.253,32
353440	OSASCO	35.135.077,81	3.742.075,32	2.663.700,00	16.546.799,79	0,00	9.798.454,41	0,00	0,00	48.289.198,51
353450	OSCAR BRESSANE	13.808,40	0,00	0,00	101.100,03	0,00	0,00	0,00	0,00	114.908,43
353460	OSVALDO CRUZ	1.429.896,07	283.821,73	923.230,96	503.431,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.140.380,16
353470	OURINHOS	10.068.408,23	2.641.893,37	8.087.814,30	11.502.478,91	0,00	0,00	0,00	0,00	32.300.594,81
353475	OUROESTE	280.738,87	0,00	0,00	72.374,65	0,00	0,00	0,00	0,00	353.113,52
353480	OURO VERDE	50.577,31	0,00	0,00	4.119,29	0,00	0,00	0,00	0,00	54.696,60
353490	PACAEMBU	555.376,46	12.147,80	0,00	120.559,04	0,00	0,00	0,00	0,00	688.083,30
353500	PALESTINA	47.391,13	0,00	157.500,00	102.622,33	0,00	0,00	0,00	0,00	307.513,46
353510	PALMARES PAULISTA	25.877,07	0,00	0,00	62.026,60	0,00	0,00	0,00	0,00	87.903,67
353520	PALMEIRA D'OESTE	489.699,56	229.600,66	157.500,00	70.798,32	0,00	0,00	0,00	0,00	947.598,54
353530	PALMITAL	1.349.347,95	168.688,88	933.187,31	89.707,86	0,00	0,00	0,00	0,00	2.540.932,00
353540	PANORAMA	510.277,03	74.795,27	0,00	19.651,81	0,00	0,00	0,00	0,00	604.724,11
353550	PARAGUACU PAULISTA	3.088.827,72	230.957,84	1.964.466,42	1.611.094,82	0,00	0,00	0,00	0,00	6.895.346,80
353560	PARAIBUNA	201.938,13	0,00	0,00	144.306,92	0,00	0,00	0,00	0,00	346.245,05
353570	PARAISO	60.550,50	0,00	0,00	93.426,52	0,00	0,00	0,00	0,00	153.977,02
353580	PARANAPANEMA	538.379,19	1.571,98	157.500,00	21.236,23	0,00	0,00	0,00	0,00	718.687,40
353590	PARANAPUA	3.267,00	0,00	0,00	15.036,94	0,00	0,00	0,00	0,00	18.303,94
353600	PARAPUA	469.069,74	224,03	0,00	177.027,99	0,00	0,00	0,00	0,00	646.321,76
353610	PARDINHO	102.086,62	0,00	263.025,00	1.854,45	0,00	0,00	0,00	0,00	366.966,07
353620	PARIQUERA-ACU	2.006.172,42	6.536.112,64	0,00	5.305.169,09	0,00	13.643.631,45	0,00	0,00	203.822,70
353625	PARISI	7.778,24	0,00	0,00	8.982,78	0,00	0,00	0,00	0,00	16.761,02
353630	PATROCINIO PAULISTA	686.680,00	124.615,51	157.500,00	59.271,61	0,00	739.145,03	0,00	0,00	288.922,09
353640	PAULICEIA	83,20	0,00	0,00	91.802,13	0,00	0,00	0,00	0,00	91.885,33
353650	PAULINIA	4.938.171,70	382.701,27	0,00	1.755.737,91	0,00	0,00	0,00	0,00	7.076.610,88
353657	PAULISTANIA	2.764,44	0,00	0,00	36.437,07	0,00	0,00	0,00	0,00	39.201,51
353660	PAULO DE FARIA	274.218,12	15.933,57	263.025,00	-93.487,06	0,00	0,00	0,00	0,00	459.689,63
353670	PEDERNEIRAS	1.993.893,27	14.469,92	1.422.522,15	1.276.006,87	0,00	0,00	0,00	0,00	4.706.892,21
353680	PEDRA BELA	3.418,32	0,00	157.500,00	5.057,76	0,00	0,00	0,00	0,00	165.976,08
353690	PEDRANOPOLIS	6.307,73	0,00	0,00	1.426,46	0,00	0,00	0,00	0,00	7.734,19
353700	PEDREGULHO	783.553,49	168.977,88	569.033,75	1.725.390,93	0,00	2.937.858,52	0,00	0,00	309.097,53
353710	PEDREIRA	1.849.202,02	575.469,57	0,00	-477.596,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.947.074,85
353715	PEDRINHAS PAULISTA	77.091,14	390,95	0,00	66.419,21	0,00	0,00	0,00	0,00	143.901,30
353720	PEDRO DE TOLEDO	207.346,44	0,00	263.028,00	8.232,35	0,00	0,00	0,00	0,00	478.606,79
353730	PENAPOLIS	4.620.719,94	2.184.577,75	1.834.186,93	3.881.144,96	0,00	0,00	0,00	0,00	12.520.629,58
353740	PEREIRA BARRETO	1.320.602,96	61.819,72	759.678,55	248.942,66	0,00	0,00	0,00	0,00	2.391.043,89
353750	PEREIRAS	40.274,89	0,00	0,00	92.453,31	0,00	0,00	0,00	0,00	132.728,20
353760	PERUIBE	4.081.094,55	25.129,89	1.263.108,00	2.221.391,74	0,00	0,00	0,00	0,00	7.590.724,18
353770	PIACATU	25.334,63	0,00	0,00	2.451,03	0,00	0,00	0,00	0,00	27.785,66
353780	PIEDADE	5.002.586,08	2.571.126,07	1.288.559,00	1.118.779,91	0,00	6.601.162,49	0,00	0,00	3.379.888,57
353790	PILAR DO SUL	1.174.864,93	3.959,54	864.387,89	357.288,18	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400.500,54
353800	PINDAMONHANGABA	8.999.053,84	807.563,77	571.200,00	4.741.962,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.119.780,06
353810	PINDORAMA	202.612,75	0,00	0,00	93.814,47	0,00	0,00	0,00	0,00	296.427,22
353820	PINHALZINHO	152.908,96	0,00	157.500,00	5.828,82	0,00	0,00	0,00	0,00	316.237,78
353830	PIQUEROBI	9,51	0,00	0,00	630,00	0,00	0,00	0,00	0,00	639,51
353850	PIQUETE	347.771,39	0,00	263.025,00	13.093,66	0,00	0,00	0,00	0,00	623.890,05
353860	PIRACAIA	1.201.839,66	0,00	157.500,00	-181.549,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.177.790,27
353870	PIRACICABA	33.151.995,02	9.198.312,26	15.872.852,35	17.760.722,68	0,00	0,00	0,00	0,00	75.983.882,31
353880	PIRAJU	1.627.259,24	450.560,16	1.192.756,30	243.483,93	0,00	0,00	0,00	0,00	3.514.059,63
353890	PIRAJUI	1.954.442,32	128.734,93	795.652,62	95.109,48	0,00	2.114.079,21	0,00	0,00	859.860,14
353900	PIRANGI	322.300,33	42.550,90	99.000,00	198.258,90	0,00	0,00	0,00	0,00	662.110,13
353910	PIRAPORA DO BOM JESUS	894.203,12	0,00	157.500,00	20.274,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.071.978,00
353920	PIRAPOZINHO	464.823,24	831.872,29	480.000,00	677.898,01	0,00	633.304,27	0,00	0,00	1.821.289,27
353930	PIRASSUNUNGA	2.950.923,64	25.326,44	1.971.485,04	2.928.326,40	0,00	0,00	0,00	0,00	7.876.061,52
353940	PIRATININGA	261.564,74	5.906,61	0,00	105.679,49	0,00	0,00	0,00	0,00	373.150,84
353950	PITANGUEIRAS	1.419.453,25	303,81	263.028,00	803.247,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.486.032,26
353960	PLANALTO	20.103,43	0,00	263.025,00	90.300,66	0,00	0,00	0,00	0,00	373.429,09
353970	PLATINA	20.813,20	0,00	0,00	61.683,60	0,00	0,00	0,00	0,00	82.496,80
353980	POA	3.394.062,94	0,00	211.200,00	1.029.139,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4.634.402,84
353990	POLONI	47.148,84	0,00	0,00	91.498,45	0,00	0,00	0,00	0,00	138.647,29
354000	POMPEIA	1.017.736,42	165.485,32	158.400,00	954.877,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.296.499,56
354010	PONGAI	0,00	0,00	0,00	1.805,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.805,55
354020	PONTAL	1.717.946,23	0,00	263.028,00	787.994,34	0,00	0,00	0,00	0,00	2.768.968,57
354025	PONTALINDA	14.354,93	0,00	0,00	107.183,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.537,93
354030	PONTES GESTAL	65.018,69	0,00	0,00	9.515,81	0,00	0,00	0,00	0,00	74.534,50
354040	POPULINA	297.384,59	34.382,07	0,00	106.338,46	0,00	0,00	0,00	0,00	438.105,12
354050	PORANGABA	11.892,95	0,00	0,00	91.178,52	0,00	0,00	0,00	0,00	103.071,47
354060	PORTO FELIZ	2.846.844,58	285.122,97	1.457.834,18	910.263,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500.065,39
354070	PORTO FERREIRA	2.072.707,38	2.698,89	981.053,64	495.675,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.552.135,75
354075	POTIM	112.661,23	4.817,57	157.500,00	371.556,24	0,00	0,00	0,00	0,00	646.535,04
354080	POTIRENDABA	508.629,04	1.557,92	0,00	124.534,90	0,00	0,00	0,00	0,00	634.721,86
354085	PRACINHA	961,76	0,00	0,00	2.272,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.234,65
354090	PRADOPOLIS	485.276,80	0,00	263.028,00	611,44	0,00	0,00	0,00	0,00	748.916,24
354100	PRAIA GRANDE	22.544.194,54	510.047,63	1.630.764,00	13.234.722,16	0,00	64,91	0,00	0,00	37.919.663,42
354105	PRATANIA	15.274,20	0,00	0,00	32,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.306,65
354110	PRESIDENTE ALVES	16.420,32	0,00	0,00	502,94	0,00	0,00	0,00	0,00	16.923,26
354120	PRESIDENTE BERNARDES	796.905,95	224.964,28	427.943,04	94.665,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.544.478,71
354130	PRESIDENTE EPITACIO	2.591.596,60	222.285,94	1.326.629,19	249.375,74	0,00	4.190.118,23	0,00	0,00	199.769,24
354140	PRESIDENTE PRUDENTE	25.562.403,93	19.631.200,11	6.269.027,16	17.067.528,01	0,00	63.397.791,18	0,00	0,00	5.132.368,03
354150	PRESIDENTE VENCESLAU	2.104.477,23	705.560,99	1.260.195,55	1.173.811,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5.244.045,27
354160	PROMISSAO	1.738.891,54	705.240,94	0,00	2.285.065,60	0,00	4.047.339,62	0,00	0,00	681.858,46
354165	QUADRA	1.786,64	0,00	263.025,00	1.014,30	0,00	0,00	0,00	0,00	265.825,94
354170	QUATA	152.270,13	0,00	0,00	95.726,81	0,00	0,00	0,00	0,00	247.996,94
354180	QUEIROZ	3.506,95	0,00	0,00	40,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3.547,30
354190	QUELUZ	917.217,54	56.822,01	381.825,00	33.680,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389.545,27
354200	QUINTANA	24.790,40	0,00	99.000,00	97.378,10	0,00	0,00	0,00	0,00	221.168,50
354210	RAFARD	149.790,17	0,00	0,00	10.355,25	0,00	0,00	0,00	0,00	160.145,42
354220	RANCHARIA	2.144.905,91	1.202.828,34	1.775.437,68	1.621.333,26	0,00	5.401.547,90	0,00	0,00	1.342.957,29
354230	REDENCAO DA SERRA	18.583,32	0,00	0,00	1.479,30	0,00	0,00	0,00	0,00	20.062,62
354240	REGENTE FEIJO	697.366,16	194.033,53	0,00	124.356,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.015.755,86
354250	REGINOPOLIS	14.363,14	0,00	0,00	91.656,17	0,00	0,00	0,00	0,00	106.019,31
354260	REGISTRO	2.311.101,23	3.232.293,74	3.262.505,05	4.763.359,65	0,00	9.673.703,89	0,00	0,00	3.895.555,78
354270	RESTINGA	29.261,74	0,00	0,00	3.159,50	0,00	0,00	0,00	0,00	32.421,24
354280	RIBEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

354290	RIBEIRAO BONITO	344.234,07	110.179,16	0,00	21.922,14	0,00	0,00	0,00	0,00	476.335,37
354300	RIBEIRAO BRANCO	932.027,77	38,39	0,00	-80.639,29	0,00	0,00	0,00	0,00	851.426,87
354310	RIBEIRAO CORRENTE	45.641,08	0,00	0,00	44.687,13	0,00	0,00	0,00	0,00	90.328,21
354320	RIBEIRAO DO SUL	26.012,16	1.141,15	0,00	92.711,10	0,00	0,00	0,00	0,00	119.864,41
354323	RIBEIRAO DOS INDIOS	150,40	0,00	0,00	1.285,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.436,32
354325	RIBEIRAO GRANDE	0,00	0,00	0,00	14.764,34	0,00	0,00	0,00	0,00	14.764,34
354330	RIBEIRAO PIRES	4.962.316,84	248.394,91	237.600,00	15.221.268,23	0,00	0,00	0,00	0,00	20.669.579,98
354340	RIBEIRAO PRETO	65.270.378,64	51.665.013,01	26.961.916,81	89.814.382,22	0,00	135.777.218,58	0,00	0,00	97.934.472,10
354350	RIVERSUL	47.558,60	0,00	0,00	1.406,15	0,00	0,00	0,00	0,00	48.964,75
354360	RIFAINA	62.837,00	0,00	132.000,00	91.028,71	0,00	0,00	0,00	0,00	285.865,71
354370	RINCAO	90.111,04	5.313,40	0,00	544,80	0,00	0,00	0,00	0,00	95.969,24
354380	RINOPOLIS	530.897,71	18.925,82	0,00	281.608,60	0,00	0,00	0,00	0,00	831.432,13
354390	RIO CLARO	9.362.792,98	4.034.139,28	6.573.408,06	12.335.107,38	0,00	3.231.138,35	0,00	0,00	29.074.309,35
354400	RIO DAS PEDRAS	960.212,21	54.907,53	424.320,01	544.414,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.983.854,08
354410	RIO GRANDE DA SERRA	417.009,74	0,00	0,00	1.949.165,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.366.175,67
354420	RIOLANDIA	360.829,02	3.299,46	0,00	25.802,40	0,00	0,00	0,00	0,00	389.930,88
354425	ROSANA	1.427.905,05	553.745,90	0,00	184.646,85	0,00	1.537.686,89	0,00	0,00	628.610,91
354430	ROSEIRA	57.585,31	1.001,83	0,00	6.398,22	0,00	0,00	0,00	0,00	64.985,36
354440	RUBIACEA	413,64	0,00	0,00	72.015,60	0,00	0,00	0,00	0,00	72.429,24
354450	RUBINEIA	43.424,00	0,00	0,00	61.119,87	0,00	0,00	0,00	0,00	104.543,87
354460	SABINO	676,40	0,00	0,00	1.826,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.503,11
354470	SAGRES	406,40	0,00	0,00	193,59	0,00	0,00	0,00	0,00	599,99
354480	SALES	53.769,80	0,00	0,00	108.717,18	0,00	0,00	0,00	0,00	162.486,98
354490	SALES OLIVEIRA	366.157,84	0,00	0,00	81.854,77	0,00	0,00	0,00	0,00	448.012,61
354500	SALESOPOLIS	1.258.369,39	2.569,43	263.028,00	41.132,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.565.099,41
354510	SALMOURAO	23.113,90	0,00	0,00	92.476,35	0,00	0,00	0,00	0,00	115.590,25
354515	SALTINHO	88.333,39	114,49	0,00	19.514,64	0,00	0,00	0,00	0,00	107.962,52
354520	SALTO	5.802.576,83	62.580,43	0,00	5.291.909,82	0,00	0,00	0,00	0,00	11.157.067,08
354530	SALTO DE PIRAPORA	6.122.880,69	6.379.150,48	548.017,45	2.281.576,77	0,00	11.916.109,66	0,00	0,00	3.415.515,73
354540	SALTO GRANDE	507.641,43	472.829,67	0,00	306.933,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1.287.404,16
354550	SANDOVALINA	7.161,96	0,00	0,00	24.322,20	0,00	0,00	0,00	0,00	31.484,16
354560	SANTA ADELIA	406.866,00	7.081,69	0,00	134.917,66	0,00	0,00	0,00	0,00	548.865,35
354570	SANTA ALBERTINA	54.229,73	413,57	157.500,00	35.057,31	0,00	20.740,92	0,00	0,00	226.459,69
354580	SANTA BARBARA D'OESTE	6.981.529,10	243.394,79	3.946.907,69	7.727.444,21	0,00	118.751,45	0,00	0,00	18.780.524,34
354600	SANTA BRANCA	457.333,34	7.347,64	0,00	-286.839,28	0,00	0,00	0,00	0,00	177.841,70
354610	SANTA CLARA D'OESTE	9.211,44	0,00	0,00	7.917,06	0,00	0,00	0,00	0,00	17.128,50
354620	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	30.130,10	985,13	0,00	274,11	0,00	0,00	0,00	0,00	31.389,34
354625	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	19.114,18	0,00	263.028,00	3.790,33	0,00	0,00	0,00	0,00	285.932,51
354630	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	1.255.887,59	16.934,81	1.233.781,99	252.531,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2.759.136,29
354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	2.898.608,01	290.454,67	2.598.772,01	5.980.666,17	0,00	0,00	0,00	0,00	11.768.500,86
354650	SANTA ERNESTINA	81.206,88	0,00	0,00	60.979,20	0,00	0,00	0,00	0,00	142.186,08
354660	SANTA FE DO SUL	2.013.103,96	1.050.362,51	1.321.633,31	3.017.557,70	0,00	355.016,66	0,00	0,00	7.047.640,82
354670	SANTA GERTRUDES	287.889,18	8.519,58	362.025,00	358.803,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.017.237,75
354680	SANTA ISABEL	3.876.156,95	794.227,44	2.420.586,60	2.342.842,33	0,00	0,00	0,00	0,00	9.433.813,32
354690	SANTA LUCIA	90.400,65	4.200,45	0,00	45.617,44	0,00	0,00	0,00	0,00	140.218,54
354700	SANTA MARIA DA SERRA	156.405,37	0,00	0,00	1.692,52	0,00	0,00	0,00	0,00	158.097,89
354710	SANTA MERCEDES	2.360,76	0,00	0,00	41,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2.401,89
354720	SANTANA DA PONTE PENSA	14.999,76	0,00	0,00	7.497,68	0,00	0,00	0,00	0,00	22.497,44
354730	SANTANA DE PARNAIBA	3.198.542,13	24.536,78	99.000,00	2.208.004,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.530.083,22
354740	SANTA RITA D'OESTE	12.092,43	0,00	0,00	9.813,47	0,00	0,00	0,00	0,00	21.905,90
354750	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	4.882.972,34	103.852,08	817.344,54	1.382.301,77	0,00	4.918.351,02	0,00	0,00	2.268.119,71
354760	SANTA ROSA DE VITERBO	667.917,77	357,08	263.028,00	40.659,04	0,00	0,00	0,00	0,00	971.961,89
354765	SANTA SALETE	20.550,55	0,00	0,00	7.911,60	0,00	0,00	0,00	0,00	28.462,15
354770	SANTO ANASTACIO	1.289.582,14	93.264,38	674.834,20	94.869,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.152.550,43
354780	SANTO ANDRE	40.042.934,26	12.317.129,84	8.188.798,83	57.115.254,88	0,00	31.640.218,06	0,00	0,00	86.023.899,75
354790	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	199.839,45	0,00	263.028,00	101.209,03	0,00	0,00	0,00	0,00	564.076,48
354800	SANTO ANTONIO DE POSSE	524.285,55	0,00	0,00	363.836,47	0,00	0,00	0,00	0,00	888.122,02
354805	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	2.728,30	0,00	0,00	93.178,37	0,00	0,00	0,00	0,00	95.906,67
354810	SANTO ANTONIO DO JARDIM	91.194,17	8.624,54	157.500,00	11.263,93	0,00	0,00	0,00	0,00	268.582,64
354820	SANTO ANTONIO DO PINHAL	17.812,20	0,00	0,00	130.481,54	0,00	0,00	0,00	0,00	148.293,74
354830	SANTO EXPEDITO	0,00	0,00	0,00	8.898,39	0,00	0,00	0,00	0,00	8.898,39
354840	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	6.103,21	0,00	0,00	233.894,14	0,00	0,00	0,00	0,00	239.997,35
354850	SANTOS	49.477.295,80	21.329.251,80	24.210.612,28	38.120.953,41	0,00	24.188.126,99	0,00	0,00	108.949.986,30
354860	SAO BENTO DO SAPUCAI	516.623,18	234.760,62	482.447,34	161.237,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.395.068,38
354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	37.661.455,39	2.942.808,24	19.276.096,73	189.316.381,43	0,00	0,00	0,00	0,00	249.196.741,79
354880	SAO CAETANO DO SUL	12.260.447,42	1.628.206,06	1.520.508,00	12.071.994,45	0,00	152.245,94	0,00	0,00	27.328.909,99
354890	SAO CARLOS	20.951.525,26	5.084.578,80	9.373.569,60	17.494.028,06	0,00	0,00	0,00	0,00	52.903.701,72
354900	SAO FRANCISCO	10.028,61	0,00	0,00	103.792,35	0,00	0,00	0,00	0,00	113.820,96
354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	5.337.503,39	1.783.377,45	5.259.903,90	6.783.270,57	0,00	1.092.460,18	0,00	0,00	18.071.595,13
354920	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	10.364,07	0,00	0,00	1.428,70	0,00	0,00	0,00	0,00	11.792,77
354925	SAO JOAO DE IRACEMA	9.816,05	0,00	0,00	44.463,65	0,00	0,00	0,00	0,00	54.279,70
354930	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	9.313,54	0,00	0,00	1.423,33	0,00	0,00	0,00	0,00	10.736,87
354940	SAO JOAQUIM DA BARRA	2.738.810,29	510.498,82	1.624.532,19	1.869.012,92	0,00	5.641.633,93	0,00	0,00	1.101.220,29
354950	SAO JOSE DA BELA VISTA	112.890,23	0,00	0,00	163.881,94	0,00	0,00	0,00	0,00	276.772,17
354960	SAO JOSE DO BARREIRO	314.567,33	0,00	0,00	96.486,31	0,00	0,00	0,00	0,00	411.053,64
354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	3.429.405,25	729.662,40	2.382.335,46	2.358.585,84	0,00	0,00	0,00	0,00	8.899.988,95
354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	54.798.587,47	53.216.797,05	55.476.456,13	60.270.388,45	0,00	138.055.865,27	0,00	0,00	85.706.363,83
354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	55.938.716,14	7.255.001,80	9.306.329,59	34.735.439,29	0,00	14.398.627,87	0,00	0,00	92.836.858,95
354995	SAO LOURENCO DA SERRA	190.609,70	0,00	263.028,00	18.940,53	0,00	0,00	0,00	0,00	472.578,23
355000	SAO LUIS DO PARAITINGA	579.433,14	37.128,76	0,00	19.842,93	0,00	0,00	0,00	0,00	636.404,83
355010	SAO MANUEL	2.180.904,17	589.034,94	862.127,86	340.039,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.972.106,65
355020	SAO MIGUEL ARCANJO	393.128,38	165,66	0,00	1.124.305,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.517.599,06
355030	SAO PAULO	1.114.381.118,09	247.700.629,07	266.251.600,48	1.111.393.496,24	0,00	1.750.449.193,81	0,00	0,00	989.277.650,07
355040	SAO PEDRO	1.242.541,21	28.245,17	436.586,77	231.746,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.939.119,60
355050	SAO PEDRO DO TURVO	98.176,07	650,65	0,00	97.292,54	0,00	0,00	0,00	0,00	196.119,26
355060	SAO ROQUE	3.394.567,33	947.667,26	1.801.648,48	755.891,94	0,00	0,00	0,00	0,00	6.899.775,01
355070	SAO SEBASTIAO	4.639.081,26	405.086,90	3.230.169,52	1.167.697,19	0,00	41.687,83	0,00	0,00	9.400.347,04
355080	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	938.744,83	3.299,51	407.496,90	120.686,78	0,00	0,00	0,00	0,00	1.470.228,02
355090	SAO SIMAO	752.931,82	3.333,59	530.588,16	139.147,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.426.000,89
355100	SAO VICENTE	17.939.313,95	19.947,58	1.966.500,00	8.879.491,43	0,00	0,00	0,00	0,00	28.805.252,96
355110	SARAPUI	7.495,44	0,00	263.025,00	139.127,07	0,00	0,00	0,00	0,00	409.647,51
355120	SARUTAIA	20.253,84	0,00	0,00	2.800,56	0,00	0,00	0,00	0,00	23.054,40
355130	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	11.621,76	0,00	0,00	13.650,77	0,00	0,00	0,00	0,00	25.272,53
355140	SERRA AZUL	266.595,30	0,00	263.028,00	51.790,67	0,00	0,00	0,00	0,00	581.413,97
355150	SERRANA	1.611.060,48	93.267,65	362.028,00	1.623.806,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.690.162,97
355160	SERRA NEGRA	1.276.273,49	54.436,75	0,00	487.323,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1.818.034,14
355170	SERTAOZINHO	5.517.502,45	855.878,27	4.212.197,52	4.020.009,30	0,00	0,00	0,00	0,00	14.605.587,54
355180	SETE BARRAS	204.498,07	0,00	0,00	7.097,97	0,00	0,00	0,00	0,00	211.596,04
355190	SEVERINIA	273.196,05	1.671,78	0,00	8.243,76	0,00	0,00	0,00	0,00	283.111,59
355200	SILVEIRAS	92.327,81	189,25	0,00	4.165,66	0,00	0,00	0,00	0,00	96.682,72
355210	SOCORRO	1.852.038,59	60.526,22	961.700,24	433.616,25	0,00	0,00	0,00	0,00	3.307.881,30
355220	SOROCABA	57.128.439,12	41.259.394,11	25.131.872,80	27.579.112,37	0,00	46.650.564,79	0,00	0,00	104.448.253,61
355230	SUD MENNUCCI	378.338,58	0,00	0,00	273.077,12	0,00	0,00	0,00	0,00	651.415,70
355240	SUMARE	13.030.802,00	7.803.472,93	4.153.250,84	10.060.986,18	0,00	22.962.332,36	0,00	0,00	12.086.179,59
355250	SUZANO	11.130.126,95	481.657,40	7.282.739,26	7.627.106,50	0,00	144.180,57	0,00	0,00	26.377.449,54
355255	SUZANAPOLIS	22.422,36	0,00	0,00	94.533,17	0,00	0,00	0,00	0,00	116.955,53
355260	TABAPUA	279.064,19	46.543,55	158.400,00	194.932,01	0,00	0,00	0,00	0,00	678.939,75
355270	TABATINGA	586.760,97	0,00	0,00	112.935,93	0,00	0,00	0,00	0,00	699.696,90

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

355280	TABOAO DA SERRA	16.458.066,26	10.498.666,38	1.558.200,00	16.490.765,82	0,00	29.911.828,73	0,00	0,00	15.093.869,73
355290	TACIBA	24.962,03	0,00	0,00	94.761,88	0,00	0,00	0,00	0,00	119.723,91
355300	TAGUAI	552.449,82	0,00	505.354,98	39.773,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.097.577,82
355310	TAIACU	99.091,94	0,00	0,00	94.911,39	0,00	0,00	0,00	0,00	194.003,33
355320	TAIUVA	117.314,01	0,00	0,00	91.072,97	0,00	0,00	0,00	0,00	208.386,98
355330	TAMBAU	869.758,11	575,37	502.233,19	109.485,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.482.052,36
355340	TANABI	921.198,33	1.075,95	828.000,90	92.855,70	0,00	1.443.407,32	0,00	0,00	399.723,56
355350	TAPIRAI	32.872,87	0,00	0,00	4.823,49	0,00	0,00	0,00	0,00	37.696,36
355360	TAPIRATIBA	703.574,19	3.343,72	0,00	167.497,57	0,00	0,00	0,00	0,00	874.415,48
355365	TAQUARAL	26.788,60	0,00	0,00	92.610,48	0,00	0,00	0,00	0,00	119.399,08
355370	TAQUARITINGA	3.551.752,06	644.253,30	2.213.768,96	4.570.577,98	0,00	0,00	0,00	0,00	10.980.352,30
355380	TAQUARITUBA	1.144.934,85	102.763,50	657.583,35	175.577,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.080.859,00
355385	TAQUARIVAI	4.361,16	0,00	0,00	1.616,14	0,00	0,00	0,00	0,00	5.977,30
355390	TARABAI	28.621,11	0,00	0,00	94.115,49	0,00	0,00	0,00	0,00	122.736,60
355395	TARUMA	288.899,46	484,80	157.500,00	520.429,42	0,00	0,00	0,00	0,00	967.313,68
355400	TATUI	6.525.964,85	545.108,93	3.638.155,93	1.419.728,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.128.957,75
355410	TAUBATE	23.200.639,52	17.630.652,89	1.804.338,96	19.376.712,14	0,00	55.121.923,63	0,00	0,00	6.890.419,88
355420	TEJUPA	8.893,80	0,00	0,00	2.045,38	0,00	0,00	0,00	0,00	10.939,18
355430	TEODORO SAMPAIO	1.969.487,84	172.353,16	586.345,38	85.782,33	0,00	0,00	0,00	0,00	2.813.968,71
355440	TERRA ROXA	266.650,81	0,00	0,00	74.405,67	0,00	0,00	0,00	0,00	341.056,48
355450	TIETE	1.964.761,29	98.375,72	917.940,77	205.848,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3.186.926,42
355460	TIMBURI	600,00	0,00	157.500,00	40.221,54	0,00	0,00	0,00	0,00	198.321,54
355465	TORRE DE PEDRA	847,41	0,00	0,00	115,70	0,00	0,00	0,00	0,00	963,11
355470	TORRINHA	210.722,21	92,99	0,00	4.187,93	0,00	0,00	0,00	0,00	215.003,13
355475	TRABIJU	5.277,06	0,00	0,00	895,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.173,01
355480	TREMEMBE	1.184.260,48	163.085,46	74.078,35	91.391,94	0,00	394.452,03	0,00	0,00	1.118.364,20
355490	TRES FRONTEIRAS	21.050,84	0,00	0,00	17.272,98	0,00	0,00	0,00	0,00	38.323,82
355495	TUIUTI	0,00	0,00	157.500,00	459,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.959,00
355500	TUPA	10.276.737,71	8.997.708,35	7.110.923,39	3.871.495,75	0,00	27.384.134,86	0,00	0,00	2.872.730,34
355510	TUPI PAULISTA	630.984,26	400.839,72	561.785,28	224.590,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.818.199,82
355520	TURIUBA	4.375,80	0,00	0,00	226,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.602,42
355530	TURMALINA	7.528,90	0,00	0,00	804,26	0,00	0,00	0,00	0,00	8.333,16
355535	UBARANA	43.693,13	0,00	0,00	64.681,48	0,00	0,00	0,00	0,00	108.374,61
355540	UBATUBA	3.842.463,28	107.513,18	2.763.457,90	853.552,05	0,00	0,00	0,00	0,00	7.566.986,41
355550	UBIRAJARA	11.023,90	0,00	0,00	39.932,47	0,00	0,00	0,00	0,00	50.956,37
355560	UCHOA	217.101,64	0,00	0,00	92.295,33	0,00	0,00	0,00	0,00	309.396,97
355570	UNIAO PAULISTA	13.593,48	0,00	0,00	91.748,26	0,00	0,00	0,00	0,00	105.341,74
355580	URANIA	402.570,42	11.283,99	335.700,00	-52.237,57	0,00	0,00	0,00	0,00	697.316,84
355590	URU	4.085,26	0,00	0,00	23.466,59	0,00	0,00	0,00	0,00	27.551,85
355600	URUPES	584.215,92	112.469,62	0,00	49.132,93	0,00	0,00	0,00	0,00	745.818,47
355610	VALENTIM GENTIL	298.308,55	0,00	0,00	30.861,27	0,00	0,00	0,00	0,00	329.169,82
355620	VALINHOS	3.949.624,60	28.331,40	1.580.887,42	4.436.277,32	0,00	0,00	0,00	0,00	9.995.120,74
355630	VALPARAISO	699.185,81	18.330,03	118.800,00	366.153,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.202.469,77
355635	VARGEM	12.069,29	0,00	157.500,00	313,74	0,00	0,00	0,00	0,00	169.883,03
355640	VARGEM GRANDE DO SUL	1.865.067,45	24.302,42	928.431,49	436.576,55	0,00	0,00	0,00	0,00	3.254.377,91
355645	VARGEM GRANDE PAULISTA	1.117.196,03	0,00	157.500,00	345.081,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.619.777,86
355650	VARZEA PAULISTA	3.579.348,81	9.492,63	147.456,00	2.167.597,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5.903.894,94
355660	VERA CRUZ	26.337,50	0,00	0,00	62.560,74	0,00	0,00	0,00	0,00	88.898,24
355670	VINHEDO	3.356.522,86	99.784,26	1.854.230,28	2.749.653,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.060.190,94
355680	VIRADOURO	735.686,69	404,30	158.400,00	-11.755,54	0,00	0,00	0,00	0,00	882.735,45
355690	VISTA ALEGRE DO ALTO	196.804,95	0,00	0,00	-22.274,33	0,00	0,00	0,00	0,00	174.530,62
355695	VITORIA BRASIL	4.385,66	0,00	0,00	6.949,89	0,00	0,00	0,00	0,00	11.335,55
355700	VOTORANTIM	5.272.948,93	177.508,37	315.900,00	2.473.500,69	0,00	0,00	0,00	0,00	8.239.857,99
355710	VOTUPORANGA	6.777.320,24	4.113.117,37	6.657.451,14	6.461.659,66	0,00	17.648.559,63	0,00	0,00	6.360.988,78
355715	ZACARIAS	10.271,16	0,00	0,00	91.134,63	0,00	0,00	0,00	0,00	101.405,79
355720	CHAVANTES	720.374,88	347.061,51	0,00	136.646,66	0,00	1.071.082,57	0,00	0,00	133.000,48
355730	ESTIVA GERBI	90.031,17	0,00	263.028,00	14.943,80	0,00	0,00	0,00	0,00	368.002,96
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										4.635.563.675,97

PORTARIA Nº 752, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado de Santa Catarina.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Portaria nº. 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº. 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº. 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, por meio do Ofício nº 410/2016, de 31 de maio de 2016 e Deliberação CIB/SC nº 121, de 12 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Santa Catarina, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 1.326.602.180,78, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	409.698.928,45	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	887.478.613,68	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	29.424.638,65	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 9.114.600,00, e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 43.079.940,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 7ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites referentes aos recursos programados na SES	14.376.073,15
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	424.747.493,95
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem retidos pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	29.424.638,65
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	409.698.928,45

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos Permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
420005	ABDON BATISTA	7.487,76	481,08	0,00	6.402,46	0,00	13.453,46	0,00	0,00	917,84
420010	ABELARDO LUZ	769.787,47	142.304,45	0,00	815.526,87	0,00	879.661,53	0,00	0,00	847.957,25
420020	AGROLANDIA	261.095,61	21.653,01	0,00	198.342,18	0,00	269.241,42	0,00	0,00	211.849,38
420030	AGRONOMICA	56.120,28	0,00	0,00	7.745,14	0,00	5.303,40	0,00	0,00	58.562,02
420040	AGUA DOCE	171.428,92	9.070,74	0,00	477.485,12	0,00	227.977,54	0,00	0,00	430.007,24
420050	AGUAS DE CHAPECO	95.357,64	0,00	0,00	136.311,38	0,00	13.114,68	0,00	0,00	218.554,34
420055	AGUAS FRIAS	21.157,68	0,00	0,00	96.473,38	0,00	6.892,80	0,00	0,00	110.738,26
420060	AGUAS MORNAS	10.060,80	0,00	263.028,00	5.594,06	0,00	1.966,44	0,00	0,00	276.716,42
420070	ALFREDO WAGNER	337.260,11	86.343,98	157.500,00	88.252,69	0,00	326.474,41	0,00	0,00	342.882,37
420075	ALTO BELA VISTA	24.549,00	0,00	0,00	95.202,96	0,00	3.178,32	0,00	0,00	116.573,64
420080	ANCHIETA	287.387,12	9.293,98	0,00	10.164,25	0,00	59.854,32	0,00	0,00	246.991,03
420090	ANGELINA	190.036,75	503.402,14	454.042,69	168.030,11	0,00	1.308.810,15	0,00	0,00	6.701,54
420100	ANITA GARIBALDI	413.480,58	120.610,21	0,00	250.786,99	0,00	621.629,13	0,00	0,00	163.248,65
420110	ANITAPOLIS	117.757,31	25.993,55	0,00	-4.883,37	0,00	137.835,35	0,00	0,00	1.032,15
420120	ANTONIO CARLOS	53.714,28	0,00	0,00	8.273,33	0,00	7.762,20	0,00	0,00	54.225,41
420125	APIUNA	77.279,28	0,00	0,00	142.792,03	0,00	20.115,12	0,00	0,00	199.956,19
420127	ARABUTA	109.972,85	799,17	0,00	24.050,92	0,00	85.017,14	0,00	0,00	49.805,79
420130	ARAQUARI	283.719,84	13.395,24	0,00	180.022,45	0,00	29.173,56	0,00	0,00	447.963,97
420140	ARARANGUA	3.774.559,56	2.589.914,01	3.284.200,96	3.715.783,62	0,00	9.247.925,18	0,00	0,00	4.116.532,96
420150	ARMAZEM	227.897,61	132.437,86	0,00	204.659,61	0,00	337.664,39	0,00	0,00	227.330,70
420160	ARROIO TRINTA	95.029,52	8.139,41	0,00	29.559,56	0,00	118.484,89	0,00	0,00	14.243,61
420165	ARVOREDO	20.620,32	0,00	0,00	95.730,49	0,00	3.284,76	0,00	0,00	113.066,05
420170	ASCURRA	26.153,52	0,00	157.500,00	9.885,50	0,00	33.391,95	0,00	0,00	160.147,07
420180	ATALANTA	6.813,96	0,00	0,00	5.541,51	0,00	6.813,96	0,00	0,00	5.541,51
420190	AURORA	107.785,19	0,00	0,00	19.447,76	0,00	61.993,55	0,00	0,00	65.239,41
420195	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	82.701,60	0,00	0,00	14.648,98	0,00	22.300,20	0,00	0,00	75.050,38
420200	BALNEARIO CAMBORIU	5.694.563,86	3.490.177,03	1.085.028,00	9.763.106,92	0,00	558.000,00	0,00	0,00	19.474.875,81
420205	BALNEARIO BARRA DO SUL	68.322,48	0,00	0,00	11.224,97	0,00	11.100,84	0,00	0,00	68.446,61
420207	BALNEARIO GAIVOTA	68.186,40	0,00	0,00	13.985,49	0,00	78.981,83	0,00	0,00	3.190,06
420208	BANDEIRANTE	25.055,04	0,00	0,00	98.928,00	0,00	18.704,28	0,00	0,00	105.278,76
420209	BARRA BONITA	14.112,72	0,00	0,00	66.159,04	0,00	14.016,36	0,00	0,00	66.255,40
420210	BARRA VELHA	282.512,88	2.255,76	0,00	258.489,51	0,00	93.761,88	0,00	0,00	449.496,27
420213	BELA VISTA DO TOLDO	16.379,04	0,00	0,00	13.453,10	0,00	9.049,32	0,00	0,00	20.782,82
420215	BELMONTE	869,40	0,00	0,00	97.929,77	0,00	859,80	0,00	0,00	97.939,37
420220	BENEDITO NOVO	239.383,40	709,25	0,00	249.473,72	0,00	153.780,61	0,00	0,00	335.785,75
420230	BIGUACU	926.761,63	136.017,02	2.421.828,00	16.639.457,85	0,00	0,00	0,00	0,00	20.124.064,49
420240	BLUMENAU	33.769.420,72	14.332.647,22	25.077.864,33	39.254.723,03	0,00	1.218.000,00	0,00	0,00	111.216.655,31
420243	BOCAINA DO SUL	115.946,76	761.315,17	263.028,00	74.493,28	0,00	950.586,20	0,00	0,00	264.197,01
420245	BOMBINHAS	179.464,20	0,00	263.028,00	108.185,73	0,00	12.128,16	0,00	0,00	538.549,77
420250	BOM JARDIM DA SERRA	64.003,26	0,00	0,00	25.289,31	0,00	87.719,43	0,00	0,00	1.573,15
420253	BOM JESUS	1.221,36	0,00	0,00	5.745,48	0,00	1.158,84	0,00	0,00	5.808,00
420257	BOM JESUS DO OESTE	6.159,12	0,00	0,00	95.628,46	0,00	4.263,12	0,00	0,00	97.524,46
420260	BOM RETIRO	248.414,18	40.427,24	263.028,00	269.474,68	0,00	335.334,50	0,00	0,00	486.009,60
420270	BOTUVERA	4.217,88	0,00	0,00	5.959,74	0,00	4.217,88	0,00	0,00	5.959,74
420280	BRACO DO NORTE	1.190.122,18	452.912,56	1.235.551,78	852.367,23	0,00	2.411.430,95	0,00	0,00	1.319.522,81
420285	BRACO DO TROMBUDO	55.561,20	0,00	0,00	5.883,20	0,00	0,00	0,00	0,00	61.444,40
420287	BRUNOPOLIS	16.118,04	0,00	0,00	6.494,54	0,00	12.036,96	0,00	0,00	10.575,62
420290	BRUSQUE	6.084.081,75	1.079.289,49	4.341.195,64	5.832.395,76	0,00	0,00	0,00	0,00	17.336.962,64
420300	CACADOR	3.938.205,21	607.306,93	2.146.129,92	6.800.057,04	0,00	10.510.226,77	0,00	0,00	2.981.472,33
420310	CAIBI	241.893,43	5.459,04	0,00	251.732,69	0,00	209.555,58	0,00	0,00	289.529,57
420315	CALMON	54.835,56	0,00	0,00	10.184,44	0,00	9.584,28	0,00	0,00	55.435,72
420320	CAMBORIU	1.870.457,88	142.002,70	263.028,00	-82.573,50	0,00	321.587,70	0,00	0,00	1.871.327,38
420325	CAPAO ALTO	2.546,16	0,00	0,00	5.620,08	0,00	7.232,21	0,00	0,00	934,03
420330	CAMPO ALEGRE	427.710,09	15.350,40	0,00	81.299,85	0,00	520.206,51	0,00	0,00	4.153,82
420340	CAMPO BELO DO SUL	234.975,79	55.785,46	263.028,00	172.697,28	0,00	362.022,42	0,00	0,00	364.464,11
420350	CAMPO ERE	368.689,17	483.617,67	0,00	787.428,33	0,00	945.182,66	0,00	0,00	694.552,50
420360	CAMPOS NOVOS	1.403.248,34	372.592,18	263.028,00	873.984,97	0,00	1.964.820,08	0,00	0,00	948.033,41
420370	CANELINHA	321.362,75	8.462,70	0,00	258.238,58	0,00	5.019,00	0,00	0,00	583.045,02
420380	CANOINHAS	2.757.775,52	998.228,87	1.971.459,58	3.679.513,03	0,00	0,00	0,00	0,00	9.406.977,01
420390	CAPINZAL	642.654,86	246.842,72	0,00	536.513,59	0,00	1.038.358,41	0,00	0,00	387.652,75
420395	CAPIVARI DE BAIXO	364.619,64	0,00	0,00	1.057.481,76	0,00	37.668,36	0,00	0,00	1.384.433,04
420400	CATANDUVAS	181.792,89	2.270,17	0,00	137.655,49	0,00	225.942,13	0,00	0,00	95.776,42
420410	CAXAMBU DO SUL	164.043,30	104.946,36	0,00	56.625,97	0,00	324.165,83	0,00	0,00	1.449,80
420415	CELSO RAMOS	5.204,64	0,00	0,00	6.724,19	0,00	10.966,88	0,00	0,00	961,95
420417	CERRO NEGRO	7.398,60	0,00	0,00	7.974,16	0,00	14.176,53	0,00	0,00	1.196,23
420419	CHAPADAO DO LAGEADO	6.525,36	0,00	0,00	4.700,96	0,00	10.237,15	0,00	0,00	989,17
420420	CHAPECO	15.701.237,67	12.065.749,56	15.598.483,92	34.416.548,32	0,00	1.218.000,00	0,00	0,00	76.564.019,47
420425	COCAL DO SUL	268.242,88	57.364,85	0,00	597.364,27	0,00	51.083,76	0,00	0,00	871.888,24
420430	CONCORDIA	6.257.164,94	2.952.224,60	5.453.325,50	10.252.639,57	0,00	0,00	0,00	0,00	24.915.354,62
420435	CORDILHEIRA ALTA	37.450,44	0,00	0,00	8.282,20	0,00	2.652,96	0,00	0,00	43.079,68
420440	CORONEL FREITAS	392.578,33	28.509,48	0,00	195.020,57	0,00	382.987,57	0,00	0,00	233.120,81
420445	CORONEL MARTINS	6.164,76	0,00	0,00	96.603,11	0,00	1.203,48	0,00	0,00	101.564,39
420450	CORUPA	175.142,52	0,00	0,00	49.417,95	0,00	6.278,52	0,00	0,00	218.281,95
420455	CORREIA PINTO	347.471,35	1.592,66	7.500,00	230.397,08	0,00	416.318,21	0,00	0,00	170.642,88
420460	CRICIUMA	18.461.732,48	17.953.709,27	9.414.971,90	32.992.770,42	0,00	888.000,00	0,00	0,00	77.935.184,06
420470	CUNHA PORA	414.104,94	31.808,25	0,00	389.317,04	0,00	355.523,48	0,00	0,00	479.706,76
420475	CUNHATAI	5.508,36	0,00	0,00	125.111,53	0,00	4.165,56	0,00	0,00	126.454,33
420480	CURITIBANOS	3.519.190,24	2.525.210,10	401.628,00	6.217.961,79	0,00	10.502.554,27	0,00	0,00	2.161.435,86
420490	DESCANSO	250.140,51	67.147,29	0,00	302.154,76	0,00	370.487,99	0,00	0,00	248.954,57
420500	DIONISIO CERQUEIRA	642.366,62	51.099,99	375.300,00	1.010.120,93	0,00	25.740,48	0,00	0,00	2.053.147,06
420510	DONA EMMA	12.786,00	0,00	0,00	6.427,30	0,00	7.753,68	0,00	0,00	11.459,62
420515	DOUTOR PEDRINHO	26.010,24	0,00	0,00	5.232,33	0,00	6.771,96	0,00	0,00	24.470,61
420517	ENTRE RIOS	23.756,28	0,00	0,00	68.076,26	0,00	3.232,44	0,00	0,00	88.600,10
420519	ERMO	1.381,44	0,00	0,00	3.201,25	0,00	3.865,71	0,00	0,00	716,98
420520	ERVAL VELHO	94.522,08	213.550,20	0,00	39.947,00	0,00	346.169,25	0,00	0,00	1.850,02
420530	FAXINAL DOS GUEDES	424.489,59	31.117,37	7.500,00	353.507,37	0,00	411.121,51	0,00	0,00	405.492,82
420535	FLOR DO SERTAO	4.203,12	0,00	0,00	42.978,05	0,00	553,92	0,00	0,00	46.627,25
420540	FLORIANOPOLIS	37.923.936,56	39.692.869,64	57.084.804,15	22.044.018,78	0,00	113.515.664,95	0,00	0,00	43.229.964,17
420543	FORMOSA DO SUL	19.533,60	249,48	0,00	100.675,95	0,00	8.151,60	0,00	0,00	112.307,43
420545	FORQUILHINHA	364.866,24	0,00	157.500,00	463.020,01	0,00	13.702,08	0,00	0,00	971.684,17
420550	FRAIBURGO	1.782.976,35	32.385,36	263.028,00	1.231.423,75	0,00	1.464.853,19	0,00	0,00	1.844.960,27
420555	FREI ROGERIO	17.227,80	0,00	0,00	5.805,62	0,00	22.222,38	0,00	0,00	811,04
420560	GALVAO	7.473,00	0,00	0,00	224.470,80	0,00	4.712,28	0,00	0,00	227.231,52
420570	GAROPABA	288.195,60	0,00	157.500,00	780.536,08	0,00	11.062,56	0,00	0,00	1.215.169,13
420580	GARUVA	181.584,24	0,00	0,00	93.284,98	0,00	42.391,56	0,00	0,00	232.477,66
420590	GASPAR	2.202.712,81	86.372,77	355.500,00	2.085.052,22	0,00	0,00	0,00	0,00	4.729.637,80
420600	GOVERNADOR CELSO RAMOS	190.485,00	0,00	0,00	15.278,73	0,00	34.561,68	0,00	0,00	171.202,05
420610	GRAO PARA	75.009,36	0,00	0,00	115.722,62	0,00	37.771,75	0,00	0,00	152.960,23
420620	GRAVATAL	132.583,20	0,00	0,00	158.770,20	0,00	119.626,80	0,00	0,00	171.726,60

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

420630	GUABIRUBA	230.012,04	489,60	0,00	46.067,64	0,00	29.559,00	0,00	0,00	247.010,28
420640	GUARACIABA	413.518,12	33.603,01	0,00	449.752,82	0,00	650.209,43	0,00	0,00	246.664,52
420650	GUARAMIRIM	802.288,36	54.885,30	157.500,00	1.287.014,54	0,00	25.301,76	0,00	0,00	2.276.386,44
420660	GUARUJA DO SUL	157.482,54	98.898,46	0,00	237.881,68	0,00	271.355,22	0,00	0,00	222.907,47
420665	GUATAMBU	69.347,76	0,00	0,00	11.093,39	0,00	24.583,26	0,00	0,00	55.857,89
420670	HERVAL D'OESTE	83.640,60	9.307,44	2.040.000,00	417.337,52	0,00	76.071,45	0,00	0,00	2.474.214,11
420675	IBIAM	5.804,76	0,00	0,00	4.921,96	0,00	10.046,95	0,00	0,00	679,77
420680	IBICARE	24.257,34	303.068,90	0,00	49.772,77	0,00	374.469,56	0,00	0,00	2.629,45
420690	IBIRAMA	624.077,84	1.230.779,84	335.700,00	841.099,04	0,00	1.557.771,76	0,00	0,00	1.473.884,97
420700	ICARA	1.756.481,83	604.123,53	1.551.033,52	1.232.367,44	0,00	3.076.991,67	0,00	0,00	2.067.014,66
420710	ILHOTA	52.991,76	0,00	0,00	138.298,69	0,00	28.290,60	0,00	0,00	162.999,85
420720	IMARUI	357.536,17	0,00	0,00	217.578,23	0,00	225.049,81	0,00	0,00	350.064,59
420730	IMBITUBA	1.569.978,33	199.777,93	1.100.455,95	964.944,65	0,00	1.985.598,49	0,00	0,00	1.849.558,38
420740	IMBUIA	84.247,06	1.622,48	0,00	24.946,75	0,00	10.363,68	0,00	0,00	100.452,60
420750	INDAIAL	2.674.878,23	473.368,98	157.500,00	2.504.195,97	0,00	-39,96	0,00	0,00	5.809.983,13
420757	IOMERE	7.956,72	0,00	263.028,00	6.204,27	0,00	4.793,76	0,00	0,00	272.395,23
420760	IPIRA	119.773,32	58.741,76	0,00	53.361,76	0,00	184.981,52	0,00	0,00	46.895,31
420765	IPORA DO OESTE	325.179,24	77.008,66	0,00	279.608,00	0,00	459.152,94	0,00	0,00	222.642,97
420768	IPUACU	21.195,72	0,00	0,00	161.835,23	0,00	21.195,72	0,00	0,00	161.835,23
420770	IPUMIRIM	128.576,10	0,00	0,00	35.672,32	0,00	72.982,14	0,00	0,00	91.266,28
420775	IRACEMINHA	11.917,56	0,00	0,00	162.769,52	0,00	7.503,24	0,00	0,00	167.183,84
420780	IRANI	355.384,78	126.364,37	0,00	348.398,75	0,00	326.034,27	0,00	0,00	504.113,63
420785	IRATI	3.868,56	0,00	0,00	185.583,01	0,00	8.739,41	0,00	0,00	180.712,16
420790	IRINEOPOLIS	358.987,68	0,00	263.028,00	102.135,09	0,00	87.563,52	0,00	0,00	636.587,25
420800	ITA	212.635,21	3.257,91	0,00	160.851,19	0,00	156.280,70	0,00	0,00	220.463,62
420810	ITAIOPOLIS	496.812,28	1.092,07	157.500,00	543.828,99	0,00	23.907,36	0,00	0,00	1.175.325,98
420820	ITAJAI	17.703.025,28	14.492.511,67	21.294.262,77	27.161.155,13	0,00	0,00	0,00	0,00	80.650.954,86
420830	ITAPEMA	741.925,31	7.947,96	461.028,00	776.050,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.986.951,71
420840	ITAPIRANGA	603.808,73	38.539,86	157.500,00	363.472,32	0,00	574.972,70	0,00	0,00	588.348,20
420845	ITAPOA	105.864,48	0,00	263.028,00	19.798,22	0,00	22.193,52	0,00	0,00	366.497,18
420850	ITUPORANGA	1.101.141,47	608.438,76	1.131.057,87	2.566.880,97	0,00	4.481.751,31	0,00	0,00	925.767,76
420860	JABORA	44.927,66	2.003,73	263.028,00	188.013,76	0,00	53.870,15	0,00	0,00	444.103,00
420870	JACINTO MACHADO	290.545,37	69.216,01	0,00	88.218,69	0,00	351.181,74	0,00	0,00	96.798,33
420880	JAGUARUNA	463.775,02	101.256,72	0,00	146.409,43	0,00	506.808,40	0,00	0,00	204.632,78
420890	JARAGUA DO SUL	10.691.994,09	4.996.664,10	7.364.024,44	21.663.669,81	0,00	0,00	0,00	0,00	44.716.352,44
420895	JARDINOPOLIS	3.293,52	0,00	0,00	4.938,76	0,00	2.867,88	0,00	0,00	5.364,40
420900	JOACABA	2.105.117,32	8.500.790,32	5.243.431,14	3.593.461,27	0,00	15.911.621,56	0,00	0,00	3.531.178,49
420910	JOINVILLE	51.146.772,99	13.505.414,75	12.515.265,82	34.964.215,31	0,00	23.822.802,84	0,00	0,00	88.308.866,02
420915	JOSE BOITEUX	87.878,48	0,00	60.000,00	30.913,16	0,00	81.065,36	0,00	0,00	97.726,28
420917	JUPIA	4.909,56	0,00	0,00	10.777,63	0,00	5.282,23	0,00	0,00	10.404,96
420920	LACERDOPOLIS	7.255,20	0,00	0,00	5.235,90	0,00	11.718,65	0,00	0,00	772,45
420930	LAGES	17.316.604,37	9.153.616,08	8.435.260,95	17.894.127,40	0,00	5.585.613,00	0,00	0,00	47.213.995,79
420940	LAGUNA	2.119.479,66	322.229,56	2.496.309,81	2.855.933,72	0,00	0,00	0,00	0,00	7.793.952,76
420945	LAJEADO GRANDE	2.834,28	0,00	0,00	93.615,65	0,00	0,00	0,00	0,00	96.449,93
420950	LAURENTINO	10.815,00	0,00	0,00	9.276,88	0,00	17.886,16	0,00	0,00	2.205,72
420960	LAURO MULLER	775.643,99	298.890,04	157.500,00	607.928,92	0,00	1.168.014,79	0,00	0,00	671.948,16
420970	LEBON REGIS	354.987,15	1.589,73	0,00	265.489,41	0,00	393.338,04	0,00	0,00	228.728,25
420980	LEOBERTO LEAL	13.571,88	0,00	0,00	5.755,62	0,00	9.117,24	0,00	0,00	10.210,26
420985	LINDOIA DO SUL	149.040,46	0,00	0,00	1.369.952,57	0,00	1.461.631,24	0,00	0,00	57.361,78
420990	LONTRAS	152.376,96	0,00	0,00	15.544,96	0,00	0,00	0,00	0,00	167.921,92
421000	LUIZ ALVES	217.730,89	310.124,69	0,00	133.811,95	0,00	4.949,88	0,00	0,00	656.717,66
421003	LUZERNA	167.634,48	825.601,06	319.854,49	136.075,80	0,00	1.447.202,67	0,00	0,00	1.963,16
421005	MACIEIRA	6.048,96	0,00	0,00	4.494,38	0,00	6.048,96	0,00	0,00	4.494,38
421010	MAFRA	4.269.021,07	1.112.855,24	2.269.645,36	4.315.445,87	0,00	9.699.818,57	0,00	0,00	2.267.148,98
421020	MAJOR GERCINO	8.532,12	0,00	0,00	4.297,93	0,00	5.057,40	0,00	0,00	7.772,65
421030	MAJOR VIEIRA	247.179,22	137.909,79	0,00	91.019,32	0,00	458.975,08	0,00	0,00	17.133,25
421040	MARACAJA	52.360,68	0,00	0,00	9.771,74	0,00	58.127,93	0,00	0,00	4.004,49
421050	MARAVILHA	1.158.030,65	793.229,45	1.127.136,72	3.474.456,06	0,00	4.466.216,44	0,00	0,00	2.086.636,44
421055	MAREMA	11.582,04	0,00	0,00	65.656,74	0,00	8.993,76	0,00	0,00	68.245,02
421060	MASSARANDUBA	124.603,56	0,00	0,00	182.658,95	0,00	18.479,66	0,00	0,00	288.782,85
421070	MATOS COSTA	52.937,45	0,00	157.500,00	-33.376,17	0,00	0,00	0,00	0,00	177.061,28
421080	MELEIRO	202.792,40	266.065,06	157.500,00	111.681,90	0,00	522.725,33	0,00	0,00	215.314,02
421085	MIRIM DOCE	3.144,72	0,00	0,00	4.724,21	0,00	3.144,72	0,00	0,00	4.724,21
421090	MODELO	130.603,14	113.827,22	0,00	416.521,03	0,00	216.664,52	0,00	0,00	444.286,87
421100	MONDAI	365.065,89	60.816,39	134.376,18	323.019,98	0,00	541.248,67	0,00	0,00	342.029,77
421105	MONTE CARLO	269.706,97	0,00	0,00	44.553,90	0,00	63.571,56	0,00	0,00	250.689,31
421110	MONTE CASTELO	250.725,70	25.443,76	0,00	695.545,92	0,00	195.504,74	0,00	0,00	776.210,64
421120	MORRO DA FUMACA	638.483,29	446.775,51	833.955,60	715.094,32	0,00	1.709.524,90	0,00	0,00	924.783,82
421125	MORRO GRANDE	25.582,08	0,00	0,00	4.781,45	0,00	28.335,09	0,00	0,00	2.028,44
421130	NAVEGANTES	1.915.676,34	224.930,54	421.428,00	2.564.849,85	0,00	26.310,80	0,00	0,00	5.100.573,93
421140	NOVA ERECHIM	139.389,16	55.682,08	0,00	49.698,30	0,00	185.491,80	0,00	0,00	59.277,74
421145	NOVA ITABERABA	44.894,40	0,00	0,00	70.439,97	0,00	13.575,96	0,00	0,00	101.758,41
421150	NOVA TRENTO	442.964,22	117.162,41	263.028,00	258.369,63	0,00	466.921,19	0,00	0,00	614.603,07
421160	NOVA VENEZA	425.616,27	413.279,73	0,00	281.904,01	0,00	976.689,84	0,00	0,00	144.110,17
421165	NOVO HORIZONTE	7.347,24	0,00	0,00	8.101,55	0,00	0,00	0,00	0,00	15.448,79
421170	ORLEANS	652.223,67	17.487,53	559.840,98	635.707,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.865.259,49
421175	OTACILIO COSTA	285.430,30	13.973,43	263.028,00	272.583,90	0,00	379.227,88	0,00	0,00	455.787,75
421180	OURO	26.050,20	0,00	0,00	17.553,35	0,00	41.041,58	0,00	0,00	2.561,97
421185	OURO VERDE	5.931,96	0,00	0,00	76.090,90	0,00	5.931,96	0,00	0,00	76.090,89
421187	PAIAL	5.692,32	0,00	0,00	97.216,95	0,00	3.840,12	0,00	0,00	99.069,15
421189	PAINEL	386,16	0,00	0,00	4.161,24	0,00	3.725,68	0,00	0,00	821,72
421190	PALHOCA	2.352.788,53	213.431,76	453.600,00	1.826.649,49	0,00	157.814,19	0,00	0,00	4.688.655,59
421200	PALMA SOLA	312.206,66	217.237,18	0,00	289.845,97	0,00	569.801,04	0,00	0,00	249.488,77
421205	PALMEIRA	166,20	0,00	0,00	4.178,56	0,00	3.487,56	0,00	0,00	857,20
421210	PALMITOS	986.436,58	448.460,99	315.900,00	823.941,77	0,00	1.408.227,33	0,00	0,00	1.166.512,01
421220	PAPANDUVA	647.585,40	100.121,88	0,00	316.410,29	0,00	301.824,21	0,00	0,00	762.293,36
421223	PARAISO	4.558,92	0,00	0,00	12.403,62	0,00	35,17	0,00	0,00	16.927,37
421225	PASSO DE TORRES	15.075,36	0,00	0,00	94.474,53	0,00	23.481,42	0,00	0,00	86.068,47
421227	PASSOS MAIA	52.964,76	0,00	0,00	71.721,55	0,00	805,80	0,00	0,00	123.880,51
421230	PAULO LOPES	80.425,92	0,00	0,00	188.927,91	0,00	6.107,52	0,00	0,00	263.246,31
421240	PEDRAS GRANDES	26.095,68	0,00	0,00	6.735,94	0,00	-1.219,44	0,00	0,00	34.051,06
421250	PENHA	445.626,40	356.831,35	0,00	545.162,35	0,00	713.424,35	0,00	0,00	634.195,75
421260	PERITIBA	104.840,78	37.265,97	0,00	120.871,96	0,00	134.418,59	0,00	0,00	128.560,12
421265	PESCARIA BRAVA	116.011,08	0,00	0,00	12.928,08	0,00	1.498,68	0,00	0,00	127.440,48
421270	PETROLANDIA	166.734,19	0,00	0,00	33.693,90	0,00	147.793,39	0,00	0,00	52.634,70
421280	BALNEARIO PICARRAS	199.517,64	960,24	0,00	580.229,94	0,00	0,00	0,00	0,00	780.707,82
421290	PINHALZINHO	566.949,78	79.526,76	158.400,00	446.009,03	0,00	554.257,02	0,00	0,00	696.628,55
421300	PINHEIRO PRETO	20.622,00	0,00	0,00	7.149,57	0,00	22.399,12	0,00	0,00	5.372,45
421310	PIRATUBA	7.203,00	0,00	0,00	101.171,85	0,00	7.203,00	0,00	0,00	101.171,85
421315	PLANALTO ALEGRE	32.056,08	0,00	0,00	6.797,33	0,00	16.539,60	0,00	0,00	22.313,81
421320	POMERODE	1.278.450,46	129.482,21	157.500,00	759.006,53	0,00	1.218.748,39	0,00	0,00	1.105.690,80
421330	PONTE ALTA	162.259,13	6.670,09	0,00	32.835,09	0,00	200.081,26	0,00	0,00	1.683,06
421335	PONTE ALTA DO NORTE	5.578,08	0,00	0,00	97.636,61	0,00	12.048,26	0,00	0,00	91.166,43
421340	PONTE SERRADA	513.987,34	610.259,49	157.500,00	390.214,09	0,00	1.020.156,66	0,00	0,00	651.804,25
421350	PORTO BELO	178.468,20	0,00	0,00	228.886,44	0,00	13.457,40	0,00	0,00	393.897,24
421360	PORTO UNIAO	2.594.146,99	1.704.675,35	157.500,00	1.820.364,33	0,00	5.226.295,89	0,00	0,00	1.050.390,77
421370	POUSO REDONDO	368.527,91	724,43	0,00	66.783,29	0,00	203.555,74	0,00	0,00	232.479,88
421380	PRAIA GRANDE	296.540,31	354.232,77	342.735,83	122.343,51	0,00	1.011.988,31	0,00	0,00	103.864,10

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

421390	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	6.704,76	0,00	0,00	4.281,21	0,00	6.344,52	0,00	0,00	4.641,45
421400	PRESIDENTE GETULIO	382.543,15	221.829,12	0,00	1.077.359,93	0,00	1.516.501,23	0,00	0,00	165.230,98
421410	PRESIDENTE NEREU	28.129,92	0,00	0,00	3.963,77	0,00	7.451,16	0,00	0,00	24.642,53
421415	PRINCESA	11.969,40	0,00	0,00	68.380,85	0,00	11.969,40	0,00	0,00	68.380,85
421420	QUILOMBO	493.711,23	494.236,26	868.516,17	972.577,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.829.040,96
421430	RANCHO QUEIMADO	5.070,00	0,00	263.028,00	3.655,68	0,00	4.850,04	0,00	0,00	266.903,64
421440	RIO DAS ANTAS	77.751,84	0,00	0,00	153.617,62	0,00	28.519,32	0,00	0,00	202.850,14
421450	RIO DO CAMPO	130.069,63	84.781,71	0,00	65.949,66	0,00	278.670,05	0,00	0,00	2.130,96
421460	RIO DO OESTE	144.874,27	101.706,32	0,00	45.788,29	0,00	271.258,83	0,00	0,00	21.110,05
421470	RIO DOS CEDROS	84.379,32	0,00	0,00	159.891,09	0,00	106.514,40	0,00	0,00	137.756,01
421480	RIO DO SUL	6.897.016,06	15.017.847,08	8.787.065,07	13.086.122,05	0,00	0,00	0,00	0,00	43.788.050,25
421490	RIO FORTUNA	165.341,51	105.815,94	0,00	132.537,75	0,00	248.162,21	0,00	0,00	155.532,99
421500	RIO NEGRINHO	1.876.513,77	37.640,65	724.956,14	3.924.006,07	0,00	0,00	0,00	0,00	6.563.116,63
421505	RIO RUFINO	3.168,72	0,00	0,00	4.169,35	0,00	6.482,93	0,00	0,00	855,14
421507	RIQUEZA	57.554,28	435,84	0,00	14.377,26	0,00	12.288,84	0,00	0,00	60.078,54
421510	RODEIO	163.985,64	0,00	0,00	15.473,26	0,00	42.699,36	0,00	0,00	136.759,54
421520	ROMELANDIA	15.408,48	0,00	0,00	137.021,69	0,00	15.408,48	0,00	0,00	137.021,69
421530	SALETE	192.881,86	42.057,68	0,00	60.488,69	0,00	292.825,96	0,00	0,00	2.602,28
421535	SALTINHO	49.385,76	0,00	0,00	74.750,65	0,00	720,24	0,00	0,00	123.416,17
421540	SALTO VELOSO	99.427,71	1.765,01	0,00	28.714,29	0,00	113.146,76	0,00	0,00	16.760,25
421545	SANGAO	116.211,72	0,00	0,00	16.548,10	0,00	19.671,72	0,00	0,00	113.088,10
421550	SANTA CECILIA	815.070,78	324.111,06	263.028,00	823.590,17	0,00	1.136.341,46	0,00	0,00	1.089.458,55
421555	SANTA HELENA	17.396,88	0,00	157.500,00	97.342,78	0,00	0,00	0,00	0,00	272.239,66
421560	SANTA ROSA DE LIMA	7.860,48	0,00	0,00	3.593,61	0,00	7.739,81	0,00	0,00	3.714,28
421565	SANTA ROSA DO SUL	75.354,48	0,00	157.500,00	14.154,35	0,00	26.367,48	0,00	0,00	220.641,35
421567	SANTA TEREZINHA	27.625,92	0,00	0,00	19.798,04	0,00	16.444,80	0,00	0,00	30.979,16
421568	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	4.033,32	0,00	0,00	98.809,37	0,00	217,08	0,00	0,00	102.625,61
421569	SANTIAGO DO SUL	3.322,08	0,00	0,00	3.827,67	0,00	2.206,08	0,00	0,00	4.943,67
421570	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	558.341,10	1.261.859,74	1.670.142,18	831.048,08	0,00	2.792.688,41	0,00	0,00	1.528.702,69
421575	SAO BERNARDINO	7.015,44	0,00	0,00	97.905,54	0,00	5.718,12	0,00	0,00	99.202,86
421580	SAO BENTO DO SUL	5.272.555,91	327.251,86	1.866.081,99	1.923.481,46	0,00	0,00	0,00	0,00	9.389.371,23
421590	SAO BONIFACIO	80.628,24	280.179,62	263.028,00	72.568,29	0,00	420.782,39	0,00	0,00	275.621,76
421600	SAO CARLOS	472.812,88	325.630,93	600.814,98	898.921,37	0,00	1.321.174,87	0,00	0,00	977.005,29
421605	SAO CRISTOVAO DO SUL	13.495,80	0,00	0,00	10.363,68	0,00	16.007,42	0,00	0,00	7.852,06
421610	SAO DOMINGOS	152.835,96	96.018,24	0,00	296.558,43	0,00	7.312,20	0,00	0,00	538.100,43
421620	SAO FRANCISCO DO SUL	1.448.670,89	91.472,91	1.716.292,64	2.333.250,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.589.687,10
421625	SAO JOAO DO OESTE	189.062,70	0,00	0,00	216.477,45	0,00	182.025,30	0,00	0,00	223.514,85
421630	SAO JOAO BATISTA	884.154,23	21.015,56	0,00	261.056,04	0,00	650.327,11	0,00	0,00	515.898,72
421635	SAO JOAO DO ITAPERIU	5.207,76	0,00	0,00	4.657,70	0,00	7.987,11	0,00	0,00	1.878,35
421640	SAO JOAO DO SUL	65.511,60	54.205,08	0,00	145.001,17	0,00	14.788,92	0,00	0,00	249.928,93
421650	SAO JOAQUIM	1.275.919,58	80.766,83	401.628,00	782.842,38	0,00	1.575.572,55	0,00	0,00	965.584,24
421660	SAO JOSE	18.199.740,94	21.752.330,33	1.000.284,00	12.871.478,24	0,00	48.119.129,14	0,00	0,00	5.704.704,36
421670	SAO JOSE DO CEDRO	376.524,68	41.002,91	0,00	314.341,64	0,00	445.146,08	0,00	0,00	286.723,15
421680	SAO JOSE DO CERRITO	172.497,74	0,00	263.028,00	221.011,30	0,00	232.171,52	0,00	0,00	424.365,52
421690	SAO LOURENCO DO OESTE	859.710,48	367.988,93	289.500,00	2.691.473,25	0,00	2.566.189,04	0,00	0,00	1.642.483,62
421700	SAO LUDGERO	135.709,68	0,00	0,00	114.196,45	0,00	35.407,32	0,00	0,00	214.498,81
421710	SAO MARTINHO	55.071,97	0,00	0,00	107.317,41	0,00	65.401,71	0,00	0,00	96.987,66
421715	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	6.512,40	0,00	0,00	96.024,22	0,00	10.964,43	0,00	0,00	91.572,19
421720	SAO MIGUEL D'OESTE	1.786.374,14	2.117.582,77	2.461.428,00	4.915.895,43	0,00	6.447.820,79	0,00	0,00	4.833.459,54
421725	SAO PEDRO DE ALCANTARA	213.312,76	432.778,76	0,00	102.497,68	0,00	742.016,65	0,00	0,00	6.572,56
421730	SAUDADES	282.473,21	11.949,28	0,00	165.916,26	0,00	304.325,57	0,00	0,00	156.013,18
421740	SCHROEDER	185.523,72	0,00	0,00	20.308,05	0,00	28.083,66	0,00	0,00	177.748,11
421750	SEARA	732.514,74	87.092,78	687.337,71	589.646,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.096.591,24
421755	SERRA ALTA	45.213,72	0,00	0,00	98.676,95	0,00	16.352,90	0,00	0,00	127.537,77
421760	SIDEROPOLIS	190.367,88	34.848,48	157.500,00	509.211,84	0,00	174.878,40	0,00	0,00	717.049,80
421770	SOMBRIO	762.510,90	246.994,08	157.500,00	200.587,22	0,00	906.037,10	0,00	0,00	461.555,10
421775	SUL BRASIL	7.285,44	0,00	0,00	44.806,41	0,00	8.523,37	0,00	0,00	43.568,48
421780	TAIO	563.859,16	342.380,09	157.500,00	287.633,36	0,00	1.061.882,22	0,00	0,00	289.490,39
421790	TANGARA	338.913,42	56.369,73	263.028,00	191.197,11	0,00	467.625,54	0,00	0,00	381.882,71
421795	TIGRINHOS	3.075,12	0,00	0,00	69.817,61	0,00	1.366,08	0,00	0,00	71.526,65
421800	TIJUCAS	1.210.432,84	443.983,35	831.934,41	1.764.852,98	0,00	3.016.582,21	0,00	0,00	1.234.621,37
421810	TIMBE DO SUL	108.783,55	8.357,74	0,00	173.327,96	0,00	105.859,37	0,00	0,00	184.609,87
421820	TIMBO	1.316.452,37	650.431,00	157.500,00	2.088.813,34	0,00	3.099.982,84	0,00	0,00	1.113.213,86
421825	TIMBO GRANDE	74.772,72	0,00	0,00	41.008,15	0,00	95.577,96	0,00	0,00	20.202,91
421830	TRES BARRAS	862.347,96	20.809,92	183.149,17	2.785.243,06	0,00	0,00	0,00	0,00	3.851.550,11
421835	TREVISO	17.329,92	0,00	0,00	5.655,67	0,00	7.947,00	0,00	0,00	15.038,59
421840	TREZE DE MAIO	294.690,74	140.966,04	0,00	75.708,43	0,00	500.900,10	0,00	0,00	10.465,11
421850	TREZE TILIAS	117.531,78	753,85	0,00	44.903,30	0,00	159.248,77	0,00	0,00	3.940,15
421860	TROMBUDO CENTRAL	299.487,36	913.493,31	627.927,48	75.829,89	0,00	1.904.881,23	0,00	0,00	11.856,81
421870	TUBARAO	11.004.186,29	12.062.714,20	12.279.870,92	15.031.834,53	0,00	45.536.784,80	0,00	0,00	4.841.821,14
421875	TUNAPOLIS	237.921,12	215.065,22	0,00	255.513,19	0,00	471.468,50	0,00	0,00	237.031,03
421880	TURVO	290.250,01	147.510,22	157.500,00	194.342,99	0,00	408.073,52	0,00	0,00	381.529,71
421885	UNIAO DO OESTE	20.778,24	0,00	0,00	98.004,55	0,00	8.727,36	0,00	0,00	110.055,43
421890	URUBICI	342.659,72	16.106,86	138.848,94	237.622,16	0,00	573.227,98	0,00	0,00	162.009,70
421895	URUPEMA	4.102,20	0,00	0,00	4.309,64	0,00	7.548,09	0,00	0,00	863,75
421900	URUSSANGA	1.011.874,67	566.011,25	1.077.625,66	809.339,29	0,00	0,00	0,00	0,00	3.464.850,87
421910	VARGEAO	161.214,84	135.572,70	0,00	51.526,87	0,00	334.746,30	0,00	0,00	13.568,11
421915	VARGEM	41.763,24	0,00	0,00	7.204,79	0,00	48.031,58	0,00	0,00	936,45
421917	VARGEM BONITA	17.778,60	0,00	0,00	57.069,18	0,00	24.356,38	0,00	0,00	50.491,40
421920	VIDAL RAMOS	176.741,90	0,00	0,00	31.441,53	0,00	190.314,86	0,00	0,00	17.868,58
421930	VIDEIRA	3.304.351,49	1.177.660,09	2.465.837,22	3.411.760,70	0,00	6.075.033,69	0,00	0,00	4.284.575,81
421935	VITOR MEIRELES	167.067,70	12.277,74	60.000,00	40.996,66	0,00	43.098,72	0,00	0,00	237.243,37
421940	WITMARSUM	66.414,00	66.075,96	157.500,00	6.603,94	0,00	514,56	0,00	0,00	296.079,34
421950	XANXERE	3.476.730,03	8.152.017,81	4.302.919,56	8.544.283,15	0,00	22.847.497,94	0,00	0,00	1.628.452,62
421960	XAVANTINA	138.086,53	0,00	0,00	30.230,34	0,00	151.348,09	0,00	0,00	16.968,78
421970	XAXIM	1.109.559,36	33.471,29	0,00	945.871,72	0,00	992.968,98	0,00	0,00	1.095.933,38
421985	ZORTEA	15.630,60	303,48	0,00	7.452,05	0,00	22.299,81	0,00	0,00	1.086,32
422000	BALNEARIO RINCAO	120.510,72	0,00	0,00	15.395,22	0,00	7.305,12	0,00	0,00	128.600,82
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										887.478.613,68

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA AS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Estadual	420540 - FLORIANOPOLIS	DEPARTAMENTO DE ESTOMATOLOGIA	4059727	002	01-01-2006	105.600,00
Estadual	420540 - FLORIANOPOLIS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	3157245	001	24-11-2005	29.319.038,65
TOTAL						29.424.638,65

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 753, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado da Bahia.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, por meio do Ofício GASEC nº 805/2016, de 25/05/2016, e das Resoluções CIB/BA nº 058, de 19/04/2016; nº 066, de 10/05/2016 e nº 070, de 24/05/2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado da Bahia, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 2.710.892.419,84, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	1.213.114.046,73	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.350.756.537,06	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	147.021.836,05	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 13.602.600,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 97.167.804,00.

§ 3° O Estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0029 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 7ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	373.307.931,59
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	986.827.951,19
Valores a receber referentes a PCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	147.021.836,05
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	1.213.114.046,73

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA

BGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
290010	ABAIRA	13.116,12	170,00	0,00	370.000,21	0,00	43.626,33	0,00	0,00	339.660,00
290020	ABARE	199.522,83	19.983,25	157.500,00	281.139,13	0,00	500.645,21	0,00	0,00	157.500,00
290030	ACAJUTIBA	105.188,63	0,00	0,00	42.217,04	0,00	147.405,67	0,00	0,00	0,00
290035	ADUSTINA	39.258,21	0,00	0,00	49.885,53	0,00	89.143,74	0,00	0,00	0,00
290040	AGUA FRIA	218.818,89	0,00	52.067,30	245.300,46	0,00	516.186,65	0,00	0,00	0,00
290050	ERICO CARDOSO	50.820,29	0,00	0,00	43.626,46	0,00	94.446,75	0,00	0,00	0,00
290060	AIQUARA	43.622,90	0,00	157.500,00	110.105,61	0,00	153.728,51	0,00	0,00	157.500,00
290070	ALAGOINHAS	6.423.191,53	6.344.718,77	1.969.800,00	5.088.597,82	0,00	7.224.251,72	0,00	0,00	12.602.056,40
290080	ALCOBACA	602.284,09	17.008,03	276.300,00	620.900,58	0,00	900.532,70	0,00	0,00	615.960,00
290090	ALMADINA	665,46	0,00	0,00	18.124,59	0,00	18.790,05	0,00	0,00	0,00
290100	AMARGOSA	1.528.067,73	306.944,87	335.700,00	771.629,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.942.342,45
290110	AMELIA RODRIGUES	418.867,69	0,00	194.436,00	819.267,23	0,00	1.092.910,92	0,00	0,00	339.660,00
290115	AMERICA DOURADA	301.448,46	7.256,52	157.500,00	229.521,86	0,00	538.226,84	0,00	0,00	157.500,00
290120	ANAGE	521.131,00	42.853,93	263.028,00	1.242.843,23	0,00	987.168,16	0,00	0,00	1.082.688,00
290130	ANDARAI	343.239,82	0,00	0,00	261.701,58	0,00	604.941,40	0,00	0,00	0,00
290135	ANDORINHA	6.779,32	0,00	157.500,00	48.047,73	0,00	54.827,05	0,00	0,00	157.500,00
290140	ANGICAL	8.829,67	0,00	157.500,00	42.371,56	0,00	51.201,23	0,00	0,00	157.500,00
290150	ANGUERA	45.630,19	0,00	0,00	228.802,48	0,00	274.432,67	0,00	0,00	0,00
290160	ANTAS	288.041,17	1.605.576,63	1.140.666,58	1.925.250,05	0,00	4.959.534,43	0,00	0,00	0,00
290170	ANTONIO CARDOSO	43.824,49	0,00	0,00	16.990,42	0,00	60.814,91	0,00	0,00	0,00
290180	ANTONIO GONCALVES	55.343,06	0,00	0,00	34.286,33	0,00	89.629,39	0,00	0,00	0,00
290190	APORA	185.045,21	0,00	157.500,00	164.887,35	0,00	349.932,56	0,00	0,00	157.500,00
290195	APUAREMA	3.105,76	0,00	157.500,00	20.734,99	0,00	23.840,75	0,00	0,00	157.500,00
290200	ARACATU	409.327,95	61.783,55	0,00	417.692,41	0,00	549.143,91	0,00	0,00	339.660,00
290205	ARACAS	240.244,67	5.788,73	157.500,00	212.948,01	0,00	458.981,41	0,00	0,00	157.500,00
290210	ARACI	1.670.977,20	89.367,61	0,00	1.223.607,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.983.952,70
290220	ARAMARI	34.184,38	0,00	157.500,00	22.987,50	0,00	0,00	0,00	0,00	214.671,88
290225	ARATACA	20.659,81	0,00	157.500,00	29.008,37	0,00	49.668,18	0,00	0,00	157.500,00
290230	ARATUIPE	5.383,23	0,00	0,00	22.289,35	0,00	27.672,58	0,00	0,00	0,00
290240	AURELINO LEAL	388.333,63	97.973,72	0,00	555.914,08	0,00	1.042.221,43	0,00	0,00	0,00
290250	BAIANOPOLIS	292.741,13	33.788,86	157.500,00	237.560,24	0,00	564.090,23	0,00	0,00	157.500,00
290260	BAIXA GRANDE	405.942,06	0,00	0,00	321.509,16	0,00	727.451,22	0,00	0,00	0,00
290265	BANZAE	40.383,00	0,00	0,00	69.189,83	0,00	109.572,83	0,00	0,00	0,00
290270	BARRA	1.998.107,92	1.402.900,88	1.811.298,27	926.286,13	0,00	5.179.433,20	0,00	0,00	959.160,00
290280	BARRA DA ESTIVA	452.054,46	468.619,11	856.630,36	1.027.031,92	0,00	2.464.675,85	0,00	0,00	339.660,00
290290	BARRA DO CHOCA	1.150.992,36	42.928,76	0,00	1.674.922,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.868.843,13
290300	BARRA DO MENDES	312.344,02	12.385,21	157.500,00	185.698,15	0,00	510.427,38	0,00	0,00	157.500,00
290310	BARRA DO ROCHA	27.027,06	0,00	157.500,00	156.856,71	0,00	183.883,77	0,00	0,00	157.500,00
290320	BARREIRAS	7.936.965,39	18.448.901,27	1.600.200,00	38.667.801,62	0,00	20.117.440,44	0,00	0,00	46.536.427,84
290323	BARRO ALTO	182.705,55	6.712,69	157.500,00	220.583,00	0,00	410.001,24	0,00	0,00	157.500,00
290327	BARROCAS	295.482,35	0,00	0,00	523.229,24	0,00	479.051,59	0,00	0,00	339.660,00
290330	BARRO PRETO	126.964,47	0,00	15.885,38	165.090,36	0,00	307.940,21	0,00	0,00	0,00
290340	BELMONTE	741.310,87	84.117,32	157.500,00	721.225,22	0,00	1.206.993,41	0,00	0,00	497.160,00
290350	BELO CAMPO	376.139,71	25.049,35	263.028,00	1.508.214,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2.172.431,56
290360	BIRITINGA	263.023,51	0,00	53.704,94	144.875,85	0,00	461.604,30	0,00	0,00	0,00
290370	BOA NOVA	11.538,11	0,00	0,00	46.587,44	0,00	58.125,55	0,00	0,00	0,00
290380	BOA VISTA DO TUPIM	378.792,47	1.312,80	194.436,92	223.208,52	0,00	678.950,71	0,00	0,00	118.800,00
290390	BOM JESUS DA LAPA	2.720.595,11	733.149,64	4.295.340,00	5.171.677,82	0,00	0,00	0,00	0,00	12.920.762,57

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

290395	BOM JESUS DA SERRA	252.066,78	251.669,90	0,00	29.521,54	0,00	533.258,22	0,00	0,00	0,00
290400	BONINAL	274.465,19	15.991,99	7.690,62	183.340,77	0,00	481.488,57	0,00	0,00	0,00
290405	BONITO	274.147,10	0,00	114.894,00	173.830,11	0,00	562.871,21	0,00	0,00	0,00
290410	BOQUIRA	610.851,61	7.122,28	157.500,00	583.189,17	0,00	861.503,06	0,00	0,00	497.160,00
290420	BOTUPORA	235.088,16	160.646,32	157.500,00	983.363,03	0,00	1.039.437,51	0,00	0,00	497.160,00
290430	BREJOES	239.824,23	38.023,59	157.500,00	239.726,09	0,00	517.573,91	0,00	0,00	157.500,00
290440	BREJOLANDIA	19.565,30	0,00	157.500,00	30.003,14	0,00	49.568,44	0,00	0,00	157.500,00
290450	BROTAS DE MACAUBAS	37.415,70	0,00	157.500,00	121.791,75	0,00	159.207,45	0,00	0,00	157.500,00
290460	BRUMADO	3.111.561,01	2.652.005,59	1.627.500,00	904.115,73	0,00	0,00	0,00	0,00	8.295.182,33
290470	BUERAREMA	172.285,09	9.240,00	0,00	401.036,47	0,00	582.561,56	0,00	0,00	0,00
290475	BURITIRAMA	4.208,09	0,00	157.500,00	63.616,96	0,00	67.825,05	0,00	0,00	157.500,00
290480	CAATIBA	247.683,90	1.525,73	0,00	107.969,08	0,00	357.178,71	0,00	0,00	0,00
290485	CABACEIRAS DO PARAGUA-CU	6.466,61	62,80	157.500,00	390.382,07	0,00	57.251,48	0,00	0,00	497.160,00
290490	CACHOEIRA	805.956,88	407.711,30	1.314.216,56	1.793.807,70	0,00	3.666.132,44	0,00	0,00	655.560,00
290500	CACULE	797.309,73	130.485,50	118.800,00	735.999,98	0,00	1.234.135,21	0,00	0,00	548.460,00
290510	CAEM	354.480,26	47.225,02	0,00	291.239,05	0,00	692.944,33	0,00	0,00	0,00
290515	CAETANOS	60.991,30	0,00	0,00	32.899,69	0,00	93.890,99	0,00	0,00	0,00
290520	CAETITE	2.218.342,22	441.520,70	4.179.536,05	1.528.260,21	0,00	0,00	0,00	0,00	8.367.659,18
290530	CAFARNAUM	665.322,04	28.306,21	0,00	140.022,21	0,00	833.650,46	0,00	0,00	0,00
290540	CAIRU	37.895,63	0,00	0,00	42.027,57	0,00	79.923,20	0,00	0,00	0,00
290550	CALDEIRAO GRANDE	535.544,55	26.253,77	0,00	132.515,77	0,00	694.314,09	0,00	0,00	0,00
290560	CAMACAN	1.210.525,42	1.364.767,10	0,00	1.476.271,07	0,00	3.621.903,59	0,00	0,00	429.660,00
290570	CAMACARI	11.085.844,02	2.834.379,17	4.643.100,00	4.092.320,70	0,00	8.801.727,13	0,00	0,00	13.853.916,76
290580	CAMAMU	318.053,41	34.087,40	0,00	428.485,08	0,00	440.965,89	0,00	0,00	339.660,00
290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	597.681,99	72.696,24	263.028,00	1.167.741,29	0,00	1.018.459,52	0,00	0,00	1.082.688,00
290600	CAMPO FORMOSO	2.828.404,72	355.285,66	1.651.139,80	1.219.814,11	0,00	4.343.784,70	0,00	0,00	1.710.859,59
290610	CANAPOLIS	384.333,74	1.250,61	132.000,00	238.312,67	0,00	533.897,02	0,00	0,00	222.000,00
290620	CANARANA	729.305,61	13.104,28	157.500,00	222.345,33	0,00	964.755,22	0,00	0,00	157.500,00
290630	CANAVIEIRAS	1.787.414,27	56.989,30	0,00	699.622,51	0,00	2.204.366,08	0,00	0,00	339.660,00
290640	CANDEAL	17.154,58	0,00	0,00	225.409,38	0,00	242.563,96	0,00	0,00	0,00
290650	CANDEIAS	3.102.986,36	133.270,77	2.272.200,00	3.740.367,95	0,00	3.326.931,20	0,00	0,00	5.921.893,88
290660	CANDIBA	178.842,46	0,00	157.500,00	179.842,73	0,00	358.685,19	0,00	0,00	157.500,00
290670	CANDIDO SALES	806.399,45	69.163,25	381.828,00	1.200.699,60	0,00	1.646.602,30	0,00	0,00	811.488,00
290680	CANSANCAO	786.762,58	174,67	0,00	573.706,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.360.643,32
290682	CANUDOS	424.266,13	49.322,12	157.500,00	347.335,07	0,00	820.923,32	0,00	0,00	157.500,00
290685	CAPELA DO ALTO ALEGRE	198.662,15	2.412,85	0,00	561.947,04	0,00	0,00	0,00	0,00	763.022,04
290687	CAPIM GROSSO	870.372,81	543.556,16	2.837.983,12	1.629.010,94	0,00	704.437,84	0,00	0,00	5.176.485,19
290689	CARAIBAS	49.285,21	0,00	0,00	28.547,00	0,00	77.832,21	0,00	0,00	0,00
290690	CARAVELAS	528.753,58	6.100,24	157.500,00	778.659,08	0,00	973.852,90	0,00	0,00	497.160,00
290700	CARDEAL DA SILVA	45.315,74	0,00	0,00	24.178,81	0,00	69.494,55	0,00	0,00	0,00
290710	CARINHANHA	1.020.109,41	48.815,48	157.500,00	454.570,83	0,00	1.183.835,72	0,00	0,00	497.160,00
290720	CASA NOVA	1.168.602,46	0,00	263.028,00	608.308,73	0,00	1.437.251,19	0,00	0,00	602.688,00
290730	CASTRO ALVES	781.611,56	384.209,96	303.211,22	830.958,16	0,00	1.803.130,90	0,00	0,00	496.860,00
290740	CATOLANDIA	8.811,45	0,00	0,00	10.956,24	0,00	19.767,69	0,00	0,00	0,00
290750	CATU	1.598.158,63	13.190,37	395.100,00	2.225.981,26	0,00	0,00	0,00	0,00	4.232.430,26
290755	CATURAMA	109.902,63	1.599,67	70.704,00	94.235,35	0,00	276.441,65	0,00	0,00	0,00
290760	CENTRAL	612.048,10	554,69	157.500,00	232.193,16	0,00	844.795,95	0,00	0,00	157.500,00
290770	CHORROCHO	17.679,94	0,00	619.500,00	36.428,65	0,00	54.108,59	0,00	0,00	619.500,00
290780	CICERO DANTAS	773.338,73	802.244,30	0,00	675.939,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.251.522,24
290790	CIPO	341.904,43	11.519,45	0,00	887.835,22	0,00	811.599,10	0,00	0,00	429.660,00
290800	COARACI	368.449,06	34.589,62	0,00	2.216.926,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.619.965,09
290810	COCOS	526.314,22	125.436,68	263.028,00	96.749,73	0,00	748.500,63	0,00	0,00	263.028,00
290820	CONCEICAO DA FEIRA	94.467,31	0,00	307.746,00	643.494,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.045.708,23
290830	CONCEICAO DO ALMEIDA	578.399,79	115.089,00	251.575,20	751.461,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.696.525,75
290840	CONCEICAO DO COITE	2.309.280,82	243.228,71	597.395,13	1.896.212,80	0,00	4.247.457,46	0,00	0,00	798.660,00
290850	CONCEICAO DO JACUIPE	697.809,34	6.175,46	0,00	1.036.387,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.740.372,74
290860	CONDE	526.431,27	2.600,87	334.260,00	269.948,66	0,00	975.740,80	0,00	0,00	157.500,00
290870	CONDEUBA	115.967,91	0,00	263.028,00	46.404,40	0,00	162.372,31	0,00	0,00	263.028,00
290880	CONTENDAS DO SINCORA	1.798,56	0,00	0,00	11.210,14	0,00	13.008,70	0,00	0,00	0,00
290890	CORACAO DE MARIA	319.588,61	2.781,85	0,00	971.176,18	0,00	809.886,64	0,00	0,00	483.660,00
290900	CORDEIROS	39.566,42	0,00	0,00	220.365,82	0,00	259.932,24	0,00	0,00	0,00
290910	CORIBE	359.921,19	27.015,01	263.028,00	280.016,59	0,00	0,00	0,00	0,00	929.980,79
290920	CORONEL JOAO SA	101.695,71	270,40	0,00	412.721,91	0,00	175.028,02	0,00	0,00	339.660,00
290930	CORRENTINA	1.004.892,56	43.034,19	421.428,00	106.939,69	0,00	1.154.866,44	0,00	0,00	421.428,00
290940	COTEGIPE	3.916,67	0,00	157.500,00	43.974,08	0,00	47.890,75	0,00	0,00	157.500,00
290950	CRAVOLANDIA	136.281,64	554,69	0,00	183.385,45	0,00	320.221,78	0,00	0,00	0,00
290960	CRISOPOLIS	388.629,97	0,00	157.500,00	893.325,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.439.455,05
290970	CRISTOPOLIS	4.938,94	0,00	157.500,00	43.760,87	0,00	48.699,81	0,00	0,00	157.500,00
290980	CRUZ DAS ALMAS	2.975.142,78	2.097.716,31	3.232.769,76	1.034.392,12	0,00	146.426,54	0,00	0,00	9.193.594,43
290990	CURACA	558.477,57	441,91	263.028,00	525.119,14	0,00	744.378,62	0,00	0,00	602.688,00
291000	DARIO MEIRA	47.755,09	0,00	157.500,00	45.504,20	0,00	93.259,29	0,00	0,00	157.500,00
291005	DIAS D'AVILA	2.227.767,25	9.005,39	276.300,00	2.492.880,76	0,00	0,00	0,00	0,00	5.005.953,40
291010	DOM BASILIO	110.649,52	0,00	185.447,87	693.868,00	0,00	352.465,39	0,00	0,00	637.500,00
291020	DOM MACEDO COSTA	2.412,85	0,00	0,00	9.955,21	0,00	12.368,06	0,00	0,00	0,00
291030	ELISIO MEDRADO	228.307,98	0,00	0,00	118.105,94	0,00	346.413,92	0,00	0,00	0,00
291040	ENCRUZILHADA	529.102,23	37.993,42	0,00	1.355.912,62	0,00	1.583.348,27	0,00	0,00	339.660,00
291050	ENTRE RIOS	937.371,18	110.322,22	157.500,00	94.171,15	0,00	1.141.864,55	0,00	0,00	157.500,00
291060	ESPLANADA	807.053,97	418.031,45	1.462.778,89	1.193.441,38	0,00	2.922.145,69	0,00	0,00	959.160,00
291070	EUCLIDES DA CUNHA	2.152.964,22	239.530,11	0,00	1.227.622,43	0,00	0,00	0,00	0,00	3.620.116,76
291072	EUNAPOLIS	4.918.725,50	2.401.692,27	1.827.900,00	6.168.867,80	0,00	565.305,84	0,00	0,00	14.751.879,73
291075	FATIMA	80.011,48	2.993,88	150.246,00	501.407,12	0,00	734.658,48	0,00	0,00	0,00
291077	FEIRA DA MATA	8.655,56	0,00	263.028,00	22.248,49	0,00	30.904,05	0,00	0,00	263.028,00
291080	FEIRA DE SANTANA	35.380.974,11	35.800.816,75	6.470.921,19	22.804.118,00	0,00	24.439.699,71	0,00	0,00	76.017.130,34
291085	FILADELFIA	488.043,17	21.898,30	0,00	519.058,93	0,00	692.340,40	0,00	0,00	336.660,00
291090	FIRMINO ALVES	2.793,53	0,00	0,00	17.116,35	0,00	19.909,88	0,00	0,00	0,00
291100	FLORESTA AZUL	40.707,77	2,96	0,00	350.508,19	0,00	391.218,92	0,00	0,00	0,00
291110	FORMOSA DO RIO PRETO	544.753,14	15.931,19	157.500,00	226.570,22	0,00	787.254,55	0,00	0,00	157.500,00
291120	GANDU	1.445.043,62	816.055,87	0,00	1.249.446,32	0,00	0,00	0,00	0,00	3.510.545,81
291125	GAVIAO	957,46	0,00	0,00	12.050,52	0,00	13.007,98	0,00	0,00	0,00
291130	GENTIO DO OURO	214.742,52	3.327,03	0,00	164.560,34	0,00	382.629,89	0,00	0,00	0,00
291140	GLORIA	14.799,39	0,00	157.500,00	68.654,16	0,00	83.453,55	0,00	0,00	157.500,00
291150	GONGOGI	71.101,89	1.024,69	88.380,00	58.784,22	0,00	219.290,80	0,00	0,00	0,00
291160	GOVERNADOR MANGABEIRA	46.188,82	0,00	256.500,00	543.357,26	0,00	0,00	0,00	0,00	846.046,08
291165	GUAJERU	3.692,36	0,00	157.500,00	21.612,10	0,00	25.304,46	0,00	0,00	157.500,00
291170	GUANAMBI	4.459.969,02	8.201.148,48	1.685.100,00	1.577.438,34	0,00	5.197.883,56	0,00	0,00	10.725.772,28
291180	GUARATINGA	747.796,85	28.694,85	157.500,00	272.478,90	0,00	1.048.970,60	0,00	0,00	157.500,00
291185	HELIOPOLIS	43.919,77	0,00	0,00	47.155,07	0,00	91.074,84	0,00	0,00	0,00
291190	IACU	1.252.950,73	17.358,96	198.000,00	605.949,87	0,00	0,00	0,00	0,00	2.074.259,56
291200	IBIASSUCE	370.914,52	720.383,60	0,00	161.894,88	0,00	1.253.193,00	0,00	0,00	0,00
291210	IBICARAI	794.226,85	95.420,55	0,00	996.368,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.886.015,91
291220	IBICOARA	12.024,87	0,00	157.500,00	385.788,92	0,00	58.213,79	0,00	0,00	497.100,00
291230	IBICUI	468.345,23	55.338,95	0,00	158.121,03	0,00	681.805,21	0,00	0,00	0,00
291240	IBIPEBA	188.577,98	8.642,28	157.500,00	429.320,81	0,00	626.541,07	0,00	0,00	157.500,00
291250	IBIPITANGA	123.621,45	0,00	157.500,00	46.543,23	0,00	170.164,68	0,00	0,00	157.500,00
291260	IBIQUERA	12.163,99	0,00	0,00	17.660,56	0,00	29.824,55	0,00	0,00	0,00
291270	IBIRAPITANGA	396.526,10	22.625,93	0,00	868.297,43	0,00	947.789,46	0,00	0,00	339.660,00
291280	IBIRAPUA	41.789,80	0,00	157.500,00	21.571,72	0,00	63.361,52	0,00	0,00	157.500,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

291290	IBIRATAIA	666.505,16	100.285,62	1.105.310,29	2.261.892,20	0,00	0,00	0,00	0,00	4.133.993,27
291300	IBITIARA	382.693,48	311.722,14	0,00	385.680,31	0,00	1.080.095,93	0,00	0,00	0,00
291310	IBITITA	423.095,51	735,11	157.500,00	206.919,92	0,00	630.750,54	0,00	0,00	157.500,00
291320	IBOTIRAMA	806.562,57	1.021.302,50	758.100,00	2.343.890,08	0,00	1.963.089,06	0,00	0,00	2.966.766,09
291330	ICHU	122.703,22	13.409,25	0,00	143.227,47	0,00	279.339,94	0,00	0,00	0,00
291340	IGAPORA	536.970,23	32.152,23	289.500,00	569.671,92	0,00	799.134,38	0,00	0,00	629.160,00
291345	IGRAPIUNA	8.909,39	0,00	0,00	330.585,75	0,00	339.495,14	0,00	0,00	0,00
291350	IGUAI	884.437,33	29.495,63	290.732,00	1.271.343,49	0,00	2.136.348,45	0,00	0,00	339.660,00
291360	ILHEUS	14.454.435,71	8.084.697,27	5.641.197,02	13.363.590,57	0,00	12.430.405,16	0,00	0,00	29.113.515,41
291370	INHAMBUPE	1.131.488,95	75.799,78	157.500,00	885.038,78	0,00	0,00	0,00	0,00	2.249.827,51
291380	IPECAETA	6.318,59	0,00	0,00	506.068,96	0,00	172.727,55	0,00	0,00	339.660,00
291390	IPIAU	1.632.743,83	947.237,03	777.900,00	687.600,29	0,00	2.927.921,15	0,00	0,00	1.117.560,00
291400	IPIRA	2.192.233,24	368.673,48	158.400,00	1.594.948,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4.314.254,88
291410	IPUPIARA	137.012,66	32.109,10	619.500,00	149.760,24	0,00	318.882,00	0,00	0,00	619.500,00
291420	IRAJUBA	146.189,09	18.146,85	0,00	888.088,58	0,00	712.764,52	0,00	0,00	339.660,00
291430	IRAMAIA	333.624,69	480,73	157.500,00	380.106,90	0,00	714.212,32	0,00	0,00	157.500,00
291440	IRAQUARA	841.881,75	568.074,50	118.800,00	458.933,15	0,00	1.529.229,40	0,00	0,00	458.460,00
291450	IRARA	423.994,96	13.794,29	0,00	1.106.759,70	0,00	1.204.888,95	0,00	0,00	339.660,00
291460	IRECE	3.800.011,26	9.002.227,70	2.561.100,00	8.944.574,83	0,00	14.280.899,18	0,00	0,00	10.027.014,61
291465	ITABELA	869.293,50	73.694,18	276.300,00	1.823.598,06	0,00	0,00	0,00	0,00	3.042.885,74
291470	ITABERABA	2.972.559,51	2.387.546,62	689.559,48	6.570.757,26	0,00	553.937,98	0,00	0,00	12.066.484,89
291480	ITABUNA	15.347.173,61	36.263.208,57	9.293.036,34	46.171.229,77	0,00	1.578.511,67	0,00	0,00	105.496.136,62
291490	ITACARE	699.149,96	3.621,93	157.500,00	528.869,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389.141,60
291500	ITAETE	280.800,06	8.793,50	264.456,00	483.569,57	0,00	539.619,13	0,00	0,00	498.000,00
291510	ITAGI	204.013,96	0,00	0,00	383.898,00	0,00	587.911,96	0,00	0,00	0,00
291520	ITAGIBA	385.739,35	205.019,85	0,00	381.288,95	0,00	972.048,15	0,00	0,00	0,00
291530	ITAGIMIRIM	67.573,79	0,00	219.366,00	211.516,81	0,00	340.956,60	0,00	0,00	157.500,00
291535	ITAGUACU DA BAHIA	274.985,66	729,91	0,00	266.874,24	0,00	542.589,81	0,00	0,00	0,00
291540	ITAJU DO COLONIA	101.520,42	327,41	0,00	293.862,79	0,00	395.710,62	0,00	0,00	0,00
291550	ITAJUIPE	446.735,76	133.191,75	158.400,00	382.271,80	0,00	962.199,31	0,00	0,00	158.400,00
291560	ITAMARAJU	2.507.446,80	205.357,52	751.500,00	6.783.162,65	0,00	0,00	0,00	0,00	10.247.466,97
291570	ITAMARI	132.024,32	61.483,30	0,00	359.785,83	0,00	553.293,45	0,00	0,00	0,00
291580	ITAMBE	751.084,35	142.056,99	770.738,11	1.363.213,50	0,00	2.424.404,95	0,00	0,00	602.688,00
291590	ITANAGRA	15.134,49	0,00	157.500,00	17.918,51	0,00	33.053,00	0,00	0,00	157.500,00
291600	ITANHEM	508.780,17	61.485,90	315.900,00	1.013.800,96	0,00	1.244.407,03	0,00	0,00	655.560,00
291610	ITAPARICA	604.695,63	301.606,16	0,00	886.512,25	0,00	1.312.814,04	0,00	0,00	480.000,00
291620	ITAPE	117.486,02	0,00	0,00	161.534,84	0,00	279.020,86	0,00	0,00	0,00
291630	ITAPEBI	15.739,51	8,00	157.500,00	33.571,36	0,00	49.318,87	0,00	0,00	157.500,00
291640	ITAPETINGA	3.033.643,68	755.137,99	3.644.237,04	8.091.151,67	0,00	1.258.076,16	0,00	0,00	14.266.094,22
291650	ITAPICURU	735.814,65	88.936,79	157.500,00	952.080,80	0,00	1.437.172,24	0,00	0,00	497.160,00
291660	ITAPITANGA	106.280,65	4.588,48	0,00	187.409,62	0,00	298.278,75	0,00	0,00	0,00
291670	ITAQUARA	225.285,14	2.204,00	0,00	128.448,19	0,00	355.937,33	0,00	0,00	0,00
291680	ITARANTIM	542.030,74	28.222,00	0,00	167.651,19	0,00	737.903,93	0,00	0,00	0,00
291685	ITATIM	199.588,24	1.313,53	177.550,42	250.517,47	0,00	0,00	0,00	0,00	628.969,66
291690	ITIRUCU	456.000,48	45.240,79	0,00	349.282,04	0,00	850.523,31	0,00	0,00	0,00
291700	ITIUBA	1.409.162,64	60.131,72	157.500,00	1.270.684,91	0,00	1.920.319,27	0,00	0,00	977.160,00
291710	ITORORO	489.429,33	228.978,53	263.028,00	730.887,45	0,00	1.109.635,31	0,00	0,00	602.688,00
291720	ITUACU	391.557,80	7.367,13	193.547,78	307.064,05	0,00	742.036,76	0,00	0,00	157.500,00
291730	ITUBERA	787.227,25	422.185,59	0,00	518.559,92	0,00	1.388.312,76	0,00	0,00	339.660,00
291733	IUIU	103.418,25	0,00	157.500,00	40.298,20	0,00	143.716,45	0,00	0,00	157.500,00
291735	JABORANDI	295.166,43	62.863,67	263.028,00	66.357,27	0,00	424.387,37	0,00	0,00	263.028,00
291740	JACARACI	297.952,93	33.495,00	0,00	346.048,53	0,00	677.496,46	0,00	0,00	0,00
291750	JACOBINA	3.842.122,39	3.054.011,99	738.300,00	3.351.038,90	0,00	0,00	0,00	0,00	10.985.473,28
291760	JAGUAQUARA	1.909.435,14	188.248,07	769.847,19	1.106.130,83	0,00	3.291.701,23	0,00	0,00	681.960,00
291770	JAGUARARI	659.952,71	5.555,43	157.500,00	1.273.885,06	0,00	1.119.733,20	0,00	0,00	977.160,00
291780	JAGUARIPE	6.595,96	0,00	157.500,00	47.348,09	0,00	53.944,05	0,00	0,00	157.500,00
291790	JANDAIRA	58.252,55	0,00	0,00	28.496,25	0,00	86.748,80	0,00	0,00	0,00
291800	JEQUIE	9.024.790,92	8.716.787,03	1.937.904,33	11.393.288,94	0,00	15.008.062,84	0,00	0,00	16.064.708,38
291810	JEREMOABO	1.468.696,17	346.463,74	157.500,00	4.293.574,27	0,00	0,00	0,00	0,00	6.266.234,18
291820	JIQUIRICA	401.306,03	0,00	157.500,00	195.032,64	0,00	596.338,67	0,00	0,00	157.500,00
291830	JITAUNA	120.239,34	0,00	0,00	42.463,05	0,00	162.702,39	0,00	0,00	0,00
291835	JOAO DOURADO	475.281,41	913,92	157.500,00	259.320,42	0,00	735.515,75	0,00	0,00	157.500,00
291840	JUAZEIRO	13.337.749,13	17.961.180,16	9.507.475,95	46.022.000,32	0,00	21.671.450,79	0,00	0,00	65.156.954,77
291845	JUCURUCU	32.410,81	0,00	0,00	253.346,80	0,00	285.757,61	0,00	0,00	0,00
291850	JUSSARA	387.687,58	3.982,65	157.500,00	197.574,17	0,00	589.244,40	0,00	0,00	157.500,00
291855	JUSSARI	108.306,39	2.692,65	0,00	103.481,35	0,00	214.480,39	0,00	0,00	0,00
291860	JUSSIAPE	226.959,20	657,28	184.991,80	262.393,61	0,00	517.501,89	0,00	0,00	157.500,00
291870	LAFAIETE COUTINHO	1.625,33	0,00	157.500,00	8.850,26	0,00	10.475,59	0,00	0,00	157.500,00
291875	LAGOA REAL	62.213,95	0,00	0,00	42.282,68	0,00	104.496,63	0,00	0,00	0,00
291880	LAJE	985.899,72	317.142,19	157.500,00	1.235.217,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.695.759,62
291890	LAJEDAO	1.710,36	0,00	157.500,00	9.574,44	0,00	11.284,80	0,00	0,00	157.500,00
291900	LAJEDINHO	5.669,07	0,00	0,00	13.279,10	0,00	18.948,17	0,00	0,00	0,00
291905	LAJEDO DO TABOCAL	222.979,81	940,65	0,00	280.659,80	0,00	504.580,26	0,00	0,00	0,00
291910	LAMARAO	4.983,08	0,00	0,00	38.219,78	0,00	43.202,86	0,00	0,00	0,00
291915	LAPAO	702.465,05	4.332,36	157.500,00	225.963,78	0,00	932.761,19	0,00	0,00	157.500,00
291920	LAURO DE FREITAS	5.499.833,35	2.095.113,41	941.100,00	4.475.016,84	0,00	3.575.456,64	0,00	0,00	9.435.606,96
291930	LENCOIS	223.399,03	0,00	0,00	172.492,39	0,00	395.891,42	0,00	0,00	0,00
291940	LICINIO DE ALMEIDA	395.658,20	6.156,58	0,00	102.625,83	0,00	504.440,61	0,00	0,00	0,00
291950	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	2.106.782,18	687.898,23	777.900,00	615.725,71	0,00	0,00	0,00	0,00	4.188.306,12
291955	LUIS EDUARDO MAGALHAES	2.294.241,70	14.152,00	2.817.900,00	817.768,99	0,00	0,00	0,00	0,00	5.944.062,69
291960	MACAJUBA	327.467,16	5.736,37	0,00	147.603,41	0,00	480.806,94	0,00	0,00	0,00
291970	MACARANI	600.923,67	9.409,49	263.028,00	579.114,37	0,00	849.787,53	0,00	0,00	602.688,00
291980	MACAUBAS	1.794.686,56	350.594,11	619.500,00	3.727.625,64	0,00	0,00	0,00	0,00	6.492.406,31
291990	MACURURE	6.837,36	0,00	157.500,00	25.666,51	0,00	32.503,87	0,00	0,00	157.500,00
291992	MADRE DE DEUS	613.930,21	743.238,62	738.300,00	1.130.628,51	0,00	0,00	0,00	0,00	3.226.097,34
291995	MAETINGA	165.749,71	20.176,48	578.652,00	53.135,70	0,00	0,00	0,00	0,00	817.713,89
292000	MAIQUINIQUE	181.342,07	0,00	0,00	96.861,92	0,00	278.203,99	0,00	0,00	0,00
292010	MAIRI	855.888,07	389.416,93	276.300,00	900.408,23	0,00	1.308.053,23	0,00	0,00	1.113.960,00
292020	MALHADA	355.212,27	9.001,61	157.500,00	275.480,25	0,00	639.694,13	0,00	0,00	157.500,00
292030	MALHADA DE PEDRAS	10.358,07	0,00	157.500,00	19.901,79	0,00	30.259,86	0,00	0,00	157.500,00
292040	MANOEL VITORINO	5.928,02	0,00	157.500,00	37.134,62	0,00	43.062,64	0,00	0,00	157.500,00
292045	MANSIDAO	26.906,74	0,00	157.500,00	41.121,98	0,00	68.028,72	0,00	0,00	157.500,00
292050	MARACAS	1.321.545,08	173.725,32	157.500,00	584.531,28	0,00	1.740.141,68	0,00	0,00	497.160,00
292060	MARAGOGIPE	365.454,80	0,00	157.500,00	485.555,51	0,00	511.350,31	0,00	0,00	497.160,00
292070	MARAU	88.995,78	0,00	0,00	46.205,17	0,00	135.200,95	0,00	0,00	0,00
292080	MARCIONILIO SOUZA	232.822,86	5.421,40	0,00	142.834,39	0,00	381.078,65	0,00	0,00	0,00
292090	MASCOTE	17.217,71	0,00	0,00	42.148,70	0,00	59.366,41	0,00	0,00	0,00
292100	MATA DE SAO JOAO	1.507.099,03	78.018,67	296.100,00	1.353.450,36	0,00	0,00	0,00	0,00	3.234.668,06
292105	MATINA	296.024,07	1.937,68	157.500,00	157.669,40	0,00	455.631,15	0,00	0,00	157.500,00
292110	MEDEIROS NETO	1.040.264,31	194.144,60	256.500,00	887.662,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.378.571,17
292120	MIGUEL CALMON	982.999,60	141.447,87	1.146.389,80	1.608.698,27	0,00	3.131.875,54	0,00	0,00	747.660,00
292130	MILAGRES	440.500,29	57.731,88	157.500,00	80.100,48	0,00	578.332,65	0,00	0,00	157.500,00
292140	MIRANGABA	112.213,96	0,00	0,00	390.585,65	0,00	163.139,61	0,00	0,00	339.660,00
292145	MIRANTE	29.351,92	0,00	0,00	24.820,44	0,00	54.172,36	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DISPONIBILIZADO PELA IMPRENSA NACIONAL

292150	MONTE SANTO	2.140.889,37	220.274,94	0,00	520.166,77	0,00	0,00	0,00	0,00	2.881.331,08
292160	MORPARA	29.185,19	0,00	157.500,00	227.427,70	0,00	256.612,89	0,00	0,00	157.500,00
292170	MORRO DO CHAPEU	1.332.455,89	388.212,05	1.089.732,97	2.555.062,12	0,00	0,00	0,00	0,00	5.365.463,03
292180	MORTUGABA	370.941,15	50.127,12	0,00	212.920,96	0,00	633.989,23	0,00	0,00	0,00
292190	MUCUGE	576.290,22	348.439,32	0,00	469.738,90	0,00	1.054.808,44	0,00	0,00	339.660,00
292200	MUCURI	1.038.547,48	1.499,15	157.500,00	650.127,13	0,00	1.350.513,76	0,00	0,00	497.160,00
292205	MULUNGU DO MORRO	374.273,93	1.109,38	0,00	242.925,83	0,00	618.309,14	0,00	0,00	0,00
292210	MUNDO NOVO	665.860,55	34.896,53	0,00	318.053,69	0,00	1.018.810,77	0,00	0,00	0,00
292220	MUNIZ FERREIRA	9.734,52	0,00	0,00	18.284,27	0,00	28.018,79	0,00	0,00	0,00
292225	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	24.288,41	0,00	157.500,00	36.121,06	0,00	60.409,47	0,00	0,00	157.500,00
292230	MURITIBA	635.697,43	616.378,03	157.500,00	1.274.953,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2.684.529,29
292240	MUTUIPE	721.686,56	57.906,90	469.449,88	1.022.374,58	0,00	2.113.917,92	0,00	0,00	157.500,00
292250	NAZARE	1.152.263,30	692.295,75	1.205.126,81	2.909.259,27	0,00	5.371.785,13	0,00	0,00	587.160,00
292260	NILO PECANHA	26.251,39	0,00	0,00	38.398,79	0,00	64.650,18	0,00	0,00	0,00
292265	NORDESTINA	191.886,20	0,00	106.056,00	121.651,97	0,00	419.594,17	0,00	0,00	0,00
292270	NOVA CANAA	569.839,18	12.253,08	132.000,00	198.719,09	0,00	780.811,35	0,00	0,00	132.000,00
292273	NOVA FATIMA	3.411,29	8.683,59	0,00	20.792,64	0,00	32.887,52	0,00	0,00	0,00
292275	NOVA IBIA	20.541,36	13.470,68	0,00	111.039,27	0,00	55.051,31	0,00	0,00	90.000,00
292280	NOVA ITARANA	2.753,04	0,00	157.500,00	23.870,13	0,00	26.623,17	0,00	0,00	157.500,00
292285	NOVA REDENCAO	5.702,41	0,00	0,00	31.142,80	0,00	36.845,21	0,00	0,00	0,00
292290	NOVA SOURE	426.298,84	0,00	0,00	407.036,07	0,00	833.334,91	0,00	0,00	0,00
292300	NOVA VICOSA	1.317.420,59	8.693,03	256.500,00	1.148.752,95	0,00	0,00	0,00	0,00	2.731.366,57
292303	NOVO HORIZONTE	42.517,87	0,00	0,00	35.907,66	0,00	78.425,53	0,00	0,00	0,00
292305	NOVO TRIUNFO	6.205,21	0,00	0,00	47.597,18	0,00	53.802,39	0,00	0,00	0,00
292310	OLINDINA	393.597,50	11.293,22	157.500,00	918.869,63	0,00	984.100,35	0,00	0,00	497.160,00
292320	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	188.696,25	0,00	157.500,00	943.117,33	0,00	792.153,58	0,00	0,00	497.160,00
292330	OURICANGAS	159.605,54	0,00	4.593,15	138.764,88	0,00	302.963,57	0,00	0,00	0,00
292335	OUROLANDIA	82.127,73	1.895,90	0,00	50.972,17	0,00	134.995,80	0,00	0,00	0,00
292340	PALMAS DE MONTE ALTO	579.416,80	35.626,71	157.500,00	280.414,92	0,00	895.458,43	0,00	0,00	157.500,00
292350	PALMEIRAS	17.636,92	0,00	0,00	28.247,46	0,00	45.884,38	0,00	0,00	0,00
292360	PARAMIRIM	1.019.706,38	1.311.612,59	1.239.587,47	5.649.341,77	0,00	2.186.872,68	0,00	0,00	7.033.375,53
292370	PARATINGA	920.829,03	64.134,53	263.028,00	888.531,01	0,00	1.533.834,57	0,00	0,00	602.688,00
292380	PARIPIRANGA	363.357,54	0,00	0,00	435.002,08	0,00	458.699,62	0,00	0,00	339.660,00
292390	PAU BRASIL	169.448,81	8.968,44	0,00	234.446,54	0,00	412.863,79	0,00	0,00	0,00
292400	PAULO AFONSO	4.918.952,26	3.355.812,72	1.439.400,00	6.800.179,10	0,00	0,00	0,00	0,00	16.514.344,08
292405	PE DE SERRA	66.033,61	4.676,20	0,00	307.087,60	0,00	377.797,41	0,00	0,00	0,00
292410	PEDRAO	108.333,05	0,00	0,00	17.459,59	0,00	125.792,64	0,00	0,00	0,00
292420	PEDRO ALEXANDRE	9.503,18	0,00	157.500,00	54.986,82	0,00	64.490,00	0,00	0,00	157.500,00
292430	PIATA	694.372,46	123.083,13	0,00	515.388,85	0,00	1.332.844,44	0,00	0,00	0,00
292440	PILAO ARCADO	452.527,82	0,00	263.028,00	92.584,96	0,00	545.112,78	0,00	0,00	263.028,00
292450	PINDAI	291.516,52	43.228,46	157.500,00	115.751,00	0,00	450.495,98	0,00	0,00	157.500,00
292460	PINDOBACU	687.677,80	73.211,10	157.500,00	1.087.016,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.005.405,63
292465	PINTADAS	173.447,02	0,00	160.957,46	221.532,39	0,00	397.536,87	0,00	0,00	158.400,00
292467	PIRAI DO NORTE	5.138,76	0,00	0,00	27.228,48	0,00	32.367,24	0,00	0,00	0,00
292470	PIRIPA	47.512,11	0,00	0,00	36.580,09	0,00	84.092,20	0,00	0,00	0,00
292480	PIRITIBA	799.987,02	104.958,60	0,00	81.866,46	0,00	986.812,08	0,00	0,00	0,00
292490	PLANALTINO	155.514,39	28,91	157.500,00	316.537,09	0,00	472.080,39	0,00	0,00	157.500,00
292500	PLANALTO	557.914,52	3.044,10	0,00	601.548,20	0,00	822.846,82	0,00	0,00	339.660,00
292510	POCOES	1.422.035,50	391.040,29	2.926.268,89	2.718.873,78	0,00	4.143.530,46	0,00	0,00	3.314.688,00
292520	POJUCA	1.181.681,37	292.559,03	923.973,82	1.063.851,82	0,00	2.278.179,89	0,00	0,00	1.183.886,15
292525	PONTO NOVO	347.585,46	3.266,51	157.500,00	541.299,03	0,00	552.491,00	0,00	0,00	497.160,00
292530	PORTO SEGURO	6.879.307,47	2.319.807,26	3.408.900,00	12.993.236,39	0,00	9.400.810,81	0,00	0,00	16.200.440,31
292540	POTIRAGUA	96.211,91	0,00	56.759,59	140.608,59	0,00	293.580,09	0,00	0,00	0,00
292550	PRADO	1.042.995,69	20.638,15	2.395.500,00	720.381,81	0,00	0,00	0,00	0,00	4.179.515,65
292560	PRESIDENTE DUTRA	465.754,22	534,99	0,00	157.193,68	0,00	623.482,89	0,00	0,00	0,00
292570	PRESIDENTE JANIO QUADROS	98.905,02	0,00	0,00	469.692,52	0,00	0,00	0,00	0,00	568.597,54
292575	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	536.844,72	490,47	181.558,88	376.542,60	0,00	937.936,67	0,00	0,00	157.500,00
292580	QUEIMADAS	770.339,18	79.050,96	0,00	745.395,10	0,00	1.255.125,24	0,00	0,00	339.660,00
292590	QUIJINGUE	374.061,04	0,00	67.110,88	948.526,12	0,00	1.050.038,04	0,00	0,00	339.660,00
292593	QUIXABEIRA	53.016,28	0,00	0,00	26.267,88	0,00	79.284,16	0,00	0,00	0,00
292595	RAFAEL JAMBEIRO	341.467,22	0,00	46.346,43	835.903,79	0,00	884.057,44	0,00	0,00	339.660,00
292600	REMANSO	1.103.600,29	826.000,14	263.028,00	1.254.251,63	0,00	2.844.192,06	0,00	0,00	602.688,00
292610	RETIROLANDIA	414.825,72	12.677,84	0,00	157.989,67	0,00	585.493,23	0,00	0,00	0,00
292620	RIACHAO DAS NEVES	274.362,82	0,00	157.500,00	384.085,41	0,00	658.448,23	0,00	0,00	157.500,00
292630	RIACHAO DO JACUIPE	1.146.998,99	545.660,19	155.648,30	972.251,85	0,00	2.480.899,33	0,00	0,00	339.660,00
292640	RIACHO DE SANTANA	1.085.070,88	3.590,00	157.500,00	1.051.360,58	0,00	1.320.361,46	0,00	0,00	977.160,00
292650	RIBEIRA DO AMPARO	80.050,14	1.424,80	106.056,00	189.762,19	0,00	377.293,13	0,00	0,00	0,00
292660	RIBEIRA DO POMBAL	1.729.023,34	4.148.117,36	0,00	163.701,40	0,00	6.040.842,10	0,00	0,00	0,00
292665	RIBEIRAO DO LARGO	56.884,27	0,00	0,00	38.769,57	0,00	95.653,84	0,00	0,00	0,00
292670	RIO DE CONTAS	104.611,18	0,00	263.556,00	191.666,89	0,00	402.334,07	0,00	0,00	157.500,00
292680	RIO DO ANTONIO	3.512,01	0,00	0,00	385.919,68	0,00	49.771,69	0,00	0,00	339.660,00
292690	RIO DO PIRES	274.838,37	69.315,50	157.500,00	250.828,52	0,00	594.982,39	0,00	0,00	157.500,00
292700	RIO REAL	1.428.416,88	280.671,39	157.500,00	665.810,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2.532.399,06
292710	RODELAS	3.073,36	0,00	157.500,00	36.667,51	0,00	39.740,87	0,00	0,00	157.500,00
292720	RUY BARBOSA	1.295.332,92	1.105.559,20	1.698.374,76	1.847.382,88	0,00	5.507.989,76	0,00	0,00	438.660,00
292730	SALINAS DA MARGARIDA	156.847,43	3.722,58	245.880,00	191.705,16	0,00	440.655,17	0,00	0,00	157.500,00
292740	SALVADOR	244.010.129,19	195.293.903,95	108.479.851,94	343.614.849,87	0,00	498.965.587,03	0,00	0,00	392.433.147,92
292750	SANTA BARBARA	395.595,34	33.965,16	0,00	617.200,73	0,00	707.101,23	0,00	0,00	339.660,00
292760	SANTA BRIGIDA	49.776,23	1.275,12	157.500,00	49.784,63	0,00	100.835,98	0,00	0,00	157.500,00
292770	SANTA CRUZ CABRALIA	907.208,20	23.241,66	157.500,00	1.019.620,25	0,00	0,00	0,00	0,00	2.107.570,11
292780	SANTA CRUZ DA VITORIA	4.823,87	0,00	0,00	17.313,86	0,00	22.137,73	0,00	0,00	0,00
292790	SANTA INES	269.502,78	4.070,39	157.500,00	264.136,03	0,00	537.709,20	0,00	0,00	157.500,00
292800	SANTALUZ	1.157.400,66	76.360,29	0,00	2.619.317,27	0,00	0,00	0,00	0,00	3.853.078,22
292805	SANTA LUZIA	51.186,96	0,00	0,00	42.457,35	0,00	93.644,31	0,00	0,00	0,00
292810	SANTA MARIA DA VITORIA	1.650.983,96	767.784,70	3.124.080,00	2.611.993,71	0,00	0,00	0,00	0,00	8.154.842,37
292820	SANTANA	864.173,99	15.267,61	263.028,00	774.240,30	0,00	1.224.021,90	0,00	0,00	692.688,00
292830	SANTANOPOLIS	159.441,94	0,00	0,00	159.175,40	0,00	318.617,34	0,00	0,00	0,00
292840	SANTA RITA DE CASSIA	648.635,97	104.573,57	777.900,00	1.199.731,50	0,00	1.133.281,04	0,00	0,00	1.597.560,00
292850	SANTA TERESINHA	257.164,21	0,00	157.500,00	205.554,21	0,00	462.718,42	0,00	0,00	157.500,00
292860	SANTO AMARO	1.771.739,66	420.601,56	1.082.507,45	2.930.482,84	0,00	0,00	0,00	0,00	6.205.331,51
292870	SANTO ANTONIO DE JESUS	4.396.295,75	4.475.383,67	2.914.166,65	37.420.917,71	0,00	41.132.708,82	0,00	0,00	8.074.054,96
292880	SANTO ESTEVAO	1.283.161,18	314.180,77	184.800,00	827.657,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.609.798,96
292890	SAO DESIDERIO	423.474,51	3.122,64	276.300,00	665.926,58	0,00	752.923,73	0,00	0,00	615.900,00
292895	SAO DOMINGOS	169.296,86	7.494,93	0,00	835.383,34	0,00	672.515,13	0,00	0,00	339.660,00
292900	SAO FELIX	946.996,02	6.135.383,41	2.997.063,45	1.569.546,22	0,00	0,00	0,00	0,00	11.648.989,10
292905	SAO FELIX DO CORIBE	242.202,49	58.150,42	421.428,00	621.524,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.343.305,77
292910	SAO FELIPE	495.517,52	26.968,14	246.597,91	835.570,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.604.653,72
292920	SAO FRANCISCO DO CONDE	384.027,91	7.466,08	619.500,00	654.552,52	0,00	651.840,52	0,00	0,00	1.013.705,99
292925	SAO GABRIEL	713.796,21	8.514,53	0,00	250.331,06	0,00	972.641,80	0,00	0,00	0,00
292930	SAO GONCALO DOS CAMPOS	968.104,92	265.386,37	0,00	1.026.984,43	0,00	1.920.815,72	0,00	0,00	339.660,00
292935	SAO JOSE DA VITORIA	1.086,66	0,00	0,00	6.155,95	0,00	7.242,61	0,00	0,00	0,00
292937	SAO JOSE DO JACUIPE	23.853,03	2.574,10	0,00	258.824,81	0,00	285.251,94	0,00	0,00	0,00
292940	SAO MIGUEL DAS MATAS	179.378,38	61.584,73	0,00	343.865,33	0,00	584.828,44	0,00	0,00	0,00
292950	SAO SEBASTIAO DO PASSE	1.549.210,42	25.134,39	355.500,00	1.704.626,19	0,00	0,00	0,00	0,00	3.634.471,00
292960	SAPEACU	413.235,94	237.843,56	157.500,00	1.363.280,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.171.860,13
292970	SATIRO DIAS	554.278,30	68.749,01	157.500,00	302.685,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.083.212,34
292975	SAUBARA	126.606,85	0,00	0,00	253.860,59	0,00	380.467,44	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

292980	SAUDE	393.651,68	97.992,34	0,00	389.351,00	0,00	880.995,02	0,00	0,00	0,00
292990	SEABRA	1.767.311,09	1.337.673,28	1.200.000,00	2.309.036,30	0,00	5.074.360,67	0,00	0,00	1.539.660,00
293000	SEBASTIAO LARANJEIRAS	286.883,80	519,67	157.500,00	167.184,78	0,00	454.588,25	0,00	0,00	157.500,00
293010	SENHOR DO BONFIM	3.749.851,49	2.677.611,91	1.788.300,00	2.069.517,04	0,00	0,00	0,00	0,00	10.285.280,44
293015	SERRA DO RAMALHO	1.022.786,44	12.977,72	263.028,00	737.961,51	0,00	1.434.065,67	0,00	0,00	602.688,00
293020	SENTO SE	1.305.302,82	0,00	263.028,00	457.125,42	0,00	1.422.768,24	0,00	0,00	602.688,00
293030	SERRA DOURADA	469.208,65	77.444,42	263.028,00	909.779,63	0,00	1.116.772,70	0,00	0,00	602.688,00
293040	SERRA PRETA	184.963,32	0,00	114.894,00	228.564,33	0,00	528.421,65	0,00	0,00	0,00
293050	SERRINHA	3.084.804,40	1.325.825,96	628.539,64	4.999.299,68	0,00	0,00	0,00	0,00	10.038.469,68
293060	SERROLANDIA	386.572,43	22.234,76	0,00	126.022,80	0,00	534.829,99	0,00	0,00	0,00
293070	SIMOES FILHO	3.779.483,98	39.948,37	4.377.000,00	712.999,07	0,00	0,00	0,00	0,00	8.909.431,42
293075	SITIO DO MATO	104.476,65	1.712,08	318.425,15	180.222,60	0,00	341.808,48	0,00	0,00	263.028,00
293076	SITIO DO QUINTO	10.499,72	0,00	0,00	47.281,69	0,00	57.781,41	0,00	0,00	0,00
293077	SOBRADINHO	106.301,84	0,00	263.028,00	889.821,81	0,00	656.463,65	0,00	0,00	602.688,00
293080	SOUTO SOARES	731.231,48	81.344,35	0,00	529.509,65	0,00	1.002.425,48	0,00	0,00	339.660,00
293090	TABOCAS DO BREJO VELHO	243.085,55	52.884,49	157.500,00	107.018,87	0,00	402.988,91	0,00	0,00	157.500,00
293100	TANHACU	196.949,43	0,00	157.500,00	1.005.797,31	0,00	863.086,74	0,00	0,00	497.160,00
293105	TANQUE NOVO	478.185,26	10.943,10	0,00	584.267,81	0,00	733.736,17	0,00	0,00	339.660,00
293110	TANQUINHO	143.918,08	71.406,99	0,00	123.758,22	0,00	339.083,29	0,00	0,00	0,00
293120	TAPEROA	327.227,39	503,72	0,00	262.821,14	0,00	590.552,25	0,00	0,00	0,00
293130	TAPIRAMUTA	382.462,15	16.248,62	0,00	174.963,84	0,00	573.674,61	0,00	0,00	0,00
293135	TEIXEIRA DE FREITAS	8.098.086,60	9.127.911,00	1.627.500,00	26.003.129,38	0,00	192.955,96	0,00	0,00	44.663.671,02
293140	TEODORO SAMPAIO	19.900,80	0,00	0,00	35.026,80	0,00	54.927,60	0,00	0,00	0,00
293150	TEOFILANDIA	269.045,25	241,60	0,00	393.400,21	0,00	323.027,06	0,00	0,00	339.660,00
293160	TEOLANDIA	286.569,78	26.921,12	157.500,00	216.239,82	0,00	529.730,72	0,00	0,00	157.500,00
293170	TERRA NOVA	33.728,24	0,00	0,00	33.423,88	0,00	67.152,12	0,00	0,00	0,00
293180	TREMEDAL	450.982,46	43.582,67	0,00	858.850,35	0,00	1.013.755,48	0,00	0,00	339.660,00
293190	TUCANO	1.463.476,77	119.043,25	0,00	763.145,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.345.665,50
293200	UAUA	795.793,66	27.654,51	263.028,00	598.889,37	0,00	1.082.677,54	0,00	0,00	602.688,00
293210	UBAIRA	938.945,33	259.906,14	785.700,82	965.623,90	0,00	2.792.676,19	0,00	0,00	157.500,00
293220	UBAITABA	466.177,14	539.516,78	0,00	1.407.699,72	0,00	1.983.733,64	0,00	0,00	429.660,00
293230	UBATA	503.764,75	82.057,73	0,00	854.050,07	0,00	1.100.212,55	0,00	0,00	339.660,00
293240	UIBAI	425.367,90	1.420,30	0,00	178.500,05	0,00	605.288,25	0,00	0,00	0,00
293245	UMBURANAS	96.047,36	0,00	0,00	46.862,32	0,00	142.909,68	0,00	0,00	0,00
293250	UNA	841.022,86	30.814,83	276.300,00	1.356.685,38	0,00	1.138.863,07	0,00	0,00	1.365.960,00
293260	URANDI	457.468,23	0,00	157.500,00	162.441,38	0,00	619.909,61	0,00	0,00	157.500,00
293270	URUCUCA	331.172,30	0,00	157.500,00	372.734,94	0,00	364.247,24	0,00	0,00	497.160,00
293280	UTINGA	526.385,84	0,00	158.400,00	480.973,30	0,00	577.699,14	0,00	0,00	588.060,00
293290	VALENCA	4.460.628,60	3.452.432,81	4.121.791,27	2.689.151,75	0,00	14.169.469,43	0,00	0,00	554.535,00
293300	VALENTE	813.230,91	248.801,58	0,00	856.594,09	0,00	1.578.966,58	0,00	0,00	339.660,00
293305	VARZEA DA ROCA	374.611,75	0,00	0,00	271.126,94	0,00	645.738,69	0,00	0,00	0,00
293310	VARZEA DO POCO	246.379,28	45.848,70	0,00	245.720,22	0,00	537.948,20	0,00	0,00	0,00
293315	VARZEA NOVA	376.903,70	9.018,46	0,00	275.114,23	0,00	661.036,39	0,00	0,00	0,00
293317	VARZEDO	19.074,97	0,00	157.500,00	22.725,54	0,00	41.800,51	0,00	0,00	157.500,00
293320	VERA CRUZ	531.921,84	44.323,55	3.255.377,33	1.237.100,18	0,00	0,00	0,00	0,00	5.068.722,90
293325	VEREDA	154.408,91	20.050,79	0,00	89.053,74	0,00	263.513,44	0,00	0,00	0,00
293330	VITORIA DA CONQUISTA	20.309.001,00	27.339.286,81	6.827.108,07	44.910.251,44	0,00	24.020.913,75	0,00	0,00	75.364.733,57
293340	WAGNER	198.992,02	210.029,45	0,00	788.464,43	0,00	1.197.485,90	0,00	0,00	0,00
293345	WANDERLEY	191.001,40	15.990,24	157.500,00	254.271,17	0,00	461.262,81	0,00	0,00	157.500,00
293350	WENCESLAU GUIMARAES	915.754,65	236.234,07	118.800,00	728.682,80	0,00	1.664.671,52	0,00	0,00	334.800,00
293360	XIQUE-XIQUE	2.264.483,07	740.442,67	157.500,00	2.148.707,27	0,00	4.813.973,01	0,00	0,00	497.160,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.350.756.537,06

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
ESTADUAL	292740 - SALVADOR	HOSPITAL PROFESSOR EDGAR SANTOS	3816	0000000	01-11-2006	46.518.979,32
ESTADUAL	292740 - SALVADOR	HOSPITAL ANA NERY	387	0000000	01-11-2007	88.600.568,04
ESTADUAL	292740 - SALVADOR	MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA	431	0000000	13-08-2007	11.902.288,69
TOTAL						147.021.836,05

PORTARIA Nº 754, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado de Pernambuco.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria GM/MS nº. 1.699, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº. 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Pernambuco - CIB/PE, por meio do Ofício CIB/PE n° 007/2016, de 20 de maio de 2016 e da Resolução CIB-PE nº 2.876, de 27 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Pernambuco, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 2.066.020.198,10, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	1.168.730.851,25	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	856.398.265,61	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	40.891.081,24	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 8.890.200,00 do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 44.717.718,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0026 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 7ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016062200051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	77.802.978,90
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	748.054.435,56
Valores a receber referentes a PCEP com transferências diretas ao FES	383.764.518,03
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	40.891.081,24
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	1.168.730.851,25

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
260005	ABREU E LIMA	2.045.359,65	331.846,60	987.000,00	4.652.295,14	0,00	0,00	0,00	0,00	8.016.501,39
260010	AFOGADOS DA INGAZEIRA	1.227.307,96	949.341,05	178.200,00	2.816.447,43	0,00	1.765.576,32	0,00	0,00	3.405.720,12
260020	AFRANIO	352.405,05	0,00	0,00	914.528,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.266.933,77
260030	AGRESTINA	752.714,30	151.126,31	1.421.111,01	1.517.556,04	0,00	283.885,34	0,00	0,00	3.558.622,32
260040	AGUA PRETA	393.873,25	0,00	256.500,00	7.757.373,49	0,00	3.304.453,32	0,00	0,00	5.103.293,42
260050	AGUAS BELAS	447.933,74	69.781,08	928.500,00	676.153,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2.122.368,19
260060	ALAGOINHA	141.817,71	0,00	157.500,00	538.289,99	0,00	57.195,93	0,00	0,00	780.411,77
260070	ALIANCA	914.430,46	3.991,80	157.500,00	203.794,80	0,00	229.408,20	0,00	0,00	1.050.308,86
260080	ALTINHO	528.249,62	0,00	157.500,00	85.870,57	0,00	118.074,71	0,00	0,00	653.545,48
260090	AMARAJI	550.953,97	4.783,02	157.500,00	152.584,43	0,00	0,00	0,00	0,00	865.821,42
260100	ANGELIM	220.360,00	5.728,72	157.500,00	123.634,60	0,00	0,00	0,00	0,00	507.223,32
260105	ARACOIABA	283.525,27	0,00	157.500,00	344.328,25	0,00	0,00	0,00	0,00	785.353,52
260110	ARARIPINA	2.571.703,18	491.908,13	1.319.762,88	5.234.456,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9.617.830,64
260120	ARCOVERDE	2.514.594,65	2.562.646,81	2.010.000,00	12.037.830,74	0,00	9.792.183,14	0,00	0,00	9.332.889,06
260130	BARRA DE GUABIRABA	212.170,69	0,00	0,00	46.427,00	0,00	38.270,11	0,00	0,00	220.327,58
260140	BARREIROS	1.203.580,90	731.462,58	157.500,00	14.062.815,92	0,00	5.314.360,74	0,00	0,00	10.840.998,66
260150	BELEM DE MARIA	207.342,80	6.360,72	219.850,42	24.978,39	0,00	0,00	0,00	0,00	458.532,33
260160	BELEM DE SAO FRANCISCO	471.509,73	1.328,25	0,00	682.664,66	0,00	47.312,45	0,00	0,00	1.108.190,19
260170	BELO JARDIM	1.978.366,10	263.393,10	395.100,00	1.355.278,91	0,00	0,00	0,00	0,00	3.992.138,11
260180	BETANIA	291.462,57	0,00	0,00	170.249,97	0,00	0,00	0,00	0,00	461.712,54
260190	BEZERROS	2.080.193,84	840.888,08	1.289.878,50	7.863.417,20	0,00	0,00	0,00	0,00	12.074.377,62
260200	BODOCO	862.342,65	69.796,34	0,00	1.080.159,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.012.298,00
260210	BOM CONSELHO	1.100.377,78	29.507,44	157.500,00	694.763,38	0,00	0,00	0,00	0,00	1.982.148,60
260220	BOM JARDIM	740.848,02	0,00	157.500,00	99.099,42	0,00	0,00	0,00	0,00	997.447,44
260230	BONITO	1.318.904,00	0,00	395.100,00	297.267,70	0,00	464,40	0,00	0,00	2.010.807,30
260240	BREJAO	195.051,35	6.280,80	157.500,00	31.324,44	0,00	0,00	0,00	0,00	390.156,59
260250	BREJINHO	175.335,93	0,00	0,00	19.374,10	0,00	0,00	0,00	0,00	194.710,03
260260	BREJO DA MADRE DE DEUS	901.684,47	25.749,70	236.700,00	2.080.885,79	0,00	0,00	0,00	0,00	3.245.019,96
260270	BUENOS AIRES	188.961,07	0,00	157.500,00	106.526,01	0,00	0,00	0,00	0,00	452.987,08
260280	BUIQUE	795.255,69	6.065,48	280.409,42	703.963,39	0,00	1.785.693,98	0,00	0,00	0,00
260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	5.099.845,79	497.264,49	7.861.800,00	40.393.455,25	0,00	40.415.314,75	0,00	0,00	13.437.050,78
260300	CABROBO	831.890,26	28.290,94	0,00	504.676,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.364.858,14
260310	CACHOEIRINHA	452.584,91	0,00	118.800,00	99.260,33	0,00	0,00	0,00	0,00	670.645,24
260320	CAETES	671.471,92	16.859,42	253.324,63	123.556,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.065.212,73
260330	CALCADO	141.247,05	0,00	157.500,00	111.905,76	0,00	20.287,31	0,00	0,00	390.365,50
260340	CALUMBI	107.956,60	0,00	0,00	4.668,42	0,00	0,00	0,00	0,00	112.625,02
260345	CAMARAGIBE	8.084.687,77	7.082.745,97	672.300,00	10.385.214,67	0,00	5,02	0,00	0,00	26.224.943,39
260350	CAMOCIM DE SAO FELIX	253.365,10	0,00	157.500,00	98.915,87	0,00	0,00	0,00	0,00	509.780,97
260360	CAMUTANGA	158.402,40	2.001,52	205.952,47	5.236,49	0,00	30.670,59	0,00	0,00	340.922,29
260370	CANHOTINHO	787.828,25	29.136,10	157.500,00	102.787,60	0,00	260.310,46	0,00	0,00	816.941,49
260380	CAPOEIRAS	451.150,19	0,00	259.959,82	128.248,69	0,00	0,00	0,00	0,00	839.358,70
260390	CARNAIBA	345.613,24	0,00	0,00	232.509,20	0,00	0,00	0,00	0,00	578.122,44
260392	CARNAUBEIRA DA PENHA	231.582,05	0,00	79.542,00	45.518,81	0,00	179.025,73	0,00	0,00	177.617,13
260400	CARPINA	1.956.212,47	857.202,87	619.500,00	842.162,82	0,00	0,00	0,00	0,00	4.275.078,16
260410	CARUARU	12.284.047,19	13.920.148,29	12.832.200,00	69.956.427,77	37.215.104,83	39.409.669,89	0,00	0,00	32.368.048,53
260415	CASINHAS	277.627,93	0,00	157.500,00	35.362,33	0,00	33.463,23	0,00	0,00	437.027,03
260420	CATENDE	506.328,05	0,00	341.011,75	496.762,17	0,00	928,80	0,00	0,00	1.343.173,17
260430	CEDRO	256.685,85	6.876,72	118.800,00	114.089,55	0,00	36.436,74	0,00	0,00	460.015,38
260440	CHA DE ALEGRIA	221.335,16	0,00	157.500,00	27.949,44	0,00	0,00	0,00	0,00	406.784,60
260450	CHA GRANDE	587.777,14	2.287,44	157.500,00	1.249.190,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.996.755,49
260460	CONDADO	568.022,94	429,00	256.500,00	202.470,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.027.422,51
260470	CORRENTES	425.710,84	0,00	248.731,12	68.799,05	0,00	0,00	0,00	0,00	743.241,01
260480	CORTES	470.542,15	39.380,09	157.500,00	7.603.098,92	0,00	3.374.313,93	0,00	0,00	4.896.207,23
260490	CUMARU	663.107,71	5.211,68	0,00	62.186,49	0,00	391.597,13	0,00	0,00	338.908,75
260500	CUPIRA	671.988,44	0,00	296.100,00	576.739,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1.544.828,23
260510	CUSTODIA	901.513,98	4.105,92	0,00	500.106,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.405.726,18
260515	DORMENTES	270.900,33	0,00	0,00	46.934,74	0,00	0,00	0,00	0,00	317.835,07
260520	ESCADA	1.997.148,83	145.980,10	0,00	482.870,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2.625.998,95
260530	EXU	796.632,26	3.390,50	315.625,03	1.029.315,69	0,00	0,00	0,00	0,00	2.144.963,48
260540	FEIRA NOVA	504.206,83	8.020,10	0,00	55.465,41	0,00	0,00	0,00	0,00	567.692,34
260545	FERNANDO DE NORONHA	104.854,52	0,00	462.000,00	51.916,41	0,00	618.770,93	0,00	0,00	0,00
260550	FERREIROS	96.142,57	0,00	0,00	100.526,65	0,00	0,00	0,00	0,00	196.669,22
260560	FLORES	392.522,59	0,00	90.499,21	82.763,38	0,00	0,00	0,00	0,00	565.785,18
260570	FLORESTA	815.638,72	100.351,75	0,00	1.031.088,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.947.079,17
260580	FREI MIGUELINHO	225.485,48	0,00	89.818,95	174.673,16	0,00	0,00	0,00	0,00	489.977,59
260590	GAMELEIRA	488.865,05	0,00	341.097,58	409.341,46	0,00	126.133,45	0,00	0,00	1.113.170,64
260600	GARANHUNS	4.685.993,00	6.424.369,49	1.450.105,50	13.076.878,59	0,00	13.732.602,41	0,00	0,00	11.904.744,17
260610	GLORIA DO GOITA	653.824,22	0,00	157.500,00	417.628,75	0,00	303.647,72	0,00	0,00	925.305,25
260620	GOIANA	2.375.402,78	166.372,44	2.124.900,00	1.636.126,46	0,00	2.604.355,39	0,00	0,00	3.698.446,29
260630	GRANITO	165.745,54	0,00	0,00	109.605,71	0,00	0,00	0,00	0,00	275.351,25
260640	GRAVATA	2.130.285,48	0,00	1.019.400,00	3.548.556,06	0,00	0,00	0,00	0,00	6.698.241,54
260650	IATI	445.424,29	0,00	157.500,00	228.625,76	0,00	0,00	0,00	0,00	831.550,05
260660	IBIMIRIM	770.268,50	1.123,95	220.319,93	958.038,32	0,00	64.216,49	0,00	0,00	1.885.534,21
260670	IBIRAJUBA	178.548,59	0,00	157.500,00	118.542,43	0,00	0,00	0,00	0,00	454.591,02
260680	IGARASSU	2.524.238,39	649.879,01	6.861.000,00	3.969.392,32	2.206.099,08	6.000.000,00	0,00	0,00	5.798.410,64
260690	IGUARACI	203.044,26	0,00	0,00	116.085,56	0,00	53.687,60	0,00	0,00	265.442,22
260700	INAJA	333.433,87	2.334,00	0,00	143.414,20	0,00	0,00	0,00	0,00	479.182,07
260710	INGAZEIRA	60.476,15	0,00	0,00	56.635,14	0,00	0,00	0,00	0,00	117.111,29
260720	IPOJUCA	1.230.786,41	0,00	1.045.800,00	536.962,51	0,00	0,00	0,00	0,00	2.813.548,92
260730	IPUBI	702.218,69	0,00	0,00	686.927,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389.146,14
260740	ITACURUBA	67.181,82	0,00	49.988,64	104.452,28	0,00	0,00	0,00	0,00	221.622,74
260750	ITAIBA	284.948,88	17.762,40	157.500,00	294.090,63	0,00	0,00	0,00	0,00	754.301,91

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

260760	ITAMARACA	363.015,04	0,00	795.000,00	443.147,84	0,00	104.062,71	0,00	0,00	1.497.100,17
260765	ITAMBE	925.646,20	100,00	355.500,00	856.042,29	0,00	0,00	0,00	0,00	2.137.288,49
260770	ITAPETIM	375.571,50	2.492,40	0,00	269.994,81	0,00	0,00	0,00	0,00	648.058,71
260775	ITAPISSUMA	521.274,00	0,00	1.090.560,00	643.208,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2.255.042,02
260780	ITAQUITINGA	221.394,86	0,00	101.883,11	449.555,62	0,00	0,00	0,00	0,00	772.833,59
260790	JABOATAO DOS GUARARAPES	20.939.654,76	2.231.395,81	30.328.993,81	43.534.217,39	0,00	16.744.731,11	0,00	0,00	80.289.530,66
260795	JAQUEIRA	143.944,45	0,00	157.500,00	7.600.076,67	0,00	3.454.021,12	0,00	0,00	4.447.500,00
260800	JATAUBA	340.447,59	0,00	157.500,00	101.827,23	0,00	0,00	0,00	0,00	599.774,82
260805	JATOBA	345.754,22	3.319,44	0,00	2.300.308,94	0,00	0,00	0,00	0,00	2.649.382,60
260810	JOAO ALFREDO	701.011,08	24.698,03	242.116,14	183.003,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.150.829,11
260820	JOAQUIM NABUCO	338.351,99	0,00	0,00	32.204,62	0,00	28.644,08	0,00	0,00	341.912,53
260825	JUCATI	71.271,99	0,00	0,00	90.878,80	0,00	0,00	0,00	0,00	162.150,79
260830	JUPI	265.338,11	24.163,86	206.108,28	101.499,20	0,00	0,00	0,00	0,00	597.109,45
260840	JUREMA	297.525,75	0,00	249.499,14	48.497,33	0,00	0,00	0,00	0,00	595.522,22
260845	LAGOA DO CARRO	399.173,29	0,00	157.500,00	472.656,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.029.329,50
260850	LAGOA DO ITAENGA	551.462,47	3.464,29	157.500,00	396.972,68	0,00	74.749,18	0,00	0,00	1.034.650,26
260860	LAGOA DO OURO	269.939,73	3.796,20	296.100,00	468.615,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1.038.450,98
260870	LAGOA DOS GATOS	255.146,24	0,00	157.500,00	44.620,16	0,00	80.790,85	0,00	0,00	376.475,55
260875	LAGOA GRANDE	400.967,88	4.114,02	0,00	1.524.603,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.929.685,44
260880	LAJEDO	527.139,10	17.368,61	565.500,00	418.962,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.528.970,16
260890	LIMOEIRO	1.877.283,05	3.728.523,13	857.100,00	4.452.388,45	0,00	4.225.992,05	0,00	0,00	6.689.302,58
260900	MACAPARANA	678.329,56	62.055,60	157.500,00	298.309,10	0,00	121.299,19	0,00	0,00	1.074.895,07
260910	MACHADOS	284.711,94	4.878,80	0,00	55.167,82	0,00	0,00	0,00	0,00	344.758,56
260915	MANARI	122.091,02	0,00	0,00	224.846,08	0,00	346.937,10	0,00	0,00	0,00
260920	MARAIAL	223.603,33	4.599,91	0,00	90.223,60	0,00	318.426,84	0,00	0,00	0,00
260930	MIRANDIBA	346.389,86	0,00	0,00	652.396,11	0,00	0,00	0,00	0,00	998.785,97
260940	MORENO	1.491.289,47	147.510,46	2.141.058,16	8.098.073,16	0,00	5.604.015,96	0,00	0,00	6.273.915,29
260950	NAZARE DA MATA	697.347,72	115.853,48	157.500,00	7.696.997,00	0,00	8.324.163,13	0,00	0,00	343.535,07
260960	OLINDA	10.995.104,33	1.781.901,53	10.967.225,14	25.274.960,57	0,00	8.579.503,91	0,00	0,00	40.439.687,66
260970	OROBO	749.611,11	11.923,68	252.549,63	105.883,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.119.967,82
260980	OROCO	217.227,99	0,00	0,00	34.605,84	0,00	251.833,83	0,00	0,00	0,00
260990	OURICURI	2.074.204,68	912.682,37	459.000,00	1.194.367,79	0,00	2.140.648,46	0,00	0,00	2.499.606,38
261000	PALMARES	2.131.886,07	3.949.923,52	1.190.700,00	28.935.524,13	0,00	26.323.948,04	0,00	0,00	9.884.085,68
261010	PALMEIRINA	56.034,32	0,00	157.500,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303.534,32
261020	PANELAS	588.696,28	0,00	157.500,00	445.592,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.191.788,39
261030	PARANATAMA	70.812,63	0,00	256.500,00	339.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.972,63
261040	PARNAMIRIM	563.398,85	0,00	0,00	615.441,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.178.840,15
261050	PASSIRA	804.898,39	1.813,05	157.500,00	209.481,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.173.692,83
261060	PAUDALHO	1.765.763,66	1.128.413,43	157.500,00	819.490,02	0,00	0,00	0,00	0,00	3.871.167,11
261070	PAULISTA	7.445.655,04	2.503.728,46	7.092.900,00	43.192.156,84	3.564.795,48	38.861.726,40	0,00	0,00	17.807.918,46
261080	PEDRA	763.809,11	0,00	158.400,00	683.628,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.605.837,18
261090	PESQUEIRA	1.796.529,46	579.532,66	236.700,00	1.792.147,14	0,00	0,00	0,00	0,00	4.404.909,26
261100	PETROLANDIA	716.440,54	157.941,98	0,00	654.206,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.528.588,81
261110	PETROLINA	19.988.405,81	5.226.751,30	4.070.400,00	46.542.323,98	0,00	28.843.073,95	0,00	0,00	46.984.807,14
261120	POCAO	153.579,44	0,00	157.500,00	15.059,98	0,00	0,00	0,00	0,00	326.139,42
261130	POMBOS	767.709,07	13.088,50	157.500,00	124.093,43	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.391,00
261140	PRIMAVERA	199.149,00	0,00	157.500,00	7.379,88	0,00	0,00	0,00	0,00	364.028,88
261150	QUIPAPA	563.257,04	11.949,70	0,00	529.633,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.104.840,59
261153	QUIXABA	69.130,44	0,00	0,00	94.285,20	0,00	60.918,53	0,00	0,00	102.497,11
261160	RECIFE	99.369.390,47	126.803.541,73	139.595.736,50	658.500.503,41	340.778.518,64	428.251.357,73	0,00	0,00	255.239.295,74
261170	RIACHO DAS ALMAS	597.496,78	2.200,78	236.700,00	568.872,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.405.270,53
261180	RIBEIRAO	1.477.889,58	324.420,01	157.500,00	362.164,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.321.973,85
261190	RIO FORMOSO	716.067,82	3.970,24	157.500,00	107.675,30	0,00	0,00	0,00	0,00	985.213,36
261200	SAIRE	332.302,93	0,00	157.500,00	34.422,20	0,00	81.691,89	0,00	0,00	442.533,24
261210	SALGADINHO	86.471,85	0,00	0,00	2.774,25	0,00	0,00	0,00	0,00	89.246,10
261220	SALGUEIRO	1.889.478,88	934.990,91	0,00	8.989.062,84	0,00	9.219.452,66	0,00	0,00	2.594.079,97
261230	SALOA	350.835,36	4.056,00	217.473,34	52.591,46	0,00	140.431,65	0,00	0,00	484.524,51
261240	SANHARO	430.453,58	1.399,25	157.500,00	203.053,17	0,00	0,00	0,00	0,00	792.406,00
261245	SANTA CRUZ	147.098,42	0,00	97.218,00	246.040,79	0,00	0,00	0,00	0,00	490.357,21
261247	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	108.319,93	0,00	0,00	344.183,23	0,00	0,00	0,00	0,00	452.503,16
261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	1.832.364,46	272.624,42	703.500,00	1.878.060,85	0,00	0,00	0,00	0,00	4.686.549,73
261255	SANTA FILOMENA	121.140,39	0,00	0,00	98.569,05	0,00	0,00	0,00	0,00	219.709,44
261260	SANTA MARIA DA BOA VISTA	863.144,97	403,00	0,00	1.069.691,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.933.239,19
261270	SANTA MARIA DO CAMBUCA	136.644,80	0,00	0,00	6.170,70	0,00	0,00	0,00	0,00	142.815,50
261280	SANTA TEREZINHA	262.377,27	0,00	0,00	20.916,67	0,00	113.495,30	0,00	0,00	169.798,64
261290	SAO BENEDITO DO SUL	121.903,09	0,00	157.500,00	109.328,33	0,00	0,00	0,00	0,00	388.731,42
261300	SAO BENTO DO UNA	835.443,12	2.393,35	757.500,00	140.115,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.735.452,02
261310	SAO CAITANO	832.142,98	19.967,97	637.500,00	172.709,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.662.320,54
261320	SAO JOAO	420.911,92	16.482,47	157.500,00	709.647,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.304.542,12
261330	SAO JOAQUIM DO MONTE	599.211,80	915.781,99	795.900,00	848.013,57	0,00	0,00	0,00	0,00	3.158.907,36
261340	SAO JOSE DA COROA GRANDE	418.254,83	0,00	157.500,00	38.132,57	0,00	0,00	0,00	0,00	613.887,40
261350	SAO JOSE DO BELMONTE	862.282,31	0,00	0,00	663.839,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.526.122,27
261360	SAO JOSE DO EGITO	1.232.678,87	289.490,85	0,00	1.961.154,05	0,00	0,00	0,00	0,00	3.483.323,77
261370	SAO LOURENCO DA MATA	2.481.530,55	66.600,72	6.157.500,00	9.388.783,29	0,00	6.965.099,52	0,00	0,00	11.129.315,04
261380	SAO VICENTE FERRER	406.129,45	0,00	157.500,00	68.546,19	0,00	125.501,73	0,00	0,00	506.673,91
261390	SERRA TALHADA	2.997.682,23	3.829.832,20	158.400,00	6.733.264,53	0,00	3.674.999,43	0,00	0,00	10.044.179,53
261400	SERRITA	596.770,52	5.040,25	0,00	1.257.367,81	0,00	76.767,86	0,00	0,00	1.782.410,72
261410	SERTANIA	962.021,33	135,12	0,00	517.266,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.479.423,00
261420	SIRINHAEM	957.205,54	4.753,70	157.500,00	232.342,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.351.801,77
261430	MOREILANDIA	245.162,75	0,00	0,00	1.166.520,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.411.683,73
261440	SOLIDAO	128.835,71	0,00	0,00	42.500,12	0,00	41.181,39	0,00	0,00	130.154,44
261450	SURUBIM	1.946.726,68	1.633.713,86	2.560.532,06	3.195.351,36	0,00	0,00	0,00	0,00	9.336.323,96
261460	TABIRA	829.809,98	0,00	0,00	635.314,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.465.124,26
261470	TACAIMBO	164.455,24	0,00	0,00	16.179,19	0,00	180.634,43	0,00	0,00	0,00
261480	TACARATU	277.150,07	0,00	0,00	132.987,24	0,00	320.137,31	0,00	0,00	90.000,00
261485	TAMANDARE	458.561,23	0,00	157.500,00	435.046,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.051.107,57
261500	TAQUARITINGA DO NORTE	598.618,31	73.613,03	157.500,00	560.437,70	0,00	157.245,92	0,00	0,00	1.232.923,12
261510	TEREZINHA	144.346,53	0,00	187.434,97	22.486,19	0,00	0,00	0,00	0,00	354.267,69
261520	TERRA NOVA	211.535,53	0,00	0,00	57.508,87	0,00	0,00	0,00	0,00	269.044,40
261530	TIMBAUBA	2.041.513,12	770.895,62	1.899.607,80	3.083.759,25	0,00	0,00	0,00	0,00	7.795.775,79
261540	TORITAMA	609.702,23	38.230,20	265.051,23	549.941,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.462.925,57
261550	TRACUNHAEM	184.425,73	0,00	97.218,00	10.217,45	0,00	112.646,78	0,00	0,00	179.214,40
261560	TRINDADE	582.178,54	15.327,25	0,00	788.201,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.385.707,34
261570	TRIUNFO	284.439,68	51.532,79	30.179,40	223.222,03	0,00	146.598,39	0,00	0,00	442.775,51
261580	TUPANATINGA	379.569,61	2.752,38	0,00	162.512,97	0,00	108.173,89	0,00	0,00	436.661,07
261590	TUPARETAMA	249.957,57	26.519,50	0,00	263.922,97	0,00	0,00	0,00	0,00	540.400,04
261600	VENTUROSA	450.623,14	0,00	118.800,00	219.593,72	0,00	0,00	0,00	0,00	789.016,86
261610	VERDEJANTE	198.411,56	0,00	30.965,81	143.901,45	0,00	0,00	0,00	0,00	373.278,82

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

261618	VERTENTE DO LERIO	148.877,78	0,00	0,00	103.344,12	0,00	71.126,93	0,00	0,00	181.094,97
261620	VERTENTES	426.609,25	201.445,62	410.392,83	873.259,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.911.707,43
261630	VICENCIA	846.169,40	96.598,90	118.800,00	632.042,58	0,00	456.127,14	0,00	0,00	1.237.483,74
261640	VITORIA DE SANTO ANTAO	5.476.079,05	1.042.288,01	3.930.281,23	31.195.651,84	0,00	22.704.943,94	0,00	0,00	18.939.356,19
261650	XEXEU	387.769,99	0,00	400.032,00	12.721,54	0,00	225.019,02	0,00	0,00	575.504,51
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										856.398.265,61

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA AS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Estadual	261160 - RECIFE	Hospital das Clínicas da UFPE	396	1	01-06-2004	40.891.081,24
TOTAL						40.891.081,24

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO

Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
260410 - CARUARU	Hospital Regional Jesus Nazareno	2351994	15	16-10-2015	FES	8.041.144,63
260410 - CARUARU	Hospital Regional do Agreste	2427419	14	16-10-2015	FES	29.173.960,20
260680 - IGARASSU	Hospital Colônia Alcides Codiceira	2347342	17	16-10-2015	FES	2.206.099,08
261070 - PAULISTA	Sanatorio Padre Antonio Manoel	2433044	16	16-10-2015	FES	3.564.795,48
261160 - RECIFE	Hospital Agamenon Magalhaes	418	01	16-10-2015	FES	57.546.983,01
261160 - RECIFE	Hospital Otavio de Freitas	426	07	16-10-2015	FES	30.805.416,52
261160 - RECIFE	Hospital Oswaldo Cruz	477	10	16-10-2015	FES	50.656.154,77
261160 - RECIFE	Hospital da Restauração	655	03	16-10-2015	FES	60.574.711,24
261160 - RECIFE	Hospital Correia Picanço	981	09	16-10-2015	FES	5.985.530,80
261160 - RECIFE	Hospital Ulises Pernambucano	1546	08	16-10-2015	FES	2.541.594,72
261160 - RECIFE	Hospital Barão de Lucena	2427427	02	16-10-2015	FES	39.720.050,54
261160 - RECIFE	CISAM	2711613	11	16-10-2015	FES	18.140.266,40
261160 - RECIFE	Hospital dos Servidores	2711923	06	16-10-2015	FES	18.585,00
261160 - RECIFE	Hospital Geral de Areias	2711974	04	16-10-2015	FMS	6.214.508,45
261160 - RECIFE	Hospital Getulio Vargas	2802783	05	16-10-2015	FES	40.926.229,80
261160 - RECIFE	Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco-PROCAPE	3983730	13	16-10-2015	FES	33.862.995,84
TOTAL						389.979.026,48

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 755, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado do Rio Grande do Sul.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, por meio do Ofício Gab nº. 268, de 19 de maio de 2016, e Resoluções CIB/RS nº 145, de 11 de abril de 2016; n° 168, de 10 de maio de 2016; nº 169, de 10 de maio de 2016 e nº 151, de 11 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Rio Grande do Sul, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 2.657.551.768,21, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	779.439.498,08	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.701.566.181,90	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	176.546.088,23	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 4.758.600,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 50.571.300,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0043 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 7ª parcela de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	2.894.619,03
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	812.086.532,56
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	35.541.653,51
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	779.439.498,08

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016062200054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
430003	ACEGUA	490.534,86	58.858,02	157.500,00	0,00	0,00	549.392,88	0,00	0,00	157.500,00
430005	AGUA SANTA	38.546,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.546,28
430010	AGUDO	1.122.269,38	290.059,48	630.645,83	0,00	0,00	1.885.474,70	0,00	0,00	157.500,00
430020	AJURICABA	338.493,88	74.411,13	90.000,00	0,00	0,00	450.795,01	0,00	0,00	52.110,00
430030	ALECRIM	285.616,83	56.838,69	0,00	0,00	0,00	285.168,71	0,00	0,00	57.286,80
430040	ALEGRETE	11.011.441,49	1.386.464,36	6.489.075,67	0,00	0,00	11.803.807,24	0,00	0,00	7.083.174,28
430045	ALEGRIA	309.665,16	48.629,75	0,00	0,00	0,00	358.294,92	0,00	0,00	0,00
430047	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	22.921,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.921,56
430050	ALPESTRE	604.100,01	79.655,74	90.000,00	0,00	0,00	719.161,75	0,00	0,00	54.594,00
430055	ALTO ALEGRE	20.081,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.081,16
430057	ALTO FELIZ	6.187,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.187,91
430060	ALVORADA	8.316.494,30	4.394.603,05	5.050.912,88	0,00	0,00	15.763.755,22	0,00	0,00	1.998.255,00
430063	AMARAL FERRADOR	157.238,93	23.909,59	26.814,49	0,00	0,00	207.963,01	0,00	0,00	0,00
430064	AMETISTA DO SUL	414.785,65	40.191,70	0,00	0,00	0,00	401.679,35	0,00	0,00	53.298,00
430066	ANDRE DA ROCHA	11.427,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.427,12
430070	ANTA GORDA	198.559,54	49.486,40	0,00	0,00	0,00	248.045,94	0,00	0,00	0,00
430080	ANTONIO PRADO	880.946,77	405.940,23	609.783,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.896.670,25
430085	ARAMBARE	12.623,72	3.212,29	0,00	0,00	0,00	15.836,00	0,00	0,00	0,00
430087	ARARICA	25.372,63	6.448,70	0,00	0,00	0,00	31.821,33	0,00	0,00	0,00
430090	ARATIBA	778.352,68	134.152,11	0,00	0,00	0,00	912.504,80	0,00	0,00	0,00
430100	ARROIO DO MEIO	918.052,33	234.632,85	643.515,50	0,00	0,00	1.796.200,69	0,00	0,00	0,00
430105	ARROIO DO SAL	534.218,95	135.630,33	157.500,00	0,00	0,00	669.849,28	0,00	0,00	157.500,00
430107	ARROIO DO PADRE	2.025,40	513,72	0,00	0,00	0,00	2.539,12	0,00	0,00	0,00
430110	ARROIO DOS RATOS	1.086.542,59	159.450,54	0,00	0,00	0,00	1.245.993,14	0,00	0,00	0,00
430120	ARROIO DO TIGRE	826.289,18	218.308,52	533.570,89	0,00	0,00	1.420.668,59	0,00	0,00	157.500,00
430130	ARROIO GRANDE	1.251.260,89	180.439,40	497.160,00	0,00	0,00	1.431.700,29	0,00	0,00	497.160,00
430140	ARVOREZINHA	498.449,69	108.333,34	157.500,00	0,00	0,00	518.261,73	0,00	0,00	246.021,30
430150	AUGUSTO PESTANA	1.298.196,66	147.421,26	1.593.293,82	0,00	0,00	1.778.911,74	0,00	0,00	1.260.000,00
430155	AUREA	62.759,83	17.306,87	41.690,91	0,00	0,00	121.757,60	0,00	0,00	0,00
430160	BAGE	16.296.622,92	11.183.481,48	10.684.434,80	0,00	0,00	31.604.784,19	0,00	0,00	6.559.755,00
430163	BALNEARIO PINHAL	331.324,37	84.223,99	619.500,00	0,00	0,00	415.548,36	0,00	0,00	619.500,00
430165	BARAO	166.366,37	19.841,84	0,00	0,00	0,00	186.208,21	0,00	0,00	0,00
430170	BARAO DE COTEGIPE	58.482,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.482,00
430175	BARAO DO TRIUNFO	193,46	0,00	0,00	0,00	0,00	193,46	0,00	0,00	0,00
430180	BARRACAO	169.994,63	42.490,63	0,00	0,00	0,00	205.246,56	0,00	0,00	7.238,70
430185	BARRA DO GUARITA	122,33	30,71	0,00	0,00	0,00	153,05	0,00	0,00	0,00
430187	BARRA DO QUARAI	23.451,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.451,72
430190	BARRA DO RIBEIRO	152.699,45	38.854,46	0,00	0,00	0,00	191.553,90	0,00	0,00	0,00
430192	BARRA DO RIO AZUL	887,10	225,83	0,00	0,00	0,00	1.112,93	0,00	0,00	0,00
430195	BARRA FUNDA	17.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.550,00
430200	BARROS CASSAL	90.739,98	0,00	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.239,98
430205	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	5.380,45	1.369,45	0,00	0,00	0,00	6.749,89	0,00	0,00	0,00
430210	BENTO GONCALVES	14.525.798,78	7.844.594,12	8.893.085,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.263.478,04
430215	BOA VISTA DAS MISSOES	17.909,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.909,64
430220	BOA VISTA DO BURICA	540.160,18	136.284,53	157.500,00	0,00	0,00	676.444,71	0,00	0,00	157.500,00
430222	BOA VISTA DO CADEADO	221.939,55	130.345,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	352.285,00
430223	BOA VISTA DO INCRA	144,85	36,75	0,00	0,00	0,00	181,60	0,00	0,00	0,00
430225	BOA VISTA DO SUL	5.079,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.079,26
430230	BOM JESUS	974.904,11	70.285,50	44.604,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.089.793,61
430235	BOM PRINCIPIO	2.294.026,24	313.683,91	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.765.210,15
430237	BOM PROGRESSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430240	BOM RETIRO DO SUL	489.479,27	127.100,82	0,00	0,00	0,00	539.614,97	0,00	0,00	76.965,12
430245	BOQUEIRAO DO LEAO	394.506,54	157.277,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	551.783,64
430250	BOSSOROCA	45.223,41	12.265,91	0,00	0,00	0,00	57.489,32	0,00	0,00	0,00
430258	BOZANO	423,08	109,90	0,00	0,00	0,00	532,98	0,00	0,00	0,00
430260	BRAGA	127.504,21	28.177,67	0,00	0,00	0,00	129.599,88	0,00	0,00	26.082,00
430265	BROCHIER	138.510,73	15.982,19	0,00	0,00	0,00	147.971,52	0,00	0,00	6.521,40
430270	BUTIA	1.068.296,41	108.892,45	339.660,00	0,00	0,00	1.177.188,85	0,00	0,00	339.660,00
430280	CACAPAVA DO SUL	1.491.158,17	372.658,33	1.576.737,42	0,00	0,00	2.943.393,92	0,00	0,00	497.160,00
430290	CACEQUI	1.418.886,93	254.399,44	205.371,90	0,00	0,00	1.878.658,26	0,00	0,00	0,00
430300	CACHOEIRA DO SUL	9.211.198,76	5.772.999,44	4.008.021,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.992.219,91
430310	CACHOEIRINHA	9.326.682,25	3.146.046,83	3.621.467,15	0,00	0,00	15.341.661,23	0,00	0,00	752.535,00
430320	CACIQUE DOBLE	292.714,11	31.458,44	30.420,00	0,00	0,00	309.982,07	0,00	0,00	44.610,48
430330	CAIBATE	385.433,20	96.380,50	157.500,00	0,00	0,00	481.813,70	0,00	0,00	157.500,00
430340	CAICARA	331.681,57	25.834,54	0,00	0,00	0,00	321.444,11	0,00	0,00	36.072,00
430350	CAMAQUA	6.914.927,42	1.874.981,34	385.560,00	0,00	0,00	8.678.308,76	0,00	0,00	497.160,00
430355	CAMARGO	24.114,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.114,60
430360	CAMBARA DO SUL	514.759,34	130.917,55	117.291,96	0,00	0,00	762.968,85	0,00	0,00	0,00
430367	CAMPESTRE DA SERRA	5.120,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.120,60
430370	CAMPINA DAS MISSOES	785.063,79	72.239,31	290.561,16	0,00	0,00	1.147.864,26	0,00	0,00	0,00
430380	CAMPINAS DO SUL	330.060,24	82.689,21	157.500,00	0,00	0,00	412.749,45	0,00	0,00	157.500,00
430390	CAMPO BOM	4.338.466,01	630.996,32	2.242.966,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.212.428,41
430400	CAMPO NOVO	277.508,62	71.426,93	90.000,00	0,00	0,00	438.935,55	0,00	0,00	0,00
430410	CAMPOS BORGES	110.098,08	20.870,18	38.792,20	0,00	0,00	134.278,14	0,00	0,00	35.482,32
430420	CANDELARIA	2.810.011,87	1.493.318,73	1.175.598,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.478.928,94
430430	CANDIDO GODOI	307.733,03	76.828,22	157.500,00	0,00	0,00	329.261,65	0,00	0,00	212.799,60
430435	CANDIOTA	44.828,57	11.399,45	247.500,00	0,00	0,00	146.228,02	0,00	0,00	157.500,00
430440	CANELA	4.513.134,45	111.970,85	1.660.131,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.285.236,86
430450	CANGUCU	6.996.741,77	2.239.389,66	1.185.720,00	0,00	0,00	9.236.131,43	0,00	0,00	1.185.720,00
430460	CANOAS	68.435.219,28	48.674.286,07	25.502.279,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142.611.785,26
430461	CANUDOS DO VALE	60.000,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
430462	CAPAO BONITO DO SUL	2.302,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.302,20
430463	CAPAO DA CANOA	7.522.729,63	1.665.971,98	3.746.312,74	0,00	0,00	11.375.854,34	0,00	0,00	1.559.160,00
430465	CAPAO DO CIPO	92.275,30	608,44	0,00	0,00	0,00	92.883,73	0,00	0,00	0,00
430466	CAPAO DO LEAO	225.197,96	57.304,07	497.160,00	0,00	0,00	282.502,03	0,00	0,00	497.160,00
430467	CAPIVARI DO SUL	37.939,09	9.652,71	0,00	0,00	0,00	47.591,80	0,00	0,00	0,00
430468	CAPELA DE SANTANA	32.661,76	8.314,33	0,00	0,00	0,00	40.976,09	0,00	0,00	0,00
430469	CAPITAO	104,79	29,58	0,00	0,00	0,00	134,37	0,00	0,00	0,00
430470	CARAZINHO	5.897.556,55	2.080.159,81	2.696.067,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.673.784,26
430471	CARAA	7.009,58	1.779,85	0,00	0,00	0,00	8.789,43	0,00	0,00	0,00
430480	CARLOS BARBOSA	839.862,88	263.548,72	541.191,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.644.603,01
430485	CARLOS GOMES	2.250,64	572,93	0,00	0,00	0,00	2.823,57	0,00	0,00	0,00
430490	CASCA	855.460,52	146.431,94	250.514,58	0,00	0,00	1.163.115,52	0,00	0,00	89.291,52
430495	CASEIROS	28.125,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.125,54
430500	CATUIPE	67.878,03	17.420,90	79.542,00	0,00	0,00	164.840,92	0,00	0,00	0,00
430510	CAXIAS DO SUL	54.381.612,25	25.709.452,44	21.321.973,11	0,00	0,00	905.509,35	0,00	0,00	100.507.528,45
430511	CENTENARIO	28.617,55	7.284,79	0,00	0,00	0,00	35.902,34	0,00	0,00	0,00
430512	CERRITO	374,83	95,41	0,00	0,00	0,00	470,23	0,00	0,00	0,00
430513	CERRO BRANCO	86.806,42	23.886,22	31.781,62	0,00	0,00	142.474,26	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

430515	CERRO GRANDE	20.410,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.410,20
430517	CERRO GRANDE DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430520	CERRO LARGO	993.167,09	227.069,61	157.500,00	0,00	0,00	1.220.236,70	0,00	0,00	157.500,00
430530	CHAPADA	275.195,86	65.035,32	157.500,00	0,00	0,00	260.486,50	0,00	0,00	237.244,68
430535	CHARQUEADAS	1.752.502,93	239.958,45	497.160,00	0,00	0,00	1.584.461,38	0,00	0,00	905.160,00
430537	CHARRUA	1.646,50	458,85	0,00	0,00	0,00	2.105,34	0,00	0,00	0,00
430540	CHIAPETA	212.876,00	60.216,23	0,00	0,00	0,00	273.092,23	0,00	0,00	0,00
430543	CHUI	6.726,03	1.712,66	0,00	0,00	0,00	8.438,70	0,00	0,00	0,00
430544	CHUVISCA	1.846,72	468,76	0,00	0,00	0,00	2.315,47	0,00	0,00	0,00
430545	CIDREIRA	609.393,21	154.630,29	0,00	0,00	0,00	764.023,50	0,00	0,00	0,00
430550	CIRIACO	448.970,04	78.357,80	0,00	0,00	0,00	481.480,92	0,00	0,00	45.846,90
430558	COLINAS	3.069,63	858,74	0,00	0,00	0,00	3.928,37	0,00	0,00	0,00
430560	COLORADO	45.505,97	11.571,82	0,00	0,00	0,00	57.077,79	0,00	0,00	0,00
430570	CONDOR	320.212,68	67.529,57	90.000,00	0,00	0,00	330.749,75	0,00	0,00	146.992,50
430580	CONSTANTINA	441.520,82	115.761,13	157.500,00	0,00	0,00	463.537,95	0,00	0,00	251.244,00
430583	COQUEIRO BAIXO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430585	COQUEIROS DO SUL	24.217,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.217,38
430587	CORONEL BARROS	50.343,61	12.644,05	0,00	0,00	0,00	45.059,65	0,00	0,00	17.928,00
430590	CORONEL BICACO	337.040,48	72.557,70	0,00	0,00	0,00	344.310,38	0,00	0,00	65.287,80
430593	CORONEL PILAR	3.120,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.120,52
430595	COTIPORA	9.011,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.011,72
430597	COXILHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430600	CRISSIUMAL	828.199,51	185.376,93	90.000,00	0,00	0,00	1.002.812,43	0,00	0,00	100.764,00
430605	CRISTAL	150.239,85	40.062,89	157.500,00	0,00	0,00	190.302,74	0,00	0,00	157.500,00
430607	CRISTAL DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430610	CRUZ ALTA	10.944.136,85	4.269.265,44	3.733.597,82	0,00	0,00	14.663.573,52	0,00	0,00	4.283.426,59
430613	CRUZALTENSE	30.413,60	7.741,30	0,00	0,00	0,00	38.154,90	0,00	0,00	0,00
430620	CRUZEIRO DO SUL	536.134,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	536.134,92
430630	DAVID CANABARRO	269.576,26	58.393,06	157.500,00	0,00	0,00	321.526,22	0,00	0,00	163.943,10
430632	DERRUBADAS	72.066,09	17.949,07	0,00	0,00	0,00	90.015,16	0,00	0,00	0,00
430635	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430637	DILERMANDO DE AGUIAR	5.453,15	1.465,48	0,00	0,00	0,00	6.918,62	0,00	0,00	0,00
430640	DOIS IRMAOS	1.431.482,23	226.944,96	848.318,24	0,00	0,00	2.009.585,43	0,00	0,00	497.160,00
430642	DOIS IRMAOS DAS MISSOES	118,11	30,34	0,00	0,00	0,00	148,45	0,00	0,00	0,00
430645	DOIS LAJEADOS	178.927,52	46.248,37	0,00	0,00	0,00	225.175,89	0,00	0,00	0,00
430650	DOM FELICIANO	845.230,88	124.363,73	247.500,00	0,00	0,00	1.059.594,61	0,00	0,00	157.500,00
430655	DOM PEDRO DE ALCANTARA	11.798,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.798,76
430660	DOM PEDRITO	3.087.130,55	440.799,77	1.572.395,71	0,00	0,00	4.603.166,02	0,00	0,00	497.160,00
430670	DONA FRANCISCA	66.875,67	16.610,07	157.500,00	0,00	0,00	83.485,74	0,00	0,00	157.500,00
430673	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	188.372,13	47.080,46	26.452,01	0,00	0,00	261.904,60	0,00	0,00	0,00
430675	DOUTOR RICARDO	0,00	204,95	0,00	0,00	0,00	204,95	0,00	0,00	0,00
430676	ELDORADO DO SUL	111.766,04	28.428,05	0,00	0,00	0,00	140.194,09	0,00	0,00	0,00
430680	ENCANTADO	3.947.323,41	360.281,55	773.292,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.080.897,19
430690	ENCRUZILHADA DO SUL	1.066.563,67	272.643,02	1.121.392,83	0,00	0,00	1.963.439,52	0,00	0,00	497.160,00
430692	ENGENHO VELHO	64.305,25	16.143,97	43.836,08	0,00	0,00	124.285,30	0,00	0,00	0,00
430693	ENTRE-IJUIS	92.306,18	23.919,08	497.160,00	0,00	0,00	116.225,26	0,00	0,00	497.160,00
430695	ENTRE RIOS DO SUL	69.969,98	17.810,15	0,00	0,00	0,00	87.780,13	0,00	0,00	0,00
430697	EREBANGO	1.613,47	410,74	0,00	0,00	0,00	2.024,21	0,00	0,00	0,00
430700	ERECHIM	17.120.174,89	7.550.477,77	1.490.895,00	0,00	0,00	24.670.652,66	0,00	0,00	1.490.895,00
430705	ERNESTINA	30.017,16	839,26	0,00	0,00	0,00	839,26	0,00	0,00	30.017,16
430710	HERVAL	244.116,18	33.761,45	0,00	0,00	0,00	277.877,63	0,00	0,00	0,00
430720	ERVAL GRANDE	40.898,88	167.760,00	157.500,00	0,00	0,00	167.760,00	0,00	0,00	198.398,88
430730	ERVAL SECO	515.097,15	70.867,26	0,00	0,00	0,00	515.386,41	0,00	0,00	70.578,00
430740	ESMERALDA	29.917,31	12.472,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.389,70
430745	ESPERANCA DO SUL	132,15	33,64	0,00	0,00	0,00	165,79	0,00	0,00	0,00
430750	ESPUMOSO	1.643.587,46	269.681,36	786.987,18	0,00	0,00	2.311.104,83	0,00	0,00	389.151,18
430755	ESTACAO	277.028,80	48.172,49	0,00	0,00	0,00	325.201,28	0,00	0,00	0,00
430760	ESTANCIA VELHA	1.986.992,04	308.748,30	339.660,00	0,00	0,00	2.295.740,34	0,00	0,00	339.660,00
430770	ESTEIO	11.898.402,84	1.007.588,64	2.433.858,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.339.850,44
430780	ESTRELA	3.761.624,96	1.753.615,19	3.198.579,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.713.819,51
430781	ESTRELA VELHA	12.182,71	4.925,61	0,00	0,00	0,00	17.108,32	0,00	0,00	0,00
430783	EUGENIO DE CASTRO	48.647,41	12.164,81	0,00	0,00	0,00	60.812,22	0,00	0,00	0,00
430786	FAGUNDES VARELA	7.094,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.094,01
430790	FARROUPILHA	5.965.075,17	1.437.040,71	2.440.831,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.842.947,72
430800	FAXINAL DO SOTURNO	1.669.603,57	1.200.130,73	157.500,00	0,00	0,00	2.821.404,30	0,00	0,00	205.830,00
430805	FAXINALZINHO	684,03	174,12	0,00	0,00	0,00	858,15	0,00	0,00	0,00
430807	FAZENDA VILANOVA	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
430810	FELIZ	670.332,10	451.325,64	44.604,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166.261,75
430820	FLORES DA CUNHA	1.296.843,38	91.206,79	844.486,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.232.536,84
430825	FLORIANO PEIXOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430830	FONTOURA XAVIER	466.327,14	99.501,21	90.000,00	0,00	0,00	462.675,93	0,00	0,00	193.152,42
430840	FORMIGUEIRO	237.042,20	59.117,08	0,00	0,00	0,00	296.159,28	0,00	0,00	0,00
430843	FORQUETINHA	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
430845	FORTALEZA DOS VALOS	140.069,57	53.814,74	34.053,59	0,00	0,00	227.937,90	0,00	0,00	0,00
430850	FREDERICO WESTPHALEN	2.194.496,47	329.557,25	1.576.336,64	0,00	0,00	3.603.230,37	0,00	0,00	497.160,00
430860	GARIBALDI	1.580.251,66	178.422,91	685.425,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.444.100,01
430865	GARRUCHOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430870	GAURAMA	295.809,80	39.166,81	0,00	0,00	0,00	334.976,62	0,00	0,00	0,00
430880	GENERAL CAMARA	4.132,91	1.043,54	0,00	0,00	0,00	5.176,45	0,00	0,00	0,00
430885	GENTIL	2.223,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.223,90
430890	GETULIO VARGAS	1.030.904,91	1.003.468,37	775.545,07	0,00	0,00	2.652.418,35	0,00	0,00	157.500,00
430900	GIRUA	5.592.461,32	1.345.898,57	928.894,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.867.254,17
430905	GLORINHA	8.825,74	2.245,63	0,00	0,00	0,00	11.071,37	0,00	0,00	0,00
430910	GRAMADO	3.552.352,56	619.608,70	743.212,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.915.173,31
430912	GRAMADO DOS LOUREIROS	0,00	508,79	90.000,00	0,00	0,00	90.508,79	0,00	0,00	0,00
430915	GRAMADO XAVIER	5.569,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.569,20
430920	GRAVATAI	29.381.266,21	4.276.032,00	6.277.611,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.934.910,17
430925	GUABIJU	69.820,31	27.401,95	33.680,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.902,66
430930	GUAIBA	4.969.044,83	1.569.375,32	1.016.535,00	0,00	0,00	6.538.420,14	0,00	0,00	1.016.535,00
430940	GUAPORE	2.397.003,76	219.146,36	721.487,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.337.637,81
430950	GUARANI DAS MISSOES	636.706,43	176.998,75	157.500,00	0,00	0,00	813.705,19	0,00	0,00	157.500,00
430955	HARMONIA	3.468,43	881,45	0,00	0,00	0,00	4.349,88	0,00	0,00	0,00
430957	HERVEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430960	HORIZONTINA	914.121,38	228.419,10	497.160,00	0,00	0,00	1.142.540,48	0,00	0,00	497.160,00
430965	HULHA NEGRA	238.135,36	60.458,06	0,00	0,00	0,00	298.593,43	0,00	0,00	0,00
430970	HUMAITA	252.897,40	55.562,76	0,00	0,00	0,00	273.090,16	0,00	0,00	35.370,00
430975	IBARAMA	612,39	2.045,10	0,00	0,00	0,00	2.657,49	0,00	0,00	0,00
430980	IBIACA	285.731,06	40.348,86	90.000,00	0,00	0,00	283.892,07	0,00	0,00	132.187,86
430990	IBIRAIARAS	226.048,33	35.924,70	0,00	0,00	0,00	194.301,67	0,00	0,00	67.671,36
430995	IBIRAPUITA	37.056,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.056,24
431000	IBIRUBA	885.299,05	194.861,37	0,00	0,00	0,00	800.284,36	0,00	0,00	279.876,06
431010	IGREJINHA	1.690.394,93	433.545,74	1.367.092,09	0,00	0,00	3.151.372,77	0,00	0,00	339.660,00
431020	IJUI	14.471.737,28	9.094.315,45	9.781.606,26	0,00	0,00	30.112.263,99	0,00	0,00	3.235.395,00
431030	ILOPOLIS	182.679,84	103.377,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	286.057,44
431033	IMBE	908.425,17	230.744,77	0,00	0,00	0,00	1.139.169,95	0,00	0,00	0,00
431036	IMIGRANTE	56.461,76	15.814,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.275,84
431040	INDEPENDENCIA	86.438,51	36.611,86	0,00	0,00	0,00	123.050,37	0,00	0,00	0,00
431041	INHACORA	48.461,24	12.126,12	0,00	0,00	0,00	60.587,36	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

431043	IPE	12.456,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.456,16
431046	IPIRANGA DO SUL	1.201,32	305,22	0,00	0,00	0,00	1.506,55	0,00	0,00	0,00
431050	IRAI	1.564.207,91	168.838,10	400.619,81	0,00	0,00	2.076.857,82	0,00	0,00	56.808,00
431053	ITAARA	3.638,30	959,76	0,00	0,00	0,00	4.598,07	0,00	0,00	0,00
431055	ITACURUBI	896,33	227,24	90.000,00	0,00	0,00	91.123,57	0,00	0,00	0,00
431057	ITAPUCA	16.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.470,00
431060	ITAQUI	1.537.908,87	291.092,55	1.594.321,62	0,00	0,00	2.353.028,92	0,00	0,00	1.070.294,12
431065	ITATI	49.142,03	12.290,47	0,00	0,00	0,00	61.432,51	0,00	0,00	0,00
431070	ITATIBA DO SUL	117.090,03	24.498,99	40.687,26	0,00	0,00	182.276,28	0,00	0,00	0,00
431075	IVORA	114.205,79	28.641,35	37.230,23	0,00	0,00	180.077,36	0,00	0,00	0,00
431080	IVOTI	1.356.197,16	209.864,90	1.043.303,52	0,00	0,00	2.350.345,59	0,00	0,00	259.020,00
431085	JABOTICABA	387.986,95	58.758,30	0,00	0,00	0,00	412.333,56	0,00	0,00	34.411,68
431087	JACUIZINHO	2.256,02	572,45	0,00	0,00	0,00	2.828,47	0,00	0,00	0,00
431090	JACUTINGA	508.030,13	96.768,70	28.198,92	0,00	0,00	632.997,74	0,00	0,00	0,00
431100	JAGUARAO	2.778.544,47	504.581,97	1.086.149,79	0,00	0,00	3.872.116,23	0,00	0,00	497.160,00
431110	JAGUARI	1.051.854,42	263.209,62	468.353,11	0,00	0,00	1.625.917,16	0,00	0,00	157.500,00
431112	JAQUIRANA	138.025,43	0,00	33.619,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.644,51
431113	JARI	143,25	37,63	0,00	0,00	0,00	180,88	0,00	0,00	0,00
431115	JOIA	363.559,32	40.395,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	403.954,80
431120	JULIO DE CASTILHOS	1.340.659,74	343.249,70	1.113.648,84	0,00	0,00	2.159.296,28	0,00	0,00	638.262,00
431123	LAGOA BONITA DO SUL	10,48	2,96	0,00	0,00	0,00	13,44	0,00	0,00	0,00
431125	LAGOAO	123.837,42	33.273,42	0,00	0,00	0,00	97.591,86	0,00	0,00	59.518,98
431127	LAGOA DOS TRES CANTOS	2.145,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.145,60
431130	LAGOA VERMELHA	580.219,73	406.228,74	932.631,74	0,00	0,00	1.761.580,21	0,00	0,00	157.500,00
431140	LAJEADO	8.766.120,01	27.431.409,20	5.015.563,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.213.092,69
431142	LAJEADO DO BUGRE	374,75	95,09	0,00	0,00	0,00	469,83	0,00	0,00	0,00
431150	LAVRAS DO SUL	433.883,26	76.545,77	157.500,00	0,00	0,00	510.429,03	0,00	0,00	157.500,00
431160	LIBERATO SALZANO	24.743,66	6.295,33	60.000,00	0,00	0,00	50.269,00	0,00	0,00	40.770,00
431162	LINDOLFO COLLOR	24.790,73	6.305,49	0,00	0,00	0,00	31.096,22	0,00	0,00	0,00
431164	LINHA NOVA	4.956,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.956,94
431170	MACHADINHO	286.929,00	43.488,26	0,00	0,00	0,00	286.867,71	0,00	0,00	43.549,56
431171	MACAMBARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431173	MAMPITUBA	70.175,29	17.547,00	0,00	0,00	0,00	87.722,29	0,00	0,00	0,00
431175	MANOEL VIANA	71.762,62	19.439,54	0,00	0,00	0,00	91.202,16	0,00	0,00	0,00
431177	MAQUINE	381,35	0,00	0,00	0,00	0,00	381,35	0,00	0,00	0,00
431179	MARATA	12.758,64	3.233,76	0,00	0,00	0,00	12.496,80	0,00	0,00	3.495,60
431180	MARAU	2.863.041,53	716.249,28	1.499.459,94	0,00	0,00	4.126.945,55	0,00	0,00	951.805,20
431190	MARCELINO RAMOS	115.872,00	308.280,00	157.500,00	0,00	0,00	388.404,00	0,00	0,00	193.248,00
431198	MARIANA PIMENTEL	1.758,14	446,51	0,00	0,00	0,00	2.204,65	0,00	0,00	0,00
431200	MARIANO MORO	91.159,02	12.049,50	0,00	0,00	0,00	103.208,52	0,00	0,00	0,00
431205	MARQUES DE SOUZA	373.426,68	423.655,05	377.837,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.174.918,94
431210	MATA	463.111,39	115.140,40	0,00	0,00	0,00	578.251,80	0,00	0,00	0,00
431213	MATO CASTELHANO	6.353,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.353,10
431215	MATO LEITAO	34.806,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.806,60
431217	MATO QUEIMADO	48.841,73	12.213,91	0,00	0,00	0,00	61.055,64	0,00	0,00	0,00
431220	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	390.051,22	43.843,50	0,00	0,00	0,00	394.018,23	0,00	0,00	39.876,48
431225	MINAS DO LEAO	66.272,92	16.859,83	0,00	0,00	0,00	83.132,74	0,00	0,00	0,00
431230	MIRAGUAI	41.317,20	32,04	0,00	0,00	0,00	32,04	0,00	0,00	41.317,20
431235	MONTAURI	2.067,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.067,30
431237	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	2.736,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.736,36
431238	MONTE BELO DO SUL	20.354,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.354,76
431240	MONTENEGRO	11.911.753,60	3.828.330,64	4.343.169,26	0,00	0,00	18.353.093,49	0,00	0,00	1.730.160,00
431242	MORMACO	24.146,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.146,28
431244	MORRINHOS DO SUL	3.994,21	1.016,81	0,00	0,00	0,00	5.011,02	0,00	0,00	0,00
431245	MORRO REDONDO	362.142,60	50.894,76	0,00	0,00	0,00	413.037,35	0,00	0,00	0,00
431247	MORRO REUTER	10.547,59	2.680,68	0,00	0,00	0,00	13.228,27	0,00	0,00	0,00
431250	MOSTARDAS	978.330,04	194.804,80	45.281,72	0,00	0,00	1.218.416,56	0,00	0,00	0,00
431260	MUCUM	289.792,44	31.465,80	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	411.258,24
431261	MUITOS CAPOES	6.464,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.464,28
431262	MULITERNO	2.543,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.543,40
431265	NAO-ME-TOQUE	560.650,72	146.441,12	0,00	0,00	0,00	707.091,84	0,00	0,00	0,00
431267	NICOLAU VERGUEIRO	287,42	72,43	0,00	0,00	0,00	359,85	0,00	0,00	0,00
431270	NONOAI	1.210.382,47	817.476,77	594.091,40	0,00	0,00	2.464.450,64	0,00	0,00	157.500,00
431275	NOVA ALVORADA	88.517,34	15.630,52	60.000,00	0,00	0,00	136.042,30	0,00	0,00	28.105,56
431280	NOVA ARACA	33.118,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.118,83
431290	NOVA BASSANO	315.849,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.849,94
431295	NOVA BOA VISTA	13.878,00	623,92	0,00	0,00	0,00	623,92	0,00	0,00	13.878,00
431300	NOVA BRESCIA	230.925,48	33.684,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.609,96
431301	NOVA CANDELARIA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
431303	NOVA ESPERANCA DO SUL	100.995,80	29.626,24	0,00	0,00	0,00	130.622,04	0,00	0,00	0,00
431306	NOVA HARTZ	83.924,21	21.361,49	0,00	0,00	0,00	105.285,70	0,00	0,00	0,00
431308	NOVA PADUA	5.686,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.686,58
431310	NOVA PALMA	648.209,77	163.902,99	956.759,16	0,00	0,00	1.291.511,93	0,00	0,00	477.360,00
431320	NOVA PETROPOLIS	1.469.434,86	190.190,86	549.421,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.209.047,39
431330	NOVA PRATA	1.343.126,27	1.563.902,16	752.060,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.659.088,76
431333	NOVA RAMADA	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00
431335	NOVA ROMA DO SUL	9.564,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.564,12
431337	NOVA SANTA RITA	234.450,61	21.393,69	339.660,00	0,00	0,00	77.752,30	0,00	0,00	517.752,00
431339	NOVO CABRAIS	500,09	141,16	0,00	0,00	0,00	641,25	0,00	0,00	0,00
431340	NOVO HAMBURGO	41.105.572,40	10.608.548,61	4.128.462,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.842.583,55
431342	NOVO MACHADO	48.423,63	12.107,93	0,00	0,00	0,00	60.531,56	0,00	0,00	0,00
431344	NOVO TIRADENTES	16.362,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.362,00
431346	NOVO XINGU	348,67	89,29	0,00	0,00	0,00	437,96	0,00	0,00	0,00
431349	NOVO BARREIRO	34.263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.263,00
431350	OSORIO	4.899.710,99	845.452,12	2.914.148,32	0,00	0,00	6.890.880,55	0,00	0,00	1.768.430,88
431360	PAIM FILHO	494.352,91	76.467,13	90.000,00	0,00	0,00	529.241,12	0,00	0,00	131.578,92
431365	PALMARES DO SUL	970.841,44	183.288,66	157.500,00	0,00	0,00	1.154.130,10	0,00	0,00	157.500,00
431370	PALMEIRA DAS MISSOES	2.672.529,38	642.107,82	2.152.732,30	0,00	0,00	3.706.899,00	0,00	0,00	1.760.470,50
431380	PALMITINHO	926.519,15	94.218,25	157.500,00	0,00	0,00	970.301,40	0,00	0,00	207.936,00
431390	PANAMBI	2.971.591,01	742.897,75	677.995,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.392.484,17
431395	PANTANO GRANDE	83.466,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.466,00
431400	PARAI	401.835,63	15.575,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	417.411,35
431402	PARAISO DO SUL	437.197,74	108.672,56	0,00	0,00	0,00	545.870,29	0,00	0,00	0,00
431403	PARECI NOVO	2.020,42	509,24	0,00	0,00	0,00	2.529,66	0,00	0,00	0,00
431405	PAROBE	1.927.842,01	581.435,03	2.922.085,01	0,00	0,00	4.491.702,06	0,00	0,00	939.660,00
431406	PASSA SETE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431407	PASSO DO SOBRADO	40.603,74	11.632,92	0,00	0,00	0,00	52.236,66	0,00	0,00	0,00
431410	PASSO FUNDO	63.206.667,64	44.126.634,46	33.644.510,33	0,00	0,00	138.001.917,43	0,00	0,00	2.975.895,00
431413	PAULO BENTO	713,73	204,57	0,00	0,00	0,00	918,30	0,00	0,00	0,00
431415	PAVERAMA	50.037,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.037,12
431417	PEDRAS ALTAS	11.740,02	1.687,84	0,00	0,00	0,00	13.427,86	0,00	0,00	0,00
431420	PEDRO OSORIO	988.393,48	181.953,40	156.389,28	0,00	0,00	1.326.736,16	0,00	0,00	0,00
431430	PEJUCARA	197.297,45	27.747,82	0,00	0,00	0,00	225.045,26	0,00	0,00	0,00
431440	PELOTAS	63.824.882,55	41.413.154,79	35.472.025,33	0,00	0,00	0,00	11.218.920,66	0,00	129.491.142,00
431442	PICADA CAFE	146.177,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146.177,51
431445	PINHAL	18.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.360,00
431446	PINHAL DA SERRA	6.000,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,12
431447	PINHAL GRANDE	271.441,37	67.530,83	18.471,49	0,00	0,00	357.443,68	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

431449	PINHEIRINHO DO VALE	33.372,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.372,00
431450	PINHEIRO MACHADO	1.630.363,82	209.759,39	497.160,00	0,00	0,00	1.432.123,21	0,00	0,00	905.160,00
431455	PIRAPO	92.343,84	11.828,91	0,00	0,00	0,00	104.172,74	0,00	0,00	0,00
431460	PIRATINI	4.087.177,17	848.386,21	1.424.195,35	0,00	0,00	5.862.598,73	0,00	0,00	497.160,00
431470	PLANALTO	807.681,46	110.390,85	247.500,00	0,00	0,00	932.688,30	0,00	0,00	232.884,00
431475	POCO DAS ANTAS	3.260,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.260,39
431477	PONTAO	33.625,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.625,26
431478	PONTE PRETA	286,36	72,86	0,00	0,00	0,00	359,22	0,00	0,00	0,00
431480	PORTAO	1.782.482,01	237.473,49	408.756,86	0,00	0,00	2.428.712,36	0,00	0,00	0,00
431490	PORTO ALEGRE	434.830.671,22	263.133.620,00	144.302.084,59	0,00	0,00	3.124.800,00	129.785.514,06	0,00	709.356.061,75
431500	PORTO LUCENA	412.607,90	55.423,61	0,00	0,00	0,00	468.031,51	0,00	0,00	0,00
431505	PORTO MAUA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431507	PORTO VERA CRUZ	90.127,51	32,47	0,00	0,00	0,00	90.159,97	0,00	0,00	0,00
431510	PORTO XAVIER	982.166,31	117.745,56	404.347,16	0,00	0,00	759.333,14	0,00	0,00	744.925,89
431513	POUSO NOVO	2.465,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.465,10
431514	PRESIDENTE LUCENA	668,05	169,45	0,00	0,00	0,00	837,50	0,00	0,00	0,00
431515	PROGRESSO	554.351,72	142.121,88	0,00	0,00	0,00	696.473,60	0,00	0,00	0,00
431517	PROTASIO ALVES	12.490,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.490,73
431520	PUTINGA	153.143,06	38.160,67	0,00	0,00	0,00	191.303,73	0,00	0,00	0,00
431530	QUARAI	729.971,04	174.766,10	999.542,85	0,00	0,00	1.148.777,08	0,00	0,00	755.502,91
431531	QUATRO IRMAOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431532	QUEVEDOS	6.630,73	1.778,21	90.000,00	0,00	0,00	98.408,94	0,00	0,00	0,00
431535	QUINZE DE NOVEMBRO	155.145,90	24.193,61	43.388,84	0,00	0,00	222.728,36	0,00	0,00	0,00
431540	REDENTORA	291.581,90	73.445,44	157.500,00	0,00	0,00	365.027,34	0,00	0,00	157.500,00
431545	RELVADO	15.887,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.887,17
431550	RESTINGA SECA	1.031.608,66	14.170,41	306.490,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.352.269,95
431555	RIO DOS INDIOS	11,17	2,83	90.000,00	0,00	0,00	90.014,00	0,00	0,00	0,00
431560	RIO GRANDE	24.952.203,19	17.408.674,42	16.264.188,57	0,00	0,00	56.661.611,19	0,00	0,00	1.963.455,00
431570	RIO PARDO	3.592.528,93	2.342.794,78	556.685,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.492.009,25
431575	RIOZINHO	131.160,76	33.558,52	40.623,46	0,00	0,00	205.342,75	0,00	0,00	0,00
431580	ROCA SALES	367.598,04	103.984,87	0,00	0,00	0,00	471.582,91	0,00	0,00	0,00
431590	RODEIO BONITO	1.941.790,60	265.085,08	937.400,44	0,00	0,00	2.924.352,11	0,00	0,00	219.924,00
431595	ROLADOR	39,56	10,06	0,00	0,00	0,00	49,63	0,00	0,00	0,00
431600	ROLANTE	529.198,84	135.597,66	620.628,01	0,00	0,00	893.551,34	0,00	0,00	391.873,17
431610	RONDA ALTA	1.265.741,51	262.593,08	397.506,79	0,00	0,00	1.693.497,37	0,00	0,00	232.344,00
431620	RONDINHA	205.289,20	51.700,20	0,00	0,00	0,00	256.989,39	0,00	0,00	0,00
431630	ROQUE GONZALES	362.612,01	91.819,10	0,00	0,00	0,00	454.431,11	0,00	0,00	0,00
431640	ROSARIO DO SUL	4.003.870,06	540.410,00	2.434.814,99	0,00	0,00	5.893.654,99	0,00	0,00	1.085.440,06
431642	SAGRADA FAMILIA	22.149,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.149,00
431643	SALDANHA MARINHO	156.821,91	20.381,24	40.373,71	0,00	0,00	217.576,87	0,00	0,00	0,00
431645	SALTO DO JACUI	325.494,23	82.636,26	0,00	0,00	0,00	408.130,50	0,00	0,00	0,00
431647	SALVADOR DAS MISSOES	3.295,77	885,14	90.000,00	0,00	0,00	94.180,92	0,00	0,00	0,00
431650	SALVADOR DO SUL	260.379,48	65.161,63	0,00	0,00	0,00	315.837,31	0,00	0,00	9.703,80
431660	SANANDUVA	1.131.704,03	289.271,69	364.304,29	0,00	0,00	1.482.224,81	0,00	0,00	303.055,20
431670	SANTA BARBARA DO SUL	522.861,75	130.750,63	0,00	0,00	0,00	653.612,38	0,00	0,00	0,00
431673	SANTA CECILIA DO SUL	10.395,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.395,90
431675	SANTA CLARA DO SUL	101.322,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.322,50
431680	SANTA CRUZ DO SUL	27.206.671,25	11.215.833,11	9.734.687,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.157.191,41
431690	SANTA MARIA	21.788.005,45	14.273.806,05	15.406.028,57	0,00	0,00	45.277.625,06	0,00	0,00	6.190.215,00
431695	SANTA MARIA DO HERVAL	24.296,61	6.144,40	0,00	0,00	0,00	30.441,01	0,00	0,00	0,00
431697	SANTA MARGARIDA DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431700	SANTANA DA BOA VISTA	587.633,72	112.497,78	157.500,00	0,00	0,00	700.131,49	0,00	0,00	157.500,00
431710	SANTANA DO LIVRAMENTO	10.920.748,79	79.906,56	2.114.656,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.115.311,61
431720	SANTA ROSA	17.291.704,30	8.879.941,24	8.403.194,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.574.840,10
431725	SANTA TEREZA	14.132,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.132,38
431730	SANTA VITORIA DO PALMAR	1.804.108,07	279.807,33	885.985,26	0,00	0,00	2.415.365,66	0,00	0,00	554.535,00
431740	SANTIAGO	6.889.389,55	2.856.689,81	3.341.077,56	0,00	0,00	11.472.895,06	0,00	0,00	1.614.261,86
431750	SANTO ANGELO	8.702.120,15	3.889.224,57	7.476.360,70	0,00	0,00	18.029.850,43	0,00	0,00	2.037.855,00
431755	SANTO ANTONIO DO PALMA	2.941,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.941,20
431760	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	4.437.585,99	735.371,77	286.608,00	0,00	0,00	4.962.405,76	0,00	0,00	497.160,00
431770	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	437.097,01	111.110,81	157.500,00	0,00	0,00	548.207,83	0,00	0,00	157.500,00
431775	SANTO ANTONIO DO PLANALTO	2.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.700,00
431780	SANTO AUGUSTO	1.485.304,56	357.934,34	0,00	0,00	0,00	1.742.150,89	0,00	0,00	101.088,00
431790	SANTO CRISTO	1.434.709,32	211.612,89	723.616,78	0,00	0,00	2.192.868,49	0,00	0,00	177.070,50
431795	SANTO EXPEDITO DO SUL	35.220,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.220,06
431800	SAO BORJA	9.003.675,49	1.227.773,93	4.385.251,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.616.700,89
431805	SAO DOMINGOS DO SUL	157.745,16	41.836,85	0,00	0,00	0,00	195.525,70	0,00	0,00	4.056,30
431810	SAO FRANCISCO DE ASSIS	1.722.680,84	363.318,45	497.160,00	0,00	0,00	2.085.999,29	0,00	0,00	497.160,00
431820	SAO FRANCISCO DE PAULA	738.113,23	164.267,57	416.520,00	0,00	0,00	821.740,81	0,00	0,00	497.160,00
431830	SAO GABRIEL	4.650.514,20	1.947.418,07	2.352.088,66	0,00	0,00	7.691.869,15	0,00	0,00	1.258.151,79
431840	SAO JERONIMO	2.493.082,29	353.380,80	1.617.448,51	0,00	0,00	4.124.251,60	0,00	0,00	339.659,99
431842	SAO JOAO DA URTIGA	48.048,01	12.013,62	0,00	0,00	0,00	21.244,99	0,00	0,00	38.816,64
431843	SAO JOAO DO POLESINE	1.686,49	448,11	0,00	0,00	0,00	2.134,60	0,00	0,00	0,00
431844	SAO JORGE	22.439,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.439,25
431845	SAO JOSE DAS MISSOES	1.195,86	307,11	90.000,00	0,00	0,00	91.502,96	0,00	0,00	0,00
431846	SAO JOSE DO HERVAL	117.148,07	22.502,70	19.826,06	0,00	0,00	130.345,63	0,00	0,00	29.131,20
431848	SAO JOSE DO HORTENCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431849	SAO JOSE DO INHACORA	37.761,55	8.963,80	39.216,95	0,00	0,00	83.001,10	0,00	0,00	2.941,20
431850	SAO JOSE DO NORTE	2.510.913,68	0,00	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.668.413,68
431860	SAO JOSE DO OURO	467.614,13	124.472,11	481.843,45	0,00	0,00	858.403,46	0,00	0,00	215.526,24
431861	SAO JOSE DO SUL	6.520,52	1.656,96	0,00	0,00	0,00	8.177,48	0,00	0,00	0,00
431862	SAO JOSE DOS AUSENTES	32.721,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.721,53
431870	SAO LEOPOLDO	16.336.575,42	10.868.670,40	3.064.104,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.269.349,83
431880	SAO LOURENCO DO SUL	6.332.472,57	869.675,81	3.815.013,96	0,00	0,00	8.325.442,33	0,00	0,00	2.691.720,00
431890	SAO LUIZ GONZAGA	3.612.748,57	920.359,39	2.650.749,24	0,00	0,00	6.052.962,20	0,00	0,00	1.130.895,00
431900	SAO MARCOS	1.407.926,50	46.363,47	575.395,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.029.685,94
431910	SAO MARTINHO	243.371,56	120.930,25	90.000,00	0,00	0,00	257.403,71	0,00	0,00	196.898,10
431912	SAO MARTINHO DA SERRA	1.466,06	393,03	0,00	0,00	0,00	1.859,09	0,00	0,00	0,00
431915	SAO MIGUEL DAS MISSOES	666.175,74	169.778,86	0,00	0,00	0,00	835.954,60	0,00	0,00	0,00
431920	SAO NICOLAU	12.949,58	3.296,51	157.500,00	0,00	0,00	16.246,09	0,00	0,00	157.500,00
431930	SAO PAULO DAS MISSOES	309.071,82	77.863,32	0,00	0,00	0,00	386.935,14	0,00	0,00	0,00
431935	SAO PEDRO DA SERRA	12.721,56	0,00	0,00	0,00	0,00	7.947,96	0,00	0,00	4.773,60
431936	SAO PEDRO DAS MISSOES	264,86	67,76	0,00	0,00	0,00	332,62	0,00	0,00	0,00
431937	SAO PEDRO DO BUTIA	9.468,59	2.410,16	0,00	0,00	0,00	11.878,75	0,00	0,00	0,00
431940	SAO PEDRO DO SUL	1.660.947,90	440.818,39	497.160,00	0,00	0,00	2.101.766,29	0,00	0,00	497.160,00
431950	SAO SEBASTIAO DO CAI	1.653.157,73	216.778,90	497.160,00	0,00	0,00	1.869.936,63	0,00	0,00	497.160,00
431960	SAO SEPE	1.668.045,64	416.179,96	1.145.612,28	0,00	0,00	2.574.277,88	0,00	0,00	655.560,00
431970	SAO VALENTIM	60.133,66	15.304,47	0,00	0,00	0,00	75.438,13	0,00	0,00	0,00
431971	SAO VALENTIM DO SUL	551,52	151,99	0,00	0,00	0,00	703,51	0,00	0,00	0,00
431973	SAO VALERIO DO SUL	13,17	3,73	0,00	0,00	0,00	16,89	0,00	0,00	0,01
431975	SAO VENDELINO	3.825,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.825,77
431980	SAO VICENTE DO SUL	316.326,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.550,00	0,00	0,00	61.776,00
431990	SAPIRANGA	7.635.361,52	1.787.732,80	3.219.581,52	0,00	0,00	11.577.254,24	0,00	0,00	1.065.421,60
432000	SAPUCAIA DO SUL	22.379.020,47	1.435.762,74	1.195.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.010.283,21
432010	SARANDI	1.110.658,50	285.011,26	452.707,16	0,00	0,00	1.530.064,92	0,00	0,00	318.312,00
432020	SEBERI	869.675,45	85.195,87	822.571,35	0,00	0,00	1.079.264,67	0,00	0,00	698.178,00
432023	SEDE NOVA	1.559,18	396,16	90.000,00	0,00	0,00	91.955,34	0,00	0,00	0,00
432026	SEGREDO	274.608,57	73.490,10	0,00	0,00	0,00	348.098,67	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

432030	SELBACH	367.038,65	58.505,46	0,00	0,00	0,00	425.544,10	0,00	0,00	0,00
432032	SENADOR SALGADO FILHO	1.076,10	273,93	0,00	0,00	0,00	1.350,03	0,00	0,00	0,00
432035	SENTINELA DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432040	SERAFINA CORREA	925.529,86	231.382,48	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.314.412,33
432045	SERIO	128.399,43	0,00	51.600,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
432050	SERTAO	763.423,31	102.468,18	0,00	0,00	0,00	809.893,84	0,00	0,00	55.997,64
432055	SERTAO SANTANA	44.218,04	11.254,50	0,00	0,00	0,00	55.472,54	0,00	0,00	0,00
432057	SETE DE SETEMBRO	48.639,57	12.162,82	0,00	0,00	0,00	60.802,39	0,00	0,00	0,00
432060	SEVERIANO DE ALMEIDA	441.737,36	66.653,84	0,00	0,00	0,00	465.245,19	0,00	0,00	43.146,00
432065	SILVEIRA MARTINS	1.318,44	329,57	0,00	0,00	0,00	1.648,01	0,00	0,00	0,00
432067	SINIMBU	325.616,02	53.693,10	369.081,36	0,00	0,00	478.771,36	0,00	0,00	269.619,12
432070	SOBRADINHO	1.575.540,88	390.534,74	0,00	0,00	0,00	1.966.075,62	0,00	0,00	0,00
432080	SOLEDADE	3.681.291,27	679.211,58	1.072.615,65	0,00	0,00	4.772.543,81	0,00	0,00	660.574,68
432085	TABAI	153,05	43,41	0,00	0,00	0,00	196,46	0,00	0,00	0,00
432090	TAPEJARA	1.748.061,34	273.036,74	1.430.709,72	0,00	0,00	2.954.647,81	0,00	0,00	497.160,00
432100	TAPERA	461.906,48	123.248,91	0,00	0,00	0,00	535.569,82	0,00	0,00	49.585,56
432110	TAPES	746.662,74	109.706,54	292.142,64	0,00	0,00	991.011,93	0,00	0,00	157.500,00
432120	TAQUARA	3.413.445,47	1.119.596,88	1.476.696,00	0,00	0,00	3.931.458,34	0,00	0,00	2.078.280,00
432130	TAQUARI	888.430,46	2.289.104,76	247.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.425.035,22
432132	TAQUARUCU DO SUL	114.469,43	16.239,84	32.765,71	0,00	0,00	163.474,98	0,00	0,00	0,00
432135	TAVARES	175.506,44	44.582,79	157.500,00	0,00	0,00	220.089,23	0,00	0,00	157.500,00
432140	TENENTE PORTELA	4.213.252,87	647.942,51	1.912.891,88	0,00	0,00	6.158.127,26	0,00	0,00	615.960,00
432143	TERRA DE AREIA	198.150,57	50.432,65	157.500,00	0,00	0,00	248.583,22	0,00	0,00	157.500,00
432145	TEUTONIA	778.246,06	406.609,14	1.236.546,30	0,00	0,00	2.263.901,51	0,00	0,00	157.500,00
432146	TIO HUGO	23.521,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.521,50
432147	TIRADENTES DO SUL	45.252,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	45.252,00
432149	TOROPI	7.875,90	2.108,61	0,00	0,00	0,00	9.984,51	0,00	0,00	0,00
432150	TORRES	7.519.328,71	1.251.523,73	3.320.310,85	0,00	0,00	11.132.003,28	0,00	0,00	959.160,00
432160	TRAMANDAI	11.368.037,56	2.570.385,96	2.332.200,59	0,00	0,00	14.654.089,12	0,00	0,00	1.616.535,00
432162	TRAVESSEIRO	207,70	58,63	0,00	0,00	0,00	266,32	0,00	0,00	0,00
432163	TRES ARROIOS	176.696,82	24.435,12	30.508,55	0,00	0,00	211.336,50	0,00	0,00	20.304,00
432166	TRES CACHOEIRAS	110.842,58	28.206,64	157.500,00	0,00	0,00	139.049,22	0,00	0,00	157.500,00
432170	TRES COROAS	708.225,35	180.415,82	339.660,00	0,00	0,00	888.641,18	0,00	0,00	339.660,00
432180	TRES DE MAIO	4.042.984,99	993.691,05	2.580.548,77	0,00	0,00	7.120.064,82	0,00	0,00	497.160,00
432183	TRES FORQUILHAS	7.075,72	1.793,26	0,00	0,00	0,00	8.868,97	0,00	0,00	0,00
432185	TRES PALMEIRAS	31.536,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.536,00
432190	TRES PASSOS	4.780.010,74	835.470,21	1.913.461,24	0,00	0,00	6.819.076,19	0,00	0,00	709.866,00
432195	TRINDADE DO SUL	269.445,82	67.836,81	157.500,00	0,00	0,00	337.282,64	0,00	0,00	157.500,00
432200	TRIUNFO	1.465.384,15	227.634,93	497.160,00	0,00	0,00	1.693.019,08	0,00	0,00	497.160,00
432210	TUCUNDUVA	294.293,93	95.854,85	0,00	0,00	0,00	390.148,78	0,00	0,00	0,00
432215	TUNAS	41.169,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.169,06
432218	TUPANCI DO SUL	2.067,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.067,30
432220	TUPANCIRETA	1.243.131,24	201.967,59	767.482,55	0,00	0,00	1.715.421,38	0,00	0,00	497.160,00
432225	TUPANDI	13.405,43	3.407,89	0,00	0,00	0,00	16.813,32	0,00	0,00	0,00
432230	TUPARENDI	139.808,71	113.738,68	157.500,00	0,00	0,00	253.547,39	0,00	0,00	157.500,00
432232	TURUCU	71.885,29	18.293,41	0,00	0,00	0,00	90.178,69	0,00	0,00	0,00
432234	UBIRETAMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432235	UNIAO DA SERRA	3.472,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.472,59
432237	UNISTALDA	1.769,11	463,73	0,00	0,00	0,00	2.232,84	0,00	0,00	0,00
432240	URUGUAIANA	14.775.578,10	5.048.066,57	3.058.036,83	0,00	0,00	18.249.568,54	0,00	0,00	4.632.112,96
432250	VACARIA	6.157.022,75	2.332.344,47	2.400.927,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.890.294,39
432252	VALE VERDE	596,54	165,15	0,00	0,00	0,00	761,69	0,00	0,00	0,00
432253	VALE DO SOL	390.168,79	73.561,61	0,00	0,00	0,00	366.616,80	0,00	0,00	97.113,60
432254	VALE REAL	21.004,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.004,30
432255	VANINI	2.784,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.784,60
432260	VENANCIO AIRES	6.935.713,59	2.761.637,04	3.119.493,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.816.843,69
432270	VERA CRUZ	1.602.666,00	0,00	157.500,00	0,00	0,00	952.835,04	0,00	0,00	807.330,96
432280	VERANOPOLIS	1.764.345,65	737.282,81	764.579,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.266.207,59
432285	VESPASIANO CORREA	17.560,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.560,57
432290	VIADUTOS	557.323,62	91.411,50	107.768,60	0,00	0,00	756.503,73	0,00	0,00	0,00
432300	VIAMAO	11.680.054,66	9.852.272,51	4.895.639,78	0,00	0,00	24.999.036,96	0,00	0,00	1.428.930,00
432310	VICENTE DUTRA	205.645,44	23.106,74	29.023,35	0,00	0,00	220.731,53	0,00	0,00	37.044,00
432320	VICTOR GRAEFF	52.764,04	13.683,87	0,00	0,00	0,00	62.391,60	0,00	0,00	4.056,30
432330	VILA FLORES	19.835,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.835,88
432335	VILA LANGARO	974,55	271,76	0,00	0,00	0,00	1.246,31	0,00	0,00	0,00
432340	VILA MARIA	182.190,75	17.070,90	28.572,79	0,00	0,00	192.470,56	0,00	0,00	35.363,88
432345	VILA NOVA DO SUL	8.883,60	2.379,00	90.000,00	0,00	0,00	101.262,60	0,00	0,00	0,00
432350	VISTA ALEGRE	20.412,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	20.412,00
432360	VISTA ALEGRE DO PRATA	973,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	973,11
432370	VISTA GAUCHA	232.756,85	26.918,75	11.722,01	0,00	0,00	271.397,62	0,00	0,00	0,00
432375	VITORIA DAS MISSOES	4.463,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.463,00
432377	WESTFALIA	7.159,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.159,33
432380	XANGRI-LA	388.421,13	98.673,00	157.500,00	0,00	0,00	487.094,13	0,00	0,00	157.500,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.701.566.181,90

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	431490 - PORTO ALEGRE	Hospital Femina de Porto Alegre	2265052	328	04-03-2005	10.659.844,32
Estadual	431560 - RIO GRANDE	Hosp.Univesitário Dr. Miguel Corrêa Jr.	2707675	65	01-01-2005	10.349.330,94
Municipal	431440 - PELOTAS	Hospital da Fundação de Apoio Universitário	2252694	22	05-01-2005	11.218.920,66
Estadual	431690 - SANTA MARIA	Hospital Universitário de Santa Maria	2244306	23	05-01-2005	25.192.322,57
Municipal	431490 - PORTO ALEGRE	Hospital Cristo Redentor de Porto Alegre	2265060	327	04-03-2005	13.558.358,28
Municipal	431490 - PORTO ALEGRE	Hospital de Clinicas de Porto Alegre	2237601	2353	26-10-2004	51.208.448,58
Municipal	431490 - PORTO ALEGRE	Hospital Nossa Sra. Conceição de Porto Alegre	2237571	329	04-03-2005	54.358.862,88
TOTAL						176.546.088,23

PORTARIA Nº 756, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado de Sergipe.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria n°. 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº. 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº. 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, por meio do Ofício n.º 441/2016 - GS/CIE/SES, de 26 de abril de 2016, e Deliberação do Colegiado Interfederativo Estadual nº 56/2016, de 26 de abril de 2016, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Sergipe, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 472.235.484,30, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	219.415.409,43	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	247.629.466,59	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	5.190.608,28	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 2.527.800,00, e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 16.236.948,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0028 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 7ª parcela de 2016 com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SERGIPE

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	142.213.861,27
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	77.201.548,16
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	219.415.409,43

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SERGIPE

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no FundoNacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
280010	AMPARO DE SAO FRANCISCO	28.171,61	0,00	0,00	18.403,11	0,00	4.916,12	0,00	0,00	41.658,60
280020	AQUIDABA	388.121,17	0,00	0,00	334.525,40	0,00	131.095,13	0,00	0,00	591.551,44
280030	ARACAJU	57.997.807,13	70.249.572,98	11.426.130,42	73.960.574,92	0,00	42.830.376,46	5.190.608,28	0,00	165.613.100,71
280040	ARAUA	176.674,63	0,00	88.380,00	33.825,42	0,00	0,00	0,00	0,00	298.880,05
280050	AREIA BRANCA	185.829,38	0,00	0,00	5,32	0,00	184.634,70	0,00	0,00	1.200,00
280060	BARRA DOS COQUEIROS	334.544,12	0,00	159.084,00	99.674,48	0,00	0,00	0,00	0,00	593.302,60
280067	BOQUIM	786.143,37	390.335,08	1.382.511,53	390.268,43	0,00	1.957.188,99	0,00	0,00	992.069,42
280070	BREJO GRANDE	66.046,29	0,00	0,00	30.927,68	0,00	23.279,26	0,00	0,00	73.694,71
280100	CAMPO DO BRITO	232.040,19	0,00	12.823,47	374.346,45	0,00	86.448,00	0,00	0,00	532.762,11
280110	CANHOBA	35.492,86	0,00	0,00	22.332,62	0,00	0,00	0,00	0,00	57.825,48
280120	CANINDE DE SAO FRANCISCO	934.936,19	0,00	105.600,00	1.340.286,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.380.823,12
280130	CAPELA	1.208.957,47	7.843,40	110.636,15	165.145,03	0,00	1.120.094,59	0,00	0,00	372.487,46
280140	CARIRA	172.630,97	0,00	75.126,24	384.976,93	0,00	0,00	0,00	0,00	632.734,14
280150	CARMOPOLIS	153.944,82	0,00	23.481,83	8,97	0,00	0,00	0,00	0,00	177.435,62
280160	CEDRO DE SAO JOAO	59.660,16	0,00	0,00	21.305,17	0,00	4.169,89	0,00	0,00	76.795,44
280170	CRISTINAPOLIS	299.791,11	0,00	0,00	524.240,66	0,00	165.351,78	0,00	0,00	658.679,99
280190	CUMBE	55.402,86	0,00	0,00	19.081,07	0,00	27.125,68	0,00	0,00	47.358,25
280200	DIVINA PASTORA	37.562,15	0,00	0,00	4,54	0,00	20.095,24	0,00	0,00	17.471,45
280210	ESTANCIA	3.682.024,19	5.229.690,57	184.800,00	531.072,77	0,00	0,00	0,00	0,00	9.627.587,53
280220	FEIRA NOVA	40.473,03	0,00	0,00	23.133,02	0,00	32.304,77	0,00	0,00	31.301,28
280230	FREI PAULO	112.689,86	0,00	97.218,00	35.161,53	0,00	0,00	0,00	0,00	245.069,39
280240	GARARU	107.284,21	0,00	0,00	42.204,80	0,00	61.480,89	0,00	0,00	88.008,12
280250	GENERAL MAYNARD	10.521,41	0,00	0,00	966,60	0,00	11.488,01	0,00	0,00	0,00
280260	GRACHO CARDOSO	43.096,66	0,00	0,00	24.977,03	0,00	0,00	0,00	0,00	68.073,69
280270	ILHA DAS FLORES	159.266,44	0,00	0,00	32.113,38	0,00	25.940,86	0,00	0,00	165.438,96
280280	INDIAROBA	346.467,43	0,00	106.056,00	43.399,48	0,00	179.153,62	0,00	0,00	316.769,29
280290	ITABAIANA	5.245.322,81	7.038.840,42	746.652,56	1.995.117,63	0,00	4.059.345,50	0,00	0,00	10.966.587,92
280300	ITABAIANINHA	747.432,80	0,00	216.559,20	260.229,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.224.221,85
280310	ITABI	30.693,85	0,00	0,00	25.169,43	0,00	30.693,88	0,00	0,00	25.169,40
280320	ITAPORANGA D'AJUDA	687.312,26	0,00	165.617,73	212.394,52	0,00	119.988,00	0,00	0,00	945.336,51
280330	JAPARATUBA	317.528,81	0,00	47.873,56	122.259,73	0,00	0,00	0,00	0,00	487.662,10
280340	JAPOATA	179.824,77	25.485,01	0,00	119.237,35	0,00	0,00	0,00	0,00	324.547,13
280350	LAGARTO	5.528.265,68	4.727.381,81	669.537,19	12.388.999,26	0,00	0,00	0,00	0,00	23.314.183,94
280360	LARANJEIRAS	459.812,77	2.632,92	105.600,00	339.667,75	0,00	29.820,00	0,00	0,00	877.893,44
280370	MACAMBIRA	12.118,51	0,00	0,00	20.934,31	0,00	0,00	0,00	0,00	33.052,82
280380	MALHADA DOS BOIS	21.668,39	0,00	0,00	16.729,36	0,00	7.147,71	0,00	0,00	31.250,04
280390	MALHADOR	74.074,20	0,00	0,00	95.683,00	0,00	34.335,62	0,00	0,00	135.421,58
280400	MARUIM	276.703,53	204.208,35	123.732,00	261.901,28	0,00	106.874,40	0,00	0,00	759.670,76
280410	MOITA BONITA	157.597,72	0,00	0,00	28.204,87	0,00	102.661,58	0,00	0,00	83.141,01
280420	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	215.910,39	0,00	97.218,00	47.543,87	0,00	0,00	0,00	0,00	360.672,26
280430	MURIBECA	67.434,39	0,00	0,00	21.741,05	0,00	38.425,64	0,00	0,00	50.749,80
280440	NEOPOLIS	424.709,56	108.332,37	146.645,16	389.144,01	0,00	346.365,10	0,00	0,00	722.466,00
280445	NOSSA SENHORA APARECIDA	45.665,90	0,00	0,00	26.634,90	0,00	17.475,08	0,00	0,00	54.825,72
280450	NOSSA SENHORA DA GLORIA	1.742.859,11	4.935.225,76	0,00	109.043,30	0,00	6.566.581,73	0,00	0,00	220.546,44
280460	NOSSA SENHORA DAS DORES	520.741,95	54.032,73	59.305,97	129.965,50	0,00	0,00	0,00	0,00	764.046,15
280470	NOSSA SENHORA DE LOURDES	77.830,51	0,00	0,00	30.226,68	0,00	48.116,83	0,00	0,00	59.940,36
280480	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	10.016.133,13	5.235.717,94	105.600,00	745.692,46	0,00	8.777.803,05	0,00	0,00	7.325.340,48
280490	PACATUBA	279.990,42	16.324,12	0,00	377.347,35	0,00	64.059,37	0,00	0,00	609.602,52
280500	PEDRA MOLE	8.323,34	0,00	0,00	16.739,10	0,00	0,00	0,00	0,00	25.062,44
280510	PEDRINHAS	62.042,07	0,00	0,00	25.724,29	0,00	44.614,12	0,00	0,00	43.152,24
280520	PINHAO	6.805,22	0,00	0,00	22.545,33	0,00	0,00	0,00	0,00	29.350,55
280530	PIRAMBU	69.549,81	0,00	0,00	26.087,60	0,00	0,00	0,00	0,00	95.637,41
280540	POCO REDONDO	299.182,98	0,00	1.353.453,05	70.816,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.723.452,22
280550	POCO VERDE	509.891,89	0,00	77.473,71	123.303,60	0,00	0,00	0,00	0,00	710.669,20
280560	PORTO DA FOLHA	752.286,39	0,00	1.307.046,04	77.444,59	0,00	154.032,00	0,00	0,00	1.982.745,02
280570	PROPRIA	1.761.507,80	5.437.105,14	105.600,00	407.476,98	0,00	5.050.911,72	0,00	0,00	2.660.778,20
280580	RIACHAO DO DANTAS	348.787,08	0,00	159.084,00	127.810,81	0,00	0,00	0,00	0,00	635.681,89
280590	RIACHUELO	139.855,67	22.124,93	11.773,10	3,36	0,00	173.757,06	0,00	0,00	0,00
280600	RIBEIROPOLIS	300.359,43	0,00	0,00	39.126,38	0,00	56.004,00	0,00	0,00	283.481,81
280610	ROSARIO DO CATETE	90.956,48	0,00	0,00	5,45	0,00	0,00	0,00	0,00	90.961,93

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

280620	SALGADO	314.685,98	0,00	0,00	242.335,62	0,00	195.703,67	0,00	0,00	361.317,93
280630	SANTA LUZIA DO ITANHY	120.512,83	0,00	0,00	33.511,62	0,00	38.438,01	0,00	0,00	115.586,44
280640	SANTANA DO SAO FRANCISCO	88.182,82	0,00	0,00	23.762,06	0,00	0,00	0,00	0,00	111.944,88
280650	SANTA ROSA DE LIMA	58.481,73	0,00	0,00	1,25	0,00	58.482,98	0,00	0,00	0,00
280660	SANTO AMARO DAS BROTAS	43.401,40	0,00	0,00	5,60	0,00	16.721,88	0,00	0,00	26.685,12
280670	SAO CRISTOVAO	3.062.859,66	8.858,63	184.800,00	382.330,00	0,00	2.688.789,81	0,00	0,00	950.058,48
280680	SAO DOMINGOS	59.839,58	0,00	0,00	28.392,89	0,00	62.081,23	0,00	0,00	26.151,24
280690	SAO FRANCISCO	22.083,00	0,00	0,00	15.716,45	0,00	18.436,25	0,00	0,00	19.363,20
280700	SAO MIGUEL DO ALEIXO	5.269,28	0,00	0,00	18.482,43	0,00	0,00	0,00	0,00	23.751,71
280710	SIMAO DIAS	1.069.741,91	0,00	1.200.000,00	276.244,77	0,00	153.572,40	0,00	0,00	2.392.414,28
280720	SIRIRI	46.429,84	0,00	0,00	22.409,81	0,00	27.599,55	0,00	0,00	41.240,10
280730	TELHA	35.585,22	0,00	0,00	17.234,46	0,00	9.850,68	0,00	0,00	42.969,00
280740	TOBIAS BARRETO	1.305.029,66	71.026,73	105.600,00	158.192,43	0,00	1.049.869,72	0,00	0,00	589.979,10
280750	TOMAR DO GERU	363.393,67	0,00	101.947,24	130.086,76	0,00	0,00	0,00	0,00	595.427,67
280760	UMBAUBA	521.758,48	0,00	159.083,97	480.200,60	0,00	187.845,60	0,00	0,00	973.197,45
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										247.629.466,59

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SERGIPE

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	280030 - ARACAJU	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFS	2534	80	16-01-2006	5.190.608,28
TOTAL						5.190.608,28

PORTARIA Nº 757, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado do Paraná.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699 GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204 GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná, por meio do Ofício nº. 019/016-CIB/PR, de 30 de maio de 2016, e as Deliberações CIB/PR nº 074, de 02 de maio de 2016, nº 087, de 13 de maio de 2016 e nº 092, de 30 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Paraná, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 2.364.000.130,43, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	927.066.199,00	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.367.857.526,01	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	69.076.405,42	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 11.919.600,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 67.392.990,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0041 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 7ª parcela de de 2016 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites referentes aos recursos programados na SES	401.555.340,44
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	525.510.858,56
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem retidos pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	927.066.199,00

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
410010	ABATIA	194.384,04	3.720,99	0,00	0,00	0,00	198.105,03	0,00	0,00	0,00
410020	ADRIANOPOLIS	38.213,02	0,00	0,00	0,00	0,00	38.213,02	0,00	0,00	0,00
410030	AGUDOS DO SUL	22.940,77	0,00	157.500,00	0,00	0,00	22.940,77	0,00	0,00	157.500,00
410040	ALMIRANTE TAMANDARE	2.155.011,30	658.813,71	0,00	0,00	0,00	2.416.790,01	0,00	0,00	397.035,00
410045	ALTAMIRA DO PARANA	193.712,76	12.883,68	0,00	26.212,44	0,00	0,00	0,00	0,00	232.808,88
410050	ALTONIA	905.219,56	37.200,00	157.500,00	121.968,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.221.888,52
410060	ALTO PARANA	320.238,96	28.404,00	0,00	0,00	0,00	348.642,96	0,00	0,00	0,00
410070	ALTO PIQUIRI	70.626,12	0,00	0,00	196.313,04	0,00	0,00	0,00	0,00	266.939,16
410080	ALVORADA DO SUL	107.063,10	0,00	130.980,48	0,00	0,00	148.043,58	0,00	0,00	90.000,00
410090	AMAPORA	85.596,67	24.402,51	22.963,80	0,00	0,00	132.962,98	0,00	0,00	0,00
410100	AMPERE	579.574,47	34.758,19	0,00	147.402,36	0,00	395.258,02	0,00	0,00	366.477,00
410105	ANAHY	3.397,01	0,00	90.000,00	0,00	0,00	3.397,01	0,00	0,00	90.000,00
410110	ANDIRA	925.428,94	45.456,44	0,00	0,00	0,00	631.225,38	0,00	0,00	339.660,00
410115	ANGULO	468,90	0,00	0,00	0,00	0,00	468,90	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

410120	ANTONINA	412.555,21	59.539,47	263.028,00	0,00	0,00	472.094,68	0,00	0,00	263.028,00
410130	ANTONIO OLINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410140	APUCARANA	17.741.511,17	10.102.340,40	8.389.130,16	1.512.467,29	0,00	0,00	0,00	0,00	37.745.449,02
410150	ARAPONGAS	14.525.198,70	7.680.098,48	9.630.335,15	0,00	0,00	29.572.357,33	0,00	0,00	2.263.275,00
410160	ARAPOTI	1.083.269,27	37.515,38	99.000,00	0,00	0,00	676.174,65	0,00	0,00	543.610,00
410165	ARAPUA	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
410170	ARARUNA	309.890,00	19.347,83	0,00	0,00	0,00	329.237,84	0,00	0,00	0,00
410180	ARAUCARIA	18.054.033,44	2.004.068,40	1.014.600,00	549.667,53	0,00	0,00	0,00	0,00	21.622.369,37
410185	ARIRANHA DO IVAI	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
410190	ASSAI	511.277,00	277.831,84	263.028,00	0,00	0,00	789.108,84	0,00	0,00	263.028,00
410200	ASSIS CHATEAUBRIAND	931.851,65	165.663,29	90.000,00	0,00	0,00	1.097.514,94	0,00	0,00	90.000,00
410210	ASTORGA	1.239.648,63	161.100,99	872.715,48	0,00	0,00	1.843.805,10	0,00	0,00	429.660,00
410220	ATALAIA	47.354,43	0,00	46.290,24	0,00	0,00	93.644,67	0,00	0,00	0,00
410230	BALSA NOVA	138.543,25	13.983,03	25.214,04	0,00	0,00	177.740,33	0,00	0,00	0,00
410240	BANDEIRANTES	1.543.157,51	141.802,79	902.988,48	0,00	0,00	2.248.288,78	0,00	0,00	339.660,00
410250	BARBOSA FERRAZ	585.797,27	44.411,89	247.500,00	0,00	0,00	630.209,16	0,00	0,00	247.500,00
410260	BARRACAO	422.642,76	40.914,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463.557,60
410270	BARRA DO JACARE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410275	BELA VISTA DO CAROBA	71.799,12	0,00	0,00	84.199,80	0,00	0,00	0,00	0,00	155.998,92
410280	BELA VISTA DO PARAISO	716.597,68	49.081,13	157.500,00	0,00	0,00	426.018,81	0,00	0,00	497.160,00
410290	BITURUNA	485.857,75	13.926,36	90.000,00	0,00	0,00	499.784,11	0,00	0,00	90.000,00
410300	BOA ESPERANCA	72.729,21	10.262,33	0,00	0,00	0,00	82.991,54	0,00	0,00	0,00
410302	BOA ESPERANCA DO IGUACU	55.369,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.369,32
410304	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	25.771,59	0,00	0,00	0,00	0,00	25.771,59	0,00	0,00	0,00
410305	BOA VISTA DA APARECIDA	108.539,05	0,00	0,00	0,00	0,00	40.339,09	0,00	0,00	68.199,96
410310	BOCAIUVA DO SUL	97.027,74	7.669,19	157.500,00	0,00	0,00	104.696,93	0,00	0,00	157.500,00
410315	BOM JESUS DO SUL	103.016,40	0,00	0,00	8.560,68	0,00	0,00	0,00	0,00	111.577,08
410320	BOM SUCESSO	433.258,90	0,00	37.714,44	0,00	0,00	131.313,34	0,00	0,00	339.660,00
410322	BOM SUCESSO DO SUL	9.092,30	0,00	0,00	0,00	0,00	9.092,30	0,00	0,00	0,00
410330	BORRAZOPOLIS	187.006,72	18.786,58	0,00	0,00	0,00	205.793,30	0,00	0,00	0,00
410335	BRAGANEY	2.435,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.435,93	0,00	0,00	0,00
410337	BRASILANDIA DO SUL	192.428,64	0,00	0,00	5.839,56	0,00	0,00	0,00	0,00	198.268,20
410340	CAFEARA	10.249,39	0,00	0,00	0,00	0,00	10.249,39	0,00	0,00	0,00
410345	CAFELANDIA	287.953,39	131.732,22	0,00	0,00	0,00	419.685,61	0,00	0,00	0,00
410347	CAFEZAL DO SUL	20.273,76	0,00	157.500,00	8.716,80	0,00	0,00	0,00	0,00	186.490,56
410350	CALIFORNIA	18.643,61	0,00	0,00	0,00	0,00	18.643,61	0,00	0,00	0,00
410360	CAMBARA	868.239,73	8.721,34	246.331,92	0,00	0,00	1.033.292,99	0,00	0,00	90.000,00
410370	CAMBE	7.913.206,48	659.852,96	3.630.600,46	0,00	0,00	6.091.827,77	0,00	0,00	6.111.832,13
410380	CAMBIRA	369.336,24	0,00	90.000,00	0,00	0,00	29.676,24	0,00	0,00	429.660,00
410390	CAMPINA DA LAGOA	440.797,78	35.587,82	0,00	0,00	0,00	476.385,61	0,00	0,00	-0,01
410395	CAMPINA DO SIMAO	11.889,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.889,94	0,00	0,00	0,00
410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	5.329.178,77	46.594.395,83	17.817.114,36	0,00	0,00	69.401.028,96	0,00	0,00	339.660,00
410405	CAMPO BONITO	1.782,92	0,00	90.000,00	0,00	0,00	1.782,92	0,00	0,00	90.000,00
410410	CAMPO DO TENENTE	72.803,19	5.823,56	32.866,80	0,00	0,00	111.493,55	0,00	0,00	0,00
410420	CAMPO LARGO	13.118.899,68	6.596.526,66	777.000,00	0,00	0,00	18.841.031,34	0,00	0,00	1.651.395,00
410425	CAMPO MAGRO	425.859,31	0,00	157.500,00	0,00	0,00	86.199,31	0,00	0,00	497.160,00
410430	CAMPO MOURAO	11.838.574,24	12.953.700,96	4.293.088,68	1.535.573,35	0,00	0,00	0,00	0,00	30.620.937,23
410440	CANDIDO DE ABREU	491.307,03	17.016,41	0,00	0,00	0,00	508.323,45	0,00	0,00	-0,01
410442	CANDOI	539.298,51	170.416,68	118.800,00	0,00	0,00	619.715,19	0,00	0,00	208.800,00
410445	CANTAGALO	385.140,22	17.223,04	0,00	0,00	0,00	402.363,26	0,00	0,00	0,00
410450	CAPANEMA	477.567,32	108.800,43	0,00	192.737,52	0,00	382.027,31	0,00	0,00	397.077,96
410460	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	406.542,90	330.727,88	0,00	0,00	0,00	737.270,78	0,00	0,00	0,00
410465	CARAMBEI	144.026,05	7.257,38	0,00	0,00	0,00	151.283,43	0,00	0,00	0,00
410470	CARLOPOLIS	255.389,21	6.523,01	16.284,84	0,00	0,00	278.197,06	0,00	0,00	0,00
410480	CASCAVEL	39.564.747,74	25.730.755,30	15.901.105,20	0,00	0,00	64.746.751,80	0,00	0,00	16.449.856,44
410490	CASTRO	6.112.589,90	164.184,74	315.900,00	0,00	0,00	2.160.662,23	0,00	0,00	4.432.012,41
410500	CATANDUVAS	283.308,41	19.833,79	0,00	0,00	0,00	303.142,20	0,00	0,00	0,00
410510	CENTENARIO DO SUL	278.024,55	77.064,65	276.538,08	0,00	0,00	368.599,28	0,00	0,00	263.028,00
410520	CERRO AZUL	359.864,63	60.118,46	0,00	0,00	0,00	419.983,09	0,00	0,00	0,00
410530	CEU AZUL	234.366,54	12.543,85	0,00	0,00	0,00	246.910,39	0,00	0,00	0,00
410540	CHOPINZINHO	1.045.834,62	379.231,35	841.680,00	0,00	0,00	1.085.405,97	0,00	0,00	1.181.340,00
410550	CIANORTE	6.242.065,93	6.176.991,51	3.269.159,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.688.216,96
410560	CIDADE GAUCHA	307.104,42	72.213,90	0,00	0,00	0,00	379.318,33	0,00	0,00	-0,01
410570	CLEVELANDIA	590.075,67	0,00	263.028,00	0,00	0,00	590.075,67	0,00	0,00	263.028,00
410580	COLOMBO	5.211.506,96	1.710.724,02	1.722.421,51	0,00	0,00	7.611.857,49	0,00	0,00	1.032.795,00
410590	COLORADO	1.287.453,85	310.353,73	1.525.286,36	0,00	0,00	2.639.433,94	0,00	0,00	483.660,00
410600	CONGONHINHAS	1.718.135,96	0,00	3.945,96	0,00	0,00	162.081,92	0,00	0,00	1.560.000,00
410610	CONSELHEIRO MAIRINCK	71.533,57	0,00	41.298,24	0,00	0,00	112.831,81	0,00	0,00	0,00
410620	CONTENDA	612.391,40	20.955,08	13.713,60	0,00	0,00	307.400,08	0,00	0,00	339.660,00
410630	CORBELIA	421.151,55	348.599,94	90.000,00	0,00	0,00	769.751,49	0,00	0,00	90.000,00
410640	CORNELIO PROCOPIO	3.554.658,23	3.924.079,84	9.858.084,55	0,00	0,00	10.455.893,62	0,00	0,00	6.880.929,00
410645	CORONEL DOMINGOS SOARES	31.402,06	0,00	0,00	0,00	0,00	31.402,06	0,00	0,00	0,00
410650	CORONEL VIVIDA	3.352.310,43	0,00	530.318,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.882.628,47
410655	CORUMBATAI DO SUL	48.828,16	0,00	0,00	0,00	0,00	628,12	0,00	0,00	48.200,04
410657	CRUZEIRO DO IGUACU	25.870,32	0,00	0,00	8.080,68	0,00	0,00	0,00	0,00	33.951,00
410660	CRUZEIRO DO OESTE	1.795.963,48	327.626,04	157.500,00	284.319,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.565.408,92
410670	CRUZEIRO DO SUL	155.209,28	0,00	247.500,00	0,00	0,00	155.209,28	0,00	0,00	247.500,00
410680	CRUZ MACHADO	465.889,76	0,00	90.000,00	0,00	0,00	465.889,76	0,00	0,00	90.000,00
410685	CRUZMALTINA	5.463,05	0,00	90.000,00	0,00	0,00	5.463,05	0,00	0,00	90.000,00
410690	CURITIBA	317.985.769,25	148.994.474,05	146.750.407,33	46.423.191,46	0,00	8.556.222,24	69.076.405,42	0,00	582.521.214,43
410700	CURIUVA	205.429,80	103.050,07	74.946,60	0,00	0,00	383.426,47	0,00	0,00	0,00
410710	DIAMANTE DO NORTE	159.875,18	0,00	8.674,56	0,00	0,00	168.549,74	0,00	0,00	0,00
410712	DIAMANTE DO SUL	841,64	0,00	0,00	0,00	0,00	841,64	0,00	0,00	0,00
410715	DIAMANTE D'OESTE	56.441,90	4.048,35	0,00	0,00	0,00	60.490,25	0,00	0,00	0,00
410720	DOIS VIZINHOS	2.616.253,84	442.415,09	263.028,00	188.879,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.510.576,33
410725	DOURADINA	310.194,33	203.608,51	0,00	24.734,16	0,00	339.341,31	0,00	0,00	199.195,69
410730	DOUTOR CAMARGO	119.171,21	18.547,22	0,00	0,00	0,00	137.718,43	0,00	0,00	0,00
410740	ENEAS MARQUES	74.050,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.050,68
410750	ENGENHEIRO BELTRAO	305.107,17	8.487,63	455.412,60	0,00	0,00	679.007,40	0,00	0,00	90.000,00
410752	ESPERANCA NOVA	2.625,12	0,00	0,00	3.624,72	0,00	0,00	0,00	0,00	6.249,84
410753	ENTRE RIOS DO OESTE	78.956,81	12.469,49	0,00	0,00	0,00	91.426,31	0,00	0,00	-0,01
410754	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	2.226,55	0,00	90.000,00	0,00	0,00	2.226,55	0,00	0,00	90.000,00
410755	FAROL	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
410760	FAXINAL	570.929,41	197.338,24	263.028,00	0,00	0,00	768.267,65	0,00	0,00	263.028,00
410765	FAZENDA RIO GRANDE	3.589.375,41	263.946,91	157.500,00	0,00	0,00	1.356.287,32	0,00	0,00	2.654.535,00
410770	FENIX	131.815,88	5.018,95	0,00	0,00	0,00	136.834,83	0,00	0,00	0,00
410773	FERNANDES PINHEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410775	FIGUEIRA	145.320,12	18.779,95	69.346,44	0,00	0,00	233.446,51	0,00	0,00	0,00
410780	FLORAI	107.402,78	3.384,48	0,00	0,00	0,00	110.787,26	0,00	0,00	0,00
410785	FLOR DA SERRA DO SUL	35.658,84	0,00	0,00	9.217,80	0,00	0,00	0,00	0,00	44.876,64
410790	FLORESTA	128.368,33	12.505,48	0,00	0,00	0,00	140.873,80	0,00	0,00	0,01
410800	FLORESTOPOLIS	473.593,10	0,00	61.118,88	0,00	0,00	195.051,98	0,00	0,00	339.660,00
410810	FLORIDA	4.717,15	0,00	0,00	0,00	0,00	4.717,15	0,00	0,00	0,00
410820	FORMOSA DO OESTE	265.886,33	103.587,89	0,00	0,00	0,00	369.474,21	0,00	0,00	0,01
410830	FOZ DO IGUACU	29.062.139,39	2.986.652,72	8.321.386,80	2.717.503,32	0,00	0,00	0,00	0,00	43.087.682,23
410832	FRANCISCO ALVES	194.437,92	0,00	0,00	36.214,56	0,00	0,00	0,00	0,00	230.652,48
410840	FRANCISCO BELTRAO	10.423.582,45	11.927.155,50	1.236.708,00	544.816,96	0,00	0,00	0,00	0,00	24.132.262,91
410845	FOZ DO JORDAO	13.376,04	0,00	0,00	0,00	0,00	13.376,04	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

410850	GENERAL CARNEIRO	488.910,51	67.607,55	90.000,00	0,00	0,00	556.518,06	0,00	0,00	90.000,00
410855	GODOY MOREIRA	57.446,98	3.452,52	90.000,00	0,00	0,00	60.899,50	0,00	0,00	90.000,00
410860	GOIOERE	1.750.795,56	919.135,92	842.939,52	248.410,52	0,00	0,00	0,00	0,00	3.761.281,52
410865	GOIOXIM	11.265,67	0,00	0,00	0,00	0,00	11.265,67	0,00	0,00	0,00
410870	GRANDES RIOS	180.389,57	15.484,65	0,00	0,00	0,00	195.874,22	0,00	0,00	0,00
410880	GUAIRA	1.169.010,79	17.759,04	0,00	0,00	0,00	847.109,83	0,00	0,00	339.660,00
410890	GUAIRACA	121.258,19	0,00	108.700,56	0,00	0,00	139.958,75	0,00	0,00	90.000,00
410895	GUAMIRANGA	17.943,19	0,00	0,00	0,00	0,00	17.943,19	0,00	0,00	0,00
410900	GUAPIRAMA	18.908,17	0,00	60.000,00	0,00	0,00	78.908,17	0,00	0,00	0,00
410910	GUAPOREMA	4.485,54	0,00	0,00	0,00	0,00	4.485,54	0,00	0,00	0,00
410920	GUARACI	25.817,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.817,35	0,00	0,00	0,00
410930	GUARANIACU	525.071,99	306.919,00	0,00	0,00	0,00	831.990,99	0,00	0,00	0,00
410940	GUARAPUAVA	17.717.050,96	8.252.089,57	8.845.106,40	0,00	0,00	27.264.551,93	0,00	0,00	7.549.695,00
410950	GUARAQUECABA	115.551,10	9.446,87	0,00	0,00	0,00	124.997,97	0,00	0,00	0,00
410960	GUARATUBA	1.178.422,27	41.694,44	353.028,00	0,00	0,00	880.456,71	0,00	0,00	692.688,00
410965	HONORIO SERPA	177.324,30	0,00	9.267,12	0,00	0,00	186.591,42	0,00	0,00	0,00
410970	IBAITI	821.918,52	74.621,35	0,00	0,00	0,00	896.539,88	0,00	0,00	-0,01
410975	IBEMA	165.097,92	0,00	0,00	0,00	0,00	165.097,92	0,00	0,00	0,00
410980	IBIPORA	3.676.425,05	288.271,44	1.679.415,84	0,00	0,00	2.908.413,68	0,00	0,00	2.735.698,65
410990	ICARAIMA	1.035.928,32	0,00	247.500,00	19.581,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.303.009,80
411000	IGUARACU	53.011,10	88.108,99	1.501,20	0,00	0,00	142.621,29	0,00	0,00	0,00
411005	IGUATU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411007	IMBAU	1.579,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579,86	0,00	0,00	0,00
411010	IMBITUVA	579.010,96	93.598,94	0,00	0,00	0,00	672.609,90	0,00	0,00	0,00
411020	INACIO MARTINS	207.040,55	0,00	10.939,80	0,00	0,00	217.980,35	0,00	0,00	0,00
411030	INAJA	52.628,62	0,00	42.070,80	0,00	0,00	94.699,42	0,00	0,00	0,00
411040	INDIANOPOLIS	112.702,36	37.481,64	0,00	0,00	0,00	150.184,01	0,00	0,00	-0,01
411050	IPIRANGA	401.060,60	6.712,53	0,00	0,00	0,00	407.773,14	0,00	0,00	-0,01
411060	IPORA	631.315,08	55.894,68	0,00	85.445,40	0,00	0,00	0,00	0,00	772.655,16
411065	IRACEMA DO OESTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411070	IRATI	3.052.928,19	1.459.479,94	3.322.747,92	0,00	0,00	7.438.121,05	0,00	0,00	397.035,00
411080	IRETAMA	181.026,84	12.432,36	247.500,00	62.834,76	0,00	0,00	0,00	0,00	503.793,96
411090	ITAGUAJE	68.229,13	139.464,11	0,00	0,00	0,00	207.693,24	0,00	0,00	0,00
411095	ITAIPULANDIA	103.621,96	0,00	0,00	0,00	0,00	103.621,96	0,00	0,00	0,00
411100	ITAMBARACA	154.216,24	0,00	0,00	0,00	0,00	154.216,24	0,00	0,00	0,00
411110	ITAMBE	111.057,67	21.270,96	27.306,00	0,00	0,00	159.634,63	0,00	0,00	0,00
411120	ITAPEJARA D'OESTE	36.636,72	0,00	0,00	78.583,20	0,00	0,00	0,00	0,00	115.219,92
411125	ITAPERUCU	748.266,53	249.206,81	90.000,00	0,00	0,00	657.813,34	0,00	0,00	429.660,00
411130	ITAUNA DO SUL	217.833,90	0,00	18.728,28	0,00	0,00	146.562,18	0,00	0,00	90.000,00
411140	IVAI	387.531,79	6.325,67	0,00	0,00	0,00	393.857,47	0,00	0,00	-0,01
411150	IVAIPORA	4.023.032,21	3.599.866,99	90.000,00	0,00	0,00	7.283.239,20	0,00	0,00	429.660,00
411155	IVATE	43.027,68	0,00	0,00	17.419,68	0,00	0,00	0,00	0,00	60.447,36
411160	IVATUBA	72.194,98	0,00	33.973,80	0,00	0,00	106.168,78	0,00	0,00	0,00
411170	JABOTI	124.541,81	45.410,44	0,00	0,00	0,00	169.952,25	0,00	0,00	0,00
411180	JACAREZINHO	2.367.000,39	1.828.251,07	2.115.515,12	0,00	0,00	5.971.106,58	0,00	0,00	339.660,00
411190	JAGUAPITA	241.515,61	0,00	8.747,88	0,00	0,00	250.263,49	0,00	0,00	0,00
411200	JAGUARIAIVA	1.590.880,06	122.699,06	5.690,04	0,00	0,00	1.229.919,16	0,00	0,00	489.350,00
411210	JANDAIA DO SUL	1.181.858,53	4.583.723,09	263.028,00	0,00	0,00	5.765.581,62	0,00	0,00	263.028,00
411220	JANIOPOLIS	175.290,72	5.884,32	0,00	40.023,60	0,00	0,00	0,00	0,00	221.198,64
411230	JAPIRA	12.020,31	0,00	0,00	0,00	0,00	12.020,31	0,00	0,00	0,00
411240	JAPURA	236.105,43	8.894,54	0,00	0,00	0,00	244.999,96	0,00	0,00	0,01
411250	JARDIM ALEGRE	313.362,78	7.633,39	0,00	0,00	0,00	320.996,16	0,00	0,00	0,01
411260	JARDIM OLINDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411270	JATAIZINHO	203.664,68	57.127,61	0,00	0,00	0,00	260.792,29	0,00	0,00	0,00
411275	JESUITAS	227.075,63	25.675,69	0,00	0,00	0,00	252.751,32	0,00	0,00	0,00
411280	JOAQUIM TAVORA	290.722,73	3.662,67	0,00	0,00	0,00	294.385,40	0,00	0,00	0,00
411290	JUNDIAI DO SUL	47.263,29	0,00	52.143,72	0,00	0,00	99.407,01	0,00	0,00	0,00
411295	JURANDA	288.416,08	4.288,54	0,00	0,00	0,00	202.704,62	0,00	0,00	90.000,00
411300	JUSSARA	78.708,43	0,00	38.350,32	0,00	0,00	117.058,75	0,00	0,00	0,00
411310	KALORE	439.490,55	48.883,95	19.789,92	0,00	0,00	168.504,42	0,00	0,00	339.660,00
411320	LAPA	2.807.858,40	137.866,34	157.500,00	581.120,52	0,00	1.987.185,26	0,00	0,00	1.697.160,00
411325	LARANJAL	7.060,29	0,00	0,00	0,00	0,00	7.060,29	0,00	0,00	0,00
411330	LARANJEIRAS DO SUL	1.840.286,50	1.907.592,98	1.427.169,36	0,00	0,00	4.835.388,84	0,00	0,00	339.660,00
411340	LEOPOLIS	11.760,74	0,00	0,00	0,00	0,00	11.760,74	0,00	0,00	0,00
411342	LIDIANOPOLIS	5.111,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.111,37	0,00	0,00	0,00
411345	LINDOESTE	103.282,84	30.043,02	90.000,00	0,00	0,00	133.325,86	0,00	0,00	90.000,00
411350	LOANDA	1.301.442,62	738.275,54	157.500,00	0,00	0,00	1.700.058,16	0,00	0,00	497.160,00
411360	LOBATO	5.031,33	0,00	0,00	0,00	0,00	5.031,33	0,00	0,00	0,00
411370	LONDRINA	110.056.263,44	61.116.953,21	29.908.044,88	6.646.714,87	0,00	0,00	0,00	0,00	207.727.976,40
411373	LUIZIANA	14.725,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14.725,45	0,00	0,00	0,00
411375	LUNARDELLI	157.895,97	204.038,32	90.000,00	0,00	0,00	361.934,29	0,00	0,00	90.000,00
411380	LUPIONOPOLIS	52.794,86	17.896,35	35.985,24	0,00	0,00	106.676,45	0,00	0,00	0,00
411390	MALLET	328.720,17	8.651,38	0,00	0,00	0,00	337.371,56	0,00	0,00	-0,01
411400	MAMBORE	546.220,41	117.385,80	90.000,00	101.543,29	0,00	12.134,97	0,00	0,00	843.014,53
411410	MANDAGUACU	641.659,41	277.624,65	0,00	0,00	0,00	829.284,06	0,00	0,00	90.000,00
411420	MANDAGUARI	2.288.239,46	795.751,62	281.300,27	207.207,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.572.499,05
411430	MANDIRITUBA	701.279,63	35.039,90	90.000,00	0,00	0,00	396.659,53	0,00	0,00	429.660,00
411435	MANFRINOPOLIS	12.340,56	0,00	0,00	5.949,96	0,00	0,00	0,00	0,00	18.290,52
411440	MANGUEIRINHA	507.100,75	33.053,31	263.028,00	0,00	0,00	540.154,06	0,00	0,00	263.028,00
411450	MANOEL RIBAS	196.526,62	4.851,74	141.015,84	0,00	0,00	252.394,20	0,00	0,00	90.000,00
411460	MARECHAL CANDIDO RONDON	1.846.575,87	4.269.342,51	0,00	0,00	0,00	6.115.918,38	0,00	0,00	0,00
411470	MARIA HELENA	92.210,52	0,00	0,00	36.794,16	0,00	0,00	0,00	0,00	129.004,68
411480	MARIALVA	1.420.764,31	200.452,74	0,00	0,00	0,00	1.281.557,05	0,00	0,00	339.660,00
411490	MARILANDIA DO SUL	35.312,65	0,00	90.000,00	0,00	0,00	35.312,65	0,00	0,00	90.000,00
411500	MARILENA	207.978,07	0,00	28.683,36	0,00	0,00	146.661,43	0,00	0,00	90.000,00
411510	MARILUZ	114.795,00	0,00	0,00	18.602,64	0,00	0,00	0,00	0,00	133.397,64
411520	MARINGA	81.609.119,26	56.192.780,19	12.233.864,40	4.101.326,88	0,00	0,00	0,00	0,00	154.137.090,73
411530	MARIOPOLIS	20.185,24	0,00	0,00	0,00	0,00	20.185,24	0,00	0,00	0,00
411535	MARIPA	155.858,31	17.561,99	0,00	0,00	0,00	173.420,30	0,00	0,00	0,00
411540	MARMELEIRO	2.052.912,12	206.383,08	0,00	155.808,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.415.103,20
411545	MARQUINHO	6.097,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.097,42	0,00	0,00	0,00
411550	MARUMBI	77.372,00	28.237,90	118.949,40	0,00	0,00	134.559,30	0,00	0,00	90.000,00
411560	MATELANDIA	658.947,56	375.622,45	263.028,00	0,00	0,00	1.034.570,01	0,00	0,00	263.028,00
411570	MATINHOS	535.365,86	51.371,83	353.028,00	0,00	0,00	586.737,69	0,00	0,00	353.028,00
411573	MATO RICO	9.283,99	0,00	90.000,00	0,00	0,00	9.283,99	0,00	0,00	90.000,00
411575	MAUA DA SERRA	14.262,98	0,00	0,00	0,00	0,00	14.262,98	0,00	0,00	0,00
411580	MEDIANEIRA	2.291.855,56	1.039.809,18	2.164.972,80	0,00	0,00	3.961.297,54	0,00	0,00	1.535.340,00
411585	MERCEDES	17.136,85	0,00	0,00	0,00	0,00	17.136,85	0,00	0,00	0,00
411590	MIRADOR	2.175,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2.175,15	0,00	0,00	0,00
411600	MIRASELVA	27.440,29	0,00	54.018,72	0,00	0,00	81.459,01	0,00	0,00	0,00
411605	MISSAL	338.150,86	14.952,37	263.028,00	0,00	0,00	353.103,23	0,00	0,00	263.028,00
411610	MOREIRA SALES	101.983,92	0,00	0,00	0,00	0,00	101.983,92	0,00	0,00	0,00
411620	MORRETES	381.327,86	85.697,32	353.028,00	0,00	0,00	467.025,18	0,00	0,00	353.028,00
411630	MUNHOZ DE MELO	55.650,95	26.219,61	39.057,48	0,00	0,00	120.928,04	0,00	0,00	0,00
411640	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	31.713,28	0,00	48.152,52	0,00	0,00	79.865,80	0,00	0,00	0,00
411650	NOVA ALIANCA DO IVAI	2.237,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.237,92	0,00	0,00	0,00
411660	NOVA AMERICA DA COLINA	8.699,57	0,00	0,00	0,00	0,00	8.699,57	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

411670	NOVA AURORA	350.337,53	80.943,51	90.000,00	0,00	0,00	431.281,04	0,00	0,00	90.000,00
411680	NOVA CANTU	191.445,37	9.048,90	0,00	0,00	0,00	200.494,27	0,00	0,00	0,00
411690	NOVA ESPERANCA	1.192.063,01	256.857,41	0,00	0,00	0,00	1.109.260,42	0,00	0,00	339.660,00
411695	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	164.960,97	12.216,00	14.449,56	47.987,64	0,00	120.614,25	0,00	0,00	118.999,92
411700	NOVA FATIMA	142.078,34	4.423,55	0,00	0,00	0,00	146.501,88	0,00	0,00	0,01
411705	NOVA LARANJEIRAS	276.367,99	62.722,43	0,00	0,00	0,00	339.090,42	0,00	0,00	0,00
411710	NOVA LONDRINA	342.106,13	0,00	247.500,00	0,00	0,00	432.106,13	0,00	0,00	157.500,00
411720	NOVA OLIMPIA	71.422,52	18.196,66	64.125,36	104.286,00	0,00	131.015,82	0,00	0,00	127.014,72
411721	NOVA SANTA BARBARA	9.533,02	0,00	0,00	0,00	0,00	9.533,02	0,00	0,00	0,00
411722	NOVA SANTA ROSA	109.498,43	0,00	26.478,12	0,00	0,00	135.976,55	0,00	0,00	0,00
411725	NOVA PRATA DO IGUACU	327.317,69	2.172,00	0,00	118.933,32	0,00	252.459,53	0,00	0,00	195.963,48
411727	NOVA TEBAS	241.762,98	3.902,91	90.000,00	0,00	0,00	245.665,89	0,00	0,00	90.000,00
411729	NOVO ITACOLOMI	7.584,28	0,00	0,00	0,00	0,00	7.584,28	0,00	0,00	0,00
411730	ORTIGUEIRA	1.046.266,13	148.231,54	0,00	0,00	0,00	854.837,67	0,00	0,00	339.660,00
411740	OURIZONA	43.916,84	28.773,82	36.948,72	0,00	0,00	109.639,38	0,00	0,00	0,00
411745	OURO VERDE DO OESTE	7.149,24	0,00	0,00	0,00	0,00	7.149,24	0,00	0,00	0,00
411750	PAICANDU	1.123.390,59	0,00	0,00	0,00	0,00	783.730,59	0,00	0,00	339.660,00
411760	PALMAS	2.361.582,84	718.548,84	263.028,00	300.585,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.643.745,36
411770	PALMEIRA	1.358.964,45	71.151,02	387.198,48	0,00	0,00	1.345.653,95	0,00	0,00	471.660,00
411780	PALMITAL	414.085,16	20.011,76	99.000,00	0,00	0,00	434.096,92	0,00	0,00	99.000,00
411790	PALOTINA	1.192.901,18	4.511,04	480.000,00	0,00	0,00	857.752,22	0,00	0,00	819.660,00
411800	PARAISO DO NORTE	236.808,77	154.477,76	90.000,00	0,00	0,00	391.286,53	0,00	0,00	90.000,00
411810	PARANACITY	169.732,83	40.494,35	0,00	0,00	0,00	210.227,18	0,00	0,00	0,00
411820	PARANAGUA	6.059.752,05	2.198.725,92	1.951.968,00	0,00	0,00	7.918.817,97	0,00	0,00	2.291.628,00
411830	PARANAPOEMA	80.701,92	7.105,76	25.689,00	0,00	0,00	113.496,67	0,00	0,00	0,01
411840	PARANAVAI	5.583.026,35	4.728.343,31	5.057.341,56	0,00	0,00	12.573.356,22	0,00	0,00	2.795.355,00
411845	PATO BRAGADO	73.669,05	24.540,16	0,00	0,00	0,00	98.209,21	0,00	0,00	0,00
411850	PATO BRANCO	13.202.448,07	18.459.706,97	2.426.166,00	2.330.040,84	0,00	0,00	0,00	0,00	36.418.361,88
411860	PAULA FREITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411870	PAULO FRONTIN	145.131,98	12.399,03	0,00	0,00	0,00	157.531,01	0,00	0,00	0,00
411880	PEABIRU	367.886,28	23.540,69	0,00	0,00	0,00	391.426,97	0,00	0,00	0,00
411885	PEROBAL	20.349,36	0,00	0,00	10.379,28	0,00	0,00	0,00	0,00	30.728,64
411890	PEROLA	225.201,25	0,00	0,00	190.968,24	0,00	0,00	0,00	0,00	416.169,49
411900	PEROLA D'OESTE	44.331,48	0,00	0,00	90.224,76	0,00	0,00	0,00	0,00	134.556,24
411910	PIEN	1.346.783,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.346.783,76
411915	PINHAIS	3.282.642,72	3.783.380,15	0,00	0,00	0,00	6.191.627,87	0,00	0,00	874.395,00
411920	PINHALAO	182.622,12	40.623,70	0,00	0,00	0,00	223.245,82	0,00	0,00	0,00
411925	PINHAL DE SAO BENTO	37.844,28	0,00	0,00	57.545,64	0,00	0,00	0,00	0,00	95.389,92
411930	PINHAO	1.170.252,22	119.635,05	0,00	0,00	0,00	950.227,27	0,00	0,00	339.660,00
411940	PIRAI DO SUL	966.978,01	25.122,59	0,00	0,00	0,00	652.440,60	0,00	0,00	339.660,00
411950	PIRAQUARA	2.792.672,51	8.570.540,15	1.210.218,96	0,00	0,00	11.699.036,62	0,00	0,00	874.395,00
411960	PITANGA	1.633.788,55	462.351,35	1.239.439,56	0,00	0,00	2.621.519,46	0,00	0,00	714.060,00
411965	PITANGUEIRAS	8.846,79	0,00	0,00	0,00	0,00	8.846,79	0,00	0,00	0,00
411970	PLANALTINA DO PARANA	79.709,17	10.343,19	28.844,52	0,00	0,00	118.896,87	0,00	0,00	0,01
411980	PLANALTO	445.868,32	0,00	90.000,00	308.212,92	0,00	372.506,92	0,00	0,00	471.574,32
411990	PONTA GROSSA	25.555.459,68	8.892.514,86	11.639.904,55	0,00	0,00	41.177.278,58	0,00	0,00	4.910.600,51
411995	PONTAL DO PARANA	109.741,36	0,00	263.028,00	0,00	0,00	109.741,36	0,00	0,00	263.028,00
412000	PORECATU	246.171,09	6.948,26	47.614,20	0,00	0,00	300.733,55	0,00	0,00	0,00
412010	PORTO AMAZONAS	136.220,35	2.177,81	119.855,76	0,00	0,00	168.253,92	0,00	0,00	90.000,00
412015	PORTO BARREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412020	PORTO RICO	64.438,13	1.730,89	37.933,08	0,00	0,00	104.102,10	0,00	0,00	0,00
412030	PORTO VITORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412033	PRADO FERREIRA	40.581,81	9.208,01	46.462,80	0,00	0,00	96.252,62	0,00	0,00	0,00
412035	PRANCHITA	283.593,40	621.202,51	0,00	103.273,32	0,00	820.190,86	0,00	0,00	187.878,37
412040	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	95.214,88	0,00	0,00	0,00	0,00	95.214,88	0,00	0,00	0,00
412050	PRIMEIRO DE MAIO	194.909,78	4.221,16	306.137,16	0,00	0,00	242.240,10	0,00	0,00	263.028,00
412060	PRUDENTOPOLIS	2.442.921,49	54.215,21	854.705,40	0,00	0,00	2.444.822,10	0,00	0,00	907.020,00
412065	QUARTO CENTENARIO	507,98	0,00	0,00	0,00	0,00	507,98	0,00	0,00	0,00
412070	QUATIGUA	184.374,79	106.678,71	0,00	0,00	0,00	291.053,50	0,00	0,00	0,00
412080	QUATRO BARRAS	476.610,75	44.071,05	0,00	0,00	0,00	181.021,80	0,00	0,00	339.660,00
412085	QUATRO PONTES	44.633,91	7.004,75	0,00	0,00	0,00	51.638,65	0,00	0,00	0,01
412090	QUEDAS DO IGUACU	853.418,60	121.357,47	0,00	0,00	0,00	974.776,07	0,00	0,00	0,00
412100	QUERENCIA DO NORTE	259.434,73	0,00	0,00	0,00	0,00	259.434,73	0,00	0,00	0,00
412110	QUINTA DO SOL	112.737,95	22.284,31	0,00	0,00	0,00	135.022,26	0,00	0,00	0,00
412120	QUITANDINHA	315.489,24	4.453,29	247.500,00	0,00	0,00	319.942,53	0,00	0,00	247.500,00
412125	RAMILANDIA	63.732,82	0,00	0,00	0,00	0,00	63.732,82	0,00	0,00	0,00
412130	RANCHO ALEGRE	34.307,33	0,00	90.000,00	0,00	0,00	34.307,33	0,00	0,00	90.000,00
412135	RANCHO ALEGRE D'OESTE	4.965,39	0,00	0,00	0,00	0,00	4.965,39	0,00	0,00	0,00
412140	REALEZA	797.546,75	0,00	841.680,00	113.377,08	0,00	318.743,27	0,00	0,00	1.433.860,56
412150	REBOUCAS	423.689,13	158.698,41	90.000,00	0,00	0,00	582.387,54	0,00	0,00	90.000,00
412160	RENASCENCA	110.898,36	0,00	0,00	132.234,60	0,00	0,00	0,00	0,00	243.132,96
412170	RESERVA	633.858,56	53.463,09	0,00	0,00	0,00	687.321,66	0,00	0,00	-0,01
412175	RESERVA DO IGUACU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412180	RIBEIRAO CLARO	261.335,76	0,00	220.935,24	0,00	0,00	482.271,00	0,00	0,00	0,00
412190	RIBEIRAO DO PINHAL	400.808,39	23.150,23	0,00	0,00	0,00	423.958,62	0,00	0,00	0,00
412200	RIO AZUL	305.116,90	13.964,31	0,00	0,00	0,00	319.081,21	0,00	0,00	0,00
412210	RIO BOM	9.967,59	0,00	90.000,00	0,00	0,00	9.967,59	0,00	0,00	90.000,00
412215	RIO BONITO DO IGUACU	24.020,30	12.444,76	90.000,00	0,00	0,00	36.465,06	0,00	0,00	90.000,00
412217	RIO BRANCO DO IVAI	11.276,51	0,00	90.000,00	0,00	0,00	11.276,51	0,00	0,00	90.000,00
412220	RIO BRANCO DO SUL	894.731,30	89.799,37	0,00	0,00	0,00	644.870,67	0,00	0,00	339.660,00
412230	RIO NEGRO	690.444,53	251.762,94	492.657,00	0,00	0,00	937.704,47	0,00	0,00	497.160,00
412240	ROLANDIA	4.345.046,71	1.262.600,03	3.252.094,83	0,00	0,00	6.033.906,57	0,00	0,00	2.825.835,00
412250	RONCADOR	339.952,28	102.005,27	90.000,00	0,00	0,00	441.957,55	0,00	0,00	90.000,00
412260	RONDON	245.248,19	54.273,59	157.500,00	0,00	0,00	299.521,78	0,00	0,00	157.500,00
412265	ROSARIO DO IVAI	159.547,22	65.082,94	0,00	0,00	0,00	224.630,16	0,00	0,00	0,00
412270	SABAUDIA	12.001,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.001,04	0,00	0,00	0,00
412280	SALGADO FILHO	101.211,24	0,00	0,00	8.313,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.524,24
412290	SALTO DO ITARARE	106.334,03	5.727,06	120.000,00	0,00	0,00	232.061,09	0,00	0,00	0,00
412300	SALTO DO LONTRA	373.147,80	0,00	90.000,00	112.067,64	0,00	286.558,32	0,00	0,00	288.657,12
412310	SANTA AMELIA	105.929,92	0,00	0,00	0,00	0,00	105.929,92	0,00	0,00	0,00
412320	SANTA CECILIA DO PAVAO	25.174,54	0,00	60.000,00	0,00	0,00	85.174,54	0,00	0,00	0,00
412330	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	133.758,69	0,00	0,00	0,00	0,00	43.758,69	0,00	0,00	90.000,00
412340	SANTA FE	248.466,24	66.202,60	0,00	0,00	0,00	314.668,84	0,00	0,00	0,00
412350	SANTA HELENA	531.332,59	36.984,08	0,00	0,00	0,00	568.316,67	0,00	0,00	0,00
412360	SANTA INES	5.890,88	0,00	0,00	0,00	0,00	5.890,88	0,00	0,00	0,00
412370	SANTA ISABEL DO IVAI	205.056,50	74.237,18	0,00	0,00	0,00	279.293,68	0,00	0,00	0,00
412380	SANTA IZABEL DO OESTE	544.570,08	0,00	0,00	179.353,68	0,00	0,00	0,00	0,00	723.923,76
412382	SANTA LUCIA	103.438,72	4.617,56	0,00	0,00	0,00	108.056,27	0,00	0,00	0,01
412385	SANTA MARIA DO OESTE	350.019,22	12.457,71	0,00	0,00	0,00	362.476,93	0,00	0,00	0,00
412390	SANTA MARIANA	138.507,53	0,00	75.360,84	0,00	0,00	213.868,37	0,00	0,00	0,00
412395	SANTA MONICA	3.577,65	0,00	0,00	0,00	0,00	3.577,65	0,00	0,00	0,00
412400	SANTANA DO ITARARE	123.794,99	0,00	35.186,04	0,00	0,00	158.981,03	0,00	0,00	0,00
412402	SANTA TEREZA DO OESTE	2.801,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.801,62	0,00	0,00	0,00
412405	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	320.046,33	664.580,44	901.428,00	0,00	0,00	984.626,77	0,00	0,00	901.428,00
412410	SANTO ANTONIO DA PLATINA	2.799.476,14	888.857,03	217.800,00	0,00	0,00	3.258.673,17	0,00	0,00	647.460,00
412420	SANTO ANTONIO DO CAIUA	44.843,97	0,00	43.556,88	0,00	0,00	88.400,85	0,00	0,00	0,00
412430	SANTO ANTONIO DO PARAISO	44.532,98	0,00	47.133,72	0,00	0,00	91.666,70	0,00	0,00	0,00
412440	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	978.904,34	17.431,96	263.028,00	198.888,12	0,00	518.944,98	0,00	0,00	939.307,44

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

412450	SANTO INACIO	115.036,95	104.320,42	0,00	0,00	0,00	219.357,37	0,00	0,00	0,00
412460	SAO CARLOS DO IVAI	103.927,64	0,00	26.626,68	0,00	0,00	130.554,32	0,00	0,00	0,00
412470	SAO JERONIMO DA SERRA	122.643,31	42.036,36	53.930,16	0,00	0,00	218.609,83	0,00	0,00	0,00
412480	SAO JOAO	271.201,18	37.536,61	0,00	0,00	0,00	308.737,79	0,00	0,00	0,00
412490	SAO JOAO DO CAIUA	110.348,04	0,00	19.398,72	0,00	0,00	129.746,76	0,00	0,00	0,00
412500	SAO JOAO DO IVAI	374.776,05	300.000,00	90.000,00	0,00	0,00	674.776,05	0,00	0,00	90.000,00
412510	SAO JOAO DO TRIUNFO	278.287,18	5.633,47	0,00	0,00	0,00	283.920,64	0,00	0,00	0,01
412520	SAO JORGE D'OESTE	322.641,17	0,00	0,00	132.742,56	0,00	223.118,09	0,00	0,00	232.265,64
412530	SAO JORGE DO IVAI	128.851,31	22.471,80	0,00	0,00	0,00	151.323,11	0,00	0,00	0,00
412535	SAO JORGE DO PATROCINIO	438.419,95	199.628,62	26.252,88	33.502,63	0,00	112.724,40	0,00	0,00	585.079,68
412540	SAO JOSE DA BOA VISTA	142.647,17	40.262,43	0,00	0,00	0,00	182.909,60	0,00	0,00	0,00
412545	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	83.177,82	50.590,83	0,00	0,00	0,00	133.768,64	0,00	0,00	0,01
412550	SAO JOSE DOS PINHAIS	26.044.673,49	3.446.099,07	1.686.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.177.672,56
412555	SAO MANOEL DO PARANA	5.221,44	0,00	0,00	0,00	0,00	5.221,44	0,00	0,00	0,00
412560	SAO MATEUS DO SUL	838.563,94	112.216,37	713.234,64	0,00	0,00	1.574.014,95	0,00	0,00	90.000,00
412570	SAO MIGUEL DO IGUACU	1.293.227,30	166.205,15	421.428,00	0,00	0,00	1.119.772,45	0,00	0,00	761.088,00
412575	SAO PEDRO DO IGUACU	138.572,08	9.435,11	0,00	0,00	0,00	148.007,19	0,00	0,00	0,00
412580	SAO PEDRO DO IVAI	311.693,22	80.245,71	0,00	0,00	0,00	391.938,93	0,00	0,00	0,00
412590	SAO PEDRO DO PARANA	5.784,39	0,00	0,00	0,00	0,00	5.784,39	0,00	0,00	0,00
412600	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	189.604,35	11.783,95	0,00	0,00	0,00	201.388,29	0,00	0,00	0,01
412610	SAO TOME	18.075,60	0,00	0,00	0,00	0,00	18.075,60	0,00	0,00	0,00
412620	SAPOPEMA	53.224,63	11.480,97	0,00	0,00	0,00	64.705,60	0,00	0,00	0,00
412625	SARANDI	7.780.042,41	5.204.838,04	4.917.146,88	0,00	0,00	15.464.992,33	0,00	0,00	2.437.035,00
412627	SAUDADE DO IGUACU	11.557,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.557,94	0,00	0,00	0,00
412630	SENGES	475.251,52	8.764,65	0,00	0,00	0,00	484.016,17	0,00	0,00	0,00
412635	SERRANOPOLIS DO IGUACU	75.119,47	0,00	0,00	0,00	0,00	75.119,47	0,00	0,00	0,00
412640	SERTANEJA	43.287,93	0,00	48.356,16	0,00	0,00	91.644,08	0,00	0,00	0,01
412650	SERTANOPOLIS	346.005,25	11.549,61	263.028,00	0,00	0,00	357.554,86	0,00	0,00	263.028,00
412660	SIQUEIRA CAMPOS	522.533,34	71.675,52	0,00	0,00	0,00	594.208,86	0,00	0,00	0,00
412665	SULINA	11.698,89	0,00	0,00	0,00	0,00	11.698,89	0,00	0,00	0,00
412667	TAMARANA	145.327,96	4.514,50	289.933,44	0,00	0,00	176.747,90	0,00	0,00	263.028,00
412670	TAMBOARA	69.763,57	0,00	38.580,12	0,00	0,00	108.343,69	0,00	0,00	0,00
412680	TAPEJARA	306.844,26	11.689,28	0,00	0,00	0,00	318.533,54	0,00	0,00	0,00
412690	TAPIRA	203.475,72	0,00	0,00	12.888,24	0,00	0,00	0,00	0,00	216.363,96
412700	TEIXEIRA SOARES	162.465,99	30.605,98	0,00	0,00	0,00	193.071,98	0,00	0,00	-0,01
412710	TELEMACO BORBA	4.068.606,98	2.213.596,99	0,00	0,00	0,00	5.942.543,97	0,00	0,00	339.660,00
412720	TERRA BOA	1.287.258,96	312.945,50	157.500,00	81.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.838.742,55
412730	TERRA RICA	284.094,88	10.597,78	265.682,76	0,00	0,00	312.875,42	0,00	0,00	247.500,00
412740	TERRA ROXA	370.812,89	4.258,57	0,00	0,00	0,00	375.071,46	0,00	0,00	0,00
412750	TIBAGI	304.714,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.714,00	0,00	0,00	0,00
412760	TIJUCAS DO SUL	495.249,48	26.578,20	157.500,00	0,00	0,00	521.827,68	0,00	0,00	157.500,00
412770	TOLEDO	9.503.135,31	3.185.676,08	5.411.911,32	0,00	0,00	13.866.327,71	0,00	0,00	4.234.395,00
412780	TOMAZINA	321.023,40	8.902,98	246.680,51	0,00	0,00	576.606,89	0,00	0,00	0,00
412785	TRES BARRAS DO PARANA	326.306,52	89.961,84	90.000,00	0,00	0,00	416.268,36	0,00	0,00	90.000,00
412788	TUNAS DO PARANA	8.068,66	0,00	60.000,00	0,00	0,00	68.068,66	0,00	0,00	0,00
412790	TUNEIRAS DO OESTE	191.196,71	4.074,87	0,00	0,00	0,00	195.271,58	0,00	0,00	0,00
412795	TUPASSI	183.278,08	85.617,55	0,00	0,00	0,00	268.895,64	0,00	0,00	-0,01
412796	TURVO	305.087,24	48.202,46	250.616,52	0,00	0,00	603.906,22	0,00	0,00	0,00
412800	UBIRATA	1.347.603,69	265.519,48	335.700,00	118.341,24	0,00	911.820,96	0,00	0,00	1.155.343,45
412810	UMUARAMA	13.520.057,73	12.813.593,89	5.379.625,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.713.277,42
412820	UNIAO DA VITORIA	5.088.470,92	2.892.191,49	3.018.838,14	0,00	0,00	10.659.840,55	0,00	0,00	339.660,00
412830	UNIFLOR	30.466,53	0,00	0,00	0,00	0,00	30.466,53	0,00	0,00	0,00
412840	URAI	287.083,53	87.025,99	0,00	0,00	0,00	374.109,52	0,00	0,00	0,00
412850	WENCESLAU BRAZ	370.523,74	10.781,55	0,00	0,00	0,00	381.305,29	0,00	0,00	0,00
412853	VENTANIA	22.598,32	0,00	0,00	0,00	0,00	22.598,32	0,00	0,00	0,00
412855	VERA CRUZ DO OESTE	208.232,06	0,00	90.000,00	0,00	0,00	208.232,06	0,00	0,00	90.000,00
412860	VERE	240.645,07	0,00	0,00	145.149,84	0,00	176.575,87	0,00	0,00	209.219,04
412862	ALTO PARAISO	143.645,88	0,00	0,00	6.091,92	0,00	0,00	0,00	0,00	149.737,80
412863	DOUTOR ULYSSES	23.341,27	0,00	0,00	0,00	0,00	23.341,27	0,00	0,00	0,00
412865	VIRMOND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412870	VITORINO	21.214,64	0,00	0,00	0,00	0,00	21.214,64	0,00	0,00	0,00
412880	XAMBRE	65.671,20	0,00	0,00	9.905,88	0,00	0,00	0,00	0,00	75.577,07
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.367.857.526,01

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód. IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	410690 - CURITIBA	Hospital de Clínicas	2384299	15545	11-11-2004	69.076.405,42
TOTAL						69.076.405,42

PORTARIA Nº 758, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado de Alagoas.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas , por meio do Ofício SESAU/AL nº 949/2016, de 30 de maio de 2016, e Resoluções CIB nº17, de 20 de julho de 2015, nº 27, de 24 de agosto de 2015, nº 28 de 24 de agosto de 2015, nº 29, de 24 de agosto de 2015 e nº 13,de 20 de maio de 2016 resolvem:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Alagoas, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 749.533.322,79, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	222.646.950,53	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	509.345.807,22	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	17.540.565,04	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 2.851.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$12.923.400,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0027 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 7ª parcela de 2016 com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	140.741.658,86
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	81.905.291,67
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	222.646.950,53

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
270010	AGUA BRANCA	946.225,94	65.637,97	0,00	154.352,67	0,00	566.370,85	0,00	0,00	599.845,73
270020	ANADIA	715.034,04	1.956,00	0,00	297.131,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.014.121,36
270030	ARAPIRACA	23.056.876,51	32.898.769,14	6.242.844,34	29.814.710,59	0,00	9.051.596,90	0,00	0,00	82.961.603,68
270040	ATALAIA	2.747.645,37	49.761,12	157.500,00	813.372,00	0,00	157.500,00	0,00	0,00	3.610.778,49
270050	BARRA DE SANTO ANTONIO	397.723,34	0,00	150.000,00	1.158,01	0,00	150.000,00	0,00	0,00	398.881,35
270060	BARRA DE SAO MIGUEL	225.591,27	0,00	0,00	0,53	0,00	0,00	0,00	0,00	225.591,80
270070	BATALHA	1.258.913,38	498.020,20	249.000,00	138.523,37	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.994.456,95
270080	BELEM	143.890,57	0,00	0,00	24.594,94	0,00	0,00	0,00	0,00	168.485,51
270090	BELO MONTE	17.333,31	0,00	0,00	62.147,62	0,00	0,00	0,00	0,00	79.480,93
270100	BOCA DA MATA	1.380.904,83	228,06	118.800,00	87.500,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.587.433,73
270110	BRANQUINHA	161.754,50	0,00	0,00	27.269,84	0,00	0,00	0,00	0,00	189.024,34
270120	CACIMBINHAS	427.990,28	0,00	150.000,00	125.199,42	0,00	150.000,00	0,00	0,00	553.189,70
270130	CAJUEIRO	1.226.203,57	26.233,60	0,00	59.176,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.311.613,90
270135	CAMPESTRE	86.315,81	0,00	0,00	13.068,36	0,00	0,00	0,00	0,00	99.384,17
270140	CAMPO ALEGRE	1.852.965,60	0,00	150.000,00	1.578.680,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	3.431.645,60
270150	CAMPO GRANDE	43.230,44	20.356,23	99.000,00	43.245,34	0,00	0,00	0,00	0,00	205.832,01
270160	CANAPI	537.872,98	0,00	0,00	153.501,79	0,00	0,00	0,00	0,00	691.374,77
270170	CAPELA	1.222.288,37	0,00	0,00	178.373,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400.662,31
270180	CARNEIROS	82.666,33	0,00	0,00	113.050,21	0,00	0,00	0,00	0,00	195.716,54
270190	CHA PRETA	173.861,10	0,00	0,00	11.825,92	0,00	0,00	0,00	0,00	185.687,02
270200	COITE DO NOIA	195.690,62	8.904,24	0,00	92.930,65	0,00	0,00	0,00	0,00	297.525,51
270210	COLONIA LEOPOLDINA	2.035.484,85	44,57	150.000,00	85.315,33	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.120.844,75
270220	COQUEIRO SECO	66.735,27	0,00	0,00	4,98	0,00	0,00	0,00	0,00	66.740,25
270230	CORURIPE	4.030.449,13	4.598.992,41	150.000,00	7.699.194,68	0,00	150.000,00	0,00	0,00	16.328.636,22
270235	CRAIBAS	663.633,40	0,00	0,00	437.290,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100.924,31
270240	DELMIRO GOUVEIA	2.666.656,99	977.047,08	282.000,00	3.813.833,46	0,00	2.137.748,88	0,00	0,00	5.601.788,65
270250	DOIS RIACHOS	117.493,38	0,00	0,00	126.471,60	0,00	0,00	0,00	0,00	243.964,98
270255	ESTRELA DE ALAGOAS	19.996,76	0,00	0,00	10.547,15	0,00	0,00	0,00	0,00	30.543,91
270260	FEIRA GRANDE	962.312,75	0,00	0,00	93.683,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.055.995,75
270270	FELIZ DESERTO	45.517,32	0,00	0,00	7.102,90	0,00	0,00	0,00	0,00	52.620,22
270280	FLEXEIRAS	452.909,60	0,00	0,00	34.905,90	0,00	0,00	0,00	0,00	487.815,50
270290	GIRAU DO PONCIANO	1.247.112,20	235.188,13	150.000,00	730.313,12	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.212.613,45
270300	IBATEGUARA	1.502.952,39	0,00	0,00	52.523,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.555.476,07
270310	IGACI	549.834,65	0,00	0,00	7.945,93	0,00	0,00	0,00	0,00	557.780,58
270320	IGREJA NOVA	885.791,19	8.740,75	184.800,00	145.421,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.224.753,50
270330	INHAPI	489.289,00	175.980,57	150.000,00	210.170,01	0,00	150.000,00	0,00	0,00	875.439,58
270340	JACARE DOS HOMENS	108.183,23	0,00	0,00	40.623,48	0,00	0,00	0,00	0,00	148.806,71
270350	JACUIPE	44.512,80	0,00	0,00	28.512,76	0,00	0,00	0,00	0,00	73.025,56
270360	JAPARATINGA	83.330,71	0,00	0,00	114.565,82	0,00	0,00	0,00	0,00	197.896,53
270370	JARAMATAIA	42.478,98	0,00	0,00	3.092,80	0,00	0,00	0,00	0,00	45.571,78
270375	JEQUIA DA PRAIA	434.169,98	147,60	0,00	87.634,64	0,00	0,00	0,00	0,00	521.952,22
270380	JOAQUIM GOMES	1.347.374,36	75.141,34	308.400,00	26.982,84	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.607.898,54
270390	JUNDIA	86.176,04	0,00	0,00	116.136,74	0,00	0,00	0,00	0,00	202.312,78
270400	JUNQUEIRO	1.967.859,39	35.836,28	0,00	763.416,70	0,00	0,00	0,00	0,00	2.767.112,37
270410	LAGOA DA CANOA	754.110,26	0,00	99.000,00	1.102.141,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1.955.251,62
270420	LIMOEIRO DE ANADIA	1.170.775,63	0,00	0,00	14.362,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.185.138,19
270430	MACEIO	121.618.312,39	97.788.840,86	20.830.946,85	59.843.211,86	0,00	62.906.827,86	17.540.565,04	0,00	219.633.919,06
270440	MAJOR ISIDORO	1.079.559,32	12.310,13	0,00	146.837,58	0,00	0,00	0,00	0,00	1.238.707,03
270450	MARAGOGI	982.799,14	0,00	150.000,00	106.210,42	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.089.009,56
270460	MARAVILHA	135.962,02	0,00	0,00	73.219,02	0,00	0,00	0,00	0,00	209.181,04
270470	MARECHAL DEODORO	1.596.735,47	0,00	150.000,00	2.712.000,06	0,00	150.000,00	0,00	0,00	4.308.735,53
270480	MARIBONDO	147.511,11	0,00	150.000,00	33.962,10	0,00	150.000,00	0,00	0,00	181.473,21
270490	MAR VERMELHO	17.669,66	0,00	0,00	9.039,37	0,00	0,00	0,00	0,00	26.709,03
270500	MATA GRANDE	1.245.260,83	130.151,16	150.000,00	258.808,01	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.634.220,00
270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE	1.343.724,08	40.006,16	99.000,00	156.474,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.639.204,58
270520	MESSIAS	559.299,72	0,00	138.600,00	34,30	0,00	0,00	0,00	0,00	697.934,02
270530	MINADOR DO NEGRAO	93.961,95	0,00	0,00	21.264,26	0,00	0,00	0,00	0,00	115.226,21
270540	MONTEIROPOLIS	82.668,09	0,00	0,00	15.084,52	0,00	0,00	0,00	0,00	97.752,61
270550	MURICI	1.682.197,84	1.440,00	150.000,00	683.815,65	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.367.453,49
270560	NOVO LINO	338.225,05	73.734,27	0,00	117.210,70	0,00	0,00	0,00	0,00	529.170,02
270570	OLHO D'AGUA DAS FLORES	865.178,04	41.387,98	118.800,00	186.151,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.211.517,62
270580	OLHO D'AGUA DO CASADO	51.787,07	0,00	150.000,00	15.964,17	0,00	150.000,00	0,00	0,00	67.751,24
270590	OLHO D'AGUA GRANDE	57.788,91	0,00	0,00	16.101,20	0,00	0,00	0,00	0,00	73.890,11
270600	OLIVENCA	85.454,91	0,00	0,00	35.940,10	0,00	0,00	0,00	0,00	121.395,01
270610	OURO BRANCO	31.661,10	0,00	150.000,00	363.268,19	0,00	150.000,00	0,00	0,00	394.929,29
270620	PALESTINA	66.909,21	0,00	0,00	1.974,60	0,00	0,00	0,00	0,00	68.883,81
270630	PALMEIRA DOS INDIOS	6.228.382,84	6.128.767,79	4.310.710,01	10.550.155,16	0,00	150.000,00	0,00	0,00	27.068.015,80
270640	PAO DE ACUCAR	1.295.055,03	301.509,78	150.000,00	74.927,55	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.671.492,36
270642	PARICONHA	150.273,76	0,00	0,00	41.387,40	0,00	0,00	0,00	0,00	191.661,16
270644	PARIPUEIRA	216.467,54	0,00	0,00	529,48	0,00	0,00	0,00	0,00	216.997,02
270650	PASSO DE CAMARAGIBE	370.228,63	13.636,05	0,00	59.316,40	0,00	113.416,25	0,00	0,00	329.764,83
270660	PAULO JACINTO	377.257,79	0,00	0,00	44.194,86	0,00	0,00	0,00	0,00	421.452,65
270670	PENEDO	4.860.799,59	2.068.537,53	1.802.857,17	7.754.347,81	0,00	150.000,00	0,00	0,00	16.336.542,10
270680	PIACABUCU	634.947,94	0,00	0,00	171.363,28	0,00	0,00	0,00	0,00	806.311,22
270690	PILAR	1.851.782,84	5.319,60	0,00	0,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.857.102,83
270700	PINDOBA	59.808,08	0,00	0,00	9.051,65	0,00	0,00	0,00	0,00	68.859,73

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

270710	PIRANHAS	754.756,06	226.799,79	150.000,00	1.057.481,61	0,00	1.272.011,24	0,00	0,00	917.026,22
270720	POCO DAS TRINCHEIRAS	101.943,03	0,00	0,00	124.585,59	0,00	0,00	0,00	0,00	226.528,62
270730	PORTO CALVO	1.436.541,85	650.826,13	150.000,00	305.749,47	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.393.117,45
270740	PORTO DE PEDRAS	231.970,57	0,00	0,00	116.205,04	0,00	0,00	0,00	0,00	348.175,61
270750	PORTO REAL DO COLEGIO	645.184,05	8.800,44	150.000,00	29.169,02	0,00	150.000,00	0,00	0,00	683.153,51
270760	QUEBRANGULO	776.734,41	630,00	118.800,00	297.292,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.193.456,98
270770	RIO LARGO	2.225.196,12	441.402,91	150.000,00	262.515,90	0,00	1.042.319,69	0,00	0,00	2.036.795,24
270780	ROTEIRO	84.009,95	0,00	0,00	43,34	0,00	0,00	0,00	0,00	84.053,29
270790	SANTA LUZIA DO NORTE	58.087,42	0,00	0,00	2.690,78	0,00	0,00	0,00	0,00	60.778,20
270800	SANTANA DO IPANEMA	2.816.338,75	4.820.043,91	308.400,00	22.690.245,54	0,00	150.000,00	0,00	0,00	30.485.028,20
270810	SANTANA DO MUNDAU	169.228,43	0,00	138.600,00	36.117,38	0,00	0,00	0,00	0,00	343.945,81
270820	SAO BRAS	222.975,58	215.604,46	0,00	9.547,26	0,00	0,00	0,00	0,00	448.127,30
270830	SAO JOSE DA LAJE	1.372.067,32	5.436,43	0,00	174.139,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.551.643,68
270840	SAO JOSE DA TAPERA	1.173.165,96	34.757,17	150.000,00	319.506,72	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.527.429,85
270850	SAO LUIS DO QUITUNDE	1.624.024,84	110.807,87	268.800,00	186.994,56	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.040.627,27
270860	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	4.165.126,95	2.550.772,85	3.271.595,61	6.117.534,32	0,00	150.000,00	0,00	0,00	15.955.029,73
270870	SAO MIGUEL DOS MILA-GRES	126.507,11	85.772,32	150.000,00	11.167,82	0,00	150.000,00	0,00	0,00	223.447,25
270880	SAO SEBASTIAO	1.386.821,19	0,00	308.400,00	39.745,18	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.584.966,37
270890	SATUBA	134.463,91	0,00	0,00	340.416,56	0,00	0,00	0,00	0,00	474.880,47
270895	SENADOR RUI PALMEIRA	244.430,60	0,00	0,00	48.388,77	0,00	0,00	0,00	0,00	292.819,37
270900	TANQUE D'ARCA	94.158,55	0,00	0,00	2.401,94	0,00	0,00	0,00	0,00	96.560,49
270910	TAQUARANA	398.230,91	0,00	0,00	342.183,56	0,00	0,00	0,00	0,00	740.414,47
270915	TEOTONIO VILELA	2.417.648,04	81.900,41	288.600,00	846.719,62	0,00	150.000,00	0,00	0,00	3.484.868,07
270920	TRAIPU	461.473,58	0,00	157.500,00	49.954,86	0,00	157.500,00	0,00	0,00	511.428,44
270930	UNIAO DOS PALMARES	4.352.561,33	1.342.693,82	2.087.855,63	933.387,17	0,00	150.000,00	0,00	0,00	8.566.497,95
270940	VICOSA	1.613.039,04	314.073,90	150.000,00	3.049.392,85	0,00	150.000,00	0,00	0,00	4.976.505,79
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										509.345.807,22

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	270430 - MACEIÓ	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes	2006197	40/2009 GP	27-07-2009	17.540.565,04
TOTAL						17.540.565,04

PORTARIA Nº 759, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Julga improcedente a Representação Administrativa da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora/MG-Secretaria da Receita Federal do Brasil/MF, contra o Centro Barbacenense de Assistência Médica e Social, com sede no Barbacena (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e

Considerando o disposto no inciso I do art. 21 c/c art. 27, da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando a Representação Adminstrativa apresentada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora-MG/Secretaria da Receita Federal do Brasil/MF, de 25 de março 2009;

Considerando o Parecer Técnico n° 228/2016-CGCER DCEBAS/SAS/MS, constante da Representação Administrativa, processo n° 25000.048916/2010-51/MS, que concluiu pelo não cancelamento Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, processo nº 44006.003602/2000-90/CNAS, com validade pelo período de 30 de dezembro de 2000 a 29 de dezembro a 2003, conferido pela Resolução CNAS nº 32, de 16 de fevereiro de 2006, publicada, no Diário Oficial da União nº 38, de 22 de fevereiro de 2006, seção 1, página 48, tendo em vista que não foi demonstrado descumprimento dos requisitos dispostos no inciso IV e § 4º do art. 3º do Decreto 2.526, de 6 de abril de 1998 e suas alterações e demais legislações, resolve;

Art. 1º Fica julgada improcedente a Representação Administrativa protocolada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora-MG/Secretaria da Receita Federal do Brasil/MF, contra o Centro Barbacenense de Assistência Médica e Social, com sede em Barbacena(MG), CNPJ n° 19.557.487/0001-36.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 760, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Inclui Procedimento relacionado ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/ Próteses e Materiais do SUS.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o processo constante de atualização dos procedimentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, em virtude da elaboração e revisão dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas pelo Ministério da Saúde;

Considerando a publicação da Portaria SCTIE/MS nº 7, de 16 de março de 2015, que tornou pública a decisão de incorporar medicamento abatacepte subcutâneo para o tratamento da artrite reumatóide moderada a grave no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Fica incluído, na Forma de Organização 32 -Imunossupressores seletivos, Sub grupo 04 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, do Grupo 06 - Medicamentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS o procedimento relacionado no Anexo desta Portaria

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais nos Sistemas de Informação a partir da competência julho de 2016.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

ANEXO

Procedimento:	06.04.32.014-0 - ABATACEPTE 125 MG/ML INJETÁVEL (POR SERINGA PREENCHIDA)
Complexidade:	AC - Alta Complexidade
Modalidade:	01 - Ambulatorial
Instrumento de Registro:	06 - APAC (Proc. Principal)
Tipo de Financiamento:	02 - Assistência Farmacêutica
Valor Ambulatorial SA:	R$ 0,00
Valor Ambulatorial Total:	R$ 0,00
Valor Hospitalar SP:	R$ 0,00
Valor Hospitalar SH:	R$ 0,00
Valor Hospitalar Total:	R$ 0,00
Atributo Complementar:	009 - Exige CNS; 014 - Admite APAC de Continuidade; 022 - Exige registro na APAC de dados complementares
Sexo:	Ambos
Idade Mínima:	18 Anos
Idade Máxima:	130 Anos
Quantidade Máxima:	4
CID:	M 05.0, M 05.3, M 05.8, M 06.0, M 06.
Serviço/ Classificação:	125 - Serviço de Farmácia / 001 - Dispensação de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 761, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Valida as orientações técnicas do tratamento do tabagismo constantes no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Dependência à Nicotina.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro 1990, que dispões para a Promoção, proteção e recuperação da saúde, assistência à saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o Decreto Presidencial nº 5.658, de 2 de janeiro de 2006, que promulga a Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003;

Considerando as disposições contidas no Decreto nº 7.508, de 28 junho de 2011, que dispõe sobre a organização do SUS, planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para organização da rede de Atenção à Saude no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 571/GM/MS de 05 de abril de 2013, que atualiza as diretrizes de cuidado à pessoa tabagista no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Plano de Ação estratégica para o enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2011-2022; e

Considerando que a politica de controle do tabaco é de grande relevância no declínio das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil, resolve:

Art. 1º Ficam validadas, conforme Anexo a esta Portaria, as orientações técnicas do tratamento do tabagismo constantes no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas- Dependência à Nicotina - Anexo II da Portaria nº 442/SAS/MS, de 13 de agosto de 2004.

Parágrafo único. O Protocolo terá vigência até a publicação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Dependência à Nicotina adequado as orientações metodológicas e aprovado pela CONITEC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

ANEXO

PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS DEPENDÊNCIA À NICOTINA

1 - Introdução:

A abordagem do fumante para a cessação de fumar tem como eixo central, intervenções cognitivas e treinamento de habilidades comportamentais, visando à cessação e a prevenção de recaída. Em casos específicos pode ser utilizado um apoio medicamentoso. De acordo com estudos científicos internacionais os medicamentos atualmente considerados eficazes são os seguintes: Terapia de Reposição de Nicotina, através de adesivo transdérmico ou goma de mascar ou pastilha; e Cloridrato de Bupropiona, que também são considerados medicamentos de 1ª linha. A utilização desses medicamentos deve sempre ser feita juntamente com a abordagem cognitivo-comportamental, e nunca isoladamente (Fiore, 2000, Ministério da Saúde, 2001).

As recomendações abaixo estão referendadas na publicação Consenso sobre Abordagem e Tratamento do Fumante publicada pelo Ministério da Saúde/Instituto Nacional de Câncer, que por sua vez baseou-se em estudos de meta-análise da literatura mundial, sobre cessação do tabagismo.

2 - Classificação CID 10: F17.

3 - Diagnóstico Clínico: Critério de Fumante e de Dependência Física à Nicotina:

É considerado fumante o indivíduo que fumou mais de 100 cigarros, ou 5 maços de cigarros, em toda a sua vida e fuma atualmente (OPAS, 1995)

É considerado dependente de nicotina, o fumante que apresenta três ou mais dos seguintes sintomas nos últimos 12 meses: (WHO, 1992)

a - forte desejo ou compulsão para consumir a substância, no caso, nicotina;

b - dificuldade de controlar o uso da substância (nicotina) em termos de início, término ou nível de consumo;

c - quando o uso da substância (nicotina) cessou ou foi reduzido, surgem reações físicas devido ao estado de abstinência fisiológico da droga;

d - necessidade de doses crescentes da substância (nicotina) para alcançar efeitos originalmente produzidos por doses mais baixas, evidenciando uma tolerância a substância;

e - abandono progressivo de outros prazeres ou interesses alternativos em favor do uso da substância (nicotina), e aumento da quantidade de tempo necessário para seu uso e/ou se recuperar dos seus efeitos;

f - persistência no uso da substância (nicotina), apesar da evidência clara de conseqüências nocivas à saúde.

4 - Critérios de Inclusão no Protocolo de Tratamento:

4.1 - Critérios para Inclusão na Abordagem Cognitivo-Comportamental:

A abordagem cognitivo-comportamental deve ser oferecida a todo fumante que deseja parar de fumar e que venha a ser tratado em uma unidade de saúde prestadora de serviços ao SUS, cadastrada para realizar a abordagem e tratamento do fumante. Esta abordagem será realizada em sessões periódicas, de preferência em grupo de apoio, podendo também ser realizada individualmente. Ela consiste em fornecer informações sobre os riscos do tabagismo e os benefícios de parar de fumar, e no estímulo ao autocontrole ou auto-manejo para que o indivíduo aprenda a escapar do ciclo da dependência e a tornar-se um agente de mudança de seu próprio comportamento (Ministério da Saúde, 2001)

4.2 - Critérios para Inclusão no Tratamento Medicamentoso:

Os fumantes que poderão se beneficiar da utilização do apoio medicamentoso, serão os que, além de participarem (obrigatoriamente) da abordagem cognitivo-comportamental, apresentem um grau elevado de dependência à nicotina, a saber (Ministério da Saúde, 2001):

a - fumantes pesados, ou seja, que fumam 20 ou mais cigarros por dia;

b - fumantes que fumam o 1º cigarro até 30 minutos após acordar e fumam no mínimo 10 cigarros por dia;

c - fumantes com escore do teste de Fagerström[3], igual ou maior do que 5, ou avaliação individual, a critério do profissional;

d - fumantes que já tentaram parar de fumar anteriormente apenas com a abordagem cognitivo-comportamental, mas não obtiveram êxito, devido a sintomas da síndrome de abstinência;

e - não haver contra-indicações clínicas.

5 - Tratamento:

5.1 - Consulta de avaliação clínica do paciente:

Com o objetivo de elaborar um plano de tratamento, o paciente deverá passar por uma consulta, antes de iniciar a abordagem cognitivo-comportamental. Nessa consulta o profissional de saúde deverá avaliar a motivação do paciente em deixar de fumar, seu nível de dependência física à nicotina, se há indicação e/ou contra-indicação de uso do apoio medicamentoso, existência de co-morbidades psiquiátricas, e colher sua história clínica.

Todo paciente que tiver indicação de uso de qualquer tipo de apoio medicamentoso deverá ser acompanhado em consultas individuais subseqüentes, pelo profissional de saúde que o prescreveu.

5.2 - Abordagem Cognitivo-Comportamental:

A abordagem cognitivo-comportamental consiste em sessões individuais ou em grupo de apoio, entre 10 a 15 participantes, coordenados por 1 a 2 profissionais de saúde de nível superior, seguindo o esquema abaixo:

- 4 sessões iniciais, estruturadas, preferencialmente semanais, seguidas de:

- 2 sessões quinzenais, com os mesmos participantes, seguidas de:

- 1 reunião mensal aberta, com a participação de todos os grupos, para prevenção da recaída, até completar 1 ano.

5.3 - Apoio Medicamentoso:

No momento, os medicamentos considerados como 1ª linha no tratamento da dependência à nicotina, e utilizados no Brasil são: Terapia de Reposição de Nicotina, através do adesivo transdérmico, goma de mascar e pastilha, e o Cloridrato de Bupropiona (Ministério da Saúde, 2001).

A escolha de um dos medicamentos dependerá da avaliação individual do paciente.. Não havendo contra-indicações clínicas, o medicamento é escolhido de acordo com a posologia e facilidade de administração, em comum acordo com o paciente. Os esquemas terapêuticos podem ser utilizados isoladamente ou em combinação.

O apoio medicamentoso, quando indicado, segue posologia, de acordo com o medicamento escolhido:

5.3.1 - Terapia de Reposição de Nicotina:

A reposição de nicotina poderá ser feita, segundo critério clínico, utilizando-se goma de mascar com nicotina ou adesivo transdérmico de nicotina.

5.3.1.1 - Goma de Mascar de Nicotina:

a - Apresentação: goma de mascar em tabletes com 2 mg de nicotina

b - Posologia:

Semana 1 a 4: 1 tablete a cada 1 a 2 horas (máximo 15 tabletes por dia);

Semana 5 a 8: 1 tablete a cada 2 a 4 horas;

Semana 9 a 12: 1 tablete a cada 4 a 8 horas.

Duração total do tratamento: 12 semanas.

c - Orientações para o uso da goma de mascar de nicotina:

Mascar um tablete por vez, nos intervalos estabelecidos na alínea "b" supra. Para que medicamento seja eficaz, o paciente deve ser orientado a mascar a goma com força algumas vezes até sentir o sabor de tabaco. Nesse momento ele deverá parar de mastigar e repousar a goma entre a bochecha e a gengiva por alguns minutos para, em seguida, voltar a mastigar com força, repetindo esta operação por 30 minutos, após os quais poderá jogar fora a goma de mascar. Também deverá ser orientado a não ingerir nenhum líquido, mesmo que seja água, durante a mastigação da goma. A dose máxima recomendada é de 15 gomas de 2 mg por dia. Os pacientes devem ser orientados a não fumar após o início do medicamento.

A dispensação desse medicamento deve ocorrer mediante prescrição.

5.3.1.2 - Adesivo Transdérmico de Nicotina:

a - Apresentações: Adesivos Transdérmicos de Nicotina com 7 mg, 14 mg e 21 mg

b - Posologia:

b.1 - Pacientes com escore do teste de Fagerström entre 8 a 10, e/ou fumante de mais de 20 cigarros por dia, utilizar o seguinte esquema:

Semana 1 a 4: adesivo de 21mg a cada 24 horas;

Semana 5 a 8: adesivo de 14mg a cada 24 horas;

Semana 9 a 12: adesivo de 7mg a cada 24 horas.

Duração total do tratamento: 12 semanas.

b.2 - Pacientes com escore do teste de Fagerström entre 5 a 7, e/ou fumante de 10 a 20 cigarros por dia e fumam seu 1º cigarro nos primeiros 30 minutos após acordar, utilizar o seguinte esquema:

semana 1 a 4: adesivo de 14mg a cada 24 horas;

semana 5 a 8: adesivo de 7mg a cada 24 horas.

Duração total do tratamento: 8 semanas.

c - Orientações para o uso do adesivo de nicotina:

O adesivo deve ser aplicado na pele, fazendo um rodízio do local da aplicação a cada 24 horas. Na mulher, evitar colocá-lo no seio, e no homem, evitar colocá-lo em região que apresente pêlos. A região deve estar protegida da exposição direta do sol, porém, não há restrição quanto ao uso na água.

Deve-se parar de fumar ao iniciar o medicamento.

A dispensação desse medicamento deve ocorrer mediante prescrição.

5.3.1.3 - Pastilha de Nicotina

a - Apresentação: pastilhas em tabletes com 2 mg de nicotina

b - Posologia:

Semana 1 a 4: 1 pastiha a cada 1 a 2 horas (máximo 15 pastilhas por dia);

Semana 5 a 8: 1 pastilha a cada 2 a 4 horas;

Semana 9 a 12: 1 pastilha a cada 4 a 8 horas.

Duração total do tratamento: 12 semanas.

c - Orientações para o uso da pastilha de nicotina:

Mover uma pastilha de um lado para o outro da boca, repetidamente, até que esteja totalmente dissolvida. essa operação deverá ocorrer entre 20 a 30 minutos. Evitar morder a pastilha durante o uso. da mesma forma, deve-se evitar comer ou beber enquanto estiver com a pastilha na boca, para não interferir na absorção da nicotina. A dose máxima recomendada é de 15 pastilhas dwe 2mg por dia. Os pacientes devem ser orientados a não fumar após o início do medicamento.

A dispensação desse medicamento deve ocorrer mediante prescrição.

5.3.2 - Cloridrato de Bupropiona:

a - Apresentação: Bupropiona em comprimidos de 150 mg

b - Posologia: A dosagem preconizada é a seguinte:

1 comprimido de 150mg pela manhã nos primeiros 3 dias de tratamento;

1 comprimido de 150mg pela manhã e outro comprimido de 150mg, oito horas após, a partir do 4º dia de tratamento, até completar 12 semanas.

c - Orientações para o uso de Bupropiona:

A dose máxima recomendada de Bupropiona é de 300mg por dia. Em caso de intolerância à dose preconizada, ela pode sofrer ajuste posológico, a critério clínico.

Deve-se parar de fumar no 8º dia após o início da medicação.

A dispensação desse medicamento deve ocorrer mediante a apresentação do Receituário de Controle Especial em duas vias.

6 - Critérios de Suspensão ou Não Utilização de Apoio Medicamentoso:

6.1 - Contra-indicações formais:

Não deverão ser incluídos ou ter suspenso o apoio medicamentoso, aqueles pacientes que, segundo o medicamento escolhido, apresentarem:

6.1.1 - Goma de Mascarde Nicotina:

a - hipersensibilidade conhecida a qualquer dos componentes da fórmula;

b - incapacidade de mastigação ou em indivíduos com afecções ativas da articulação têmporomandibula;

c - pacientes que estejam no período de 15 dias após episódio de infarto agudo do miocárdio.

d- pacientes portadores de úlcera péptica

6.1.2 - Adesivo Transdérmico de Nicotina:

a - hipersensibilidade conhecida a qualquer dos componentes da fórmula;

b - doenças dermatológicas que impeçam a aplicação do adesivo;

c - pacientes que estejam no período de 15 dias após episódio de infarto agudo do miocárdio;

d - gestação;

e - amamentação.

6.1.3 - Pastilha de Nicotina:

a - hipersensibilidade conhecida a qualquer dos componentes da fórmula;

b - pacientes portadores de fenilcetonúria;

c - pacientes que estejam no período de 15 dias após episódio de infarto agudo do miocárdio.

d- pacientes portadores de úlcera péptica

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6.1.4 - Cloridrato de Bupropiona:
a - hipersensibilidade conhecida a qualquer dos componentes da fórmula;
b - risco de convulsão: história pregressa de crise convulsiva, epilepsia, convulsão febril na infância, anormalidades eletroencefalográficas conhecidas;
c- alcoolistas em fase de retirada de álcool;
d - uso de benzodiazepínico ou outro sedativo,
e - uso de outras formas de bupropirona;
f - doença cérebro-vascular, tumor de sistema nervoso central, bulimia, anorexia nervosa.
g - gestação
h - amamentação
Para aqueles fumantes que estão fazendo uso de inibidor da MAO, há necessidade de suspensão da medicação, por pelo menos 15 dias antes do início da Bupropiona.
6.2 - Contra-indicações Relativas:
As seguintes situações constituem-se em contra-indicações relativas ao uso de apoio medicamentoso, de acordo com o medicamento escolhido, e devem ser cuidadosamente avaliada pelo medico prescritor quando da indicação do medicamento:
6.2.1 - Goma de Mascar de Nicotina:
a - gestação e durante a amamentação, a não ser quando o risco de continuar fumando seja avaliado pelo médico como maior do que o do uso da goma de mascar com nicotina;
b - doenças cárdio-vasculares.
6.2.2 - Adesivo Transdérmico de Nicotina:
a - doenças cárdio-vasculares.
6.2.3 - Pastilha de Nicotina;
a - gestação e amamentação, a não ser quando o risco de continuar fumando seja avaliado pelo médico como maior do que o uso da pastilha de nicotina;
b- doenças cárdio-vasculares
6.2.4-Cloridrato de Bupropiona:
a - uso de carbamazepina;
b - uso de cimetidina;
c - uso de barbitúricos;
d - uso de fenitoína;
e - uso de anti-psicóticos;
f - uso de anti-depressivos;
g - uso de teofilina;
h - uso de corticoesteróides sistêmicos;
i - uso de pseudoefedrina;
j - diabetes melittus em uso de hipoglicemiante oral ou insulina;
k - hipertensão arterial não controlada.
7 - Controle Clínico do Uso de Apoio Medicamentoso:
Todos os pacientes em uso de apoio medicamentoso devem ser acompanhados e avaliados durante o tratamento.
Atenção especial deve ser dada às seguintes situações:
- monitorar os pacientes hipertensos e/ou cardiopatas em uso de qualquer forma de Terapia de Reposição de Nicotina (goma de mascar, ou adesivo ou pastilha);
- monitorar a pressão arterial como rotina em pacientes em uso de Bupropiona, pois alguns estudos mostram que a Bupropiona tende a elevar os níveis de pressão arterial.
A associação de goma de mascar ou adesivo de nicotina ou pastilha com Bupropiona, também pode elevar a pressão arterial. Nesses casos, deve-se preferir a associação entre as três formas de Terapia de Reposição de Nicotina.
7.1 - Efeitos Colaterais:
Os efeitos colaterais mais comuns que podem ocorrer com o uso das medicações, utilizadas como apoio, são os seguintes:
7.1.1 - Goma de Mascar de Nicotina- vertigem, dor de cabeça, náuseas, vômitos, desconforto gastontestinal, soluços, dor de garganta, dor bucal, aftas, dor muscular na mandíbula, hipersalivação.
7.1.2 - Adesivo Transdérmico de Nicotina - irritação local, podendo a chegar a eritema infiltrativo, é efeito colateral mais comum, podendo ocorrer mais raramente, náuseas, vômitos, hipersalivação e diarréia. Pode ocorrer, em menor incidência, palpitação, eritema e urticária e, raramente, fibrilação atrial reversível e reações alérgicas como o angioedema.
7.1.3 - Pastilha de Nicotina - náuseas, vômitos, tonteira, cefaléia, sensação parestésica na língua e boca, dor epigástrica, soluços, dor de garganta, tosse, secura na boca, disfagia, eructação.
7.1.4 - Cloridrato de Bupropiona - insônia, geralmente sono entrecortado, além de boca seca, cefaléia e risco de convulsão.
8 - Resposta Clínica:
A resposta clínica positiva ao tratamento ocorre quando o paciente deixa de fumar.
Estudos mostram que um programa de cessação do tabagismo é considerado efetivo quando se alcança a taxa de cessação de fumar igual ou superior a 30% após 12 meses. No entanto, o tabagismo apresenta um padrão evolutivo semelhante ao de doenças crônicas, podendo apresentar períodos de remissões e recidivas. Estudos mostram que os fumantes tentam parar de fumar em média 5 vezes até conseguir parar definitivamente.
9 - Interrupção do Tratamento:
Não há razão para interromper a abordagem cognitivo-comportamental, porém, se houver algum impedimento do paciente em permanecer na abordagem em grupo, ele deve ser encaminhado para uma abordagem individual.
O uso de qualquer forma de medicamento, deverá ser interrompido, se o paciente apresentar alguma das contra-indicações relatadas anteriormente. Havendo contra-indicações, o paciente deverá ser orientado a utilizar outra alternativa do tratamento medicamentoso.
10 - Registro do Paciente
A unidade de saúde deve possuir um prontuário para cada paciente com as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo atendimento. Os prontuários deverão estar devidamente ordenados no Serviço de Arquivo Médico.
Informações Mínimas do Prontuário:
- Identificação do paciente, endereço e telefone;
- Identificação dos profissionais responsáveis pelo atendimento e pela prescrição do medicamento, se houver;
- Histórico;
- Avaliação inicial e classificação da dependência à nicotina como muito baixa/baixa/média/elevada/muito elevada e sua respectiva inclusão em um dos escores do teste de Fagerström - de acordo com o Protocolo estabelecido;
- Indicação do tratamento proposto, especificando, se for o caso, qual apoio medicamentoso foi indicado, por quanto tempo, previsão de necessidade mensal, quantidades fornecidas por mês e que dosagem (número de tabletes da goma de mascar, adesivos, comprimidos) e informação quanto ao retorno das unidades eventualmente não utilizadas;
- Dados de evolução;
- Resultado obtido.
Bibliografia:
1 - FIORE MC, BAILEY WC, COHEN SJ et al.. Trating Tobacco Use and Dependence. Clinical Practice Gideline. U. S. Department off Health and Humans Services, Public Health Service, 2000.
2 - MINISTÉRIO DA SAÚDE, Instituto Nacional do Câncer, Coordenação de Prevenção e Vigilância, Consenso sobre Abordagem e Tratamento do Fumante, 2001.
3- ORGANIZACIONPANAMERICANA DE LA SALUD, Guias para el Control y Monitoreo de la Epidemia Tabaquica, 1995.
4- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO), The ICD-10 Classification of Mental and Behavioural Disorders. Clinical descriptions and diagnostic guideliness, 1992.

PORTARIA Nº 762, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Remaneja recurso do limite financeiro mensal, do Município de Marituba/PA para a Gestão Estadual de Saúde do Pará, destinado ao custeio da Nefrologia - Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 1.336/GM/MS, de 08 de setembro de 2015, que estabelece recurso anual a ser adicionado ao limite financeiro dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinado à troca dos dialisadores e linhas arteriais e venosas para todos os procedimentos hemodialíticos em pacientes com sorologia positiva para hepatite B ou hepatite C;
Considerando a Portaria nº 1.744/GM/MS, de 22 de outubro de 2015, que redefine o limite financeiro anual dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia;
Considerando a Resolução nº 05, de 29 de janeiro de 2016, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará; e
Considerando o Ofício nº 1.703, de 09 de junho de 2016, da Secretaria de Estado de Saúde do Pará, resolve:
Art. 1º Fica remanejado recurso no valor mensal de R$ 262.892,61 (duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos), do Município de Marituba (IBGE 150442), para a Gestão Estadual de Saúde do Pará (IBGE 150000), destinado ao custeio da Nefrologia.
Art. 2º O remanejamento não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.
Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência março de 2016.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

RETIFICAÇÃO

No art. 4º da Portaria nº. 498/SAS/MS, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 90, de 12 de maio de 2016, seção 1, página 140,

Onde se lê:

Procedimento	03.04.05.034-72 - HORMONIOTERAPIA ADJUVANTE À RADIOTERAPIA EXTERNA DO ADENOCARCINOMA DE PROSTATA

Leia-se:

Procedimento	03.04.05.034-2 - HORMONIOTERAPIA ADJUVANTE À RADIOTERAPIA EXTERNA DO ADENOCARCINOMA DE PROSTATA

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 312, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Divulga a relação final dos médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior, com inscrição validada para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, e aptos a escolha de municípios nos termos do subitem 6.4 do Edital SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:
Art. 1º Divulgar, através do site http://maismedicos.saude.gov.br, a relação final dos médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior, com inscrição validada para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, e aptos à escolha de municípios nos termos dos subitens 6.4, 6.5, 6.6 e 6.7 do Edital SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016.
Art. 2º Os profissionais de que trata o art. 1º deverão proceder à indicação dos municípios na forma indicada no Edital SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016, no prazo indicado no cronograma disponível no site http://maismedicos.saude.gov.br.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FERREIRA LIMA FILHO

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVADO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉRELATIVO AOESTABELECIMENTO DE UM MECANISMO DE CONSULTAS POLÍTICAS

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República da Guiné
(doravante denominados "Partes"),
Desejosos de intensificar suas cordiais relações bilaterais e de promover o entendimento e a cooperação entre ambos os países em diversos domínios, em conformidade com os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas; e
Convencidos da necessidade de combinar esforços e ações, com vistas a manter a paz e a segurança regional e internacional, por um lado, bem como a favorecer o desenvolvimento econômico e social de seus povos, por outro, e a fim de harmonizar seus pontos de vista em fóruns internacionais,
Chegaram ao seguinte entendimento:
Artigo 1
1. As Partes comprometem-se a atuar eficazmente, com vistas ao fortalecimento das relações bilaterais e da promoção da cooperação entre ambos os países.
2. A esse respeito, o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos Guineenses no Exterior da República da Guiné procederão a consultas periódicas acerca do desenvolvimento das relações bilaterais, assim como questões regionais e internacionais de interesse comum.
Artigo 2
1. As consultas serão realizadas periodicamente entre as Partes, em nível a ser determinado de comum acordo.
2. A data, o local e os temas das consultas serão determinados pelas Partes, pela via diplomática.
Artigo 3
As Partes encorajarão e facilitarão o intercâmbio de visitas e consultas sobre questões de interesse mútuo no Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e no Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos Guineenses no Exterior da República da Guiné.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Artigo 4

Os representantes das Partes junto à Organização das Nações Unidas e a outros organismos internacionais realizarão contatos e consultas sobre temas de interesse comum, com vistas ao fortalecimento das relações bilaterais e à harmonização de suas posições.

Artigo 5

1. O presente Memorando de Entendimento, válido por período indeterminado, entrará em vigor na data de sua assinatura.

2. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Memorando de Entendimento, mediante notificação escrita, pela via diplomática. Nesse caso, a denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a recepção da referida notificação pela outra Parte.

Firmado em Conacri, em 25 de julho de 2011, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANTONIO PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ

EDOUARD LAMA
Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Guineenses no Exterior

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.892, DE 14 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002617/2016-21. Interessada: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Interessada, a área de terra necessária à implantação da Subestação Itaquerê Rural 138/34,5 kV- 30 MVA.

A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.909, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.001757/2016-81. Interessado: Energisa Nova Friburgo - ENF. Objeto: Estabelece os limites para os indicadores de continuidade DEC e FEC dos conjuntos da ENF, para o período de 2017 a 2021, a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017.

A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVAnº 5.910, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.001769/2016-14. Interessado: Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S.A - EMG. Objeto: Autoriza a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelece os limites para os indicadores de continuidade DEC e FEC dos conjuntos da Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S.A - EMG, para o período de 2017 a 2021 a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017.

A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.091, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000014/2016-94. Interessados: Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. - ENF, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica - RTP da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. - ENF, a vigorar a partir de 22 de junho de 2016, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.092, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000013/2016-40. Interessados: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. - EMG, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Zona da Mata Geração S.A., concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica - RTP da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. - EMG, a vigorar a partir de 22 de junho de 2016, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.079, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000468/2014-01. Interessados: Pedras Transmissora de Energia S.A., Coqueiros Transmissora de Energia S.A. e Brilhante Transmissora de Energia S.A.. Objeto: Aprova o recálculo da revisão da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão nº 17/2008, nº 19/2008 e nº 8/2009, mediante alteração da Tabela 1 do Anexo da Resolução Homologatória nº 1.755, de 24 de junho de 2014.

A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 14 de junho de 2016

N° 1.571 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004419/2015-11, decide por não conhecer, haja vista a intempestividade, do Recurso Administrativo interposto pela Zona da Mata Geração S.A., e, de ofício, determinar a devolução de R$ 43.793,38 (quarenta e três mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos), corrigidos e remunerados, à Recorrente, na forma de abatimento no próximo lançamento da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE

Nº 1.574 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo n° 48500.002378/2010-13, decide indeferir o pleito de alterar o cronograma de implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Capão Alto, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 5.066, de 24 de fevereiro de 2015, localizada nos municípios de Capão Alto e Campo Belo do Sul, no estado de Santa Catarina.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Homologatória n. 2.023, de 8 de março de 2016, publicada no D.O. n. 49, de 14 de março de 2016, Seção 1, página 69, v. 152, constante do Processo n. 48500.00004432/2015-70, retificar a Tabela 1 - Tarifas de Aplicação e Base Econômica para o Grupo A referentes à acessada ENF, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 21 de junho de 2016

Nº 1.650 - Processo nº 48500.005441/2001-39. Interessados: Lwarcel Celulose Ltda. Usina: UTE Lwarcel. Unidade Geradora: UG1 de 25.000 kW. Localização: Município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.

Nº 1.651 - Processo nº 48500.002127/2014-62. Interessados: Termoverde Caieiras Ltda. Usina: UTE Termoverde Caieiras. Unidades Geradoras: UG1 a UG21, de 1.407 kW cada, totalizando 29.547 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Caieiras, Estado de São Paulo.

Nº 1.652 - Processo nº 48500.003111/2016-39. Interessados: J O Bioenergia S.A. Usina: UTE N O Bioenergia. Unidade Geradora: UG1 de 18.000 kW. Localização: Município de Araras, Estado de São Paulo.

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 22 de junho de 2016.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de junho de 2016

Nº 1.654 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais delegadas pelo Despacho nº 1.576, 14 de junho de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.001402/2016-92, e em cumprimento à decisão liminar concedida nos autos do Processo Judicial nº 05480-17.2016.4.01.3400/16ª Vara Federal, resolve: (i) Homologar o valor das componentes tarifárias em R$/MWh na Tabela 1 do Anexo, referente ao processo tarifário de 2015 da Cemig-D, para as unidades consumidoras listadas na Tabela 3 do Anexo, alcançadas pela decisão de antecipação de tutela de que trata o Processo Judicial nº 05480-17.2016.4.01.3400/16ª Vara Federal; (ii) Homologar na Tabela 2 do Anexo as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST, componente CDE, para o ciclo tarifário 2015/2016, para a unidade consumidora alcançada pela decisão de antecipação de tutela de que trata o Processo Judicial nº 05480-17.2016.4.01.3400/16ª Vara Federal, que se conecta ao sistema de transmissão; (iii) As componentes tarifarias de que tratam os incisos (i) e (ii) tem vigência a partir de 19 de fevereiro de 2016, e enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela; (iv) Alterações nas componentes tarifárias de que tratam os incisos (i) e (ii) serão publicadas nos processos tarifários posteriores da Cemig-D e da definição da TUST; (v) Para o consumo classificado como autoprodução (APE) permanecem vigentes os valores homologados na Tabela 1 do último processo tarifário aprovado pela ANEEL; (vi) Permanecem válidas as demais componentes tarifárias em R$/kW, aprovadas no último processo tarifário aprovado pela ANEEL.

Nº 1.655 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais delegadas pelo Despacho nº 1.576, 14 de junho de 2016, tendo em vista o que consta no Processo 48500.001431/2016-54, e em cumprimento à decisão liminar concedida nos autos do Processo Judicial nº 0006370-53.2016.4.01.3400/16ª Vara Federal, decide: (i) Homologar na Tabela 1 as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST, componente CDE, para o ciclo tarifário 2015/2016, para a unidade consumidora alcançada pela decisão de antecipação de tutela de que trata o Processo Judicial nº 05480-17.2016.4.01.3400/16ª Vara Federal, que se conecta ao sistema de transmissão; (ii) As componentes tarifarias de que trata o inciso (i) tem vigência a partir de 26 de fevereiro de 2016, e enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela; (iii) Permanecem válidas as demais componentes tarifárias em R$/kW, aprovadas na Resolução Homologatória nº 1.917/2015.

DAVI ANTUNES LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 21 de junho de 2016

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 680	CHEMITOOL DO BRASIL PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - CNPJ nº 12.991.490/0001-14						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001138/2016 - 69	KYNETX LD LIN25	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	EQUIPAMENTOS DE SERVIÇO PESADO TIPO BRITADOR E VIBRADOR DE SEPARAÇÃO	5277
Nº 681	COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. - CNPJ nº 33.000.092/0038-50						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001343/2016 - 24	MOBILGARD 300 C	SAE 30	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	DIESEL MARÍTMO	17462

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	48600.001340/2016 - 91	MOBILGREASE HXP 462	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÕES INDUSTRIAIS, AUTOMOTIVOS, DE CONSTRUÇÃO E DE MARINHA	5274
	48600.001344/2016 - 79	MOBILGARD 525	SAE 50	. MAN B&W 2-STROKE DIESEL ENGINES, WARTSILA AND SULZER 2-STROKE ENGINES BURNING 0,5% MAX. SULFUR DISTILLATE FUEL	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES DIESEL MARÍTMO	17463
	48600.001345/2016 - 13	MOBILGREASE XHP 461	NLGI 1	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	APLICAÇÕES INDUSTRIAIS, AUTOMOTIVOS, DE CONSTRUÇÃO E DE MARINHA	5273
Nº 682	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A - CNPJ nº 33.337.122/0141-87						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001347/2016 - 11	IPIRGEROL GL5	SAE 85W140	API GL5, ZF TE-ML 07A, ZF TE-ML 08	ÓLEO LUBRIFICANTE	TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS	11296
	48600.001347/2016 - 11	IPIRGEROL GL5	SAE 140	API GL5	ÓLEO LUBRIFICANTE	TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS	11296
	48600.001347/2016 - 11	IPIRGEROL GL5	SAE 90	API GL5, ZF TE-ML 07A, ZF TE-ML 08	ÓLEO LUBRIFICANTE	TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS	11296
	48600.001347/2016 - 11	IPIRGEROL GL5	SAE 80W90	API GL5, ZF TE-ML 07A, ZF TE-ML 08	ÓLEO LUBRIFICANTE	TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS	11296
	48600.001346/2016 - 68	IPIRGEROL GL4	SAE 140	API GL4	ÓLEO LUBRIFICANTE	TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS	429
	48600.001346/2016 - 68	IPIRGEROL GL4	SAE 90	API GL4	ÓLEO LUBRIFICANTE	TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS	429
	48600.001346/2016 - 68	IPIRGEROL GL4	SAE 80W90	API GL4, ZF TE-ML 08	ÓLEO LUBRIFICANTE	TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS	429
	48600.001346/2016 - 68	IPIRGEROL GL4	SAE 250	API GL4	ÓLEO LUBRIFICANTE	TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS	429

ROSÂNGELA MOREIRA DO ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 319, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pelas Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 18, de 19 de junho de 2009, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a empresa Quaker Chemical Indústria e Comércio Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.999.042/0001-88, situada na Avenida Brasil, n° 44178, Bairro Campo Grande, Município de Rio de Janeiro/RJ. CEP: 23078-001, autorizada a exercer a atividade de produtor de óleos lubrificantes acabados industriais, conforme processo n.º 48610.006857/2015-76.

Art. 2º - Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de produção de óleos lubrificantes acabados industriais.

Art. 3º - Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 320, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 18, de 18 de junho de 2009 e da Resolução ANP n.º 42, de 19 de agosto de 2011, e tendo em vista o que consta dos processos ANP n.º 48600.000526/2000-65 e nº 48610.011769/2012-43, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ n.º 00.999.042/0001-88, autorizada a operar as instalações de produção de óleo lubrificante acabado industrial, localizadas na Avenida Brasil, nº 44.178 - Distrito Industrial - Bairro de Campo Grande - Município do Rio de Janeiro - RJ - CEP: 23078-001.

As referidas instalações compreendem os tanques verticais atmosféricos listados na tabela abaixo, com capacidade total de armazenamento de 855,07 m3.

Tanque Número	Diâmetro (m)	Altura (m)	Volume (m3)	PRODUTO
TQ-TANC-001	3,00	6,19	43,84	Classe III
TQ-TANC-002	2,98	6,17	43,03	Classe III
TQ-TANC-003	3,00	6,17	43,30	Classe III
TQ-TANC-004	2,98	6,17	43,03	Classe III
TQ-TANC-006	2,98	7,32	51,05	Classe III
TQ-TANC-007	2,98	7,31	50,98	Classe III
TQ-TANC-008	2,98	7,30	50,91	Classe III
TQ-TANC-019	2,98	7,40	50,53	Classe III
TQ-TANC-025	3,67	4,75	51,36	Classe III
TQ-TANC-036	3,11	7,60	50,10	Classe III
TQ-TANC-043	2,96	4,85	30,70	Classe III
TQ-TANC-045	3,10	7,14	50,00	Classe III
TQ-TANC-046	3,11	7,28	55,00	Classe III
TQ-TANC-54	2,96	9,15	58,94	Classe III
TQ-TANC-015	2,86	7,80	50,10	Classe III
TQ-TANC-016	2,97	7,81	50,10	Classe III
TQ-TANC-017	2,97	7,81	50,10	Classe III
TQ-TANC-050	2,50	3,50	17,00	Classe III
TQ-TANC-051	2,56	3,00	15,00	Classe III

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 321, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo nº 48610.004096/2015-18, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a SOL DIESEL DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ nº 01.776.432/0001-51, habilitada na ANP como Transportador - Revendedor - Retalhista (TRR), autorizada a operar a base de armazenamento localizada na Rua Papa Paulo VI 51, Q1 - LT 08 e 09, Bairro Aldeia de Barueri, Barueri/SP, 54335-790 (Lat/Lon aprox.: -23.508403, -46.861431 SIRGAS 2000).

O parque de tancagem de produto é constituído dos seguintes tanques aéreos horizontais listados a seguir, perfazendo o total de 60,71m^3.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	COMPR. (m)	VOLUME (m^3)	CLASSES	OBS.
01 (2273.09)	2,54	5,97	30,36	II e III	
02-A (2274.09)	2,54	1,36	6,86	II e III	Bipartido
02-B (2274.09)	2,54	4,61	23,49	II e III	Bipartido

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP Nº 270, de 21/07/2005, publicada no Diário Oficial da União em 22 de Julho de 2005.

Art. 4º A SOL DIESEL DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ nº 01.776.432/0001-51, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISO NELSON CASTRO NEVES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 21 de junho de 2016

Nº 674 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n.º 18, de 18 de junho de 2009, e o que consta do processo n.º 48610.006857/2015-76, torna pública a habilitação da Quaker Chemical Indústria e Comércio Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 00.999.042/0001-88, situada na Avenida Brasil, n° 44178, Bairro Campo Grande, Município de Rio de Janeiro/RJ. CEP: 23078-001, para o exercício da atividade de produção de óleos lubrificantes acabados industriais.

Nº 675 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/AM0174466	A NUNES MAGALHAES RUBEM - ME	15.530.543/0001-98	SANTO ANTONIO DO ICA	AM	48610.001842/2016-01
PR/GO0176005	AE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	24.723.734/0001-67	PORANGATU	GO	48610.006191/2016-37
PR/RN10407	ALTO POSTO PASSA E FICA LTDA.	35.649.219/0010-91	MACAIBA	RN	48610.003705/2012-79
PR/BA0175849	AMARAL RAMOS PRODUTOS DE PETROLEO LTDA	23.315.899/0001-37	CAMAMU	BA	48610.005740/2016-56
PR/PA0176045	AUTO POSTO CABANOS LTDA - EPP	18.295.646/0002-90	BARCARENA	PA	48610.006285/2016-14
PR/SP0176067	AUTO POSTO NATO VETORAZZO LTDA	24.300.750/0001-47	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.006150/2016-41
PR/MT0174992	AUTO POSTO VIA BRASIL LTDA	23.993.480/0001-34	CUIABA	MT	48610.002750/2016-30
PR/RS0176069	PETROELGO COMBUSTIVEIS LTDA - EPP.	21.848.803/0001-70	PELOTAS	RS	48610.006197/2016-12
PR/PA0176006	POSTO DO PORTO LTDA - EPP	20.998.397/0001-60	MARABA	PA	48610.006246/2016-17

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 676 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, à pedido ou por sucessão empresarial:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/BA0012694	AMANDA LUIZ PINTO ME	07.789.937/0001-37	SALVADOR	BA	48610.002458/2007-26
GLP/CE0188177	ANA PAULA SILVA BERNARDO MORAIS	11.284.745/0001-46	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.010602/2010-01
GLP/DF0183268	ARMAZEN DO GÁS LTDA - ME	11.148.824/0001-20	BRASILIA	DF	48610.000956/2010-30
001/GLP/GO0011259	ASGÁS REVENDEDORA DE GÁS LTDA.	07.867.447/0001-01	GOIANIA	GO	48610.000841/2007-41
001/GLP/ES0022079	BRUNO ARPINI BOTELHO ME	07.270.791/0001-19	SAO MATEUS	ES	48610.006863/2008-02
GLP/GO0178617	CISAGAS COMÉRCIO E TRANSPORTADORA DE GÁS LTDA	02.242.139/0018-15	INHUMAS	GO	48610.007904/2009-51
001/GLP/SC0009008	CUNHA COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA ME	08.002.382/0001-02	GASPAR	SC	48610.009743/2006-97
GLP/MG0215273	DIVA LAUREANO PIRES - ME	15.200.354/0001-57	POCRANE	MG	48610.006111/2012-10
GLP/MG0225775	DORACI DE FATIMA DA SILVA ALVIM 31734375604	18.674.761/0001-94	SETE LAGOAS	MG	48610.001763/2014-20
GLP/CE0209113	FABIO HENRIQUE DE MENESES ALVES- ME	12.993.152/0001-11	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.009401/2011-34
GLP/RO0230754	GAS ALVORADA LTDA	21.347.715/0001-95	ALVORADA D'OESTE	RO	48610.008343/2015-55
GLP/DF0178066	GASBRAX DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE GASES LTDA - ME	05.136.725/0001-25	BRASILIA	DF	48610.006359/2009-85
GLP/RS0205543	GEANE MORO	12.563.558/0001-64	CARAA	RS	48610.019086/2010-72
GLP/ES0211895	J. F. DE OLIVEIRA ME.	13.985.028/0001-77	CONCEICAO DA BARRA	ES	48610.014753/2011-10
GLP/ES0183386	JOSÉ BONIFÁCIO M. NETO BONI GÁS E ÁGUA ME	06.905.453/0001-43	VILA VELHA	ES	48610.001801/2010-11
GLP/RR0222833	K. P. LEITE ME	11.659.313/0003-34	BOA VISTA	RR	48610.008884/2013-11
GLP/MG0228562	LARA FERREIRA CASSEMIRO - ME	20.506.505/0001-30	MATIAS BARBOSA	MG	48610.001323/2015-53
GLP/DF0176329	LINK GAS COMERCIO DE GASES LTDA - ME	09.481.690/0003-84	BRASILIA	DF	48610.000001/2009-49
GLP/DF0184994	LNJB COMÉRCIO DE GÁS LTDA. ME.	11.179.286/0001-30	BRASILIA	DF	48610.004189/2010-38
GLP/SP0224889	LUIZ FERNANDO GOULART SILVA 35213465870	16.753.756/0001-41	SARUTAIA	SP	48610.003031/2014-74
GLP/ES0227760	MARIA DA PENHA MENASSA PANETTO - ME	20.772.203/0001-03	VARGEM ALTA	ES	48610.010820/2014-61
GLP/MG0176345	MERCEARIA MANTENA LTDA.	66.323.601/0001-43	SANTA LUZIA	MG	48610.000226/2009-03
GLP/SC0213599	SANTA CHAMA GAS E AGUA LTDA - ME	14.712.747/0001-87	SAO JOSE	SC	48610.001786/2012-72
GLP/PB0179938	SOS GÁS DISTRIBUIDORA LTDA	11.893.112/0002-16	JOAO PESSOA	PB	48610.010333/2009-31
GLP/SC0210410	TRANSPORTADORA PRESIDENTE LTDA.	83.807.305/0005-60	FLORIANOPOLIS	SC	48610.006537/2011-92
001/GLP/MG0001566	VALDIRENE RODRIGUES SAMPAIO	04.374.347/0001-55	TEOFILO OTONI	MG	48610.007362/2004-11

Nº 677 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SC0234734	ALE ESTOFADOS LTDA - ME	80.728.785/0001-52	CONCORDIA	SC	48610.006304/2016-02
GLP/GO0234735	ANGELA DIAS MARTINS - ME	24.595.327/0001-11	CATALAO	GO	48610.005296/2016-79
GLP/PA0234736	ARINALDA DA CRUZ SILVA 77861272320	24.538.188/0001-94	MARABA	PA	48610.006255/2016-08
GLP/GO0234737	AUTO POSTO PARK JK EIRELI	18.783.492/0001-02	LUZIANIA	GO	48610.006346/2016-35
GLP/RN0234738	BRUNO FONSECA DA SILVA	22.299.434/0001-77	NATAL	RN	48610.007389/2015-57
GLP/PR0234739	CRISTIANE APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA	24.236.221/0001-21	MANDAGUACU	PR	48610.005532/2016-57
GLP/GO0234740	DISTRIBUIDORA DE GLP GOMES EIRELI - ME	23.311.360/0001-00	VALPARAISO DE GOIAS	GO	48610.006347/2016-80
GLP/SP0234741	EDER PEREIRA DOS SANTOS 30098811851	23.945.528/0001-39	CABREUVA	SP	48610.004766/2016-87
GLP/MG0234742	ELZA MARIA DAS NEVES SANTOS	01.490.136/0001-90	SETE LAGOAS	MG	48610.006309/2016-27
GLP/AL0234743	EMANUELA GOMES CARDOSO 06462273437	15.179.444/0001-03	MACEIO	AL	48610.002215/2016-89
GLP/MG0234744	EUVANES MARIA MENDES DE LIMA - ME	19.026.831/0001-60	POCRANE	MG	48610.005030/2016-26
GLP/MG0234745	GETULIO DOS SANTOS	24.079.852/0001-84	BETIM	MG	48610.004209/2016-66
GLP/MG0234746	GILMAR CARDOSO GUIMARAES ME	23.895.380/0001-75	PAI PEDRO	MG	48610.005181/2016-84
GLP/MG0234747	GUSTAVO REZENDE DE OLIVEIRA - ME	17.847.643/0001-78	GOIANA	MG	48610.006306/2016-93
GLP/CE0234748	IRMÃOS GONDIM REVENDEDORA DE GAS E AGUA LTDA	23.876.037/0001-83	IPAPORANGA	CE	48610.003083/2016-11
GLP/GO0234749	ITAMAR ALVES BORGES - ME	23.501.410/0001-11	SENADOR CANEDO	GO	48610.002745/2016-27
GLP/PR0234750	JBR DISTRIBUIDORA DE GÁS E ÁGUA LTDA ME	24.019.303/0001-14	FAZENDA RIO GRANDE	PR	48610.003671/2016-46
GLP/PE0234751	JOAQUIM GOMES BIZERRA NETO	23.302.182/0001-50	CUMARU	PE	48610.006256/2016-44
GLP/GO0234752	JOSE MARIA DA SILVA ROCHA - ME	23.105.650/0001-05	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	GO	48610.006357/2016-15
GLP/BA0234753	J.V.J COMERCIO DE GAS LTDA - ME	22.624.755/0001-08	ALAGOINHAS	BA	48610.006303/2016-50
GLP/CE0234754	L.C DAVI DE AQUINO GÁS - ME	23.633.531/0001-17	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.006342/2016-57
GLP/RN0234755	LOURIVAL JOSE DA SILVA	22.622.936/0001-97	NATAL	RN	48610.002175/2016-75
GLP/SC0234756	LUIZ HENRIQUE SPONCHIADO 09028280960	24.483.113/0001-53	VARGEAO	SC	48610.005014/2016-33
GLP/ES0234757	MARIA APARECIDA RISSI PASSOS	24.198.757/0001-08	JAGUARE	ES	48610.006254/2016-55
GLP/MG0234758	MEGA GÁS UBERABA LTDA - ME	24.532.479/0001-75	UBERABA	MG	48610.005576/2016-87
GLP/PA0234759	P. L DA SILVA & CIA LTDA - ME	14.841.792/0001-31	IGARAPE-ACU	PA	48610.005173/2016-38
GLP/SP0234760	PERI PERI COMERCIO DE GÁS LTDA - EPP	24.423.589/0001-07	SAO PAULO	SP	48610.006344/2016-46
GLP/PB0234761	RAFAEL BATISTA FERNANDES	23.456.516/0001-40	CONDE	PB	48610.002082/2016-41
GLP/PE0234762	R.M. PEREIRA BRAZ ME	14.644.916/0002-70	CARNAIBA	PE	48610.004929/2016-21
GLP/PR0234763	ROGERIO REIS BARROS 93913907572	23.587.436/0001-24	CURITIBA	PR	48610.005176/2016-71
GLP/PA0234764	RONAEUDO AMORIM E SILVA LTDA - ME	24.364.088/0001-99	MARABA	PA	48610.006307/2016-38
GLP/PA0234765	RONILDO GOMES DE MORAIS 76102122291	23.927.230/0001-04	ELDORADO DO CARAJAS	PA	48610.006305/2016-49
GLP/RS0234766	SCHOLOTTFELDT & SCHLOTFELDT LTDA ME	24.566.548/0001-61	CACHOEIRA DO SUL	RS	48610.006252/2016-66
GLP/MG0234767	SEBASTIAO ALVARENGA DA MAIA ME	23.858.629/0001-72	CARNEIRINHO	MG	48610.005180/2016-30
GLP/GO0234768	SILVIO MICENIO NUNES SANTOS - ME	18.093.809/0001-70	SENADOR CANEDO	GO	48610.005170/2016-02
GLP/SC0234769	SUPERMERCADO ORONDINO LTDA - EPP	03.894.831/0001-42	PAULO LOPES	SC	48610.005451/2016-57
GLP/SE0234770	VINATON COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	17.506.112/0001-11	SAO CRISTOVAO	SE	48610.005512/2016-86
GLP/AM0234771	W. L. DE LIRA - EPP	05.399.663/0004-97	MANACAPURU	AM	48610.005166/2016-36

Nº 678 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n° 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PF/AM0174809	MANOEL JOSÉ MAGALHÃES FILHO EPP	11.969.974/0003-66	SANTO ANTONIO DO ICA	AM	48610.002466/2016-63

Nº 679 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de 26 de maio de 2004 e com fundamento no disposto no artigo 41, inciso II, "a" e "h", no artigo 17, inciso II da Resolução ANP n° 42/2011 e no que consta do Processo Administrativo n. º 48610.002165/2014-78, torna pública a reconsideração da decisão, contida no Despacho n° 188 publicado no DOU em 26/2/2016, de revogação da Autorização ANP n° 329, publicada em 26/6/2009, para exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool carburante, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos concedida à sociedade LOTUS PETRÓLEO BRASIL LTDA. (antiga Queiroz Distribuidora de Combustíveis Ltda.), inscrita no CNPJ sob o n° 01.135.851/0001-04, localizada à Rua Doutor Eli Volpato, 948, Sala 06, Chapada, Araucária - PR - CEP 83707-746. Fica ratificada a Autorização ANP n° 329/2009. Revogam-se as disposições em contrário.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 19/2016

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

803.611/1978-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DO LOURENÇO LTDA- AI N° nº. 011/2016; nº 012/2016; nº 013/2016;nº 014/2016; nº 15/2016; nº 016/2016; nº 017/2016; nº 018/2016; nº 019/2016; nº 020/2016

803.612/1978-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DO LOURENÇO LTDA- AI N° nº 014/2016; nº 15/2016; nº 016/2016; nº 017/2016; nº 018/2016; nº 019/2016; nº 020/2016

RELAÇÃO Nº 21/2016

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)

803.611/1978-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DO LOURENÇO LTDA- AI N°38/2016

803.612/1978-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DO LOURENÇO LTDA- AI N°39/2016

JOSÉ ENOILTON CARNEIRO LEITE

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 110/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)

872.739/2015-MINERAÇÃO CONCORDE ALPHA 1 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

872.744/2015-MINERAÇÃO CONCORDE ALPHA 1 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
870.018/2016-SEBASTIÃO FRANCISCO DE JESUS SILVA ME
870.077/2016-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA
870.078/2016-PEDREIRA VITÓRIA LTDA EPP
870.080/2016-N GREEN MINERAIS LTDA
870.095/2016-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
871.373/2015-ASX TERRAPLENAGEM LTDA
871.374/2015-ASX TERRAPLENAGEM LTDA
871.375/2015-ASX TERRAPLENAGEM LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
872.203/2015-EVIDENCIA MINERAÇÃO MARMORES E GRANITOS LTDA ME-OF. N°362/2016
872.705/2015-PIRBAHIANO INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-OF. N°363/2016
872.764/2015-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA-OF. N°353/2016
872.803/2015-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-OF. N°268/2016
872.804/2015-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-OF. N°267/2016
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
872.771/2013-COMERCIAL GONZAGA E FRANÇA LTDA ME
872.773/2013-COMERCIAL GONZAGA E FRANÇA LTDA ME
870.250/2015-G 4 ESMERALDA
871.866/2015-MF AZEVEDO COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
872.527/2015-MINERAÇÃO MONTE SANTO
872.528/2015-MINERAÇÃO MONTE SANTO
872.678/2015-MINERAÇÃO MONTE SANTO
872.947/2015-RONAN FRANCO
873.052/2015-NEIVA VIEIRA DE ASSUNÇÃO
870.054/2016-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA
870.072/2016-MINERAÇÃO MONTE SANTO
870.098/2016-MINERAÇÃO MONTE SANTO
870.141/2016-MINERAÇÃO MONTE SANTO
870.150/2016-GRANITOS COLODETTI LTDA. EPP.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
871.028/2012-ANTONIO CELSO RIBEIRO FILHO
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
870.760/2012-W.C. TRANSPORTESZ & CONTRUÇÕES LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
870.478/1986-FÁBRICA DE LAMINADOS DE MÁRMORES S A-OF. N°364/2016
870.785/1992-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°350/2016
873.042/2006-OSWALDINO FERRAZ GUSMÃO FILHO ME-OF. N°368/2016
874.661/2011-PIRES E GAMBERT LTDA-OF. N°360/2016
870.243/2014-PEDRO ROBERTO BONADIMAN FILHO ME-OF. N°352/2016
Reitera exigência(366)
873.070/1994-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°371/2016-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
870.478/1986-FÁBRICA DE LAMINADOS DE MÁRMORES S A-OF. N°365/2016
870.785/1992-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°351/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
870.862/2015-W.C. TRANSPORTESZ & CONTRUÇÕES LTDA ME-Registro de Licença N°41/2016 de 08/06/2016-Vencimento em 07/05/2018
871.382/2015-AGROPECUÁRIA ISAF FILHOS LTDA ME-Registro de Licença N°38/2016 de 06/06/2016-Vencimento em 07/07/2018
872.629/2015-TRANSPENHA TRANSPORTE DE MAQUINAS LTDA ME-Registro de Licença N°39/2016 de 06/06/2016-Vencimento em 19/08/2017
872.790/2015-JOSÉ DE MENEZES LIMA ME-Registro de Licença N°40/2016 de 06/06/2016-Vencimento em Indeterminado
870.286/2016-INDUSTRIA DE CERAMICAS CAPIXABA LTDA ME-Registro de Licença N°42/2016 de 08/06/2016-Vencimento em 15/02/2031
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
870.981/2015-EVANIA OLIVEIRA LIMA SILVA-OF. N°385/2016
870.509/2016-JOELITO MODESTO DOS REIS-OF. N°359/2016
870.992/2016-PETTERSON PIMENTEL DE JESUS ME-OF. N°384/2016
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
870.265/2016-MUNDIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°358/2016
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
870.998/2015-TUCUMANN ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
870.986/2016-CEPAINCOL CERÂMICA PARAGUAÇU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
870.243/2009-JOSÉ EVERALDO BONATTO
871.478/2014-RENOVA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
871.079/2015-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DE BARREIROS
871.397/2015-BLOCO FORTE OESTE COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
871.896/2015-CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.
871.897/2015-CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
871.848/2015-TRANSPORTES E COMERCIO SANTA CLARA LTDA ME-OF. N°387/2016
870.146/2016-GRANPEDRAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°388/2016
Fase de Registro de Extração
Determina o cancelamento do Registro de Extração(943)
872.140/2006-DEPARTAMENTO DE INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA- Registro de Extração N°02 872.142/2006-DEPARTAMENTO DE INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA- Registro de Extração N°24- DOU de 21/11/2006

ADIEL DE MACEDO VERAS

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DOS SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 68/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
850.539/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
850.542/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
850.391/2007-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. N°2776/2016-DNPM/PA
850.391/2007-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. N°2776/2016-DNPM/PA
850.391/2007-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. N°2776/2016-DNPM/PA
850.293/2010-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°2775/2016-DNPM/PA
850.294/2010-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°2748/2016-DNPM/PA
850.295/2010-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°2749/2016-DNPM/PA
850.296/2010-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°2750/2016-DNPM/PA
850.297/2010-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°2751/2016-DNPM/PA
850.298/2010-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°2752/2016-DNPM/PA
850.299/2010-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°2753/2016-DNPM/PA
Despacho publicado(256)
850.512/2003-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-Conforme parecer de fl. 1816, fixo o prazo de sobrestamento da decisão sobre o relatório de pesquisa apresentado em 03 (três) anos, a contar da data da assinatura do despacho da fl. 1725, publicado em 26/01/2015, de maneira que este se estenderá até no máximo 22/01/2018.
850.514/2003-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-Conforme parecer de fl. 1851, fixo o prazo de sobrestamento da decisão sobre o relatório de pesquisa apresentado em 03 (três) anos, a contar da data da assinatura do despacho da fl. 1777, publicado em 20/11/2014, de maneira que este se estenderá até no máximo 03/11/2017.
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
815.104/1971-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S A- AI N° 938/2016;932/2016.
850.038/1988-PARÁ PIGMENTOS S A- AI N° 928/2016;932/2016;933/2016;934/2016;929/2016;
935/2016;936/2016;937/2016.
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.231/2015-A M BARREIRO COMÉRCIO LTDA- Registro de Licença N°:54/2015 - Vencimento em 03/07/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.106/2016-IRMAOS MACIEL LTDA ME-OF. N°2758/2016-DNPM/PA

RELAÇÃO Nº 69/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
850.542/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- DOU de 15/04/2008
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
850.097/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°411/2011
850.583/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-AI N°420/2011

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 61/2016

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
840.133/1999-Itapoama Mineração Ltda.- AI N°094/15
Fase de Licenciamento
Torna sem efeito despacho publicado(1417)
840.206/2015-SILVANO SEVERINO DA SILVA- DOU de 02/06/2016

RELAÇÃO Nº 62/2016

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
840.084/2000-ITAPOAMA MINERAÇÃOS LTDA- AI N° 217/2016
840.048/2002-ITAPOAMA MINERAÇÃOS LTDA- AI N° 218/2016
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
006.197/1947-AGRO MINERAÇÃO MOURA LTDA- AI Nº 207, 348/2013 e 118/2014
840.273/1992-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI Nº 183/16
840.360/1993-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI Nº 187/16
840.071/1997-BRICON INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI Nº 354, 355 e 356/2013
840.010/1999-GEOLOG DO BRASIL LTDA- AI Nº 226, 227, 228 e 229/15
840.059/1999-AGUA MINERAL E GELO DA ILHA LTDA- AI Nº 12 e 254/15
840.049/2002-ITAPOAMA MINERAÇÃOS LTDA- AI Nº 230/15
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
006.197/1947-Agro Mineração Moura Ltda.- AI N° 117/2011 e 267/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
840.106/1980-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°827/16

RELAÇÃO Nº 63/2016

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
840.158/1999-BANDEIRA ÁGUA MINERAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME- Fontes: Felipe e Camila: Marcas: Monte Cristal e Barão, Embalalagens 20Lts.- PAULISTA/PE
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
840.020/1985-MINERAÇÃO BRANCA DE NEVE LTDA.- AI N° 178 e 179/16
840.369/1987-J & E COMÉRCIO DE ÁGUAS MINERAIS LTDA- AI N° 238//16
840.216/1991-LEÃO PARTICIPAÇÒES LTDA.- AI N° 237/16
840.043/1998-AGUA MINERAL SANTA TERESINHA LTDA ME- AI N° 235/16
840.100/1999-ÁGUA MINERAL DIAMANTE LTDA- AI N° 241, 242, 243/15 e 181/16
840.158/1999-BANDEIRA ÁGUA MINERAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME- AI N° 200/16
840.028/2006-GUARANY SIDERURGIA E MINERAÇÃO S.A.- AI N° 225/16
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
840.043/1998-Água mineral Santa Terezinha Ltda.- AI N° 207/13
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
840.056/1981-MINERAÇÃO DELMIRO GOUVEIA LTDA-OF. N°656/16

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

840.369/1987-J & E COMÉRCIO DE ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°795/16
840.528/1989-MINERAÇÃO ALTO CAXANGÁ LTDA-OF. N°80416
840.043/1998-AGUA MINERAL SANTA TERESINHA LTDA ME-OF. N°802/16
840.158/1999-BANDEIRA ÁGUA MINERAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°642/16
840.093/2002-LEANDRO CAL JATOBÁ BRITAS E PEDRAS-OF. N°655/16
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
840.128/1994-GUARANY SIDERURGIA E MINERAÇÃO S.A.-OF. N°221.44.001/2016

PAULO JAIME ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 87/2016 - DPA

Fica a abaixo relacionado cientes de que julgou-se parcialmente procedente a defesa administrativa interposta, restando pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 990.740/2012
Notificado: COMPANHIA DE BEBIDAS PRIMO SCHINCARIOL.
CNPJ/CPF: 02.864.417/0001-28
NFLDP nº 276/12
Valor: R$ 351.771,74

ANTONIO CESAR DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 115/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.281/2016-ADEMAR NIENKOETTER CARPES-OF. N°2721/2016
815.290/2016-AREAL PRATA LTDA ME-OF. N°2718/2016
815.290/2016-AREAL PRATA LTDA ME-OF. N°2718/2016
815.334/2016-COREMA CIA REVENDEDORA DE MOTORES E AUTOMÓVEIS-OF. N°2730/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.232/2014-RICARDO GARBELOTO TEIXEIRA
815.233/2014-RICARDO GARBELOTO TEIXEIRA
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.534/2008-HELIO JOSÉ DA COSTA-AI N°667/2016
815.537/2008-MIGUEL SOMMARIVA JUNIOR-AI N°666/2016
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
815.416/2008-IZAIAS BERTHOLDE-AI N°419/2012
815.534/2008-HELIO JOSÉ DA COSTA-AI N°443/2012
815.537/2008-MIGUEL SOMMARIVA JUNIOR-AI N°442/2012
815.693/2010-J M COMÉRCIO E MINERAÇÃO DE PEDRAS LTDA.-AI N°261/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.307/1994-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2728/2016
Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
815.185/2016-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
815.186/2016-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
815.187/2016-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA
815.188/2016-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.157/2014-COMÉRCIO DE AREIAS ODORIZZI LTDA ME-Registro de Licença N°2019/2016 de 11/05/2016-Vencimento em 19/02/2019
815.412/2016-FISCHERS A AGOINDUSTRIA-Registro de Licença N°2028/2016/2028 de 2016-Vencimento em 11/05/2020
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
815.423/2016-RBS TRANSPORTES LTDA ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.414/2015-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TELHAS CASAGRANDE LTDA ME- Registro de Licença N°:1970/2015 - Vencimento em 20/12/2020
815.475/2015-CECILIA TARRAPLANAGEM E TRANSPORTES ME- Registro de Licença N°:1971/2015 - Vencimento em 20/12/2020
815.954/2015-CERÂMICA BOTEGA LTDA EPP- Registro de Licença N°:1999/2016 - Vencimento em 05/11/2020
815.955/2015-CERÂMICA BOTEGA LTDA EPP- Registro de Licença N°:2000/2016 - Vencimento em 05/11/2020
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
815.332/1992-MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.-OF. N°2723/2016.

RELAÇÃO Nº 116/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
815.567/2005-JAIR BRIDAROLI- AI N°244/2013
815.190/2008-CLEBER PACHECO GOMES- AI N°448/2012
815.423/2008-MARCO ANTONIO VEGINI- AI N°448/2012
815.808/2010-TERRA MINERADORA LTDA ME- AI N°15/2016
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
815.567/2005-JAIR BRIDAROLI- AI N°244/2013
815.190/2008-CLEBER PACHECO GOMES- AI N°448/2012
815.416/2008-IZAIAS BERTHOLDE- AI N°419/2012
815.423/2008-MARCO ANTONIO VEGINI- AI N°448/2012
815.505/2008-MANJOLINHO BRITAS E TRANSPORTES LTDA- AI N°447/2012
815.534/2008-HELIO JOSÉ DA COSTA- AI N°443/2012
815.537/2008-MIGUEL SOMMARIVA JUNIOR- AI N°442/2012
815.808/2010-TERRA MINERADORA LTDA ME- AI N°15/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(1284)
815.157/2014-COMÉRCIO DE AREIAS ODORIZZI LTDA ME-OF. N°1967-DOU de 2016

JOSE PAULO SERAFIM

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 59/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.031/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°740/2016 - DNPM/TO
864.130/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°739/2016 - DNPM/TO
864.358/2009-SUL AMAZÔNIA FERTILIZANTES INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°378/2016 - DNPM/TO
864.294/2012-RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°761/2016 - DNPM/TO
864.529/2012-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A-OF. N°380/2016 - DNPM/TO
864.532/2012-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A-OF. N°380/2016 - DNPM/TO
864.533/2012-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A-OF. N°380/2016 - DNPM/TO
864.028/2013-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A-OF. N°380/2016 - DNPM/TO
864.032/2013-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A-OF. N°380/2016 - DNPM/TO
864.033/2013-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A-OF. N°380/2016 - DNPM/TO
Fase de Licenciamento
Determina arquivamento do Auto de Infração(762)
864.321/2004-NACAL NATIVIDADE CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA- AI N°609/2013 - DNPM/TO
Aceita a defesa apresentada(1192)
864.321/2004-NACAL NATIVIDADE CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
864.321/2004-NACAL NATIVIDADE CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA-OF. N°221.44.001/2016 - DNPM/TO
864.043/2005-MINERAÇÃO RIBEIRO LTDA. ME-OF. N°221.44.008/2016 - DNPM/TO
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
864.024/2003-NATIVO MINERADORA LTDA-OF. N°221.44.011/2016 - DNPM/TO
864.025/2003-NATIVO MINERADORA LTDA-OF. N°221.44.011/2016 - DNPM/TO
864.321/2004-NACAL NATIVIDADE CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA-OF. N°221.44.001/2016 - DNPM/TO
864.536/2007-RUBENS MALAQUIAS AMARAL-OF. N°221.44.005/2016 - DNPM/TO

RELAÇÃO Nº 60/2016

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito Auto de Infração(1873)
864.321/2004-NACAL NATIVIDADE CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA- AI N°609/2013 - DNPM/TO

MOACIR HARUO MASSANI

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 68, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional, com a finalidade de sugerir o aperfeiçoamento de rotinas de verificação de inconsistências e a qualificação das bases de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos I, II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a necessidade de permanente aprimoramento e integração dos processos, controles, ferramentas, técnicas e tecnologias que suportam e sustentam as atividades de operação dos programas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; e

CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento constante dos sistemas de informação e das bases de dados necessárias para gerar informações precisas que possibilitem o processo assertivo de tomada de decisão e que deem condições para que as funções de planejamento, organização, controle e direção sejam executadas de maneira eficaz, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho Interinstitucional, de caráter consultivo, com a finalidade de sugerir o aperfeiçoamento de rotinas de verificação de inconsistências e a qualificação das bases de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA.

Parágrafo único. As conclusões do Grupo de Trabalho devem ser apresentadas, na forma de relatório, para apreciação pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será constituído por representante:

I - das seguintes unidades do MDSA:

a) Secretaria-Executiva;

b) Diretoria de Tecnologia da Informação;

c) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC);

d) Secretaria Nacional de Assistência Social; e

e) Assessoria Especial de Controle Interno; e

II - do Instituto Nacional de Seguro Social.

§ 1º Será convidado para compor o Grupo de Trabalho representante dos seguintes órgãos:

I - Subchefia de Articulação e Monitoramento, da Casa Civil da Presidência da República;

II - Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda;

III - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e

IV - Secretaria Federal de Controle Interno, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

§ 2º O Grupo de Trabalho poderá convidar para participar de suas atividades representante de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, tais como do Ministério Público Federal, da Caixa Econômica Federal e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, bem como especialistas em assuntos relacionados ao tema, cuja participação seja considerada útil ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

§ 3º O Grupo de Trabalho será coordenado pela Secretaria-Executiva do MDSA, que lhe prestará apoio administrativo.

§ 4º O Grupo de Trabalho contará com o apoio técnico da SENARC.

§ 5º Os membros titulares do Grupo de Trabalho indicarão seus respectivos suplentes, por meio de comunicação formal à Secretaria-Executiva do MDSA.

Art. 3º O Grupo de Trabalho deverá apresentar relatório, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta Portaria, prorrogável por igual período.

Art. 4º O Grupo de Trabalho reunir-se-á com frequência semanal, sem prejuízo da possibilidade de a sua coordenação estabelecer outro cronograma.

Art. 5º As funções dos representantes do Grupo de Trabalho serão consideradas prestação de serviço público relevante, sem remuneração.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 159, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e alterações, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, na forma do Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria Inmetro nº 165, de 2 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2013.

MARCOS PEREIRA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, autarquia federal criada pela Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973, com sede e foro no Distrito Federal, vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, é o órgão executivo central do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - SINMETRO, e tem por finalidade:

I - elaborar e expedir regulamentos técnicos nas áreas determinadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO;

II - elaborar e expedir regulamentos técnicos sobre o controle metrológico legal e instrumentos de medição;

III - exercer o poder de polícia administrativa na área de metrologia legal, que poderá ser delegado a órgãos ou entidades de direito público;

IV - exercer poder de polícia administrativa, expedindo regulamentos técnicos nas áreas de avaliação da conformidade de produtos, insumos e serviços, desde que não constituam objeto da competência de outros órgãos ou entidades da administração pública federal, quanto a:

a)segurança;

b)proteção da vida e da saúde humana, animal e vegetal;

c)proteção do meio ambiente; e

d)prevenção de práticas enganosas de comércio;

V - executar, coordenar e supervisionar as atividades de metrologia legal e de avaliação da conformidade compulsória por ele regulamentadas ou exercidas por delegação;

VI - atuar como órgão acreditador oficial de organismos de avaliação da conformidade;

VII - registrar objetos sujeitos a avaliação da conformidade compulsória;

VIII - planejar e executar atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento científico e tecnológico em metrologia, avaliação da conformidade e áreas afins;

IX - prestar serviços de transferência tecnológica e de cooperação técnica voltados à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em metrologia, avaliação da conformidade e áreas afins;

X - prestar serviços voltados à inovação nas empresas nacionais;

XI - produzir e alienar materiais de referência, padrões metrológicos e produtos relacionados;

XII - realizar contribuições a entidades estrangeiras congêneres, cujos interesses estejam amparados em acordos firmados entre si ou entre os respectivos países, como uma única ação;

XIII - designar entidades públicas ou privadas para a execução de atividades técnicas nas áreas de metrologia e de avaliação da conformidade, no âmbito de sua competência regulamentadora;

XIV - atuar como órgão oficial de monitoramento da conformidade aos princípios das boas práticas de laboratório;

XV - conceder bolsas de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento de tecnologia de produto ou de tecnologia de processo, de caráter contínuo, diretamente ou por intermédio de parceria com instituições públicas ou privadas;

XVI - estabelecer parcerias com entidades de ensino para a formação e especialização profissional nas áreas de sua atuação, inclusive para programas de residência técnica;

XVII - anuir no processo de importação de produtos, por ele regulamentados, que estejam sujeitos a regime de licenciamento não automático ou a outras medidas de controle administrativo prévio ao despacho para consumo; e

XVIII - representar o País em foros regionais, nacionais e internacionais sobre avaliação da conformidade.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O INMETRO tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:

1.Coordenação de Ensaios de Produtos - Coens

2.Núcleo de Arquivo Central e Protocolo - Nuarp

3.Núcleo de Biblioteca - Nubil

4. Ouvidoria - Ouvid

5. Gabinete - Gabin

5.1. Divisão de Comunicação Social - Dicom

6. Coordenação-Geral de Articulação Internacional - Caint

6.1 Divisão de Cooperação Técnica Internacional - Dicoi

6.2. Divisão de Superação de Barreiras Técnicas - Disbt

7.Coordenação-Geral de Acreditação - Cgcre

7.1 Seção de Suporte Administrativo de Acreditação - Sesad

7.2 Divisão de Acreditação de Organismos de Certificação - Dicor

7.3 Divisão de Acreditação de Organismos de Inspeção - Diois

7.4 Divisão de Acreditação de Laboratórios - Dicla

7.5 Divisão de Desenvolvimento de Programas de Acreditação - Didac

7.6 Divisão de Capacitação em Acreditação - Dicap

8. Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Cored

8.1 Divisão de Gestão Administrativa da Coordenação-Geral da RBMLQ-I - Digea

II - Órgãos Seccionais:

1.Auditoria Interna - Audin

1.1. Serviço de Desenvolvimento das Auditorias - Seaud

2. Procuradoria Federal - Profe

2.1.Serviço de Consultoria - Scons

2.2. Serviço de Contencioso - Sicot

3. Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional - Dplan

3.1. Divisão de Gestão Corporativa - Dgcor

3.2. Divisão de Planejamento e Monitoramento - Dipla

3.3. Divisão de Planejamento Orçamentário - Diplo

3.4. Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - Cogep

3.4.1. Divisão de Administração de Pessoas - Dapes

3.4.1.1.Setor de Aposentadoria e Pensões - Sappe

3.4.2. Divisão de Desenvolvimento e Capacitação - Didec

3.4.2.1. Núcleo de Multiplicação do Conhecimento - Numuc

3.4.3. Serviço de Captação e Carreira - Secac

3.4.4. Serviço de Segurança e Saúde Ocupacional - Sesao

3.5. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - Ctinf

3.5.1. Serviço de Sistemas - Sesis

3.5.2. Serviço de Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Seinf

3.6.Centro de Capacitação - Cicma

3.6.1. Divisão de Inovação Tecnológica - Ditec

4. Diretoria de Administração e Finanças - Diraf

4.1. Coordenação-Geral de Administração - Coadi

4.1.1. Divisão de Gestão de Aquisições - Digaq

4.1.1.1. Núcleo de Diárias e Passagens - Nudip

4.1.1.2. Núcleo de Licitações - Nulic

4.1.2. Divisão de Contratos e Convênios - Dicoc

4.1.2.1. Núcleo de Adequação - Nuade

4.1.3. Serviço de Contabilidade - Secon

4.1.3.1. Núcleo de custos - Ncust

4.1.3.2. Núcleo fiscal - Nufic

4.2. Coordenação-Geral de Infraestrutura - Coinf

4.2.1. Divisão de Logística de Bens - Dilog

4.2.1.1. Núcleo de Importação - Nuimp

4.2.1.2. Núcleo de Almoxarifado - Nucal

4.2.2. Divisão de Apoio Operacional - Diope

4.2.3. Divisão de Engenharia - Dieng

4.2.3.1. Serviço de Manutenção - Seman

4.2.3.2. Setor de Projetos e Obras - Sepro

4.3. Divisão de Finanças - Difin

4.3.1. Núcleo Executivo Financeiro - Nufin

III - Órgãos Específicos Singulares:

1.Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf

1.1. Divisão de Qualidade Regulatória - Diqre

1.2. Divisão de Análise de Produtos - Divap

1.3. Divisão de Vigilância de Mercado - Divig

1.4. Coordenação de Controle Pré-Mercado - Copre

2. Diretoria de Metrologia Científica e Tecnologia - Dimci

2.1. Divisão de Metrologia Óptica - Diopt

2.1.1. Laboratório de Interferometria - Laint

2.1.2. Laboratório de Radiometria e Fotometria - Laraf

2.1.3. Laboratório de Aplicações Ópticas - Laopt

2.2. Divisão de Metrologia Mecânica - Dimec

2.2.1. Laboratório de Massas - Lamas

2.2.2. Laboratório de Metrologia Dimensional - Lamed

2.2.3. Laboratório de Pressão - Lapre

2.2.4. Laboratório de Força - Lafor

2.3. Divisão de Metrologia Elétrica - Diele

2.3.1. Laboratório de Metrologia em Padronização Elétrica - Lampe

2.3.2. Laboratório de Metrologia em Energia Elétrica - Lamel

2.3.3. Laboratório de Metrologia Elétrica Quântica - Lameq

2.3.4 Laboratório de Calibração em Metrologia Elétrica - Lacel

2.3.5. Laboratório de Metrologia em Alta Tensão - Lamat

2.4. Divisão de Metrologia Acústica e Vibrações - Diavi

2.4.1. Laboratório de Ensaios Acústicos - Laena

2.4.2. Laboratório de Eletroacústica - Laeta

2.4.3. Laboratório de Vibrações - Lavib

2.4.4. Laboratório de Ultrassom - Labus

2.5. Divisão de Metrologia Química e Térmica - Dquim

2.5.1. Núcleo de Laboratório de Eletroquímica - Label

2.5.2. Laboratório de Análise Orgânica - Labor

2.5.3. Laboratório de Análise de Gases - Lanag

2.5.4. Setor de Laboratório de Análise Inorgânica - Labin

2.5.5. Laboratório de Termometria - Later

2.5.6. Laboratório de Higrometria - Lahig

2.5.7. Laboratório de Motores e Combustíveis - Lamoc

2.6. Divisão de Metrologia de Materiais - Dimat

2.6.1. Núcleo de Laboratório de Biomateriais e Tribologia - Labit

2.6.2. Núcleo de Laboratório de Microscopia - Nulam

2.7. Divisão de Metrologia em Tecnologia da Informação e Telecomunicações - Dmtic

2.7.1. Laboratório de Informática - Lainf

2.8. Divisão de Metrologia em Dinâmica de Fluidos - Dinam

2.8.1. Laboratório de Fluidos - Laflu

2.8.2. Setor de Laboratório de Vazão de Gás - Lagas

2.9. Coordenação-Geral de Infraestrutura Laboratorial - Colab

3. Diretoria de Metrologia Legal - Dimel

3.1. Divisão de Articulação e Regulamentação Técnica Metrológica - Diart

3.2. Divisão de Controle Legal de Instrumentos de Medição - Dicol

3.3. Divisão de Supervisão em Metrologia Legal - Disme

3.4. Divisão de Gestão Técnica - Dgtec

3.4.1. Setor de Medição de Massa - Semas

3.4.2. Setor de Medição de Fluidos - Seflu

3.4.3. Setor de Medição de Comprimento e Força - Secof

3.4.4. Setor de Medição de Grandezas Elétricas - Segel

3.4.5. Setor de Medição de Grandezas Físico-Químicas - Sefiq

3.4.6. Setor de Instrumentação, Software e Hardware - Sinst

3.4.7. Núcleo de Mercadorias Pré-Medidas - Numep

3.5. Seção de Gestão Administrativa e Logística em Metrologia Legal (Segal)

4. Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida - Dimav

4.1. Laboratório de Bioengenharia Tecidual - Labio

4.2. Laboratório de Microbiologia - Lamic

4.3. Laboratório de Química Biológica - Lqbio

4.4. Laboratório de Macromoléculas - Lamac

4.5. Laboratório de Microscopia Aplicada às Ciências da Vida - Lamav

IV - Órgãos Descentralizados:

1.Superintendência de Goiás - Surgo

2.Superintendência do Rio Grande do Sul - Surrs

CAPÍTULO III

DA DIREÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 3º O INMETRO é administrado por seu Presidente e por seus Diretores.

Art. 4º O cargo de Presidente do INMETRO e os demais cargos em comissão e funções gratificadas serão providos na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I

Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente

Art. 5º À Coordenação de Ensaios de Produtos compete coordenar e executar ensaios de produtos para prestar apoio às unidades organizacionais do INMETRO, em especial às áreas de metrologia legal e avaliação da conformidade, bem como a setores demandantes da sociedade.

Art. 6º Ao Núcleo de Arquivo Central e Protocolo compete:

I - gerenciar, orientar e executar as atividades do arquivo central do INMETRO referentes à classificação, eliminação, transferência, recolhimento, consulta e empréstimos e preservação dos documentos recebidos e criados no exercício das funções do Instituto;

II - autuar, registrar e acompanhar a movimentação dos processos administrativos e demais documentos e mantê-los arquivados.

III - Autuar, registrar e controlar a entrada e saída de documentos no INMETRO, e

IV - Executar e controlar a logística, o trâmite, a distribuição e o encaminhamento dos processos e documentos às unidades de destino e dos serviços de malote assim como fornecer informações quanto ao andamento e localização dos processos e documentos.

Art. 7º Ao Núcleo de Biblioteca compete administrar o acervo bibliográfico necessário ao pleno funcionamento institucional e planejar, organizar, implantar e monitorar as atividades de apoio ao usuário.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 8º À Ouvidoria compete:

I - coordenar o tratamento de denúncias, reclamações, críticas, sugestões, elogios e pedidos de informações, oriundos da sociedade;

II - moderar e mediar, frente ao público interno e externo, a busca de solução ou harmonização para os conflitos e crises;

III - elaborar relatórios gerenciais para subsidiar a melhoria contínua dos processos da Autarquia;

IV - coordenar e supervisionar o Sistema Integrado de Ouvidorias na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade-INMETRO (RBMLQ-I);

V - coordenar e supervisionar os serviços prestados pelo call center da Ouvidoria, por meio de Discagem Direta Gratuita (DDG);

VI - coordenar a revisão, divulgação e disponibilização Carta de Serviços do INMETRO; e

VII - coordenar o atendimento às demandas oriundas da Lei de Acesso à Informação, por meio de atendimentos presenciais e/ou via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

Art. 9º Ao Gabinete compete:

I - assistir ao Presidente em sua representação social e política;

II - acompanhar a tramitação dos atos legais de interesse do INMETRO, em especial daqueles que tramitam no Congresso Nacional;

III - incumbir-se do preparo e despacho do expediente pessoal do Presidente do INMETRO;

IV - coordenar as atividades de comunicação social;

V - providenciar a publicação e divulgação das matérias de interesse do INMETRO;

VI - coordenar o sistema de gestão da qualidade do INMETRO;

VII - prestar apoio técnico-administrativo ao Presidente do INMETRO, para o exercício do encargo de Secretário-Executivo do Conmetro;

VIII - supervisionar as atividades da Comissão Permanente de Licitação; e

IX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Presidente do INMETRO.

Art. 10. À Divisão de Comunicação Social compete:

I - planejar, coordenar e executar as atividades de comunicação social, incluídas as de relações públicas, publicidade, jornalismo e internet, no âmbito do INMETRO;

II - organizar, orientar e executar as atividades relativas ao cerimonial e protocolo do INMETRO;

III - planejar, coordenar e realizar os eventos sociais, culturais, políticos e institucionais da entidade, bem como os de caráter promocional que divulguem as atividades do INMETRO;

IV - gerenciar o uso das marcas do INMETRO, suas derivações e seus registros;

V - gerenciar as ações relativas à identidade visual da Autarquia e dos órgãos delegados;

VI - gerenciar a produção de áudio, vídeo e fotografia;

VII - coordenar a produção de campanhas, projetos gráficos e impressão de materiais institucionais e promocionais;

VIII - coordenar as ações de assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia;

IX - gerenciar o conteúdo do site, intranet, portal corporativo e perfis do INMETRO nas redes sociais; e

X - gerenciar as ações de comunicação interna e endomarketing.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Articulação Internacional compete:

I - coordenar, planejar e articular as atividades voltadas para o relacionamento internacional do INMETRO;

II - acompanhar as negociações para a celebração de convênios, acordos e contratos, com entidades estrangeiras e internacionais, além da participação do INMETRO em eventos internacionais;

III - supervisionar e controlar a realização de programas de cooperação técnica e de intercâmbio com organizações internacionais e estrangeiras, nas áreas de metrologia, da avaliação da conformidade e de regulamentação técnica, inclusive para o desenvolvimento de recursos humanos;

IV - coordenar a harmonização de regulamentos técnicos no âmbito do Mercosul e demais blocos econômicos, bem como apoiar tecnicamente as reuniões negociais na área de comércio internacional, em nível regional e plurilateral;

V - propor, coordenar e acompanhar, em articulação com as demais áreas do INMETRO, a alocação dos recursos indispensáveis ao cumprimento de compromissos internacionais; e

VI - coordenar, planejar e articular, no âmbito do INMETRO, as negociações internacionais de caráter técnico, científico e comercial, que envolvam as áreas de metrologia, regulamentação técnica e avaliação da conformidade, atuando como Ponto Focal de Barreiras Técnicas às Exportações, com o intuito de auxiliar as pequenas e médias empresas em seu esforço exportador, visando à superação de barreiras técnicas.

Art. 12. À Divisão de Cooperação Técnica Internacional compete:

I - Identificar e coordenar os interesses do INMETRO no que concerne às ações de Cooperação Técnica Internacional;

II - Negociar, elaborar e gerir os instrumentos de Cooperação Técnica Internacional;

III - Empreender a captação de recursos, junto a órgãos de fomento e de financiamento, nacionais, internacionais e estrangeiros, por intermédio de projetos de cooperação técnica internacional; e

IV- Participar e representar o INMETRO em reuniões negociais bilaterais e regionais, no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional.

Art. 13. À Divisão de Superação de Barreiras Técnicas compete:

I - executar as atividades de Ponto Focal e Autoridade Notificadora dos regulamentos técnicos nacionais no âmbito do Acordo sobre Barreiras Técnicas da Organização Mundial do Comércio (OMC), com a responsabilidade de disseminar informações sobre as exigências técnicas dos outros países para as empresas nacionais;

II - coordenar a posição e representar o INMETRO nas negociações de acordos internacionais, em fóruns nacionais e internacionais sobre os temas barreiras técnicas ao comércio e convergência regulatória, incluindo as atividades de harmonização, equivalência, reconhecimento mútuo, transparência, coerência e cooperação regulatória;

III - desenvolver e apoiar iniciativas para superação de barreiras técnicas enfrentadas por empresas exportadoras brasileiras;

IV - coordenar, planejar e gerir o Sistema Alerta Exportador e seus serviços de superação de barreiras técnicas; e

V - exercer a Secretaria-Executiva do Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Acreditação compete:

I - planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar as atividades de acreditação;

II - atuar como órgão acreditador de organismos de avaliação da conformidade e de outros organismos necessários ao desenvolvimento da infra-estrutura de serviços tecnológicos no País, em conformidade com as normas, guias e regulamentos internacionalmente reconhecidos;

III - capacitar profissionais para sua atuação nas atividades de acreditação;

IV - credenciar avaliadores e especialistas para a execução das atividades técnicas, materiais e acessórias aos serviços de avaliação de organismos de avaliação da conformidade;

V - coordenar as ações de reconhecimento internacional e regional relacionadas às atividades de acreditação;

VI - coordenar a interação com os foros relacionados às atividades de sua área de atuação, em âmbitos nacional, regional e internacional, acompanhando e avaliando as tendências mundiais;

VII - participar de foros internacionais e regionais relacionados às atividades de acreditação;

VIII - identificar oportunidades e captar recursos junto às instituições de fomento, para financiamento de programas de acreditação; e

IX - planejar e executar as atividades de acreditação de laboratórios de calibração e de ensaios, de provedores de ensaios de proficiência, de organismos de avaliação da conformidade e de outros necessários ao desenvolvimento da infraestrutura de serviços tecnológicos no País.

Art. 15. À Seção de Suporte Administrativo de Acreditação compete:

I - supervisionar e controlar a relação financeira e legal com as entidades acreditadas, monitoradas aos princípios das boas práticas de laboratório e conveniadas; e

II - executar as ações de logística para a realização das avaliações inerentes ao processo de acreditação da Cgcre.

Art. 16. À Divisão de Acreditação de Organismos de Certificação compete:

I - coordenar, gerenciar e executar as atividades de acreditação de organismos de certificação e de verificação;

II - articular e interagir com entidades e órgãos reguladores que demandem a acreditação de organismos de certificação e de verificação; e

III - divulgar a atividade de acreditação dos organismos de certificação e de verificação.

Art. 17. À Divisão de Acreditação de Organismos de Inspeção compete:

I - coordenar, gerenciar e executar as atividades de acreditação de organismos de inspeção;

II - articular e interagir com entidades e órgãos reguladores que demandem a acreditação de organismos de inspeção; e

III - divulgar a atividade de acreditação dos organismos de inspeção.

Art. 18. À Divisão de Acreditação de Laboratórios compete:

I - coordenar, gerenciar e executar as atividades de acreditação de laboratórios de calibração, de ensaios e de análises clínicas, de provedores de ensaios de proficiência e de produtores de materiais de referência;

II - subsidiar a Coordenação-Geral para atuação como órgão oficial de monitoramento da conformidade aos princípios das boas práticas de laboratório;

III - coordenar, gerenciar e executar as atividades de monitoramento da conformidade aos princípios das boas práticas de laboratório;

IV - articular e interagir com entidades e órgãos reguladores que demandem a acreditação de laboratórios de calibração, de ensaios e de análises clínicas, de provedores de ensaios de proficiência e de produtores de materiais de referência; e

V - divulgar a atividade de acreditação de laboratórios e de monitoramento da conformidade aos princípios das boas práticas de laboratório.

Art. 19. À Divisão de Desenvolvimento de Programas de Acreditação compete:

I - propor e gerenciar a política e a sistemática para tratamento de novas demandas por programas de acreditação;

II - coordenar, gerenciar e executar a atividade de desenvolvimento de programas de acreditação;

III - disseminar o conhecimento gerado na atividade de acreditação; e

IV - articular e interagir com foros nacionais, estrangeiros, regionais e internacionais, relacionados às atividades de acreditação e de monitoramento da conformidade aos princípios das boas práticas de laboratório.

Art. 20. À Divisão de Capacitação em Acreditação compete:

I - desenvolver programa sistemático de capacitação dos profissionais da Coordenação-Geral de Acreditação envolvidos no processo de acreditação de Organismos de Avaliação da Conformidade e reconhecimento de Instalações de Teste de Boas Práticas de Laboratório (BPL); e

II - desenvolver, gerenciar e executar o processo de captação, seleção, treinamento teórico, treinamento prático, qualificação e monitoramento de avaliadores/inspetores/especialistas para atuar em avaliações e inspeções de Organismos de Avaliação da Conformidade e Instalações de Teste BPL conduzidas pela Coordenação-Geral de Acreditação.

Art. 21. À Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade compete:

I - assessorar o Presidente no estabelecimento do direcionamento estratégico e os diretores, nas orientações específicas setoriais para os órgãos da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - INMETRO (RBMLQ-I);

II - supervisionar e controlar a definição e a elaboração dos termos dos convênios e contratos necessários para a delegação e execução das atividades delegadas pelo INMETRO no País;

III - coordenar as ações de acompanhamento e supervisão das atividades delegadas aos órgãos integrantes da RBMLQ-I;

IV - apoiar o Presidente na coordenação das atividades das Superintendências do INMETRO;

V - coordenar, em conjunto com a Diretoria de Administração e Finanças e com a Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional, as ações de repasses orçamentários e financeiros à RBMLQ-I;

VI - coordenar a elaboração dos planos anuais de investimento para a RBMLQ-I;

VII - coordenar ações de identificação e priorização de necessidades, bem como de implementação do desenvolvimento e capacitação da força de trabalho dos órgãos da RBMLQ-I;

VIII - propor, desenvolver e implementar projetos de modernização e uniformização da execução das atividades delegadas pelo INMETRO, especialmente as atividades de informatização e implantação do sistema de gestão da qualidade para a RBMLQ-I;

IX - coordenar a aquisição e a distribuição do material necessário para a execução das atividades delegadas aos órgãos integrantes da RBMLQ-I;

X - coordenar a ação integrada das câmaras setoriais e regionais com o conselho gestor e reuniões plenárias da RBMLQ-I; e

XI - fiscalizar a observância das normas técnicas e legais quanto a unidades de medida, métodos de medição, medidas materializadas, instrumentos de medição e produtos pré-medidos.

Art. 22. À Divisão de Gestão Administrativa da Coordenação-Geral da RBMLQ-I compete:

I-Assessorar o Coordenador Geral no estabelecimento de ações, direcionamento e coordenação de atividades para os órgãos da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - INMETRO (RBMLQ-I) e Superintendências do INMETRO;

II-Gerenciar a elaboração de estudos e análises visando o aprimoramento das atividades delegadas e dos órgãos da RBMLQ-I;

III-Gerenciar e monitorar o processo de gestão de indicadores, resultados e controle, no âmbito da Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade;

IV-Gerenciar a elaboração e monitorar a execução orçamentária no âmbito da Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade; e

V- Assessorar a Coordenação-Geral no processo de formulação e monitoramento do seu planejamento tático, na gestão operacional e de pessoas.

Seção II

Dos Órgãos Seccionais

Art. 23. À Auditoria Interna compete:

I - verificar a conformidade em relação às normas vigentes dos procedimentos de natureza orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de recursos humanos, bem como, quando determinado pelo Presidente, das ações de caráter técnico-operacional;

II - criar condições necessárias para ratificar a eficácia dos controles interno e externo, procurando a regularidade na utilização dos recursos públicos;

III - examinar a legislação específica e as normas correlatas, orientando quanto à sua observância;

IV - realizar inspeções regulares nas áreas de atuação do INMETRO, para verificar a execução física e financeira dos projetos e atividades, inclusive daqueles executados por terceiros, bem como acompanhar os resultados dos compromissos pactuados no contrato de gestão;

V - realizar auditorias financeiras, contábeis e administrativas com o propósito de avaliar e mensurar a exatidão e regularidade das contas da Autarquia, bem como da RBMLQ-I, avaliando a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos; e

VI - executar auditorias extraordinárias de cunho específico que, no interesse da administração, venham a ser determinadas pelo Presidente do INMETRO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 24. Ao Serviço de Desenvolvimento das Auditorias compete:

I - avaliar os controles internos das unidades administrativas;

II - examinar os atos e fatos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de recursos humanos e do suprimento de bens e serviços;

III - analisar a regularidade dos processos licitatórios, bem como a fiscalização e execução contratual;

IV - acompanhar e auxiliar a emissão de pareceres sobre a Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial;

V - acompanhar o cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União e as recomendações da Controladoria-Geral da União e da própria Auditoria Interna, assim como as demandas recebidas pela Ouvidoria;

VI - auxiliar a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna;

VII - avaliar e acompanhar o Planejamento Estratégico do INMETRO; o Plano Plurianual - PPA e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação;

VIII - acompanhar e avaliar os indicadores de desempenho quanto à eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, em consonância com a missão institucional da Autarquia;

IX - acompanhar e avaliar o gerenciamento da execução dos convênios, acordos e demais ajustes firmados no âmbito deste Instituto;

X - examinar os procedimentos das áreas finalísticas, avaliando seus controles internos, os resultados alcançados, o alcance dos objetivos e o respectivo impacto para a Instituição e os usuários dos serviços, visando a comprovar a adequação da gestão; e

XI - Avaliar a gestão de risco no âmbito da Autarquia.

Art. 25. À Procuradoria Federal, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - exercer a representação judicial e extrajudicial do INMETRO, atuando nos processos em que a Autarquia for autora, ré, oponente ou assistente;

II - cumprir e velar pelo cumprimento das orientações normativas emanadas da Advocacia-Geral da União;

III - prestar assessoria direta e imediata ao Presidente e aos órgãos da Estrutura Regimental do INMETRO, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - examinar e aprovar minutas de editais de licitação, de instrumentos de contratos, de convênios e de outros atos criadores de direitos e obrigações, que devam ser celebrados pelo INMETRO;

V - analisar e emitir pareceres e manifestações sobre questões suscitadas pela aplicação das leis e dos regulamentos relativos às atividades desenvolvidas pelo INMETRO;

VI - examinar e emitir pareceres sobre projetos de atos normativos a serem expedidos ou propostos pelo INMETRO, quando contiverem matéria jurídica; e

VII - apurar a liquidez e a certeza dos créditos de qualquer natureza, resultantes das atividades implementadas pelo INMETRO, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 26. Ao Serviço de Consultoria compete:

I - apreciar e emitir parecer em projetos de atos normativos a serem expedidos ou propostos pela Autarquia, quando expressarem matéria jurídica;

II - examinar e elaborar anteprojetos de lei, projetos de decreto, minutas de regulamentos, de portarias e dos demais atos administrativos de interesse da Autarquia;

III - realizar estudos e emitir pareceres e informações sobre questões jurídicas que forem suscitadas;

IV - apreciar e aprovar editais e atos negociais de interesse da Autarquia;

V - examinar os recursos e impugnações decorrentes dos procedimentos licitatórios, quando houver dúvida jurídica; e

VI - sanear processos administrativos disciplinares e sindicâncias.

Art. 27. Ao Serviço de Contencioso compete:

I - emitir pareceres nos procedimentos pertinentes a autos de infração lavrados por infringência às disposições da legislação;

II - emitir manifestação acerca de pedidos de acordos e/ou parcelamentos de créditos da Autarquia;

III - auxiliar nas providências necessárias à defesa da Autarquia, em juízo ou fora dele;

IV - fornecer subsídios à Procuradoria-Geral Federal à defesa dos interesses do INMETRO;

V - realizar cobrança amigável de créditos da Autarquia, antes de sua inscrição em Dívida Ativa; e

V - proceder à inscrição e baixa de CPF e CNPJ das pessoas naturais e jurídicas em débito com a Autarquia no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.

Art. 28. À Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional compete:

I - coordenar, acompanhar, avaliar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com a organização e a modernização administrativa do INMETRO;

II - negociar, em articulação com as áreas pertinentes do governo, e administrar o orçamento do INMETRO;

III - gerenciar os projetos e as ações sob responsabilidade do INMETRO no Plano Plurianual - PPA;

IV - coordenar as ações relativas ao desenvolvimento de recursos humanos, e planejar, coordenar, dirigir, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução das ações relativas ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, no âmbito do INMETRO;

V - coordenar as ações relativas à elaboração e implantação do Plano Diretor de Informática e Desenvolvimento de Sistemas do INMETRO;

VI - coordenar, planejar, dirigir e executar as atividades de informação tecnológica e implantar ações de difusão da cultura de metrologia, normalização, avaliação da conformidade e sobre barreiras técnicas aos setores empresarial, tecnológico, acadêmico e científico, contribuindo para a modernização tecnológica do País;

VII - negociar o contrato de gestão;

VIII - formular orientações estratégicas institucionais; e

IX - estimular a utilização das técnicas de gestão da qualidade nas empresas brasileiras.

Art. 29. À Divisão de Gestão Corporativa compete:

I - assessorar as unidades organizacionais do INMETRO na melhoria da sua gestão;

II - coordenar, planejar e articular com outras instituições públicas ações para a implementação das diretrizes e orientações do Governo Federal, nas esferas de atuação do INMETRO;

III - coordenar o processo de formulação dos indicadores, metas e objetivos de desenvolvimento institucional do Contrato de Gestão do INMETRO;

IV - gerenciar o processo de monitoramento do Contrato de Gestão do INMETRO;

V - gerenciar o processo de pesquisa de opinião do INMETRO e o tratamento dos seus resultados;

VI - gerenciar o processo de benchmarking do INMETRO; e

VII - assessorar o Gerente de Programa e os coordenadores de ação na elaboração e monitoramento do PPA no âmbito do INMETRO.

Art. 30. À Divisão de Planejamento e Monitoramento compete:

I - coordenar a elaboração e implantação do planejamento estratégico do INMETRO;

II - assessorar as unidades organizacionais do INMETRO no aprimoramento de seus processos de planejamento tático e administrativo;

III - elaborar estudos no campo de atuação do INMETRO para subsidiar decisões estratégicas;

IV - coordenar e monitorar o processo de monitoramento de resultados, para assessorar o Presidente da Autarquia;

V - assessorar as unidades organizacionais do INMETRO na gestão de processos; e

VI - assessorar as unidades organizacionais finalísticas na elaboração dos conteúdos do relatório de gestão.

Art. 31. À Divisão de Planejamento Orçamentário compete:

I - coordenar a elaboração da proposta orçamentária, do orçamento plurianual e demais atividades relacionadas ao orçamento da Autarquia;

II - acompanhar e avaliar a execução orçamentária do INMETRO;

III - monitorar a evolução das receitas e despesas da Autarquia; e

IV - implementar a metodologia de elaboração, execução, acompanhamento e controle orçamentário das unidades organizacionais principais.

Art. 32. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas compete:

I - Planejar, coordenar, acompanhar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas com as políticas de pessoal, compreendidas as de administração de pessoal, desenvolvimento de pessoal e assistência médica e social, segundo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC, observando a legislação pertinente;

II - Propor diretrizes e elaborar projetos relacionados com o desenvolvimento do pessoal do INMETRO e dos órgãos delegados;

III -Acompanhar o cumprimento de convênios e contratos na sua área de atuação;

IV - Controlar a Execução Orçamentária e as Atividades de Apoio Administrativo e Operacional relativas à gestão de Pessoal;

V - Planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades relacionadas com as políticas, programas e projetos de desenvolvimento de pessoal, estágio de estudantes e assistência ao servidor;

VI - Coordenar, acompanhar e orientar a remoção dos servidores; e

VII - Planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades de responsabilidade social voltadas à melhoria da qualidade de vida dos servidores.

Art. 33. À Divisão de Administração de Pessoas compete:

I - Controlar, executar e manter atualizados os atos e registros pertinentes à vida funcional dos servidores ativos, fornecendo subsídios ao SIPEC;

II - Controlar os apontamentos funcionais do servidor, bem como preparar atos relacionados com o provimento, vacância, direitos, vantagens e benefícios dos servidores;

III - Elaborar e divulgar o Boletim Interno, bem como solicitar à sua inclusão na Intranet;

IV - Fornecer declaração funcional, identificação funcional e carteira funcional aos servidores, estagiários e bolsistas;

V - Controlar e manter atualizados os registros financeiros dos servidores ativos, inativos e beneficiários de pensão, inclusive os relativos a rendimentos e descontos de meses anteriores para, entre outras finalidades, subsidiar o Órgão Central do SIPEC na elaboração da Declaração de Rendimentos Anual;

VI - Elaborar cálculos e efetuar pagamentos de sentenças judiciais e passivos financeiros de servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão;

VII - Executar os atos pertinentes à formalização de ressarcimento ao erário e inscrição em dívida ativa; e

VIII - Homologar a folha de pagamento de servidores ativos, aposentados, beneficiários de pensão e estagiários do INMETRO.

Art. 34. Ao Setor de Aposentadorias e Pensões compete:

I - Coordenar e acompanhar a aplicação da legislação de pessoal;

II - Receber e manter a documentação pessoal dos servidores inativos e beneficiários de pensão, mantendo atualizados os assentamentos funcionais;

III - Controlar, avaliar, acompanhar e executar as atividades pertinentes à concessão de aposentadorias e pensões;

IV - Examinar e instruir processos de concessão e revisão de aposentadorias e pensões e reversão à atividade;

V - Organizar e manter atualizados os registros de aposentados e beneficiários de pensão;

VI - Orientar e assistir aposentados e beneficiários de pensão;

VII - Efetuar averbações para fins de concessão de licença-prêmio e abono permanência;

VIII - Instruir processos relativos à concessão de auxílio-funeral, licença-prêmio e abono permanência; e

IX - Executar as atividades relacionadas com a folha de pagamento de aposentados e beneficiários de pensão.

Art. 35. À Divisão de Desenvolvimento e Capacitação compete:

I - Identificar necessidades de capacitação e elaborar o Plano Anual de Capacitação para os servidores do INMETRO;

II - Executar, acompanhar e avaliar os programas e projetos de desenvolvimento de pessoal;

III - Promover a participação de servidores em eventos de capacitação oferecidos pelo INMETRO e por órgãos públicos e instituições privadas, no Brasil e no exterior;

IV - Elaborar, emitir, controlar e registrar certificados de conclusão de cursos, seminários e similares, realizados pela Coordenação-Geral de Pessoal;

V Acompanhar e avaliar o desempenho dos servidores egressos de eventos de capacitação; e

VI - Executar as atividades relativas à avaliação de desempenho individual dos servidores do INMETRO.

Art. 36. Ao Núcleo de Multiplicação do Conhecimento compete:

I - Elaborar material educativo e instrucional para o desenvolvimento de servidores;

II - Recrutar e selecionar instrutores internos e externos para atividades docentes nos projetos de capacitação; e

III - Apoio técnico e operacional aos eventos institucionais e atividades relacionadas a EAD.

Art. 37. Ao Serviço de Captação e Carreira compete:

I - Executar e acompanhar as atividades relativas à realização de estágio de estudantes;

II - Acompanhar e avaliar o desempenho de servidores em cumprimento de estágio probatório, bem como formalizar processo de estabilidade;

III - Executar e acompanhar as atividades relativas a concursos públicos; e

IV - Analisar e emitir parecer sobre progressão funcional e promoção de servidor.

Art. 38. Ao Serviço de Segurança e Saúde Ocupacional compete:

I - Implementar ações e programas no campo da saúde ocupacional, segurança no trabalho, promoção à saúde do servidor e qualidade de vida no trabalho, em consonância com políticas, diretrizes e legislação relativas à matéria;

II - Realizar ou promover perícias médicas ou odontológicas, com vistas à homologação ou indeferimento de licenças para tratamento da própria saúde, acompanhamento à pessoa da família, em decorrência de acidente de trabalho, doença profissional, licença gestante, junta médica e outros;

III - Realizar ou promover exames de saúde admissionais e periódicos nos servidores, requisitados ou ocupantes de cargo comissionado;

IV - Realizar ou promover o encaminhamento da força de trabalho e visitantes do INMETRO nas situações de urgência e de emergência;

V - Planejar, desenvolver, implementar, divulgar e avaliar políticas, programas e ações de vigilância em segurança e saúde ocupacional, visando à prevenção de acidentes e agravos à saúde dos servidores; e

VI - Disponibilizar a assistência à saúde suplementar para servidores e demais beneficiários.

Art. 39. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação compete:

I - elaborar e coordenar a implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação no âmbito do INMETRO;

II - coordenar, supervisionar, acompanhar e executar planos, programas, projetos e contratações de Tecnologia da Informação;

III - planejar, coordenar, supervisionar e acompanhar as ações e projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, comunicação de dados, rede local com e sem fio;

IV - estabelecer e coordenar a execução da política de segurança de Tecnologia da Informação, com sistemas e infraestrutura de Tecnologia da Informação, no âmbito do INMETRO; e

V - coordenar e acompanhar a aquisição e o uso de bens e serviços de informática do INMETRO."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 40. Ao Serviço de Sistemas compete:

I - coordenar, gerir e supervisionar os projetos de desenvolvimento, modelagem, customização e manutenção de sistemas informatizados e de administração de banco de dados do INMETRO;

II - identificar as necessidades relacionadas aos sistemas de informação do INMETRO em produção promovendo ações corretivas adaptativas e evolutivas que se fizerem necessárias;

III - propor padrões para especificação, desenvolvimento e implantação de sistemas de informações do INMETRO e tratar da sua implantação;

IV - avaliar e definir novas tecnologias visando a propor soluções atualizadas para o ambiente dos sistemas de informação;

V - realizar a automatização de processos corporativos e gestão automatizados; e

VI - prover serviços técnicos para suportar as iniciativas de comunicação do INMETRO envolvendo a Internet e redes sociais.

Art. 41. Ao Serviço de Infraestrutura de Tecnologia da Informação compete:

I - administrar, supervisionar e monitorar a operação e a disponibilidade dos serviços da rede corporativa do INMETRO, incluindo os ativos de rede e links de comunicação;

II - coordenar, gerir, supervisionar e monitorar os projetos de comunicação de dados, mobilidade e rede local com e sem fio, incluindo a instalação e remanejamento de cabeamento de rede para equipamentos e componentes computacionais;

III - avaliar, supervisionar e monitorar os ativos computacionais que utilizam a infraestrutura de rede local com e sem fio do INMETRO;

IV - executar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades de atendimento de suporte técnico e manutenção de equipamentos computacionais nas áreas usuárias;

V - executar a instalação e a configuração das estações de trabalho e dos softwares básicos no ambiente do usuário;

VI - instalar, configurar, administrar e monitorar os bancos de dados corporativos, para garantia da integridade, disponibilidade e desempenho adequado de sua operação;

VII - instalar, configurar, administrar e monitorar os servidores de rede, o armazenamento de dados e demais equipamentos e softwares necessários à sustentação dos serviços corporativos de informática; e

VIII - instalar, administrar e monitorar soluções corporativas de segurança de dados.

Art. 42. Ao Centro de Capacitação compete:

I - implementar atividades de planejamento, organização e modernização administrativa do INMETRO;

II - implementar ações de formação e capacitação em Metrologia e Avaliação da Conformidade para o INMETRO, para a RBMLQ-I e outras instituições de natureza pública ou privada e instituições de ensino no País ou no exterior em consonância com diretrizes governamentais no âmbito de políticas estabelecidas pelo Ministério das Relações Exteriores; e

III - desenvolver ações relacionadas à gestão da inovação no INMETRO.

Art. 43. À Divisão de Inovação Tecnológica compete:

I - atuar como secretaria executiva do Comitê de Inovação do INMETRO;

II - registrar e acompanhar o estágio de evolução, sob a ótica da Patente de Invenção (PI) e da Transferência de Tecnologia (TT), dos projetos de P&D no INMETRO e nas empresas e instituições que tenham firmado algum termo de parceria com o Instituto;

III - coordenar a atração de parceiros e a negociação entre o INMETRO e as empresas/instituições interessadas nos processos e produtos oriundos das atividades de P&D&I do Instituto;

IV - validar cláusulas e condições específicas nos acordos, contratos e convênios de cooperação técnica que imputem aos parceiros responsabilidade pelo sigilo no desenvolvimento de projetos conjuntos, bem como cláusulas e condições relativas a PI e a respectiva TT advinda dos resultados alcançados na parceria.

V - emitir parecer técnico para subsidiar a tomada de decisão por parte do Comitê de Inovação do INMETRO; e

VI - subsidiar o Comitê de Inovação do INMETRO em quaisquer disputas administrativas, relacionadas a processos e produtos novos e/ou melhorados no âmbito do INMETRO.

Art. 44. À Diretoria de Administração e Finanças compete:

I - planejar, coordenar, dirigir, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução das ações relativas aos Sistemas de Serviços Gerais, de Administração Financeira e de Contabilidade Federal, no âmbito do INMETRO; e

II - planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução das atividades relativas a projetos e estudos relacionados aos serviços de engenharia, obras e instalações dos imóveis do INMETRO e daqueles por ele administrados.

Art. 45. À Coordenação-Geral de Administração compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas a contabilidade, aquisição de bens, contratação de serviços e gestão de contratos e convênios do INMETRO, observadas as diretrizes técnicas emanadas da Diretoria de Administração e Finanças e da Presidência do INMETRO.

Art. 46. À Divisão de Gestão de Aquisições compete:

I - definir diretrizes e planejar o processo de aquisição de bens e serviços no INMETRO;

II - analisar, instruir e acompanhar processos administrativos de aquisição de bens e contratação de serviços;

III - acompanhar e avaliar a evolução das despesas com a aquisição de bens e contratação de serviços; e

IV - gerenciar informações sobre as aquisições de bens e contratações de serviços realizados pelo INMETRO.

Art. 47. Ao Núcleo de Diárias e Passagens compete:

I - providenciar a instrução dos processos relativos à concessão e ao controle de passagens e diárias aos servidores e colaboradores eventuais do INMETRO; e

II - exercer o controle das prestações de contas das viagens nacionais e internacionais realizadas pelos servidores e colaboradores eventuais do INMETRO.

Art. 48. Ao Núcleo de Licitações compete:

I - instruir, dirigir e supervisionar os processos licitatórios para a aquisição de bens e contratação de serviços e obras, propondo a abertura, revogação e anulação de licitações;

II - solicitar a adesão a atas de registro de preços junto a outros órgãos da Administração Pública;

III - realizar a indicação de pregoeiro, equipe de apoio e membros da comissão permanente de licitação;

IV - providenciar a publicidade dos atos relativos à licitação; e

V - prestar apoio às comissões de licitação.

Art. 49. À Divisão de Contratos e Convênios compete:

I - orientar e apoiar na elaboração de minutas de contratos, convênios e acordos, seus aditivos, editais de licitação, apostilamentos e outros atos criadores de direitos e obrigações que devam ser celebrados pelo INMETRO, verificando sua adequação às normas internas e à legislação dos contratos;

II - controlar, analisar e executar atividades inerentes à administração de contratos, instruindo, quando for o caso, quanto à prorrogação, repactuação, revisão, reajuste de preço, acréscimo, suspensão, por meio de termos aditivos ou apostilamentos;

III - providenciar a publicação dos contratos e convênios e seus aditivos, no Diário Oficial da União; e

IV - disponibilizar informações gerenciais e estratégicas sobre os contratos e convênios.

Art. 50. Ao Núcleo de Adequação compete:

I - promover a gestão documental do processo de contrato, convênio e acordos do INMETRO;

II - monitorar o desempenho do processo de contratos, convênios e acordos, do INMETRO, propondo medidas corretivas, se necessário; e

III - realizar análise e estudos quanto à adoção de novas práticas de gestão na área de contratos, convênios e acordos.

Art. 51. Ao Serviço de Contabilidade compete:

I - planejar, coordenar, gerenciar, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução das ações relativas à contabilidade, área fiscal, custos e controle e acompanhamento da receita do INMETRO;

II - acompanhar a emissão de documentos e analisar os registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial, compatibilizando e conciliando possíveis distorções;

III - registrar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão da autarquia e suas unidades vinculadas no Sistema SIAFI;

IV - instaurar e executar a Tomada de Contas Especial e registrar no Sistema SIAFI o débito apurado, quando solicitado;

V - fornecer assessoramento contábil à autarquia, suas unidades vinculadas e aos órgãos que integram a RBMLQ-I;

VI - elaborar os ajustes de contas contábeis, em atendimento à Norma de Encerramento do Exercício e atualizar o rol de responsáveis no SIAFI;

VII - analisar as prestações de contas enviadas pelos órgãos integrantes da RBMLQ-I, bem como das instituições sem fins lucrativos, relativas aos convênios e termos de execução descentralizada firmados pelo INMETRO e emitir os devidos pareceres e notas técnicas;

VIII - promover a juntada das peças exigidas na Prestação de Contas Anual do INMETRO, em atendimento às orientações deliberadas pela CGU e TCU, elaborar e assinar a declaração do Contador e apresentá-la ao Chefe da Auditoria e à Setorial de Contabilidade do MDIC;

IX - fornecer a classificação contábil de bens e serviços nos processos de aquisições;

X - acompanhar os registros referentes à receita efetiva, receita arrecadada, execução de Dívida Ativa e créditos a receber do INMETRO, suas unidades vinculadas e pelos órgãos integrantes da RBMLQ-I, bem como valores creditados na conta Governo; e

XI - analisar os pedidos de ressarcimentos de valores pagos em duplicidade e aqueles pagos indevidamente, solicitando a devolução, quando for o caso.

Art. 52. Ao Núcleo de custos compete:

I - assessorar as unidades principais no estabelecimento da política de preços dos serviços e produtos;

II - gerenciar as informações dos custos departamentais;

III - orçar o custo dos serviços e produtos; e

IV - elaborar estudos sobre o custo do INMETRO.

Art. 53. Ao Núcleo fiscal compete:

I - elaborar e transmitir a DIRF do INMETRO, juntando todas as informações referentes às devoluções de diárias, pagamentos a fornecedores e folha de pagamento de pessoal, emitidas pelo Sistema SIAFI juntamente com os relatórios enviados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, procedendo com os ajustes necessários, quando for o caso;

II - calcular o PASEP a ser recolhido pelo INMETRO com base na receita mensal líquida demonstrada no Balancete emitido pelo Sistema SIAFI e solicitar o devido recolhimento à Divisão de Finanças; e

III - proporcionar e monitorar o acesso ao Sistema de Emissão de Nota Fiscal Eletrônica para os usuários que emitem Nota Fiscal nas diversas áreas do INMETRO.

Art. 54. À Coordenação-Geral de Infraestrutura compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas a obras e serviços de engenharia, serviços gerais, logística de bens e gestão ambiental, do INMETRO;

II - planejar, executar, monitorar e aprimorar as ações de gestão ambiental pertinentes às atividades desenvolvidas pelo INMETRO;

III - realizar estudos e pesquisas sobre o desempenho do INMETRO na área ambiental; e

IV - coordenar ações de educação ambiental ao corpo funcional do INMETRO e outras partes interessadas nas atividades do Instituto.

Art. 55. À Divisão de Logística de Bens compete:

I - planejar, orientar e supervisionar as atividades de almoxarifado e de importação e exportação de materiais, equipamentos e serviços do INMETRO; e

II - planejar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas ao controle de bens patrimoniais, tais como móveis e imóveis do INMETRO, incluindo aqueles em uso pelos Órgãos Delegados (conforme previsto em convênio) e bens móveis de terceiros em uso no INMETRO (por intermédio de convênios ou projetos).

Art. 56. Ao Núcleo de Importação compete:

I - organizar a documentação necessária para atendimento dos requisitos legais durante o processo de importação e exportação;

II - interagir com as partes envolvidas, interna e externamente, com o objetivo de assegurar o transporte, o armazenamento e o desembaraço aduaneiro; e

III - acompanhar e fiscalizar a execução de contratos, convênios e acordos relacionados a serviços de transporte, armazenagem e despacho aduaneiro.

Art. 57. Ao Núcleo de Almoxarifado compete:

I - executar as atividades relativas ao recebimento, armazenagem, controle de estoque e distribuição de materiais de consumo do INMETRO; e

II - coordenar as atividades relativas ao recebimento de bens patrimoniais móveis do INMETRO e de terceiros em uso no INMETRO (por intermédio de convênios ou projetos).

Art. 58. À Divisão de Apoio Operacional compete:

I - planejar, controlar e supervisionar a execução das atividades de conservação e limpeza, vigilância, jardinagem, restaurante, transporte de servidores e manutenção de veículos, relacionadas às sedes do INMETRO no Rio de Janeiro;

II - controlar os aspectos ambientais do INMETRO, com base na pesquisa e geração de conhecimento, e na educação ambiental; e

III - controlar a entrada e saída de pessoas, bens e de veículos, nas dependências do INMETRO no Rio de Janeiro, em interação com a Divisão de Logística de Bens e com a Divisão de Administração de Pessoas.

Art. 59. À Divisão de Engenharia compete:

I - supervisionar a elaboração das propostas dos Planos Anuais de Projetos, Obras e Manutenção Predial das unidades e prédios do INMETRO;

II - supervisionar, controlar e avaliar as atividades técnico-administrativas relativas a estudos, projetos, construções, reformas, fiscalização de obras e manutenção das instalações dos imóveis do INMETRO; e

III - orientar os Órgãos Delegados e as Superintendências, quanto aos procedimentos técnicos, normativos e legais, necessários à contratação e acompanhamento da execução de serviços ou obras de engenharia, com recursos do INMETRO.

Art. 60. Ao Serviço de Manutenção compete:

I - controlar, operar e manter em funcionamento os sistemas de infraestrutura nos imóveis do INMETRO;

II - elaborar e desenvolver plano anual de manutenção preventiva e corretiva para o conjunto de edificações e sistemas de infraestrutura do INMETRO;

III - executar serviços de manutenção preventiva e corretiva nas instalações prediais e nas redes de infraestrutura do INMETRO; e

IV - fiscalizar, supervisionar e acompanhar os serviços de manutenção efetuados nos imóveis das unidades e prédios do INMETRO.

Art. 61. Ao Setor de Projetos e Obras compete:

I - elaborar e desenvolver a proposta do plano anual de projetos e obras das unidades e prédios do INMETRO;

II - elaborar, contratar, acompanhar e fiscalizar a execução de estudos, anteprojetos, projetos de arquitetura, estrutura, instalações especiais, obras, serviços de engenharia e sistemas de infraestrutura das unidades e prédios do INMETRO;

III - gerenciar o padrão de ocupação, promover e executar ações de racionalização do uso do ambiente construído e a construir nas unidades e prédios do INMETRO;

IV - elaborar ou contratar projetos básicos e executivos, especificações, orçamentos e cronogramas, necessários às licitações referentes a obras e serviços de engenharia, bem como analisar e aprovar os projetos contratados de terceiros;

V - promover e executar ações da garantia da acessibilidade, da qualidade arquitetônica e da ergonomia;

VI - atuar na orientação e apoio aos órgãos delegados e às superintendências, quanto aos procedimentos técnicos, normativos e legais, necessários à contratação e acompanhamento da elaboração de projetos básicos e/ou executivos, da manutenção das edificações e de serviços ou obras de engenharia, executados com recursos do INMETRO;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VII - verificar a conformidade com os projetos, normas técnicas e legislação vigentes, dos serviços ou obras de engenharia executados nos órgãos delegados e superintendências, com recursos do INMETRO; e

VIII - acompanhar as medições dos serviços e obras executados nos órgãos delegados e superintendências, verificando a aplicação adequada dos recursos disponibilizados pelo INMETRO.

Art. 62. À Divisão de Finanças compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas aos créditos referentes à execução orçamentária, de recursos financeiros e da liquidação das despesas do INMETRO;

II - assinar, em conjunto com os ordenadores de despesas, os documentos relativos à execução orçamentária e financeira do INMETRO;

III - gerenciar o cadastramento e habilitação de usuários e cadastradores dos sistemas da rede Serpro: SIAFI e SIASG, no âmbito do INMETRO e de suas representações;

IV - monitorar o processo de suprimento de fundos de modo a subsidiar o ordenador de despesas na sua tomada de decisões;

V - analisar e verificar a liquidação da despesa dos processos administrativos e sua conformidade legal; e

VI - apurar as retenções tributárias, previstas nas normas legais vigentes.

Art. 63. Ao Núcleo Executivo Financeiro compete:

I - processar a execução dos créditos orçamentários e dos recursos financeiros da Instituição, em conformidade com o planejamento e as normas legais e dos sistemas SIAFI, SIASG e SICONV;

II - efetuar a apropriação e o pagamento da folha de pessoal da Instituição;

III - proceder com os lançamentos dos empenhos, das diárias, passagens e efetuar seus pagamentos;

IV - executar todos os trâmites relativos às operações de câmbio ligadas ao pagamento e recebimento de despesas referentes às atividades do INMETRO no exterior;

V - proceder à conformidade de registro de gestão do Órgão;

VI - proceder à aplicação financeira na Conta Única no SIAFI;

VII - providenciar e manter atualizada a habilitação dos ordenadores de despesas junto aos estabelecimentos bancários;

VIII - enviar a Receita Federal todos os pagamentos e recebimentos de anuidades e serviços em moeda estrangeira através do sistema SISCOSERV;

IX - abrir, liberar e movimentar conta bancária vinculada, prevista em edital, referente aos contratos de prestação de serviço; e

X - promover, na forma da legislação vigente, a guarda e controle dos processos relativos a despesas orçamentárias e financeiras do INMETRO.

Seção III

Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 64. À Diretoria da Avaliação da Conformidade compete:

I - planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar as atividades de avaliação da conformidade;

II - articular-se com os diferentes segmentos da sociedade, objetivando identificar e priorizar as demandas por programas de avaliação da conformidade;

III - coordenar a atividade de avaliação da conformidade, voluntária ou compulsória, de produtos, serviços, processos e pessoas, e efetuar estudos de viabilidade, desenvolvimento, implantação, acompanhamento e avaliação dos diferentes programas de avaliação da conformidade, no âmbito do SINMETRO;

IV - realizar ações para acompanhar, fiscalizar e verificar, no mercado, a conformidade de produtos, de processos e de serviços às normas e regulamentos técnicos pertinentes;

V - orientar e educar os diferentes segmentos da sociedade nas questões ligadas à avaliação da conformidade, qualidade e relações de consumo;

VI - incentivar o desenvolvimento da normalização nacional;

VII - executar a política nacional e elaborar regulamentos técnicos, na área da qualidade;

VIII - coordenar ações de reconhecimento internacional dos programas de avaliação da conformidade;

IX - coordenar as atividades de registro dos produtos, serviços e processos submetidos a regulamentos e programas de avaliação da conformidade de sua competência.

X - estimular a utilização das técnicas de gestão da qualidade nas empresas brasileiras; e

XI - fortalecer a participação do País nas atividades internacionais e no intercâmbio com entidades e organismos estrangeiros e internacionais, no âmbito da avaliação da conformidade.

Art. 65. À Divisão de Qualidade Regulatória compete:

I - identificar a existência de problemas, passíveis de adoção de medidas regulatórias, por meio de monitoramento proativo de tendências ou análise de demandas externas no âmbito da competência da Diretoria;

II - planejar, coordenar, realizar e difundir as Análises de Impacto Regulatório no âmbito da competência da Diretoria, com vistas a subsidiar a tomada de decisão quanto à possível emissão de medida regulatória;

III - planejar, coordenar, realizar e difundir as Avaliações de Resultado Regulatório no âmbito da competência da Diretoria, com vistas a subsidiar a tomada de decisão quanto ao aperfeiçoamento de medidas regulatórias em vigor;

IV - planejar, executar e monitorar a agenda regulatória do INMETRO, no âmbito da competência da Diretoria de Avaliação da Conformidade, a fim de atender as necessidades da sociedade;

V - subsidiar as ações para a constituição e atualização do Plano de Ação Quinquenal, a partir da definição de medidas que exijam a utilização de programas de avaliação da conformidade;

VI - coordenar, gerenciar e supervisionar o Estoque Regulatório no âmbito da competência da Diretoria de Avaliação da Conformidade, mantendo-o efetivo e em equilíbrio com as necessidades reais de intervenção; e

VIII - monitorar continuamente as melhores práticas e tendências nacionais e internacionais relacionadas aos assuntos: avaliação da conformidade, normalização, gestão de riscos, qualidade regulatória, boas práticas de regulamentação e sustentabilidade.

Art. 66. À Divisão de Análise de Produtos compete:

I - coordenar e executar análises técnicas, ensaios e diagnóstico de risco de produtos regulamentados no âmbito de competência da Diretoria de Avaliação da Conformidade, disponibilizando subsídios técnicos para a tomada de decisão das demais divisões;

II - coordenar e/ou executar programas de verificação da conformidade de objetos regulamentados no âmbito de competência da Diretoria;

III - coordenar e executar análises em produtos e serviços não regulamentados pelo INMETRO de interesse da sociedade;

IV - promover e coordenar ações relacionadas com disponibilidade de infraestrutura laboratorial própria ou em outras instituições, com o objetivo de apoiar tecnicamente as ações de monitoramento e de vigilância de mercado; e

V - desenvolver estudos voltados para estabelecimento e identificação de métodos alternativos de ensaio de produtos.

Art. 67. À Divisão de Vigilância de Mercado compete:

I - planejar, coordenar, gerenciar e dar suporte técnico às ações de fiscalização formal e técnica, de objetos regulamentados no âmbito de competência da Diretoria de Avaliação da Conformidade, executadas pelos órgãos delegados da RBMLQ-I ou pelos fiscais INMETRO;

II - avaliar tecnicamente os processos administrativos de autuação em grau de recurso advindos da fiscalização em âmbito nacional, relacionados à regulamentação técnica de objetos sob competência da Diretoria;

III - planejar, orientar, coordenar e executar as ações de qualificação e capacitação dos agentes fiscais de objetos regulamentados no âmbito de competência da Diretoria;

IV - coordenar e/ou executar ações de penalização de infratores quanto a irregularidades identificadas por meio de ações diretas no âmbito de competência da Diretoria;

V - acompanhar e/ou executar, prestando apoio técnico, as auditorias e supervisões dos órgãos delegados da RBMLQ-I quanto às atividades da área de fiscalização de objetos regulamentados no âmbito da competência da Diretoria;

VI - coordenar a realização de verificações de cargas em áreas alfandegadas no âmbito da cooperação técnica com a Receita Federal do Brasil;

VII - conduzir a judicialização de ações nas esferas civil e penal em função de irregularidades de caráter intencional cometidas quanto a objetos regulamentados no âmbito de atuação da Diretoria;

VII - monitorar o uso do selo de identificação da conformidade em programas de avaliação da conformidade de caráter voluntário coordenados pelo INMETRO;

IX - promover articulações com organizações públicas e entidades de defesa do consumidor para a realização de operações conjuntas de fiscalização no âmbito da competência da Diretoria; e

X - monitorar, nos planos nacional e internacional, fatos e dados a respeito de riscos quanto a objetos regulamentados pela Diretoria de Avaliação da Conformidade que justifiquem atuação no mercado e realizar ações de divulgação dos riscos oferecidos.

Art. 68. À Coordenação de Controle Pré-Mercado compete:

I - executar a análise de processos de solicitação de licenças de importação sujeitas à anuência prévia do INMETRO;

II - executar as atividades pertinentes ao registro de produtos e serviços com conformidade avaliada, compreendendo a concessão, manutenção, renovação, suspensão, cancelamento e alteração de escopo;

III - gerir as ações relativas à emissão e uso de selos de identificação da conformidade e outros elementos com exigência regulamentar de controle;

IV - orientar quanto ao enquadramento de produtos em escopo regulamentado; e

V - planejar, orientar, desenvolver, coordenar e executar as ações de capacitação necessárias para atuação da Diretoria em controle pré-mercado, incluindo o treinamento de agentes verificadores na área de registro de serviços.

Art. 69. À Diretoria de Metrologia Científica e Tecnologia compete:

I - planejar, dirigir, coordenar e supervisionar a execução das atividades no âmbito da metrologia básica;

II - estabelecer diretrizes de atuação no âmbito da metrologia científica e industrial, em conformidade com políticas consolidadas no Conmetro;

III - realizar ou reproduzir as unidades de medida, bem como manter e conservar os padrões metrológicos nacionais;

IV - referenciar, direta ou indiretamente, os padrões metrológicos nacionais aos internacionais, visando à harmonização através de comparações-chaves, comparações suplementares, comparações internacionais, comparações regionais e rastreabilidade das medições;

V - disseminar as unidades do Sistema Internacional de Unidades - SI, os seus múltiplos e submúltiplos, por intermédio de metodologias metrológicas adequadas;

VI - conservar os padrões das unidades de medida, e implantar e manter a cadeia de rastreabilidade dos padrões metrológicos dos diversos laboratórios do País, referenciada aos padrões internacionais;

VII - desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas relativas à metrologia e áreas correlatas;

VIII - prestar serviços de natureza metrológica, inclusive designando laboratório de referência nacional, para uma dada grandeza, nos termos do parágrafo 1o do art. 3o da Resolução no 3, de 23 de julho de 2002, do Conmetro, e acompanhar o desempenho das atividades relativas à sua atuação como "Laboratório Designado";

IX - prestar apoio às áreas de metrologia legal, avaliação da conformidade e acreditação, no âmbito da metrologia básica;

X - participar dos foros internacionais e regionais relacionados às atividades de metrologia científica e industrial, bem como representar o Brasil no Bureau International de Poids et Mesures - BIPM e em outras instâncias internacionais de metrologia;

XI - coordenar as ações de reconhecimento internacional relacionadas à padronização das unidades do SI;

XII - disseminar conhecimentos de metrologia para a sociedade por meio de cursos, publicações de material instrucional, metodologias e apresentações de trabalhos em eventos técnicos e científicos;

XIII - desenvolver estudos de prospecção de áreas estratégicas, de análises de cenários e de tecnologias-chave, para subsidiar a orientação estratégica e o processo de tomada de decisão no INMETRO, relacionadas com inovação tecnológica;

XIV - apoiar as demais Diretorias do INMETRO na análise de impactos econômicos e financeiros de novos projetos direcionados para a inovação tecnológica e o desenvolvimento de novos produtos;

XV - articular-se, em nível nacional e internacional, com órgãos de pesquisa e entidades do setor produtivo para o desenvolvimento conjunto de atividades destinadas à inovação tecnológica e à modernização do setor industrial;

XVI - orientar, planejar e coordenar ações destinadas ao desenvolvimento do Polo Tecnológico e da Incubadora de Projetos Tecnológicos e de Empresas do INMETRO;

XVII - planejar, articular e coordenar ações relacionadas à gestão da inovação, à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia no INMETRO; e

XVIII - atuar como Núcleo de Inovação Tecnológica do INMETRO e gerir a sua política de inovação, nos termos do art. 17 do Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 70. Às Divisões de Metrologia Óptica, Mecânica, Elétrica, Acústica e Vibrações, Química e Térmica, Materiais, Tecnologia da Informação e Telecomunicações e Dinâmica de Fluidos incumbe:

I - responder pelos serviços e produtos desenvolvidos e pelos resultados das calibrações, dos ensaios e das pesquisas realizadas;

II - planejar e conduzir programas de pesquisa, capacitação e desenvolvimento tecnológico no âmbito da metrologia científica e industrial; e

III - colaborar e manter intercâmbio com o Bureau Internacional de Pesos e Medidas e outros organismos nacionais e internacionais, no âmbito da metrologia científica e industrial.

Art. 71. Aos Laboratórios, Setores e Núcleos de Laboratórios das respectivas Divisões de Metrologia, Óptica, Mecânica, Elétrica, Acústica e Vibrações, Química e Térmica, Materiais, Tecnologia da Informação e Telecomunicações e Dinâmica de Fluidos incumbe:

I - realizar, reproduzir e disseminar as unidades de medida;

II - manter e conservar os padrões metrológicos nacionais que se acham sob sua responsabilidade;

III - garantir a rastreabilidade das medições; e

IV - desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas relativas a sistemas, padrões, equipamentos e métodos de medição das grandezas em que atuam.

Art. 72. À Coordenação-Geral de Infraestrutura Laboratorial compete:

I - elaborar e coordenar planos de aquisição e otimização, e manutenção de equipamentos para os laboratórios da Diretoria de Metrologia Científica e Tecnologia; e

II - elaborar e otimizar ações para o uso e conservação de espaços laboratoriais do campus do INMETRO. Dimci não incluiu essa Coordenação na descrição das competências das UO, que mandou junto com as de UP

Art. 73. À Diretoria de Metrologia Legal compete:

I - orientar, planejar, dirigir, coordenar, controlar e executar as atividades de metrologia legal;

II - propor projetos de regulamentos técnicos metrológicos;

III - propor programas de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos em metrologia legal;

IV - especificar os requisitos dos modelos de instrumentos de medição, examinando-os, definindo-os e aprovando-os;

V - enunciar os requisitos e especificações que os produtos pré-medidos deverão satisfazer;

VI - estabelecer as especificações de equipamentos, padrões e instalações a serem utilizados pelos órgãos da RBMLQ-I

VII - participar de foros internacionais e regionais relacionados a metrologia legal, e representar o Brasil na Organização Internacional de Metrologia Legal e em outras instâncias internacionais de metrologia legal;

VIII - participar de cooperações técnicas com órgãos governamentais, institutos de metrologia, centros de pesquisa e universidades no âmbito da metrologia legal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IX - disseminar conhecimentos de metrologia legal para a sociedade;

X - estabelecer diretrizes de ação no âmbito da metrologia legal, em conformidade com políticas consolidadas do Conmetro; e

XI - avaliar tecnicamente os processos de autuação de infrações em grau de recurso, advindos do controle metrológico legal.

Art. 74. À Divisão de Articulação e Regulamentação Técnica Metrológica compete:

I - planejar, executar e monitorar a agenda regulatória do INMETRO, no âmbito da metrologia legal, a fim de atender as necessidades da sociedade.

II - coordenar, gerenciar e supervisionar o desenvolvimento, a manutenção e o aperfeiçoamento do estoque regulatório no âmbito da metrologia legal;

III- monitorar continuamente as melhores práticas e tendências nacionais e internacionais, dados e fatos relacionados aos assuntos regulatórios de metrologia legal.

IV - identificar a existência de problemas, objeto de medidas regulatórias, por monitoramento proativo de tendências ou por análise dos pleitos encaminhados ao INMETRO.

V- realizar avaliação de impacto regulatório no âmbito da metrologia legal;

VI- realizar a gestão dos projetos de regulamentação de metrologia legal; e

VII- realizar a gestão das ações de implementação da regulamentação de metrologia legal.

Art. 75. À Divisão de Controle Legal de Instrumentos de Medição compete:

I - realizar a gestão do processo de controle legal de instrumentos de medição;

II - avaliar a adequação e acompanhar a execução dos planos de trabalho dos órgãos da RBMLQ-I no âmbito do controle legal dos instrumentos de medição;

III - executar a anuência dos instrumentos de medição sujeitos ao controle legal;

IV - pesquisar, desenvolver e propor métodos e procedimentos no âmbito do controle legal de instrumentos de medição; e

V - estabelecer requisitos técnicos para servir de base ao processo de regulamentação técnica metrológica.

Art. 76. À Divisão de Supervisão em Metrologia Legal, compete:

I - coordenar e executar atividades de supervisão metrológica;

II - supervisionar as atividades de metrologia legal realizadas pelos órgãos da RBMLQ-I;

III - propor e acompanhar ações decorrentes das atividades de supervisão;

IV - avaliar a adequação e acompanhar a execução dos planos de trabalho dos órgãos da RBMLQ-I no âmbito da supervisão metrológica aplicada a instrumentos de medição;

V - pesquisar, desenvolver e propor métodos e procedimentos no âmbito da supervisão metrológica; e

VI - estabelecer requisitos técnicos para servir de base ao processo de regulamentação técnica metrológica.

Art. 77. À Divisão de Gestão Técnica compete:

I - coordenar as atividades realizadas pelos Setores de Medição de Massa, de Medição de Comprimento e Força, de Medição de Fluidos, de Medição de Grandezas Elétricas, de Medição de Grandezas Físico-Químicas e de Instrumentação, Software e Hardware, bem como o Núcleo de Mercadorias Pré-Medidas.

II - pesquisar, desenvolver, propor e aperfeiçoar os padrões, métodos e procedimentos de medição de instrumentos sujeitos ao controle metrológico legal; e

III - pesquisar, desenvolver e propor métodos e procedimentos de medição a serem utilizados pelos órgãos da RBMLQ-I para avaliar a conformidade de mercadorias pré-embaladas.

Art. 78. Aos Setores de Medição de Massa, de Fluidos, de Comprimento e Força, de Grandezas Elétricas e de Grandezas Físico-Químicas nos respectivos campos de atuação, compete:

I - executar análise técnica e ensaios;

II - executar, em complemento à atuação dos órgãos da RBMLQ-I, verificações e quaisquer outras operações necessárias para o propósito de examinar e demonstrar as condições de um instrumento de medição e determinar suas propriedades metrológicas;

III - especificar padrões, métodos e procedimentos de medição, equipamentos e instalações necessários e adequados à execução das atividades do controle metrológico legal; e

IV - estabelecer requisitos técnicos para servir de base aos regulamentos técnicos no âmbito do Mercosul em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 79. Ao Setor de Instrumentação, Software e Hardware compete:

I - executar avaliação de software, hardware e ensaios de compatibilidade eletromagnética;

II - subsidiar as unidades organizacionais da Diretoria de Metrologia Legal com informações técnicas no âmbito da instrumentação, software, hardware e compatibilidade eletromagnética;

III - realizar, em complemento à atuação dos órgãos da RBMLQ-I, operações necessárias para o propósito de examinar e demonstrar as condições de um instrumento de medição e determinar suas propriedades metrológicas, relacionadas à instrumentação, software, hardware e compatibilidade eletromagnética; e

IV - estabelecer requisitos técnicos para servir de base aos regulamentos técnicos no âmbito do Mercosul em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 80. Ao Núcleo de Mercadorias Pré-Medidas compete:

I - especificar padrões, métodos e procedimentos de medição, equipamentos e instalações necessários para determinar se as mercadorias pré-embaladas atendem aos requisitos da regulamentação de metrologia legal;

II - planejar, coordenar e avaliar atividades envolvidas no exame de conformidade de mercadorias pré-embaladas;

III - emitir pareceres e relatórios técnicos relacionados às mercadorias pré-embaladas;

IV - avaliar a adequação e acompanhar a execução dos planos de trabalho dos órgãos da RBMLQ-I no âmbito das mercadorias pré-embaladas; e

V - estabelecer requisitos técnicos para servir de base aos regulamentos técnicos no âmbito do Mercosul em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 81. À Seção de Gestão Administrativa e Logística em Metrologia Legal compete:

I - consolidar e acompanhar as atividades de execução orçamentária da Dimel;

II - controlar a receita decorrente das atividades da Dimel;

III - executar o serviço de atendimento aos clientes internos e externos em relação ao recebimento, armazenamento e entrega de instrumentos de medição;

IV - executar as atividades pertinentes à gestão da aquisição de materiais, equipamentos e serviços, incluindo a elaboração, registro e controle dos procedimentos licitatórios e suprimento de fundos da Dimel;

V - coordenar a execução das ações que visam à qualificação e a capacitação do corpo funcional da Dimel, dos agentes de metrologia legal da RBMLQ-I, bem como articular, internamente, o atendimento das demandas externas para capacitação em metrologia legal;

VI - gerenciar programas, projetos e ações visando à educação e a informação para as partes interessadas nas questões relativas à metrologia legal, bem como coordenar a comunicação interna e viabilizar a execução de eventos e visitas envolvendo a temática de metrologia legal; e

VII - armazenar e gerenciar a documentação do arquivo intermediário da Dimel.

Art. 82. À Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida compete:

I - planejar, dirigir, coordenar e supervisionar a execução de atividades no âmbito da metrologia aplicada às ciências da vida;

II - estabelecer diretrizes de atuação no âmbito da metrologia aplicada às áreas da ciência da vida;

III - criar e preservar materiais de referência relacionados a ciências da vida;

IV - desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas relativas à metrologia aplicada às ciências da vida;

V - disseminar conhecimentos para a sociedade na sua área de atuação, através de cursos, publicação de material institucional, metodologias e apresentação de trabalhos em eventos técnicos e científicos;

VI - criar mecanismos de interação entre o INMETRO e outras instituições de ensino e de pesquisa científica e tecnológica, para fortalecer o complexo científico institucional, na área biológica;

VII - gerenciar a implantação de infraestrutura nacional de apoio à área biológica, incluindo a manutenção de coleções padrão de cultura de células procariontes e eucariontes, de plasmídeos e de animais de experimentação;

VIII - criar mecanismos de interação do INMETRO com agências de fomento à atividade em ciência, tecnologia e inovação, na área biológica;

IX - auxiliar a indústria brasileira na caracterização e determinação das propriedades de materiais biológicos e materiais de uso na área da saúde; e

X - auxiliar o setor de segurança pública no desenvolvimento de materiais de referência, metodologias e serviços de ensaio úteis em atividades de criminalística.

Art. 83. Aos Laboratórios de Bioengenharia Tecidual, Microbiologia, Macromoléculas, Química Biológica e Microscopia Aplicada às Ciências da Vida compete:

I - responder pelos serviços e produtos desenvolvidos e pelos resultados dos ensaios e das pesquisas realizadas;

II - conduzir programas de pesquisa no âmbito da metrologia aplicada a matrizes, parâmetros e analitos biológicos;

III - colaborar e manter intercâmbio com o Bureau Internacional de Pesos e Medidas e outros organismos nacionais e internacionais, no âmbito da metrologia aplicada a matrizes, parâmetros e analitos biológicos; e

IV- realizar, reproduzir e disseminar as unidades de medida;

V - manter e conservar os materiais de referência de ordem superior nacionais que se acham sob sua responsabilidade; e

VI - garantir a rastreabilidade das medições.

Seção IV

Dos Órgãos Descentralizados

Art. 84. Às Superintendências compete:

I - desempenhar as atribuições legais da Autarquia em suas respectivas circunscrições;

II - atuar no apoio ao desenvolvimento das atividades delegadas à RBMLQ-I nas suas execuções orçamentárias e financeiras; e

III - cumprir as diretrizes e determinações emanadas pela Presidência do INMETRO.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 85. Ao Presidente do INMETRO compete:

I - orientar a estratégia geral da Autarquia, bem como as diferentes estratégias referentes a cada unidade organizacional;

II - administrar o INMETRO e praticar todos os atos de gestão operacional, orçamentária e financeira, autorizando despesas e ordenando os respectivos pagamentos;

III - representar o INMETRO em juízo ou fora dele;

IV - supervisionar e coordenar as atividades dos órgãos integrantes da Estrutura Regimental do INMETRO;

V - prestar contas de sua gestão ao Tribunal de Contas da União;

VI - regulamentar os assuntos pertinentes às competências e atividades do INMETRO;

VII - alterar o Regimento Interno do INMETRO com vistas a incorporar as alterações decorrentes da readequação da sua Estrutura Regimental;

VIII - praticar os atos de provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do INMETRO, em decorrência de habilitação em concurso público, bem como exercer o poder disciplinar, nos termos da legislação em vigor;

IX - conceder aposentadoria aos servidores que a ela fizerem jus;

X - avocar, para decisão ou revisão, assuntos inerentes aos órgãos integrantes da Estrutura Regimental do INMETRO;

XI - firmar, como representante legal do INMETRO, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros atos negociais similares;

XII - representar o INMETRO em foros nacionais e internacionais;

XIII - delegar qualquer de suas atribuições, salvo aquelas que, pela sua própria natureza ou por vedação legal, só possam ser por ele implementadas privativamente; e

XIV - criar Escritórios de Representação, com a aprovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nos Estados da Federação, quando se fizer necessário para o pleno cumprimento da missão institucional.

Art. 86. Aos Diretores, ao Chefe de Gabinete, ao Auditor-Chefe, ao Procurador-Chefe, ao Ouvidor, aos Coordenadores-Gerais, aos Superintendentes e aos demais dirigentes do INMETRO compete planejar, dirigir, coordenar, supervisionar e orientar, inclusive em caráter normativo, a execução das atividades afetas às suas respectivas unidades, seguindo orientação do Presidente do INMETRO, e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por este.

Art. 87. Cabe aos Chefes das Unidades Principais indicar gestor e fiscal para a execução de contratos, convênios, termos de cooperação, acordos de cooperação técnica, contratos de repasse, projetos e quaisquer instrumentos de transferência sob a responsabilidade de sua UP, observando as orientações da Diretoria de Administração e Finanças, assim como para a análise da prestação de contas e emissão de pareceres técnico e financeiro, quando necessário.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 88. Os Diretores, o Chefe de Gabinete, o Procurador-Chefe, os Coordenadores Gerais, o Auditor-Chefe, os Superintendentes, Coordenadores, os Chefes de Divisão e os Chefes de Serviço serão substituídos em suas ausências e impedimentos por servidores do INMETRO, designados pelo Presidente da INMETRO.

Art. 89. A nomeação ou exoneração do Auditor-Chefe será submetida, pelo Presidente do INMETRO, à aprovação da Controladoria-Geral da União, conforme legislação específica.

Art. 90. A nomeação ou exoneração do Procurador-Chefe será submetida previamente, pelo Presidente do INMETRO, à apreciação da Advocacia-Geral da União.

Art. 91. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores da Auditoria Interna, no desempenho de suas atribuições, devendo os profissionais da unidade de Auditoria Interna guardar o sigilo das informações conforme previsto no Código de Ética da Auditoria Interna.

Art. 92. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidas pelo Presidente do INMETRO.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 283, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria Mdic nº 468, de 14 de junho de 2016, bem como o disposto no parágrafo 3º do art.4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no item V-1 do Termo de Referência do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), anexo à Portaria n.º 391, de 25 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado da avaliação do Relatório do Bolsista do Edital Pronametro nº 01/2012 - que trata do Programa "Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - 2012" - Bolsas Regulares em fluxo contínuo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º. Aprovar a Renovação de Bolsa pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 1 de junho de 2016.

NOME DO CANDIDATO	UP
1.Waldemar Guilherme Küerten Ihlenfeld	DIMCI

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGÉRIO DE ARAÚJO SACCHI
Em exercício

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

CONSULTA PÚBLICA Nº 21, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, em exercício, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de FITA ADESIVA E PECÍCULA AUTOADESIVA, EM FORMA DE FOLHAS OU ROLOS.

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3335

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic,gov.br, mcti.ppb@mcti.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 223, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos Decretos nºs 2.519, de 16 de março de 1998 e 5.092, de 21 de maio de 2004, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidas as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade do Cerrado, do Pantanal e da Caatinga, resultantes da 2ª atualização, para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades, sob a responsabilidade do Governo Federal voltados a:

I - conservação in situ da biodiversidade;

II - utilização sustentável de componentes da biodiversidade;

III - repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado;

IV - pesquisa e inventários sobre a biodiversidade;

V - recuperação de áreas degradadas e de espécies sobreexplotadas ou ameaças de extinção; e

VI - valorização econômica da biodiversidade.

Art. 2º As informações sobre as áreas prioritárias estarão disponíveis no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade para os biomas Cerrado, Pantanal e Caatinga constantes da Portaria nº 9, de 23 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2007, Seção 1, página 55.

SARNEY FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 20 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 616ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de junho de 2016, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 606 - Central Geradora Hidrelétrica Várzea do Flores, Açude Flores, Município de Joselândia/Maranhão, aproveitamento hidrelétrico.

Nº 607 - Central Geradora Hidrelétrica Banabuiú, rio Banabuiú - Açude Banabuiú, Município de Banabuiú/Ceará, aproveitamento hidrelétrico.

Nº 608 - Vivaldo Dadá Costa, rio Seridó, Município de Caicó/Rio Grande do Norte, Reservatório (Barragem Vivaldo Dadá Costa).

Nº 609 - Roberto Araújo da Nobrega, Riacho do Feijão, Município de Serra Negra do Norte/Rio Grande do Norte, Reservatório (Barragem Saco do Feijão).

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 184, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 394.393.959,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, tendo em vista a autorização constante do art. 4º caput, incisos XVII e XXXII, da Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.641, de 18 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 394.393.959,00 (trezentos e noventa e quatro milhões, trezentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Crédito Suplementar**
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2087	**Transporte Terrestre**							**275.431.860**
		Atividades							
26 782	**2087 2036**	**Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal**							**48.483.861**
26 782	2087 2036 0001	Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal - Nacional							48.483.861
			F	3	3	90	0	100	48.483.861
26 782	**2087 20VI**	**Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste**							**27.996.728**
26 782	2087 20VI 0051	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste - No Estado de Mato Grosso							11.196.867
			F	4	3	90	0	100	11.196.867
26 782	2087 20VI 0052	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste - No Estado de Goiás							16.799.861
			F	4	3	90	0	100	16.799.861
26 782	**2087 20VJ**	**Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste**							**41.899.951**
26 782	2087 20VJ 0026	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado de Pernambuco							8.284.155
			F	4	3	90	0	100	7.053.721
			F	4	3	90	0	111	1.230.434
26 782	2087 20VJ 0027	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado de Alagoas							10.000.000
			F	4	3	90	0	100	10.000.000
26 782	2087 20VJ 0029	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado da Bahia							23.615.796
			F	4	3	90	0	100	23.615.796
26 782	**2087 20VL**	**Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste**							**35.583.957**
26 782	2087 20VL 0033	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste - No Estado do Rio de Janeiro							35.583.957
			F	4	3	90	0	100	20.583.957
			F	4	3	90	0	111	15.000.000
26 782	**2087 20VM**	**Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul**							**22.912.539**
26 782	2087 20VM 0041	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul - No Estado do Paraná							5.121.539
			F	4	3	90	0	100	5.121.539
26 782	2087 20VM 0042	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul - No Estado de Santa Catarina							10.000.000
			F	4	3	90	0	111	10.000.000
26 782	2087 20VM 0043	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul - No Estado do Rio Grande do Sul							7.791.000
			F	4	3	90	0	100	3.185.023
			F	4	3	90	0	111	4.605.977

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		Projetos						
26 782	**2087 10IW**	**Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambí - Divisa MG/BA - na BR-135/MG**						**2.173.174**
26 782	2087 10IW 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambí - Divisa MG/BA - na BR-135/MG - No Estado de Minas Gerais						2.173.174
			F	4	3	90	0	100	2.173.174
26 782	**2087 10IX**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG**						**15.471.050**
26 782	2087 10IX 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG - No Estado de Minas Gerais						15.471.050
			F	4	3	90	0	100	15.471.050
26 782	**2087 113K**	**Adequação de Ponte sobre Rio Jaguaribe em Aracati - na BR-304/CE**						**268.846**
26 782	2087 113K 1002	Adequação de Ponte sobre Rio Jaguaribe em Aracati - na BR-304/CE - No Município de Aracati - CE						268.846
			F	4	3	90	0	100	268.846
26 782	**2087 1214**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS**						**8.876.980**
26 782	2087 1214 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS - No Estado do Rio Grande do Sul						8.876.980
			F	4	3	90	0	100	8.876.980
26 782	**2087 13SL**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL**						**8.504.391**
26 782	2087 13SL 0027	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL - No Estado de Alagoas						8.504.391
			F	4	3	90	0	100	8.504.391
26 782	**2087 14X1**	**Construção de Viaduto Rodoviário em Maceió (Viaduto PRF) - no Entroncamento das BRs 104/316/AL**						**2.707.602**
26 782	2087 14X1 1795	Construção de Viaduto Rodoviário em Maceió (Viaduto PRF) - no Entroncamento das BRs 104/316/AL - No Município de Maceió - AL						2.707.602
			F	4	3	90	0	100	2.707.602
26 782	**2087 1558**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Fortaleza - Pacajus - na BR-116/CE**						**4.725.806**
26 782	2087 1558 0023	Adequação de Trecho Rodoviário - Fortaleza - Pacajus - na BR-116/CE - No Estado do Ceará						4.725.806
			F	4	3	90	0	100	4.725.806
26 782	**2087 5E15**	**Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242/TO**						**68.495**
26 782	2087 5E15 0017	Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242/TO - No Estado do Tocantins						68.495
			F	4	3	90	0	100	68.495
26 782	**2087 7435**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101/PE**						**9.693.016**
26 782	2087 7435 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101/PE - No Estado de Pernambuco						9.693.016
			F	4	3	90	0	100	9.693.016
26 782	**2087 7624**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL**						**22.244.607**
26 782	2087 7624 0027	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL - No Estado de Alagoas						22.244.607
			F	4	3	90	0	100	22.244.607
26 782	**2087 7M81**	**Construção de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Araxá - Divisa MG/SP - na BR-146/MG**						**4.142.614**
26 782	2087 7M81 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Araxá - Divisa MG/SP - na BR-146/MG - No Estado de Minas Gerais						4.142.614
			F	4	3	90	0	100	4.142.614
26 782	**2087 7N22**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI**						**305.603**
26 782	2087 7N22 0022	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI - No Estado do Piauí						305.603
			F	4	3	90	0	100	305.603
26 782	**2087 7S59**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 - na BR-154/MG**						**6.129.678**
26 782	2087 7S59 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 - na BR-154/MG - No Estado de Minas Gerais						6.129.678
			F	4	3	90	0	100	6.129.678
26 782	**2087 7S75**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN**						**13.242.962**
26 782	2087 7S75 0024	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte						13.242.962
			F	4	3	90	0	100	13.242.962
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**118.962.099**
		Atividades							
26 121	**2126 20UA**	**Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento)**							**44.632.898**
26 121	2126 20UA 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento) - Nacional							44.632.898
			F	4	3	90	0	100	44.632.898
26 122	**2126 8785**	**Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC**							**57.788.040**
26 122	2126 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional							57.788.040
			F	3	3	90	0	100	23.577.523
			F	4	3	90	0	100	34.210.517
		Projetos							
26 122	**2126 1D48**	**Modernização do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes**							**16.541.161**
26 122	2126 1D48 0001	Modernização do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Nacional							16.541.161
			F	3	3	90	0	100	7.325.072
			F	4	3	90	0	100	9.216.089
TOTAL - FISCAL									**394.393.959**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**394.393.959**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	**Transporte Aquaviário**							**14.492.362**
		Projetos							
26 784	**2086 7M52**	**Melhoramentos no Canal de Navegação do Corredor do Mercosul**							**14.492.362**
26 784	2086 7M52 0043	Melhoramentos no Canal de Navegação do Corredor do Mercosul - No Estado do Rio Grande do Sul							14.492.362
			F	4	3	90	0	100	14.492.362

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	2087	**Transporte Terrestre**							**379.901.597**
		Atividades							
26 782	**2087 20VI**	**Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste**							**16.035.606**
26 782	2087 20VI 0053	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste - No Distrito Federal							16.035.606
			F	4	3	90	0	100	16.035.606
26 782	**2087 20VJ**	**Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste**							**45.622.864**
26 782	2087 20VJ 0021	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado do Maranhão							45.622.864
			F	4	3	90	0	100	14.786.453
			F	4	3	90	0	111	30.836.411
		Projetos							
26 782	**2087 105S**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA**							**24.736.443**
26 782	2087 105S 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA - No Estado da Bahia							24.736.443
			F	4	3	90	0	100	24.736.443
26 782	**2087 108X**	**Implantação de Postos de Pesagem**							**15.000.000**
26 782	2087 108X 0001	Implantação de Postos de Pesagem - Nacional							15.000.000
			F	4	3	90	0	100	15.000.000
26 782	**2087 10JQ**	**Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC**							**19.300.611**
26 782	2087 10JQ 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC - No Estado de Santa Catarina							19.300.611
			F	4	3	90	0	100	19.300.611
26 782	**2087 10KK**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242/MT**							**11.097.801**
26 782	2087 10KK 0051	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242/MT - No Estado de Mato Grosso							11.097.801
			F	4	3	90	0	100	11.097.801
26 782	**2087 10KR**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA**							**10.025.208**
26 782	2087 10KR 0015	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA - No Estado do Pará							10.025.208
			F	4	3	90	0	100	10.025.208
26 782	**2087 10KV**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Estância Velha - Dois Irmãos - na BR-116/RS**							**299.066**
26 782	2087 10KV 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Estância Velha - Dois Irmãos - na BR-116/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							299.066
			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 10L3**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE**							**99.066**
26 782	2087 10L3 0023	Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE - No Estado do Ceará							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 10L7**	**Construção de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Esteio - Sapucaia - na BR-448/RS**							**299.066**
26 782	2087 10L7 0043	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Esteio - Sapucaia - na BR-448/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							299.066
			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 10UL**	**Construção de Contorno Rodoviário - Betim - Ravena (Trecho Norte) - na BR-381/MG**							**162.465**
26 782	2087 10UL 0031	Construção de Contorno Rodoviário - Betim - Ravena (Trecho Norte) - na BR-381/MG - No Estado de Minas Gerais							162.465
			F	4	3	90	0	100	162.465
26 782	**2087 110I**	**Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA**							**7.738.651**
26 782	2087 110I 0015	Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA - No Estado do Pará							7.738.651
			F	4	3	90	0	100	7.738.651
26 782	**2087 110O**	**Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná (Binacional) - na BR-277/PR**							**18.305.791**
26 782	2087 110O 0041	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná (Binacional) - na BR-277/PR - No Estado do Paraná							18.305.791
			F	4	3	90	0	100	18.305.791
26 782	**2087 110Q**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE**							**33.118.887**
26 782	2087 110Q 0028	Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE - No Estado de Sergipe							33.118.887
			F	4	3	90	0	100	33.118.887
26 782	**2087 110R**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE**							**18.003.413**
26 782	2087 110R 0028	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE - No Estado de Sergipe							18.003.413
			F	4	3	90	0	100	18.003.413
26 782	**2087 111D**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Campo Verde) - Miritituba - na BR-230/PA**							**99.066**
26 782	2087 111D 0015	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Campo Verde) - Miritituba - na BR-230/PA - No Estado do Pará							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 111J**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento RN-078 - Divisa RN/CE - na BR-226/RN**							**99.066**
26 782	2087 111J 0024	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento RN-078 - Divisa RN/CE - na BR-226/RN - No Estado do Rio Grande do Norte							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 112N**	**Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS**							**8.016.282**
26 782	2087 112N 0043	Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							8.016.282
			F	4	3	90	0	100	8.016.282
26 782	**2087 113L**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-414 (Cocalzinho de Goiás) - Entroncamento GO-154 (Itaguari) - na BR-070/GO**							**99.066**
26 782	2087 113L 0052	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-414 (Cocalzinho de Goiás) - Entroncamento GO-154 (Itaguari) - na BR-070/GO - No Estado de Goiás							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 113V**	**Construção de Contorno Rodoviário em Mossoró - na BR-304/RN**							**99.066**
26 782	2087 113V 1261	Construção de Contorno Rodoviário em Mossoró - na BR-304/RN - No Município de Mossoró - RN							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 113Y**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429/RO**							**2.159.644**
26 782	2087 113Y 0011	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429/RO - No Estado de Rondônia							2.159.644
			F	4	3	90	0	100	2.159.644
26 782	**2087 11WB**	**Construção de Contorno Rodoviário em Cachoeiro de Itapemirim - na BR-482/ES**							**99.066**
26 782	2087 11WB 3211	Construção de Contorno Rodoviário em Cachoeiro de Itapemirim - na BR-482/ES - No Município de Cachoeiro de Itapemirim - ES							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 11Z7**	**Adequação de Travessia Urbana em Vilhena - na BR-364/RO**							**99.066**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26 782	2087 11Z7 0121	Adequação de Travessia Urbana em Vilhena - na BR-364/RO - No Município de Vilhena - RO	F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 11ZC**	**Adequação de Travessia Urbana em Uberaba - na BR-262/MG**							99.066 **99.066**
26 782	2087 11ZC 3165	Adequação de Travessia Urbana em Uberaba - na BR-262/MG - No Município de Uberaba - MG	F	4	3	90	0	100	99.066 99.066
26 782	**2087 123S**	**Construção de Anel Rodoviário em Campo Grande - nas BRs 060/163/262/MS**							99.066 **99.066**
26 782	2087 123S 5218	Construção de Anel Rodoviário em Campo Grande - nas BRs 060/163/262/MS - No Município de Campo Grande - MS	F	4	3	90	0	100	99.066 99.066
26 782	**2087 123U**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS**							299.066 **299.066**
26 782	2087 123U 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	299.066 299.066
26 782	**2087 1248**	**Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM**							1.371.154 **1.371.154**
26 782	2087 1248 0013	Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM - No Estado do Amazonas	F	4	3	90	0	100	1.371.154 1.371.154
26 782	**2087 128W**	**Construção de Trecho Rodoviário - Campo Mourão - Palmital - na BR-158/PR**							99.066 **99.066**
26 782	2087 128W 0041	Construção de Trecho Rodoviário - Campo Mourão - Palmital - na BR-158/PR - No Estado do Paraná	F	4	3	90	0	100	99.066 99.066
26 782	**2087 12HH**	**Adequação de Travessia Urbana em Presidente Médici - na BR-364/RO**							99.066 **99.066**
26 782	2087 12HH 0117	Adequação de Travessia Urbana em Presidente Médici - na BR-364/RO - No Município de Presidente Médici - RO	F	4	3	90	0	100	99.066 99.066
26 782	**2087 12IW**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415/BA**							99.066 **99.066**
26 782	2087 12IW 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415/BA - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	99.066 99.066
26 782	**2087 12JT**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Areia Branca - Divisa RN/PB - na BR-110/RN**							99.066 **99.066**
26 782	2087 12JT 0024	Adequação de Trecho Rodoviário - Areia Branca - Divisa RN/PB - na BR-110/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	99.066 99.066
26 782	**2087 12JU**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - Sobral - na BR-222/CE**							330.220 **330.220**
26 782	2087 12JU 0023	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - Sobral - na BR-222/CE - No Estado do Ceará	F	4	3	90	0	100	330.220 330.220
26 782	**2087 12JV**	**Construção de Contorno Rodoviário em Anápolis - na BR-153/GO**							99.066 **99.066**
26 782	2087 12JV 5433	Construção de Contorno Rodoviário em Anápolis - na BR-153/GO - No Município de Anápolis - GO	F	4	3	90	0	100	99.066 99.066
26 782	**2087 12JW**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-376 - Entroncamento BR-153 - na BR-153/PR**							99.066 **99.066**
26 782	2087 12JW 0041	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-376 - Entroncamento BR-153 - na BR-153/PR - No Estado do Paraná	F	4	3	90	0	100	99.066 99.066
26 782	**2087 12KB**	**Construção de Contorno Rodoviário em Itaperuna - na BR-356/RJ**							99.066 **99.066**
26 782	2087 12KB 3306	Construção de Contorno Rodoviário em Itaperuna - na BR-356/RJ - No Município de Itaperuna - RJ	F	4	3	90	0	100	99.066 99.066
26 782	**2087 12KF**	**Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC**							8.000.000 **8.000.000**
26 782	2087 12KF 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC - No Estado de Santa Catarina	F	4	3	90	0	100	8.000.000 8.000.000
26 782	**2087 1304**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050/MG**							299.066 **299.066**
26 782	2087 1304 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050/MG - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	299.066 299.066
26 782	**2087 1310**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Aparecida de Goiânia - Itumbiara - na BR-153/GO**							10.531.000 **10.531.000**
26 782	2087 1310 0052	Adequação de Trecho Rodoviário - Aparecida de Goiânia - Itumbiara - na BR-153/GO - No Estado de Goiás	F	4	3	90	0	100	10.531.000 10.531.000
26 782	**2087 13NC**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - Paraíso - na BR-282/SC**							99.066 **99.066**
26 782	2087 13NC 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - Paraíso - na BR-282/SC - No Estado de Santa Catarina	F	4	3	90	0	100	99.066 99.066
26 782	**2087 13WQ**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-114 - Minas Novas - na BR-367/MG**							299.066 **299.066**
26 782	2087 13WQ 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-114 - Minas Novas - na BR-367/MG - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	299.066 299.066
26 782	**2087 13X6**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116/CE**							99.066 **99.066**
26 782	2087 13X6 0023	Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116/CE - No Estado do Ceará	F	4	3	90	0	100	99.066 99.066
26 782	**2087 13X7**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA**							5.943.974 **5.943.974**
26 782	2087 13X7 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	5.943.974 5.943.974
26 782	**2087 13X9**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-367 (Eunápolis) - Entroncamento BA-698 (Mucuri) - na BR-101/BA**							99.066 **99.066**
26 782	2087 13X9 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-367 (Eunápolis) - Entroncamento BA-698 (Mucuri) - na BR-101/BA - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	99.066 99.066
26 782	**2087 13XG**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG**							102.975 **102.975**
26 782	2087 13XG 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	102.975 102.975
26 782	**2087 13XH**	**Construção de Contorno Rodoviário de Belo Horizonte - Trecho Sul (Betim - Nova Lima) - na BR-040/262/MG**							299.066 **299.066**
26 782	2087 13XH 0031	Construção de Contorno Rodoviário de Belo Horizonte - Trecho Sul (Betim - Nova Lima) - na BR-040/262/MG - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	299.066 299.066
26 782	**2087 13XJ**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-494/MG-423 (Nova Serrana) - Uberaba - na BR-262/MG**							299.066 **299.066**
26 782	2087 13XJ 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-494/MG-423 (Nova Serrana) - Uberaba - na BR-262/MG - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	299.066 299.066

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 13XQ**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entroncamento BR-158 (Vila Ribeirão Bonito) - na BR-080/MT**							**99.066**
26 782	2087 13XQ 0051	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entroncamento BR-158 (Vila Ribeirão Bonito) - na BR-080/MT - No Estado de Mato Grosso							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 13XR**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Largo Leite Neto (Aracaju) - Entrocamento SE-175 (p/ Ribeirópolis) - na BR-235/SE**							**99.066**
26 782	2087 13XR 0028	Adequação de Trecho Rodoviário - Largo Leite Neto (Aracaju) - Entrocamento SE-175 (p/ Ribeirópolis) - na BR-235/SE - No Estado de Sergipe							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 13XW**	**Adequação de Travessia Urbana em Lages - na BR-282/SC**							**99.066**
26 782	2087 13XW 4550	Adequação de Travessia Urbana em Lages - na BR-282/SC - No Município de Lages - SC							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 13Y2**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RJ/SP - Ubatuba (Praia Grande) - na BR-101/SP**							**99.066**
26 782	2087 13Y2 0035	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RJ/SP - Ubatuba (Praia Grande) - na BR-101/SP - No Estado de São Paulo							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 13Y5**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-158 (Redenção) - Entroncamento BR-222 (Marabá) - na BR-155/PA**							**6.244.844**
26 782	2087 13Y5 0015	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-158 (Redenção) - Entroncamento BR-222 (Marabá) - na BR-155/PA - No Estado do Pará							6.244.844
			F	4	3	90	0	100	6.244.844
26 782	**2087 13YM**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Barragem do Bacanga - Entroncamento Itaqui/Bacanga - na BR-135/MA**							**99.066**
26 782	2087 13YM 0021	Adequação de Trecho Rodoviário - Barragem do Bacanga - Entroncamento Itaqui/Bacanga - na BR-135/MA - No Estado do Maranhão							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 1428**	**Construção de Trecho Rodoviário - Boca do Acre - Divisa AM/AC - na BR-317/AM**							**99.066**
26 782	2087 1428 0013	Construção de Trecho Rodoviário - Boca do Acre - Divisa AM/AC - na BR-317/AM - No Estado do Amazonas							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 14X0**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE**							**330.220**
26 782	2087 14X0 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE - No Estado de Pernambuco							330.220
			F	4	3	90	0	100	330.220
26 782	**2087 14X3**	**Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife - na BR-101/PE**							**99.066**
26 782	2087 14X3 1695	Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife - na BR-101/PE - No Município de Recife - PE							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 14YA**	**Construção do Contorno Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre - na BR-116/448/RS**							**299.066**
26 782	2087 14YA 0043	Construção do Contorno Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre - na BR-116/448/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							299.066
			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 14YB**	**Construção de Trecho Rodoviário - Santa Maria - Santo Ângelo - na BR-392/RS**							**299.066**
26 782	2087 14YB 0043	Construção de Trecho Rodoviário - Santa Maria - Santo Ângelo - na BR-392/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							299.066
			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 14YC**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN**							**99.066**
26 782	2087 14YC 0024	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 150T**	**Construção do Anel Rodoviário de Uberaba - na BR-262/MG**							**299.066**
26 782	2087 150T 3165	Construção do Anel Rodoviário de Uberaba - na BR-262/MG - No Município de Uberaba - MG							299.066
			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 151V**	**Adequação de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - nas BRs 116/324/BA**							**99.066**
26 782	2087 151V 2056	Adequação de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - nas BRs 116/324/BA - No Município de Feira de Santana - BA							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 15BT**	**Adequação de Contorno Rodoviário em Curitiba - na BR-376/PR**							**99.066**
26 782	2087 15BT 0041	Adequação de Contorno Rodoviário em Curitiba - na BR-376/PR - No Estado do Paraná							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 15BW**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-242 - Entroncamento BR-135/242 (Barreiras) - na BR-020/BA**							**330.220**
26 782	2087 15BW 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-242 - Entroncamento BR-135/242 (Barreiras) - na BR-020/BA - No Estado da Bahia							330.220
			F	4	3	90	0	100	330.220
26 782	**2087 15C1**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-365 - Acesso a Coração de Jesus - na BR-251/MG**							**299.066**
26 782	2087 15C1 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-365 - Acesso a Coração de Jesus - na BR-251/MG - No Estado de Minas Gerais							299.066
			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 15C2**	**Construção de Trecho Rodoviário - Acesso a Coração de Jesus - Entroncamento MG-181 (Boqueirão) - na BR-251/MG**							**299.066**
26 782	2087 15C2 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Acesso a Coração de Jesus - Entroncamento MG-181 (Boqueirão) - na BR-251/MG - No Estado de Minas Gerais							299.066
			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 15CE**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento TO-080 (Paraíso do Tocantins) - Entroncamento TO-070 (Aliança do Tocantins) - na BR-153/TO**							**68.495**
26 782	2087 15CE 0017	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento TO-080 (Paraíso do Tocantins) - Entroncamento TO-070 (Aliança do Tocantins) - na BR-153/TO - No Estado do Tocantins							68.495
			F	4	3	90	0	100	68.495
26 782	**2087 15CI**	**Construção de Acesso Rodoviário ao Pátio Ferroviário de São Simão - na BR-364/GO**							**99.066**
26 782	2087 15CI 5640	Construção de Acesso Rodoviário ao Pátio Ferroviário de São Simão - na BR-364/GO - No Município de São Simão - GO							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 15CK**	**Construção de Acesso Rodoviário ao Pátio Ferroviário de Eliseu Martins - na BR-135/PI**							**99.066**
26 782	2087 15CK 0843	Construção de Acesso Rodoviário ao Pátio Ferroviário de Eliseu Martins - na BR-135/PI - No Município de Eliseu Martins - PI							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 15CL**	**Construção de Trecho Rodoviário - Ponte do Bate Estaca - Início Travessia Rio Madeira (km 937,4) - na BR-364/RO**							**99.066**
26 782	2087 15CL 0011	Construção de Trecho Rodoviário - Ponte do Bate Estaca - Início Travessia Rio Madeira (km 937,4) - na BR-364/RO - No Estado de Rondônia							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26 782	**2087 15CM**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 - Entroncamento BR-365 (Montes Claros) - na BR-251/MG**							**299.066**
26 782	2087 15CM 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 - Entroncamento BR-365 (Montes Claros) - na BR-251/MG - No Estado de Minas Gerais							299.066
			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 15CT**	**Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Pecém (CE-576)**							**330.220**
26 782	2087 15CT 0023	Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Pecém (CE-576) - No Estado do Ceará							330.220
			F	4	3	90	0	100	330.220
26 782	**2087 1C09**	**Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA**							**1.981.325**
26 782	2087 1C09 0029	Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA - No Estado da Bahia							1.981.325
			F	4	3	90	0	100	1.981.325
26 782	**2087 1D70**	**Construção de Trecho Rodoviário - Ventania - Alto do Amparo - na BR-153/PR**							**99.066**
26 782	2087 1D70 0041	Construção de Trecho Rodoviário - Ventania - Alto do Amparo - na BR-153/PR - No Estado do Paraná							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 1K17**	**Construção de Contorno Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-116 - Entroncamento BR-101 - Porto de Sepetiba - na BR-493/RJ**							**99.066**
26 782	2087 1K17 0033	Construção de Contorno Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-116 - Entroncamento BR-101 - Porto de Sepetiba - na BR-493/RJ - No Estado do Rio de Janeiro							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 1K23**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG**							**1.446.366**
26 782	2087 1K23 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG - No Estado de Minas Gerais							1.446.366
			F	4	3	90	0	100	1.446.366
26 783	**2087 1K25**	**Construção da Variante Ferroviária em Camaçari - na EF-431/BA**							**3.962.489**
26 783	2087 1K25 1996	Construção da Variante Ferroviária em Camaçari - na EF-431/BA - No Município de Camaçari - BA							3.962.489
			F	4	3	90	0	100	3.962.489
26 782	**2087 1K53**	**Realização de obras complementares no Trecho Rodoviário - Entroncamento RS-326 (P/Ivoti) - Ponte Rio Guaíba - na BR-116/RS**							**299.066**
26 782	2087 1K53 0043	Realização de obras complementares no Trecho Rodoviário - Entroncamento RS-326 (P/Ivoti) - Ponte Rio Guaíba - na BR-116/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							299.066
			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 3E49**	**Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Itaguaí - na BR-101/RJ**							**198.133**
26 782	2087 3E49 3303	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Itaguaí - na BR-101/RJ - No Município de Itaguaí - RJ							198.133
			F	4	3	90	0	100	198.133
26 782	**2087 3E56**	**Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Itajaí - na BR-101/SC**							**99.066**
26 782	2087 3E56 4535	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Itajaí - na BR-101/SC - No Município de Itajaí - SC							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7152**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-170 (Ilicínea) - Entroncamento BR-491/MG-050 (São Sebastião do Paraíso) - na BR-265/MG**							**299.066**
26 782	2087 7152 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-170 (Ilicínea) - Entroncamento BR-491/MG-050 (São Sebastião do Paraíso) - na BR-265/MG - No Estado de Minas Gerais							299.066
			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 7441**	**Construção de Trecho Rodoviário - Bertolínia - Eliseu Martins - na BR-135/PI**							**99.066**
26 782	2087 7441 0022	Construção de Trecho Rodoviário - Bertolínia - Eliseu Martins - na BR-135/PI - No Estado do Piauí							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7474**	**Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entroncamento BR-101 - na BR-418/BA**							**99.066**
26 782	2087 7474 0029	Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entroncamento BR-101 - na BR-418/BA - No Estado da Bahia							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7626**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - Divisa RN/PB - na BR-101/RN**							**10.309.880**
26 782	2087 7626 0024	Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - Divisa RN/PB - na BR-101/RN - No Estado do Rio Grande do Norte							10.309.880
			F	4	3	90	0	100	10.309.880
26 782	**2087 7E79**	**Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO**							**3.000.000**
26 782	2087 7E79 0052	Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO - No Estado de Goiás							3.000.000
			F	4	3	90	0	100	3.000.000
26 782	**2087 7E87**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-153 - Divisa MG/GO - na BR-364/MG**							**1.763.379**
26 782	2087 7E87 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-153 - Divisa MG/GO - na BR-364/MG - No Estado de Minas Gerais							1.763.379
			F	4	3	90	0	100	1.763.379
26 782	**2087 7E90**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Carpina - Entroncamento BR-232 - na BR-408/PE**							**99.066**
26 782	2087 7E90 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Carpina - Entroncamento BR-232 - na BR-408/PE - No Estado de Pernambuco							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7F51**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA**							**13.485.936**
26 782	2087 7F51 0029	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA - No Estado da Bahia							13.485.936
			F	4	3	90	0	100	13.485.936
26 782	**2087 7G16**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG**							**299.066**
26 782	2087 7G16 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG - No Estado de Minas Gerais							299.066
			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 7G66**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104/PB**							**99.066**
26 782	2087 7G66 0025	Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104/PB - No Estado da Paraíba							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7I40**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060/GO**							**891.596**
26 782	2087 7I40 0052	Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060/GO - No Estado de Goiás							891.596
			F	4	3	90	0	100	891.596
26 782	**2087 7I74**	**Construção de Contorno Rodoviário em Chapecó - na BR-480/SC**							**99.066**
26 782	2087 7I74 4476	Construção de Contorno Rodoviário em Chapecó - na BR-480/SC - No Município de Chapecó - SC							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7I84**	**Construção de Ponte sobre o Rio Madeira em Porto Velho - na BR-319/RO**							**99.066**
26 782	2087 7I84 0116	Construção de Ponte sobre o Rio Madeira em Porto Velho - na BR-319/RO - No Município de Porto Velho - RO							99.066
			F	4	3	90	0	100	99.066

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

26 782	**2087 7K18**	**Construção de Ponte sobre o Rio Paraná - Três Lagoas (MS) - Castilho (SP) - na BR-262/MS/SP**							**102.975**
26 782	2087 7K18 0001	Construção de Ponte sobre o Rio Paraná - Três Lagoas (MS) - Castilho (SP) - na BR-262/MS/SP - Nacional							
			F	4	3	90	0	100	102.975
26 782	**2087 7K23**	**Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR**							**5.001.020**
26 782	2087 7K23 0041	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR - No Estado do Paraná							
			F	4	3	90	0	100	5.001.020
26 782	**2087 7L03**	**Adequação de Anel Rodoviário em Fortaleza - na BR-020/CE**							**8.841.511**
26 782	2087 7L03 1048	Adequação de Anel Rodoviário em Fortaleza - na BR-020/CE - No Município de Fortaleza - CE							
			F	4	3	90	0	100	8.841.511
26 782	**2087 7L04**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS**							**41.572.800**
26 782	2087 7L04 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							
			F	4	3	90	0	100	41.572.800
26 782	**2087 7M63**	**Adequação de Trecho Rodoviário - km 714 - km 725 - na BR-364/RO**							**6.596.673**
26 782	2087 7M63 0011	Adequação de Trecho Rodoviário - km 714 - km 725 - na BR-364/RO - No Estado de Rondônia							
			F	4	3	90	0	100	6.596.673
26 782	**2087 7M66**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa RS/SC - Bom Jesus - na BR-285/RS**							**299.066**
26 782	2087 7M66 0043	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa RS/SC - Bom Jesus - na BR-285/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							
			F	4	3	90	0	100	299.066
26 782	**2087 7M88**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE**							**99.066**
26 782	2087 7M88 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE - No Estado de Pernambuco							
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7M95**	**Adequação de Anel Rodoviário em Belo Horizonte - nas BRs 040/135/262/381/MG**							**102.975**
26 782	2087 7M95 0031	Adequação de Anel Rodoviário em Belo Horizonte - nas BRs 040/135/262/381/MG - No Estado de Minas Gerais							
			F	4	3	90	0	100	102.975
26 782	**2087 7N85**	**Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285/SC**							**99.066**
26 782	2087 7N85 0042	Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285/SC - No Estado de Santa Catarina							
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7P87**	**Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO**							**99.066**
26 782	2087 7P87 0111	Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO - No Município de Ji-Paraná - RO							
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7R27**	**Adequação de Travessia Urbana em Candeias do Jamari - na BR-364/RO**							**99.066**
26 782	2087 7R27 0131	Adequação de Travessia Urbana em Candeias do Jamari - na BR-364/RO - No Município de Candeias do Jamari - RO							
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7S66**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-476 - Divisa PR/SC - na BR-153/PR**							**99.066**
26 782	2087 7S66 0041	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-476 - Divisa PR/SC - na BR-153/PR - No Estado do Paraná							
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7T74**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa ES/MG - Entroncamento ES-220 - na BR-342/ES**							**99.066**
26 782	2087 7T74 0032	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa ES/MG - Entroncamento ES-220 - na BR-342/ES - No Estado do Espírito Santo							
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7U21**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento CE-040 - Ponte Sabiaguaba - na BR-020/CE**							**4.926.275**
26 782	2087 7U21 0023	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento CE-040 - Ponte Sabiaguaba - na BR-020/CE - No Estado do Ceará							
			F	4	3	90	0	100	4.926.275
26 782	**2087 7U25**	**Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Miritituba - na BR-230/PA**							**2.575.722**
26 782	2087 7U25 0015	Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Miritituba - na BR-230/PA - No Estado do Pará							
			F	4	3	90	0	100	2.575.722
26 782	**2087 7U27**	**Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Pecém (CE-155) - na BR-222/CE**							**99.066**
26 782	2087 7U27 0023	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Pecém (CE-155) - na BR-222/CE - No Estado do Ceará							
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7U29**	**Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Paranaguá (Av. Ayrton Senna) - na BR-277/PR**							**99.066**
26 782	2087 7U29 0041	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Paranaguá (Av. Ayrton Senna) - na BR-277/PR - No Estado do Paraná							
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7V19**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-135/BA-594 (Cocos) - Acesso a Cariranha - na BR-030/BA**							**99.066**
26 782	2087 7V19 0029	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-135/BA-594 (Cocos) - Acesso a Cariranha - na BR-030/BA - No Estado da Bahia							
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7V25**	**Construção de Contorno Rodoviário em Maringá, Paiçandu, Sarandi e Marialva - na BR-376/PR**							**99.066**
26 782	2087 7V25 0041	Construção de Contorno Rodoviário em Maringá, Paiçandu, Sarandi e Marialva - na BR-376/PR - No Estado do Paraná							
			F	4	3	90	0	100	99.066
26 782	**2087 7V33**	**Construção da Ponte Internacional Brasil/Bolívia em Guajará-Mirim - na BR-425/RO**							**99.066**
26 782	2087 7V33 0109	Construção da Ponte Internacional Brasil/Bolívia em Guajará-Mirim - na BR-425/RO - No Município de Guajará-Mirim - RO							
			F	4	3	90	0	100	99.066
TOTAL - FISCAL									**394.393.959**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**394.393.959**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 21 DE JUNHO DE 2016

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, no uso de suas atribuições, e considerando que a coleta, a análise e a divulgação de estatísticas pertinentes a determinados recortes territoriais frequentemente demandam a necessidade de revisão periódica das áreas das superfícies dos Estados e Municípios, face à dinâmica da divisão territorial brasileira, em função de alterações de natureza legal, judicial ou pela ampliação contínua de melhores representações cartográficas dos polígonos estaduais e municipais com o apoio de novas geotecnologias, utilizadas na estruturação da Base Territorial sendo referência para as pesquisas e publicações dessa Fundação, resolve:

Art. 1º - Aprovar os valores de áreas territoriais do Brasil, Estados e Municípios, constantes para consulta ou download no endereço abaixo, a partir do próximo dia 30 de junho:

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm,

segundo o quadro territorial vigente em 01/07/2015, data de referência das Estimativas Populacionais 2015, processada em 2016.

Art. 2º - Delegar ao Diretor de Geociências a emissão das certidões de valores de áreas territoriais.

Art. 3º - Atribuir à Diretoria de Geociências, articulada com o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), a disseminação dos novos valores para as áreas territoriais.

Art. 4º - A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogada a Resolução da Presidência nº 07, de 04 de dezembro de 2015.

WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 7, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo artigo 2º, inciso III, alínea b, da Portaria Nº 200, de 29 de Junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 18º, inciso II, da Lei Nº

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016062200087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.636, de 15 de Maio de 1998, alterada pela Lei Nº 11.481/2007, bem como o disposto no art. 7º, do Decreto-Lei nº 271/67 e no art. 18, §1º, da Lei 9.636/1998, de acordo com os elementos que integram o Processo Nº 0491.002334/2007-23, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão, sob o regime de concessão do direito real de uso, ao Município de Salvador, do imóvel com área de 22.939,49 m², sendo 9.714,18m² de terreno de marinha e 9.800,63 m² de acrescido de marinha, somando uma área de 19.514,81 m² com as características e confrontações constantes da Matrícula Nº 112.017 R-1, do 2º Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca, e 3.424,68 m² caracterizado como imóvel de uso especial oriundo de propriedade da extinta Rede Ferroviária Federal S/A, incorporado ao Patrimônio da União em 08/08/2011 sob a matrícula nº 121.077, registrada no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Salvador, situado à Rua Agenor de Freitas, em Periperi, Subúrbio Ferroviário de Salvador, estado da Bahia.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º beneficiará, aproximadamente, duzentas e trinta famílias, em virtude da construção das unidades habitacionais e implementação de infraestrutura básica e equipamentos comunitários, por meio do programa do Governo Municipal, Salve Salvador.

Parágrafo único. O prazo para consecução dos objetivos da cessão será de três anos, a contar da data de assinatura do respectivo contrato.

Art. 3º Fica o cessionário obrigado a:

I - efetuar a transferência gratuita dos direitos enfitêuticos relativos a frações do imóvel descrito no artigo 1º aos beneficiários de baixa renda, averbando tais transferências junto à Superintendência do Patrimônio da União, nos termos do art. 3º, § 4º do Decreto-lei Nº 2.398, de 21 de Dezembro de 1987.

II - fornecer à União os dados cadastrais dos beneficiários e as peças técnicas necessárias para a inscrição dos desmembramentos e transferências de domínio útil efetivados.

Art. 4º A celebração do contrato ficará condicionada à comprovação de atendimento, pelo cessionário, dos requisitos e condições constantes do processo referido, bem como outros decorrentes da legislação em vigor.

Art. 5º Revoga-se a Portaria Nº 188 de 23 de Junho de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA MARIA SANTOS CHAVES

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

No Art. 2º da Portaria SPU/MG Nº 48, de 15/07/2015, publicada no DOU nº 149, de 06/08/2015, Seção 1, página 67, onde se lê "17,6511 ha", leia-se: "11,3536 ha".

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

PORTARIA Nº 13, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04936.000163/2016-68, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso, sob o regime de utilização gratuita, pelo prazo de 20 (vinte) anos contados a partir da assinatura de Contrato, ao Município de Campo Largo, de imóvel de propriedade da União, com área de 1.075,00m² e benfeitorias com 146,80m², localizado na Rua Benedito Soares Pinto, nº 2300, no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, devidamente registrado na matrícula nº 30.350 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo/PR.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se exclusivamente ao funcionamento do Centro de Educação Infantil Victor de Almeida Barbosa.

Art. 3° Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4° A destinação de que trata o art. 2° desta Portaria será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, se:

I - findar o prazo determinado no "caput" do Art. 1º;

II - não for cumprida a finalidade da cessão, no prazo estipulado no parágrafo único, do artigo 2° desta Portaria;

III - cessarem as razões que justificaram a cessão;

IV - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no artigo 2° da presente Portaria; ou

V - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais, ou;

VI - na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a Outorgante Cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTONIO VAZ

PORTARIA Nº 14, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04936.000164/2016-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso, sob o regime de utilização gratuita, pelo prazo de 20 (vinte) anos contados a partir da assinatura de Contrato, ao Município de Ubiratã, de imóvel de propriedade da União, com área de 3.000,00m² e benfeitorias, localizado na Avenida Raimundo Soares do Nascimento, s/nº, no Município de Ubiratã, Estado do Paraná, devidamente registrado na matrícula nº 3.729 do Registro de Imóveis da Comarca de Ubiratã/PR.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se exclusivamente ao funcionamento do Centro de Convivência de Idosos.

Art. 3° Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4° A destinação de que trata o art. 2° desta Portaria será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, se:

I - findar o prazo determinado no "caput" do Art. 1º;

II - não for cumprida a finalidade da cessão, no prazo estipulado no parágrafo único, do artigo 2° desta Portaria;

III - cessarem as razões que justificaram a cessão;

IV - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no artigo 2° da presente Portaria; ou

V - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais, ou;

VI - na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a Outorgante Cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTONIO VAZ

PORTARIA Nº 15, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04936.200687/2015-76, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso, sob o regime de utilização gratuita, pelo prazo de 20 (vinte) anos contados a partir da assinatura de Contrato, ao Município de Corbélia, de imóvel de propriedade da União, com área de 3.000,00m² e benfeitorias, localizado na Rua Girassol, nº 1940, no Município de Corbélia, Estado do Paraná, devidamente registrado na matrícula nº 8.025 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Corbélia/PR.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se exclusivamente ao funcionamento do Centro de Convivência para Idosos.

Art. 3° Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4° A destinação de que trata o art. 2° desta Portaria será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, se:

I - findar o prazo determinado no "caput" do Art. 1º;

II - não for cumprida a finalidade da cessão, no prazo estipulado no parágrafo único, do artigo 2° desta Portaria;

III - cessarem as razões que justificaram a cessão;

IV - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no artigo 2° da presente Portaria; ou

V - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais, ou;

VI - na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a Outorgante Cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTONIO VAZ

PORTARIA Nº 16, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria nº 217, de 16 de agosto de 2013, da Secretaria do Patrimônio da União, e tendo em vista o disposto no art. 21, da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, regulamentada pelo art. 6º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, bem como os elementos que integram o Processo nº 04936.000195/2016-63, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão provisória, sob o regime de utilização gratuita, pelo prazo de 20 (vinte) anos contados a partir da assinatura de Contrato, ao município de Mandaguari, de imóvel de propriedade da União, constituído por um terreno com área de 18.000,00 m², localizado na Rua Luiz Trintinalha, s/nº, no Município de Mandaguari, Estado do Paraná, parte da matrícula nº 15.147 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguari, oriundo da extinta RFFSA, transferido à UNIÃO por força da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de uma praça pública.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, para que o cessionário cumpra os objetivos previstos.

Art. 3° Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4° A destinação de que trata o art. 2° desta Portaria será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, se:

I - findar o prazo determinado no "caput" do Art. 1º;

II - não for cumprida a finalidade da cessão, no prazo estipulado no parágrafo único, do artigo 2° desta Portaria;

III - cessarem as razões que justificaram a cessão;

IV - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no artigo 2° da presente Portaria; ou

V - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais, ou;

VI - na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a Outorgante Cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTONIO VAZ

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 7, DE 23 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto nos art. 18, inciso II, e art. 40 da lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967 e no art. 17, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como os elementos que integram o processo nº10469.003958/98-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a concessão de direito real de uso, GRATUITA, para Elvira Severiano da Hora, do imóvel de propriedade da União, classificado como terreno acrescido de marinha, localizados na Travessa das Donzelas,71 - Vila Ferroviária - Rocas, município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, com área de 250,26m², inscrito sob o RIP nº 1761.0100131-90. Imóvel situado em área declarada de interesse público para fins de regularização fundiária de interesse social na Portaria SPU 419, de 24 de dezembro de 2013, publicada no D.O.U. nº 250, de 26 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. A área acima mencionada apresenta as seguintes características e confrontações: Partindo do ponto P1 de coordenadas UTM, E= 256361.8814 e N= 9361269.9297, no sistema geodésico SAD 69. A partir deste ponto segue com 32,80m e alcança o ponto P2 de coordenadas E= 256382.8325 e N= 9361263.6681. Segue mais 16,59m alcança o ponto P3 de coordenadas E= 256386.1474 e N= 9361274.2188. Em seguida com mais 33,72m alcança o ponto P4 de coordenadas E= 256364.7822 e N= 9361281.2024. Seguindo mais 5,57m chega-se ao ponto P5 de coordenadas E= 256363.6100 e N= 9361277.6800. Seguindo mais 1,02m chega-se ao ponto P6 de coordenadas E= 256364.2600 e N= 9361277.4900, seguindo mais 11,89m retorna o ponto P1 inicial fechando um polígono de área da União de 250,26 m².

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício da família ocupante do imóvel, que deve comprovar renda familiar não superior a cinco salários mínimos.

Art. 3º O prazo da concessão é indeterminado.

Art. 4º Fica o beneficiário impedido de transferir o imóvel sem a autorização prévia da SPU.

Art. 5º A concessão tornar-se-á nula, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionadas nesta portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de concessão e da legislação pertinente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO EMANUEL FERNANDES DOS SANTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016062200088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 698, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, I, da CF e considerando as disposições da MP nº. 726, de 12 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a abertura de filiais para Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério do Trabalho, nos seguintes endereços:

AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 698 - MERCES - BAHIA CEP: 40060001 MUNICIPIO: 3849 - SALVADOR
RUA 23 DE MAIO N. 79, CENTRO - ESPIRITO SANTO CEP: 29018200 MUNICIPIO: 5705 - VITÓRIA
AVENIDA 85 N.887 - SETOR SUL - EDIFÍCIO GENEBRA CEP: 74080010 MUNICIPIO: 9373 - GOIANIA
AVENIDA JERONIMO DE ALBUQUERQUE, 619 COHAN/ANIL - MARANHÃO CEP: 65051210 MUNICIPIO: 0921 - SÃO LUIS
RUA TAMOIOS N. 596 - CENTRO - MINAS GERAIS CEP: 30120050 MUNICIPIO: 4123 - BELO HORIZONTE
TRAVESSA RUI BARBOSA NR. 813-A REDUTO PARÁ CEP: 66053260 MUNICIPIO: 0427 - BELÉM
AVENIDA PRESIDENTE BANDEIRA, Nº 765 ALECRIM - RIO GRANDE DO NORTE CEP: 59031200 MUNICIPIO: 1761 - NATAL
RUA JOSE CAMACHO NR. 909 OLARIA - RONDONIA CEP: 76801313 MUNICIPIO: 0003 - PORTO VELHO
AVENIDA FREI SERAFIM, 1860 - CENTRO - TERESINA - PI CEP:64001020 MUNICIPIO: TERESINA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 812, DE 9 DE JUNHO DE 2016

Altera o art. 2º da Resolução nº 806, de 2016, que aprovou a reformulação dos Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico do FGTS, para o exercício de 2016, e o Orçamento Plurianual de Aplicação, para o período 2017/2019.

O PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, nos termos do inciso I do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 4º do Regimento Interno deste Colegiado, aprovado pela Resolução nº 320, de 31 de agosto de 1999,

Considerando a necessidade de autorizar o Gestor da Aplicação de remanejar os recursos alocados no âmbito do Programa Pró-Cotista, resolve, ad referendum do Conselho Curador do FGTS:

Art. 1º Alterar o art. 2º da Resolução nº 806, de 10 de maio de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os anexos da Resolução nº 786, de 27 de outubro de 2015, passam a vigorar na forma dos anexos desta Resolução, sem prejuízo do disposto no art. 2º ao caput do art. 5º da Resolução nº 798, de 24 de fevereiro de 2016, ficando o Gestor da Aplicação autorizado a promover remanejamentos de recursos, na forma prevista pelo art. 16 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Ministro de Estado

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 21 de junho de 2016

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0181/2016 de 16/06/2016, 0182/2016 de 17/06/2016 e 0184/2016 de 20/06/2016, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039004431201647 Empresa: AUDI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA CONSTANZE FISCHER Passaporte: CCZ8LKKVZ Mãe: GABRIELE FISCHER-LANZESTIEL Pai: FRANK DIETER FISCHER; Processo: 47039004773201667 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Elana Genee Miller Passaporte: 460440715 Mãe: Cheryl Marie Turner Pai: Richard Eugene Miller; Processo: 47039004906201603 Empresa: ESCOLA INTERNACIONAL SAINT FRANCIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: David Richard Noga Passaporte: 464509428 Mãe: Susan Irene Pesko Pai: Richard James Noga; Processo: 47039004911201616 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rodger Alexander Luttio Passaporte: 545506426 Mãe: Jody Lynn Ziegler Pai: Todd Timothy Luttio; Processo: 47039001406201610 Empresa: ASSOCIACAO EDUCATIVA DO BRASIL - SOEBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ana Isabel Almeida Coelho de Abreu Passaporte: N941753 Mãe: Carmen Preciosa Quinteira Almeida Coelho de Abreu Pai: Manuel Guilherme Fonseca Coelho de Abreu; Processo: 47039003106201667 Empresa: TA NA HORA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tom Huet Passaporte: 10AX44101 Mãe: Cristine HUET Pai: Michel HUET; Processo: 47039003300201642 Empresa: PARDESS AGRONEGOCIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YEHOSHUA AVRAHAM DALVEN Passaporte: 30213716 Mãe: MIRIAM MERYL DALVEN Pai: ISRAEL DALVEN; Processo: 47039003304201621 Empresa: EMILIANO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES HOTELEIRAS SOCIEDADE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUÍS FREDERICO DA CRUZ CRAVO Passaporte: P081838 Mãe: TERESA FERRAZ DA SANTA CRUZ CRAVO Pai: JOÃO MANUEL ARVELO CRAVO; Processo: 47039004283201661 Empresa: ACCESSCREDITO - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: CLEMENTINE MARIE-PIERRE HEDAN Passaporte: 15FV23479 Mãe: MARIE-PIERRE HEDAN Pai: CHARLES RAYMOND MARIE HEDAN; Processo: 47039004362201671 Empresa: ADRIANA DRULLA ROSSI Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANGELIN REMO DELA CRUZ Passaporte: EC6313668 Mãe: MARLENE DELA CRUZ REMO Pai: CIPRIANO DAQUILA REMO; Processo: 47039004368201649 Empresa: SAMAR MOHAMAD EL HARATI KADDOURAH Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FANNY TINGSON DEOCAMPO Passaporte: EC3047816 Mãe: NENA TINGSON DEOCAMPO Pai: FELIX APRECIA DEOCAMPO; Processo: 47039004369201693 Empresa: WISAM KAMEL AYACHE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gemma Sususco Passaporte: EC3467113 Mãe: Agrifina Gungong Vidad Pai: Isidro Malugas Sususco; Processo: 47039004372201615 Empresa: NASSER FARES Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MINGMAR LAMA Passaporte: 07209856 Mãe: MENDO LAMINI Pai: KANCHHO LAMA; Processo: 47039004396201666 Empresa: ADATA INTEGRATION BRAZIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PING CHUN TSENG Passaporte: 31180740 Mãe: CHIN HUANG TSENG Pai: KUEI MEI YANG; Processo: 47039004484201668 Empresa: A MAIS DESENHOS DE ARQUITETURA LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IGNASI FORCADA MARTORELL Passaporte: AAB213366 Mãe: MONTSERRAT MARTORELL MINGUELLA Pai: ANTONI FORCADA FORNÉS; Processo: 47039004524201671 Empresa: KWANGJIN INDUSTRIA DE AUTO PECAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BOSEOK CHOI Passaporte: M65268454 Mãe: MI JA IM Pai: HYEONG BAE CHOI; Processo: 47039004552201699 Empresa: BOSLAN TECNOLOGIA DE PROJETOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIO PEREZ SANCHEZ Passaporte: PAA582525 Mãe: Maria Francisca Sánchez Ramírez Pai: Francisco Luis Pérez Miguel; Processo: 47039004560201635 Empresa: EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MASUNOBU ONOZAWA Passaporte: TH8876911 Mãe: CHIIKO ONOZAWA Pai: MASUHIRO ONOZAWA; Processo: 47039004598201616 Empresa: JOSE MAGALHAES GASPAR Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUI PEDRO DE SÃO JOSÉ JORGE Passaporte: M465057 Mãe: MARIA ADELINA DE SÃO JOSÉ DUQUE JORGE Pai: CONSTANTINO DA CRUZ JORGE; Processo: 47039004633201699 Empresa: C.J. EXECUTIVE SERVICOS DE RESERVAS E OUTROS SERVICOS DE TURISMO LTDA Prazo: 8 Mês(es) Estrangeiro: PIERRE ADRIEN RENE LOUIS MARIE JACQUIN MARGERIE Passaporte: 13AI58714 Mãe: Eugènie Jacquin de Margerie Pai: Jean Marc Jacquin de Margerie; Processo: 47039004637201677 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gianmaria Puglia Passaporte: YA8071026 Mãe: Luisa Alvino Pai: Umberto Puglia; Processo: 47039004642201680 Empresa: ACCERA SISTEMAS ESTRATEGICOS S.A. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: ALFREDO MONTELONGO FLORES Passaporte: G01525267 Mãe: LOURDES FLORES PEREZ Pai: ALFREDO MONTELONGO FARINA; Processo: 47039004656201601 Empresa: IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MIGUEL JUEZ BUENO Passaporte: PAC067082 Mãe: MARTA JUEZ Pai: Não informado; Processo: 47039004666201639 Empresa: NASSER FARES Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HELINA GHALE Passaporte: 07812639 Mãe: DHAN KUMARI GHALE Pai: JAMAN SINGH GHALE; Processo: 47039004704201653 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KRISHNA KUMAR SUBRAMANIAN Passaporte: M3529230 Mãe: MANIMEKALAI SUBRAMANIAN Pai: SUBRAMANIAN KRISHNAPPA; Processo: 47039004764201676 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRA PATRICIA HUDSON Passaporte: 800840226 Mãe: GARY HILL Pai: ANN MARIA BODDY; Processo: 47039004784201647 Empresa: FUNDACAO VISCONDE DE PORTO SEGURO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NADJA DERCHO Passaporte: C7FRY24LM Mãe: TAMARA DERCHO Pai: PAUL DERCHO; Processo: 47039004803201635 Empresa: PROSPECTIVA PROJETOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Connor Lloyd Pitman Passaporte: 465797325 Mãe: Mary Harmening Pitman Pai: John Michael Pitman; Processo: 47039004809201611 Empresa: ASSOCIACAO MISSIONARIA E EVANGELISTICA HEROIS DA FE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KOMLANVI GBENAKOU Passaporte: EB151650 Mãe: KODJO DOPÉ Pai: GBENAKOU KOUASSI; Processo: 47039004811201681 Empresa: ASSOCIACAO MISSIONARIA E EVANGELISTICA HEROIS DA FE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AKOUVI PRISCA GBENAKOU Passaporte: EB214814 Mãe: ODETTE NIAMBARA EP GBENAKOU LOUA Pai: KOMLANVI GBENAKOU; Processo: 47039004812201626 Empresa: ASSOCIACAO MISSIONARIA E EVANGELISTICA HEROIS DA FE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AFI MARIE RHODE GBENAKOU Passaporte: EB214816 Mãe: ODETTE NIAMBARA EP GBENAKOU LOUA Pai: KOMLANVI GBENAKOU; Processo: 47039004814201615 Empresa: ASSOCIACAO MISSIONARIA E EVANGELISTICA HEROIS DA FE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GRACE GBENAKOU Passaporte: EB214817 Mãe: ODETTE NIAMBARA EP GBENAKOU LOUA Pai: KOMLANVI GBENAKOU; Processo: 47039004822201661 Empresa: SAAB DO BRASIL REPRESENTACAO, SERVICOS E COMERCIO DE PRODUTOS DE DEFESA, TRANSPORTE E SISTEMAS DE TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Miriam Ann-Christin Duvell Zetterlind Passaporte: 86440027 Mãe: Heide Martha-Duvell Pai: Borje Karl-Erik Duvell; Processo: 47039004825201603 Empresa: ST. NICHOLAS ANGLO BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA. - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Samantha Katie Louise Waller Passaporte: 209653499 Mãe: Carole Patricia Waller Pai: Mark Adrian Waller; Processo: 47039004831201652 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Toni Andrea Jones Passaporte: 425968718 Mãe: Sandra Jones Pai: Jimmy Reed Jones; Processo: 47039004834201696 Empresa: IBERDROLA OPERACAO E MANUTENCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER ROMERO SAN MARTIN Passaporte: PAC086430 Mãe: MARÍA - BEGOÑA SAN MARTÍN Y MANZANAL Pai: FÉLIX ROMERO Y MUÑOZ; Processo: 47039004836201685 Empresa: FUNDACAO VISCONDE DE PORTO SEGURO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KATRIN ROTH Passaporte: C4CW7NLC9 Mãe: HEIDRUN URSULA ROTH Pai: THOMAS MANFRED FRITZ KONRAD ROTH; Processo: 47039004839201619 Empresa: OSSA BRASIL ENGENHARIA E OBRAS SUBTERRANEAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS PRIETO AGUDO Passaporte: AAF257831 Mãe: ESPERANZA AGUDO CARBALLAR Pai: JUAN CARLOS PRIETO CORVO; Processo: 47039004846201611 Empresa: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO HERNANDO MUNOZ Passaporte: AAH534830 Mãe: ISABEL MUNOZ Pai: ISIDRO HERNANDO; Processo: 47039004859201690 Empresa: CERAMICA E VELAS DE IGNICAO NGK DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RYUJI EMOTO Passaporte: TR2164859 Mãe: HISAKO EMOTO Pai: HIDETOSHI EMOTO; Processo: 47039004872201649 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANKIT KUMAR KACHHAL Passaporte: 454827200 Mãe: DONNA LYNN ALBRIGHT Pai: SWATANTRA KUMAR KACHHAL; Processo: 47039004873201693 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SIVAPRAKASAM VENUGOPAL Passaporte: Z2357747 Mãe: ESWARI VENUGOPAL Pai: VENUGOPAL VELLALAPALAYAM ANGAN.

Temporário - Com Contrato - RN 121 - Resolução Normativa, de 08/03/2016:

Processo: 47039005239201678 Empresa: CORITIBA FOOT BALL CLUB Prazo: até 31/12/2017 Estrangeiro: COLIN KAZIM-RICHARDS Passaporte: 523889332 Mãe: EMINE KAZIM Pai: RODNEY LLEWELLYN RICHARDS.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 47039004816201612 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTUS JOHANNES MARTINUS PETERS Passaporte: NN0F41L76; Processo: 47039004817201659 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SVEIN GAARDER Passaporte: 29848564; Processo: 47039004819201648 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IVER VANDSEMB Passaporte: 26788734; Processo: 47039004962201630 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDRES SANCHEZ TORRALBA Passaporte: AAG773030; Processo: 47039004964201629 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GABRIEL ESPIN COLLADO Passaporte: PAB605343; Processo: 47039004967201662 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MARIA MATEO MATEO Passaporte: AAE240460; Processo: 47039004971201621 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN JOSE SANCHEZ BALLESTEROS Passaporte: AAI161112; Processo: 47039004975201617 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Manuel Alcaraz Garcia Passaporte: AAJ839442.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039003843201660 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAFAL KRUKOWSKI Passaporte: EF6612444; Processo: 47039004886201662 Empresa: TIBERINA AUTOMOTIVE MG - COMPONENTES METALICOS PARA INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Fabio Salvatore Illiano Passaporte: YA3329048; Processo: 47039004144201637 Empresa: ICG PROMA BRASIL ESTAMPARIA E FERRAMENTARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAURO BARUFFALDI Passaporte: YA4005521; Processo: 47039003830201691 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARK JOHN WOOD Passaporte: 310272689; Processo: 47039003959201607 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YU CUI Passaporte: G 52877115; Processo: 47039004012201613 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: até 08/04/2017 Estrangeiro: Yong Jun Jeong Passaporte: M26411741; Processo: 47039004042201611 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: até 08/04/2017 Estrangeiro: JONG WAN IM Passaporte: M37898530; Processo: 47039004125201619 Empresa: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUKE ANTHONY HARRIS Passaporte: A2894421; Processo: 47039004213201611 Empresa: SOLTEC BRASIL INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAMIR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CHAOUKI ALMAGRO Passaporte: PAA590808; Processo: 47039004223201648 Empresa: AUCEMA CONSTRUCOES LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUÍS RICARDO MOREIRA MARTINS Passaporte: M103696; Processo: 47039004277201611 Empresa: GLINTT BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO CARLOS CALDAS MARÇÔA Passaporte: M505428; Processo: 47039004285201650 Empresa: GLINTT BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIANA SOFIA GOMES DA SILVA Passaporte: N579523; Processo: 47039004288201693 Empresa: GLINTT BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: INES DOS SANTOS PINA GOUVEIA DA COSTA Passaporte: N573120; Processo: 47039004294201641 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LIHONG JING Passaporte: PE 0844586; Processo: 47039004291201615 Empresa: GLINTT BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO ALEXANDRE CORREIA TEIXEIRA Passaporte: M257414; Processo: 47039004298201629 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PENG LIU Passaporte: PE 0823430; Processo: 47039004301201612 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XULEI JIAO Passaporte: PE 0697265; Processo: 47039004299201673 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VIDAR NILSEN Passaporte: 25823913; Processo: 47039004429201678 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rafael Miguel Pardo Aoun Passaporte: 082297431; Processo: 47039004434201681 Empresa: ITALSOFA NORDESTE S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOMENICO GIUSEPPE OSTUNI Passaporte: YA8950072; Processo: 47039004441201682 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/03/2017 Estrangeiro: ALBERTO DEOCADES LAURILLA Passaporte: EB9725590; Processo: 47039004442201627 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/03/2017 Estrangeiro: JOEL BRIONES GARCIA Passaporte: EC6229179; Processo: 47039004443201671 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/03/2017 Estrangeiro: MD MAMUNUR RASHID Passaporte: BF0578781; Processo: 47039004444201616 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/03/2017 Estrangeiro: DEXTER DE CASTRO CATIBOG Passaporte: EC3250531; Processo: 47039004504201609 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRE MALATRAT Passaporte: 09AC29140; Processo: 47039004505201645 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIERRE-ERIC GUY MARIE MOREL Passaporte: 13CK33150; Processo: 47039004515201681 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRÉDÉRIC ANDRÉ NOURISSON Passaporte: 07CL71020; Processo: 47039004517201670 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-CHARLES MARUT Passaporte: 15CA12824; Processo: 47039004535201651 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-CHRISTOPHE GREGORY MORIN Passaporte: 08AB49712; Processo: 47039004561201680 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AIMO JUHANI RAUTANEN Passaporte: PY0094846; Processo: 47039004567201657 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PASI TOPIAS AHVONEN Passaporte: PN4259080; Processo: 47039004569201646 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ATTE SAKARI KOSKELA Passaporte: PN5357235; Processo: 47039004571201615 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCK BONNEFILLE Passaporte: 12DE93277; Processo: 47039004578201637 Empresa: CELLINI DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Marco Tarantini Passaporte: YA8452418; Processo: 47039004586201683 Empresa: CELLINI DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Lorenzo Bigagli Passaporte: YA8451384; Processo: 47039004589201617 Empresa: LIPARI MINERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JOHN CHADWICK Passaporte: 099171257; Processo: 47039004590201641 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JURGEN IVES OBRIST LAMOTHE Passaporte: 144709969; Processo: 47039004609201650 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BARD BAKKEN Passaporte: 30140830; Processo: 47039004619201695 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NOLAN DOMINIC SMIT Passaporte: NWH198BC9; Processo: 47039004650201626 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAN-CRISTIAN ZAH Passaporte: 051701789; Processo: 47039004652201615 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANIELLO FRECENTESE Passaporte: YA012565; Processo: 47039004658201692 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HRISTO VASILEV YOCHEV Passaporte: 382340428; Processo: 47039004661201614 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO JOSE SANTALLA CASTRO Passaporte: PAC191777; Processo: 47039004671201641 Empresa: PETRO RIO O&G EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN WILLIAM EDWIN HURST Passaporte: 510726883; Processo: 47039004692201667 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADEEL SYED SAJJAD Passaporte: 483734709; Processo: 47039004735201612 Empresa: ENGESUL ENGENHARIA LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JESPER NEUMANN Passaporte: 208561085; Processo: 47039004737201601 Empresa: ENGINEERING DO BRASIL S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALFREDO RAIMATO Passaporte: YA2752380; Processo: 47039004755201685 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHANN BAEUCHLER Passaporte: U0850008; Processo: 47039004760201698 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD NIKOLUSSI Passaporte: P7989421; Processo: 47039004768201654 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIEN BOUTONNET Passaporte: 15RI21413; Processo: 47039004770201623 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARC MARIE PERROT DU VERNAY Passaporte: 09AI15187; Processo: 47039004772201612 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK LUC RAGOT Passaporte: 07BA41683; Processo: 47039004774201610 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TARMO SAKARI OJA Passaporte: PM6674842; Processo: 47039004775201656 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAXIME NICOLAS THOMAS AUDOUX Passaporte: 08AD89521; Processo: 47039004781201611 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-MARIE LE CREN Passaporte: 07CL73267; Processo: 47039004780201669 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Mika Olavi Mussalo Passaporte: PX5871418; Processo: 47039004788201625 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KUNSUN PARK Passaporte: KR0410056; Processo: 47039004790201602 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN GUENTER SPARI Passaporte: U0474107; Processo: 47039004813201671 Empresa: NORSK HYDRO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAL TORE SVENDSEN Passaporte: 29325289; Processo: 47039004881201630 Empresa: ENGESUL ENGENHARIA LTDA - EPP Prazo: até 26/04/2017 Estrangeiro: JENS CHRISTIAN NORGAARD ANDERSEN Passaporte: 207159516; Processo: 47039004892201610 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERWIN FALK Passaporte: P4128503; Processo: 47039004894201617 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: até 24/01/2017 Estrangeiro: JIANQING YUAN Passaporte: E78316689; Processo: 47039004897201642 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BOERGE BROESKE Passaporte: 27694825; Processo: 47039004901201672 Empresa: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RODRIGO NUNO SILVA DE ARAUJO Passaporte: P078242; Processo: 47039004902201617 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 30/03/2017 Estrangeiro: PATRICIO DANIEL MORENO ALTAMIRANO Passaporte: 0918262957; Processo: 47039004915201696 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTEO MARIA VANOLI Passaporte: YA8908921; Processo: 47039004917201685 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGSU LEE Passaporte: M01548122; Processo: 47039004914201641 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYENGRAK KIM Passaporte: M48447379; Processo: 47039004918201620 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYONGROK YOON Passaporte: M85247328; Processo: 47039004920201607 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYONGWOO KIM Passaporte: M04586040; Processo: 47039004921201643 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YANGCHIN PARK Passaporte: M44004669; Processo: 47039004923201632 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYOUNGHOON LEE Passaporte: M20390945; Processo: 47039004925201621 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WHEEJIN KIM Passaporte: M93377643; Processo: 47039004926201676 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANGHO KIM Passaporte: M03581578; Processo: 47039004927201611 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHULGON HER Passaporte: M10299556; Processo: 47039004934201612 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUNGTAE SHIN Passaporte: M80023121; Processo: 47039004943201611 Empresa: UON CONSULTORIA TECNICA LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: CARLA MARIA OLIVEIRA DE FIGUEIREDO Passaporte: M145255; Processo: 47039004954201693 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HUNG JIN KIM Passaporte: M07971250; Processo: 47039004959201616 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHUICHI NISHI Passaporte: TZ0839019; Processo: 47039004972201675 Empresa: VWS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DARREN ALLAN RICHMOND Passaporte: 403354437; Processo: 47039004976201653 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FAUSTO IVAN BRONDO RODARTE Passaporte: G15251987; Processo: 47039004978201642 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ILLCHAN KWON Passaporte: M00393676; Processo: 47039004979201697 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRANDON THOMAS GRANT Passaporte: HB570197; Processo: 47039004981201666 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAE YEON JUN Passaporte: M38441751; Processo: 47039004983201655 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FITSUM WELDEMICHAEL OKUBU Passaporte: 489463818; Processo: 47039004984201608 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAEHO SONG Passaporte: M04101501; Processo: 47039004985201644 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JANO LEE Passaporte: M41380290; Processo: 47039004992201646 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHENGGUO SONG Passaporte: E 22786054; Processo: 47039004999201668 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL ROGER PETIT Passaporte: 488344305; Processo: 47039005004201686 Empresa: VWS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL DAVID O`LEARY Passaporte: 099105531; Processo: 47039005014201611 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONG-HO WOO Passaporte: M72112751; Processo: 47039005016201619 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUTAE JEON Passaporte: M64945563; Processo: 47039005018201608 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KI CHEOL YEO Passaporte: M22716624; Processo: 47039005019201644 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KI SUN YOU Passaporte: M05077413; Processo: 47039005023201611 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KWANGYEUL KIM Passaporte: M20056544; Processo: 47039005025201600 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YONG SUB CHOI Passaporte: M00610760; Processo: 47039005027201691 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KYUNGIL CHO Passaporte: GB4023783; Processo: 47039005028201635 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAEJOON KIM Passaporte: M95082810; Processo: 47039005030201612 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NAK CHOEN JUNG Passaporte: M54201754; Processo: 47039005033201648 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEWON CHA Passaporte: JN0823649; Processo: 47039005029201680 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONGSOO YOO Passaporte: M39388379; Processo: 47039005034201692 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PANHO LEE Passaporte: HD4010169; Processo: 47039005040201640 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SE HO JEN Passaporte: M16171900; Processo: 47039005039201615 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAM GYU BUM Passaporte: M00762174; Processo: 47039005044201628 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANG SOO HWANG Passaporte: M51826738; Processo: 47039005046201617 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGCHAE PARK Passaporte: M45995582; Processo: 47039005048201614 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGKI KIM Passaporte: M40113210; Processo: 47039005050201685 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGPYO HONG Passaporte: M27128667; Processo: 47039005051201620 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGYONG BAE Passaporte: M13965237; Processo: 47039005052201674 Empresa: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TIMO ANTERO LATTULA Passaporte: PD3209314.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041002111201611 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: WLADYSLAW CHMIELEWSKI Passaporte: EE7653537; Processo: 47041002205201682 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: GAUDY LABSAN TOLEDO Passaporte: EB2753710; Processo: 47041002339201601 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: CHRISTIAN MATE PABON Passaporte: EC0154043 Estrangeiro: DARIUS CRUZ ABELLO Passaporte: EC0936433 Estrangeiro: WILGIM DAFUN ARANDA Passaporte: EB6010131; Processo: 47041002374201612 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alex Matanog Colos Passaporte: EB6998401; Processo: 47041002411201692 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Apostolos Toutziarakis Passaporte: AM0792963; Processo: 47041002414201626 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Roldan Naraga Arocha Passaporte: EC1497446; Processo: 47041002427201603 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTIA CASO Passaporte: YA8341170; Processo: 47041002440201654 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IGOR KELENTRIC Passaporte: 051429631; Processo: 47041002443201698 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DUMITRU TIRLEA Passaporte: 14945078 Estrangeiro: GEORGE DAMACHE Passaporte: 051594708 Estrangeiro: George Anak Beginda Passaporte: K35583173 Estrangeiro: RAFAEL GERVACIO MIGUEL Passaporte: EB3609964; Processo: 47041002458201656 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: VINCENT BUAL BUHION Passaporte: EB8181862; Processo: 47041002465201658 Empresa: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA - ME Prazo: até 01/03/2017 Estrangeiro: KRESIMIR BAJIC Passaporte: 099458261; Processo: 47041002474201649 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: SAMUEL GARCIA GAYONGAN Passaporte: EB4778595; Processo: 47041002483201630 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: BOGUSLAW ZBIGNIEW PIOTROWSKI Passaporte: EF3671668; Processo: 47041002501201683 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: FLORIBERT VIAGEDOR RIZO Passaporte: EC2045561; Processo: 47041002503201672 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: ROLANDO JR RAMOS CATAPANG Passaporte: EC4005425; Processo: 47041002505201661 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: RANDY RUBIO MUSCOSA Passaporte: EB9617609; Processo: 47041002510201674 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: FRANCISCO AGUILAR BANZUELO Passaporte: EB7977373; Processo: 47041002511201619 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: RAMIR MANGAO ARCEGA Passaporte: EC6540507; Processo: 47041002514201652 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: MARVIN FAMULARCANO REYES Passaporte: EC6438436; Processo: 47041002520201618 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 14/09/2016 Estrangeiro: ABDELSAMAD YOUSSEF ALI ABDELHAMID ABOUFAYOUD Passaporte: A01250627 Estrangeiro: Ayman Elsayed Abdelaziz Ibrahim Passaporte: A05935065 Estrangeiro: Ayman Monged Ahmed Elsayed Passaporte: A03220955 Estrangeiro: HANY MABROUK MOHAMED ABDELRAHIM Passaporte: A01445265 Estrangeiro: TAREK ABDELGHAFFAR HOUSSAEN ELSHANDIDY Passaporte: A05676570; Processo: 47041002528201676 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 14/09/2016 Estrangeiro: Ahmed Elshafey Abdelaal Elshafey Passaporte: A06670993 Estrangeiro: Tamer Ahmed Abdelaziz Azmy Passaporte: A16448454 Estrangeiro: Tamer Samir Mohamed Mohamed Fathelbab Passaporte: A05921827 Estrangeiro: Tarek Mohamed Hossameldin Abbas Elshazly Passaporte: A09095460; Processo: 47041002534201623 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 14/09/2016 Estrangeiro: AHMED MOHAMED SEDIK ELSAYED Passaporte: A01441702 Estrangeiro: Mohamed Saleh Mohamed Bayoumy Passaporte: A16081561 Estrangeiro: Sameh Mohamed Farghaly Hassan Passaporte: A12227441 Estrangeiro: Usama Mohamed Edrees Ghith Passaporte: A06674390 Estrangeiro: WALID MOSTAFA MOHAMED EMIRAH Passaporte: A01285992; Processo: 47041002535201678 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 14/09/2016 Estrangeiro: Ahmed Aly Ahmed Allam Passaporte: A09276092 Estrangeiro: Mohamed Abdelnabi Elsayed Mohamed Elsoudani Passaporte: A01004714; Processo: 47041002539201656 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: JESSIE KATIGBAK LANTIN Passaporte: EC1813371; Processo: 47041002579201606 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOMINIC GINYAM KARUN Passaporte: K37613195; Processo: 47041002607201687 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Steven Samuel Pellegrino Passaporte: 478154991; Processo: 47041002608201621 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: ISIDRO SOTIAR DIENTE Passaporte: EC0375563; Processo: 47041002611201645 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: IGMEDIO II LOGARTA ITOM Passaporte: EB9230985; Processo: 47041002612201690 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: MIKHAIL KOSHLAK Passaporte: 733241462; Processo: 47041002630201671 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSHUA BETI ANAK TEMENGGONG Passaporte: K34867018; Processo: 47041002640201615 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/10/2016 Estrangeiro: Jitendra Kumar Singh Passaporte: L4455366 Estrangeiro: Kishor Sudam Bharekar Passaporte: J1625460 Estrangeiro: Liju Gopinadhanpillai Sobhanakumari Passaporte: G5030463; Processo: 47041002651201697 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Antoine Nicolas Neptune Mahon Passaporte: 15CL67844 Estrangeiro: Danilo Cortez Sumbilla Passaporte: EC3433816 Estrangeiro: Dax Aerrol Macalintal Monsalud Passaporte: EC3086983 Estrangeiro: Donald Cabutad Picato Passaporte: EC6868392 Estrangeiro: Enrique Herradura Talucod Passaporte: EB8545058 Estrangeiro: Jaime Jr Cajegas Po Passaporte: EB7068383 Estrangeiro: Lucilo Telen Salar Passaporte: EB8631729 Estrangeiro: Marion Rey Suico Rallos Passaporte: EB5403640 Estrangeiro: Noel Valle Narvaez Passaporte: EC6548675 Estrangeiro: Richard Mipa Ramos Passaporte: EC5042961 Estrangeiro: Sonny Periabras Samareta Passaporte: EB7616571 Estrangeiro: Sullivan Jean-François John Pare Passaporte: 15FV24876; Processo: 47041002669201699 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Benjamin Sumastre Aisa Passaporte: EB5615977 Estrangeiro: Jayson Balba Enriquez Passaporte: EB8531958 Estrangeiro: Norberto Nieva Noble Passaporte: EB8983720 Estrangeiro: Raul Sajona Dellupac Passaporte: EC3075952 Estrangeiro: Ricarido Jr Baltazar Serna Passaporte: EB8168150; Processo: 47041002668201644 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jose Manuel Galardi Tellechea Passaporte: PAA437302; Processo: 47041002683201692 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: Gerry Tacdoro Altura Passaporte: EC1969691 Estrangeiro: Noriel Tulio Cipriano Passaporte: EC4266128; Processo: 47041002689201660 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/06/2017 Estrangeiro: KRISHNA KUMAR SINGH Passaporte: H8836736; Processo: 47041002707201611 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIANO ROSARIO PATTI Passaporte: YA3478106; Processo: 47041002704201670 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kaourentin Braouezec Passaporte: 12CR30492 Estrangeiro: Matthieu Cordier Passaporte: 10CR88443; Processo: 47041002709201601 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/01/2018 Estrangeiro: Stefan Rusu Passaporte: 14708589; Processo: 47041002710201627 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Allan Suan Lamela Passaporte: EC1449830 Estrangeiro: Clodualdo Pena Joson Passaporte: EB9523607 Estrangeiro: Juanito Medrano Canas Passaporte: EC5162795 Estrangeiro: Roger Tancinco Favor Passaporte: EB8477190; Processo: 47041002711201671 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Eric Jean-Claude Le Goff Passaporte: 14DH74184 Estrangeiro: Pierre Olivier Gilles Anger Passaporte: 12CA23634; Processo: 47041002712201616 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Danilo Almoite Almojuela Passaporte: EB6022500; Processo: 47041002714201613 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID MICHAEL JONES Passaporte: 505668465; Processo: 47041002722201651 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 21/10/2017 Estrangeiro: EDWARD VICTOR JOHNSON Passaporte: 502320352; Processo: 47041002721201615 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GORDON ANTHONY LANGFORD Passaporte: 511198089; Processo: 47041002724201641 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SIMONE ANDREA LUNGHI Passaporte: YA1686312; Processo: 47041002725201695 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUSIT ANAK GAYAK Passaporte: K25822674; Processo: 47041002726201630 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andrea Villa Passaporte: YA7507728; Processo: 47041002730201606 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kamlesh Singh Passaporte: L6834464 Estrangeiro: Kartik Anand Thakoor Passaporte: Z2203691; Processo: 47041002731201642 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Harvansh Thakur Passaporte: G7379029; Processo: 47041002733201631 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Roque Jr. Bernabe Basanez Passaporte: EB5988817; Processo: 47041002735201621 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Elpidio De La Peña Necesario Passaporte: EC7558548; Processo: 47041002742201622 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: ALEXANDER JOHN MILNE Passaporte: 525899704 Estrangeiro: ANDRII SYDOROV Passaporte: FB901118 Estrangeiro: ANI IULIAN NISTOR Passaporte: 053305291 Estrangeiro: BENJAMIN AINSCOUGH Passaporte: 524227161 Estrangeiro: BRADLEY ROWLAND PITCHER Passaporte: 517775468; Processo: 47041002745201666 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: BRETT WILLIAM BENJAMIN WILDMAN Passaporte: 518540194 Estrangeiro: CHARLES THOMAS EMINA Passaporte: 529197590 Estrangeiro: CONSTANTIN-DANIEL POPESCU Passaporte: 053303680 Estrangeiro: Carl Shillings Passaporte: 508163720 Estrangeiro: DAVID SIMON GRIFFITHS Passaporte: 527735090; Processo: 47041002744201611 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ioannis Vasilounis Passaporte: AN1623122; Processo: 47041002746201619 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andriy Marchenko Passaporte: EH557266 Estrangeiro: Oleksandr Goloviznin Passaporte: ET608146; Processo: 47041002748201608 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEFFREY MILITANTE AKIATAN Passaporte: EB6996554 Estrangeiro: Richard Franco Faulve Passaporte: EB4523966; Processo: 47041002750201679 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Julius Joensen Passaporte: 206349252; Processo: 47041002753201611 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: FLORIN SOARE Passaporte: 052321554 Estrangeiro: GLENN PHILIP WILSON Passaporte: 518256990 Estrangeiro: GRAHAM ALEXANDER SHONE Passaporte: 513007612 Estrangeiro: GRAHAM FRANK CASSIDY Passaporte: 520515746 Estrangeiro: Graham Hugh Jones Passaporte: GC522286; Processo: 47041002764201692 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: GRAHAM JOHN HOLMES Passaporte: 521574416 Estrangeiro: GREGORY PAUL ENRIGHT Passaporte: 521032708 Estrangeiro: GUY ROBERT LANDALE Passaporte: 522268192 Estrangeiro: JOHN ALEXANDER WAREHAM Passaporte: E4113112; Processo: 47041002769201615 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Giga Kharaishvili Passaporte: 15AB38599 Estrangeiro: Irakli Ovcharenko Passaporte: 10CC39227; Processo: 47041002772201639 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/01/2018 Estrangeiro: Rene Javellana Castanares Passaporte: EC3694294; Processo: 47041002774201628 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: JOHN JAMES BERRY Passaporte: 522824915 Estrangeiro: JONATHAN CHRISTOPHER HALL Passaporte: 522395224 Estrangeiro: JORDAN NEIL WOOD Passaporte: 511257486 Estrangeiro: Keith Taylor Passaporte: 720082167 Estrangeiro: LEE ANTHONY DOMINIC MENTHA Passaporte: 510862557; Processo: 47041002775201672 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/02/2018 Estrangeiro: Richard Seamus Anderson Passaporte: LB0043115; Processo: 47041002777201661 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/01/2018 Estrangeiro: Yuriy Ageev Passaporte: 644162215; Processo: 47041002779201651 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hassan Ibrahim Passaporte: AM1492848 Estrangeiro: Konstantinos Tsigantes Passaporte: AM1779318; Processo: 47041002781201620 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Cristian-Danut Surdu Passaporte: 051269939; Processo: 47041002784201663 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: JOHN OSHEA Passaporte: 525784886; Processo: 47041002785201616 Empresa: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA - ME Prazo: até 01/03/2017 Estrangeiro: URBAN MAGNUS AXEL ANKARHAKE Passaporte: 89186901; Processo: 47041002788201641 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 20/11/2017 Estrangeiro: Denys Marchevskyi Passaporte: ES539300; Processo: 47041002790201611 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bryan Cuizon Asoy Passaporte: EC4549930; Processo: 47041002795201643 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: NAVEEN SHARMA Passaporte: HC970461 Estrangeiro: OVIDIU PIRLOG Passaporte: 13823076 Estrangeiro: PAUL LAMBERT Passaporte: 511245956 Estrangeiro: PAUL MICHAEL LINK Passaporte: 099276332 Estrangeiro: REAL NATHAN PICKETT Passaporte: 529178018; Processo: 47041002794201607 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/10/2016 Estrangeiro: Allwyn Custan Fernandes Passaporte: K4535768 Estrangeiro: Flonny Richard Fernandes Passaporte: K4579670 Estrangeiro: Sunny Shrikant Naik Passaporte: M1039140; Processo: 47041002796201698 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Iurii Vorobiov Passaporte: EP167590; Processo: 47041002798201687 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/10/2016 Estrangeiro: Alban Lambert Xavier Rodrigues Passaporte: L4848236 Estrangeiro: Brijeshkumar Hasmukhbhai Tandel Passaporte: L7757193; Processo: 47041002799201621 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anastasios Mokkas Passaporte: AK1702891; Processo: 47041002802201615 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: Robert Rankin Passaporte: 720102206 Estrangeiro: SAM ROBIN ADAMS Passaporte: 517835422 Estrangeiro: SHANE KESERU Passaporte: 511066367 Estrangeiro: STEPHEN PHILIP HALL Passaporte: 518502503 Estrangeiro: STEVEN HALLIDAY Passaporte: 524154350 Estrangeiro: Toby Stratford Passaporte: 099247281; Processo: 47041002800201618 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/03/2018 Estrangeiro: Frederick Quiton Viado Passaporte: EC2506212; Processo: 47041002801201662 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Laxmendra Pratap Singh Passaporte: G8150533; Processo: 47041002804201604 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 08/12/2017 Estrangeiro: Albertus Frederik petrus Maria van der Weijde Passaporte: BM42D3FD7 Estrangeiro: Robbert Anton Tini Piepenbrock Passaporte: NT1287DF0; Processo: 47041002806201695 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: ROLF ARNOUD SCHUT Passaporte: NN723H188; Processo: 47041002808201684 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Georgios Mavrelos Passaporte: AM0740187 Estrangeiro: Stylianos Kokolias Passaporte: AN0896984; Processo: 47041002809201629 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Abraham Varughese Kiliroorparampil Passaporte: H6618194 Estrangeiro: Akash Shankar Zele Passaporte: H6233691 Estrangeiro: Ashok Kumar Majhi Passaporte: G9093097; Processo: 47041002810201653 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 21/03/2018 Estrangeiro: Silviu Ciocan Passaporte: 053398157; Processo: 47041002811201606 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2017 Estrangeiro: Sotirios Sert Passaporte: AN0132749; Processo: 47041002812201642 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/04/2018 Estrangeiro: Diosdado Jr. Romero Nanquil Passaporte: EC1070178; Processo: 47041002813201697 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Felipe Caesar Daguio Nasayao Passaporte: EC0180346 Estrangeiro: Romel Trompeta Terania Passaporte: EC6367372; Processo: 47041002814201631 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: CHARALAMPOS SALIOGLOU Passaporte: AK1024795 Estrangeiro: Efstratios Dalvadanis Passaporte: AM0080604; Processo: 47041002816201621 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/12/2016 Estrangeiro: John Chris Parreño Belleza Passaporte: EC4010554; Processo: 47041002817201675 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kuntal Kumar Ghosh Passaporte: Z3548403; Processo: 47041002818201610 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ritchie Ibarra Parpan Passaporte: EC4345916; Processo: 47041002819201664 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Darmo San Juan Lopez Passaporte: EC1455683 Estrangeiro: Dharmender Passaporte: J6692191; Processo: 47041002822201688 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAUNG YE HTUT Passaporte: E4205053K; Processo: 47041002820201699 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Christos Savvidis Passaporte: AN0030779 Estrangeiro: Nikolaos Chatzidoulis Passaporte: AN1091843; Processo: 47041002824201677 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sergiy Tovstonozhenko Passaporte: EM013826; Processo: 47041002831201679 Empresa: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RYAN GREGORY DALE PAGE Passaporte: QK639305; Processo: 47041002842201659 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 31/12/2016 Es-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

trangeiro: FRANCESCO DE VITA Passaporte: YA4728692; Processo: 47041002848201626 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 04/09/2017 Estrangeiro: Mario Kokan Passaporte: 151222838; Processo: 47041002850201603 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAIME JR. LICUANAN GARRIDO Passaporte: EB7535993.

Temporário - Sem Contrato - RN 79 - Resolução Normativa, de 12/08/2008:

Processo: 47039005081201636 Empresa: VALE S.A. Prazo: 9 Mês(es) Estrangeiro: WENJUN ZHANG Passaporte: G45761234.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039002089201641 Empresa: ALSTOM ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BENJAMIN STEPHAN KREBS Passaporte: C5NHL5JVL; Processo: 47039002092201664 Empresa: ALSTOM ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ONER OZDILMEN Passaporte: U05502662; Processo: 47039002095201606 Empresa: ALSTOM ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GWEN HELENA JOHANNA KROEZEN Passaporte: NSOKFL8R8; Processo: 47039003145201664 Empresa: ALSTOM ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL PATRICK MC GUINNESS Passaporte: PT6048480; Processo: 47039003809201695 Empresa: FABBRI BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Pietro Fabbri Passaporte: YA7225801; Processo: 47039004098201676 Empresa: ALSTOM ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAXIMILIANO LUIS SUEZ Passaporte: AAC608674; Processo: 47039004401201631 Empresa: NOVO NORDISK FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HARISH SANNENAHALLI GOVINDAIAH Passaporte: K1722079; Processo: 47039004520201693 Empresa: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Anja Schwenzfeier Passaporte: C4VRKV0CG; Processo: 47039004676201674 Empresa: MERCK S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sarah Yvonne Baumann Passaporte: C5H7OWGHC; Processo: 47039004687201654 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSEPH COHEN Passaporte: 488348605; Processo: 47039004694201656 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RYOHEI IWANE Passaporte: TK8327463; Processo: 47039004696201645 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAOCONG QUAN Passaporte: G40626713; Processo: 47039004718201677 Empresa: STIHL FERRAMENTAS MOTORIZADAS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: SIMON CHRISTOPH SCHULTE-STROTMES Passaporte: C8HX1KRTY; Processo: 47039004731201626 Empresa: GREINER BIO-ONE BRASIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: FABIO WEITHALER Passaporte: P6026489; Processo: 47039004800201600 Empresa: SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLOGICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIA FERRARIO Passaporte: F3279254; Processo: 47039004832201605 Empresa: KARCHER INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN THOMAS KLEIN Passaporte: C8J1N3K2F; Processo: 47039004919201674 Empresa: CUATRECASAS, GONCALVES PEREIRA, CONSULTORIA EM NEGOCIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOTA SAENZ GUILLEN Passaporte: PAC732921; Processo: 47039004928201665 Empresa: ENGINEERING DO BRASIL S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANIELLO PICCOLO Passaporte: YA8519855.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039005169201658 Empresa: R & C EVENTOS, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER BECKER Passaporte: C1V5MJY9H Estrangeiro: ALEXANDER HAMMEL Passaporte: C3JJM476H Estrangeiro: ANDREAS VATER Passaporte: C3J3N4RNC Estrangeiro: ANNA MEIER Passaporte: C3JJ3L21W Estrangeiro: BERTIL MARK Passaporte: C2YK60PTG Estrangeiro: BJOERN HARDER Passaporte: C1V5NV9GL Estrangeiro: CHRISTIAN LORENZ Passaporte: C3JJNF4JG Estrangeiro: DANNY UHLMANN Passaporte: CH1H4P97X Estrangeiro: DEA CYNTHIA PORTER Passaporte: 518057617 Estrangeiro: DINO BORIS RITCHER Passaporte: C3J3659N8 Estrangeiro: EMANUEL SCHMIEDING Passaporte: COGT9J4GL Estrangeiro: FABIAN GRAEFE Passaporte: C3JJ031FY Estrangeiro: FERDINANDO BERNALDO Passaporte: C3J04Y2HK Estrangeiro: FLORIAN FRANZ PARTZSCH Passaporte: C3MZM2Y3V Estrangeiro: FLORIAN MARCEL BEES Passaporte: C3JCMCHMM Estrangeiro: FLORIAN WEIDEMUELLER Passaporte: C3JJ03K09 Estrangeiro: GOETZ BENHO CHRISTOPH SCHNEIDER Passaporte: C3JJ3843F Estrangeiro: HEIKE KRAEMER Passaporte: C215KVM3W Estrangeiro: HEIKO PAUL LANDERS Passaporte: C3JJN78CO Estrangeiro: HENRIK SCHWANINGER Passaporte: C3HTZTH7V Estrangeiro: HERMANN-JOSEF GUENTER WEIEN Passaporte: C6XC802MC Estrangeiro: HOLGER GERHARD PLEISSNER Passaporte: C3JW7F6LM Estrangeiro: JOEY FRANCISCUS DUNNEWIJK Passaporte: NM58DJC39 Estrangeiro: JOHN-PAUL BEHRENDT Passaporte: C3J3MMLXY Estrangeiro: JONAS FENGLER Passaporte: C3JW3YL4N Estrangeiro: MARCIN JANUSZ OKUPNIK Passaporte: EF2537912 Estrangeiro: MARTIN GEHRING Passaporte: C3HTVKJ6X Estrangeiro: MARTIN HOOP Passaporte: NYP6C83K5 Estrangeiro: MARVIN FLOETE Passaporte: CH2F2L7XN Estrangeiro: MICHAEL JAHNS Passaporte: C3JJCXV8M Estrangeiro: NICHOLAS MICHAEL THOMPSETT Passaporte: 529397296 Estrangeiro: NICOLAI SABOTTKA Passaporte: C3JKGNT0R Estrangeiro: OLAF HANNO BRUHN Passaporte: C3HZMNK5H Estrangeiro: OLAF HEINE Passaporte: 257909738 Estrangeiro: OLIVER JOST Passaporte: C3JJL468H Estrangeiro: OLIVER RIEDEL Passaporte: C3JJ0371Z Estrangeiro: PATRICK SCHMELZ Passaporte: C7NGZVMMV Estrangeiro: PAUL MICHAEL NICHOLAS CARROLL Passaporte: 800201424 Estrangeiro: PAULO IVAN SAN MARTIN POLLE Passaporte: C3JJKMYXX Estrangeiro: PHILIP SEBASTIAN SOLGA Passaporte: C1V32GW54 Estrangeiro: PRZEMYSLAW ANDREAS GOLOMB Passaporte: C6XW2RYYP Estrangeiro: RALF AHRENDT Passaporte: C1T57MTG9 Estrangeiro: RALF ROSSBERG Passaporte: C3JJ03R7M Estrangeiro: RICHARD KRUSPE Passaporte: C3JJ89HGR Estrangeiro: RINGO ANDREAS LANDOWSKY Passaporte: CCR420YK3 Estrangeiro: RONNY SENNEWALD Passaporte: CCT8JTLCR Estrangeiro: STEFFEN DANIEL MEYER Passaporte: C28K2ZVXC Estrangeiro: STEPHAN MATERN Passaporte: C3K734WLF Estrangeiro: SVEN ARNE OFFEN Passaporte: C1N2TJT7L Estrangeiro: THOMAS HERBERT MORAWETZ Passaporte: C4WGFJMJK Estrangeiro: THOMAS KOEHLER Passaporte: C3FG4P5C6 Estrangeiro: THOMAS WEGNER Passaporte: COHLVN6NJ Estrangeiro: TILL LINDERMANN Passaporte: C3JJZJ69T Estrangeiro: TIM LUEER Passaporte: C3JCHN07L Estrangeiro: TOBIAS BUEDENBENDER Passaporte: C7PCH7MCH Estrangeiro: UWE KISSMANN Passaporte: C7WT4T2CV; Processo: 47039005041201694 Empresa: SUICIDE LEMON PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MEGHAN JENNIFER WILLIAMS Passaporte: 473480300; Processo: 47039005158201678 Empresa: INTERARTE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Abraham Shoshani Passaporte: 29015405 Estrangeiro: Adlina Grodesky Passaporte: 29013561 Estrangeiro: Aharon Shmuel Yaron Passaporte: 29006600 Estrangeiro: Alexander Dobrinsky Passaporte: 29004962 Estrangeiro: Alexander Nemirovsky Passaporte: 29007700 Estrangeiro: Alexander Povolotsky Passaporte: 39004154 Estrangeiro: Alexander Stark Passaporte: 10945197 Estrangeiro: Amir Shimshon Lavie Passaporte: 20357723 Estrangeiro: Amir Van Der Hal Passaporte: 29006951 Estrangeiro: Amit Cohen Passaporte: 30369594 Estrangeiro: Amit Dvir Melzer Passaporte: 20050466 Estrangeiro: Amit Salomon Passaporte: 10945365 Estrangeiro: Amnon Vogel Valk Passaporte: 10950139 Estrangeiro: Amos David Boasson Passaporte: 21851477 Estrangeiro: Anat Parnes Passaporte: 20894627 Estrangeiro: Andrea Favalessa Passaporte: YA6780706 Estrangeiro: Asaf Maoz Passaporte: 29011613 Estrangeiro: Asaf Yosef Roth Passaporte: 21347711 Estrangeiro: Avital Steiner Passaporte: 10922278 Estrangeiro: Avraham Levental Passaporte: 10937023 Estrangeiro: Baruch Gross Passaporte: 10923167 Estrangeiro: Batia Leonora Adam Murvitz Passaporte: 22480002 Estrangeiro: Boaz Meirovitch Passaporte: 29010203 Estrangeiro: Boris Mihanovski Passaporte: 30317376 Estrangeiro: Brad Annis Passaporte: 10943150 Estrangeiro: Brian Joshua Flescher Passaporte: 440543444 Estrangeiro: Carol Suzanne Patterson Passaporte: GF174534 Estrangeiro: Dalit Segall Passaporte: 29001248 Estrangeiro: Daniel Mazaki Passaporte: 29009466 Estrangeiro: Daniele Morandini Passaporte: YA0670309 Estrangeiro: David Segal Passaporte: 29014859 Estrangeiro: David Mark Tarantino Passaporte: 541171274 Estrangeiro: David Radzynski Passaporte: 12435578 Estrangeiro: Dimitri (David) Golderman Passaporte: 39009042 Estrangeiro: Dimitri Levitas Passaporte: 14074296 Estrangeiro: Dmitri Mushaiev Passaporte: 10920509 Estrangeiro: Dmitry Ratush Passaporte: 39001784 Estrangeiro: Doron Amitay Passaporte: 21237330 Estrangeiro: Drorit Valk Passaporte: 29016740 Estrangeiro: Dudu Carmel Passaporte: 29004064 Estrangeiro: Dumitru Pocitari Passaporte: B1880217 Estrangeiro: Eitan Shlomo Shapiro Passaporte: 29010517 Estrangeiro: Eleonora Lutsky Passaporte: 29014246 Estrangeiro: Elisabeta Krupnik Passaporte: 10949052 Estrangeiro: Ella Vaulin Slatkin Passaporte: 29008751 Estrangeiro: Elliot Asin Beck Passaporte: 519498939 Estrangeiro: Elyakum Salzman Passaporte: 29006580 Estrangeiro: Emanuel Aronovich Passaporte: 29008778 Estrangeiro: Emanuele Silvestri Passaporte: 21572797 Estrangeiro: Enrique Maltz Passaporte: 10945985 Estrangeiro: Eran Moshe Reemy Passaporte: 10925729 Estrangeiro: Eran Shmuel Borovich Passaporte: 29030623 Estrangeiro: Etamar Halif Passaporte: 22394470 Estrangeiro: Evgenia Oren Passaporte: 20967376 Estrangeiro: Felix Nemirovsky Passaporte: 29030811 Estrangeiro: Gabi Menachem Shraga Herskovitz Passaporte: 29009120 Estrangeiro: Gad Lederman Passaporte: 39003402 Estrangeiro: Gal Raviv Passaporte: 14464118 Estrangeiro: Gal Yehuda Nyska Passaporte: 21885893 Estrangeiro: Genady Gurevich Passaporte: 10945934 Estrangeiro: Gilad Rivkin Passaporte: 20053652 Estrangeiro: Gili Radian Passaporte: 22076144 Estrangeiro: Giovanni Emanuele Urso Passaporte: YA4476822 Estrangeiro: Gjorgi Dimchevski Passaporte: B0936051 Estrangeiro: Guy Cohen Hanoch Passaporte: 14397790 Estrangeiro: Guy Gidon (Gee) Eshed Chassel (Eshed) Passaporte: 39004263 Estrangeiro: Guy Sarig Passaporte: 12042589 Estrangeiro: Hadar Cohen Passaporte: 29016734 Estrangeiro: Hagar Maoz Passaporte: 14524270 Estrangeiro: Hagit Halaf Passaporte: 21688987 Estrangeiro: Haya Yosha Ziv Passaporte: 10923166 Estrangeiro: Iakov Kashin Passaporte: 22311849 Estrangeiro: Ilya Konovalov Passaporte: 39003794 Estrangeiro: Ilya Shwarts Passaporte: 10919681 Estrangeiro: Iris Sandra Globerson Hirsh Passaporte: 21796098 Estrangeiro: Israel Kastoriano Passaporte: 22354882 Estrangeiro: Itamar Gross Passaporte: 21273609 Estrangeiro: Itamar Leshem Passaporte: 12991702 Estrangeiro: James Dean Madison Cox Passaporte: 22554835 Estrangeiro: Janna Gandelman Passaporte: 10927269 Estrangeiro: Jonathan David Gertner Passaporte: 30940144 Estrangeiro: Jonathan Hadas Passaporte: 10947590 Estrangeiro: Jose Batista Junior Passaporte: FI712524 Estrangeiro: Joshua Pasternak Passaporte: 29011620 Estrangeiro: Julia Rovinsky Passaporte: 29004235 Estrangeiro: Kalman Levin Passaporte: 29004290 Estrangeiro: Kirill Mihanovsky Passaporte: 29011507 Estrangeiro: Klara Nosovitsky Passaporte: 29000763 Estrangeiro: Lazar Shuster Passaporte: 39005059 Estrangeiro: Linor Katz Passaporte: 21779151 Estrangeiro: Lior Eitan Passaporte: 29004762 Estrangeiro: Lotem Beider Passaporte: 29007913 Estrangeiro: Marcel Bergman Passaporte: 39007127 Estrangeiro: Maria Rosenblatt Passaporte: 29000759 Estrangeiro: Marianna Povolotsky Grupassaporte: 39002495 Estrangeiro: Marina Schwartz Passaporte: 30365368 Estrangeiro: Marina Dorman Passaporte: 29006971 Estrangeiro: Marina Ganshina Passaporte: 14537682 Estrangeiro: Matan Noussimovitch Passaporte: 29033337 Estrangeiro: Maurizio Paez Passaporte: 29007926 Estrangeiro: Merrill Greenberg Passaporte: 39001834 Estrangeiro: Micha Davis Passaporte: 21727099 Estrangeiro: Michael Jon Slatkin Passaporte: 10933159 Estrangeiro: Michal Bach Fogel Passaporte: 20485433 Estrangeiro: Michal Mossek Passaporte: 10937472 Estrangeiro: Miriam Manasherov Passaporte: 29014309 Estrangeiro: Miriam Rachel Hartman-Beazley Passaporte: 29010336 Estrangeiro: NOAM NEHEMIA Passaporte: 12138510 Estrangeiro: Naama Neuman Passaporte: 20662646 Estrangeiro: Natalie Tal Glaser Passaporte: 21054452 Estrangeiro: Nick Shay Deutsch Passaporte: 12876607 Estrangeiro: Nimrod Haim Ron Passaporte: 13908457 Estrangeiro: Nimrod Hanoch Kling Passaporte: 29030620 Estrangeiro: Nir Comforty Passaporte: 22123713 Estrangeiro: Nir Gavrieli Passaporte: 13490063 Estrangeiro: Nir Meny Erez Passaporte: 29003802 Estrangeiro: Nitzan Bem Canetty Passaporte: 29013729 Estrangeiro: Niv Ofer Passaporte: 21839993 Estrangeiro: Noam Massarik Passaporte: 20890109 Estrangeiro: Olga Stern Passaporte: 29009873 Estrangeiro: Omri Blau Passaporte: 13421642 Estrangeiro: Omry Weinberger Passaporte: 29007531 Estrangeiro: Peter Senford Marck Passaporte: 29014496 Estrangeiro: Polina Yehudin Passaporte: 30289562 Estrangeiro: Ram Oren Passaporte: 29010589 Estrangeiro: Rashelly Davis Passaporte: 29004757 Estrangeiro: Refael Fraiman Passaporte: 20641799 Estrangeiro: Robert Mozes Passaporte: 39002439 Estrangeiro: Roman Spitzer Passaporte: 39007409 Estrangeiro: Ron Menahem Selka Passaporte: 10945983 Estrangeiro: Rotem Braten Passaporte: 14799487 Estrangeiro: Saida Emanuela Bar Lev Passaporte: 10917417 Estrangeiro: Sally Ann Ben-Moshe Passaporte: 20614232 Estrangeiro: Semion Abalovitch Passaporte: 10936965 Estrangeiro: Sharon Cohen Passaporte: 29009481 Estrangeiro: Shmuel Hershko Passaporte: 22499949 Estrangeiro: Shmuel Glazer Passaporte: 29006120 Estrangeiro: Simon Hoffmann Passaporte: C4G451P36 Estrangeiro: Simon Kopeliansky Passaporte: 10922279 Estrangeiro: Simyon Gavrikov Passaporte: 30302111 Estrangeiro: Sivann Pamela Maayani Zelikoff Passaporte: 30312545 Estrangeiro: Susanna Bertuccioli Passaporte: AA4098100 Estrangeiro: Tal Ben Rei Passaporte: 21723161 Estrangeiro: Tamar Melzer Passaporte: 10952132 Estrangeiro: Theodor Menachem Kling Passaporte: 10938561 Estrangeiro: Uri Arbel Passaporte: 21790165 Estrangeiro: Uzi Seltzer Passaporte: 39003164 Estrangeiro: Uzi Shalev Passaporte: 21094216 Estrangeiro: Vitaly Remeniuk Passaporte: 30106648 Estrangeiro: Vladislav Krasnov Passaporte: 10945973 Estrangeiro: YANA KRICHEVSKY Passaporte: 13258850 Estrangeiro: Yacob Kaufman Passaporte: 29005887 Estrangeiro: Yana Levin Passaporte: 13674189 Estrangeiro: Yehezkel Nir Passaporte: 14812344 Estrangeiro: Yelena Tishin Passaporte: 29001894 Estrangeiro: Yevgenia Pikovsky-Ratush Passaporte: 39001782 Estrangeiro: Yevgeny Yehudin Passaporte: 10948217 Estrangeiro: Yigal Binyamin Meltzer Passaporte: 39001442 Estrangeiro: Yigal Moshe Yahini Passaporte: 12161512 Estrangeiro: Yigal Zeev Tuneh Passaporte: 29006955 Estrangeiro: Yitzhak Geras Passaporte: 29005426 Estrangeiro: Yoel Shimon Abadi Passaporte: 10948240 Estrangeiro: Yonah Etzion Chapnizky Passaporte: 21637198 Estrangeiro: Yoram Livne Passaporte: 10940199 Estrangeiro: Yoram Peter Alperin Passaporte: 29013586 Estrangeiro: Yosef Arnheim Passaporte: 10938264 Estrangeiro: Yoseph Rabin Passaporte: 29004067 Estrangeiro: Yuval Broner Passaporte: 20422485 Estrangeiro: Yuval Shapiro Passaporte: 29015674 Estrangeiro: Zubin Mehta Passaporte: D1049235; Processo: 47039005176201650 Empresa: ODAIL GOMES SANTOS JUNIOR - ME Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: James Olin Burns Passaporte: 488582654; Processo: 47039005163201681 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DOV DAGAN Passaporte: 29010306; Processo: 47039005164201625 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ASHER SWISSA Passaporte: 29016034; Processo: 47039005166201614 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOACHIM RALF DIETZE Passaporte: C3J345N28 Estrangeiro: PIET KAEMPFER Passaporte: C3J0FZT4W; Processo: 47039005177201602 Empresa: PERIPLO PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANIELA RUTH PAL Passaporte: AAA899166 Estrangeiro: GONZALO MANUEL CORDOBA Passaporte: AAB672434 Estrangeiro: JOAQUÍN SEGADE LUBOS Passaporte: XDA294986 Estrangeiro: Lautaro Perotti Passaporte: 24148152N Estrangeiro: MARTA MATILDE LUBOS DE SEGADE Passaporte: C4CKT1TN8 Estrangeiro: MARÍA GARCIA DE OTEYZA FUSTER Passaporte: XDC092799 Estrangeiro: MAXIME PIERRE CÔME BIENVENU SEUGÉ Passaporte: 13FV13148 Estrangeiro: PAULA INÉS RANSENBERG Passaporte: C4CKH907N Estrangeiro: RICARDO JOSE SICA Passaporte: AAC695225; Processo: 47039005180201618 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GYÖRGY GYIVICSÁN Passaporte: BB8822406; Processo: 47039005211201631 Empresa: ENEAS GOMES DE SOUZA NETO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HASEENA SCORE Passaporte: 528419762 Estrangeiro: JOSEPH-ANTARES LAURENTE RODRIGUEZ Passaporte: 461209086 Estrangeiro: MICHAEL GORDON SCORE Passaporte: 456159857 Estrangeiro: MICHAEL JOHN BRAHM Passaporte: 467945294 Estrangeiro: PATRICK JOE VILLALPANDO Passaporte: 540510848; Processo: 47039005198201610 Empresa: MAREH AGENCIA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Morgan Francisco Wiley Passaporte: 481619605; Processo: 47039005201201603 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NELSON DAVID MARTINEZ INFANTE Passaporte: 490433462; Processo: 47039005203201694 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALBERT WILHELM DOHMEN Passaporte: C935HK7FL; Processo: 47039005204201639 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GES-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016062200092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TAO CULTURAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NATASCHA NATALIA CAROLA PETRINSKI Passaporte: C4VG8902F; Processo: 47039005222201611 Empresa: DANCAR MARKETING COMUNICACOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN KEITH SARGENT Passaporte: 458845685 Estrangeiro: Denise Lucille Salazar Passaporte: 496827264 Estrangeiro: Glen Robert Sobel Passaporte: 488164971 Estrangeiro: John Albert Webster Passaporte: QL092249 Estrangeiro: MASON MONTEGUE WILKINSON II Passaporte: 420329810 Estrangeiro: Michael Bradford Passaporte: 426361718 Estrangeiro: Michael Christopher Salazar Passaporte: 435263483 Estrangeiro: Michelle Elizabeth Salazar Passaporte: 465790720 Estrangeiro: Orianthi Penny Panagaris Passaporte: PE0390009 Estrangeiro: RICHARD STEVEN SAMBORA Passaporte: 424394205 Estrangeiro: Takumi Suetsugu Passaporte: TZ1097806 Estrangeiro: Vanisa Bento Mcgrath Passaporte: YB466356 Estrangeiro: Vincent Dujuan Dennis Passaporte: 545782100; Processo: 47039005237201689 Empresa: RPG & BAR DANCANTE LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PATRICE LIBAAN BAUMEL Passaporte: C4VRR063W; Processo: 47039005248201669 Empresa: CLARISSA DANIELE ROCHA DE OLIVEIRA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAEL GRIFFITHS Passaporte: 517707098 Estrangeiro: CLAIRE LOUISE BARTLETT Passaporte: 518518128 Estrangeiro: COLM MEADE Passaporte: LB0083874 Estrangeiro: DAVID ANTONY BURNELL OLIVER Passaporte: 513549430 Estrangeiro: DAVIDE GIOVANNINI Passaporte: AA2512251 Estrangeiro: DAVIDE MANTOVANI Passaporte: YA9135411 Estrangeiro: IAN OWEN DEVANEY Passaporte: 801005667 Estrangeiro: JOHN THIRKELL Passaporte: 209356480 Estrangeiro: LISA JANE STANSFIELD Passaporte: 801866232 Estrangeiro: LORRAINE PRISCILLA CATO Passaporte: 99257392 Estrangeiro: MARK KEVIN COTGROVE Passaporte: 508306846 Estrangeiro: MICHAEL DONNELLY Passaporte: 465897529 Estrangeiro: STEPHEN JOHN ABBISS Passaporte: 991925575 Estrangeiro: STEPHEN MICHAEL CURRAN Passaporte: 511476757 Estrangeiro: TERRY MARTIN LEWIS Passaporte: 305689276 Estrangeiro: WALTER SAMUEL JAQUISS Passaporte: 801233757; Processo: 47039005250201638 Empresa: R & C EVENTOS, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BARRY ALAN KERCH Passaporte: 488705143 Estrangeiro: BRENT STEPHEN SMITH Passaporte: 493046484 Estrangeiro: BRIAN JACOB LAWSON Passaporte: 460605989 Estrangeiro: CYNTHIA LAM SMALL Passaporte: 434323044 Estrangeiro: FRANCIS ROBERT PRINCIPATO Passaporte: 488876814 Estrangeiro: JERAMY DAVID DONAIS Passaporte: HB033875 Estrangeiro: MARK EDWARD POTZLER Passaporte: 475751725 Estrangeiro: MARK WILLIAM BENNET Passaporte: 488169972 Estrangeiro: MARY JO SPILLANE Passaporte: 505459710 Estrangeiro: MICHAEL ROBERT ALDRICH Passaporte: 456031291 Estrangeiro: MICHAEL ZACHARY MYERS Passaporte: 449424639 Estrangeiro: WILLIAM FREDERIC BASS JR Passaporte: 488354240; Processo: 47039005262201662 Empresa: MAREH AGENCIA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jason Aran Kriveloff Passaporte: 488214759; Processo: 47039005263201615 Empresa: MAREH AGENCIA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ikuzumi Kitazawa Passaporte: MU 4599624; Processo: 47039005267201695 Empresa: EDUARDO RABELO KENT COES Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER JOHN WOODROW Passaporte: 441621108 Estrangeiro: COLIN PATRICK PERRY Passaporte: 456024305 Estrangeiro: GRAHAM KENNEDY FIELDER Passaporte: 457268259 Estrangeiro: MATTHEW RYAN WENTWORTH Passaporte: 423484455 Estrangeiro: TIMOTHY ALAN MOLLOY Passaporte: 456723214 Estrangeiro: TREVOR MICHAEL WENTWORTH Passaporte: 476764446

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039005234201645 Empresa: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GERBERTH ADIN RAMIREZ RIVERA Passaporte: 000659568 Mãe: AMANDILIA EDIT RIVERA PORREZ Pai: RAUL EDUARDO RAMIREZ SAGASTUME.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039002341201611 Empresa: SICOR BRASIL - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE CORDOARIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Antero Arede Camboa Passaporte: N735256; Processo: 47039004268201612 Empresa: GREEN VILLAGE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTONELLA MARZI Passaporte: AA1418274; Processo: 47039004307201681 Empresa: GAZIT BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MIA STARK Passaporte: 20488487; Processo: 47039004424201645 Empresa: CNOGA MEDICAL BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZIV GILBOA Passaporte: E21933598; Processo: 47039004499201626 Empresa: BOTTERO DO BRASIL MAQUINAS PARA VIDRO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Gianluca Ceriani Passaporte: YA2778923; Processo: 47039004706201642 Empresa: SOJITZ DO BRASIL S/A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Taro Sakuma Passaporte: TK2993106; Processo: 47039004708201631 Empresa: VACACO AGRICULTURA E PECUARIA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KELLY VERNE BOETTCHER Passaporte: 526690141; Processo: 47039004719201611 Empresa: SOWITEC DO BRASIL - ENERGIAS ALTERNATIVAS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: FRANK JURGEN HUMMEL Passaporte: C9JT18V11; Processo: 47039004721201691 Empresa: MELCO ELEVADORES DO BRASIL S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: TAKU KIMURA Passaporte: TK6542265; Processo: 47039004732201671 Empresa: ARISAIG PARTNERS SERVICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Jack Alexander Bunting Wakefield Passaporte: 509088180; Processo: 47039004745201640 Empresa: TMG BRASIL AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: DARIO GASPARI Passaporte: YA5992241; Processo: 47039004762201687 Empresa: PONSSE LATIN AMERICA INDUSTRIA DE MAQUINAS FLORESTAIS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MARKO ESKO TAPANI MATTILA Passaporte: PG2386996; Processo: 47039004791201649 Empresa: SHIMADZU DO BRASIL COMERCIO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KENJIRO TAKAYANAGI Passaporte: TR1284538; Processo: 47039004794201682 Empresa: SHIMADZU DO BRASIL COMERCIO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SATORU JIMBO Passaporte: TZ0832436; Processo: 47039004818201601 Empresa: PGI POLIMEROS DO BRASIL S.A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL IGNACIO GUERRERO BARBERENA Passaporte: 530634228.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 47039003892201601 Empresa: HYUNDAI ELEVADORES DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Myung Je Woo Passaporte: M53254172; Processo: 47039004433201636 Empresa: ENEN & WU COMERCIO DE PRESENTES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WEN WU Passaporte: E50879300.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 2° - A):

Processo: 47039004086201641 Empresa: ICBC DO BRASIL BANCO MULTIPLO S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XIAOBO LI Passaporte: P01422781.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039004124201666 Empresa: SPORT BAR E RESTAURANTE LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARKUS BERNHARD STUBER Passaporte: XO782263; Processo: 47039004185201623 Empresa: JSIC COMEX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUNCHENG ZHANG Passaporte: E57488913; Processo: 47039004327201652 Empresa: ALUMI ELETRONICO E ELETRICO LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHAO JIN Passaporte: G26197431.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): MAURO FRANCESCO PINO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na empresa CMA COMPONENTES E MODULOS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Processo: 47039.003076/2016-99, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011784/2014-06.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): KOICHI MASAKI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na empresa LSL TRANSPORTES LTDA. Processo: 47039.004475/2016-77, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.010675/2015-88.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): ARATA BABA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na empresa MHI SUL AMERICANA DISTRIBUIDORA DE MOTORES LTDA. Processo: 47039.004674/2016-85, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.006799/2015-69.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47041002212201684 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 20/07/2016 Estrangeiro: OMKAR SANJAY JOSHI Passaporte: L8829894; Processo: 47041002310201611 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/02/2018 Estrangeiro: RAFFAELE DURSO Passaporte: YA6031922; Processo: 47041002311201666 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIOMEY FERNANDEZ BANAS Passaporte: EB9331698; Processo: 47041002342201617 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: até 24/05/2017 Estrangeiro: PEDRO CASPE LOGROSA Passaporte: EC5742262; Processo: 47041002344201614 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 20/07/2016 Estrangeiro: PRASAD KESHAV SAWANT Passaporte: Z2288185; Processo: 47041002343201661 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: até 24/05/2017 Estrangeiro: RICHARD CABRILLAS GORTEZA Passaporte: EB8540811; Processo: 47041002357201685 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 20/07/2016 Estrangeiro: VIJAY KHANDULAL TANDEL Passaporte: Z3168315; Processo: 47041002368201665 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 20/07/2016 Estrangeiro: MANISH VERMA Passaporte: Z2531374; Processo: 47041002370201634 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 20/07/2016 Estrangeiro: NAVIN KUMAR Passaporte: L4624128; Processo: 47041002376201610 Empresa: GRANENERGIA NAVEGACAO LTDA Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: ARTURO JOSE RIVAS DE BARROS Passaporte: C460858; Processo: 47041002390201613 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 20/07/2016 Estrangeiro: DEEPAK BADRIVISHAL SINGH Passaporte: H6745057; Processo: 47041002556201693 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: até 21/09/2018 Estrangeiro: PHILLIP STUART HEADSPITH Passaporte: 536846177; Processo: 47041002636201649 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Marvin Lunar Aba-a Passaporte: EC0050062; Processo: 47041002645201630 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAZEL GO FERNANDEZ Passaporte: EB4481190; Processo: 47041002647201629 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT JAKUBIAK Passaporte: EA8294609; Processo: 47041002648201673 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF PIOTR MACIEJEWSKI Passaporte: AU4652076; Processo: 47041002650201642 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 29/12/2016 Estrangeiro: HENRIK KJAERGAARD MOELLER Passaporte: 208953545; Processo: 47041002652201631 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAUL LABINAC Passaporte: 093574063; Processo: 47041002654201621 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GORAN GOVIC Passaporte: 073014700; Processo: 47041002656201610 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN PAUL RYMELL Passaporte: 307928315; Processo: 47041002659201653 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LESZEK WALDEMAR SKOMOROKO Passaporte: EE5801053; Processo: 47041002661201622 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSEF JAMES BRENNAN Passaporte: 524390070; Processo: 47041002663201611 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: David Mauricio Obando Beltran Passaporte: AO757862; Processo: 47041002665201619 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS ARTEAGA MARTINEZ Passaporte: 127652245; Processo: 47041002685201681 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: até 24/05/2017 Estrangeiro: GARY LASQUITES PARAGAMAC Passaporte: EB7753398; Processo: 47041002686201626 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: até 24/05/2017 Estrangeiro: MARVIN LASPIÑAS GASANGUE Passaporte: EC4565385; Processo: 47041002687201671 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: até 24/05/2017 Estrangeiro: ARMANDO DELA CRUZ ATIENZA Passaporte: EB2547265; Processo: 47041002688201615 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: até 24/05/2017 Estrangeiro: EDUARDO SERRANO SADDI Passaporte: EB7138089; Processo: 47041002698201651 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: até 26/07/2018 Estrangeiro: GRZEGORZ ZBIGNIEW DANIK Passaporte: EF 4034796; Processo: 47041002703201625 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: até 24/05/2017 Estrangeiro: JOVIR BARCOLTA ERERO Passaporte: EC3578418; Processo: 47041002708201658 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Leo Joseph Toups Jr Passaporte: 488088011; Processo: 47041002713201661 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: até 19/07/2016 Estrangeiro: David Allan Hancock Passaporte: BA621689; Processo: 47041002715201650 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 29/12/2016 Estrangeiro: MARTIN PEDERSEN Passaporte: 208954101; Processo: 47041002718201693 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 14/07/2018 Estrangeiro: MARTIN JENSEN Passaporte: 207273315; Processo: 47041002720201662 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 14/07/2018 Estrangeiro: KENT PETERSEN FALLESEN Passaporte: 207235911; Processo: 47041002727201684 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW OLIVER MOON Passaporte: 488412547; Processo: 47041002729201673 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 14/07/2018 Estrangeiro: ROMAN KROT Passaporte: EX880196; Processo: 47041002732201697 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: até 19/07/2016 Estrangeiro: Ian Joseph Swindells Passaporte: E4120408; Processo: 47041002734201686 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/05/2018 Estrangeiro: Rolly Pasol Guda Passaporte: EC0283071; Processo: 47041002737201610 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/05/2018 Estrangeiro: Mykhailo Bondar Passaporte: FB575214; Processo: 47041002738201664 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/02/2018 Estrangeiro: Zbigniew Holubowicz Passaporte: AT2870006; Processo: 47041002740201633 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/05/2017 Estrangeiro: Alexey Goryainov Passaporte: 721018852; Processo: 47041002747201655 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/02/2018 Estrangeiro: Piotr Zbigniew Myszograj Passaporte: EG1212620; Processo: 47041002757201691 Empresa: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: até 15/06/2018 Estrangeiro: SEWERYN BOLESLAW BAKIERSKI Passaporte: AT1562904; Processo: 47041002758201635 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: até 25/07/2018 Estrangeiro: MARTIN LOGAN BURNETT SLESSOR Passaporte: 307517111; Processo: 47041002760201612 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER SIMON WILLIAMS Passaporte: 209219379; Processo: 47041002762201601 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT LAMONT PRESTLY Passaporte: 507783521; Processo: 47041002763201648 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARTUR TOMASZ UZIEBLO Passaporte: EJ3633370; Processo: 47041002766201681 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BOGDAN NERMER Passaporte: EG4568858; Processo: 47041002767201626 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: COLIN THOMAS WRIGHT Passaporte: 110528784; Processo: 47041002787201605 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: até 01/06/2018 Estrangeiro: ANTON HOFFMANN Passaporte: 483132951; Processo: 47041002783201619 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GORDON ARTHUR DAVEY Passaporte: 099156034.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Temporário - Sem Contrato - RN 61. - Prorrogação:

Processo: 47041002216201662 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: até 04/08/2017 Estrangeiro: BENAT ZORITA CASTRESANA Passaporte: AAJ567553; Processo: 47041002399201616 Empresa: HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KYOUNG SOO KIM Passaporte: M40610019; Processo: 47041002441201607 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: até 14/07/2017 Estrangeiro: GIUSEPPE CUOMO Passaporte: YA4564169.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039001675201678 Empresa: INFRONT HOSPITALITY MANAGEMENT SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ ANTÓNIO GONÇALVES CARVALHO Passaporte: N616155; Processo: 47039002087201651 Empresa: SAO PAULO ECO HOSTEL HOSPEDAGEM LTDA - ME Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: Amar Singh Ale Passaporte: 3851936; Processo: 47039002457201651 Empresa: NARDI DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PATRIZIO NARDI Passaporte: YA5852972; Processo: 47039003515201663 Empresa: PARKING SYSTEMS SERVICOS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO MANUEL SOARES PEREIRA Passaporte: M030126; Processo: 47039004837201620 Empresa: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Martin Christoph Knossalla Passaporte: CH1HPH70F; Processo: 47039001599201439 Empresa: PERI FORMAS E ESCORAMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS JOHANNES BUHL Passaporte: C980J1X5V; Processo: 47039000821201648 Empresa: GHIGGIA ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NICOLA LISA Passaporte: YA7055482; Processo: 47039005141201611 Empresa: ALESTIS DO BRASIL INDUSTRIA AEROESPACIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER ALCAZAR MACHO Passaporte: AAD850106; Processo: 47039003735201697 Empresa: EZY COLOR SAO PAULO PROTECAO E DECORACAO DE METAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VINCENZO REINA Passaporte: YA3629402; Processo: 47039003749201619 Empresa: EZY COLOR SAO PAULO PROTECAO E DECORACAO DE METAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMANUELE BELLO Passaporte: YA6713930; Processo: 47039002617201661 Empresa: ESA BOOKINGS E EVENTOS - EIRELI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Christian Wedekind Passaporte: C3JJJZPJZ; Processo: 47039005220201621 Empresa: PALIPALAN ARTE E CULTURA LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: LASZLO FULOP Passaporte: BD8842947 Estrangeiro: MIKOLAJ SZYMON KARCZEWSKI Passaporte: EE8881502 Estrangeiro: Maria Eshpay Passaporte: 71 5547395 Estrangeiro: PALLE GRANHOJ CHRISTENSEN Passaporte: 206843857 Estrangeiro: Sofia Pintzou Passaporte: AN1411649 Estrangeiro: William John Eldridge Passaporte: 536345258; Processo: 47039003840201626 Empresa: INOVATORA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EHLERT CHRISTIANSEN Passaporte: C4CTXK42P; Processo: 47039003043201649 Empresa: GUIMARAES CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MATHIEU PAUL MAURICE BARBARA DE LABELOTTERIE DE BOISSÉSON Passaporte: 10CL25962; Processo: 47039004871201602 Empresa: VILLA GUARANI JERICOACOARA POUSADA E SERVICOS TURISTICOS LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MATTHIAS HANS-KARL SCHUPPAN Passaporte: C4FM6HT3C; Processo: 47039002233201649 Empresa: COOPERATIVA MISTA DE PROD.; INDUS. E COMERC. DE BIOCOMBUSTIVEIS E PRODUTOS AGROPECUARIOS DO SUL DO BRASIL Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Luis Angel Toro Leon Passaporte: 122737974.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 100 de 27/05/2016, Seção 1, p. 109, Processo: 47039.003929/2016-92, onde se lê: Estrangeiro: KARINE MARIE MADELEINE COQUET DELAFAYE, leia-se: Estrangeiro: KARINE MARIE-MADELEINE COQUET DELAFAYE.

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
Em 21 de junho de 2016

No uso da competência delegada pela Portaria nº 452, de 22 de outubro de 2013, publicada no DOU nº 206, de 23 de outubro de 2013, RECONHEÇO a dívida, junto à empresa CALL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 05.003.257/0001-10 no valor de R$3.959.154,32 (três milhões novecentos e cinqüenta e nove mil cento e cinqüenta e quatro reais e trinta e dois centavos), referente à prestação de serviços técnicos especializados em Contact Center, prestados no período de outubro a dezembro de 2015, Contrato Administrativo nº 48/2014, de responsabilidade da SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO.

CRISTIANO DE ARAÚJO SILVA
Substituto

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 21 de junho de 2016

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação ao recurso voluntário:
1.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46666.001333/2013-56	023010827	Medd Gás - Instalações de Gás Ltda.	RJ
2	46254.000973/2009-12	015996565	Companhia Agrícola Quatá	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração e da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.001418/2008-30	014800128	Biocor Hospitalar de Doenças Cardiovasculares Ltda.	MG
2	47747.001419/2008-84	014800110	Biocor Hospitalar de Doenças Cardiovasculares Ltda.	MG
3	47747.001420/2008-17	014800136	Biocor Hospitalar de Doenças Cardiovasculares Ltda.	MG
Nº	PROCESSO	Notificação de Débito de FGTS	EMPRESA	UF
1	46211.003032/2008-48	506.039.641	Biocor Hospitalar de Doenças Cardiovasculares Ltda.	MG

2) Em apreciação ao recurso de ofício:
2.1 Pela procedência parcial do auto de infração e da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46215.041918/2010-74	023117680	Sergeman Manutenção Industriais Ltda.	RJ

3) Pelo arquivamento em razão de:
3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.004364/2011-02	20354801	Jornal Hoje Ltda	GO
2	46246.000054/1998-61	193640088	Americana Ind & Com Ltda	MG
3	46246.000055/1998-24	193640089	Americana Ind & Com Ltda	MG
4	46246.000056/1998-97	193640090	Americana Ind & Com Ltda	MG
5	46246.000057/1998-50	193640091	Americana Ind & Com Ltda	MG
6	46246.000058/1998-12	193640092	Americana Ind & Com Ltda	MG
7	46246.000044/1997-27	27944070	Peixoto e Duarte Alimentos e Com Ltda	MG
8	46246.000046/1997-52	27944072	Peixoto e Duarte Alimentos e Com Ltda	MG
9	46222.007450/2008-85	14390817	Adibens Administração E Incorporação de Bens Imoveis Ltda	PA
10	46222.001347/2005-89	6676286	Agro Industria e Navegacao Imperador Ltda	PA
11	46222.001177/2008-85	14372835	Balestreri do Brasil Exportação e Importação Ltda	PA
12	46222.001879/2008-69	14370018	Berpa Distribuidora, Comércio e Representacao Ltda - EPP	PA
13	46222.008775/2005-32	13248189	C E S Vigilancia Ltda	PA
14	46222.009837/2007-95	14341735	Dcerâmica Ind. de Produtos Cerâmicos - EPP	PA
15	46222.010496/2007-09	14358581	J M M Martins Ltda. - EPP	PA
16	46309.000349/2007-62	9402349	L J P da Silva ME	PA
17	46222.009597/2001-33	4518438	M. Cicero da Silva Madeiras	PA
18	46016.016587/2006-02	13241648	Madeireira Mato Grosso Ltda - ME	PA
19	46016.016588/2006-49	13241656	Madeireira Mato Grosso Ltda - Me	PA
20	46016.016589/2006-93	13241664	Madeireira Mato Grosso Ltda - ME	PA
21	46016.016590/2006-18	13241672	Madeireira Mato Grosso Ltda - Me	PA
22	46016.016592/2006-15	10574999	Madeireira Mato Grosso Ltda - ME	PA
23	46016.016595/2006-41	13033298	Madeireira Mato Grosso Ltda - ME	PA
24	46016.016596/2006-95	9455868	Madeireira Mato Grosso Ltda - ME	PA
25	46016.016597/2006-30	10574786	Madeireira Mato Grosso Ltda - ME	PA
26	46016.016605/2006-48	10574875	Madeireira Mato Grosso Ltda - ME	PA
27	46016.016610/2006-51	10574930	Madeireira Mato Grosso Ltda - Me	PA
28	46222.002010/2007-51	14310660	Premazon Premoldados de Concreto Ltda	PA
29	46222.006507/2001-52	5124514	Raimundo Dias Cardoso	PA
30	46222.001606/2006-52	4529723	Raliana Amaral dos Santos Servicos - Me	PA
31	46222.006960/2008-35	1440284	Rip Serviços Industriais S/A	PA
32	46222.010612/2006-09	13283260	Rivaldo Cardoso Negrão	PA
33	46222.010609/2006-87	13277499	Rosângela do Socorro Brito dos Santos	PA
34	46475.001302/2002-48	3362337	Valdice Domingos de Freitas	PA
35	46222.008648/2006-14	3378373	Viacao Rio Guama Ltda	PA
36	46222.001683/2006-11	6650490	Winner Moveis Ltda	PA
37	46871.000147/2007-26	5705401	Associaçao Hospitalar Sao Sebastiao de Varre Sai3	RJ
38	46215.044200/2006-53	13957121	Banco Abn Amro Real S.A.	RJ
39	46215.044331/2006-31	13957091	Banco ABN AMRO Real S.A.	RJ
40	46215.031980/2006-71	13922416	Banco Itau S/A	RJ
41	46215.046434/2007-16	15064085	Brasilia Empresa de Serviços Tecnicos Ltda,	RJ
42	46230.004449/2007-19	13880667	Caixa Economica Federal	RJ
43	46215.011235/2008-78	15138437	Churrascaria Santos Anjos Ltda	RJ
44	46215.011237/2008-67	15138453	Churrascaria Santos Anjos Ltda	RJ
45	46215.046578/2006-91	13829980	Cofix Construçoes e Empreendimentos Ltda	RJ
46	46230.003864/2006-74	5671973	Colegio Ferla Cardoso Ltda	RJ
47	46062.000265/2004-16	9979409	Comercio Moveis Objetos Kandahar Ltda	RJ
48	46215.451471/2009-12	15209971	Companha Municipal de Limpeza Urbana - Comlurb	RJ
49	46215.023280/2007-94	14904713	Condominio do Edificio Agatha Vi	RJ
50	46215.023278/2007-15	14904748	Construtora Moraes e Garcia Ltda	RJ
51	46215.029149/2007-31	14963027	Controles Graficos Daru S A	RJ
52	46215.003833/2009-54	19990014	Croll Empreendimentos Comerciais e Serviços Ltda	RJ
53	46215.046178/2006-86	13973339	Equant Brasil Ltda	RJ
54	46230.001563/2007-97	13948644	Finestra Industria e Comercio de Esquadrias Ltda	RJ
55	46334.000930/2007-77	13964267	Focal Engenharia e Manutençao Ltda	RJ
56	46215.025812/2006-47	13904442	P Cosm Ltda	RJ
57	46215.024308/2006-20	13862677	Restaurante & Bar Coquile Ltda	RJ
58	46215.006617/2006-18	14009439	Sector Roupas Ltda	RJ
59	46230.003057/2006-51	14018845	SKMEletro Eletronica Ltda	RJ
60	46232.001159/2003-70	9733680	SLC Dutra Armazem	RJ
61	46215.034499/2006-38	13928627	Supermercados Feira Nova Ltda	RJ
62	46250.002250/1996-59	2001310328	Adalberto Furst ME	SP
63	46219.005586/2006-48	12112178	Barker e Barker Servicos Temporarios Ltda.	SP
64	46219.053491/2007-11	15329097	Beta Brasil Limpeza e Conservação Ltda	SP
65	46219.053492/2007-66	15329101	Beta Brasil Limpeza e Conservação Ltda	SP
66	46219.014622/2005-83	11931159	Casa do Risoli Lanches Ltda ME	SP
67	46219.044842/2008-84	15352455	Cealun Colocação de Esquadrias de Aluminio Ltda EPP	SP
68	46267.002841/2006-25	12149632	Celina Aparecida de Melo Carrijo ME	SP
69	46219.029432/2004-80	11824921	Cetamua Confecções e Modas Ltda	SP
70	46257.001960/2008-41	15831302	CFR Comunicacao Visual Ltda.	SP
71	46219.031160/2008-10	15368599	Chieni Comercio de Alimentos Ltda	SP
72	46219.052737/2007-38	13628828	Comar Conservação e Manutenção de Rodovias Ltda	SP
73	46219.054581/2006-49	12174190	Companhia Brasileira de Distribuição	SP
74	46219.025632/2007-14	12158488	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos	SP
75	46219.029358/2005-82	11883464	Confeccoes Vandal Ltda EPP	SP
76	46219.029359/2005-27	11883472	Confeccoes Vandal Ltda EPP	SP
77	46219.031716/2006-06	12079677	Criações Finas Vilnense Ltda	SP
78	46257.002724/2008-42	15831400	Engeman Kal Tec Industria de Equipamentos, Importação e Exportação Ltda.	SP
79	46257.001771/2008-79	15831272	Engeman Kal Tec Industria de Equipamentos, Importação.	SP
80	46257.001772/2008-13	15831264	Engeman Kal Tec Industria de Equipamentos, Importação.	SP
81	46257.002091/2007-91	13646371	Formatex Servicos e Decoracoes Limitada	SP
82	46257.000656/2007-04	12127752	FV Servicos de Montagens de Kits e Embalagens Ltda - EPP	SP
83	46257.000657/2007-41	12127744	FV Servicos de Montagens de Kits e Embalagens Ltda - EPP	SP
84	46257.000679/2007-19	13645765	FV Servicos de Montagens de Kits e Embalagens Ltda - EPP	SP
85	46257.002483/2007-51	13645889	General Services Serv Especializados Ltda	SP
86	46257.001419/2009-14	15835871	Grafica Benfica Ltda	SP
87	46255.001972/2009-77	15420582	J E B Ind e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	SP
88	46255.001973/2009-11	15420591	J E B Ind E Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	SP
89	46208.006906/2011-73	20394853	Luiz Henrique de Oliveira	SP
90	46257.000403/2007-22	12127701	No Exit Industria e Comercio do Vestuario Ltda.	SP
91	46257.000404/2007-77	12127698	No Exit Industria e Comercio do Vestuario Ltda.	SP
92	46257.004145/2007-53	13646818	Real CFC - Centro de Formação de Condutores	SP
93	46219.018782/2007-63	12169412	Spcc - São Paulo Contact Center Ltda	SP
94	46253.000119/2006-13	11963115	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
95	46253.000126/2006-15	11963395	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
96	46253.000138/2006-31	11963441	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
97	46253.002018/2003-26	8562334	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

98	46257.001679/2008-17	12131890	Swisspack Engineering Ltda	SP
99	46257.001680/2008-33	12131881	Swisspack Engineering Ltda	SP
100	46257.001682/2008-22	12131903	Swisspack Engineering Ltda	SP
101	46257.001686/2008-19	15831779	Swisspack Engineering Ltda	SP
102	46257.002726/2008-31	15831426	Swisspack Engineering Ltda	SP
103	46257.000765/2008-02	15830381	Ville Modas Servicos de Faccao Ltda - ME	SP

3.2 Conhecendo e dando provimento ao recurso de ofício, afastando a decisão de prescrição.

j

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46254.000203/2002-95	04423259	2 CC - Confeccoes Ltda	SP
2	47998.003008/2004-48	08217271	3º Oficial de Registro de Imóveis de Campinas e Anexos	SP
3	47998.000917/2008-58	15861619	A & P S/C Ltda	SP
4	46254.002529/2002-57	4429991	A C Lopes Bar Me	SP
5	46267.000471/2008-53	15684610	A M Ferreira Panos Me	SP
6	46254.600230/1999-60	630217	A Mahfuz S.A.	SP
7	46454.000055/2006-86	12080977	A Regional Comercio e Serviços Ltda	SP
8	47998.003083/2007-51	15612511	A. M. M. Malavazi & Malavazi Ltda Me	SP
9	47998.005650/2006-23	013436724	A. R. Catini e Cia Ltda Me	SP
10	47998.001528/2005-05	11841061	A.L.P. Goes - Me	SP
11	47998.001607/2005-16	11841095	A.L.P. Goes - Me	SP
12	47998.001609/2005-05	11841117	A.L.P. Goes - Me	SP
13	47998.012996/2005-05	11924144	A.P. de Freitas Neto Empreiteira Me	SP
14	47998.002506/2008-05	15867684	A.V.M. Equipamentos Industriais e Fundição Ltda	SP
15	46219.020924/2006-71	11898186	Abaete Copiadora e Grafica Ltda	SP
16	47998004635200315	8624364	ABG Comercio de Alimentos Ltda	SP
17	46252.000897/2005-23	8192057	ACJ Factoring, Consultoria e Assessoria Financeira Ltda	SP
18	47998.008971/2003-37	08629820	Aco Vertical Edificacoes Ltda - EPP	SP
19	47998.009432/2005-87	11930004	Acougue Ferro & Reis Ltda	SP
20	47998.010878/2008-05	15872092	Acqua Sol Confeccoes e Malharia Ltda EPP	SP
21	46254.002407/1998-13	628280	Adalberto de Jesus Garcia Dias	SP
22	47998.000228/2000-96	365513	Adalene Lanches Ltda Me	SP
23	47998.002041/2007-01	13536184	Adeb Comercio de Ferragens e Ferramentas Ltda EPP	SP
24	47998.004024/2008-81	15872572	Adehmar Joao de Barros Ltda	SP
25	47998.003674/2002-14	08606251	Adelaide Pinto Siqueira	SP
26	46219.053802/2008-23	15387593	Adelis Industria e Comercio de Camisas Ltda	SP
27	46258.001068/2004-27	08301051	Ademilton Valdeir Perassoli Me	SP
28	46252.001217/2007-51	13476238	Ademir Lúcio Vendrusculo	SP
29	46267.002585/2001-61	00511145	Ademir Martins Moreira Franca - ME	SP
30	46254.005156/2008-61	15584674	Adilson Motta Teixeira Me	SP
31	46254.000007/2008-14	13604431	Adltec Desenv e Manut de Sistema Software Ltda	SP
32	46254.001901/2006-31	12086215	Administradora e Promotora de Evento Magalhaes Ltda	SP
33	46254.001902/2006-86	12086193	Administradora e Promotora de Evento Magalhaes Ltda	SP
34	46254.001904/2006-75	12086207	Administradora e Promotora de Evento Magalhaes Ltda	SP
35	47998.002907/2008-57	15862712	Adri - Park Estacionamentos e Garagens Ltda	SP
36	46254.003690/2003-29	8586144	Adriano Honorio Moretti Bauru Me	SP
37	47998.007679/2007-21	15850706	Adriano Santos Nogueira Campinas - Me	SP
38	46254.003319/2002-86	4432771	Agau Agropecuaria Ltda Me	SP
39	47998.006456/2005-84	11927089	Agencia Anhanguera de Noticias Ltda	SP
40	47117.000562/2006-11	13436848	Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S/A	SP
41	46254.000168/2008-08	13604503	Aguiar e Aguiar Motos Ltda	SP
42	47998.006381/2002-99	08610177	Aguinaldo de Siqueira Cortina	SP
43	46454.000788/2007-00	15801624	Ailton Lucidio	SP
44	46254.002484/2007-25	13611046	Airton Edgar Augusto e Outros	SP
45	47998.005294/2003-61	8624836	Airways - Serv de Com Exterior Ltda	SP
46	47998.004259/2005-21	11924594	Aj Empreiteira S/C Ltda Me	SP
47	46267.001083/2003-85	08632529	Alaor Luiz Neves Igarapava	SP
48	47998.001330/2007-85	13536524	Alartron Sistemas de Segurança Ltda Me	SP
49	46252.001963/2003-11	8576556	Alcir Jose da Cruz	SP
50	47998.010786/2008-17	15526020	Aldara Saladas e Sucos Ltda	SP
51	47998.008846/2004-16	8221880	Alert Brasil Network Ltda Me	SP
52	46252.002297/2006-81	11941383	Alessandra Aparecida Ribeiro Peças Usadas Me	SP
53	46254.120014/2003-19	4433297	Alessandro Camargo Ribas	SP
54	47998.004298/2006-17	12003654	Alexandra Alves Feitosa Campinas Me	SP
55	46385.000215/2008-10	15524141	Alexandre Carminatti Margado Epp	SP
56	46254.000535/2008-65	15801390	Alexandre Osvaldo Aguado Me	SP
57	46258.001750/2004-10	08303584	Alimentos Pirapozinho Ltda	SP
58	47208.000354/2009-38	15586162	Almeida e Lourenço Com de Combustiveis Ltda	SP
59	47998.008367/2003-19	8625964	Almeida Torres Const e Comercio Ltda	SP
60	46267.001358/2005-42	08635765	Aloisio da Silveira Elias	SP
61	46254.000622/2009-01	15587932	Alpase - Alto Padrao Serv Portaria, Limpeza e Consev Ltda	SP
62	46254.000623/2009-48	15587941	Alpase - Alto Padrao Serv Portaria, Limpeza e Consev Ltda	SP
63	47998.007459/2004-54	8217963	Altair Eduardo Silverio Me	SP
64	46254.001740/2003-33	8582068	Alvorada Transp e Serv Agricolas Itapui Ltda EPP	SP
65	46252.000557/2004-11	8578150	Amauri Silva Colina Epp	SP
66	46219.026099/2009-61	15925129	Amelia Noivas e Modas Ltda - ME	SP
67	47998.003122/2009-82	15479153	America Com Sinalização e Empres Ltda	SP
68	46454.000320/2008-98	15806618	Ana Claudia Milani Milanez Telemarketing Me	SP
69	46252.001642/2006-69	8198888	Ana Flavia da Silva Me	SP
70	47998.006579/2005-15	11927283	Ana Maria Belo Bertolini Me	SP
71	46219.036289/2007-25	012174777	Ana Paula Junqueira Vilela Confeccoes EPP	SP
72	46262.000431/2009-32	15480747	Anderson Oliveira Vale Serv de Portaria	SP
73	46267.002589/2005-73	08636079	Andre Ricardo de Oliveira Pereira	SP
74	46254.002386/2008-79	15806847	Andrea Bonametti	SP
75	46252.000225/2006-07	8193657	Andrea Gomes de Carvalho Fernandes	SP
76	46252.000681/2006-49	8197113	Andrea Gomes de Carvalho Fernandes	SP
77	46252.001814/2007-85	13515471	Andressa Carla Ligeiro Moveis Me	SP
78	46252.000227/2006-98	8194408	Andreza Rodrigues da Silva Olimpia Me	SP
79	46252.000680/2006-02	8197083	Andreza Rodrigues da Silva Olimpia Me	SP
80	46252.000714/2003-16	8573999	Anglo Alimentos S/A	SP
81	46252.001694/2003-92	8576173	Anglo Alimentos S/A	SP
82	46255.000406/2005-14	8267570	Anna Paola Frisoni Sola Me	SP
83	46255.002243/2006-95	12049212	Anna Paola Frisoni Sola Me	SP
84	46267.001896/2002-94	08630054	Antonio Aparecido Castaldi - Fazenda Sao Jose	SP
85	47998.006346/2006-01	13435833	Antonio C C Faria Junior Me	SP
86	46252.000435/2004-25	8577463	Antonio Carlos Cardoso Bebedouro Me	SP
87	46252.001606/2005-14	8193894	Antonio Carlos de Souza Martineti Me	SP
88	46252.000878/2003-35	8574774	Antonio Carvalho Guimarães	SP
89	46252.000119/2007-04	13474341	Antonio Cesar Alves de Oliveira Viradouro	SP
90	46254.200101/2003-59	4435982	Antonio Convento & Cia Ltda	SP
91	46252.001795/2007-97	13515284	Antonio Donizete Firmino Ipuã Me	SP
92	46252.000745/2004-40	8578796	Antonio Donizete Pereira Frutas Me	SP
93	46267.001550/2003-77	08631204	Antonio Luiz dos Santos Franca ME	SP
94	46258.004100/2006-98	13468341	Aparecido Bazzetto Stuani e Outros	SP
95	46267.004145/2005-72	11977299	Aparecido Joao Leon	SP
96	46254.001501/2008-98	15805816	Aqs Serv Em Engenharia Ltda	SP
97	46254.002754/2007-06	13604554	Arakaki Com e Ind de Estruturas Metalicas Ltda	SP
98	47998.004264/2004-52	8622621	Arapex Encomendas e Passagens Ltda	SP
99	46423.000836/2006-38	13484907	Araujo & Filho Panificadora e Mercearia Ltda Me	SP
100	47998.002039/2009-96	15492061	Ariodante Beneduzzi	SP
101	46254.003131/2009-12	15457117	Ariovaldo Joaquim de Santana	SP
102	47998.000315/2005-58	8226466	Arpoador Produtos Naturais Ltda EPP	SP
103	47998.007681/2005-38	11995858	Artepan Ind de Moveis Ltda	SP
104	47998.012579/2006-35	13485334	Ascombras - Assoc Comunit Brasil na Def da Consc de Cidad	SP
105	47998.012582/2006-59	13485351	Ascombras - Assoc Comunit Brasil na Def da Consc de Cidad	SP
106	46254.001925/2006-91	13464051	Assessoria Organ Empresarial e Contabil Ltda Me	SP
107	46254.001926/2006-35	13464060	Assessoria Organ Empresarial e Contabil Ltda Me	SP
108	46254.001928/2006-24	13464086	Assessoria Organ Empresarial e Contabil Ltda Me	SP
109	47998.005756/2005-46	8218897	Assoc Assistencial dos Direitos Humanos E Sociais	SP
110	47998.004831/2009-85	15898563	Assoc da Santa Casa de Misericordia Serra Negra	SP
111	47998.007159/2009-80	15475948	Assoc de Educação e Assitencia Social São Marcos	SP
112	46385.000102/2007-33	15613402	Assoc Educacional de Araras	SP
113	47998.007724/2002-32	8615047	Assoc Protetora da Infancia Hosp Alvaro Ribeiro	SP
114	46254.001439/2007-53	13466968	Associação Atletica do Banco do Brasil	SP
115	46255.001822/2004-59	8260613	Associacao Atletica Floresta	SP
116	46267.001048/2003-66	08632278	Associacao Atletica Francana	SP
117	46219.010771/2008-16	15336221	Associacao Comercial do Brasil	SP
118	46254.002071/2008-21	15806774	Associação de Assistencia e Prevenção do Cancer	SP
119	47998.002401/2009-29	15479072	Associação Desp Prop Aut Escola de Socorro	SP
120	46219.024954/2009-08	15931013	Associação dos Profissionais dos Inst de Beleza de S. Paulo e Interior	SP
121	47998.012404/2007-17	15866629	Aster Petroleo Ltda	SP
122	46254.000405/2010-47	19357851	Astra Prestadora de Serv em Geral Ltda	SP
123	46254.000406/2010-91	19357842	Astra Prestadora de Serv em Geral Ltda	SP
124	47998.004307/2009-12	15495957	Astronilda Socorro Xavier Valerio Me	SP
125	46219.071500/2007-56	15322408	Atacadao Rio Sao Paulo Ltda	SP
126	47998.003542/2008-88	15859151	Atomo Empreiteira de Mao de Obra	SP
127	46254.001609/2005-38	8207046	Auco Componentes Automobilisticos Ltda	SP
128	46254.001610/2005-62	8207054	Auco Componentes Automobilisticos Ltda	SP
129	47998.006407/2004-61	8127912	Audacia Pura Comercio Ltda Me	SP
130	47998.012550/2006-53	13449982	Auo Posto Cabeção de Santa Barbara Ltda	SP
131	46219.036031/2007-29	13669460	Auto Acessorios Tecnovel Ltda	SP
132	47998.008364/2006-10	13435434	Auto Escola Educadora Ltda Me	SP
133	47998.009618/2006-17	13443399	Auto Escola Lider Ltda Epp	SP
134	47998.011806/2003-62	8211108	Auto Mecanica Haroldo Ltda Me	SP
135	47998.013229/2004-24	11837233	Auto Mecanica São Francisco da Serra Ltda Me	SP
136	46421.000385/2005-78	11921439	Auto Posto A N Vila Brasil Ltda	SP
137	46254.401108/2001-24	4419316	Auto Posto Arapongas de Torrinha Ltda	SP
138	47998.012608/2004-05	11834609	Auto Posto Be & J Ltda	SP
139	46267.002480/2001-11	00510971	Auto Posto Binao De Franca Ltda	SP
140	47998.004539/2002-96	8607711	Auto Posto BR3 Ltda	SP
141	47998.001112/2008-21	15860884	Auto Posto Cabreuva de Paulinia Ltda	SP
142	47998.009036/2003-98	8628394	Auto Posto Cascata Ltda	SP
143	47998.009526/2003-94	6195491	Auto Posto Cavalheiro Ltda	SP
144	46423.000126/2006-16	11997729	Auto Posto e Locadora De Veiculos Baccarat Ltda	SP
145	47998.006212/2006-82	13435329	Auto Posto Itapuan Castelo Ltda	SP
146	47998006213200627	13435337	Auto Posto Itapuan Castelo Ltda	SP
147	47998012603200636	13450000	Auto Posto Itapuan Castelo Ltda	SP
148	46254.002476/2002-74	4429893	Auto Posto Jardim Modelo Ltda	SP
149	47998011370200492	8225834	Auto Posto JR Ltda	SP
150	47998003162200258	8606188	Auto Posto Master de Sumaré Ltda EPP	SP
151	47998004034200221	8610045	Auto Posto Nova Suica de Valinhos Ltda	SP
152	46262.001258/2009-90	15438341	Auto Posto Oratório Ltda	SP
153	47998004046200418	8211396	Auto Posto Paes Ltda	SP
154	47998014149200496	11837799	Auto Posto Piraja Ltda	SP
155	47998014506200416	11837811	Auto Posto Piraja Ltda	SP
156	46267.001735/2005-43	08634742	Auto Posto Rifainao Ltda	SP
157	47998013227200435	11837217	Auto Posto Serrano Ltda	SP
158	47998008238200665	13446312	Auto Posto Trianon Valinhos Ltda	SP
159	46267.002474/2001-55	00510912	Auto Posto Ursa Maior Ltda	SP
160	46454.000015/2007-15	13467034	Auto Tintas Jau Ltda	SP
161	46454.000379/2007-03	13601334	Auto Tintas Jau Ltda	SP
162	47998002898200802	15862941	Auzeni da Cruz Moraes Santos ME	SP
163	46454.000648/2007-23	13604252	Avicola 3 Irmaos de Bariri	SP
164	46262.002514/2006-13	13431510	Axis Serv Empresariais Ltda	SP
165	47998006439200717	13537105	Ayja Leite ME	SP
166	47998002283200614	12003271	B 235 Comercio de Roupas Ltda	SP
167	46255.000412/2005-71	8267600	Banks Administradora de Serviços Ltda	SP
168	47998005314200508	11923504	Bar e Drinks Golden Cock Ltda	SP
169	46254.001731/2001-81	004414683	Bar e Lanchonete Acro Ltda Me	SP
170	47998010031200651	13444395	Barbosa e Faez Advogados	SP
171	47998010032200603	13444387	Barbosa e Faez Advogados	SP
172	46254.004234/2003-04	008587183	Base Informacao da Moda Ltda	SP
173	47998009944200896	15873056	Basico Bernandes Indaiatuba Ltda ME	SP
174	46254.003694/2003-15	08586136	Batista Moretti & Cia Ltda	SP
175	46254.003365/2001-02	04417496	Bauru Fast Way Express Ltda	SP
176	46254.001776/2002-36	04427432	Bauru Posto Maquinas e Ferramentas Ltda	SP
177	46254.003708/2002-10	04433513	Baurudata Teleinformatica Ltda - Me	SP
178	46254.004045/2008-38	15809838	BCL Ind e Com de Maquinas e Equipamentos Ltda	SP
179	47998010083200201	8618089	Bcp Campinas com de Alimentos Ltda EPP	SP
180	47998006162200218	4365984	Beerdal Com De Bebidas Ltda	SP
181	47998002115200882	15868095	Beleti Auto Peças e Serviços Ltda Me	SP
182	47998006927200635	13439944	Benedito Aparecido de Oliveira	SP
183	47998006928200680	13439952	Benedito Aparecido de Oliveira	SP
184	46267.004240/2005-76	08637695	Benedito Martins de Mello Franca - ME	SP
185	46254.004187/2008-03	15582647	Bercario Casa do Bebe Ltda Me	SP
186	46454.000170/2007-31	13599267	Bia Massan Calcados Ltda - Me	SP
187	47998000584200948	15492621	Bintje Comercio de Alimentos Ltda	SP
188	47998004773200302	8624640	Biscodoces Comercio de Biscoitos e Doces Ltda Me	SP
189	47998010823200382	6198821	Blanco e Blanco Ltda ME	SP
190	47998002041200965	15492052	Boneto Fios e Malhas Ltda EPP	SP
191	47998003337200227	8607621	Bordados O Presentão Paulista Nova Odessa Ltda	SP
192	46254.003039/2006-00	13466542	BR Retifica de Motores e Pecas Ltda EPP	SP
193	46262.002311/2007-16	13644572	Bralfer Ind Metalúrgica Ltda	SP
194	46262.002325/2007-21	13644637	Bralfer Ind Metalúrgica Ltda	SP
195	46262.002326/2007-76	13644599	Bralfer Ind Metalúrgica Ltda	SP
196	46262.002328/2007-65	13644611	Bralfer Ind Metalúrgica Ltda	SP
197	47117.000418/2009-10	15494080	Brasil Global Cosmeticos Ltda	SP
198	47998004220200694	12002283	Bsf Restaurantes Ltda	SP
199	46262.002678/2007-21	15950808	Bulldog Beer Choperia Ltda Me	SP
200	46254.001485/2002-48	04426304	C & B Desdobramento de Madeira Ltda - Me	SP
201	47998.001995/2002-84	8606510	C C E Ind e Com de Componentes Eletronicos S.A.	SP
202	46255.003205/2003-15	8681350	C De C R Das Regioes Nordeste Paulista e Sul Mineira	SP
203	47998.002718/2003-70	8621578	C F Vigilancia, Seg e Proteção Patrimonial Ltda	SP
204	46454.000284/2005-97	08205663	C. A. Vieira - Me	SP
205	46267.001377/2005-79	08634459	C. H. Da Silva Franca - ME	SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

314	46267.001443/2002-68	00514829	Diniz Laminacao de Aço e Ferro Ltda	SP
315	46219.018212/2003-40	06149782	Dionisio Coppola (M D Estacionamento Lava Rapido)	SP
316	46254.002321/2001-57	04415311	Distribuidora Marechal Rondon Comercio Importacao, Exportacao Ltda	SP
317	46254.001730/2001-36	04414691	Divetec Comercio e Assistencia Tec de Relogios Ltda Me	SP
318	46254.003220/2001-01	04418085	DJM Comercio e Estamparia Ltda - Me	SP
319	46219.007265/2003-35	06098223	Doceira e Confeitaria Felipe Ltda - ME	SP
320	46219.007591/2003-42	06098231	Doceira e Confeitaria Felipe Ltda - ME	SP
321	46254.001512/2004-44	08593655	Docin Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	SP
322	46454.000135/2009-84	15589102	Domiciano & Domiciano Couros Ltda - Me	SP
323	46454.000037/2007-85	13467077	Domingos Lista Sobrinho e Outros	SP
324	46219.026081/2002-93	06096654	Domino Moveis e Utilidades Domesticas Ltda	SP
325	46254.002853/2002-75	04430425	Dorival Sebastiao Baraldi - Me	SP
326	46254.001321/2001-30	04414535	Dorival Sebastiao Baraldi Me	SP
327	46255.003296/2007-12	13572890	Drogaria Nova Caieiras Ltda	SP
328	46254.000969/2004-31	08593086	Dudi Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	SP
329	46254.003428/2003-84	08583188	Dudi Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	SP
330	46254.000417/2005-12	08201668	E. Dias Pizzaria Me	SP
331	46254.000771/2006-10	12083585	E. Dias Pizzaria Me	SP
332	46254.000866/2006-33	12084786	E.C. Pereira Junior - Me	SP
333	46255.000445/2008-64	13572466	EBF-Vaz Industria e Comercio Ltda	SP
334	46427.000168/2005-28	11928336	Eco Lumber Ind e Com de Madeiras Ltda	SP
335	46254.120123/2003-36	04438027	Eco Lumber Ind. e Com. de Madeira Ltda	SP
336	47998.010540/2008-45	15877469	Ecoambiente Logistica Ambiental Ltda Me	SP
337	47998.004210/2004-97	8217424	Edes Benetatti Campinas EPP	SP
338	46254.600167/2002-64	04429567	Edimilson Fernandes Martuchi Lins Me	SP
339	47998.007075/2003-51	8626341	Editora e Grafica Serra Negra Ltda	SP
340	46254.600182/2004-74	08200521	Edna Domingas Fedel Vicente - Me	SP
341	46267.001102/2008-88	15685331	Edna Pimenta de Aguilar Franca Me	SP
342	47998.000461/2005-83	8219729	Edson Luiz Schroeder Me	SP
343	47998.004555/2010-99	21724024	Eduardo Roberto Belloli Madeira Me	SP
344	46423.000839/2007-52	13600419	Egidio Corte Capelinha Agropecuaria Ltda	SP
345	47998.007342/2008-02	15872831	El Comercio de Prod Aliment Ltda Me	SP
346	47998.006048/2007-94	15616398	Ellekin Restaurante e Buffet Ltda EPP	SP
347	46255.003053/2007-76	13572351	Ellen Metalurgica e Cromeacao Ltda	SP
348	46254.001452/2005-41	08206309	Eloisa Candelária Vecchi Teixeira - Me	SP
349	46267.001542/2003-21	08632316	Elso Lemes Filho - ME	SP
350	46254.002618/2003-84	08580707	Embrasa S/A Alimentacao e Servicos	SP
351	47998.006072/2003-08	8627533	EMC Esquadrias de Aluminio Ltda Me	SP
352	47998.002093/2007-70	13537326	Empreendimentos Imob Almeida Queiroz Ltda	SP
353	47998.002094/2007-14	13537334	Empreendimentos Imob Almeida Queiroz Ltda	SP
354	47998.006194/2005-58	11927267	Empreendimentos Imob Piramide Ltda	SP
355	46219.009967/2006-04	12079243	Empreiteira de Obra So-Con S/C Ltda	SP
356	46254.004325/2003-31	08588813	Empreiteira de Obras Alianca S/C Ltda Me	SP
357	47998.000912/2008-25	15861562	Empreiteira Silva e Silva Ltda Me	SP
358	46254.003449/2002-19	17620878	Empresa Alvorada Serv Gerais Ltda	SP
359	46254.002136/2004-13	08597189	Empresa Cinemat Araujo Ltda	SP
360	47998.005067/2002-99	8608563	Empresa de Transp Tinim Ltda	SP
361	46219.043383/2000-64	00020214	Empresa de Transportes Cordial Ltda	SP
362	47998.001988/2006-14	12001571	Empresa Funeraria Campos & Pereira Ltda Me	SP
363	47998.005774/2004-47	08211736	Empresa Funeraria Paraiso de Mogi Guacu Ltda Me	SP
364	47998.005773/2004-01	8211728	Empresa Funeraria Paraiso de Mogi Guaçu Ltda Me	SP
365	47998.011999/2005-13	11833581	Empresa Funeraria Paraiso de Mogi Guaçu Ltda Me	SP
366	47998.001563/2003-54	8616990	Emtel Vigilancia e Segurança S/C Ltda	SP
367	46254.000670/2005-68	08203253	Emurae Industria de Brinquedos Pedagogicos Ltda Me	SP
368	47998.009950/2002-58	8618071	Engecores Serv Com e Representação Ltda	SP
369	47998.002499/2002-48	8600619	Engespar Ind e Com Ltda	SP
370	47998.002500/2002-34	8600660	Engespar Ind e Com Ltda	SP
371	47998.005919/2005-91	11928034	Enock Coelho de Assis Paulinia Me	SP
372	46258.000666/2005-60	08306877	Erica Aparecida Lopes - Me	SP
373	46258.001781/2004-71	08303436	Erica Aparecida Lopes - Me	SP
374	46258.001782/2004-15	08303444	Erica Aparecida Lopes - Me	SP
375	46254.000410/2004-10	08588899	Ericson Machado de Campos Me	SP
376	47998.007643/2006-66	13444786	Erika Falzetta Rizzo Me	SP
377	47998.011301/2008-11	15611388	Erivelton de Oliveira Alcantara Me	SP
378	46254.600206/2001-42	04410084	Escola De Educacao Infantil Mg S/C Ltda	SP
379	46254.001264/2002-70	04424921	Escola de Educação Infantil Mickey Mouse S/C Ltda	SP
380	47998.003583/2006-11	11929146	Escola Infantil Ursinhos Carinhosos SC Ltda - Me	SP
381	46258.001489/2005-39	11972513	Escritorio Contabil Aimores S/C Ltda	SP
382	46254.002421/2002-64	04421795	Escritorios Unidos Ltda	SP
383	46254.002627/2002-94	04429371	Espigao Alimentos de Milho Ltda	SP
384	47998.003181/2008-70	15875890	Esporte Clube Primavera	SP
385	47998.003182/2008-14	15875903	Esporte Clube Primavera	SP
386	47998.013282/2004-25	08228582	Estacionamento Campark Ltda	SP
387	47998.005180/2004-36	08217807	Estacionamento Frank Park Ltda Me	SP
388	46254.000890/2001-68	04412141	Estamparia Bela Vista Ltda	SP
389	47998.001462/2004-64	08213437	Estamparia Steel do Brasil Ltda - EPP	SP
390	47998.004768/2003-91	8621195	Estimate Automotiva Ltda	SP
391	47998.007609/2006-91	13435671	Euclides Fazoli Me	SP
392	46254.600250/2002-33	04429621	Evandro Valle de Oliveira Lins Me	SP
393	46254.600251/2002-88	04429630	Evandro Valle de Oliveira Lins Me	SP
394	47998.000474/2003-91	8618305	Evecar Serv e Com de Peças Ltda Me	SP
395	46219.019934/2004-01	11827351	Eversystems Inf. Com. Repres. Imp. e Exp. Ltda	SP
396	47998.010239/2006-70	13440071	EVP Comercio de Madeira Ltda	SP
397	46267.002214/2006-94	11977647	Extrema Seguranca e Vigilancia Ltda	SP
398	46267.002215/2006-39	11977655	Extrema Seguranca e Vigilancia Ltda	SP
399	46254.400397/2002-25	04423429	F. C. Comercio e Acabamento de Couro Ltda	SP
400	46254.004061/2002-35	04434323	Fabiane Transportes Itapeva	SP
401	46254001294200367	4439805	Fabio de Godoi Zambolim ME	SP
402	46254.600280/2003-21	8586331	Fabio Gouveia & Cia Ltda	SP
403	46254.000284/2002-23	04422813	Fabrica Moveis Bauru Ltda - Me	SP
404	46254.002854/2001-39	04417348	Fabrica Moveis Bauru Ltda - Me	SP
405	46254.003827/2009-31	19356544	Faidiga Industria e Comercio de Madeiras Ltda	SP
406	46267.003279/2005-76	08639141	Fakcini Industria e Comercio de Calcados Ltda EPP	SP
407	47998.003349/2005-02	11923253	Farmatec Ltda Epp	SP
408	46267.001338/2003-18	08631140	Farol - Industria e Com. de Papeis e Embalagens Ltda	SP
409	46267.000779/2005-56	08634360	Farol Industria e Comercio de Papeis e Embalagens Ltda	SP
410	46254.000269/2002-85	04423178	Fatima Moussa Chouman - Me	SP
411	46254.001988/2002-13	04427807	Fatima Moussa Chouman - Me	SP
412	47998.010352/2006-55	13447840	Fazzani e Marcilio Decoracoes Ltda - Me	SP
413	46254.002549/2006-51	13464141	Felippe de Oliveira Galle Conchas Me	SP
414	46254001337200223	4426053	Fenix Com e Manutenção de Computadores Ltda	SP
415	46454.000119/2006-49	12081884	Fernandes & Polo Ltda Me	SP
416	47998.006554/2008-64	15866742	Fernandes Ribeiro & Olaya Ltda	SP
417	46254110353200125	4412494	Fernando Cesar Rossito	SP
418	46254.000328/2008-19	15802833	Fernando Muinos Bauru Me	SP
419	46254.000329/2008-55	15802876	Fernando Muinos Bauru Me	SP
420	46254.000330/2008-80	15802884	Fernando Muinos Bauru Me	SP
421	47998.006130/2003-95	08627568	Ferramentaria Cidade Nova Ltda	SP
206	46267.001632/2005-83	08636010	C. H. Da Silva Franca - ME	SP
207	46258.000231/2006-04	11976021	C. Saiki Panificadora Me	SP
208	46254.110446/2001-50	04417861	Cabanha Pinhal Comércio e Hotelaria Ltda	SP
209	46267.000371/2003-12	08631026	Calcados Pefran Ltda	SP
210	47998.006849/2004-15	8219800	Calero e Gil Ltda Me	SP
211	47998.005937/2008-15	15874184	Can Tel Teleinformatica Ltda Me	SP
212	47998.011347/2004-06	11832550	Candido Mat para Construção Madeireira e Transp Ltda	SP
213	47998.000439/2005-33	11836334	Cantina San Marco de La Venezia Ltda Me	SP
214	47998.007884/2003-62	8629285	Capaldo Cia Ltda	SP
215	47998.003754/2002-70	8604258	Carlos A Domingues Americana Me	SP
216	47998.006657/2005-81	11839759	Carlos Alberto Moyses Me	SP
217	46267.003358/2001-53	00512991	Carlos Antonio Barbosa - Sitio Beija Flor	SP
218	46254.001082/2005-41	08596646	Carlos Augusto Ishikawa	SP
219	46258.000881/2007-22	13472470	Carlos Cesar da Silva P Prudente Me	SP
220	46258.001560/2005-83	11971711	Carlos de Moraes Presidente Prudente	SP
221	47998.006115/2005-17	11839694	Carlos Ricardo Belletti Campinas Epp	SP
222	46267.002676/2005-21	08637253	Carlos Roberto de Paula	SP
223	46254.200115/2003-72	08581355	Carmina Lanfredi Transportes e Servicos Agricolas Me	SP
224	47998.006049/2004-96	8222550	Carrera Miguel Construções Ltda	SP
225	46254.000407/2004-98	08588881	Carvoaria Irmãos Godoy Ltda	SP
226	46262.001586/2009-96	15379191	Casa Bahia Comercial Ltda	SP
227	47998.008949/2007-11	13597485	Casa Independencia Optica e Com Ltda EPP	SP
228	47998.003144/2005-19	11923113	Casa Merino Hidraulica e Eletrica Ltda	SP
229	46254.600142/2003-41	04435681	Casa Paulista Produtos Agropecuarios Ltda	SP
230	47998.008447/2005-28	8218960	Celia Maria Machado Me	SP
231	46267.000471/2005-19	08631727	Celio Roberto de Melo Franca ME	SP
232	46254.001393/2007-72	13599780	Centermaq Brasil - Com de Peças e Serv Ltda	SP
233	47998.000131/2005-98	11836903	Central de Especialidades Clinicas Ltda	SP
234	46454.000029/2005-77	08201340	Central Paulista Açúcar e Álcool Ltda.	SP
235	47998.005027/2006-71	13439570	Centro Avancado de Ensino Profissionalizante e Com Ltda	SP
236	47998.008735/2004-00	8615446	Centro de Abastecimento Crystal Ltda	SP
237	47998.006641/2008-11	15875954	Centro de Controle e Investig Imunol Dr Ac Corsini	SP
238	47998.011590/2004-16	11831871	Centro de Ensino São Paulo Ltda	SP
239	46258.002269/2006-11	12089753	Centro de Ensino Superior de Presidente Epitacio	SP
240	46258.001608/2005-53	11972572	Centro de Formacao Educacional Obras do Espirito Santo	SP
241	47998.011450/2006-18	13447467	Centro Educ Infantil Abelhinha Sapeca Ltda Me	SP
242	46258.003128/2007-99	15621707	Centro Oeste - Transporte Turistico Ltda - Me	SP
243	46254.200057/2002-04	04419707	Ceramica Estiva dos Arcos Ltda	SP
244	46255.003350/2004-79	8267065	Ceramica Santa Ines Ltda	SP
245	46254.001092/2003-15	04437624	Cervejaria dos Monges Ltda	SP
246	46262.001615/2009-10	15439038	Champs Art Esportivos Import Export Ltda EPP	SP
247	46262.001620/2009-22	15481743	Champs Art Esportivos Import Export Ltda EPP	SP
248	46262.001622/2009-11	15439020	Champs Art Esportivos Import Export Ltda EPP	SP
249	46262.002197/2009-88	15440877	Champs Art Esportivos Import Export Ltda EPP	SP
250	46262.002198/2009-22	15440923	Champs Art Esportivos Import Export Ltda EPP	SP
251	46262.002199/2009-77	15440893	Champs Art Esportivos Import Export Ltda EPP	SP
252	46254.400540/2003-60	08584982	Churrascaria Bambu Itarare Lta - Me	SP
253	46254.700067/2002-37	04431146	Cintia H. L. do Amaral Me	SP
254	46254.001346/2002-14	04426169	Cisne Comercial de Pecas Para Veiculos Ltda Me	SP
255	46254.002419/2002-95	04429834	Claudia Maria de Lima Sanches - Me	SP
256	46254.002282/2005-11	08207615	Claudio's Pré-Frezados Ltda Me	SP
257	46255.000018/2004-52	8681147	Clinica Veterinária Pof. Dr Claúdio Antonio Maregati	SP
258	46258.001894/2006-38	12089915	Cok Propaganda e Marketing S/C Ltda	SP
259	46258.001903/2005-18	11972700	Cok Propaganda e Marketing S/C Ltda	SP
260	46258.001981/2005-12	11971754	Colegio Dinamico de Ensino Fudamental S/C Ltda Me	SP
261	46258.001983/2005-01	11974516	Colegio Dinamico de Ensino Fudamental S/C Ltda Me	SP
262	46254.110314/2001-28	04416791	Comagi Construções e Comércio Athaide Giraldi Ltda	SP
263	46254.001419/2004-30	08595267	Comercial BalbinodDe Bauru Ltda - Me	SP
264	46254.200079/2002-66	04425626	Comercial Ponte Alta Ltda	SP
265	46454.000289/2005-42	08205361	Comercial Rio Jaú Limitada	SP
266	46254.003083/2006-10	8581126	Comercio de Utilidades Domestica Drieli Ltda Me	SP
267	46219.023150/2005-50	11970049	Complexo Hospitalar Paulista Ltda	SP
268	46219.028843/2002-96	06099947	Concremix S/A	SP
269	46219.028845/2002-85	06099955	Concremix S/A	SP
270	46219.037648/2002-57	06124887	Concremix S/A	SP
271	46219.024955/2002-78	06094678	Condominio Garagem Automatica Araujo	SP
272	46254.003701/2003-71	08585946	Condominio Projeto Habitacional Sabias/Andorinhas	SP
273	46219.023986/2001-21	06057837	Confeccoes de Cama e Mesa Casa do Oscar Ltda	SP
274	46219.017883/2002-11	06088589	Confeccoes Map Ltda	SP
275	46219.001741/2003-12	00006904	Confeccoes Patti Blue Ltda	SP
276	46254.001433/2007-86	13599844	Confemavi Ind e Com de Confecções Ltda Me	SP
277	46219.012204/2000-47	00006912	Conjunto Turistico do Alto Tiete	SP
278	46219.004690/2003-72	06065970	Consenso Efetivos Temp Terceirizados Ltda	SP
279	46219.004692/2003-61	06065953	Consenso Efetivos Temp Terceirizados Ltda	SP
280	46219.004693/2003-14	06065945	Consenso Efetivos Temp Terceirizados Ltda	SP
281	46219.002576/2003-16	06124950	Consiga Construtora Ltda	SP
282	46219.009570/2003-61	06133690	Consiga Construtora Ltda	SP
283	46219.035484/2002-23	06124828	Consiga Construtora Ltda	SP
284	46258.001145/2004-49	08301085	Construnanni Construcoes Viarias e Habitacionais Ltda	SP
285	46219.018606/2005-60	11801212	Construplan Construcoes e Empreendimentos Imobiliários Ltda	SP
286	46254.003766/2003-16	08582505	Construtora K R Ltda	SP
287	46255.000828/2006-71	12047970	Construtora Sao Luiz Ltda	SP
288	46219.016327/2004-81	06216501	Consulado do Churrasco Ltda	SP
289	46219.016328/2004-25	06216498	Consulado do Churrasco Ltda	SP
290	46219.017258/2003-41	06152759	Continental Conservadora de Elevadores Ltda	SP
291	46258.000160/2006-31	11975563	Coop Com Prest Serv Assentados Ref Agr Pontal Ltda	SP
292	46258.000161/2006-86	11975571	Coop Com Prest Serv Assentados Ref Agr Pontal Ltda	SP
293	47998.004675/2003-67	8621161	Coplam Caldeiraria e Montagem Ltda	SP
294	46219.037143/2000-21	04296648	Corretora de Seguros Saval Ltda	SP
295	46254.200143/2003-90	8582769	CRB Serviços Agrícolas Ltda Me	SP
296	47998.007335/2006-31	13437275	CRN Artes Graficas Ltda Me	SP
297	46219.008048/2001-09	04338898	Culinaria Franco Brasileira Ltda	SP
298	46219.014408/2003-65	06142371	Cultural Paulista Editora Enc. Liv. Pap. e Grafica Ltda	SP
299	46219.014410/2003-34	06142354	Cultural Paulista Editora Enc. Liv. Pap. e Grafica Ltda	SP
300	46254.002464/2002-40	04429923	Dalmir de Oliveira Pimentel	SP
301	46254.000239/2003-50	04436261	Dalva da Costa Cunha Mendes - Me	SP
302	46254.003293/2002-76	04432801	Darcy Spuri Nogueira e Outros	SP
303	46219.011385/2000-94	00175706	Delaplastic Industria e Comercio Ltda	SP
304	46267.003213/2004-03	08633991	Delci Liberti ME	SP
305	46254.000666/2003-38	04435320	Delton Antonio da Silva & Cia Ltda - Me	SP
306	46254.600029/2004-17	08586462	Delton Antonio da Silva & Cia Ltda - Me	SP
307	46254.002294/2007-16	13602918	Denise Aparecida Augusto Me	SP
308	46258.001355/2006-07	12088358	Dernival Gomes dos Santos Me	SP
309	46219.007169/2000-44	00059901	Design da Terra Comunicacao Visual S/C Ltda	SP
310	46254.003182/2004-21	08599891	Dezenigre Lanches Ltda Me	SP
311	46254.002800/2002-54	04430069	Di Villares Construcoes Ltda Me	SP
312	46267.003286/2003-14	08633525	Dika Engenharia, Servicos e Lazer Ltda	SP
313	46267.000947/2003-41	08632006	Dinaldo Lourenco - ME	SP

EXEMPLAR DE PUBLICAÇÃO PROIBIDA A TERCEIROS

530	47998.008979/2003-01	008619662	King Oil Distribuidora de Combustiveis Ltda	SP
531	47998.008980/2003-28	008619671	King Oil Distribuidora de Combustiveis Ltda	SP
532	47998.007753/2004-66	008218650	L & M Brasil Ltda Me	SP
533	46454.000097/2007-06	13467123	L O Pre Frezados para Calçados Ltda Me	SP
534	46254.000503/2004-36	8589844	L P Prumo Empreiteira de Const Civil Ltda	SP
535	47998.002218/2005-08	000789879	L T M Laminacao Ltda - Me	SP
536	47998.007076/2003-03	008626383	L. A. Monteiro & Cia Ltda	SP
537	47998.007077/2003-40	008626375	L. A. Monteiro & Cia Ltda	SP
538	47998.007078/2003-94	008626367	L. A. Monteiro & Cia Ltda	SP
539	47998.008445/2002-96	008609713	L. S. Q. Informatica e Servicos Ltda EPP	SP
540	47998.006812/2009-93	015862437	L.S.S. Cursos Supletivos S/C Ltda	SP
541	47998.001459/2007-93	013595032	Labareda's Bar e Lanchonete Ltda	SP
542	47998.002220/2007-31	013537342	Labcamp Com. de Artigos para Laboratórios Ltda.	SP
543	47998.009946/2002-90	8610223	Labnew Ind e Com Ltda	SP
544	46254.000772/2006-64	012083593	Laboratorio de Analises Clinicas S/C Ltda	SP
545	46254.000107/2003-28	004434773	Laboratorio de Patologia Clinica Santiago Ltda	SP
546	46254.000108/2003-72	004434781	Laboratorio de Patologia Clinica Santiago Ltda	SP
547	46254.600287/2003-42	008586403	Laboratorio de Patologia Clinica Santiago Ltda	SP
548	46455.000007/2005-05	008201145	Ladislau Jose dos Santos Me	SP
549	46254.120067/2003-30	006051022	Laercio de Lima	SP
550	46258.000800/2006-11	11974141	Laercio Nascimento Franca Vidros - ME	SP
551	47998.003633/2003-17	008623180	Lamire Comercio de Roupas Infantis Ltda Me	SP
552	47998.008896/2006-57	013440195	Lanchonete Cheiro de Fome Ltda Me	SP
553	47117.000786/2008-87	015876471	Lanchonete dos Espetinhos Guaçuanos Ltda Me	SP
554	47998.001190/2003-11	008618399	Laudelina de Lima Castrequini - Me	SP
555	47998.002177/2007-11	013595113	Laudo & Lauda S/C Ltda.	SP
556	47998.000491/2007-51	013593048	Lava Jato Souza & Soares Ltda - Me.	SP
557	46254.040064/2003-12	004433459	Lava Jato Valter Car de Penapolis Ltda Me	SP
558	46254.140063/2003-78	004433441	Lava Jato Valter Car de Penapolis Ltda Me	SP
559	46254.140065/2003-67	004433467	Lava Jato Valter Car de Penapolis Me	SP
560	47998.012631/2007-34	015867242	Lavador do Baiano Ltda. Me	SP
561	47998.012490/2006-79	013486781	Lavanderia Quality Ltda Me	SP
562	47998.008310/2004-92	008221839	LC Com. de Aparelhos Auditivos Ltda. - Me	SP
563	46254.002844/2002-84	004429125	Leizico Ferragens e Materiais de Construção Ltda Me	SP
564	46254.002845/2002-29	004429133	Leizico Ferragens e Materiais de Construção Ltda Me	SP
565	46254.001444/2007-66	13465431	Lemax Peças Remanufaturadas Automotivas Ltda Me	SP
566	47998.007479/2008-59	15879925	Lemos e Lemos Com Ltda	SP
567	47998.007480/2008-83	15879933	Lemos e Lemos Com Ltda	SP
568	46254.400550/2002-14	4428285	Leonardo Rafael Pires de Campos Pereira Me	SP
569	47998.000756/2009-83	015493784	Leuzimar Cardozo de Matos Me	SP
570	46254.001041/2002-11	004424824	Levino Garces	SP
571	46254.110105/2000-01	000232831	Levino Garces	SP
572	46254.110106/2000-48	000232840	Levino Garces	SP
573	46254.120288/2000-65	000236861	Levino Garces	SP
574	47998.001973/2002-14	008605858	Lgdo Comercio e Armazens Gerais Ltda	SP
575	47998.008240/2004-72	008218706	Ligiene Comercial Ltda. Me	SP
576	47998.004703/2006-99	012003701	Lindete Vieira Confecções Me	SP
577	47998.004704/2006-33	012003719	Lindete Vieira Confecções Me	SP
578	46254.000194/2003-13	004433653	Lisandra dos Reis Lopes de Proença Ltda	SP
579	46254.002046/2002-52	004428030	Lisandra dos Reis Lopes de Proença Ltda	SP
580	46454.000167/2008-07	15804348	Lista Transp e Serv Agricola Ltda	SP
581	46454.000168/2008-43	15804330	Lista Transp e Serv Agricola Ltda	SP
582	46454.000380/2008-19	15806316	Lista Transp e Serv Agricola Ltda	SP
583	47998.005887/2000-93	004251199	Lix Empreendimentos e Construções	SP
584	46254.000056/2008-49	13604473	Lopes e Neves Choperia Ltda Epp	SP
585	46254.600102/2005-61	8204161	Lorite Cobo & Cia Ltda - Me	SP
586	47998.001941/2005-61	011834668	Lucci & Cia Ltda	SP
587	47998.006425/2004-42	008221766	Lucci & Cia Ltda	SP
588	47998.012113/2005-59	011990953	Lucci & Cia Ltda	SP
589	46258.000364/2005-91	008305510	Luciana Alves de Souza Fraldas - Me	SP
590	46254.000357/2007-91	12085707	Luciana Regina de Oliveira Bauru	SP
591	46254.001866/2005-70	008206422	Luciana Regina de Oliveira Bauru	SP
592	47998.010042/2005-50	011927470	Luciane Aparecida Renzzo Ribeiro Limpeza Me	SP
593	46254.001592/2008-61	15805905	Luciene da Silva Moura Me	SP
594	46254.003101/2008-17	15807002	Luciene da Silva Moura Me	SP
595	47998.005345/2002-16	000354228	Lugobele Com. Prod. Alimenticios Ltda	SP
596	47998.004209/2006-24	012002399	Luis Mendes Gonçalves Me	SP
597	46454000775200722	15800644	Luiz Carlos Calze	SP
598	47998.006801/2007-41	013594974	Luiz Lupato Netto Me	SP
599	46254.400347/2003-29	8580936	Luiz Manoel Gregolin Me	SP
600	47998.001631/2006-28	011995696	Luiz Mendes Gonçalves Me (L & M Brasil)	SP
601	46423.000737/2006-56	013445243	Luiz Roberto Bronzato Cia Ltda	SP
602	46254.000804/2006-21	12083445	Luiz Roberto Soubhia Me	SP
603	46254.000327/2006-02	012081264	Luma Inox Industria e Comercio Ltda	SP
604	46254.001531/2005-51	8592209	M A C de Campli Me	SP
605	46254.002658/2004-15	8580847	M A Leme Arielo	SP
606	46254.000701/2005-81	4426983	M D Comercio de Roupas Equip e Restaurante	SP
607	46254.000369/2004-73	4412354	M M M Serviços de Hotelaria Ltda Me	SP
608	46254.600281/2003-75	15805875	M Pedro dos Santos Cantina Me	SP
609	47998.005651/2006-78	013436601	M R Magon e Cia. Ltda Me	SP
610	47998.005652/2006-12	013436619	M R Magon e Cia. Ltda Me	SP
611	47998.013007/2006-73	013535196	M R Magon e Cia. Ltda Me	SP
612	46258.000020/2002-30	196681	M S Gomes Tanaka ME	SP
613	47998.007086/2007-64	015850340	M Silveira Representações Ltda	SP
614	46267.003613/2005-91	011976535	M. A. Barbosa Pires Franca	SP
615	47998.008449/2004-36	008218714	M. C. Senador - Comercio de Moveis Ltda - EPP	SP
616	47998.005893/2003-19	008622884	M. L . Moreno & Cia Ltda Epp	SP
617	47998.009769/2004-11	008225087	M. P. Joao Restaurante e Comercio de Alimentos Ltda Me	SP
618	46423.000029/2007-04	013538055	M.E. da Silva Bazar M.E.	SP
619	46254.002485/2006-99	8586381	Madeireira E Transp Jp Ltda Epp	SP
620	46254.002557/2002-74	8586357	Madeireira E Transp Jp Ltda Epp	SP
621	46254.003037/2006-11	4424786	Madeireira Nova Esperança Ltda	SP
622	46254.001136/2005-79	228150	Madeireira Sete Barras Com Ind Ltda	SP
623	46254.001956/2007-22	12080110	Madrimed Ind e Com de Prod Hospitalares Ltda Epp	SP
624	46254.003189/2008-77	12080101	Madrimed Ind e Com de Prod Hospitalares Ltda EPP	SP
625	46254.110302/2001-01	13598708	Madrimed Ind e Com De Prod Hospitalares Ltda Epp	SP
626	46254.002974/2005-60	13465767	Magda Nizi Pavon Doces Me	SP
627	47998.003341/2002-95	008607575	Magna Textil Ltda	SP
628	46254.600284/2003-17	226254	Magnum Prestadora de Serv S/C Ltda	SP
629	46254.000572/2004-40	8585351	Mango Snack´S Line Ltda EPP	SP
630	46254.001151/2005-17	4421710	Manoel Favareto	SP
631	47998.002556/2005-31	011920238	Maquistubo Industria e Comercio Ltda	SP
632	46474.001893/2004-77	15409309	Mara Zitti	SP
633	46254.002224/2007-50	4438051	Marcelo Antonio de Castro Me	SP
634	46474.003458/2007-20	15730271	Marcelo da Costa Fojo-Me	SP
635	47998.011478/2004-85	11833769	Marcelo Machado dos Santos Me	SP
636	47998.004265/2008-21	15873773	Marcely Moraes Vasques Serv Graficos Me	SP
637	47998.004381/2004-16	8619751	Marchensky Const e Com Ltda	SP
422	47998.011897/2007-60	15855805	FG Ind Textil Ltda Me	SP
423	47998.007515/2007-01	15859291	Filoauto Industria e Comercio Ltda	SP
424	47998.008845/2004-63	08221898	Fininvest S/A Negocios de Varejo	SP
425	47998.006804/2003-51	354236	FLF Guarnieri & Cia Ltda Me	SP
426	46254002594200282	4430263	Flora Carleti Diogo ME	SP
427	46455.000045/2004-79	08598061	Folha de Igaracu Ltda Me	SP
428	47998.006050/2008-44	15872629	Fonte Serra Negra Purissima Ltda EPP	SP
429	47998.011107/2008-27	15872157	Fortes Martins Sistema de Cobrancas e Informacoes Cadastrais Ltda Me	SP
430	46267.003142/2002-79	08630887	Francana Sociedade Civil de Ensino Ltda	SP
431	46267.000768/2002-23	00514241	Francieder Teles Ferreira Me	SP
432	46254.300120/2006-27	8209740	Francisca Elisabete Aparecida Avaré Me	SP
433	46258.001006/2005-04	8309116	Francisco Sergio Baravelli & Cia Ltda	SP
434	46258.001007/2005-41	8307628	Francisco Sergio Baravelli & Cia Ltda	SP
435	47998.007956/2005-33	11929839	Fundacao de Saude do Municipio De Americana	SP
436	47998.003249/2006-59	12002003	Fundacao Pinhalense de Ensino	SP
437	47998.002554/2008-95	15862909	G.E. Andaluz Comercial e Serviços Ltda EPP	SP
438	46255.001091/2005-22	8269301	Gaby Wolffenbuttel Serretiello Me	SP
439	47998.000909/2009-92	15492656	Gaino Centro de Distribuicao e Armazens Gerais Ltda	SP
440	46258.000419/2007-25	13472372	Galante Transportes Rodoviarios Ltda	SP
441	47998.013260/2004-65	11835842	Gamemania Com. e Locacao de Fitas de Video Games Ltda Me	SP
442	46254.003798/2008-26	15808980	Gasparotto e Gasparotto Padaria Conf Lanch Ltda Me	SP
443	46258.001180/2005-49	08308004	Gazabela Ind e Com de Calcados Me	SP
444	47998.005458/2003-94	08613672	Gerencia Recursos Humanos e Serviços Temporarios Ltda	SP
445	46258.000310/2003-64	8742782	Gessomax - Servico, Instalacao e Decoracao S/C Ltda Me	SP
446	47998.007544/2004-12	08223891	Ghf Comercial Internacional Trading Ltda	SP
447	46254.000050/2007-91	8581193	Gisele Zanlucki Moltzheim Me	SP
448	47998.014022/2005-58	11999144	GNT Telecomunicacoes Ltda	SP
449	47998.013629/2004-30	08226440	Gois e Gois Utilidades Domesticas Ltda Me	SP
450	47998.006167/2002-32	04365941	Good Life Entreterimentos Ltda	SP
451	47998.004575/2004-11	08215243	Graber Sistemas de Seguranca Ltda	SP
452	47998.010425/2005-28	11991038	Grafipress Artes Graficas Ltda	SP
453	47998.006682/2005-65	00789917	Granali Comercio de Pedras Ltda Me	SP
454	46267.002748/2001-14	00511421	Green Woody Calcados Ltda	SP
455	47998.004061/2003-85	08613443	Guarani Futebol Clube	SP
456	46454.000385/2007-52	13601393	H. F. R. Informatica S/S Ltda.	SP
457	47998.013529/2005-94	11998873	H.M. Parachoques Recuperacao de Pecas Ltda - Me	SP
458	46267.003174/2008-60	15684831	Hard Vision Com de Roupas Ltda	SP
459	46454.000387/2009-11	15456412	Haroldo Cardoso de Oliveira Junior - EPP.	SP
460	47998.006191/2005-14	11928115	Heros Contabilidade e Assessoria S/C Ltda	SP
461	47998.005685/2004-09	08218579	Hidrocol Com. de Mat. Hidraulicos e Asssit. Tecn. Ltda Me	SP
462	46454.000751/2007-73	15801551	Hospital São Judas S/A	SP
463	47998.004361/2003-64	08622001	Hotel das Fontes S/A	SP
464	46254.120070/2003-53	08818894	Hotel e Restaurante Pilão Ltda Me	SP
465	47998.001956/2006-19	12003824	Hotel Fazenda Floresta do Lago Ltda Me	SP
466	47998.006640/2005-24	11927305	Hotel Spa Rosita Garden Ltda Me	SP
467	46254.600076/2004-91	08580308	I. E. M. Instalações Elétricas e Montagens S/C Ltda Me	SP
468	46254.000161/2002-92	04423038	Ibf Indústria Brasileira de Formulários Ltda.	SP
469	46254.300402/2002-09	04424077	Igomic Comercio de Alimentos Ltda	SP
470	46254.400816/2002-29	4432614	Ind de Calcados Amevol Ltda	SP
471	46267.003556/2001-17	00513580	Ind. e Comércio de Palmilhas Palm Sola Ltda	SP
472	46254.400230/2003-45	04436245	Indústria de Calçados Amevol Ltda	SP
473	46267.000551/2007-28	13563092	Industria de Calcados Rada Ltda.	SP
474	46267.003184/2004-71	08633894	Industria de Calcados Tropicalia Ltda	SP
475	46254.120051/2003-27	08618593	Indústria e Comércio de Madeiras Lajeado Ltda	SP
476	46255.001007/2004-90	8680183	Industria Plastica Santos Dumont Ltda	SP
477	46454.000150/2005-07	08202842	Induzidos Dois Irmãos de Pederneiras Ltda.	SP
478	46254.002036/2001-36	4415141	Informax S/C Ltda	SP
479	46255.003232/2003-80	8674744	Ipiac do Brasil Industria e Comercio Ltda	SP
480	46254.001225/2002-72	04424751	Irmandade da Casa Pia São Vicente de Paulo	SP
481	46454.000580/2006-00	13464949	Irmãos Chechetto Ltda EPP	SP
482	46254.600027/2006-10	8594244	Irmaos Kanashiro Com de Frutas e Verduras Ltda	SP
483	46254.000195/2003-68	04433661	Irmãos Letizio Ltda Me	SP
484	46254.400169/2002-55	04419545	Irmãos Letizio Ltda Me	SP
485	46258.002193/2005-35	11975067	Ivan Gomes da Silva Marmoraria - Me	SP
486	46254.400698/2002-59	4428471	Ivanir H Rodrigues Me	SP
487	46258.002283/2005-26	11974745	Ivone Sao Joao Moreira Me	SP
488	46258.000162/2006-21	11975890	Izaias Pecas Usadas e Recondicionadas Ltda Me	SP
489	46258.001549/2005-13	11971470	Izaias Pecas Usadas e Recondicionadas Ltda Me	SP
490	46416.000322/2005-91	11894512	J Guimarães Imóveis	SP
491	46254.000166/2008-19	13604490	J.F. Moteis Ltda	SP
492	46255.000237/2003-51	8678057	Jaguary Tecnico Industrial Ltda	SP
493	46254.002806/2006-55	13466534	Jaumaq Industria e Com de Maquinas Industriais Ltda	SP
494	47998.005981/00-51	04256719	JFK Prestacao de Servicos S/C Ltda Me	SP
495	47998.008100/2003-13	06196578	Joao Giroto Campinas - Me	SP
496	47998.005536/2004-31	08218561	Joao Jacob Sella	SP
497	47998.010645/2003-90	08614199	Joao Paulo de Brito	SP
498	47998.010222/2006-12	13449834	Joao Roberto de Camargo	SP
499	47998.006916/2006-55	13437313	Jocelei Trindade Marcelino Leite	SP
500	47998.008181/2003-51	08628289	Jornal Tribuna de Cosmopolis S/C Ltda	SP
501	46254.002327/2002-13	04427947	Jose Angelo dos Santos Machado	SP
502	46254.003517/2000-88	00236969	Jose Angelo dos Santos Machado	SP
503	46254.120081/2000-91	00227668	Jose Angelo dos Santos Machado	SP
504	46254.003970/2007-61	15802515	Jose Antonio Ardengue e Outros	SP
505	46254.001968/2008-38	15806006	Jose Carlos dos Santos	SP
506	47998.001012/00-86	00357561	Jose Carlos Sedeh de Falco	SP
507	47998.013353/2007-32	15860604	Jose Claudio Machado - Me	SP
508	47998.001566/2004-79	06198457	Jose Claudio Maia - Me	SP
509	47998.003686/2004-19	06198481	Jose Claudio Maia - Me	SP
510	46258.001214/2003-33	08700737	Jose Eduardo Capelasso	SP
511	46267.003132/2005-86	08639027	Jose Eduardo de Oliveira	SP
512	46267.003131/2005-31	08639019	Jose Edudardo de Oliveira	SP
513	46267.000943/2002-82	00514489	Jose Fernando da Silva	SP
514	46258.000417/1998-39	169771284	José Gilberto Passos Revistas Me	SP
515	46258.002029/1998-19	563919	José Gilberto Passos Revistas Me	SP
516	46254.003105/2006-33	012085626	Jose Roberto Cabrera Machado	SP
517	47998.002495/2004-21	008210896	Jose Roberto Cruvinel e Cia Ltda Me	SP
518	46258.003326/2006-71	12086371	Jose Rodrigues de Souza Neto Transportes Me	SP
519	47998.000174/2008-16	015864995	Joselanio Araujo de Souza Me	SP
520	46254.000403/2007-52	013465805	Josemar Gomes Me	SP
521	46254.001015/2007-99	013466003	Josimar Gomes Me	SP
522	46267.003283/2001-19	000512371	Josue de Carlos Franca Me	SP
523	47998.012216/2004-38	008228337	Jovenil Pedro Delgado	SP
524	47998.007544/2001-70	004362276	Jrmedic Comercio e Assistencia Tecnica Ltda Epp	SP
525	47998.013386/2004-30	011832916	Juliana M.L.F. Sevidino - Me	SP
526	47998.003909/2004-30	008213119	Jumbo Jet Transportes Internacionais Ltda	SP
527	47998.002116/2008-27	015868087	Jussara Paschoalin de Souza Sumare - Me	SP
528	47998.012280/2007-61	015869644	Kaeri Atendimento Entrega Rapida Integrada Ltda	SP
529	47998.006055/2004-43	004365933	Keep Clean Limpadora e Comercio Ltda	SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

638	46267.001835/2002-27	000513946	Marcia Cassis Marques Araujo	SP
639	47998.009826/2008-88	15523942	Marcia de Assis Campos	SP
640	46474.003314/2005-10	15462994	Marcia Gabriela Tavares Me	SP
641	47117.000964/2007-99	15852687	Marcia Valeria Macedo Castilho EPP	SP
642	46267.003732/2001-11	000513423	Marco Antonio de Oliveira	SP
643	46254.003425/2003-41	4429117	Marcos Antonio Nogueira & Cia Ltda Me	SP
644	47998.010375/2006-60	13447335	Marcos Benedito Lopes de Menezes	SP
645	47998.010376/2006-12	13447343	Marcos Benedito Lopes de Menezes	SP
646	47998.009474/2006-07	13444379	Marcos Fernando Rossi Me	SP
647	46421.000054/2006-19	12000710	Marcos Perussi Vidros	SP
648	46258.000312/2006-04	11975105	Marcus Adriano Leonardo da Silva & Cia.Ltda-Me	SP
649	46258.001882/2005-22	8309973	Marcus Adriano Leonardo da Silva & Cia.Ltda-Me	SP
650	46258.001883/2005-77	8309981	Marcus Adriano Leonardo da Silva & Cia.Ltda-Me	SP
651	47998.004713/2007-13	15616789	Margy Modas Ltda Me	SP
652	46254.001608/2008-36	13603094	Maria Angela Borges Graça Bauru - Me	SP
653	46254.002975/2005-12	8589909	Maria Angela Borges Graça Bauru - Me	SP
654	46254.003424/2003-04	13464612	Maria Angela Borges Graça Bauru - Me	SP
655	47998.001384/2004-06	6196314	Maria Angelica M de Santana Me	SP
656	46255.001160/2007-60	13570277	Maria Aparecida dos Santos Oliveira Jundiai-Me	SP
657	46254.000700/2005-36	4427017	Maria Areias Torres	SP
658	47998.000698/2003-01	8617015	Maria Auxiliadora Campagna D´Alessandri Me	SP
659	46267.000429/2002-47	000514535	Maria Berenice Sena Jales Me	SP
660	46254.000772/2003-11	8203491	Maria Carolina S.F. Restaurante Me	SP
661	46254.000804/2006-21	8203504	Maria Carolina S.F. Restaurante Me	SP
662	46254.000772/2007-45	4432525	Maria Cecilia De Fatima Comar Ometto Me	SP
663	46254.001296/2003-56	12084026	Maria Cecilia de Fatima Comar Ometto Me	SP
664	46254.001395/2006-81	12081841	Maria Christina da Daltro Me	SP
665	47998.011343/2008-43	15872181	Maria Claudete as Silva Valinhos Me	SP
666	47998.001683/2005-13	11837985	Maria Cristina Teixeira Tavares Mazzarini	SP
667	47998.004061/2006-28	11833742	Maria Goncalves Machado Me	SP
668	47998.006273/2008-10	15872688	Maria Jose Ribeiro L R Sorveteria	SP
669	46474.000996/2005-09	6015620	Maria Marta Lemos Kogawa	SP
670	47998.010432/2004-49	8219630	Maria Neide da Silva Cubatao Me	SP
671	46258.000290/2006-74	11974915	Maria Soares Lucelia-Me	SP
672	46258.000195/2005-90	8304351	Maria Socorro Barbosa Da Silva - Me	SP
673	47998.005287/2007-27	13537113	Maria Therezinha Portela Campinas	SP
674	46258.001405/2003-03	8745226	Maria Tizuko Koga	SP
675	46254.300222/2003-08	4439821	Mariha Bauru Eventos e Publicidade Ltda	SP
676	46474.000626/2008-14	8092559	Marilia & Murilo Transportes de Encomendas Ltda	SP
677	47998.006166/2002-98	4365950	Marilia de Freitas Cabral	SP
678	46267.001020/2007-52	12151246	Marilza Reis Almeida Pardo Joias	SP
679	46254.000503/2004-36	8590478	Maris Serviços de Informatica S/C	SP
680	46254.003288/2004-25	8203873	Maris Serviços de Informatica S/C	SP
681	46254.003663/2002-75	8203881	Maris Serviços de Informatica S/C	SP
682	46254.120119/2002-97	8206392	Maris Serviços de Informatica S/C	SP
683	46254.600066/2006-17	8206406	Maris Serviços de Informatica S/C	SP
684	46255.000732/2005-21	13464752	Maris Serviços de Informatica S/C	SP
685	46418.000039/2007-19	8599921	Marques & Marques Cursos de Idiomas Ltda Epp	SP
686	46258.001004/2004-26	8300062	Marta Aparecida Horacio	SP
687	46258.001204/2003-06	8744301	Marta Aparecida Horacio	SP
688	46258.001205/2003-42	008744297	Marta Aparecida Horacio	SP
689	46474.003429/2007-68	13454790	Martha Maria de Oliveira Lanches Me	SP
690	46255.000163/2007-86	13404105	Martin Artefatos de Metais S/A	SP
691	46254.700042/2003-14	4430328	Master Informatica Ltda	SP
692	47998.008084/2008-73	15871886	Mauricio Penteado de Almeida	SP
693	47998.011979/2005-42	11925191	Mauro Araujo de Oliveira Hortolandia Me	SP
694	47998.002144/2008-44	15856003	Maxven Com e Representação Ltda	SP
695	46254.002478/2004-25	12083135	Megaleite Ind Com de Produtos Lacteos Ltda	SP
696	46474.002204/2008-75	8099774	Mellrose Industria Comercio de Confeccoes Ltda	SP
697	47998.010535/2005-90	11991551	Mendes e Silva Confecção Ltda Me	SP
698	47998.007085/2003-96	8627738	Mendes Girio e Mendonça Inform. Ltda Me	SP
699	46267.000383/2002-66	000513822	Meneghelli Express Cargas Ltda	SP
700	46474.006858/2006-14	15723852	Mercadao de Carnes Marquesa Ltda	SP
701	46474.001593/2005-79	15729320	Mercadao de Carnes Napoles Ltda	SP
702	47998.006362/2006-96	013444298	Mercado Aquino Barreto Ltda	SP
703	46254.001182/2004-97	4414471	Mercantil Boca Rica Ltda	SP
704	47998.011203/2006-11	013484664	Mercearia Sao Jorge do Dic Vi Ltda Me	SP
705	47998.014463/2004-79	011839031	Metalguss Industria e Comercio Ltda	SP
706	46254.002106/2005-80	8599041	Metalrs Ind e Com Ltda	SP
707	47998.007509/2006-65	013435396	Metalurgica Esplendor Ltda Me	SP
708	47998.009360/2003-14	008629439	Metalurgica J. A. Industria e Comercio Ltda	SP
709	47998.000767/2003-78	000789623	Metalurgica Pacetta S.A.	SP
710	47998.002898/2003-90	008616507	MF2 Ind. Comércio de Bebidas Ltda	SP
711	47998.005672/2006-93	013439596	MG Print Com. de Maquinas e Suprimentos Ltda Me	SP
712	46474.001753/2005-80	15733637	Micro F.R.I. Com.Serv.Informatica Ltda -EPP	SP
713	46267.000323/2003-24	008630577	Miguel Aparecido Escorsato Cubas	SP
714	46267.002368/2004-14	008633754	Miguel Fernando Pianura Filho	SP
715	46254.000970/2004-66	8593515	Miguel Jorge Diban Readi	SP
716	46254.120012/2000-87	8593523	Miguel Jorge Diban Readi	SP
717	46254.000346/2007-10	4431715	Mil Coisas Art de Presente Ltda Me	SP
718	46474.002119/2004-83	15732843	Millenium Lava Rapido Estacionamento e Lanchonete Ltda Me	SP
719	46254.400347/2003-29	8594538	Milton Bosco	SP
720	47998.009736/2003-82	008628998	Mineracao de Mananciais Lindoianos Ltda	SP
721	47998.011504/2004-75	011833785	Mini Mercado Jardim Adelaide Ltda - EPP	SP
722	47998.007681/2007-08	015852261	Minox Pavimentacao e Comercio Ltda	SP
723	46418.000305/2007-03	4429222	Moay - Sinacon Sistema Nacional de Compra Conj Ltda	SP
724	47998.002266/2004-15	008212996	Modas Laforet Comercio de Roupas Campinas Ltda - Me	SP
725	47117.000413/2009-97	015494055	Mogi Tec Industria Com e Distribuidora de Auto Pecas Ltda	SP
726	46254.001181/2004-42	4439147	Moldmix Ind Com Ltda	SP
727	46255.000789/2006-10	8269491	Monica Ester O. Muszkat Cantina EPP	SP
728	46254.300164/2003-12	12084581	Monica Regina da Silva Me	SP
729	46258.001022/1997-45	169771167	Montanhana Prestadora de Serv S/C Ltda	SP
730	46254.000586/2002-00	19355921	Monte Sião Ensino Fundam e Com de Mat Didaticos Ltda	SP
731	47998.002009/2006-37	012003522	Motofast Comercio de Motopecas Ltda Me	SP
732	47998.003527/2003-25	008624534	Motofast Entregas Rapidas Ltda	SP
733	46474.003066/2009-22	8097755	Moura & Cea Lavanderia Ltda Me	SP
734	47998.007450/2003-62	008629773	Movelac Ind e Comércio de Moveis Ltda	SP
735	47998.009776/2003-24	006196918	Movimento's Coml. Limpadora e Conservadora Ltda	SP
736	47998.004652/2005-14	011923393	MP - Farmacia de Manipulacao Ltda	SP
737	46258.001742/2005-54	11972793	Mpm Locações e Transportes Ltda EPP	SP
738	46258.000614/2000-89	574384	Murakami Murakami Ltda	SP
739	46258.001160/2000-63	190322	Murakami Murakami Ltda	SP
740	47998.003298/2004-20	008626626	N. I. Viel - Me	SP
741	47998.003690/2005-50	011921838	Nasci Industria Optica Ltda EPP	SP
742	47998.001791/2002-43	008605491	Nbk Comunicacao Integrada Ltda	SP
743	47998.009122/2007-24	015851869	Ndc - Comercial Representacao e Armazens Gerais Ltda EPP	SP
744	47998.006679/2004-61	008211400	Neilson Goncalves e Outros	SP
745	47998.006728/2009-70	019391811	Neilton Silva Queiroz - Me	SP
746	46454.000488/2006-31	13464841	Nelma Cristina Crespilho Martinez Me	SP
747	46254.003753/2001-85	004421108	Nelson Cândido Silva	SP
748	46254.001532/2002-53	004426584	Neri Antonio de Camargo	SP
749	46258.001349/2004-80	008302375	Neri Motter Junior Me	SP
750	46254.600161/2004-59	008597413	Neusa Maria Tersariolli	SP
751	46267.004220/2005-03	008637679	New Carton Ind. e Com. de Embalagens Ltda	SP
752	46254.000891/2006-17	012084531	Newcorte Ind. E Comércio Máquinas e Equipamentos Ltda	SP
753	46254.001685/2006-24	012084751	Newcorte Ind. e Comércio Máquinas e Equipamentos Ltda	SP
754	46254.003033/2002-09	004429494	Newcorte Ind. e Comércio Máquinas e Equipamentos Ltda	SP
755	46254.000866/2003-91	004436997	Newton Soares Bauru	SP
756	46254.000080/2004-54	12051179	Niaflex Produtos Plasticos Ltda	SP
757	46254.600102/2005-61	13405152	Niaflex Produtos Plasticos Ltda	SP
758	46254.003052/2007-31	013602756	Niceu de Jesus Alves	SP
759	47998.004999/2005-67	011836199	Nilce Aparecida do Nascimento Correia Fazolin Me	SP
760	46258.000527/2005-36	008305498	Nilza Gibim da Silva Me	SP
761	46267.000509/2003-83	008630461	Nivaldo Neves Cintra	SP
762	46474.002932/2007-04	8090211	No Problem Assessoria em Segurança	SP
763	46474.002611/2009-63	13450174	Nobile Cuccina Ind. Com. Import. Exportação de Temperos EPP	SP
764	47998.011827/2007-10	015867781	Nonato Com Mat Elet Hidraul Prestacao Serviços Ltda - Me	SP
765	46254.001856/2004-53	008594881	Norival Foloni	SP
766	47998.013394/2004-86	011835893	Nosso Clube Recreativo e Esportivo	SP
767	46254.003842/2001-21	004420829	Nova Aliança Transportes Ltda	SP
768	46254.002618/2007-16	013602233	Nova Mecânica Diesel Ltda Me	SP
769	47998.008694/2005-24	011996315	Nova Panificadora Pao de Ouro Ltda	SP
770	46254.700070/2005-01	008208794	Nova Terra Comércio e Serviços Ltda.	SP
771	46254.002056/2006-11	12086690	Novagropav Agropecuaria Ltda	SP
772	47998.002069/2009-01	015477908	Novo Rumo Empreendimentos Imobiliarios S/C Ltda	SP
773	46474.003276/2008-30	15462838	Nsa Recursos Humanos Ltda	SP
774	46755000146200465	8977500	Nutrire Restaurantes Empresariais Ltda EPP	SP
775	46254.400746/2002-17	4431120	O C Terceirização Igaraçu Ltda Me	SP
776	46254.004257/2003-19	8587213	Office Baby Com de Confecções Ltda	SP
777	46254.400285/2002-74	4423402	Officio Serv de Vigilancia e Segurança Ltda	SP
778	46255.002376/2005-81	11894148	Olaria Cantoni Ltda	SP
779	46267.003174/2001-93	000512931	Olavo Jose dos Santos	SP
780	46254.000030/2003-96	4434765	Oliveira & Mangili Ltda	SP
781	46254.004074/2002-12	4428960	Oliveira & Mangili Ltda	SP
782	46254.200165/2000-15	233757	Oliveira & Tibaldi Ltda	SP
783	46474.001440/2009-55	15737161	Opera Prima Industria e Comercio de Confecções Ltda Me	SP
784	46454.000143/2007-69	13467239	Opticas Galbiatti Jau Ltda EPP	SP
785	46254.000672/2003-95	4436679	Organização Mercurio - Assess. e Consult Contabil Ltda	SP
786	46254.001052/2002-92	4424859	Orgencio Rodrigues Moreira	SP
787	46254.003295/2002-65	4421884	Osmar Alves Abrantes Me	SP
788	46258.004519/2006-40	13467697	Osmar Augusto e Silva e Outros	SP
789	46258.003297/2009-91	15912639	Oswaldo de Lucca Filho Me	SP
790	46474.002865/2003-96	13454731	Ouro Branco Comércio e Serviços de Limpeza Ltda.	SP
791	46254.002851/2002-86	4430468	Ozair Aparecido Prado Me	SP
792	46255.002007/2004-15	8262063	P Com De Equipamentos e Segurança Patrimonial Ltda	SP
793	46254.001060/2006-62	12083691	Padovini Silva Serralheria Ltda Me	SP
794	46254.002106/2005-80	8206465	Padovini Silva Serralheria Ltda Me	SP
795	46254.002176/2005-38	8208077	Padovini Silva Serralheria Ltda Me	SP
796	46254.002968/2001-89	4417721	Pagani & Zulian Ltda Me	SP
797	46254.003464/2008-52	15809471	Pagani & Zulian Ltda Me	SP
798	46254.000968/2007-30	13598881	Painter Revestimentos Especiais S/C	SP
799	46254.001956/2007-22	13602110	Paloma Transportes de Bauru Ltda	SP
800	46258.001112/2003-18	8745056	Panamericano Adm Cart Cred S/C	SP
801	46258.001113/2003-62	8745064	Panamericano Adm Cart Cred S/C	SP
802	47998.008095/2004-20	8217998	Panela Brasileira Restaurante e Self Service Ltda Me	SP
803	46254.000080/2004-54	8587507	Panfletos & Cia Ltda	SP
804	47998.004575/2003-31	789836	Panificadora Bella Italia Ltda	SP
805	47998.007604/2007-40	15850684	Panificadora das Virgens E Barros Ltda Me	SP
806	47998.007536/2008-08	15859240	Paracatu Agropecuaria Ltda	SP
807	46254.600207/2002-78	8587591	Paulo Alves Barbosa Me	SP
808	46254.000008/2008-51	13604465	Paulo Cesar Rodrigues Bauru Me	SP
809	46254.001608/2008-36	15805948	Paulo Cesar Rodrigues Bauru Me	SP
810	46254.004323/2003-42	8584087	Paulo Eres Martini Avai	SP
811	46254.000343/2008-59	15802914	Paulo Joel Oliveira Me	SP
812	47998.009183/2006-19	13440225	Pax Viagens e Turismo Ltda	SP
813	47998.010924/2006-04	13485164	Pedro Humberto de Moraes	SP
814	47998.011766/2005-11	11925183	Pedro Luis de Oliveira Confecção Me	SP
815	46254.002535/2002-12	4428153	Pegasus Serv de Segurança S/C Ltda	SP
816	47998.009614/2007-10	15853365	Peixoto & Oliveira Com Varejista de Roupas Ltda Me	SP
817	47998.005510/2007-36	13597396	Peleu Com e Serv Ltda Me	SP
818	47998.005891/2009-15	15862429	Peleu Com e Serv Ltda Me	SP
819	46254.300278/2004-35	8595933	Pergaminho de Botucatu Ltda Me	SP
820	46455.000009/2005-96	8201366	Perico Hoteis Ltda Me	SP
821	47998.003929/2004-19	8215847	Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A	SP
822	47998.002131/2009-56	15479013	Pezzini e Frasseto Ltda Me	SP
823	47998.005767/2007-98	15615685	PH Fernandes Lanchonete Me	SP
824	47998.011144/2007-54	15851931	Phanter Vigia Portaria e Limpeza Ltda Me	SP
825	47998.002525/2007-42	13436066	Pizza 10 Ltda Me	SP
826	46254.002511/2006-89	13463462	Pizzaria Terranova Bauru Ltda	SP
827	46255.001484/2004-55	8260524	Plasticos Nobel Comercial Ltda	SP
828	47998.007786/2006-78	13436023	Plasticos Zafred Ind e Comércio Ltda	SP
829	46254.400387/2003-71	8583536	Portal Jau Vigilancia e Serv Ltda	SP
830	46254.400388/2003-15	8583528	Portal Jau Vigilancia e Serv Ltda	SP
831	46254.400389/2003-60	8583510	Portal Jau Vigilancia e Serv Ltda	SP
832	46254.400391/2003-39	8580995	Portal Jau Vigilancia e Serv Ltda	SP
833	46254.000970/2004-66	8593124	Postão 30 Com. Transp Ltda	SP
834	46385.000182/2007-27	15851621	Posto Araruna Ltda	SP
835	46254.002256/2003-21	8580642	Posto do Pao de Bauru Ltda Me	SP
836	46254.003016/2005-14	12080161	Posto do Pao de Bauru Ltda Me	SP
837	46254.003422/2003-15	8583251	Posto do Pao de Bauru Ltda Me	SP
838	46254.003423/2003-51	8583234	Posto do Pao de Bauru Ltda Me	SP
839	46254.003426/2003-95	8583200	Posto do Pao de Bauru Ltda Me	SP
840	46254.003427/2003-30	8583242	Posto do Pao de Bauru Ltda Me	SP
841	46254.003424/2003-04	8583226	Posto do Pão de Bauru Ltda Me	SP
842	46254.003425/2003-41	8583218	Posto do Pão de Bauru Ltda Me	SP
843	47998.005181/2004-81	8217815	Posto Estacionamento - Unidade II	SP
844	46254.000772/2003-11	4435427	Posto Falcao Ltda	SP
845	47998.011140/2005-12	11991186	Prest Forte Confecções Ltda Me	SP
846	47998.000607/2005-91	11836962	Prest Service Mão de Obra S/C Ltda	SP
847	46254.003614/2001-51	4418646	Prestadora de Serv Echela Ltda Me	SP
848	46254.000459/2004-64	8588929	Prieto & Pastore Ltda	SP
849	47998.012681/2004-79	8223297	Priscila C P Simoes & Cia Ltda Me	SP
850	47998.007275/2005-75	11927071	Pro Tipo Industria Metalurgica Ltda	SP
851	46255.001664/2005-18	11892161	Proative Do Brasil M Tecnology Ltda EPP	SP
852	47998.003408/2003-72	8621039	Proinfo Informatica Ltda	SP
853	47998.009648/2009-76	15897991	Projeto Esquadrias Metalicas Ltda Me	SP

PUBLICAÇÃO PROIBIDA A TERCEIROS

854	46454.000224/2005-05	8205574	Qualifiber Ind e Com Ltda	SP
855	46454.000225/2005-41	8205582	Qualifiber Ind e Com Ltda	SP
856	46454.000234/2006-13	12085766	Qualifiber Ind e Com Ltda	SP
857	46254000665200555	8203202	Quimiplast Ind e Com de Embalagens Ltda	SP
858	46254001098200635	12086037	Quimiplast Ind e Com de Embalagens Ltda	SP
859	46254001100200676	12086053	Quimiplast Ind e Com de Embalagens Ltda	SP
860	46254001143200651	12086070	Quimiplast Ind e Com de Embalagens Ltda	SP
861	46254001144200604	12086088	Quimiplast Ind e Com de Embalagens Ltda	SP
862	46254004210200347	8587787	Quimiplast Ind e Com de Embalagens Ltda	SP
863	46254004211200391	8587795	Quimiplast Ind e Com de Embalagens Ltda	SP
864	47998.003044/2009-16	15871363	R & A Calcados e Confecções Ltda	SP
865	47998.004301/2004-22	8219010	R C B Maquinas Ltda	SP
866	47998.012763/2007-66	15853187	R de P Barbosa Confecções Me	SP
867	47998.002399/2009-98	15479064	Radio Transmissora da Serra Negra Ltda	SP
868	47998.008978/2009-44	19388501	Rapido Fenix Viação Ltda	SP
869	46254.000686/2008-13	15804763	RCL - Obsras e Serv Ltda	SP
870	46267.002410/2001-54	000511790	Ribeiro & Ribeiro Ltda ME	SP
871	46427.000150/2005-26	11838132	Roberta Giardini Briotto Madeira Me	SP
872	46254.001697/2007-30	13599992	Rosa Mara Rossi Sousa Bauru Me	SP
873	47998.006826/2004-01	8219249	Saber - Soc Academica Bras Ensino Renovado Ltda	SP
874	47207000272200731	13600354	Samir Garcia Salomao	SP
875	47998.002708/2006-87	11999454	Sandra Rodrigues de Jesus Barbosa Me	SP
876	46254.001551/2002-80	004426614	Sandro Sebastiao de Morais	SP
877	46254.001717/2002-68	004426665	Sandro Sebastiao de Morais	SP
878	46254.120263/2002-23	008956472	Sandro Sebastiao de Morais	SP
879	47999.001023/2005-22	12188999	Santa Casa de Misericordia de Jacarei	SP
880	46474.004982/2008-07	15739678	Santonelli Industria e Comercio Ltda	SP
881	47998.011940/2007-97	15863867	Santos & Bueno Terceirização e Mao de Obra Ltda Me	SP
882	46254.003189/2008-77	15805701	Santos & Galvão S/S Ltda	SP
883	46254.003191/2008-46	15805697	Santos e Galvão S/S Ltda	SP
884	47998.013043/2007-18	15868346	Sata Serviços Aux de Transp Aereo S.A.	SP
885	47998.004203/2006-57	12002453	Saturno Assessoria de Cobrança S/C Ltda	SP
886	47998.011996/2003-18	8210110	Saturno Assessoria de Cobrança S/C Ltda	SP
887	47998.011997/2003-62	8210128	Saturno Empreendimentos Imob S/C Ltda	SP
888	46454000431200632	13463594	Savio & Viegas Serviços Agricolas Ltda	SP
889	46267.003357/2001-17	000513270	Scott & Cerqueira Ltda - Me	SP
890	46474.007006/2006-36	6117074	Screen Plast Ind e Com Exportacao e Importação Ltda	SP
891	46254.002868/2004-03	008594554	Se Supermercados Ltda	SP
892	46254.002842/1999-83	000178764	Sebastiao Homero Gomes	SP
893	46267.000794/2004-13	008633681	Segal Pesponto Ltda	SP
894	46267.000856/2007-30	012151173	Segmento Mult Construtora Ltda	SP
895	47998.012470/2006-06	13537881	Segmento Mult Construtora Ltda	SP
896	47999.005087/2005-01	11954418	Segvap Serv Ltda	SP
897	47998.007202/2005-83	11995025	Sela & Silva Com de Peças Ind Ltda - Me	SP
898	47998.006871/2005-38	011922214	Selva Military & Adventure Comercio e Importação Ltda - EPP	SP
899	46254001608200755	13601105	Sempre Menina Ind e Com de Confecções Ltda ME	SP
900	47998.000768/2009-16	015490246	Sergio de Araujo Benedito Construções - Me	SP
901	47998.007869/2005-86	008213950	Sergio Lunardi Faleiro Me	SP
902	46454.000154/2005-87	008202613	Sergio Roberto Detiglio	SP
903	47998.012794/2005-55	011991241	Servidox Valvulas e Conexoes Ltda	SP
904	47998.010243/2006-38	013447271	Setagraf Comercio de Facas Para Corte e Vinco Ltda Me	SP
905	46258.001188/00-75	000191078	Seter Servicos Terceirizados S/C Ltda	SP
906	47998.007561/2003-79	008627959	Settex Central de Reciclagem Ltda	SP
907	47998.010393/2008-11	015877230	Sigobia e Cia Ltda	SP
908	46254.001152/2005-61	008204870	Silsan Lavanderia e Tapeçaria Bauru Ltda Me	SP
909	46474.000200/2004-29	8104565	Silva & Stevanin Comercio e Serviços Ltda.	SP
910	46254.002293/2006-82	13463314	Silva e Gonçalves Ltda	SP
911	47998.006294/2002-31	008612323	Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Paulinia	SP
912	47998.004960/2004-69	008217505	Sintcomex Solucoes Integradas Com. Exterior Ltda	SP
913	46474.001180/2005-94	15734366	Sirmim Ind e Com de Roupas Ltda	SP
914	47998.000910/2004-11	008211124	Sistema Educacional Sumare S/C Ltda - Colegio M. Luiza	SP
915	46455.000116/2008-67	15585034	Sistema Integrado de Ens Barra Bonita Ltda	SP
916	47998.002733/2008-22	015860281	Sivaldo Comercio de Veiculos Ltda	SP
917	47998.002734/2008-77	015860272	Sivaldo Comercio de Veiculos Ltda	SP
918	46474.002969/2008-13	8095981	Sm Grafica e Editora Ltda	SP
919	46254.000008/2008-51	8267685	So Brek Comercial Auto Peças Ltda	SP
920	46474.000733/2005-91	6112528	Soc Industrial de Artefatos de Borracha Soinarbo S A	SP
921	47998.001580/2005-53	008222819	Sociedade Hipica de Campinas	SP
922	47998.005352/2002-18	000364941	Sociedade Recreativa e Esportiva Pinhalense	SP
923	46474.001035/2006-94	8096937	Sol Natal Transportes e Representacoes Ltda	SP
924	47998.004064/2006-61	011998563	Sonia Maria Carneiro Me	SP
925	47998.012676/2005-47	011999098	Sonia Maria Carneiro Me	SP
926	46254001545200818	15805832	Stoppa Peças e Serviços Ltda	SP
927	46254001546200862	15805841	Stoppa Peças e Serviços Ltda	SP
928	46254001547200815	15805859	Stoppa Peças e Serviços Ltda	SP
929	47998.012974/2005-37	11998083	Strutural Comercio de Vidros Ltda EPP	SP
930	46474.002809/2005-13	15733483	Sueli Aparecida da Costa Me	SP
931	47998.000235/2004-11	8629005	Sueli Aparecida Folchini	SP
932	46254.001387/2005-53	008206210	Sugar Cane Com. e Serviços Ltda	SP
933	47998.003265/2003-07	8622418	Supermecados Valinhos Ltda Me	SP
934	47998.006696/2006-60	13435540	Supermercado Colorado Ltda	SP
935	47998.010048/2007-99	15857131	Supermercado Galassi Ltda	SP
936	47998.009039/2004-11	8225591	Supermercado Grandim Ltda	SP
937	47998.009700/2003-07	6195679	Supermercado Hortolandia Ltda	SP
938	47207.000081/2007-70	13598309	Supermercado Topa Tudo Ltda	SP
939	46474.003769/2008-70	8105367	Supermercado Uehara Filhos Ltda	SP
940	47998.010798/2005-07	11990775	Supervisão Contabil Sociedade Civil Ltda	SP
941	47998.001131/2008-58	15855961	Supra Tintas Ind Ltda	SP
942	46474.002637/2009-10	8105766	SVG Centro Tecnico Automotivo Ltda Me	SP
943	46474.003715/2009-95	8096597	SVG Centro Tecnico Automotivo Ltda Me	SP
944	47998.006388/2003-91	8625719	Tgi Campinas Com de Alimentos e Bebidas S/A	SP
945	47998.003761/2005-14	11924373	Thome Ferreira Moveis e Decoração Ltda Me	SP
946	46258.001612/2006-01	012090778	Tim Pet Shop e Armarinhos Ltda	SP
947	46258.001231/2003-71	8744327	Tonzar & Santos Ltda - ME	SP
948	47998.011547/2003-70	8626537	Toolyng Ind e Comercio Ltda	SP
949	47998.002064/2004-65	8210233	Transpev Transp de Valores e Segurança Ltda	SP
950	47998.004936/2004-20	8762848	Transportadora e Empreiteira Beltrame Ltda Me	SP
951	47998.012799/2005-88	11998784	Tubovalco Tubos, Valvulas e Conexoes Ltda	SP
952	47998.006287/2001-59	4353005	Uniao Adm de Consorcios Ltda	SP
953	46423.000471/2008-11	15874702	Ush Usinagem de Sistemas Hidraulicos Ltda	SP
954	47998.006488/2003-18	8614156	Ush Usinagem de Sistemas Hidraulicos Ltda	SP
955	47998.003573/2004-13	8210934	V C R Comercial Atacadista Ltda	SP
956	47998.004448/2007-65	15614034	Vacuoflex Tecnologias Ltda	SP
957	47998.004449/2007-18	15614042	Vacuoflex Tecnologias Ltda	SP
958	46267.000550/2007-83	013563106	Vagner Augusto de Oliveira Corte Me	SP
959	47998.011430/2006-39	13441809	Valdecir Aparecido Sassi - Me	SP
960	47998.012688/2006-52	13486721	Valdecir Aparecido Sassi Me	SP
961	46254.002538/2000-86	000236365	Valdevino de Jesus Oliveira	SP
962	47998.003160/2006-92	011999225	Valeria Aparecida Furlan de Novaes Me	SP
963	46254.003131/2008-23	015807673	Valeria Martinucho Me	SP
964	46254.003921/2007-28	015802345	Valeria Martinucho Me	SP
965	46254.003922/2007-72	015802337	Valeria Martinucho Me	SP
966	47998.010656/2005-31	011993855	Valeriano Leardine - Me	SP
967	47998.007923/2004-11	8219974	Valforte Assessorios Ind Ltda	SP
968	46254.110008/2004-34	008587973	Valim Publicidade de S/C Ltda	SP
969	46258.000978/2004-92	008747024	Vanderlei Benedito Penitente	SP
970	47998.007602/2007-51	015850668	Vanessa Agnelo - Me	SP
971	47998.010546/2007-31	013537253	Vanessa Geralda do Amaral e Cia Ltda	SP
972	46267.003448/2001-44	000513342	Vania Maciel Coelho e Carlos Mendes Coelho Junior	SP
973	46254.000583/2000-04	000230227	Vanilson Gonçalves	SP
974	47998.011867/2004-19	8227829	Varejão da Fazenda Ltda	SP
975	46418.000115/2005-16	8266891	Vereda Empreendimentos e Participacoes Ltda	SP
976	46254.002848/2002-62	004430417	Verginia Lucia Silva Me	SP
977	46258.001295/2004-52	008301255	Via Norte Comercial de Veiculos Ltda	SP
978	46258.001498/2004-49	008301557	Viacao Motta Ltda	SP
979	47998.003027/2006-36	12001953	Vicente Coelho dos Anjos Me	SP
980	46254.001292/2003-78	004439783	Victh Modas Ltda Me	SP
981	47998.003020/2006-14	13440772	Vida Serv Emp Mao de Obra de Constr Civil Ltda Epp	SP
982	46254.700040/2002-44	004425677	Video Som Martins & Filhos Ltda	SP
983	46254.300169/2003-37	004424255	Village Segurança Especial S/C Ltda	SP
984	47998.010235/2003-49	8210331	Villas Plazza Hotel Ltda Me	SP
985	47998.010627/2003-16	8629501	Virginio Gilberto Neto	SP
986	47998.002821/2004-09	8210985	Vitor Andre da Silva Quijada Me	SP
987	46454.000690/2007-44	013604937	Vitoriana Construtora e Comercio Ltda	SP
988	47998.004357/2003-04	8621977	Vivian Cristina Ruzza Delgado	SP
989	46255.000466/2006-18	11893508	Vizzoni Estamparia e Ferramentaria Ltda	SP
990	47998.001161/2009-45	15877256	Vlp Silva Construções Me	SP
991	46254.003023/2006-99	012086924	W M Macatuba Comercial Ltda	SP
992	47998.007184/2004-59	8222436	W T Elias ME	SP
993	46254.000925/2000-88	000231151	W.J.B. Comercio de Derivados de Petroleo Ltda.	SP
994	46258.002793/2006-84	12134929	Waldir de Arribamar	SP
995	46254.003640/2003-41	008583889	Wam Paper Produtos de Papelaria e Informática Ltda Me	SP
996	47998.013006/2006-29	13535200	Wanda Marson Padula Me	SP
997	46254.000683/2003-75	004435338	Wanderlea Sanches Bueno Me	SP
998	46254.600030/2004-71	008586471	Wanderlea Sanches Bueno Me	SP
999	47998.012780/2005-31	011927682	We Malhas Industria e Comercio Ltda Me	SP
1000	47998.004468/2003-11	8613630	Web School Educ Continuada a Distancia Ltda	SP
1001	46254.002756/2007-97	013604601	Wel Padaria e Confeitaria Pao de Mel Ltda	SP
1002	46254.002757/2007-31	013604597	Wel Padaria e Confeitaria Pao de Mel Ltda	SP
1003	46254.002758/2007-86	013604589	Wel Padaria e Confeitaria Pao de Mel Ltda	SP
1004	46254.002759/2007-21	013604571	Wel Padaria e Confeitaria Pao de Mel Ltda	SP
1005	47998.013948/2005-26	011999136	Werssailes Sorveteria Ltda	SP
1006	46258.001062/2004-50	008301034	Wilson C. Mathias Me	SP
1007	46254.001048/2002-24	004424875	Wilson da Conceicao de Almeida Barros	SP
1008	46254.001474/2002-68	004426517	Wilson da Conceicao de Almeida Barros Itaberá - Me	SP
1009	46385.000062/2006-49	012000833	Wms - Supermercados do Brasil S/A	SP
1010	46474.003276/2008-30	6195326	Wt Textil Ltda	SP
1011	46474.001440/2009-55	364959	Xina´S Grafica e Editora Ltda	SP
1012	46474.002865/2003-96	11839457	Zakia & Morosini Restaurante Ltda	SP

LORENA GUIMARÃES ARRUDA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 6 de junho de 2016

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 1122/2016/CGRS/SRT/MT, resolve DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato Rural de Chapecó, Processo 46220.003011/2012-08, CNPJ 83.084.335/0001-62, para representar a categoria econômica no Plano da CNA - Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambú, Nova Itaberaba e Planalto Alegre, no Estado de Santa Catarina.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1123/2016/CGRS/SRT/MT, resolve DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária 46266.002989/2012-18 ao Sindicato dos Servidores Municipais de Arujá e Região - SINDISMAR, CNPJ 66.654.476/0001-54, para representação da Categoria dos Servidores Públicos, ativos e inativos, da Câmara Municipal, Autarquias, Fundações e Prefeitura Municipal e Sociedades de Economia Mista, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Arujá, Bom Jesus dos Perdões, Igaratá, Nazaré Paulista e Santa Isabel, Estado de São Paulo/SP, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve EXCLUIR da representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, a Categoria dos Servidores Públicos, ativos e inativos, da Câmara Municipal, Autarquias, Fundações e Prefeitura Municipal e Sociedades de Economia Mista, no município de Bom Jesus dos Perdões, Estado de São Paulo/SP, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 1124/2016/CGRS/SRT/MT, resolve DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao SIP/MG - Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Panificação e Confeitaria e de Massas Alimentícias e Biscoitos de Minas Gerais, Processo 46211.006498/2012-81, CNPJ 17.438.581/0001-40, para representar a Categoria Econômica, das Indústrias de Panificação e Confeitaria e de Massas Alimentícias e Biscoitos, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Abaeté, Abre Campo, Acaiaca, Água Boa, Água Comprida, Aguanil, Águas Formosas, Aimorés, Aiuruoca, Alagoa, Além Paraíba, Alfredo Vasconcelos, Almenara, Alpercata, Alpinópolis, Alterosa, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Alto Rio Doce, Alvarenga, Alvinópolis, Alvorada de Minas, Amparo do Serra, Andrelândia, Angelândia, Antônio Carlos, Antônio Prado de Minas, Araçaí, Aracitaba, Araçuaí, Arantina, Araponga, Araporã, Arapuá, Araújos, Arceburgo, Arcos, Argirita, Aricanduva, Arinos, Astolfo Dutra, Ataléia, Augusto de Lima, Baependi, Baldim, Bambuí, Bandeira, Barão de Cocais, Barão de Monte Alto, Barbacena, Barra Longa, Barroso, Bela Vista de Minas, Belmiro Braga, Belo Horizonte, Belo Vale, Berilo, Berizal, Bertópolis, Betim, Bias Fortes, Bicas, Biquinhas, Bocaina de Minas, Bom Despacho, Bom Jardim de Minas, Bom Jesus da Penha, Bom Jesus do Amparo, Bom Jesus do Galho, Bom Sucesso, Bonfim, Bonfinópolis de Minas, Bonito de Minas, Borda da Mata, Brás Pires, Brasilândia de Minas, Brumadinho, Buenópolis, Bugre, Buritis, Cabeceira Grande, Cachoeira da Prata, Cachoeira de Pajeú, Caetanópolis, Caeté, Caiana, Cajuri, Camacho, Campanário, Campo Azul, Campo Belo, Campo Florido, Campos Altos, Cana Verde, Canaã, Candeias, Cantagalo, Caparaó, Capela Nova, Capelinha, Capetinga, Capim Branco, Capitão Andrade, Capitólio, Caputira, Caraí, Caranaíba, Carandaí, Carangola, Caratinga, Carbonita, Carlos Chagas, Carmésia, Carmo da Cachoeira, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmo do Paranaíba, Carmo do Rio Claro, Carmópolis de Minas, Carneirinho, Carrancas, Carvalhos, Casa Grande, Cascalho Rico, Cássia, Cataguases, Catas Altas, Catas Altas da Noruega, Catuji, Catuti, Cedro do Abaeté, Central de Minas, Chácara, Chalé, Chapada do Norte, Chapada Gaúcha, Chiador, Cipotânea, Cla-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

raval, Cláudio, Coimbra, Coluna, Comendador Gomes, Comercinho, Conceição da Aparecida, Conceição da Barra de Minas, Conceição das Alagoas, Conceição de Ipanema, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Pará, Cônego Marinho, Confins, Congonhas, Congonhas do Norte, Conquista, Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Pena, Contagem, Coqueiral, Cordisburgo, Corinto, Coroaci, Coronel Murta, Coronel Pacheco, Coronel Xavier Chaves, Córrego Danta, Córrego Fundo, Córrego Novo, Couto de Magalhães de Minas, Crisólita, Cristais, Cristiano Otoni, Crucilândia, Cruzeiro da Fortaleza, Cruzília, Cuparaque, Curral de Dentro, Curvelo, Datas, Delfinópolis, Delta, Descoberto, Desterro de Entre Rios, Desterro do Melo, Diamantina, Diogo de Vasconcelos, Divinésia, Divino, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Divinópolis, Divisa Alegre, Divisópolis, Dom Bosco, Dom Joaquim, Dom Silvério, Dona Eusébia, Dores de Campos, Dores de Guanhães, Dores do Indaiá, Dores do Turvo, Doresópolis, Douradoquara, Durandé, Engenheiro Caldas, Entre Folhas, Entre Rios de Minas, Ervália, Esmeraldas, Espera Feliz, Estrela Dalva, Estrela do Indaiá, Estrela do Sul, Eugenópolis, Ewbank da Câmara, Faria Lemos, Felício dos Santos, Felisburgo, Felixlândia, Fernandes Tourinho, Ferros, Fervedouro, Florestal, Formiga, Formoso, Fortaleza de Minas, Fortuna de Minas, Francisco Badaró, Franciscópolis, Frei Gaspar, Frei Inocêncio, Frei Lagonegro, Fronteira, Fronteira dos Vales, Fruta de Leite, Funilândia, Galiléia, Gameleiras, Glaucilândia, Goiabeira, Goianá, Gonzaga, Gouveia, Grupiara, Guanhães, Guapé, Guaraciaba, Guaraciama, Guaranésia, Guarani, Guarará, Guarda-mor, Guidoval, Guimarânia, Guiricema, Ibertioga, Ibiá, Ibiracatu, Ibiraci, Ibirité, Ibituruna, Icaraí de Minas, Igarapé, Igaratinga, Iguatama, Ijaci, Ilicínea, Imbé de Minas, Indaiabira, Indianópolis, Ingaí, Inhapim, Inhaúma, Inimutaba, Ipaba, Ipanema, Iraí de Minas, Itabira, Itabirinha, Itabirito, Itaguara, Itaipé, Itamarandiba, Itamarati de Minas, Itambacuri, Itambé do Mato Dentro, Itamogi, Itamonte, Itanhomi, Itaobim, Itapagipe, Itapecerica, Itatiaiuçu, Itaú de Minas, Itaúna, Itaveravá, Itinga, Itueta, Itumirim, Itutinga, Jaboticatubas, Jacinto, Jacuí, Jaíba, Jampruca, Japaraíba, Japonvar, Jeceaba, Jenipapo de Minas, Jequeri, Jequitibá, Jequitinhonha, Joaíma, João Monlevade, João Pinheiro, Joaquim Felício, Jordânia, José Gonçalves de Minas, José Raydan, Josenópolis, Juatuba, Juruaia, Juvenília, Ladainha, Lagamar, Lagoa da Prata, Lagoa Dourada, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Lagoa Santa, Lajinha, Lamim, Laranjal, Lavras, Leandro Ferreira, Leme do Prado, Leopoldina, Liberdade, Lima Duarte, Limeira do Oeste, Lontra, Luisburgo, Luislândia, Luminárias, Luz, Machacalis, Madre de Deus de Minas, Malacacheta, Mamonas, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Mar de Espanha, Maravilhas, Mariana, Marilac, Mário Campos, Maripá de Minas, Martinho Campos, Martins Soares, Mata Verde, Materlândia, Mateus Leme, Mathias Lobato, Matias Barbosa, Matias Cardoso, Matipó, Matozinhos, Matutina, Medeiros, Medina, Mendes Pimentel, Mercês, Minas Novas, Minduri, Miradouro, Miraí, Miravânia, Moeda, Moema, Monjolos, Monte Formoso, Monte Santo de Minas, Montezuma, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Morro do Pilar, Muriaé, Mutum, Nacip Raydan, Nanuque, Naque, Natalândia, Nazareno, Nepomuceno, Ninheira, Nova Belém, Nova Era, Nova Lima, Nova Módica, Nova Porteirinha, Nova Resende, Nova Serrana, Nova União, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Novorizonte, Olaria, Olhos-d'água, Oliveira, Oliveira Fortes, Onça de Pitangui, Oratórios, Orizânia, Ouro Branco, Ouro Preto, Ouro Verde de Minas, Padre Carvalho, Padre Paraíso, Pai Pedro, Paineiras, Pains, Paiva, Palma, Palmópolis, Papagaios, Pará de Minas, Paracatu, Paraopeba, Passa Tempo, Passabém, Passa-vinte, Passos, Patis, Patrocínio do Muriaé, Paula Cândido, Paulistas, Pavão, Peçanha, Pedra Azul, Pedra Bonita, Pedra do Anta, Pedra do Indaiá, Pedra Dourada, Pedras de Maria da Cruz, Pedrinópolis, Pedro Leopoldo, Pedro Teixeira, Pequeri, Pequi, Perdigão, Perdizes, Perdões, Periquito, Pescador, Piau, Piedade de Caratinga, Piedade de Ponte Nova, Piedade do Rio Grande, Piedade dos Gerais, Pimenta, Pingo-d'água, Pintópolis, Piracema, Pirajuba, Piranga, Pirapetinga, Pirapora, Piraúba, Pitangui, Piumhi, Planura, Pocrane, Pompéu, Ponte Nova, Ponto Chique, Ponto dos Volantes, Porto Firme, Poté, Prados, Pratápolis, Pratinha, Presidente Bernardes, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Presidente Olegário, Prudente de Morais, Quartel Geral, Queluzito, Raposos, Raul Soares, Recreio, Reduto, Resende Costa, Resplendor, Ressaquinha, Riachinho, Ribeirão das Neves, Ribeirão Vermelho, Rio Acima, Rio Casca, Rio do Prado, Rio Doce, Rio Espera, Rio Manso, Rio Novo, Rio Paranaíba, Rio Piracicaba, Rio Pomba, Rio Preto, Rio Vermelho, Ritápolis, Rochedo de Minas, Rodeiro, Rosário da Limeira, Rubim, Sabará, Sabinópolis, Salto da Divisa, Santa Bárbara, Santa Bárbara do Leste, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Cruz de Minas, Santa Cruz de Salinas, Santa Cruz do Escalvado, Santa Efigênia de Minas, Santa Fé de Minas, Santa Helena de Minas, Santa Juliana, Santa Luzia, Santa Margarida, Santa Maria de Itabira, Santa Maria do Salto, Santa Maria do Suaçuí, Santa Rita de Ibitipoca, Santa Rita de Jacutinga, Santa Rita de Minas, Santa Rita do Itueto, Santa Rosa da Serra, Santana da Vargem, Santana de Cataguases, Santana de Pirapama, Santana do Deserto, Santana do Garambéu, Santana do Jacaré, Santana do Manhuaçu, Santana do Paraíso, Santana do Riacho, Santana dos Montes, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Aventureiro, Santo Antônio do Grama, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Jacinto, Santo Antônio do Monte, Santo Antônio do Retiro, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Hipólito, Santos Dumont, São Bento Abade, São Brás do Suaçuí, São Domingos das Dores, São Domingos do Prata, São Félix de Minas, São Francisco de Paula, São Francisco de Sales, São Francisco do Glória, São Geraldo, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São Gonçalo do Abaeté, São Gonçalo do Pará, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio Preto, São Gotardo, São João Batista do Glória, São João da Lagoa, São João das Missões, São João Del Rei, São João do Manhuaçu, São João do Manteninha, São João do Pacuí, São João Evangelista, São João Nepomuceno, São Joaquim de Bicas, São José da Barra, São José da Lapa, São José da Safira, São José da Varginha, São José do Divino, São José do Jacuri, São José do Mantimento, São Miguel do Anta, São Pedro da União, São Pedro do Suaçuí, São Pedro dos Ferros, São Romão, São Roque de Minas, São Sebastião da Vargem Alegre, São Sebastião do Anta, São Sebastião do Maranhão, São Sebastião do Oeste, São Sebastião do Paraíso, São Sebastião do Rio Preto, São Thomé das Letras, São Tiago, São Tomás de Aquino, São Vicente de Minas, Sardoá, Sarzedo, Sem-peixe, Senador Amaral, Senador Cortes, Senador Firmino, Senador Modestino Gonçalves, Senhora de Oliveira, Senhora do Porto, Senhora dos Remédios, Sericita, Seritinga, Serra Azul de Minas, Serra da Saudade, Serra do Salitre, Serra dos Aimorés, Serranópolis de Minas, Serranos, Serro, Sete Lagoas, Setubinha, Silveirânia, Simão Pereira, Simonésia, Tabuleiro, Taparuba, Tapira, Tapiraí, Taquaraçu de Minas, Tarumirim, Teixeiras, Teófilo Otoni, Tiradentes, Tiros, Tocantins, Tocos do Moji, Tombos, Três Marias, Tumiritinga, Turmalina, Ubá, Ubaporanga, Umburatiba, Unaí, União de Minas, Uruana de Minas, Urucânia, Urucuia, Vargem Alegre, Vargem Bonita, Vargem Grande do Rio Pardo, Varjão de Minas, Várzea da Palma, Vazante, Verdelândia, Veredinha, Veríssimo, Vermelho Novo, Vespasiano, Viçosa, Vieiras, Virgem da Lapa, Virginópolis, Virgolândia, Visconde do Rio Branco e Volta Grande no Estado de Minas Gerais.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 1125/2016/CGRS/SRT/MT, resolve DEFERIR o Registro Sindical ao SINDSERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais das Prefeituras, Camaras Municipais, Autarquias e Fundações dos Municipios de Manhumirim e Região, Processo 46211.005053/2012-84, CNPJ 14.921.741/0001-10, para representar a categoria profissional dos Servidores públicos municipais ativos e inativos de todas as secretarias do poder executivo, do poder legislativo, da administração direta e indireta, incluindo todas as autarquias e fundações publicas, dos comissionados ou em função gratificada, dos guardas municipais, detentores de cargo publico de carreira nos municípios de Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó, Caputira, Chalé, Durandé, Luisburgo, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Pedra Bonita, Reduto, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento e Simonésia, Estado de Minas Gerais e EXCLUIR a categoria dos Servidores públicos municipais ativos e inativos de todas as secretarias do poder executivo, do poder legislativo, da administração direta e indireta, incluindo todas as autarquias e fundações publicas, dos comissionados ou em função gratificada, dos guardas municipais, detentores de cargo publico de carreira nos municípios de nos municípios de Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó, Caputira, Chalé, Durandé, Luisburgo, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Pedra Bonita, Reduto, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento e Simonésia, Estado de Minas Gerais, da representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, Processo 24000.004348/89-11, CNPJ 33.721.911/0001-67.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1126/2016/CGRS/SRT/MT, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.020023/2008-05, nos termos do artigo 18, III, da Portaria 326/2013; e DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urucânia/MG, Processo 46000.008818/2002-41, CNPJ 04.514.678/0001-43, para representar a categoria profissional dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais assalariados e assalariadas rurais empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifuticultura e extrativismo rural e agricultores e agricultoras que exercem atividades individualmente ou regime de economia familiar na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, com abrangência municipal e base territorial no município de Urucânia no Estado de Minas Gerais.

ADMILSON MOREIRA DOS SANTOS
Substituto

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 21 de junho de 2016

PROCESSO Nº: 50616.001265/2013-98. INTERESSADO: MANOEL MARCHETTI IND. E COM. LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 84.148.436/0001-12 - ASSUNTO: Recurso Administrativo. Decisão: Conheço do Recurso Administrativo (fls. 149/182), por sua tempestividade, para no mérito negar-lhe provimento, acolhendo as razões e fundamentos proferidos pela Superintendência Regional do DNIT no Estado de Santa Catarina, por meio do Despacho nº 0288/2013/PFE/DNIT/SC, exarado às fls. 96/99, bem como Despachos da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, e sua Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias, acostados às fls. 211 e 207/210, respectivamente.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÕES

No art. 4º da Portaria nº 1482, publicada em resumo no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2016, Seção 1, página 36, onde se lê: "Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação", leia-se: "Esta Portaria entra em vigor em 15 de setembro de 2016".

No art. 4º da Portaria nº 1483, publicada em resumo no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2016, Seção 1, página 36, onde se lê: "Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação", leia-se: "Esta Portaria entra em vigor em 15 de setembro de 2016".

Na Portaria nº 1523, publicada em resumo no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2016, Seção 1, página 87, onde se lê: "(Código OACI: SNDH)", leia-se: "(Código OACI: SDNH)".

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.549, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, resolve:

Art 1º Tornar pública a emissão dos Certificados Suplementares de Tipo (CST) abaixo relacionado, emitidos nas datas respectivamente indicadas:

Nº CST	Detentor do CST	Descrição	Aplicabilidade - Aeronaves
2016S06-03	Jet Avionics Ltda.- Brasil	Instalação do Sistema TCAS modelo SKY899	Finmeccanica modelo A109E.
2016S06-04	Alamo Aerospace, LP. - USA	SA02311NY (Installation of 260HP Lycoming IO-540-D4B5 engine) and applicable to Cessna 182S and 182T aircraft model).	Cessna Aircraft modelos 182S e 182T.
2016S06-05	Jazz Engenharia Aeronáutica Ltda. - Brasil	Instalação dos sistemas GNS530W, SL40, GMA340, GTX327 da Garmin; SKY899, WX500 da L-3 Communications, KR-87 da Bendix/King, Horizote 300-14L da Castleberry Electric e Gyro 205-1BC da Mid-continent	Cessna Aircraft modelo 182Q; N/S 18267664, PT-OIW
2016S06-06	Jet Avionics Ltda.- Brasil	Certificação dos sistemas GNS 530 e GNS 430 da Garmin, existentes na aeronave, para a inclusão, em seu tipo de operação, dos procedimentos IFR PBN: RNAV5, RNAV2, RNAV1, RNP1 e RNP APCH.	Finmeccanica modelo A109S; N/S 22091, PR-DNI.
2016S06-07	CGG Aviation LTD. - Canadá	O-LSA96-293/D (Weight Reduction Modification: removal of Main Oxygen Bottle and Cabin Interior Linings).	CASA modelo C-212-CC50, (N/S 265).
2016S06-08	Aero Dynamix, Inc. - USA	SR09516RC (Installation of Night Vision Google Compatible Interior Lighting System.)	AIRBUS HELICOPTERS DEUTSCHLAND modelos EC 135 P2+ e EC 135 T2+.

Art. 3º O inteiro teor das aprovações encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www2.anac.gov.br/certificacao/PST/index_pst.asp.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINO ISHIKURA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIAS DE 21 DE JUNHO DE 2016

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 955/SAR, de 12 de abril de 2013, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 145, com fundamento na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.550 - Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção de nº 1606-41/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico TÁXI AÉREO HÉRCULES LTDA. Processo nº 00066.054425/2014-88.

Nº 1.551 - Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção de nº 1606-31/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico TND INSPEÇÕES TÉCNICAS E COMÉRCIO LTDA. Processo nº 00065.011689/2016-19.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

FABIANO DOS SANTOS NASCIMENTO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIAS DE 21 DE JUNHO DE 2016

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 670, de 19 de março de 2015, e nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC - 67 - Requisitos para concessão de Certificados Médicos Aeronáuticos, para o credenciamento de médicos e clínicas e para o convênio com entidades públicas, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.552 - Credenciar o médico Dr. JOSÉ MARIA MEGDA, CRM-MG 8778, MC 125, com validade de 3 (três) anos, para a realização de exames de saúde periciais no endereço: Rua Dona Cota, nº 177, térreo 02, Vila Pinto, Varginha/MG, para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª e 4ª classes, em conformidade com o RBAC 67, considerando o que consta do processo nº 00065.137360/2014-15.

Nº 1.553 - Credenciar o médico Dr. LEONARDO AUGUSTO WENDLING HENRIQUES, CRM-MG 31779, MC 124, com validade de 3 (três) anos, para a realização de exames de saúde periciais no endereço: Avenida do Contorno, nº 2905, sala 1102, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª e 4ª classes, em conformidade com o RBAC 67, considerando o que consta do processo nº 00065.002552/2016-73.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

SÁVIO VALVIESSI DA MOTTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 4.868, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50303.002542/2014-94, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 405ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Rerratificar a Resolução nº 4.829-ANTAQ, de 27 de maio de 2016, em virtude de erro material quanto ao prazo estipulado em seu art. 2º, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Julgar subsistente o Auto de Infração nº 001328-5, lavrado em 6 de março de 2015, pela Unidade Regional de Florianópolis - UREFL, desta Agência, em desfavor da Superintendência do Porto de Itajaí - SPI, CNPJ nº 00.662.091/0001-20, por considerar a existência de prática infracional ao art. 33, XXXI da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014, consubstanciada no fato de permitir o comércio de produtos (bebidas e lanches) e a ocupação irregular por ambulantes, bem como por um proprietário de bar localizado dentro da poligonal do porto público de ltajaí/SC, em área de acesso ao molhe sul do porto, sem possuir contrato ou qualquer outro instrumento junto à Autoridade Portuária, que autorize a comercialização e ocupação em área da União, sem aplicação de qualquer penalidade, neste momento.

Art. 2º Determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, ofereça à referida Autoridade Portuária a oportunidade de celebrar Termo de Ajuste de Conduta - TAC, visando à regularização da ocupação irregular de áreas apurada nos autos, mediante cessão de uso onerosa, precedida de procedimento licitatório, e retome o controle de acesso e uso do molhe na Rua Caminho Xinxiang, e por estabelecer o prazo de 120 (cento e vinte) dias para assinatura do TAC em comento, contado a partir da publicação da presente Resolução, devendo o processo em epígrafe, na hipótese de eventual recusa por parte da interessada no que tange à celebração do mencionado TAC, retornar imediatamente à respectiva Relatoria para julgamento do feito e aplicação das penalidades aplicáveis ao caso.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 227, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da Empresa, e CONSIDERANDO a emissão da Resolução Homologatória n° 18/2016, de 20.06.2016, referente ao Processo Licitatório n° 1434/2016, de 25.04.2016, publicada no D.O.U nº 117, de 21.06.2016, seção 1, resolve: I - Retificar o item "V" da citada Resolução Homologatória, nos seguintes termos: Item V: Onde se lê: " autorizar a abertura de novo processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para a aquisição dos itens ora cancelados, o qual deverá ser instruído pela GERSEG", Leia-se: "determinar a realização de uma nova licitação no mesmo processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para a aquisição dos itens ora cancelados"; II - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União - D.O.U.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÃO DE 14 DE JUNHO DE 2016

Notícia de Fato 64-58.2016.1000

Ementa. Cópia de procedimento autuado no MPF. Suposta nomeação irregular para o cargo de Chefe do Estado-Maior da 2ª RM. Alegada contrariedade à IG 10-63. Matéria já apreciada pela PGJM. Arquivamento.

Cópia de feito autuado no MPF a respeito de possível nomeação irregular de oficial da reserva para o cargo de Chefe do Estado-Maior da 2ª Região Militar, em aparente contrariedade à IG 10-63. Matéria já apreciada pela Procuradoria-Geral. Arquivamento determinado pelo PGJM.

ROBERTO COUTINHO
Procurador-Geral
Em exercício

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

RETIFICAÇÃO

Na Ata nº 22/2016 - Sessão Extraordinária do Plenário, publicada no D.O.U nº 117, de 21/06/2016, Seção I, página 51, 1ª coluna.

ONDE SE LÊ:
ENCERRAMENTO
Às 12 horas e 59 minutos, após pronunciar-se sobre a solenidade, o Presidente encerrou a sessão extraordinária, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenário
Substituta
Aprovada em 20 de junho de 2016.
AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

LEIA-SE:
ENCERRAMENTO
Às 12 horas e 59 minutos, após pronunciar-se sobre a solenidade, o Presidente encerrou a sessão extraordinária, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenário, em Substituição
Aprovada em 20 de junho de 2016.
RAIMUNDO CARREIRO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

ATA Nº 21, DE 8 DE JUNHO DE 2016
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira (Presidente) e Ministro Raimundo Carreiro (Vice-Presidente)

Representantes do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin e Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa

Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 15 horas, o Presidente Aroldo Cedraz declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo e dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira e do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausente, com causa justificada, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 19, referente à sessão ordinária realizada em 1º de junho corrente (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

- Remessa, ao Congresso Nacional, do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União relativo ao 1º trimestre de 2016;

- Celebração de acordos de cooperação técnica com o Tribunal o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPGO) e a Rede de Controle da Gestão Pública no Estado do Pará;

- Lançamento da edição 135 da Revista do TCU, nas versões impressa e eletrônica;

- Aprovação de proposta de manter inalteradas as Listas de Unidades Jurisdicionadas (LUJ) atuais até o final do corrente ano.

- Convocação de Sessão Extraordinária do Plenário para o próximo dia 15 de junho, às 10h30, destinada à apreciação das Contas prestadas pela Presidente da República relativas ao exercício financeiro de 2015.

Do Ministro José Múcio Monteiro

- Realização do diálogo público "Nordeste 2030 - Desafios e Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável", dias 20 e 22 de junho, no Auditório do Banco do Nordeste, em Fortaleza - Ceará.

Do Ministro Bruno Dantas:

- Realização do diálogo público "Contencioso de Massa e Regulação de Serviços Públicos", dia 20 de junho, às 14 horas, no Auditório Ministro Pereira Lira.

- Projeto de Resolução que disciplina a execução do plano de fiscalização de obras (Fiscobras), notadamente no que se refere ao atendimento do que dispõem as sucessivas leis de diretrizes orçamentárias. Nova minuta da Resolução, resultante das sugestões colhidas.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 2 a 8 de junho, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Recurso: 018.009/2002-2/R001
Recorrente: Antônio Thomé
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 045.700/2012-5/R001
Recorrente: Emerson Fernandes Daniel Júnior
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 012.544/2013-2/R002
Recorrente: MAURICIO DE ARAUJO MATTOS
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 010.163/2015-8/R001
Recorrente: C. G. CONSTRUCOES LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 014.593/2015-7/R001
Recorrente: VERA MARIA ALVES CARDOSO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Processo: 003.967/2013-1
Interessado: HERDILANE DA SILVA RODRIGUES
Motivo do sorteio: Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 005.374/2014-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 135, parágrafo único, do CPC, c/c o Art. 151, parágrafo único do RI.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO
Processo: 014.246/2016-3
Interessado: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Motivo do sorteio: Assunto fora de LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Atos Normativos
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
Processo: 025.453/2013-0
Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego (Extinto)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 135, parágrafo único, do CPC, c/c o Art. 151, parágrafo único do RI.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO
ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA

O Ministro Raimundo Carreiro assumiu a Presidência dos trabalhos durante a apreciação dos processos TC-000.068/2011-0, TC-000.721/2011-5, TC-000.895/2011-3, TC-001.041/2016-9, TC-001.182/2016-1, TC-004.540/2015-8, TC-006.046/2016-9, TC-007.526/2014-8, TC-008.150/2016-8, TC-014.081/2013-0, TC-019.152/2015-9, TC-020.739/2015-0, TC-027.192/2013-0, TC-028.963/2014-8, TC-030.028/2015-9, TC-031.756/2015-8, TC-031.957/2014-5, TC-032.925/2014-0, TC-040.953/2012-2.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-010.837/2000-8, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, a Dra. Marta de Castro Meireles - OAB/RJF nº 130.114 produziu sustentação oral em nome de Orlando Galvão Filho, de Augusto Rezende Henriques e de Reynaldo Vilardo Aloy. O Dr. Leonardo Capistrano - OAB/DF nº 29.510 declinou de apresentar sustentação em nome de Orlando Galvão Filho.

Na apreciação do processo TC-019.152/2015-9, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Geraldo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz - OAB/DF nº 17.828 produziu sustentação oral em nome de CTIS Tecnologia S/A.

Na oportunidade da apreciação do processo TC-018.163/2010-6, após o Dr. Ilan Kelson de Mendonça Castro - OAB/MA 8063-A, representante de Marinalva Madeiro Neponucena Sobrinho, suscitar uma questão preliminar no início da sustentação oral, o relator, Ministro Augusto Nardes, retirou o processo de pauta.

Na apreciação do processo TC-026.733/2006-3, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Carlos Eduardo M. Hapner - OAB/PR nº 10.515 produziu sustentação oral em nome de Esteio Engenharia e Aerolevantamento S/A.

APRECIAÇÃO DO TC-019.152/2015-9,

Na oportunidade da apreciação do TC-019.152/2015-9, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Geraldo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz - OAB/DF nº 17.828, advogado da empresa CTIS Tecnologia S/A, suscitou Questão de Ordem acerca do indeferimento da sustentação oral que havia requerido. Após debates no Colegiado e com a concordância da relatora, o Vice-Presidente Raimundo Carreiro, na Presidência dos trabalhos, reconsiderou a decisão anterior e autorizou a produção da sustentação oral.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-001.041/2016-9 (Ata nº 18/2016) e o Plenário aprovou, por maioria, o Acórdão nº 1473/2016. Sagrou-se vencedora a proposta apresentada pelo 2º Revisor, Ministro Walton Alencar Rodrigues.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo TC-010.837/2000-8 (Ata nº 51/2012) e o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 1465/2016.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos:

TC-000.630/2012-8 e TC-011.794/2016-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-006.994/2003-8, TC-016.563/2008-4, TC-018.163/2010-6 e TC-019.760/2008-7, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-002.205/2014-9, TC-004.878/2016-7 e TC-028.331/2009-0, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-002.497/2014-0, TC-002.710/2012-9, TC-004.592/2010-7, TC-007.536/2014-3 e TC-009.061/2015-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

TC-003.168/2014-0, TC-017.006/2007-7 e TC-033.570/2015-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

NÚMERO DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado na numeração dos Acórdãos o n° 1444, referente à exclusão, durante a Sessão, do TC-011.794/2016-0.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1442, 1443 e 1445 a 1460.

RELAÇÃO Nº 24/2016 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
ACÓRDÃO Nº 1442/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar plenamente cumprida a determinação do subitem 9.1.3.2 do Acórdão 2.998/2009-TCU-Plenário, e determinar o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer emitido pela SeinfraUrb:

1. Processo TC-011.233/2015-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 016.260/2013-9 (MONITORAMENTO)
1.2. Responsáveis: Julio Eduardo dos Santos (427.848.168-34); Raphael Rezende Neto (318.777.021-53)
1.3. Órgão/Entidade: Ministério das Cidades (vinculador)
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1443/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 538/2015-TCU - Plenário, onde se lê: *"9.2.4. aplicar aos responsáveis abaixo indicados a multa ..."*, leia-se: *"9.2.5. aplicar aos responsáveis abaixo indicados a multa ..."*, mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.817/2010-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Consorcio Cr Almeida - Via - Emsa (08.396.100/0002-71); Gustavo Adolfo Andrade de Sá (160.953.084-53); José Ivalmir Neves Cavalcanti (685.992.504-34); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Luiz Clark Soares Maia (040.065.774-00); Luiz Eduardo Diogo Pompeu (687.456.057-34); Marcelo Almeida Lima (003.869.047-07); Marcos Jose Pupin (010.262.428-35); Moacir Carlos Araújo Júnior (010.135.914-45); Normando Lima de Oliveira Filho (806.592.334-87); Rosemberg Pereira da Silva (789.069.114-91)
1.2. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Consórcio Arg/egesa (08.348.751/0001-05)
1.3. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRod).
1.7. Representação legal: Igor Fellipe Araujo de Sousa (41.605/OAB-DF) e outros, representando Consórcio Arg/egesa; Marco Antonio Prandini e outros, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 16/2016 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES
ACÓRDÃO Nº 1445/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988; c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, e tomando por base as verificações feitas pela unidade técnica, na forma prevista no artigo 260, caput, do Regimento Interno/TCU, que seja revisto de ofício o Acórdão 2.449/2012-TCU-1ª Câmara, para que considere ilegal o ato de aposentadoria de Solange da Silva Faria Frota (CPF 355.315.687-20), em virtude da transposição de regime celetista para estatutário sem respaldo legal, dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo órgão de origem do acórdão que vier a ser proferido, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, sem prejuízo das providências do subitem 1.7.1 deste Acórdão.

1. Processo TC-018.082/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Oberdan Derlei Gadioli (186.798.708-20); Osni de Souza (547.102.008-15); Osvaldo Jose de Camargo (251.479.608-30); Pedro Fernandes de Oliveira (099.615.501-53); Pedro Lopes da Costa (012.307.782-68); Pedro Teixeira Costa (063.308.003-91); Pedro de Almeida Moita (073.566.927-91); Raimundo Alves de Oliveira (037.888.142-68); Raimundo Caetano da Silva (028.647.703-34); Raimundo de Souza e Silva (022.842.942-00); Reginaldo Pereira Goulart (379.789.261-68); Sebastião Amorim Ferreira (008.533.212-72); Sebastiao Sobrinho da Silva (558.762.002-63); Solange da Silva Faria Frota (355.315.687-20); Tome Marinho de Oliveira (020.214.552-20); Valdenora Sampaio Feitosa (097.321.362-00); Valmir da Silva (366.366.307-87); Vera Lucia Salvador (055.608.371-72); Wladimir de Amorim Carvalho (001.552.332-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao Ministério dos Transportes que:
1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução 206/2007-TCU e 15, caput, da Instrução Normativa 55/2007-TCU;
1.7.1.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos; e
1.7.1.3. informe o teor deste acórdão e da instrução da unidade técnica (peça 38), encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução 170/2004-TCU.

ACÓRDÃO Nº 1446/2016 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos este Relatório de Acompanhamento autuado em decorrência de determinação constante do item 9.5 do Acórdão 448/2011-TCU-Plenário (TC 011.298/2010-3) e iniciado no primeiro semestre de 2012, objetivando verificar o cumprimento do processo de transferência de tecnologia de hemoderivados na Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), incluindo a etapa do serviço de fracionamento de plasma (Termo de Aditivo 01/2010 ao Contrato 22/2007).

Considerando que na primeira etapa do Acompanhamento esta Corte proferiu o Acórdão 1.444/2014, do Plenário, por meio do qual determinou (item 9.3) à Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde) a continuidade do feito, com a observância dos itens 40, 62, 77, 84, 89, 104, 112, 118, 129, 132, 135, 138 e 144 do respectivo relatório (peça 43).

Considerando que, nesta fase, a síntese sobre cada um desses itens foi apresentada pela unidade instrutiva, considerando-se as informações enviadas pela Hemobrás.

Considerando que, no que se refere à evolução da obra de implantação da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia, localizada em Goiana/PE, objeto do Contrato 02/2011 firmado entre a Hemobrás e o consórcio Mendes Júnior/TEP/Squadro (MJTS), a estatal manifestou que, embora haja a possibilidade de desvios no cronograma inicialmente fixado, todos os contratos (relacionados à obra estrutural da fábrica e aos dois processos de transferência de tecnologia - LFB e Baxter) estão sendo cumpridos e seus objetos vêm sendo executados, de modo que, à exceção do atingimento dos prazos até então previstos nos contratos, considera que atingirá com pleno sucesso os objetivos institucionais que justificaram a sua criação.

Considerando que, dada à relevância do empreendimento de implantação da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia, e em virtude da situação de paralisação das obras, com reflexo na aquisição de equipamentos e impactando o cronograma de transferência de tecnologia, a unidade instrutiva considera conveniente a continuidade do Acompanhamento, a fim de que seja verificado o cumprimento do processo de transferência de tecnologia de hemoderivados, sem prejuízo das medidas que poderão ser adotadas em representação autônoma.

Considerando que, no que se refere ao Contrato 035/2011, celebrado pela Hemobrás com a empresa Concremat Engenharia e Tecnologia S/A, tendo por objeto a prestação de serviços de gerenciamento da obra de implantação da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia da Hemobrás, na execução dos blocos industriais B01, B02, B03, B04, B05, B06 e demais blocos de apoio inclusive a câmara fria de -35°C contida no bloco B01, todos situados no terreno localizado no Polo Farmacoquímico de Pernambuco em Goiana/PE, verificou-se que, além de o mesmo ter tido ultrapassado o limite de 25% previsto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993 para aditivos, as obras de construção da fábrica encontram-se praticamente paralisadas, razão porque a SecexSaúde alude que o assunto será tratado em representação autônoma.

Considerando que, quanto ao Contrato 29/2011, firmado entre a Hemobrás e o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), tendo por objeto a realização de serviços de assessoria técnica e apoio à gestão operacional durante a implantação e funcionamento do projeto de Câmara Fria - B01 (bloco 01) da planta industrial da estatal em Goiana/PE, a prestação de serviços tecnológicos para a qualificação e validação de área, equipamentos e processo de acordo com as normas brasileiras de vigilância sanitária, e a capacitação técnica para operação da câmara fria, embora haja indícios de sobreposição parcial de objeto com o do Contrato 035/2011, celebrado entre a referida empresa pública e a firma Concremat, visto que este incluía também em seu objeto a câmara fria contida no bloco B01, o ajuste com o IBMP está sendo analisado pela unidade instrutiva no âmbito do processo de contas da Hemobrás do exercício de 2011, razão porque as conclusões serão oportunamente juntadas aos presentes autos.

Considerando que, no que respeita aos Contratos 39 e 40/2012, firmados pela Hemobrás com a empresa Baxter, objetivando a transferência de tecnologia da produção do fator VIII recombinante, obtido por engenharia genética, ou seja, dispensando o plasma humanoconsoante, a SecexSaude conclui que o referido processo de transferência de tecnologia não apresenta evolução satisfatória, sendo possível afirmar que, decorridos três anos e meio da assinatura do contrato com a Baxter, nenhuma das etapas da transferência propriamente dita foi realizada.

Considerando que, ainda, segundo a estatal, faz-se necessário, para que seja viabilizada a produção do fator VIII recombinante, a construção de um novo bloco, orçado em US$ 300 milhões, no parque fabril da Hemobrás, visando acomodar as etapas de produção do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), com previsão de elaboração do projeto executivo em 2016.

Considerando que, isso posto, a unidade técnica aduz ser conveniente a continuidade no Acompanhamento desse empreendimento e da transferência de tecnologia.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que, no que se refere à transferência de atividades à Hemobrás, ou seja, recolhimento e transporte das bolsas de plasma dos hemocentros à câmara fria da estatal brasileira e quanto à triagem e armazenamento das bolsas até sua remessa ao *Laboratoire Français du Fractionnement et des Biotechnologies* (LFB), a questão da aplicação dos descontos contratuais sobre o custo inerente ao serviço, isso a partir do momento do recebimento dos hemoderivados provenientes do plasma recolhido pela própria estatal, a SecexSaúde alude que o assunto poderá ser verificado em nova fase de Acompanhamento, a fim de certificar quanto à aplicação dos descontos financeiros sobre o preço do litro de plasma fracionado.

Considerando que, no que respeita à verificação do rendimento de hemoderivados para cada litro de plasma fracionado, a unidade instrutiva esclarece que o assunto poderá ser verificado em nova fase de Acompanhamento.

Considerando que, quanto ao risco de perda de pessoal treinado da Hemobrás durante o processo de transferência de tecnologia, a SecexSaúde entende que a referida questão poderá ser incluída no próximo trabalho de Acompanhamento.

Considerando que, sobre o risco de perda pela Hemobrás dos conhecimentos assimilados pela equipe técnica a ser treinada (incluindo, em especial, aqueles referentes às obrigações impostas aos servidores treinados), bem como sobre o pessoal em treinamento na sede do LFB, na França, em razão da saída desse pessoal da estatal, a unidade técnica informa que o assunto poderá ser incluído no próximo trabalho de Acompanhamento.

Considerando que, acerca da questão inerente ao direito real de uso sobre o terreno onde está localizado o projeto da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia, encontra-se ainda pendente o ato de transferência da titularidade daquela área para a Hemobrás, sendo necessário ultimar as medidas para a transferência definitiva, bem como o aporte de recursos em espécie, conforme a Lei Estadual 13.208, de 19/1/2007, art. 1º, § 2º.

Considerando, ainda, que, durante o período que o LFB ficou impedido pela Anvisa de exportar hemoderivados para o Brasil, em função da perda, pelo Laboratório, do Certificado de Boas Práticas, isso implicou na recusa do LBF em receber o plasma brasileiro, tendo em vista que não poderia exportar a produção resultante do fracionamento.

Considerando que, nesse ínterim, a Hemobrás optou por continuar colhendo o plasma nos hemocentros de todo o país mediante a contratação de serviço de armazenagem do plasma, uma vez que a câmara fria localizada na fábrica em Goiana-PE excedera sua capacidade.

Considerando que, durante o período compreendido entre a interrupção do envio do plasma ao exterior e a efetiva contratação da empresa responsável pelo seu armazenamento, segundo depoimentos colhidos pela autoridade policial federal, no âmbito da Operação Pulso, bem assim documentação complementar a ser apresentada pela SecexSaúde, o excedente ficou represado, sob condições inadequadas, nas instalações da empresa responsável pela coleta do produto junto aos hemocentros e posterior envio para Goiana-PE.

Considerando que, por ter dado causa ao acúmulo de plasma e à inexecução, durante o período supramencionado, do contrato de fracionamento firmado com a Hemobrás, bem como ter se recusado a receber o produto do Brasil, o LFB, a princípio, deveria ter assumido o ônus decorrente do armazenamento e do envelhecimento do plasma não enviado à França, o que não ocorreu.

Considerando que, por tais razões, a SecexSaúde informa que será objeto de representação autônoma a possível perda de plasma, ou de parte de seu potencial para a produção de hemoderivados, ocasionada pelo armazenamento inadequado ou excessivamente longo do produto.

Considerando que os demais itens da análise empreendida pela unidade instrutiva foram tidos como atendidos ou esclarecidos, bem assim sanadas as falhas inicialmente apontadas.

Considerando, por fim, que, em função de todo o que expôs, a SecexSaúde optou por não apresentar sugestões de determinações ou recomendações nesta fase do Acompanhamento, informando que eventuais medidas serão propostas no âmbito das representações a serem por ela autuadas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com as proposições contidas no relatório de Acompanhamento elaborado pela SecexSaúde, em autorizar a continuidade do Acompanhamento pela referida unidade instrutiva, na forma por ela proposta, e em expedir as ciências e autorizações, conforme abaixo:

1. Processo TC-008.749/2011-6 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Apensos: 011.298/2010-3 (REPRESENTAÇÃO); 012.090/2012-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.2. Interessados: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude) e Procurador do Trabalho Eduardo Luís Amgarten.

1.3. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras); Ministério da Saúde (vinculador).

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.8.1. dar ciência da presente deliberação, acompanhada do relatório de Acompanhamento que a fundamenta, ao Ministério de Estado da Saúde, à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), ao Conselho Nacional de Saúde, à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF/CD), à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS/SF), e ao Procurador do Trabalho Eduardo Luís Amgarten, em atenção ao Ofício 38956.2013, de 12/11/2013;

1.8.2. autorizar a divulgação do inteiro teor do Relatório de Acompanhamento elaborado pela SecexSaúde.

1.8.1. restituir os autos à unidade instrutiva, para a continuidade do Acompanhamento.

ACÓRDÃO Nº 1447/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 243, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em fazer as determinações descritas no subitem 1.5 desta deliberação.

1. Processo TC-013.603/2016-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. Determinar aos Órgãos Governantes Superiores (OGS) destinatários das recomendações do Acórdão 2.622/2015-TCU-Plenário - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seges/MP); Controladoria-Geral da União (CGU/PR), atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP); Secretaria de Gestão Pública (Segep/MP); Comitê Gestor da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal; Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR); Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) - que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, encaminhem Plano de Ação, conforme modelo constante do Anexo I, para a implementação das medidas propostas, contendo as seguintes informações:

1.5.1.1.para cada recomendação cuja implementação seja considerada conveniente e oportuna, as ações que serão adotadas pela organização, o prazo e o responsável pelo desenvolvimento das ações;

1.5.1.2.para cada recomendação considerada implementada ou em implementação, os documentos que evidenciam a situação declarada;

1.5.1.3.para cada recomendação cuja implementação não seja considerada conveniente ou oportuna, a justificativa da decisão;

1.5.2. Determinar aos referidos OGS que indiquem, em até 15 (quinze) dias, interlocutores, para dirimirem eventuais dúvidas e representarem essas organizações em possíveis reuniões com o TCU para alinhamento das medidas objeto do Plano de Ação;

1.5.3. Realizar diligência à Comissão de Ética Pública (CEP/PR), nos termos do art. 157 do Regimento Interno/TCU, solicitando que apresente, em até 15 (quinze) dias, evidências quanto às informações declaradas no ofício 899/2015/CEP-PR, de 24/11/2015:

1.5.3.1.relatórios das visitas técnicas realizadas nos últimos dois anos às organizações do Poder Executivo Federal;

1.5.3.2.relatório ou documento que aborde as conclusões das avaliações da implantação da gestão de ética no Poder Executivo Federal realizadas nos últimos dois anos por meio de questionário de avaliação. E ainda eventuais propostas e/ou medidas resultantes dessas avaliações;

1.5.3.3.documentos em que constem informações de período, número de inscritos, local e conteúdo das edições do curso de Gestão e Apuração da Ética Pública realizadas nos últimos dois anos;

1.5.3.4.documentos em que constem informações de período, número de inscritos, local e conteúdo do: Seminário Internacional "Ética na Gestão", realizado em outubro de 2015; *Workshop*"Conflito de Interesses no Poder Executivo Federal, realizado em setembro de 2014; e encontro regional no Centro-Oeste que ocorreu em maio de 2015.

RELAÇÃO Nº 21/2016 - Plenário

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 1448/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, considerando a solicitação de parcelamento da multa cominada pelo item 9.2 do Acórdão 2.914/2010 - 2ª Câmara, com a redação dada pelo Acórdão 3.323/2015 - Plenário, feita pelo responsável Erisvando Torquato do Nascimento, ACORDAM em adotar as seguintes providências:

1. Processo TC-020.426/2009-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-020.201/2010-9 (Cobrança Executiva)

1.2. Responsável: Erisvando Torquato do Nascimento (ex-prefeito, CPF 308.464.712-72)

1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Unidade Técnica: Secex/AC

1.7. Representação legal: Paulo Luiz Pedrazza (OAB/AC 1917) e outros

1.8. Autorizar o pagamento da dívida de Erisvando Torquato do Nascimento em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal atualização monetária, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

1.9. orientar a Secex/AC que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação;

1.10. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida remanescente, caso não cumprida integralmente a obrigação assumida pelo responsável.

ACÓRDÃO Nº 1449/2016 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina recurso de revisão apresentado por Amilton Bezerra Gadelha (peça 76) em face do Acórdão 961/2011 - 2ª Câmara.

Considerando que, por meio da referida decisão, este Tribunal julgou irregulares as contas do recorrente, condenando-o ao pagamento do débito apurado e aplicando-lhe multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais);

Considerando que o responsável interpôs recurso de reconsideração contra a mencionada deliberação, que foi conhecido e teve provimento parcial, para reduzir o valor do débito e da multa, conforme o Acórdão 6.307/2013 - 2ª Câmara;

Considerando que, no presente recurso de revisão, o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com a modalidade recursal (insuficiência de documentos), sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando que o recorrente reapresenta argumentos já trazidos em seu recurso de reconsideração;

Considerando que o exame de admissibilidade da Serur (peça 77) propõe o não conhecimento do recurso de revisão;

Considerando que o parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 82) corrobora o posicionamento da unidade técnica, enfatizando que o recurso pretende *"mera rediscussão do mérito já decidido nos autos, incapaz de trazer qualquer inovação apta a sustentar o seguimento de recurso de natureza eminentemente rescisória"*.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do presente recurso, dando ciência desta deliberação ao recorrente.

1. Processo: TC-025.604/2008-8 (Recurso de Revisão)

2. Recorrente: Amilton Bezerra Gadelha (ex-prefeito, CPF 075.911.602-49)

3. Unidade: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM

4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/AM

8. Advogados constituído nos autos: Aniello Miranda Alfielo (OAB/AM 1.579) e outros

RELAÇÃO Nº 22/2016 - Plenário

Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 1450/2016 - TCU - Plenário

Considerando que, por meio do acórdão 2.017/2013 - Plenário, alterado pelo acórdão 537/2014 - Plenário, foi apreciado processo de denúncia sobre indícios de irregularidades na Amazonas Distribuidora de Energia S/A e foi aplicada multa a três responsáveis: Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira, Luís Hiroshi Sakamoto e Ruy Ribeiro da Silveira;

considerando que Luís Hiroshi Sakamoto recolheu o valor correspondente à multa que lhe havia sido imposta;

considerando que, com o recolhimento integral da multa, cabe dar quitação a esse responsável;

considerando que os dois outros responsáveis, Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira e Ruy Ribeiro da Silveira, não recolheram os valores devidos;

considerando que, por meio do acórdão 2.107/2013 (item 9.7), foi autorizado o desconto das dívidas na remuneração dos responsáveis, observada a legislação pertinente;

considerando que a unidade técnica, em consulta aos sistemas informatizados do Tribunal, verificou que Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira é empregada ativa da Amazonas Distribuidora de Energia S/A e que Ruy Ribeiro da Silveira é empregado inativo da mesma empresa, inscrito na folha de pagamento do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

considerando que a unidade técnica autuou processos de cobrança executiva relativos às multas aplicadas a Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira e Ruy Ribeiro da Silveira (TC 001.325/2016-7 e TC 001.328/2016-6, respectivamente);

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, conforme os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 27 e 28 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 218 e 219, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação a Luís Hiroshi Sakamoto; efetuar as determinações a seguir; e dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

1. Processo TC-015.021/2008-2 (DENÚNCIA)

1.1. Apenso: TC 006.375/2009-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Classe de Assunto: VII

1.3. Responsáveis: Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (CPF 610.586.702-63); Luís Hiroshi Sakamoto (CPF 098.737.591-15); Ruy Ribeiro da Silveira (CPF 063.663.412-49) e outros.

1.4. Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (CNPJ 02.341.467/0002-01).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.8. Representação legal: Priscila Soares Feitoza (4.656/OAB-AM), Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (3.554/OAB-AM) e outros, representando Luís Hiroshi Sakamoto e Ruy Ribeiro da Silveira; Mariana Araújo Becker (14.675 OAB/DF) e outros, representando Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira; e outros.
1.9. Determinar:
1.9.1. à Amazonas Distribuidora de Energia S/A que realize o desconto integral ou parcelado, em folha de pagamento, do valor da multa aplicada a Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira por meio do acórdão 2.017/2013 - Plenário (mantida pelos acórdãos 537/2014 e 2.572/2014, ambos do Plenário), observados os limites previstos na legislação pertinente;
1.9.2. ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) que realize o desconto integral ou parcelado, em folha de pagamento, do valor da multa aplicada a Ruy Ribeiro da Silveira mediante o acórdão 2.017/2013 - Plenário (mantida pelos acórdãos 537/2014 e 2.572/2014, ambos do Plenário), observados os limites previstos na legislação pertinente;
1.9.3. à Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas que encaminhe à Amazonas Distribuidora de Energia S/A e ao Instituto Nacional de Seguridade Social cópia desta deliberação e dos acórdãos 2.017/2013, 537/2014 e 2.572/2014, todos do Plenário;
1.9.4. à Secretaria de Controle Externo no Amazonas que sobreste os processos de cobrança executiva TC 001.325/2016-7 e TC 001.328/2016-6, os quais devem ser arquivados, em caso de recolhimento integral das multas correspondentes, ou devem ter prosseguimento, em caso de insucesso do recolhimento em folha.

ACÓRDÃO Nº 1451/2016 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno, em apensar este processo à representação autuada pela Secex/TO para apurar utilização dos recursos do Pronatec pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Estado do Tocantins (Senar- AR/TO), na forma do art. 41 da Resolução TCU 259/2014.

1. Processo TC-025.282/2015-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Responsáveis: Francisco Nairton do Nascimento (CPF 030.176.027-61); Rayley Campos Luzza (CPF 618.418.031-20); Rayley Guida de Souza Campos Luzza (CPF 618.418.031-20).
1.3. Unidade: Administração Regional do Senar no Estado do Tocantins; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1452/2016 - TCU - Plenário

Cuidam os autos de representação acerca de possíveis irregularidades na execução do Contrato 2004/224 firmado entre o Banco da Amazônia S. A. e a empresa Cobra Tecnologia S.A. para fornecimento de locação de solução global integrada para modernização tecnológica para aquele banco;
considerando que o processo já foi apreciado, inclusive em grau de recurso;
considerando que o expediente remetido pela Cobra Tecnologia S.A. requereu medida cautelar contra ato do Banco da Amazônia que instaurou tomada de contas especial visando cobrar débito calculado pelo TCU no presente processo;
considerando que essa providência constitui ato de competência da autoridade daquele banco, amparada no art. 8º da Lei 8.443/1992;
considerando que o acórdão 3.126/2012-Plenário não determinou tal iniciativa, não havendo descumprimento ou mal entendidos quanto a itens desse acórdão;
considerando parecer da Secretaria de Recursos no sentido de não conhecer a peça como recurso, mas como mera petição, e
considerando inexistir, em princípio, irregularidade ou ilegalidade nos fatos marrados pela Cobra Tecnologia, o que dispensa qualquer medida acautelatória por parte deste Tribunal; ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fulcro nos arts. 157, § 4º, do Regimento Interno, c/c art. 50, §3º, da Resolução-TCU 259/2014, em conhecer a peça encaminhada pela Cobra Tecnologia S. A. como mera petição e em fazer a determinação e dar a ciência constantes abaixo.

1. Processo TC-019.534/2006-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 027.072/2008-4 (REPRESENTAÇÃO); 033.266/2008-3 (SOLICITAÇÃO).
1.2. Classe de Assunto: VII.
1.3. Responsáveis: Abidias Jose de Sousa Junior (CPF 279.712.951-20); Ana Lúcia Braga de Araújo (CPF 424.518.927-49); Banco da Amazônia S.A. (CNPJ 04.902.979/0001-44); Cobra Tecnologia S.A. (CNPJ 42.318.949/0001-84); Deusdedith Freire Brasil (CPF 001.300.442-53); Evandro Bessa de Lima Filho (CPF 021.431.947-49); Francisco Serafim de Barros (CPF 022.401.811-68); Jose Carlos Rodrigues Bezerra (CPF 075.235.051-04); João Batista de Melo Bastos (CPF 008.161.242-72); Mancio Lima Cordeiro (CPF 045.734.472-53); Milton Barbosa Cordeiro (CPF 026.480.672-72); Walter Raimundo Lima Franco (CPF 081.806.282-72); Álvaro Chaves Lemos (CPF 094.071.972-04).
1.4. Interessados: Abidias Jose de Sousa Junior (CPF 279.712.951-20); Banco da Amazônia S.A. (CNPJ 04.902.979/0001-44); Cobra Tecnologia S.A. (CNPJ 42.318.949/0001-84); Ouvidoria do Tribunal de Contas da União; Procuradoria da República/PA - MPF/MPU (CNPJ 26.989.715/0019-31).
1.5. Unidade: Banco da Amazônia S.A.
1.6. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.7. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).
1.9. Representação legal: Celio Cota de Queiroz (18265/OAB-DF) e outros, representando Cobra Tecnologia S.A.; Luiz Augusto dos Santos Porto (6168/OAB-AM) e outros, representando Banco da Amazônia S.A.; Marçal Marcellino da Silva Neto (5.865/OAB-PA), representando Banco da Amazônia S.A., Faylla Maialle Evangelista Guimarães (17.798/OAB-PA) e outros, representando Deusdedith Freire Brasil.
1.10. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará - Secex/PA que examine o expediente no âmbito do monitoramento do acórdão 3.126/2012-TCU-Plenário; e
9.11. dar ciência desta deliberação à Cobra Tecnologia S.A. e ao Banco da Amazônia S.A..

RELAÇÃO Nº 17/2016 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1453/2016 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes embargos de declaração (peça 297) foram interpostos pela A. J. Serviços Ltda. contra o Acórdão 1.042/2016 - TCU - Plenário;
Considerando que o referido acórdão não conheceu de embargos de declaração interpostos pela Solução Serviços Comércio e Construção Ltda., não sendo afeto a qualquer petição ou recurso protocolado pela AJ Serviços Ltda.;
Considerando, portanto, que estaria ausente, neste recurso, o requisito de admissibilidade relativo ao interesse de agir da recorrente na modificação do sobredito acórdão;
Considerando, ainda, que os embargos, além de não possuírem o mencionado requisito de admissibilidade, apenas repetem o que foi arguido em embargos anteriores pela AJ Serviços Ltda. (peças 159 e 276), traduzindo-os como peça meramente protelatória, sem efeito suspensivo;
Considerando, por fim, que a deliberação que declarou inidônea a AJ Serviços Ltda. transitou em julgado em 16/6/2015, consoante ofício de notificação à peça 194 e aviso de recebimento à peça 207 dos autos, não cabendo mais qualquer recurso contra a mesma.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 278 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer dos embargos de declaração constantes à peça 297, dando-se ciência desta deliberação à embargante.

1. Processo TC-001.323/2006-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 025.868/2010-1 (SOLICITAÇÃO); 026.850/2009-4 (CONSULTA); 007.753/2016-0 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); 003.911/2011-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Adriana da Silva Cardoso (009.103.577-57); Aj Serviços Ltda (02.633.573/0001-88); Aurimar Construcoes e Servicos Ltda (35.307.685/0001-06); Ação Empreendimentos e Serviços Ltda. (42.104.869/0001-26); Cm - Conservadora Mundial Ltda (03.691.720/0001-39); Condor-administração de Serviços Ltda (70.309.943/0001-86); Conecta - Serviços Terceirizados Ltda (02.477.341/0001-88); Construtora Solares Ltda (02.773.312/0001-63); Control Service Ltda (02.201.611/0001-23); Crr Construcoes e Servicos Ltda (03.572.454/0001-25); Daniel Carvalho Leite-me (00.454.059/0001-50); Elba de Moura Alvez (013.849.293-04); Francisco Alberto de Oliveira (369.057.394-72); Francisco Luiz de Oliveira (155.723.234-20); Gel - Comércio e Serviços Ltda (03.932.006/0001-95); Higiene Cons. e Limpeza Me (10.746.436/0001-88); Jorge Luiz de Medeiros (285.284.254-87); José Ivonildo do Rêgo (055.859.454-91); José Ricardo Lagrega de Sales Cabral (043.276.324-49); Jozana do Rozário de Moura Caetano (337.102.367-20); L&m Serviços e Conservação de Bens Ltda (08.545.485/0001-00); Lavsev Conservação de Imóveis e Serviços Ltda (13.690.516/0001-57); Luis Pedro de Araújo (161.198.434-34); Marino Eugenio de Almeida (200.083.684-49); Marli Alves Bezerra Gabriel (523.964.364-49); Masp-locação de Mão de Obra Ltda (96.729.975/0001-24); Mult Service Construções e Representações Ltda (02.648.969/0001-07); Myrna Fonseca Albuquerque (155.580.614-72); S.g.p. Serviços Gerais Personalizados Ltda (02.751.637/0001-45); Soll-serviços Obras e Locações Ltda (00.323.090/0001-51); Solução Serviços Comércio e Construção Ltda (05.531.239/0001-01); Staff - Assessoria Empresarial Emp. Serviços S/s Ltda (05.562.351/0001-00); Sílvio Noronha de Melo (107.882.804-06); Taler Service-recursos Humanos e Serviços Ltda (05.539.867/0001-33); Tc3 - Terceirização de Serviços Meios Ltda (03.350.200/0001-62); Teclimp Comércio e Representações Ltda (63.310.106/0001-01); TGS - Tecno Global Service Ltda. (03.898.917/0001-43); Tress-terceirização e Locação de Mão de Obra Ltda (24.217.010/0001-41); Uniserv - Empreendimentos e Serviços Ltda (03.468.648/0001-85)
1.3. Recorrente: AJ Serviços Ltda. (02.633.573/0001-88)
1.4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).
1.9. Representação legal: Ana Valeria do Nascimento Nobre (20983/OAB-CE) e outros, representando Solução Serviços Comércio e Construção Ltda; Leonardo Pinto Igreja (1.144-B/OAB-PE) e outros, representando AJ Serviços Ltda; Francisco de Melo Antunes e outros, representando Staff - Assessoria Empresarial Emp. Serviços S/s Ltda; Hindenberg Fernandes Dutra (3838/OAB-RN) e outros, representando Construtora Solares Ltda; Katia Rocha de Oliveira (42799/OAB-DF) e outros, representando Mult Service Construções e Representações Ltda.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1454/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em tornar insubsistente o item 9.7 do Acórdão 665/2015-Plenário em relação à multa aplicada ao responsável Edson Pereira Pepe, em virtude de seu falecimento antes do trânsito em julgado da referida decisão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.157/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Claudionor Martins dos Santos (149.338.530-53); Daniel Avila Barbosa (212.056.630-53); Edson Pereira Pepe (229.758.450-49); Esmael Hellvig (322.718.400-15); Maristela Zurschmitten Vergara (288.820.750-87); Oraci de Souza Cardoso (242.549.080-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal: Ricardo Emílio Pereira Salviano (24251/OAB-DF), representando Maristela Zurschmitten Vergara; Alfredo Luiz Falchi Silveira (28805/OAB-RS), representando Oraci de Souza Cardoso; Vinicius Sacramento Cerqueira (48144/OAB-RS), representando Edson Pereira Pepe.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1455/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno/TCU, em prorrogar por 90 (noventa) dias, a contar de 5/5/2016 até 2/8/2016, o prazo para atendimento à determinação contida no subitem 9.2.1 do Acórdão 54/2016-TCU-Plenário, cuja notificação se deu por meio Ofício 7/2016-TCU/SecexSaúde (peça 38), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.562/2015-5 (DENÚNCIA)
1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1456/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações constantes dos itens 9.1.1 a 9.1.4 e implementadas as medidas relativas às recomendações do item 9.2, todos constantes do Acórdão 2.150/2015-TCU-Plenário, determinando-se o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.000/2014-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsável: Paulo Afonso Burmann (323.400.885-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1457/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em deferir o pedido de prorrogação de prazo para atendimento do item 9.1 do Acórdão 28/2016-TCU-Plenário em 60 (sessenta) dias, a contar de 19/4/2016, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.293/2015-5 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações; Ministério das Comunicações (extinto)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações (SeinfraTel).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 23/2016 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 1458/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 955/2016-TCU-Plenário, prolatado na Sessão Ordinária de 20/4/2016 (Ata nº 13/2016), relativamente ao seu item 9.1, para que onde se lê: "...aos cofres do Tesouro Nacional:..."; leia-se: "...aos cofres do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) municipal:...", mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/MA, para que dê prosseguimento às providências a seu cargo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.763/2003-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: A. Rodrigues dos Reis - Comercial Resis (CNPJ 04.613.669/0001-00); Aldenir Ferreira Chagas (CPF 224.258.023-04); Aliança Móveis Papelarias e Serviços Ltda. (CNPJ 03.634.040/0001-83); Aquarela Consultoria e Assessoria de Políticas Públicas Ltda. (CNPJ 04.220.280/0001-02); Arnaldo Cavalcante Pinto (CPF 219.373.622-72); Brilhantes Construções Ltda. (CNPJ 03.820.017/0001-83); C. M. A. de Souza - ME - Comercial Souza (CNPJ 04.682.459/0001-73); C. M. C. Costa Comércio e Serviços (CNPJ 02.340.433/0001-11); C. Pimenta Comércio (CNPJ 04.143.331/0001-31); Compeq Comércio Produtos e Equipamentos Ltda. (CNPJ 02.453.417/0001-35); Consent - Construtora Serviços e Terraplanagem Ltda. (CNPJ 02.865.068/0001-69); Construry Construção Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 04.205.433/0001-34); Construserv Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 01.609.265/0001-54); Construtora Fabril Ltda. (CNPJ 03.772.773/0001-84); Construtora Maquette Ltda. (CNPJ 07.143.464/0001-04); E. G. Ribeiro Comércio (CNPJ 01.631.088/0001-02); G. S. Guerra Comércio (CNPJ 02.011.122/0001-09); Gêmeos Engenharia Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 02.096.094/0001-70); I N Moraes Comércio e Representação - Comercial Moraes (CNPJ 04.445.683/0001-41); I R M Soares Distribuidora (CNPJ 02.951.512/0001-69); Irosélia Soares Rodrigues (460.397.243-15); Ivone Reis Moreira Soares (CPF 769.240.503-44); Leciles C. Soares Reis (CNPJ 02.583.247/0001-03); Leciles César Soares Reis (CPF 754.782.503-68); Lithograf Indústria Gráfica e Editora Ltda. (CNPJ 35.104.017/0001-73); M. R. Silva Viana (CNPJ 04.093.437/0001-78); Madeireira Sião Ltda. (CNPJ 10.340.123/0001-25); Master Treinamentos e Concursos Ltda. (CNPJ 01.727.378/0001-54); Metalúrgica Fortaleza Comércio e Construções Ltda. (CNPJ 03.598.626/0001-30); Multimóveis Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ 00.124.480/0001-00); Murilo Mário Alves dos Santos (CPF 125.010.503-04); Município de Turiaçu/MA (CNPJ 63.451.363/0001-63); R. Gonzaga Mendes (CNPJ 04.206.651/0001-93); Reviver Gráfica e Editora Ltda. (CNPJ 02.044.836/0001-13); Rogério Fonseca Cavalcante (CPF 714.353.793-49); S Borges dos Santos Comércio (CNPJ 03.811.075/0001-40); Servcon - Serviços e Conservação Ltda. (CNPJ 02.344.225/0001-90); Sociedade Povir Cientifico (CNPJ 92.741.990/0001-37); Suprinutri Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 04.549.529/0001-10); Tecgráfica Industria e Comércio Ltda. - Tecnográfica (CNPJ 69.389.005/0001-54); Texmar Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 02.856.314/0001-16); Tiago Madeiras Ltda. (CNPJ 41.623.984/0001-44); V. de Jesus - Jesus Variedades (CNPJ 03.797.791/0001-10).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Turiaçu/MA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

1.6. Representação legal: Wellington Francisco Sousa (7323/OAB-MA) e outros, representando Irosélia Soares Rodrigues; Nielson de Jesus Costa Silva (9914/OAB-MA) e outros, representando Murilo Mário Alves dos Santos e Aldenir Ferreira Chagas; Walter de Sousa Barros, representando Rogerio Fonseca Cavalcante, Construry Construção Comércio e Serviços Ltda. e Arnaldo Cavalcante Pinto; Gerson Veras de Siqueira Mendes (3494/OAB-MA), representando Leciles Cesar Soares Reis e Ivone Reis Moreira Soares.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1459/2016 - TCU - Plenário

Considerando que se trata de solicitação formulada pelo Exmo. Sr. Senador Telmário Mota, por meio do Ofício/GSTMOTA/075/2015, de 8/6/2015, para a realização de auditoria nos dispêndios do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no Estado de Roraima (RR), com o foco específico nos procedimentos de avaliação de terrenos adquiridos para o aludido programa;

Considerando que, no referido expediente, o solicitante encaminha cópia de reportagem da revista ISTOÉ, veiculada em 10/6/2015, segundo a qual existiriam irregularidades na construção de moradias do PMCMV;

Considerando que a aludida reportagem da ISTOÉ trata de indícios de irregularidades sobre: i) o valor pago na aquisição de terreno para a construção de empreendimento do PMCMV com suposto preço excessivo frente ao praticado no mercado; e ii) os imóveis do PMCMV entregues a famílias contempladas no município de Boa Vista/RR, sem haver, contudo, a devida infraestrutura de serviços básicos no local, a exemplo da falta de transporte público e de escolas;

Considerando que o ilustre senador não tem legitimidade para, individualmente, solicitar a referida fiscalização ao TCU, vez que essa prerrogativa requer a manifestação do Congresso Nacional, de suas Casas ou de suas Comissões, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 e do art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992;

Considerando, porém, que, diante da possibilidade de se converter a presente solicitação em representação, determinei o retorno dos autos à SeinfraUrbana para a realização de diligência junto à Caixa Econômica Federal, com vistas à obtenção de cópia do Contrato 39620197, de 4/1/2013, relativo ao empreendimento Vila Jardim, construído em Boa Vista/RR, no âmbito do PMCMV, bem assim dos documentos relativos à avaliação do terreno e à aprovação dos custos do aludido empreendimento, além de outros documentos relevantes;

Considerando que, com relação à irregularidade relativa à possível superestimativa do preço do terreno adquirido para o empreendimento Vila Jardim, a SeinfraUrbana indicou, após a realização da aludida diligência, que:

a) a assinatura do contrato com a empresa CMT foi precedida da devida avaliação do valor do terreno;

b) essa avaliação do mercado apurou o valor de R$ 5.285.998,94 para o terreno, mostrando que o pagamento no valor de R$ 4.000.000,00 mostra-se adequado;

c) a Caixa cumpriu os requisitos previstos em normativo interno para a aferição dos preços do terreno; e comparativo aproximado;

Considerando que a suposta irregularidade (atinente ao excedente de preço para o terreno) não se confirmou nestes autos, restando superado, pois, esse ponto;

Considerando, de outra sorte, que, em relação às alegações de entrega de residências sem a infraestrutura obrigatória, a SeinfraUrbana apontou que não foram apresentados os indícios dessas ocorrências nos autos, propondo, assim, o arquivamento do processo;

Considerando, porém, que, em diversos outros processos já apreciados pelo TCU, foram identificadas irregularidades graves na execução de obras relativas à construção de unidades habitacionais do PMCMV (com a execução de serviços com qualidade deficiente e/ou emprego de materiais de baixa qualidade, resultando na entrega aos beneficiários de unidades habitacionais com graves vícios construtivos, a exemplo do observado no Acórdão 920/2016-Plenário) e que foram identificadas, ainda, irregularidades na execução de obras de infraestrutura urbana no interior dos correspondentes empreendimentos, assim como deficiências em vias de acesso, em iluminação pública e em redes de drenagem, água e esgotamento sanitário, entre outras;

Considerando, então, que fica evidenciada a pronta necessidade de apuração dos indícios de irregularidades concernentes à possível precariedade das obras de infraestrutura urbana do empreendimento Vila Jardim e das obras de construção das próprias unidades habitacionais no referido empreendimento;

Considerando, ainda, que fica evidenciada a necessidade de apuração do nível de governança das atividades de fiscalização do empreendimento do PMCMV pela Caixa em todo o Estado de Roraima, sobretudo diante das notícias na mídia de que o volume de contratos assinados no PMCMV tem sido muito superior àquele suportado pela capacidade operacional fiscalizadora da aludida instituição financeira;

Considerando, assim, que o TCU pode conhecer da aludida solicitação, como representação, nos termos do art. 237, inciso III, do RITCU;

Considerando, enfim, que a Secex/RR tem melhores condições de empreender os esforços necessários para promover a devida inspeção na Caixa e no empreendimento Vila Jardim, com vistas a melhor identificar as principais falhas estruturais e conjunturais que necessitam da devida correção pelos órgãos e entidades federais;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da solicitação formulada por meio do Ofício/GSTMOTA/075/2015, de 8/6/2015, como representação, e fazer as determinações abaixo indicadas, a partir dos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.128/2015-0 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Exmo. Sr. Senador Telmário Mota.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Boa Vista/RR e Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar que, doravante, a Secex/RR assuma a instrução do presente feito e que, para o saneamento dos presentes autos, essa unidade técnica:

1.7.1. promova a devida inspeção in loco sobre o órgão local da Caixa Econômica Federal e sobre o empreendimento Vila Jardim, com vistas a apurar a existência de possíveis irregularidades na execução de obras de infraestrutura urbana no âmbito do aludido empreendimento, além das deficiências em vias de acesso, em iluminação pública e em redes de drenagem, água e esgotamento sanitário, entre outras, e, ainda, a existência de possíveis irregularidades na execução das obras relativas à construção das unidades habitacionais, tais como deficiências na qualidade das habitações e dos materiais empregados; e

1.7.2. avalie o nível de efetividade das atividades de fiscalização desenvolvidas pelo quadro de engenheiros e arquitetos locais e regionais da Caixa Econômica Federal sobre a viabilidade técnica e a qualidade construtiva das correspondentes obras do PMCMV em todo o Estado de Roraima, notadamente diante dos indícios de que os gestores da Caixa e do Ministério das Cidades teriam assumido a contratação dos empreendimentos do PMCMV para muito além da capacidade operacional da instituição financeira, salientando, nesse ponto, que, entre outros elementos, a unidade técnica deve cotejar a quantidade de engenheiros e arquitetos fiscalizadores com o volume de empreendimentos na aludida unidade da federação, atentando para o fato de que, em regra, os órgãos regionais e locais da Caixa não poderiam contratar os diversos empreendimentos do PMCMV em todo o Estado de Roraima sem contar com a devida capacidade operacional (em quantitativos de engenheiros, arquitetos etc.) para a adequada e oportuna fiscalização da qualidade e da viabilidade técnica de todas as obras.

RELAÇÃO Nº 22/2016 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1460/2016 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, na forma do art. 169, V, do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumprida a determinação contida no item 9.2 do acórdão 3361/2015-TCU-Plenário, encerrar o processo e arquivar os autos.

1. Processo TC-023.741/2015-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Conselho Federal de Farmácia (CFF).

1.2. Representante: IComunicações Integrada Eireli (05.033.844/0001-52).

1.3. Entidade: Conselho Federal de Farmácia (CFF).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1461 a 1491, a seguir transcritos e incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1461/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.324/2008-6

1.1. Apensos: TC 000.865/2014-1, TC 014.044/2010-2, TC 045.002/2012-6, TC 014.758/2010-5, TC 014.347/2015-6, TC 016.126/2012-2 e TC 030.886/2015-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Representação)

3. Recorrentes: Consórcio Terraplenagem Comperj (CNPJ: 09.455.260/0001-26) e Petróleo Brasileiro S.A. (CNPJ: 33.000.167/0001-01);

4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Serur e SeinfraPetróleo

8. Advogados constituídos nos autos: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/OAB-DF), Lais Estorani de Faria (131272/OAB-MG) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, originariamente, de representação para apurar eventual superfaturamento nas obras de terraplanagem, drenagem e implantação de anel viário na área do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), agora em fase de análise de pedidos de reexame, interpostos pelo Consórcio Terraplanagem Comperj e pela Petrobras, contra o Acórdão 666/2015 - Plenário, que determinou a imediata execução das garantias contratuais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 276, § 5º, do Regimento Interno, em:

9.1. autorizar o prosseguimento da análise de mérito dos recursos pela Serur, em face da perda de objeto da medida cautelar proposta, após a comprovação, pelo Consórcio, da renovação das apólices de seguros da obra investigada;

9.2. alertar a Serur de que o novo prazo de vigência das garantias encerra-se em 10/06/2017, devendo a unidade, na época apropriada, exigir das empresas a comprovação de sua renovação, caso a questão até lá não tenha sido decidida em definitivo pelo Tribunal.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1461-21/16-P.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1462/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.420/2009-0

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Jarbas Maya de Omena Filho (CPF 411.756.114-68), ex-Prefeito do Município de Messias/AL

3.1. Responsáveis: Jarbas Maya de Omena Filho, ex-prefeito (CPF 411.756.114-68), Klass Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 02.332.985/0001-88) e Luiz Antônio Trevisan Vedoin, administrador de fato (CPF 594.563.531-68)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Messias/AL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Bruna Wills (OAB/DF 46082), Diogo Prata Lima (OAB/AL 7.909), Antenor Mateus Correia Neto (OAB/AL 8.222), Diego Lins de Oliveira (OAB/AL 10.141), Válber da Silva Melo (OAB/MT 8.927), Luiz Mário do Nascimento Júnior (OAB/MT 12.886) e Isabella Karen Araújo Simões (Defensora Pública da União)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em fase de recurso de revisão interposto por Jarbas Maya de Omena Filho contra o Acórdão 9.917/2011 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18; 32 e 35 da Lei 8.443/1992; 281 e 288 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer deste recurso de revisão, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistentes os itens 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6 e 9.7 do Acórdão 9.917/2011 - 2ª Câmara, mantendo o item 9.1;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Jarbas Maya de Omena Filho, dando-lhe quitação;

9.3. notificar o recorrente e os demais responsáveis.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1462-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1463/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.175/2015-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Solicitação do Congresso Nacional)

3. Recorrentes: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNPJ: 33.582.750/0001-78) e Confederação Nacional da Indústria (CNPJ: 33.665.126/0001-34)

4. Unidades: Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Serviço Social do Transporte (Sest); Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte (Senat); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Confederação Nacional do Comércio (CNC); Confederação Nacional do Transporte (CNT); Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA); Sistema Cooperativista Nacional (SCN)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Serur e SecexPrevidência

8. Advogados constituídos nos autos: Simone Aparecida Caixeta (OAB/DF 20.933), Robson Martins Pinheiro Melo (OAB/DF 47.207), Ana Paula Andrade Ramos Rodrigues (OAB/SP 186.635), Carlos Bastide Horbach (OAB/RS 19.058), Francisco de Paula Filho (OAB/DF 7.530) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, encaminhado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA), referente ao Requerimento 84/2015, para que o TCU apure os valores das disponibilidades financeiras das federações estaduais vinculadas às confederações nacionais que recebem recursos das entidades integrantes do "Sistema S", agora em fase de pedido de reexame, formulado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e pela Confederação Nacional da Indústria em relação aos limites da competência de atuação deste Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 232, § 1º, do Regimento Interno c/c os arts. 15, § 2º, e 17 da Resolução-TCU 215/2008, em:

9.1. fixar o prazo de atendimento desta solicitação do Congresso Nacional em 90 (noventa) dias, contados a partir do julgamento dos presentes pedidos de reexame;

9.2. restituir os autos à Secretaria de Recursos para que analise, com a maior brevidade possível, a matéria;

9.3. dar ciência desta deliberação à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1463-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1464/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.402/2014-3.

2. Grupo I - Classe VII - Revisão de ofício em pensão civil.

3. Interessados: Joana D'Arc Cavalcanti Silva (CPF 197.460.404-72), Noel Gomes da Silva Filho (CPF 086.712.084-35) e Tereza Neuma de Souza (CPF 748.096.104-97).

4. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

5.1. Relator da deliberação em revisão: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: François Mitterrand Cabral da Silva (OAB/PE nº 28.275).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de revisão de ofício do Acórdão nº 292/2015-TCU-2ª Câmara, que considerou legais as pensões civis instituídas por servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260, § 2º, e 262, § 2º, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. tornar insubsistente o Acórdão nº 292/2015-TCU-2ª Câmara, em relação a Joana D'Arc Cavalcanti Silva, Noel Gomes da Silva Filho e Tereza Neuma de Souza, beneficiários de Noel Gomes da Silva;

9.2. considerar ilegal a pensão civil instituída por Noel Gomes da Silva, recusando o registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos pensionistas;

9.4. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. enviar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que os beneficiários tiveram conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão em favor de Tereza Neuma de Souza e Noel Gomes da Silva Filho, poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.6. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento das determinações ora endereçadas à unidade de origem, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1464-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1465/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC nº 010.837/2000-8.

1.1. Apensos: TC nº 027.896/2006-3 e nº 017.553/2006-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Petrobras Distribuidora S.A. - BR Distribuidora.

3.2. Responsáveis: Instituto de Organização Racional do Trabalho no RJ - IDORT/RJ (CNPJ nº 34.065.185/0001-34), João Augusto Rezende Henriques (CPF nº 495.612.197-00), Orlando Galvão Filho (CPF nº 031.520.657-87) e Reynaldo Vilardo Aloy (CPF nº 029.636.637-49).

3.3. Recorrentes: João Augusto Rezende Henriques (CPF nº 495.612.197-00), Orlando Galvão Filho (CPF nº 031.520.657-87) e Reynaldo Vilardo Aloy (CPF nº 029.636.637-49).

4. Entidade: Petrobras Distribuidora S.A. - BR Distribuidora.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e 1ª Secretaria de Controle Externo.

8. Advogados constituídos nos autos: Claudismar Zupiroli (OAB/DF nº 12.250), Fernando A. dos Santos Filho (OAB/DF nº 37.934), Gustavo Cortês Lima (OAB/DF nº 10.969), Hannah Karine H. do Nascimento (OAB/DF nº 26.034), Leonardo Rufino Capistrano (OAB/DF nº 29.510), Luiz Antonio Muniz Machado (OAB/DF nº 750-A), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ nº 130.114), Noeli Andrade Moreira (OAB/MG nº 62.050), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF nº 27.154) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interpostos pelos Srs. Orlando Galvão Filho, ex-Presidente, João Augusto Rezende Henriques, ex-Diretor de Marketing e Consumidores, e Reynaldo Vilardo Aloy, ex-Diretor Financeiro e de Suporte de Negócios da Petrobras Distribuidora S.A., em face do Acórdão TCU nº 2.686/2008, mantido em parte pelo Acórdão nº 2.879/2009 e em seus exatos termos pelo Acórdão nº 117/2010, todos proferidos pelo Plenário neste processo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, ambos da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos recursos interpostos pelos Srs. Orlando Galvão Filho, ex-Presidente, João Augusto Rezende Henriques, ex-Diretor de Marketing e Consumidores, e Reynaldo Vilardo Aloy, ex-Diretor Financeiro e de Suporte de Negócios da Petrobras Distribuidora S.A., para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão recorrido;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, aos recorrentes, ao Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, aos Procuradores da República no Estado do Rio de Janeiro Flávio Paixão de Moura Júnior e Maurício Andreiuolo Rodrigues e à Petrobras Distribuidora; e

9.3. juntar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentaram, aos autos do Processo TC nº 008.952/1995-7 (prestação de contas da Petrobras Distribuidora S.A., exercício de 1994), para subsidiar o exame daquele processo.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1465-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Revisor), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1466/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 026.733/2006-3.

1.1. Apenso: TC 025.037/2013-7.

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrentes: Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos (CNPJ 76.487.222/0001-42), Emtuco Serviços e Participações S.A. (CNPJ 84.695.295/0001-58) - atual razão social da Engepasa S.A., e Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A. (CNPJ 76.650.191/0001-07).

4. Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (extinto) / Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB/DF 41.605), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Patrícia Guercio Teixeira (OAB/MG 90.459), Thatiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Carlos Eduardo Manfredini Hapner (OAB/PR 10.515) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos pelas integrantes do Consórcio Cesbe/Engepasa S.A. (Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos; Emtuco Serviços e Participações S.A. - atual razão social da Engepasa S.A.) e pela empresa Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A. contra o acórdão 1.529/2008, mantido pelo acórdão 2.144/2008, ambos do Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso I, e 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta decisão às recorrentes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1466-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, Ana Arraes (Relatora), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1467/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.287/2015-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Silvia da Silveira (902.379.198-34).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial, instaurada pela Caixa Econômica Federal, em decorrência das irregularidades praticadas nas liberações e pagamentos de quotas e rendimentos do Programa Integração Social- PIS e no recebimento dos respectivos valores e falsificação da assinatura dos trabalhadores titulares das quotas e rendimentos.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea"d", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares as contas da senhora Silvia da Silveira, CPF 902.379.198-34, que à época ocupava cargo de comissão efetivo de Caixa PV na Agência Baeta Neves/SP, condenando-a ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Caixa Econômica Federal, atualizada monetariamente a partir da respectiva data até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade as quantias eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor, em decorrência das irregularidades praticadas nas liberações e pagamentos de quotas e rendimentos do Programa Integração Social- PIS e no recebimento dos respectivos valores e falsificação da assinatura dos trabalhadores titulares das quotas e rendimentos, infringindo dessa forma, os dispositivos internos da Caixa contidos nos subitens 3.6.1, 3.4.1.2, 3.10.1, 3.6.1.2, 3.4.1.6, 7 do MN FP 39 e subitens - 4.3.4.1.1.7 e 4.1.1.2 do MN FP 37.

Data da Ocorrência	Valor Original em R$1.
28/08/2009	5609,042.
04/09/2009	5547,603.
04/09/2009	648,864.
04/09/2009	699,365.
04/09/2009	1050,396.
04/09/2009	505,487.
08/09/2009	2117,928.
08/09/2009	536,259.
08/09/2009	1877,7710.
08/09/2009	1237,6111.
08/09/2009	3379,1012.
08/09/2009	1780,4713.
08/09/2009	477,6214.
08/09/2009	2783,2515.
08/09/2009	437,7716.
08/09/2009	443,0517.
08/09/2009	665,1718.
08/09/2009	550,9319.
08/09/2009	539,5320.
08/09/2009	772,1021.
08/09/2009	1040,4522.
08/09/2009	654,0323.
08/09/2009	5699,1224.
10/09/2009	3770,2225.
10/09/2009	499,8726.
10/09/2009	402,4727.
10/09/2009	1040,4528.
10/09/2009	956,0829.
10/09/2009	1019,3130.
10/09/2009	332,0031.
10/09/2009	6901,6632.
10/09/2009	791,7033.
10/09/2009	641,0334.
10/09/2009	956,7735.
10/09/2009	2383,1736.
11/09/2009	1149,3937.
11/09/2009	624,8038.
11/09/2009	510,7939.
11/09/2009	730,0740.
11/09/2009	2321,4341.
11/09/2009	751,6842.
11/09/2009	654,0143.
14/09/2009	626,0844.
16/09/2009	1093,8445.
16/09/2009	308,7046.
16/09/2009	1887,1447.
16/09/2009	2954,6048.
16/09/2009	1875,4349.
16/09/2009	313,6550.
16/09/2009	1525,7251.
16/09/2009	359,5452.
16/09/2009	1016,4153.
16/09/2009	331,9654.
16/09/2009	514,9955.
16/09/2009	1758,1456.
16/09/2009	2458,2757.
16/09/2009	1656,0758.
16/09/2009	509,3559.
16/09/2009	229,8460.
16/09/2009	6102,8761.
16/09/2009	2117,2862.
16/09/2009	246,3863.
16/09/2009	1889,6864.
16/09/2009	654,0165.
16/09/2009	582,6966.
16/09/2009	1109,8467.
16/09/2009	1836,1168.
16/09/2009	313,6569.
16/09/2009	131,5070.
16/09/2009	648,8271.
16/09/2009	486,4272.
16/09/2009	544,2173.
16/09/2009	480,2974.
16/09/2009	594,1775.
16/09/2009	1635,5176.
16/09/2009	1246,6877.
16/09/2009	1551,7578.
16/09/2009	1360,3979.
16/09/2009	648,8180.
16/09/2009	313,6381.
16/09/2009	4528,8182.

9.2. aplicar à senhora Silvia da Silveira, CPF 902.379.198-34, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data da presente deliberação até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas da senhora Silvia da Silveira em trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. declarar, com fulcro no art. 60, da Lei 8.443/92, a senhora Silvia da Silveira inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de 5 (cinco) anos;

9.6. enviar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam:

9.6.1. à Caixa Econômica Federal - CEF;

9.6.2. à Procuradoria da República no Estado de São Paulo;

9.6.3. ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as providências cabíveis em relação ao item 9.5.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1467-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1468/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.030/2010-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Representação

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Sefti Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação ()

3.2. Responsáveis: Cleisson Amorim Rodrigues (806.786.291-53); Eduardo Roberto de Souza Trindade (841.964.591-53); José Simões Chacon (028.805.711-20); Julio Atila Batista de Azevedo (290.133.137-87); Sigma Dataserv Informática S.A (77.166.098/0001-86).

3.3. Embargante: Sigma Dataserv Informática S.A (77.166.098/0001-86).

4. Entidades: Ministério da Indústria, Comércio e Serviços; Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior (vinculador).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

8. Representação legal:

8.1. Rafael Porto Lovato (63597/OAB-PR) e outros, representando Sigma.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de embargos de declaração opostos pela empresa Sigma Dataserv Informática S.A contra o Acórdão nº 1.258/2015-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela empresa Sigma Dataserv Informática S.A contra o Acórdão nº 1.258/2015-TCU-Plenário, com fulcro no art. 34 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 287 do RI/TCU, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para a embargante.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1468-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1469/2016 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 024.358/2012-6

2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Representação

3. Representante: Procuradoria da República no Município de Arapiraca/AL

3.1. Representados: Rita Tenório Brandão (CPF: 042.003.904-00), ex-prefeita de Canapi/AL; José Hermes de Lima (CPF: 348.034.754-15), ex-prefeito de Canapi/AL; Torres e Queiroz Ltda. - Suevit - (CNPJ: 03.596.089/0001-99); e K.O. Santos e Cia Ltda. (CNPJ: 06.156.448/0001-85)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Canapi/AL

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/AL

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos Representação formulada pela Procuradoria da República no Município de Arapiraca/AL em razão de possíveis irregularidades na execução do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), nos exercícios de 2002 a 2005, pelo Município de Canapi/AL,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar, nos termos do art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 252 do Regimento Interno do TCU, a conversão do presente processo em tomada de contas especial, mediante a autuação de processo específico para esse fim, nos termos do art. 41 da Resolução TCU 259/2014, autorizando, desde logo, as citações abaixo detalhadas:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2.1. da Sra. Rita Brandão Tenório (CPF: 042.003.904-00), ex-prefeita de Canapi/AL, solidariamente com a empresa Torres e Queiroz Ltda. - Suevit - (CNPJ: 03.596.089/0001-99), para que, no prazo de quinze dias, a contar do recebimento da comunicação, apresentem alegações de defesa e/ou recolham aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, em razão do desvio de recursos e de produtos destinados à merenda escolar, às expensas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), nos exercícios de 2002 a 2004, configurado na entrega/recebimento a menor dos produtos faturados e no desvio de produtos adquiridos para a residência pessoal da então prefeita, conforme apurou a Controladoria Geral da União e o Ministério Público Federal:

Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Da- ta83.
R$ 2.310,00	10/05/2002	R$ 2.814,80	31/07/2003	R$ 2.266,80	03/03/200484.
R$ 3.508,50	28/06/2002	R$ 257,20	28/08/2003	R$ 74,00	02/06/200485.
R$ 2.350,00	11/09/2002	R$ 2.749,80	03/09/2003	R$ 2.431,80	03/06/200486.
R$ 135,00	11/09/2002	R$ 2.749,80	06/10/2003	R$ 111,00	09/08/200487.
R$ 2.806,80	11/06/2003	R$ 1.283,00	03/03/2004	R$ 2.730,80	09/08/200488.

9.2.2. do Sr. José Hermes de Lima (CPF: 348.034.754-15), ex-prefeito de Canapi/AL, solidariamente com a empresa K.O. Santos e Cia Ltda. (CNPJ: 06.156.448/0001-85), para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa e/ou recolham, aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a quantia abaixo indicada, atualizada monetariamente a partir da respectiva data até o efetivo recolhimento, pelo desvio de recursos destinados à merenda escolar, às expensas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), configurado na entrega/recebimento a menor dos produtos faturados pelas notas fiscais 134, de 5/4/2005, e 143, de 16/4/2005,emitidas pela K.O Santos Ltda., conforme apurou a Controladoria Geral da União e o Ministério Público Federal:

Valor (R$)	Data89.
5.857,40	16/04/200590. 91.

9.3. Nos ofícios de citação e oitiva:

9.3.1. anexar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, com vistas a subsidiar as manifestações dos responsáveis;

9.3.2. alertar o responsável citado de que a comprovação da boa e regular aplicação dos valores impugnados exige a apresentação de toda a documentação relativa a cada despesa, conforme o caso, como cópia do cheque, frente e verso, extrato bancário, contrato e processo licitatório que originaram a despesa, comprovação da liquidação da despesa (inclusive documentos que comprovem o envio de merenda às escolas), dentre outros;

9.4. comunicar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a adoção da medida proposta no item 9.2 supra, nos termos do art. 198, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União;

9.5. apensar os presentes autos ao processo de Tomada de Contas Especial que vier a ser autuado, na forma prevista no art. 41 da Resolução - TCU 259/2014.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1469-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1470/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.092/2015-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Monitoramento

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Centrais Elétricas Brasileiras S.a.; Itaipu Binacional - ELETROBRAS - MME.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento dos comandos expedidos no Acórdão 88/2015-TCU-Plenário, proferido em sede de Relatório de Levantamento de Auditoria (TC 012.897/2011-6) com enfoque nos relacionamentos existentes entre as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e a empresa Itaipu Binacional.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar atendidas as recomendações descritas nos subitens 9.1.2, 9.1.3 e 9.2, e a determinação exarada no subitem 9.3, todas do Acórdão 88/2015 - TCU - Plenário;

9.2 com fulcro no art. 242 do Regimento Interno deste Tribunal, determinar à Eletrobras, para fins de acompanhamento por esta Corte de Contas, que inclua, em seu próximo relatório de gestão que comporá sua prestação de contas anual, tópicos específicos com as seguintes informações alusivas aos desdobramentos das recomendações e determinações exaradas no Acórdão 88/2015 - TCU - Plenário:

9.2.1 medidas adotadas em relação à recomendação do subitem 9.1.1 do Acórdão 88/2015-TCU-Plenário, que tratou de elaboração anual de documento específico contendo análise efetiva do Relatório Anual, do Balanço Geral e da Demonstração da Conta de Resultados de exercício anterior de Itaipu Binacional;

9.2.2 medidas de aperfeiçoamento do fluxo de informações entre o membros indicados pela Eletrobras no Conselho de Administração de Itaipu Binacional e a *holding*, consoante recomendado no subitem 9.1.3 do Acórdão 88/2015-TCU-Plenário, principalmente quanto à disponibilização de atas e de outros mecanismos de fluxo de informações sobre os principais atos de gestão de Itaipu Binacional, a exemplo do procedimento previsto no item 11 do "Manual de Orientação do Conselheiro de Administração Representante das Empresas Eletrobras - Versão 2.0" (tópico "Obrigações dos Conselheiros Representantes das Empresas Eletrobras");

9.2.3 providências adotadas e resultados alcançados em decorrência da recomendação expedida no subitem 9.2 do Acórdão 88/2015-TCU-Plenário, voltada à realização de gestões junto à empresa Administración Nacional de Electrícidad (Ande) e ao Governo da República do Paraguai, em conjunto com o Ministério de Minas e Energia e o Ministério das Relações Exteriores, para a obtenção contrato de longo prazo para aquisição de energia de Itaipu Binacional pela Eletrobras, nos termos do Anexo C do Tratado de Itaipu;

9.2.4 providências adotadas e respectivos resultados, em decorrência da determinação descrita no subitem 9.3 do Acórdão 88/2015-TCU-Plenário, incluindo informação sobre a data da efetiva implantação do sistema informatizado de controles financeiros da Conta de Comercialização de Energia da Itaipu, e se essa automação atingiu os objetivos de manter a integridade dos dados com minimização do risco de erros e perdas de arquivos;

9.3 informar à Eletrobrás, a título de alerta, sobre a necessidade de exame conclusivo e formal dos demonstrativos enviados anualmente por Itaipu Binacional nos termos do art. 24, §1º, do Anexo A do Tratado de Itaipu;

9.4 determinar à SecexEstataisRJ que:

9.4.1 monitore o atendimento das determinações ora dirigidas à Eletrobras S/A, reportando os resultados no respectivo processo de prestação de contas da entidade;

9.4.2 em face do pedido de reexame interposto pela Eletrobras S/A contra os subitens 9.1.4 e 9.7 do Acórdão 88/2015-TCU-Plenário e da determinação expressa no subitem 9.2 do Acórdão 1.014/2015-TCU-Plenário, acompanhe o desfecho do mencionado recurso, para, após o trânsito em julgado da deliberação recorrida, promover, à luz do decidido no aludido recurso, o monitoramento da recomendação versada no subitem 9.1.4 e o levantamento de auditoria determinado no subitem 9.7, acima referidos;

9.4.3 sem prejuízo da determinação descrita no subitem 9.4.2 deste Acórdão, acompanhe as gestões do Ministério das Relações Exteriores e demais órgãos envolvidos, voltadas à criação da Comissão Binacional de Contas (subitem 9.7);

9.5 autorizar o apensamento dos presentes autos ao respectivo processo originador (TC 012.897/2011-6), consoante art. 36 da Resolução do TCU 259/2014;

9.6 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:

9.6.1 ao Presidente da Eletrobras S/A, para ciência aos membros do Conselho de Administração da empresa e cumprimento das medidas ora determinadas;

9.6.2 ao Presidente brasileiro de Itaipu Binacional;

9.6.3 ao Ministro de Estado das Minas e Energia;

9.6.4 ao relator do pedido de reexame interposto contra o Acórdão 88/2015-TCU-Plenário, Ministro Vital do Rego, em face da conexão parcial entre o presente acórdão e o mencionado recurso.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1470-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1471/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.930/2015-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Responsável: Otávio Ladeira de Medeiros

4. Órgão: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Semag

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da auditoria financeira realizada na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo de verificar a confiabilidade e a integridade das informações referentes a emissões de títulos públicos por meio de oferta pública no exercício de 2015. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, fixar o prazo de 30 dias para que o Banco Central do Brasil evidencie no menu do sistema Selic - Resultados dos Leilões do seu sítio eletrônico (http://www.bcb.gov.br/htms/selic/selicedital.asp), o registro da operação de segunda volta prevista na Portaria-STN nº 428/2015, de forma a apresentar com fidedignidade o resultado desse leilão, informando a este Tribunal as providências adotadas;

9.2. apensar o presente processo ao TC 033.325/2015-4, a fim de subsidiar a auditoria do Balanço Geral da União referente ao exercício de 2015.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1471-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 1472/2016 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 040.995/2012-7

2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Representação

3. Representante: Procuradoria da República no Município de Arapiraca/AL

3.1. Representados: Jair Lira Soares (CPF: 043.203.244-47), prefeito; Fabiana Apóstolo Lira (CPF: 049.504.094-09), secretária de assistência social; Maria Lira Soares (CPF: 112.568.854-87), ex-secretária municipal de educação; Maria Alanuy Lira Soares (CPF: 959.173.574-04); advogada do regime próprio de previdência municipal; José Aluísio Maurício Lira (CPF: 563.729.904-82), empresário; Espólio de Almir Lira Sobrinho (CPF: 112.568.854-87); Wolney Tadeu Bastos Valença Silva Valença (CPF: 926.176.114-34)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lagoa da Canoa/AL

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/AL

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos Representação formulada pela Procuradoria da República no Município de Arapiraca/AL em razão de indícios de direcionamento em licitações e desvio de verbas no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), nos exercícios de 2005 a 2010, no âmbito do Município de Lagoa da Canoa/AL,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar, nos termos do art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 252 do RI/TCU, a conversão do presente processo em Tomada de Contas Especial, autorizando, desde logo, as citações e oitivas dos responsáveis, nas formas a seguir indicadas:

9.2.1. realizar a citação do Sr. Jair Lira Soares, ex-Prefeito Municipal de Lagoa da Canoa/AL (CPF: 043.203.244-47), com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresente alegações de defesa e/ou recolha aos cofres do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), a quantia abaixo indicada, atualizada monetariamente a partir da respectiva data até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor, em decorrência da irregularidade descrita a seguir que acarretou prejuízo ao Erário:

- Ato Impugnado: Não comprovação da boa e regular utilização de recursos públicos relativos ao PNAE, repassados à Prefeitura Municipal de Lagoa da Canoa/AL nos anos de 2009 e 2010.

-Dispositivos violados: Lei 8.666/1993: arts. 66, 73, inciso II, 76; Lei 4.320/1964: arts. 62, 63 e 64; e arts. 2, inciso I, 15 e 16 da Resolução/CD/FNDE 38, de 16 de julho de 2009;

Responsável:

Nome: Jair Lira Soares

CPF: 043.203.244-47;

Cargo: Prefeito (2009-2012);

Conduta: não comprovar a correta gestão de parte dos recursos públicos referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, repassados à Prefeitura Municipal de Lagoa da Canoa/AL nos anos de 2009 e 2010 (e utilizados entre os meses de abril de 2009 e agosto de 2010). Ausência de comprovação de que a integralidade dos valores pagos às empresas fornecedoras de alimentos teve como resultado a efetiva entrega desses produtos às escolas sob a forma de merenda;

Débito:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA92.
45.440,55	2/8/201093.

Valor Atualizado até 9/3/2016: R$ 66.470,44

9.2.2. realizar, com fundamento no art. 250, inciso V, do RITCU, as oitivas das empresas Comercial Compre Fácil Ltda, atual Comercial de Alimentos Rural Ltda. (CNPJ: 06.145.514/0001-11), Comercial 15 de novembro Ltda (CNPJ: 12.419.487/0001-20), Maria Arleneide N. Costa & Cia Ltda (04.789.709/0001-79), Comercial Eucaliptos Ltda EPP (CNPJ 08.541.152/0001-03) e Aloísio Nascimento Limeira - ME (CNPJ 07.968.839/0001-67) para, no prazo de quinze dias, se assim desejarem, manifestarem-se sobre os fatos abaixo indicados, constantes da representação formulada pelo Ministério Público Federal (cópia em anexo.), alertando-as quanto à possibilidade de o Tribunal, caso não apresentadas ou não sejam acatadas as justificativas, aplicar-lhes a sanção de declaração de inidoneidade para licitar com a administração pública federal, nos termos do art. 46 da lei 8.443/1992:

-Ato Impugnado: Fraude à licitação no âmbito do Pregão Presencial 1/2009

-Dispositivos violados: Lei 8.666/1993: arts. 3º, e 22 º, § 3º; art. 4º, inciso º1, da Lei 10.520/2002.

-Empresas Licitantes:

I - Nome: Comercial Compre Fácil Ltda (atual Comercial de Alimentos Rural Ltda.);

CNPJ: 06.145.514/0001-11;

II - Nome: Comercial 15 de novembro Ltda;

CNPJ: 12.419.487/0001-20;

III - Nome: Maria Arleneide N. Costa & Cia Ltda;

CNPJ: 04.789.709/0001-79;

IV - Nome: Comercial Eucaliptos Ltda EPP

CNPJ: 08.541.152/0001-03

V - Nome: Aloísio Nascimento Limeira - ME

CNPJ: 07.968.839/0001-67

Conexão das empresas com a irregularidade:

Prática de atos fraudulentos por seus representantes no âmbito do Pregão Presencial 01/2009, promovido pelo Município de Lagoa da Canoa/AL, para a compra de gêneros alimentícios com recursos do PNAE, configurada pelo conluio entre as empresas Maria Arleneide N. Costa & Cia Ltda (04.789.709/0001-79), Comercial Compre Fácil Ltda. (CNPJ: 06.145.514/0001-11), atual Comercial de Alimentos Rural Ltda, e Comercial 15 de novembro Ltda (CNPJ: 12.419.487/0001-20), cujos representantes simularam disputa licitatória, forjando cotação de preços, retirada de edital e apresentação de proposta de lances, com vistas ao direcionamento do resultado, conforme apurado pelo Ministério Público Federal, e delineado adiante:

a) cotação de preços apenas junto a empresas do Grupo Empresarial 15 de Novembro (Comercial Compre Fácil Ltda, Comercial 15 de Novembro Ltda. e Maria Arleneide N. Costa & Cia);

b) não publicação do edital em diário oficial ou jornais de grande circulação, em descumprimento ao art. 4º, inciso º1, da Lei 10.520/2002;

c) entrega do edital do Pregão apenas a empresas do grupo empresarial 15 de Novembro (Aloísio Nascimento Limeira-ME, Comercial 15 de Novembro Ltda. e Comercial Eucaliptos Ltda), sendo que apenas as empresas Comercial 15 de Novembro Ltda. e Comercial Eucaliptos Ltda. participaram da licitação;

d) em 33 dos 36 itens licitados, a empresa Comercial 15 de Novembro apresentou propostas em valores que diferem dos valores propostos pela Empresa Comercial Eucaliptos no percentual exato de 2%, demonstrado simulação de disputa, seja pela combinação de propostas ou pela realização de proposta pela mesma pessoa;

e) não exigência dos licitantes laudo dos produtos a serem fornecidos, no âmbito do pregão, em desobediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

f) presente no envelope de proposta da empresa 15 de novembro o nome da empresa Comercial Compre Fácil;

g) empresas participantes com laços estreitos entre si. A sócia administradora da empresa Comercial Compre Fácil Ltda. é irmã do sócio administrador da Comercial 15 de Novembro Ltda. e já foi sócia dessa empresa até 2001. Prática habitual de combinação de preços em processos licitatórios entre as empresas Maria Arlenilde Costa & Cia. Ltda. e Compre Fácil Ltda.;

9.2.3. realizar, com fundamento no art. 10, § 1º, c/c o art. 12, inciso III, da Lei 8.443/1992, e no art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, realizar a audiência dos responsáveis Sr. Jair Lira Soares (CPF: 043.203.244-47), Prefeito Municipal de Lagoa da Canoa/AL, Sr. Rubens Francisco da Silva (CPF: 729.812.294-00), pregoeiro, e Sra. Maria Rosiane Nascimento da Silva (CPF:563.695.574-04), para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa por haverem conduzido e homologado os atos inerentes ao Pregão Presencial 01/2009, promovido pela Prefeitura Municipal de Lagoa da Canoa/AL, para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar daquele município, em que se constatou a ocorrência de fraude à licitação, com direcionamento de resultado, nos contornos adiante descritos, apurados pela Controladoria Geral da União (cópia em anexo):

-Ato Impugnado: Fraude à licitação no âmbito do Pregão Presencial 1/2009 da Prefeitura de Lagoa da Canoa/AL

-Dispositivos violados: Lei 8.666/1993: arts. 3º, e 22 º, § 3º; art. 4º, inciso º1, da Lei 10.520/2002.

-Responsáveis:

Responsável 1:

I-Nome: Jair Lira Soares

CPF: 043.203.244-47;

Cargo: Prefeito (2009-2012);

Conduta: homologar licitação montada, em conluio com licitantes, que levou ao direcionamento do resultado. A montagem ficou configurada pelos seguintes fatos:

a) cotação de preços apenas junto a empresas do Grupo Empresarial 15 de Novembro (Comercial Compre Fácil Ltda, Comercial 15 de Novembro Ltda. e Maria Arleneide N. Costa & Cia);

b) não publicação do edital em diário oficial ou jornais de grande circulação, em descumprimento ao art. 4º, inciso º1, da Lei 10.520/2002;

c) entrega do edital do Pregão apenas a empresas do grupo empresarial 15 de Novembro (Aloísio Nascimento Limeira-ME, Comercial 15 de Novembro Ltda. e Comercial Eucaliptos Ltda), sendo que apenas as empresas Comercial 15 de Novembro Ltda. e Comercial Eucaliptos Ltda. participaram da licitação;

d) em 33 dos 36 itens licitados, a empresa Comercial 15 de Novembro apresentou propostas em valores que diferem dos valores propostos pela Empresa Comercial Eucaliptos no percentual exato de 2%, demonstrado simulação de disputa, seja pela combinação de propostas ou pela realização de proposta pela mesma pessoa;

e) não exigência dos licitantes laudo dos produtos a serem fornecidos, no âmbito do pregão, em desobediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

f) presente no envelope de proposta da empresa 15 de novembro o nome da empresa Comercial Compre Fácil;

g) empresas participantes com laços estreitos entre si. A sócia administradora da empresa Comercial Compre Fácil Ltda. é irmã do sócio administrador da Comercial 15 de Novembro Ltda. e já foi sócia dessa empresa até 2001. Prática habitual de combinação de preços em processos licitatórios entre as empresas Maria Arlenilde Costa & Cia. Ltda. e Compre Fácil Ltda.;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Responsáveis 2 e 3:

II-Nomes: Rubens Francisco da Silva e Maria Rosiane Nascimento da Silva;

CPF: 729.812.294-00 e 563.695.574-04, respectivamente;

Cargos: pregoeiros (período total de exercício do cargo: desconhecido);

Condutas: conduzir o Pregão Presencial 001/2009 da Prefeitura Municipal de Lagoa da Canoa/AL, de modo a produzir uma licitação montada, em conluio com licitantes, que levou ao direcionamento do resultado. A montagem ficou configurada pelos seguintes fatos:

a) cotação de preços apenas junto a empresas do Grupo Empresarial 15 de Novembro (Comercial Compre Fácil Ltda, Comercial 15 de Novembro Ltda. e Maria Arleneide N. Costa & Cia);

b) não publicação do edital em diário oficial ou jornais de grande circulação, em descumprimento ao art. 4º, inciso º1, da Lei 10.520/2002;

c) entrega do edital do Pregão apenas a empresas do grupo empresarial 15 de Novembro (Aloísio Nascimento Limeira-ME, Comercial 15 de Novembro Ltda. e Comercial Eucaliptos Ltda), sendo que apenas as empresas Comercial 15 de Novembro Ltda. e Comercial Eucaliptos Ltda. participaram da licitação;

d) em 33 dos 36 itens licitados, a empresa Comercial 15 de Novembro apresentou propostas em valores que diferem dos valores propostos pela Empresa Comercial Eucaliptos no percentual exato de 2%, demonstrado simulação de disputa, seja pela combinação de propostas ou pela realização de proposta pela mesma pessoa;

e) não exigência dos licitantes laudo dos produtos a serem fornecidos, no âmbito do pregão, em desobediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

f) presente no envelope de proposta da empresa 15 de novembro o nome da empresa Comercial Compre Fácil;

g) empresas participantes com laços estreitos entre si. A sócia administradora da empresa Comercial Compre Fácil Ltda. é irmã do sócio administrador da Comercial 15 de Novembro Ltda. e já foi sócia dessa empresa até 2001. Prática habitual de combinação de preços em processos licitatórios entre as empresas Maria Arlenilde Costa & Cia. Ltda. e Compre Fácil Ltda.;

9.3. Nos ofícios de citação e oitiva:

9.3.1. anexar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, com vistas a subsidiar as manifestações dos responsáveis;

9.3.2. alertar o responsável citado de que a comprovação da boa e regular aplicação dos valores impugnados exige a apresentação de toda a documentação relativa a cada despesa, conforme o caso, como cópia do cheque, frente e verso, extrato bancário, contrato e processo licitatório que originaram a despesa, comprovação da liquidação da despesa (inclusive documentos que comprovem o envio de merenda às escolas), dentre outros;

9.4. comunicar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a adoção da medida proposta no item 9.2 supra, nos termos do art. 198, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União;

9.5. apensar os presentes autos ao processo de Tomada de Contas Especial que vier a ser autuado, na forma prevista no art. 41 da Resolução - TCU 259/2014.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1472-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1473/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.041/2016-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII (Representação)

3. Representante: Rhox Comunicação de Dados Ltda. (CNPJ 03.154.858/0001-07)

4. Representada: Agência Nacional de Águas

5. Relator/Revisor:

5.1. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

5.2. Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

8. Representação legal: Gabriela Branco da Silva (44330/OAB-DF); João Batista Lira Rodrigues Junior (15.180/OAB-DF)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação oferecida por Rhox Comunicação de Dados Ltda. acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 36/2015 da Agência Nacional de Águas (ANA), que tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem e instalação de equipamentos audiovisuais, compreendendo a montagem de sistemas de áudio com processamento digital de videoconferência e multiconferência, de visualização de imagens e interatividade, de automação dos equipamentos e cenários, com o fornecimento de materiais, serviços, treinamento e operação assistida;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. revogar a medida cautelar anteriormente concedida pelo TCU;

9.3. determinar à Agência Nacional de Águas (ANA) que se abstenha de autorizar eventuais pedidos de adesão desconformes com a orientação consignada no Acórdão 125/2016 do Plenário, consistente na "impossibilidade de aquisição separada de itens de objeto adjudicado por preço global em contratações realizadas por meio de Sistema de Registro de Preços";

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, à representante, à representada, à Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda. e aos órgãos e entidades participantes do Pregão objeto deste autos.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1473-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (2º Revisor), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministra que não participou da votação: Ana Arraes.

13.3. Ministro com voto vencido: Augusto Nardes.

13.4. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (1º Revisor) e André Luís de Carvalho (Relator).

13.5. Ministros-Substitutos convocados com votos vencidos: Marcos Bemquerer Costa (1º Revisor) e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1474/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.526/2014-8.

1.1. Apenso: 005.785/2014-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação)

3. Recorrente: Águas e Esgotos do Piauí S/A - Agespisa (CNPJ 06.845.747/0001-27).

4. Órgão/Entidade: entidades/órgãos do governo do Estado do Piauí.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Denise Barros Bezerra Leal (OAB/PI 9.418) e outros, procuração à peça 56; e Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (OAB/PI 2.953) e outros, procuração à peça 107.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto contra o Acórdão 252/2015-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso interposto pela empresa Águas e Esgotos do Piauí S/A - Agespisa, com fundamento no art. 48, caput e parágrafo único, da Lei nº 8.443, de 1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação, acompanhada do voto e relatório que a fundamentam, às partes, ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal, ao Governo do Estado do Piauí, à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, ao Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí (Processo 3875-50.2014.4.01.4000) e demais cientificados da deliberação recorrida; e

9.3. encaminhar os autos à Secretária de Controle Externo no Estado do Piauí, nos termos do subitem 9.5 do Acórdão 252/2015-TCU-Plenário, para análise das justificativas apresentadas pela Caixa Econômica Federal - CEF em relação ao subitem 9.3 da referida deliberação.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1474-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1475/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.192/2013-0.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Alessandra Inácio Diamantino (826.967.051-00), Eucídio Miranda Ribeiro (305.400.031-15), Helenice Maria Mendonça Faria (563.814.411-00), Izaura Ramos da Silva (003.836.371-20), José Sertão Pereira (CPF 195.757.501-87) e Maria José Silva Gusmão (062.566.942-87).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Eucídio Miranda Ribeiro (305.400.031-15) e Maria José Silva Gusmão (062.566.942-87), nos termos do art. 12, §3º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. excluir da relação processual os ex-segurados do INSS Alessandra Inácio Diamantino (826.967.051-00), Helenice Maria Mendonça Faria (563.814.411-00), Izaura Ramos da Silva (003.836.371-20) e José Sertão Pereira (CPF 195.757.501-87);

9.3. julgar irregulares as contas dos responsáveis Eucídio Miranda Ribeiro (305.400.031-15) e Maria José Silva Gusmão (062.566.942-87), ex-servidores do INSS, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c", e § 2º da Lei 8.443, de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, inciso IV, e 210 e 214, inciso III do Regimento Interno do TCU;

9.4. condenar o Sr. Eucídio Miranda Ribeiro (CPF 305.400.031-15) ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir da correspondente data até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários aos seguintes segurados:

9.4.1. Alessandra Inácio Diamantino

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA94.
2.021,81	9/9/2003
2.707,87	9/10/2003
2.707,87	11/11/2003
3.541,20	9/12/2003
416,66	12/1/200495.

9.4.2 Helenice Maria Mendonça Faria

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA96.
7.620,68	18/8/200397.

9.5. condenar a Sra. Maria José Silva Gusmão (062.566.942-87) ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários à segurada Izaura Ramos de Souza;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA98.
293,33	2/7/2002
550,00	9/7/2002
550,00	8/8/2002
550,00	9/9/2002
384,99	9/10/200299.

9.6. condenar os responsáveis Eucídio Miranda Ribeiro (305.400.031-15) e Maria José Silva Gusmão (062.566.942-87), solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários ao segurado José Sertão Pereira:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA100.
2.084,14	8/4/2003
1.421,01	9/4/2003
1.421,01	12/5/2003
1.421,01	10/6/2003
1.656,47	9/7/2003
1.656,47	13/8/2003101.
1.656,47	9/9/2003
1.656,47	10/10/2003
1.656,47	10/11/2003
3.312,94	12/12/2003
1.656,47	12/1/2004102.
1.656,47	10/2/2004
1.656,47	9/3/2004
1.656,47	2/4/2004
1.656,47	4/5/2004
1.731,50	2/6/2004103.

9.7. aplicar aos responsáveis Eucídio Miranda Ribeiro (305.400.031-15) e Maria José Silva Gusmão (062.566.942-87) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, nos valores correspondentes a, respectivamente, R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) e 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não sejam pagas no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, com amparo no art. 28, inciso II da Lei 8.443, de 1992;

9.9. aplicar aos responsáveis Maria José Silva Gusmão (062.566.942-87) e Eucídio Miranda Ribeiro (305.400.031-15) a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 8 (oito) anos, com fundamento no art. 60 da Lei 8.443, de 1992;

9.10. solicitar à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, com base no art. 61 da Lei 8.443, de 1992, e no art. 275 do Regimento Interno do TCU, a adoção das medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis Eucídio Miranda Ribeiro (305.400.031-15) e Maria José Silva Gusmão (062.566.942-87), caso não haja, dentro do prazo estabelecido, a comprovação do recolhimento das dívidas, devendo este Tribunal ser ouvido quanto à liberação dos bens arrestados e à sua restituição;

9.11. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Procuradoria da República no Distrito Federal que a decisão contida no subitem 9.2, acima, não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

9.12. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443, de 1992;

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1475-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1476/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.739/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (em Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Ministério do Esporte (vinculador).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Esporte (vinculador).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Michelle Cristhina Dias (23.763/OAB-DF) e outros, representando Fast Turismo e Telecomunicações Ltda. Epp.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame contra o Acórdão 299/2016-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 285 e 286, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. esclarecer ao recorrente que a deliberação recorrida baseou-se na identificação de violação aos arts. 2º, § 2º, e 3º, inc. II, da Lei 10.520/2002 e aos arts. 9º, inc. I e § 2º, e 30, inc. III, do Decreto 5.450/2005;

9.3. declarar, de ofício, a insubsistência do item 9.1 do Acórdão 299/2016-TCU-Plenário em razão da inexistência de qualquer fundamentação para essa decisão na instrução técnica, no relatório ou no voto condutor da referida deliberação, bem como por estar em desacordo com o item 9.2 do referido *decisum*, cujo sentido foi o de confirmar a medida cautelar ante a impossibilidade de prosseguimento do certame;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Ministério dos Esportes.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1476-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1477/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 019.152/2015-9.

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.

3. Recorrente: CTIS Tecnologia S/A (CNPJ 01.644.731/0001-32).

4. Unidade: Ministério de Minas e Energia.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Luiz Gustavo Rocha Oliveira Rocholi (OAB/MG 72.002), Rhuana Rodrigues César (OAB/DF 22.964) e outros.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por CTIS Tecnologia S/A contra o acórdão 696/2016-Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. não conhecer do pedido de reexame em razão da ausência de interesse recursal;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1477-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1478/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC nº 004.540/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em Representação.

3. Interessado/ Recorrente:

3.1. Interessado: Agência Nacional de Transportes Terrestres (CNPJ nº 04.898.488/0001-77)

3.2. Recorrente: UTB União Transporte Brasília Ltda. (CNPJ nº 37.098.480/0001-85).

4. Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (Seinfra-Rod).

8. Representação legal:

8.1. Lucas Sahão Turquino (32.954/OAB-DF) e outros, representando UTB União Transporte Brasília Ltda.

8.2. Renata Amado Ferreira e outros, representando a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

8.3. Edvan Teles da Silva (44.326/OAB-DF) e outros, representando Cootransp - Cooperativa de Transportes Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto em face do Acórdão nº 2.730/2015 - Plenário, por meio do qual foi julgada a representação formulada por Cootransp Cooperativa de Transportes Ltda. contra o Edital nº 2/2014, Lote 3, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), cujo objeto era a permissão para prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros, atendendo à região do Distrito Federal e municípios do entorno,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos do art. 278, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 267, inc. VI, do CPC, não conhecer do presente recurso devido à perda superveniente do objeto e à ausência de interesse recursal e de utilidade do provimento postulado, bem como em decorrência da prática de ato incompatível com a vontade de recorrer, qual seja, o reconhecimento voluntário, na esfera judicial, de que não cumpre com as exigências postas nos itens 104.2 e 104.2.1 do Edital nº 2/2014;

9.2. encaminhar cópia do inteiro teor deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, a quem foi distribuído o MS nº 1.008.251-82.2015.4.01.3400, para a adoção das providências que aquele juízo considerar cabíveis;

9.3. encaminhar cópia do inteiro teor deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à ANTT, à UTB União Transporte Brasília Ltda., à Cootransp - Cooperativa de Transportes Ltda e à Procuradoria da República no Distrito Federal.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1478-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1479/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.963/2014-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

3.2. Responsável: Jorge Francisco Medauar (087.533.775-91).

4. Entidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Luiz Viana Queiroz (8487/OAB-BA) e outros, representando Jorge Francisco Medauar.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação envolvendo o reenquadramento funcional de empregados da Companhia das Docas do Estado da Bahia, identificado no processo de prestação de contas da entidade referente ao exercício de 2004 (TC-012.999/2005-6),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro nos arts. 237, inciso VII e parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicada, por perda de objeto, a presente representação;

9.2. determinar o apensamento do processo ao TC-012.999/2005-6;

9.3. dar ciência desta deliberação à Companhia das Docas do Estado da Bahia e ao Sr. Jorge Francisco Medauar.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1479-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1480/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.721/2011-5.

1.1. Apensos: TC 028.654/2015-3, TC 028.655/2015-0, TC 028.657/2015-2 e TC 028.658/2015-9.

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Revisão.

3. Responsáveis/Recorrente:

3.1. Responsáveis: Jacir José de Souza (CPF 199.734.702-49), Anauá Táxi Aéreo Ltda. EPP (CNPJ 02.585.564/0001-69), Caburaí Taxi Aéreo Ltda. (CNPJ 04.168.914/0001-17) e Paramazônia Táxi Aéreo Ltda. (CNPJ 00.581.615/0001-59).

3.2. Recorrente: Jacir José de Souza (CPF 199.734.702-49).

4. Unidades: Conselho Indígena de Roraima - CIR e Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250) e outros, representando Jacir José de Souza; Alexander Ladislau Menezes (OAB/RR 226) e outros, representando Anauá Taxi Aéreo Ltda.; e José Ruyderlan Ferreira Lessa (OAB/RR 386), representando Paramazônia Táxi Aéreo Ltda.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o recurso de revisão interposto por Jacir José de Souza contra os acórdãos 612/2014 (retificado pelo acórdão 1.154/2014) e 1.515/2015, todos da 1ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 35 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão e dar-lhe provimento parcial para reduzir os montantes do débito e das multas imputados a Jacir José de Souza e à empresa Anauá Táxi Aéreo Ltda. pelo acórdão 612/2014 - 1ª Câmara, que passam a ser os seguintes:

9.1.1. débito individual de responsabilidade de Jacir José de Souza:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA*104.*
R$ 1.329,50	2/4/2003*105.*
R$ 5.109,88	6/1/2004*106.*
R$ 6.072,30	3/4/2003*107.*
R$ 3.664,51	30/5/2003*108.*
R$ 5.486,28	8/11/2002109.

9.1.2. débito solidário de responsabilidade de Jacir José de Souza e da empresa Anauá Táxi Aéreo Ltda.:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA*110.*
R$ 34.274,54	31/3/2004*111.*
R$ 87.163,26	2/6/2004*112.*

9.1.3. multas individuais:

9.1.3.1. Jacir José de Souza: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais); e

9.1.3.2. Anauá Táxi Aéreo Ltda.: R$ 6.000,00 (seis mil reais).

9.2. manter inalterados os valores do débito imputado a Jacir José de Souza em solidariedade com a empresa Paramazônia Táxi Aéreo Ltda. e da multa imposta à referida empresa;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à empresa Anauá Taxi Aéreo Ltda., à Funasa, ao CIR e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Roraima; e

9.4. enviar os autos à Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima - Secex/RR, para instruir novamente o feito, tendo em vista os comprovantes de quitação do débito e da multa imputados à empresa Paramazônia Táxi Aéreo Ltda. (peças 173/4).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1480-21/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1481/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.895/2011-3.
1.1 Apenso: TC 010.656/2011-1.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrente: Waldir Cipriano Nascimento (CPF 462.873.459-34).
4. Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Mato Grosso do Sul - Incra/MS.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: João Eduardo Bueno Netto Nascimento (OAB/MS 10.704).
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por Waldir Cipriano Nascimento contra o acórdão 269/2015-Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentaram, ao recorrente e à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Mato Grosso do Sul.
10. Ata n° 21/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1481-21/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1482/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.046/2016-9.
2. Grupo II; Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Representante: Empresa Escala Transportes Gerais Ltda. (05.343.561/0001-07).
4. Entidade: Município de Boa Hora/PI.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.
8. Representação Legal: Antônio Carlos Moreira Ramos (OAB/PI 353); Francisco Renan Barbosa da Silva (OAB/PI 10.030); Carolina Lago Castello Branco (OAB/PI 3.405); Lívia da Rocha Sousa (OAB/PI 6.074); Eduardo Marcelo Sousa Gonçalves (OAB/PI 4.373/B); Djalma Cardoso Leite (OAB/PI 1.654); e Maira Castelo Branco Leite (OAB/PI 3.276).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pela empresa Escala Transportes Gerais Ltda., com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, contra o certame RDC Presencial 1/2015, promovido pelo Município de Boa Hora/PI, que teve como objeto a implantação de sistema de abastecimento de água naquela municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer da presente Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do RI/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993;

9.2. com fundamento no art. 276 do Regimento Interno/TCU, adotar medida cautelar para determinar ao Município de Boa Hora/PI que suspenda, imediatamente, o andamento do RDC Presencial 1/2015, bem como a execução do Contrato 19/2015, pactuado com a Empresa Compacta Engenharia e Serviços Ltda., até que o Tribunal delibere em definitivo sobre a matéria;

9.3. determinar, nos termos do art. 276, § 3º, do Regimento Interno/TCU, as oitivas do Município de Boa Hora/PI e da Empresa Compacta Engenharia e Serviços Ltda., para que, em até 15 (quinze) dias, pronunciem-se, em relação ao mérito deste processo, manifestando-se, expressamente, sobre as irregularidades apontadas na análise empreendida pela Secex/CE que maculam o RDC Presencial 1/2015 e o contrato dele decorrente (Contrato 19/2015);

9.4. enviar aos responsáveis indicados nos subitens 9.3 supra, a título de subsídio à defesa, cópia da instrução constante da peça 19, bem como deste Acórdão, do Relatório e do Voto que o fundamentam;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Empresa Compacta Engenharia e Serviços Ltda., à Funasa/DF e ao Ministério da Saúde.
10. Ata n° 21/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1482-21/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1483/2016 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC 040.953/2012-2.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Órgão: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades - SE/MCidades.
4. Embargantes: Due Promoção e Eventos Ltda. (06.126.855/0001-40), Renato Stoppa Cândido (227.209.521-68) e Francisco de Assis Rodrigues Fróes (001.925.878-03).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Albertina de Almeida Noberto (OAB/DF 34.654); Mirian Ribeiro Rodrigues de Mello (OAB/DF 17.956); Gilberto Garcia Gomes (OAB/DF 8.849), Lucas dos Prazeres Fonseca (OAB/DF 30.588), Lívia Rodrigues da Fonseca (OAB/DF 27.824), Isabela Torres de Medeiros (OAB/DF 26.036), Fabiana Cristina Uglar Pin (OAB/DF 26.394), Gilvan Pereira da Costa (OAB/DF 12.956-E); Pedro de Almeida Martins Filho (OAB/DF 25.726).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pela empresa Due Promoções e Eventos Ltda. e pelos Srs. Renato Stoppa Cândido e Francisco de Assis Rodrigues Fróes, invocando a existência de omissões e contradições no Acórdão 95/2016 - TCU - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos Embargos de Declaração do Sr. Francisco de Assis Rodrigues Fróes, porque intempestivo, com base no que dispõe o art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992;

9.2. conhecer dos Embargos de Declaração da empresa Due Promoção e Eventos Ltda. e do Sr. Renato Stoppa Cândido para, no mérito, negar-lhes provimento, porque não configurados os vícios mencionados no art. 34, caput, da Lei 8.443/1992;

9.3. dar ciência desta deliberação aos embargantes.
10. Ata n° 21/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1483-21/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1484/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 031.957/2014-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Previdência Social.

3.2. Responsáveis: Alcides Paschoal Amado (237.832.907-59); Cleone Braga (542.542.647-04); Denise Seice Gierkens (775.167.707-44); Geraldo Brito de Carvalho (047.843.912-15); Jader Rosa (410.783.907-97); José Elias Ferreira (297.066.107-15); José Luiz Rodrigues (006.146.297-72); Marco Antônio Artigas da Rocha (482.917.307-68); Nádia Helena da Silva (540.282.567-04); Renato Temtemples (280.693.907-00); Ubirajara de Souza Rosa (420.009.127-53); Vicente de Paula Mainenti Filho (114.872.751-53).

3.3. Recorrentes: Nádia Helena da Silva (540.282.567-04); Denise Seice Gierkens (775.167.707-44).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
8. Representação legal :
8.1. Thales Arcoverde Treiger, representando Ubirajara de Souza Rosa.
8.2. Marco Aurelio Justino de Souza (81596/OAB-RJ), representando Denise Seice Gierkens.
8.3. Arthur Carlos da Silva (71499/OAB-RJ) e outros, representando Nádia Helena da Silva.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Denise Seice Gierkens e Nádia Helena da Silva contra o Acórdão 2.967/2015-TCU-Plenário, que julgou suas contas irregulares, condenou-as em débito e lhes aplicou multa em decorrência de prejuízos causados pela concessão irregular de benefícios de aposentadorias por tempo de contribuição.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos e, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. comunicar às recorrentes, ao INSS e ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.
10. Ata n° 21/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1484-21/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1485/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº 000.068/2011-0.
2. Grupo II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Pedido de Reexame).
3. Recorrentes: Alexandre Henrique Pereira da Silva (530.620.353-15), Arnaldo Benvindo Macedo Lima (282.935.843-00) e Neuzelina Compasso da Silva (127.993.003-91).
4. Entidade: Município de Caxias/MA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Sofia Rodrigues Silvestre Guedes (OAB/DF 27.635) e outros.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos contra o Acórdão 797/2016-TCU-Plenário, que conheceu e negou provimento a pedido de reexame interposto contra o Acórdão 2.143/2014-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, os embargos de declaração opostos por Alexandre Henrique Pereira da Silva, Arnaldo Benvindo Macedo Lima e Neuzelina Compasso da Silva, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos embargantes.
10. Ata n° 21/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1485-21/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1486/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.182/2016-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Levantamento.
3. Responsável: Miguel Soldatelli Rossetto (297.325.140-00).
4. Órgão: Ministério do Trabalho.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia relatório de levantamento, com o objetivo de verificar a produção de estatísticas e a efetividade da sistemática de fiscalização do antigo Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS) sobre as cotas de pessoas com deficiências (PCD) empregadas nos estabelecimentos de diferentes tamanhos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Segecex que, quando da elaboração dos próximos planos de fiscalização, considere as conclusões deste levantamento;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União (Caces), como subsídio para sua atuação;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério do Trabalho e às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Câmara dos Deputados, e de Assuntos Sociais, do Senado Federal, para ciência;

9.4. arquivar os presentes autos.
10. Ata n° 21/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1486-21/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1487/2016 - TCU - Plenário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC 014.081/2013-0.

1.1. Apensos: 030.881/2015-3; 004.140/2014-1; 004.141/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Wilton Pereira dos Santos (275.058.201-68).

4. Entidade: Município de Novo Airão/AM.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por Wilton Pereira dos Santos contra o Acórdão 7526/2013-TCU-2ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, condenou-o em débito e aplicou-lhe a multa do art. 57 da Lei 8.443/1992 no valor de R$ 35.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de revisão, por atender os requisitos previstos nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288, inciso III, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, afastando-se os débitos relativos ao Pnate/2007 (R$ 9.986,56) e ao Pnate/2008 (R$ 2.219,36), bem como parte dos débitos referentes ao Pnae/2008 (R$ 14.997,63), remanescendo os seguintes valores a serem ressarcidos pelo responsável ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação:

Valor original do débito ref. Pnae/2008 (R$)	Valor a abater (R$)	Valor do débito remanescente ref. Pnae/2008 (R$)	Data de ocorrência113.
9.429,20	9.429,20	0,00	4/3/2008114.
9.429,20	5.548,43	3.880,77	1.º/7/2008115.
9.429,20	0,00	9.429,20	1.º/8/2008116.
9.429,20	0,00	9.429,20	2/9/2008117.
9.429,20	0,00	9.429,20	1.º/10/2008118.
9.429,20	0,00	9.429,20	31/10/2008119.
37.716,80	0,00	37.716,80	2/12/2008120.
94.292,00	14.977,63	79.314,37	Total121.

9.2. alterar a multa imposta ao recorrente por meio do Acórdão 7.526/2013-TCU-2.ª Câmara para R$ 25.000,00;

9.3. dar conhecimento deste acórdão, bem como do voto e do relatório que o fundamentam, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, à Advocacia-Geral da União, por meio da Procuradoria da União no Estado do Amazonas, ao juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, onde tramita o processo de execução de título extrajudicial 0004816-38.2015.4.01.3200.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1487-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1488/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.028/2015-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Interessado: Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda.

4. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

8. Representação legal: Sandra Marques Brito Unterkircher (OAB/SP 113.818).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 1.677/2015-TCU-Plenário, proferido em processo de representação (TC 034.816/2014-3) formulada pela empresa Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda., a qual apontava possíveis irregularidades no edital do Pregão Eletrônico SRP 34/2014, promovido pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) e destinado à contratação de serviço de monitoramento eletrônico de veículos mediante sistema de leitura automática de placas, utilizando tecnologia de Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar parcialmente atendido o item 9.2.1 do Acórdão 1.677/2015-TCU-Plenário;

9.2. revogar a medida cautelar adotada em 14/3/2016;

9.3. determinar ao DPRF que:

9.3.1. exija da licitante provisoriamente em primeiro lugar no Pregão Eletrônico 34/2014, ainda na fase de julgamento das propostas, nova planilha detalhada para o 'GRUPO 01', discriminando os onze itens de serviço que o compõem, com seus respectivos preços unitários, atentando para a necessidade de quantificar e precificar os materiais e equipamentos que irá utilizar;

9.3.2. insira essa nova planilha nos autos do processo licitatório e utilize-a como parâmetro para subsidiar futuros reajustes e/ou revisões de preço;

9.4. fixar o prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, para que o DPRF informe ao Tribunal as medidas adotadas em cumprimento ao item 9.3 acima;

9.5. dar ciência ao DPRF sobre a falha identificada no Pregão Eletrônico 34/2014 consistente em não elaborar o orçamento em planilhas de quantitativos e preços unitários, o que afronta o disposto no art. 9º, § 2°, do Decreto Federal 5.450/2005, e no art. 15, inciso XII, alínea 'a', da IN SLTI/MP 2/2008;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao DPRF e à licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico 34/2014;

9.7. arquivar os autos após as devidas comunicações processuais.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1488-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1489/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.925/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Ministério de Minas e Energia (MME).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica (SeinfraElétrica).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário, proferido no âmbito do TC 029.387/2013-2, em que se avaliou o cumprimento do cronograma para entrada em operação dos empreendimentos de geração e transmissão de energia outorgados entre 2005 e 2013;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.1.1, 9.1.2.1, 9.1.3.1 e 9.1.3.2 do Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário e em cumprimento a contida no subitem 9.1.2.2 da mesma decisão;

9.2. recomendar ao MME e à ANEEL que reavaliem a viabilidade da LT 500 kV Araraquara 2-Taubaté, dadas as dificuldades para a execução do empreendimento e o atraso já somado desde a previsão inicial de conclusão da obra, articulando, juntamente com a Casa Civil da Presidência da República e com os demais agentes envolvidos, possíveis alternativas para viabilizá-lo, considerando inclusive, a possibilidade de, em último caso, declarar a caducidade da concessão e adotar outras medidas possíveis para suprir a inexistência das instalações em questão no sistema elétrico;

9.3. determinar à ANEEL, nos termos do art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, que apure os motivos que levaram aos atrasos verificados nas obras da LT 500 kV Araraquara 2-Taubaté e de suas subestações, bem como as responsabilidades pelo ocorrido;

9.4. juntar cópia do presente acórdão, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, ao TC 029.387/2013-2, para subsídio à apreciação do recurso contra o subitem 9.1.2 Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário;

9.5. arquivar o presente processo, por ter cumprido os fins para os quais foi constituído, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1489-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1490/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.150/2016-8.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Agravo (com exame de mérito da representação).

3. Representante/Recorrentes:

3.1. Recorrentes: Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais (03.773.834/0001-28); Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais (03.773.700/0001-07).

3.2. Representante: Libertas Auditores e Consultores Ltda. (02.620.178/0001-60).

4. Entidades: Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais; Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal:

8.1. Antonio Fernando Guimarães Pinheiro (OAB/MG 23.719) e outros, representando Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais;

8.2. Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010) e outros, representando Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais e Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação acerca de supostas irregularidades ocorridas no julgamento da "Concorrência Corporativa nº 016/2015", do tipo técnica e preço, conduzida pelo Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais e pelo Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do RITCU, para, no mérito, considerá-la improcedente, no que diz respeito à irregularidade apontada pela empresa Libertas Auditores e Consultores Ltda. (representante);

9.2. conhecer dos agravos interpostos pelo Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais e pelo Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais e considerá-lo, no mérito, prejudicado por perda de objeto;

9.3. declarar sem efeito a decisão exarada no despacho de 18/4/2016 (peça 21 destes autos), que determinou a suspensão cautelar do processo licitatório "concorrência corporativa 016/2015";

9.4. arquivar os autos e encerrar o processo.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1490-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1491/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.756/2015-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Flex Lab Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda. (CNPJ: CNPJ: 02.620.178/0001-60)

3.2. Responsável: José Leite Cavalcante Junior (CPF: 462.650.667-49).

4. Entidade: Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal: Maria Aparecida dos Santos (CPF: 536.388.917-04), representando a Flex Lab Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda., e Tenente Coronel Maurício Real Ferreira (CPF: 120.688.658-74), representando o Hospital Geral do Rio de Janeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Flex Lab Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda., com pedido de cautelar suspensiva, sobre possível ilegalidade no edital do Pregão Eletrônico n.º 7/2105 conduzido pelo Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ) com o objetivo de formar a ata de registro de preços, com a participação do Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE) e do Hospital da Lagoa (HFL), para a aquisição de materiais para o centro cirúrgico e a cirurgia geral, no valor estimado de R$ 63.083.024,90;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar procedente a presente representação, já foi conhecida por meio do Acórdão 304/2016-TCU-Plenário;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por José Leite Cavalcante Junior;

9.3. determinar ao Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ), com fundamento no art. 71, IX, da Constituição Federal, no art. 45 da Lei 8.443/1992 e no art. 251 do Regimento Interno do TCU, que, caso entenda conveniente dar continuidade ao Pregão Eletrônico n.º 7/2105, adote, no prazo de quinze dias, as medidas necessárias para que:

9.3.1. sejam anulados todos os atos havidos no referido certame relacionados com os itens indevidamente agrupados (itens 33 a 57), em obediência ao disposto nos arts. 15, IV, e 23, § 1º, da Lei 8.666/1993, tendo em vista que não restou inequivocamente demonstrada a presença de razões técnicas ou econômicas capazes de expressar a devida vantagem para a administração pública em contratar de forma agrupada os itens que, a princípio, poderiam ser licitados de forma individualizada, podendo prosseguir, todavia, com a licitação e a contratação em relação aos demais itens contemplados no referido pregão;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3.2. não sejam utilizados os critérios previstos nos itens 3.6.2 e 3.6.3 do edital desse certame para a avaliação de amostras, restringindo, assim, tal avaliação ao exigido no item 3.6.1 (compatibilidade do produto com o descrito no termo de referência), em observância do art. 40, inciso VII, da Lei 8.666/1993, tendo em vista se mostrar imprescindível, no caso da exigência de amostras, o detalhamento dessa obrigação no instrumento convocatório, com a devida especificação dos critérios objetivos para presidir a avaliação do material apresentado pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar;

9.3.3. seja observada a necessidade da fixação de quantitativos mínimos de produtos a serem demandados dos fornecedores, em conformidade com a jurisprudência do TCU;

9.4. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamenta, ao Hospital Federal dos Servidores do Estado, ao Hospital da Lagoa e à empresa Alal-Med Equipamentos e Materiais Hospitalares Ltda., para ciência, bem como ao Hospital Geral do Rio de Janeiro, para que, no prazo de até 60 (sessenta) dias, apresente os resultados das providências adotadas em resposta ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a unidade técnica promova o monitoramento da determinação contida no item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 21/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1491-21/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 19 horas e 7 minutos, o Ministro Raimundo Carreiro, Vice-Presidente no exercício da Presidência, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenário
Em substituição

Aprovada em 21 de junho de 2016.
RAIMUNDO CARREIRO
Vice-Presidente
No Exercício da Presidência

ATA Nº 23, DE 15 DE JUNHO DE 2016
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidências: Ministro Aroldo Cedraz (Presidente) e Ministro Raimundo Carreiro (Vice-Presidente)

Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa

Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 15 horas, o Ministro Raimundo Carreiro, Vice-Presidente no exercício da Presidência, declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho e do Representante do Ministério Público Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes, em férias, o Ministro Vital do Rêgo; e, por motivo de saúde, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

- Entrada em operação da 1ª etapa da funcionalidade de controle de prazo no sistema e-TCU acerca da prescrição da pretensão punitiva no âmbito desta Corte;

- Início do projeto de diagnóstico da força de trabalho do TCU, que tem como objetivo avaliar e propor a distribuição dos servidores entre as unidades da Secretaria do Tribunal considerando os interesses estratégicos da Casa;

- Implementação da Resolução TCU nº 276/2016, que possibilita a visualização do conteúdo dos processos por parte dos Ministros, Ministros-Substitutos, Membros do Ministério Público e servidores de seus gabinetes devidamente autorizados

- Lançamento do aplicativo móvel #EuFiscalizo, já disponível para downland, para smartphones e tablets.

- Elogios à participação do Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, Membro do Ministério Público junto ao TCU, e de auditores do TCU perante a Comissão Especial do Impeachment, no Senado Federal

Do Ministro Walton Alencar Rodrigues:

- Projeto de retificação dos coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal constantes do Anexo I à Decisão Normativa TCU 150, de 23 de março de 2016. Foi aberto prazo de 10 dias para a apresentação de emendas e sugestões.

Do Ministro Raimundo Carreiro:

- Convocação de Sessão Extraordinária da 2ª Câmara para o próximo dia 22, quarta-feira, às 10h30.

MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão das medidas cautelares exaradas nos processos nºs:

TC-014.279/2016-9, pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, para que a Advocacia-Geral da União (AGU) não autorize adesões à ata de registro de preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 5/2016 até que o Tribunal delibere definitivamente acerca da matéria.

TC-006.579/2016-7, pelo Ministro Benjamin Zymler, para que a Prefeitura de Sorriso/MT se abstenha de dar continuidade à concorrência 9/2015 até o que o Tribunal se pronuncie conclusivamente quanto aos indícios de irregularidades.

MEDIDA CAUTELAR REVOGADA (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a revogação da medida cautelar exarada nos autos do processo nº TC-012.179/2016-7, pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, para que a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias, o Fundo de Investimento do Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, o BNDES e o BNDES Participações S.A. se abstenham de destinar recursos para as obras de construção da ferrovia Transnordestina (Malha II).

Por ocasião do exame da cautelar, o Ministro Raimundo Carreiro fez sugestões ao Relator, consoante "Declaração de Voto" constante do Anexo II desta Ata.

ATO NORMATIVO APROVADO (ANEXO II)

RESOLUÇÃO TCU Nº 280 - "Disciplina a execução do plano de fiscalização de obras pelo Tribunal de Contas da União, para atendimento ao que dispõem as sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias. "

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 9 a 15 de junho, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Recurso: 016.090/2009-2/R002
Recorrente: Marcos Wagno Gomes Brandão
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 016.090/2009-2/R004
Recorrente: Rodolfo Costa Botelho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 016.090/2009-2/R005
Recorrente: Vilmar Francisco da Silva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 026.593/2009-5/R003
Recorrente: João Maria Marques Rosa
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Recurso: 011.156/2010-4/R002
Recorrente: ODEBRECHT GLOBAL S.A.
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 011.156/2010-4/R003
Recorrente: SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO ESTADO DE ALAGOAS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 011.156/2010-4/R004
Recorrente: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 021.218/2010-2/R001
Recorrente: Darlindo Maria Pereira Veloso Filho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 021.218/2010-2/R002
Recorrente: Márcio Benício de Sá Ribeiro
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 021.218/2010-2/R003
Recorrente: Luz Marina Sena
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 021.218/2010-2/R004
Recorrente: João Antônio Correa Pinto
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 000.547/2011-5/R002
Recorrente: Gean Campos de Barros
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 005.689/2011-2/R006
Recorrente: José Roberto Ramalho Calleja
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 005.689/2011-2/R007
Recorrente: Ademir Antônio Valentini
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 005.689/2011-2/R008
Recorrente: Anderson Eduardo Santana
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 033.977/2011-9/R001
Recorrente: JERSON ROBERTO LEAL PINTO, Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto e MARCOS DO NASCIMENTO PEREIRA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 033.977/2011-9/R002
Recorrente: Flávio Decat de Moura, Luis Hiroshi Sakamoto, Marcos Aurélio Madureira da Silva e Pedro Carlos Hosken Vieira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 037.097/2011-3/R001
Recorrente: ENCOMIND/ ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 001.640/2012-7/R002
Recorrente: LIBERALINO RIBEIRO DE ALMEIDA NETO
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 012.604/2012-7/R001
Recorrente: Raimundo Nonato Xavier Pontes
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Recurso: 019.364/2012-1/R005
Recorrente: José Acélio Paulino de Freitas
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 045.141/2012-6/R001
Recorrente: MARIA INÊS DE CASTRO ROSA e PAULO RICARDO ALVES OLIVEIRA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Recurso: 008.192/2013-8/R001
Recorrente: MARIA DO LIVRAMENTO MOURA DE LIMA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 012.207/2013-6/R003
Recorrente: Martiniano Gonçalves de Araújo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Recurso: 015.089/2013-4/R001
Recorrente: Leontino Pereira Labres
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 015.145/2013-1/R001
Recorrente: Yvana Miriam Pimentel Moreira
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 015.145/2013-1/R002
Recorrente: Márcio Santos Salomão
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 015.145/2013-1/R003
Recorrente: Edith Maria Mesquita de Oliveira
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 015.145/2013-1/R004
Recorrente: Solange Maria Nunes Siqueira
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 019.237/2013-8/R001
Recorrente: Márcio Mendonça Franca
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 021.402/2013-2/R001
Recorrente: Rubens Alves Toledo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 022.596/2013-5/R003
Recorrente: Zaki Akel Sobrinho
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 028.832/2013-2/R003
Recorrente: Moisés da Cunha Lemos e Sandra Regina Cavalcante Lemos Areia Leão
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 032.944/2013-6/R001
Recorrente: Benedito Fortes de Arruda
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 034.290/2013-3/R001
Recorrente: CONNECT CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 002.837/2014-5/R001
Recorrente: Jose Claudio Dias de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recurso: 004.778/2014-6/R001
Recorrente: Carla Maria Manzi Baracat
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Recurso: 007.393/2014-8/R001
Recorrente: José Arlindo da Silva Filho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 017.607/2014-0/R001
Recorrente: CÂMARA DOS DEPUTADOS (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Recurso: 020.646/2014-3/R001
Recorrente: Benerval Freire de Araújo e CONSTRUTORA JOAO DE BARRO LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 020.804/2014-8/R001
Recorrente: Jose Jackson Queiroga de Morais
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 024.073/2014-8/R001
Recorrente: Gilnara Pinto Pereira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 024.073/2014-8/R002
Recorrente: Maria Angélica Aben-Athar
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 024.073/2014-8/R003
Recorrente: André Luís Bonifácio de Carvalho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 024.976/2014-8/R001
Recorrente: Edmundo Rodrigues Júnior
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Recurso: 025.590/2014-6/R001
Recorrente: Antonio Gildemar Azevedo Pereira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 033.523/2014-2/R003
Recorrente: Antônio Geraldo Alves
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 013.628/2015-1/R002
Recorrente: RODRIGO OTÁVIO MORETTI PIRES
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 014.588/2015-3/R001
Recorrente: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 023.984/2015-5/R001
Recorrente: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Recurso: 035.019/2015-8/R001
Recorrente: Oliveiro Torres Piancó
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 003.521/2016-8/R001
Recorrente: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 005.865/2016-6/R001
Recorrente: JOSE VALERIO DA SILVA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 005.865/2016-6/R002
Recorrente: CARLOS ALBERTO DE MATOS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 005.865/2016-6/R003
Recorrente: FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA DA SILVA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 005.865/2016-6/R004
Recorrente: BEATRIZ SALGADO RIBEIRO DOS SANTOS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 005.865/2016-6/R005
Recorrente: FERNANDO LUIS DANTAS DE SOUSA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 005.865/2016-6/R006
Recorrente: MARIA APARECIDA CALDAS NOGUEIRA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 005.866/2016-2/R001
Recorrente: ROSIANE FREIRE DE OLIVEIRA ALVES
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Processo: 007.310/2016-1
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Processo: 013.124/2016-1
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 014.907/2015-1
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO
Processo: 021.258/2008-9
Interessado: Universidade Federal de Santa Maria
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BRUNO DANTAS
Processo: 003.440/2003-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO
Processo: 006.994/2003-8
Interessado: DPF - SUPERINT. REGIONAL/AM - MJ
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara

Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Processo: 019.760/2008-7
Interessado: DPF - SUPERINT. REGIONAL/AM - MJ
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER
SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-034.794/2014-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Thiago Luiz da Costa - OAB/DF nº 48.651 produziu sustentação oral em nome de Mactecnology Comércio de Informática Ltda.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº 007.822/2005-4 (Ata nº 7/2014) e o Plenário aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 1520/2016.

SUSPENSÃO DE VOTAÇÃO

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-037.944/2011-8, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Raimundo Carreiro. Ao final da sessão, o Ministro Raimundo Carreiro devolveu o processo ao relator concordando com a proposta por este apresentada, tendo sido prolatado o Acórdão nº 1522/2016.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos de nºs:

TC-023.215/2015-1, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-023.999/2015-2, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-004.878/2016-7 e 037.197/2011-8, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-001.972/1998-7, TC-004.869/2014-1 e TC-015.859/2014-2, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-017.006/2007-7 e 033.570/2015-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-007.559/2015-1, TC-015.423/2013-1 e TC-017.093/2014-7, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1498 a 1518.

RELAÇÃO Nº 26/2016 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
ACÓRDÃO Nº 1498/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 849/2016-TCU - Plenário, onde se lê, nos subitens 9.1 e 9.2.4: "*Luís Henrique Peixoto de Almeida*", leia-se, "*Luiz Henrique Peixoto de Almeida*"; onde se lê, no subitem 9.1: "*27/7/2009*", leia-se, "*17/7/2009*", mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.227/2014-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Airton Nogueira Pereira Junior (614.247.147-53); Claudia Gomes de Melo (478.061.091-53); Conhecer Consultoria e Marketing Ltda (07.046.650/0001-17); Luiz Henrique Peixoto de Almeida (058.352.751-53); Mario Augusto Lopes Moyses (953.055.648-91); Marta Feitosa Lima Rodrigues (232.407.093-68); Premium Avança Brasil (07.435.422/0001-39)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.6. Representação legal: Anderson Medeiros Bonfim (315.185/OAB-SP) e outros, representando Mario Augusto Lopes Moyses.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 20/2016 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER
ACÓRDÃO Nº 1499/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em considerar cumprida a determinação exarada no subitem 1.6.1.4 e parcialmente

cumprida a determinação contida no subitem 1.6.2.2, ambos do Acórdão nº 1.661/2013 - Plenário, de 2/12/2014, e fazer a determinação abaixo descrita, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC nº 026.462/2015-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão: Ministério do Turismo.
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. determinar o apensamento definitivo dos presentes autos ao TC nº 006.757/2012-0, que trata do monitoramento do cumprimento das determinações exaradas no Acórdão nº 6.282/2013 - 1ª Câmara, nos termos dos artigos 36 e 40 da Resolução TCU nº 259, de 7/5/2014.

ACÓRDÃO Nº 1500/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso I, e 243 do Regimento Interno, em considerar cumpridas as determinações constantes do item 1.7.1 do Acórdão 7.662/2012-TCU-2ª Câmara, em encaminhar ao representante e à Caixa Econômica Federal cópia desta deliberação e em arquivar os presentes autos, de acordo com os pareceres emitidos:

1. Processo TC-015.708/2012-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Pedro Henrique Oliveira Castelo Branco (619.713.243-53)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Afonso Cunha - MA
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1501/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno do TCU, em considerar parcialmente cumpridas as determinações contidas nos itens 9.2.1., 9.2.2. e 9.2.4.2. do Acórdão 8.237/2011-2ª Câmara; em tornar insubsistente a determinação contida no item 9.2.4.1. do Acórdão 8.237/2011-2ª Câmara; em fazer as seguintes determinações no processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.046/2008-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda. (02.660.447/0001-12)
1.2. Interessado: Sefti Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação ()
1.3. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).
1.7. Representação legal: Gabriela dos Anjos Barreto Alcoforado e outros, representando Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda..
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1.determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com fulcro no art. 45 da Lei 8.443/1992, c/c com o art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que, relativamente ao Contrato 23/2006, no prazo de sessenta dias contados da ciência:

1.8.1.1.refaça o cálculo dos pagamentos indevidos de modo a: i) apurar os valores de horas não trabalhadas para o cargo Operador de Impressão; ii) excluir os valores relativos ao 4º termo aditivo de repactuação para o período de maio/2007 a fevereiro/2008, promovendo a exata quantificação do débito, exigida pela alínea d, inciso I do art. 10 da IN - TCU 71/2012 c/c arts. 8º e 9º da mesma IN;

1.8.1.2.identifique os responsáveis pela ocorrência do dano, conforme exigido pela alínea c, inciso I do art. 10 da IN - TCU 71/2012 c/c o parágrafo 2º do mesmo artigo;

1.8.1.3.instaure a tomada de contas especial a fim de obter o ressarcimento junto à empresa Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda., conforme estabelecido no art. 4º da IN - TCU 71/2012, sob pena de ser solidariamente responsável, conforme art. 197, caput, do RI/TCU;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.8.1.4.encaminhe ao TCU os documentos comprobatórios das medidas adotadas em atenção aos itens anteriores.

1.8.2.encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório que o fundamenta, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando ao Presidente da Autarquia que o não cumprimento das determinações sem causa justificada sujeita o responsável à multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, sem necessidade de prévia audiência, conforme art. 268, § 3º, do RI/TCU; e

1.8.3.dar ciência deste acórdão à SecexEducação.

RELAÇÃO Nº 17/2016 - Plenário

Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 1502/2016 - TCU - Plenário

Considerando que o recurso de reconsideração constitui-se na espécie recursal cabível nos processos deste Tribunal que versam sobre contas, nos termos dos artigos 32, I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c artigo 285 do Regimento Interno/TCU;

Considerando que tal peça apelativa já foi ajuizada neste processo, o que resultou na preclusão consumativa estabelecida no artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que de acordo com os normativos desta Corte, não se vislumbra possível conhecer de novo expediente apelativo no presente caso;

Considerando que não seria possível receber o expediente como recurso de revisão, pois este expediente recursal somente pode ser conhecido em hipóteses específicas e excepcionais, descritas no artigo 35 da Lei 8.443/92. Constitui-se na última oportunidade recursal existente neste processo. O recebimento da peça nessa modalidade seria prejudicial ao responsável, que teria encerrado, em definitivo, sua oportunidade de revisão da decisão;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", 278, §§ 3º e 4º do Regimento Interno do TCU, 50, § 3º, da Resolução-TCU 259, de 7 de maio de 2014, e, em receber a peça como mera petição e negar recebimento ao pleito, em razão da preclusão consumativa, negando-se a ela seguimento, dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor deste acórdão, bem como do exame de admissibilidade (peça 102), de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.718/2010-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 017.598/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Diniz Lopes dos Santos (060.994.038-41); Eliene de Paula Pinto (046.620.298-99); Jairo Altair Georgetti (045.462.838-22); José Roberto Trombini Novo (844.740.178-20); Marcio Chaves Pires (030.874.008-40); Oswaldo Dias (000.402.388-90); Prefeitura Municipal de Mauá - SP (46.522.959/0001-98); Vilma Maria dos Santos (871.534.838-53)

1.3. Recorrente: Prefeitura Municipal de Mauá - SP (46.522.959/0001-98).

1.4. Órgão/Entidade: Município de Mauá - SP.

1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.9. Representação legal: Wanderli Bortoletto Marino de Godoy (69.636/OAB-SP) e outros, representando Prefeitura Municipal de Mauá - SP e Prefeitura Municipal de Mauá - SP; Ivan Antonio Barbosa (163443/OAB-SP), representando Marcio Chaves Pires; Ana Paula Ribeiro Barbosa (146553/OAB-SP), representando Oswaldo Dias; Lincoln Kazuo Koyama (181473/OAB-SP) e outros, representando Jairo Altair Georgetti.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1503/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 1227/2016-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 18/5/2016, inserido na Ata nº 17/2016-Ordinária, relativamente ao seu item 8, onde se lê: "Representação legal: não há.", leia-se: "Representação legal: Jefferson Albernaz Ferreira Ferraz (OAB/RJ 167.734) representa a Sra. Maria da Conceição Martins Ferreira (CPF 494.102.377-34)." E aos seus itens 9.5, 9.5.1, 9.8, 9.9 e 9.11, onde se lê: "Leda Nunes Vieira (036.803.447-08)", leia-se: "Leda Vieira da Costa (CPF 036.803.447-08)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.227/2014-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Francisco Fernandes Albrecht (639.116.477-00); Ivan Leandres Lima (180.327.107-87); Leda Vieira da Costa (036.803.447-08); Luiz Carvalho Linhares (298.883.107-63); Maria da Conceição Martins Ferreira (494.102.377-34).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Niterói/RJ - INSS/MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal:

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1504/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 531/2016-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 9/3/2016, inserido na Ata nº 7/2016-Ordinária, relativamente aos itens abaixo listados, mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

item 3.2, onde se lê: "... AMA - Comércio e Distribuição Ltda. (CNPJ 02.576.958/0001-50); ... Cotrar Comércio Transportes Ltda. (CNPJ 05.472.832/0001-24); ... P. A. D. Comércio e Distribuidora Ltda. (CNPJ 01.426.911/0001-48); ... Raquel Serruya Freire (Apollo - Comércio e Serviços) (CNPJ 05.253.757/0001-00); ..."

leia-se, "... AMA - Comércio e Distribuidora Ltda. - ME (CNPJ 02.576.958/0001-50); ... Cotrar Comércio Transportes e Representações Ltda. - ME (CNPJ 05.472.832/0001-24); ... P. H. D. Comércio e Distribuição Ltda. - ME (CNPJ 01.426.911/0001-48) ... ; ... Raquel Serruya Turismo e Eventos - ME (CNPJ 05.253.757/0001-00); ..."

item 9.8.1, onde se lê na tabela da 1ª Cadeia de Responsabilidade Solidária...; "...

05/03/2004	0023	000223	200382	7.839,00	Raquel Serruya Freire
21/06/2004	0027	900227	200382	7.470,80	Raquel Serruya Freire
06/08/2004	0030	900382	200382	7.955,00	Raquel Serruya Freire
06/09/2004	0032	900620	200382	7.437,85	Raquel Serruya Freire
01/10/2004	0033	900924	200382	8.000,00	Raquel Serruya Freire
04/11/2004		901172	200382	7.900,00	Raquel Serruya Freire
27/12/2004		901604	200382	8.000,00	Raquel Serruya Freire
22/04/2004	0026	900081	200383	8.000,00	Raquel Serruya Freire
27/07/2004	0028	900438	200383	8.000,00	Raquel Serruya Freire
03/02/2004	0043	000105	200382	7.400,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
05/03/2004	0011	000223	200382	7.930,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
05/04/2004		900011	200382	7.560,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
29/04/2004	0012	900085	200382	8.000,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
06/05/2004	0084	900108	200382	7.920,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
02/06/2004	0088	900184	200382	7.840,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
15/06/2004	0086	900211	200382	7.950,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
06/07/2004	0018	900318	200382	7.890,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
10/08/2004	0019	900396	200382	7.900,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda

..."

Leia-se na tabela como: "...

05/03/2004	0023	000223	200382	7.839,00	Raquel Serruya Turismo e Eventos - ME
21/06/2004	0027	900227	200382	7.470,80	Raquel Serruya Turismo e Eventos - ME
06/08/2004	0030	900382	200382	7.955,00	Raquel Serruya Turismo e Eventos - ME
06/09/2004	0032	900620	200382	7.437,85	Raquel Serruya Turismo e Eventos - ME
01/10/2004	0033	900924	200382	8.000,00	Raquel Serruya Turismo e Eventos - ME
04/11/2004		901172	200382	7.900,00	Raquel Serruya Turismo e Eventos - ME
27/12/2004		901604	200382	8.000,00	Raquel Serruya Turismo e Eventos - ME
22/04/2004	0026	900081	200383	8.000,00	Raquel Serruya Turismo e Eventos - ME
27/07/2004	0028	900438	200383	8.000,00	Raquel Serruya Turismo e Eventos - ME
03/02/2004	0043	000105	200382	7.400,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
05/03/2004	0011	000223	200382	7.930,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
05/04/2004		900011	200382	7.560,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
29/04/2004	0012	900085	200382	8.000,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
06/05/2004	0084	900108	200382	7.920,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
02/06/2004	0088	900184	200382	7.840,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
15/06/2004	0086	900211	200382	7.950,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
06/07/2004	0018	900318	200382	7.890,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
10/08/2004	0019	900396	200382	7.900,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME

..."

item 9.8.2, onde se lê na tabela da 2ª Cadeia de Responsabilidade Solidária...; "...

10/09/2004	0021	900647	200382	7.960,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
11/09/2004	0142	900680	200382	7.890,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
13/10/2004	0024	900976	200382	7.900,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
16/11/2004		901199	200382	7.896,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
26/11/2004		901369	200382	7.900,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
22/12/2004	0190	901597	200382	7.850,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda
29/12/2004	0028	901622	200382	7.984,00	Ama - Comércio e Distribuição Ltda

..."

Leia-se na tabela como: "...

10/09/2004	0021	900647	200382	7.960,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
11/09/2004	0142	900680	200382	7.890,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
13/10/2004	0024	900976	200382	7.900,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
16/11/2004		901199	200382	7.896,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
26/11/2004		901369	200382	7.900,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
22/12/2004	0190	901597	200382	7.850,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME
29/12/2004	0028	901622	200382	7.984,00	Ama - Comércio e Distribuidora Ltda - ME

..."

item 9.8.12, onde se lê na tabela da 12ª Cadeia de Responsabilidade Solidária...; "...

30/07/2004	0298	900368	200382	7.900,00	Cotrar Comércio Transportes Ltda

..."

Leia-se na tabela como: "...

30/07/2004	0298	900368	200382	7.900,00	Cotrar Comércio Transportes e Representação Ltda. - ME

..."

item 9.8.30, onde se lê na tabela da 30ª Cadeia de Responsabilidade Solidária...; "...

17/06/2004	0517	900214	200382	8.000,00	P. A. D. Comércio e Distribuidora Ltda.

..."

Leia-se a tabela como: "...

17/06/2004	0517	900214	200382	8.000,00	P. H. D. Comércio e Distribuição Ltda. - ME

..."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Item 9.13, onde se lê: "... Cotrar Comércio Transportes Ltda.; ...P. H. D. Comércio e Distribuidora Ltda.; ... Raquel Serruya Freire (Apollo - Comércio e Serviços); ... AMA - Comércio e Distribuição Ltda. ..."

Leia-se: "... Cotrar Comércio Transportes e Representações Ltda. - ME; ... P. H. D. Comércio e Distribuição Ltda. - ME; ... Raquel Serruya Turismo e Eventos - ME; ... AMA - Comércio e Distribuidora Ltda. - ME; ..."

1. Processo TC-020.003/2008-5 (TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2007)

1.1. Responsáveis: Maria das Graças Malheiros Monteiro (CPF 064.225.272-68), ex-superintendente; Aparecida Gualberto dos Reis (CPF 032.419.618-00), ex-superintendente substituto; Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes (CPF 273.930.462-53), ex-superintendente interino; Lacerda Carlos Júnior (CPF 245.874.866-04), ex-superintendente; Rivadávia Rosa (CPF 138.642.380-72); ex-superintendente; Francisco Canindé Fernandes de Macedo (CPF 209.988.051-49), ex-Coordenador Geral Administrativo; Ivanhoé Martins Fernandes (CPF 297.530.907 49), ex-chefe do Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira; José Edson Rodrigues de Souza (CPF 046.811.003-82), ex-servidor; Graciete Limeira Ribeiro (CPF 136.240.082-34), ex-servidora; Aline do Nascimento Silva (CPF 043.267.842-53), ex-servidora; Francisco Pereira da Rocha (CPF 077.323.412-87) servidor; José Domingos Soares (CPF 142.796.144-15) servidor; Aloízio Paes Lima (CPF 035.981.794-72), servidor; Antônio Francisco Alves da Silva (CPF 063.676.582-20), servidor; Antônio da Silva Araújo (CPF 272.711.532-68), servidor; Mário Jorge Monteiro de Oliveira (CPF 027.300.302-04) servidor; Luzia Rocha da Silva (CPF 424.420.446-68), servidora; Suzana Ilan Barros da Silva (CPF 239.465.802-97), servidora; A. Rogério P. da Silva (CNPJ 03.738.782/0001-59); Abraão Silva do Nascimento (CPF 798.447.312-91); Alessandri Vieira Lima (CPF 418.165.282-34); Alvino José Leite (CPF 226.733.771-15); Ana Lucia da Silva Fonseca (CPF 026.715.652-91); Ana Ruthe Martins de Araujo (CPF 225.495.952-20); AMA - Comércio e Distribuição Ltda. (CNPJ 02.576.958/0001-50); Amazon Minas Comercial Ltda. (CNPJ 03.760.692/0001-64); André Pinatto (CPF 627.781.022-72); André Pinatto - ME (CNPJ 05.267.830/0001-01); André Pereira da Silva (CPF 476.012.132-34); Anderson Rogério Pereira da Silva (CPF 638.210.522-87); Cláudio da Rosa Silva (CPF 136.057.040-34); C. G. M. Silva (CNPJ 01.438.147/0001-20); CMJ Manutenção e Reparos Ltda. (CNPJ 03.567.915/0001-71); Celso Guilherme Melo Silva (CPF 036.767.652-49); Coral - Construção, Conservação e Serviços Ltda. (CNPJ 00.996.968/0001-10); Cotrar Comércio Transportes Ltda. (CNPJ 05.472.832/0001-24); Constrec - Construção Civil Ltda. (CNPJ 84.527.902/0001-70); Dama - Distribuidora de Manaus Ltda. (CNPJ 04.263.603/0001-37); Ermindo Pinatto (CPF 012.508.988-03 Edmilson Lima de Aragão (CPF 021.964.842-53); E. Gomes Trindade (CNPJ 00.809.974/0001-10); El-Shaddai Importação e Com. Ltda. (CNPJ 02.152.093/0001-03); ELO - Comércio Ltda. (CNPJ 05.248.896/0001-46; Francileuza da Silva Ferreira (CPF 465.082.012-04); Francisca Maia Ramos (CPF 1379.240.72-72); Francesão Materiais de Construção (CNPJ 15.792.641/0001-01); Gráfica e Editora Omargraf Ltda. (CNPJ 84.464.148/0001-77); Geraldo André Scarpellini Vieira (CPF 782.740.101-59); Granito Construtora Ltda. (CNPJ 01.736.195/0001-03); Guilherme Moreira da Silva (Comserv) (CNPJ 04.971.072/0001-37); Guilherme Moreira da Silva (CPF 526.171.656-04); Helena Yamada da Silva (CPF 242.796.332-15); Irmães Leite Ltda. (CNPJ 63.704.324/0001-20); Jacira Araújo do Nascimento (CPF 313.890.825-04); João Carlos de Albuquerque Valença (CPF 284.166.354-04); José Martins Filho (CNPJ 84.467.794/0001-98); Júlio Cezar Ferreira (CPF 239.435.052-00); J C Ferreira (CNPJ 34.510.180/0001-73); J R Duarte (CNPJ 84.458.660/0001-00); José Ribamar Duarte (CPF 276.466.702-78); José Targino Sobrinho da Cruz (CPF 201.368.462-20); Joana Darc Sousa Severo Cardoso (CNPJ 03.706.879/0001-80); J. A. Fernandes & Cia Ltda. (CNPJ 03.919.484/0001-65); J. Anchieta da Silva Representações (CNPJ 02.703.181/0001-48); J. L. M. Ramos (CNPJ 04.095.890/0001-13); João Batista Brandão e Silva (CNPJ 04.269.804/0001-41); João Ferreira de Oliveira (CPF 027.369.932-68); J. Campos (CNPJ 03.057.108/0001-09); João Luiz Peres Basdão (CNPJ 04.338.098/0001-42); João José Araújo Amorim (CPF 205.835.912-72); Jorge Mar Gonçalves Barroso (CPF 135.164.692-34); Jorge Yussif Bichara Sassine (CNPJ 05.417.685/0001-90); José Marcolino Maia Ramos (CPF 284.053.402-97); José Lucinaldo Ferreira de Souza (CNPJ 00.408.052/0001-00); José Veríssimo da Silva (CNPJ 02.498.776/0001-09); José Renan Rocha Ribeiro (CPF 134.258.203-97); Jucelino Coutinho de Oliveira (CPF 121.132.392-72); Luciene Ximenes dos Reis (CPF 373.178.223-53); Liomar Guimarães Azevedo (CNPJ 34.581.850/0001-42); Luiz Olive Eugênio Nonato (CPF 706.451.832-53); M. Glaudimar Almeida (CNPJ 03.804.441/0001-34); M. M. B. de Freitas (CNPJ 05.253.857/0001-37); M. M. De Lima (CNPJ 03.232.286/0001-29); Macedo & Cia Ltda. (CNPJ 02.416.023/0001-07); Maquipel - Comércio de Máquinas e Peças (CNPJ 02.106.579/0001-05); Movimaq - Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 84.109.008/0001-80); Milton Francisco Gomes de Oliveira (CPF 004.968.044-72); Nancy Lemos Ramos (CPF 622.952.682-49); Oséias Alves de Souza (CPF 654.459.022-34); P. de O. Marques (CNPJ 02.607.549/0001-74); P. R. B. Pessoa (CNPJ 63.640.908/0001-80); Paulo Milton Ferreira da Silva (CPF 463.867.502 68); Patrícia Pereira da Silva (CPF 564.595.562-53); P. A. D. Comércio e Distribuidora Ltda. (CNPJ 01.426.911/0001-48); Petrovan Derivados de Petróleo Ltda. (CNPJ 84.472.851/0001-27); PPA Comercial Ltda. (CNPJ 84.540.905/0001-44); Pré-Moldado Francesão Indústria e Comércio (CNPJ 04.158.788/0001-10); Raimunda Ramos Balbi (CPF 043.510.532-91); Raimundo Soares da Silva (CPF 031.574.662-91); Robério Freire Alves (CPF 456.542.202-68); Roger Freire Alves (CPF 320.509.412-34); Roner Freire Alves (CPF 435.545.982-91); Rosimary Maria da Silva Amazonas (CPF 465.014.282-20); Raquel Serruya Freire (Apollo - Comércio e Serviços) (CNPJ 05.253.757/0001-00); R M Duarte (CNPJ 03.131.684/0001-59); R. F. Alves (CNPJ 84.536.143/0001-02); R. da Costa Pinho (CNPJ 02.786.406/0001-77); R. Freire da Silva (CNPJ 04.260.214/0001-58); Raimundo Nonato de Araujo Souza (CPF 031.537.032-72); Ronaldo Paiva Santana (CPF 603.814.772-15); Sebastião Timóteo Soares (CPF 240.347.702-87); Santana Pinheiro e Silva (CNPJ 02.653.851/0001-69); SO Telecomunicações, Segurança e Eletrônica (CNPJ 03.110.585/0001-90); SIMP - Serviço de Instalação e Manutenção de Postos (CNPJ 22.785.471/0001-95); Umberto Ramos Rodrigues (CPF 597.041.792-00); Unicap - Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 84.108.539/0001-59); Vicentina Maria da Silveira Ribeiro (CPF 324.596.611-34); V M da Silveira Ribeiro (CNPJ 84.520.642/0001-01); Vidroplan Comércio de Vidros Planos Ltda. (CNPJ 05.130.643/0001-73); Z M Serviços Técnicos De Informática Ltda. (CNPJ 02.920.017/0001-92).

1.2. Órgão/Entidade: DPF - Superintendência Regional/AM - MJ.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.6. Representação legal: Reginaldo Souza de Olivera (8310/OAB-AM) e outros, representando PPA Comercial Ltda; José Ercídio Nunes (14919/OAB-DF), representando Francisco Canindé Fernandes de Macedo; Paulo Rogério Arantes (1509/OAB-AM) e outros, representando El-Shaddai Importação e Com. Ltda.; Léo da Silva Alves (7621/OAB-DF) e outros, representando Maria das Graças Malheiros Monteiro e Maria das Graças Malheiros Monteiro; Antonio Azevedo de Lira (5474/OAB-AM) e outros, representando Antonio da Silva Araújo; Joao Soares Gomes (2545/OAB-AM), representando E. Gomes Trindade e M. M. B. de Freitas; Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/OAB-AM) e outros, representando Ermindo Pinatto, André Pinatto e El-Shaddai Importação e Com. Ltda.; José Carlos Cavalcanti Júnior (3607/OAB-AM), representando João Jose Araujo Amorim; Izabelle Lima Assem (6075/OAB-AM) e outros, representando Oseias Alves de Souza; José Ribamar Duarte, representando José Veríssimo da Silva - Me; Joao Pontes Rocha Filho (15087/OAB-CE) e outros, representando Jose Edson Rodrigues de Souza; Tatiane Medina Oliveira (6336/OAB-AM), representando Liomar Guimarães Azevedo; Washington César Rocha Magalhães (4203/OAB-AM), representando Petrovan Derivados de Petróleo Ltda; Cintia Pinheiro dos Santos (5433/OAB-AM), representando Aparecida Gualberto dos Reis; Wilamis Rodrigues da Silva, representando Constrec Construção Civil Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1505/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em considerar atendidos os itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.4, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9, 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, parcialmente atendidos os itens 9.1.5, 9.3.1 e 9.3.2 e 9.4 e não atendido o item 9.1.3, do Acórdão 403/2013-TCU-Plenário, sessão de 6/3/2013, exarado nos autos do TC 012.099/2011-2, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-023.932/2015-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Cidadania; Secretaria de Políticas Para As Mulheres

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Determinar à SecexPrevidência a continuação do presente monitoramento;

1.6.2. Encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SEPM, Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp e à Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania;

1.6.3. Arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1506/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143 e 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em expedir quitação aos responsáveis Roney Alves das Neves e Arnaldo Thomaz Cordeiro Barbosa, ante o recolhimento integral do valor referente às multas aplicadas por meio do Acórdão. 1544/2009-TCU-Plenário, conforme os comprovantes acostados às peças 83 e 126.

1. Processo TC-001.848/2008-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Arnaldo Thomaz Cordeiro Barbosa (436.628.467-72); Djalma Aparecido dos Santos (357.062.369-68); Francisco Antonio Saraiva de Farias (045.644.802-00); Jaider Moreira de Almeida (196.180.002-06); Jonas Pereira de Souza Filho (058.733.712-53); Roney Alves das Neves (335.575.197-91)

1.2. Interessados: Fundação Universidade Federal do Acre (04.071.106/0001-37); Olinda Batista Assmar (041.331.707-25); Secretaria de Controle Externo/ac (00.414.607/0027-57)

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).

1.7. Representação legal: Patricia Pontes de Moura (3191/OAB-AC), representando Roney Alves das Neves e Djalma Aparecido dos Santos.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 23/2016 - Plenário

Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 1507/2016 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos que cuidam de petição denominada de "Recurso de Revisão" em Tomada de Contas Especial, instaurada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER em cumprimento à Decisão 397/1995 - Plenário, em decorrência de irregularidades nas obras de restauração da rodovia BR-242/BA, trecho Itaberaba/Entroncamento BA-142, objeto do Contrato PG-012/93, apreciado por meio do Acórdão 188/2002-TCU-Plenário (peça 11 p. 11-12), que julgou irregulares as contas do requerente e lhe aplicou débito solidário e multa.

Considerando que em essência, restou configurado nos autos que a obra de restauração da citada rodovia alcançou 39,8 km de restauração, enquanto que os pagamentos efetuados representaram 97% do valor contratado para a execução da obra. O Contrato PG-012/93 foi rescindido pelo DNER em dezembro de 1995, e restou um debito correspondente à diferença entre o valor pago e o referente ao volume dos serviços efetivamente executados (peça 11, p. 10).

Considerando que contra o acórdão condenatório, o requerente opôs embargos de declaração (peça 102, p. 4-6) que foi conhecido, e no mérito, rejeitado pelo Acórdão 737/2004-TCU-Plenário (peça 72, p. 8).

Considerando que irresignado, o requerente interpôs recurso de revisão (peça 105, p. 3-9) que não foi conhecido por não atender os requisitos específicos de admissibilidade previstos no art. 35, incisos I, II, e III da Lei 8443/92, conforme consta de Despacho do Relator do recurso à peça 107, p. 36.

Considerando que contra a última decisão, o requerente interpôs agravo (peça 108, p. 3-4) que foi conhecido e rejeitado no mérito pelo Acórdão 448/2009-TCU-Plenário (peça 100, p. 41), e neste momento, o requerente interpõe "recurso de revisão" (peça 160), com fundamento no artigo 35 da Lei 8.443/1992.

Considerando que o recorrente já interpôs recurso de revisão (peça 105, p. 3-9) contra o acórdão condenatório, que restou não conhecido por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade previstos no artigo 35 da Lei 8.443/1992, conforme mencionado anteriormente.

Considerando que, ante a interposição de recurso de revisão operou a preclusão consumativa, a teor do disposto no artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU. Assim, o recurso de revisão não pode ser conhecido à luz do princípio da singularidade dos recursos, segundo o qual *"para cada ato judicial recorrível há um único recurso previsto pelo ordenamento, sendo vedada a interposição simultânea ou cumulativa de mais outro visando a impugnação do mesmo ato judicial"* (Princípios Fundamentais: Teoria Geral dos Recursos. Nery Júnior, Nelson. 6ª ed. RT. SP. 2004).

Considerando que por estes fundamentos e com base nos normativos desta Corte, a decisão de mérito não se encontra mais passível da interposição de recursos, cabendo atestar o trânsito em julgado da decisão e a preclusão consumativa para ingresso de novos recursos, bem como que o expediente deve ser recebido como mera petição, negando-lhe recebimento, nos termos do artigo 50, § 4º, da Resolução-TCU 259/2014.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

a) receber a peça como mera petição e negar recebimento ao pleito, em razão da preclusão consumativa e do trânsito em julgado da decisão, conforme dispõe o art. 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 50, § 4º, da Resolução-TCU 259, de 7 de maio de 2014;

b) encaminhar os autos à Segecex, nos termos do art. 1º, inciso IX, da Portaria-TCU 6, de 2/1/2013, alterada pela Portaria-TCU 11, de 3/1/2013; e

c) à unidade técnica de origem, dar ciência ao peticionário e aos órgãos/entidades interessados do teor deste Acórdo.

1. Processo TC-250.059/1997-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 005.570/2011-5 (SOLICITAÇÃO); 010.635/2005-3 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Requerente: Valdomiro Nery Moitinho (036.797.055-49)

1.3. Órgão/Entidade: Grupo Executivo Para Extinção do Dner - MT (em Liquidação)

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.7. Representação legal: Juliana Barbosa Rocha (49633/OAB-DF) e outros, representando Valdomiro Nery Moitinho; Diana Paula Vieira do Nascimento (39414/OAB-DF) e outros, representando Viriato Cardoso/construções e Projetos Ltda; Pedro Eloi Soares (1586-A/OAB-DF), representando Antônio Contreiras Lima e Valdomiro Nery Moitinho.

ACÓRDÃO Nº 1508/2016 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de auditoria realizada nas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, com o objetivo de verificar a existência de acumulação ilegal de cargos públicos na empresa.

Considerando que as situações de acumulação de cargos inicialmente detectadas na Eletronorte, revelaram-se regulares ou deixaram de existir, não havendo, portanto, irregularidades.

VEDADA A IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, em arquivar o presente processo e encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado da instrução à peça 41, para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte.

1. Processo TC-038.764/2012-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsável: Josias Matos de Araujo (039.310.132-00)

1.2. Órgão/Entidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.a.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1509/2016 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos que cuidam de Pedido De Reexame em Representação, interposto pela Garra Forte Empresa de Segurança Ltda., contra o Acórdão 74/2016-Plenário.

Considerando que se trata de Representação, com pedido de medida cautelar, protocolada pela empresa Garra Forte Empresa de Segurança Ltda. - ME, relativa a possíveis irregularidades ocorridas na condução do Pregão Eletrônico 41/7071-2015, promovido pela Gerência de Filial de Logística em Goiânia (Gilog/GO), da Caixa Econômica Federal (CEF), que resultaram em sua inabilitação, tendo em vista suposto descumprimento aos itens 8.5.2.1 e 8.5.2.2.2 do edital (peça 1).

Considerando o pregão destinou-se à contratação de prestação de serviços de vigilância ostensiva e de pronto atendimento nas unidades da Caixa no Estado de Goiás.

Considerando o processo foi apreciado por meio do Acórdão 74/2016-Plenário (peça 14), em que se consignou conhecer da representação, indeferir o pedido de medida cautelar e considerá-la improcedente no mérito.

Considerando que irresignada, a empresa Garra Forte Empresa de Segurança Ltda. ingressa com o expediente que ora se analisa (peça 20).

Considerando que, à vista dos elementos contidos nos autos não foram atendidos os requisitos específicos de admissibilidade estabelecidos pelo art. 35 da Lei n. 8.443/92;

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, em:

a) não conhecer do Pedido De Reexame, ante a ausência de legitimidade da representante para atuar nesta seara recursal, nos termos do artigo 146 e 282 do RI/TCU;

b) dar ciência ao requerente e aos órgãos/entidades interessados do teor do presente Acórdão.

1. Processo TC-035.793/2015-5 - PEDIDO DE REEXAME (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: Garra Forte Empresa de Segurança Ltda. (05.980.352/0001-74)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Ortiz Barbosa de Sousa (24.572/OAB-GO), representando Garra Forte Empresa de Segurança Ltda.

ACÓRDÃO Nº 1510/2016 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos que cuidam de representação formulada pela empresa Lakeland Brasil S.A., noticiando supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 21/2011, conduzido pelo Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro - COMRJ, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento de macacão operativo de combate para a recomposição do estoque do Depósito de Fardamento da Marinha no Rio de Janeiro.

Considerando que por meio do Acórdão 394/2013-TCU-Plenário (peça 29), esta Corte de Contas conheceu da representação, e no mérito, considerou-a parcialmente procedente, em face da verificação apenas de falhas formais na condução do Pregão Eletrônico 21/2011, que não justificam a sua anulação.

Considerando que, subsequentemente, a empresa Lakeland Brasil S.A interpôs pedido de reexame, o qual não foi conhecido por este Tribunal, conforme item 9.1 do Acórdão 186/2013-TCU-Plenário (peça 56).

Considerando que nesse momento, a empresa Capricórnio S.A., por meio de seus representantes legais, ingressa com o expediente em exame, requerendo que o recurso da empresa Lakeland Brasil S.A. não seja conhecido (peça 53).

Considerando que o pedido em análise não visa objetivamente à reforma da deliberação proferida no acórdão condenatório. Não se aponta os fundamentos de uma eventual impugnação da decisão, tampouco se nomina a peça como recurso.

Considerando que, neste aspecto, falta ao expediente em exame os requisitos fundamentais para sua admissão como recurso, quais sejam, a manifestação inequívoca da insatisfação com a decisão e os motivos ensejadores dessa insatisfação.

Considerando qualquer modo, cumpre esclarecer que resta prejudicado o pedido da requerente, uma vez que o Acórdão 186/2013-TCU-Plenário já apreciou o pedido de reexame da empresa Lakeland Brasil S.A. e não o conheceu, por ausência de legitimidade e de interesse recursal.

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei Orgânica do TCU, c/c os arts. 143, IV, "b" e 288, do RI/TCU, em:

a) receber a peça 53 como mera petição e negar o seu seguimento, em razão da ausência de ânimo recursal, porquanto o requerente não manifestou expressamente a intenção de recorrer do julgado, bem como por restar prejudicado o pedido da requerente; e

b) à unidade técnica de origem, dar ciência ao peticionário e aos órgãos/entidades interessados do teor do despacho que vier a ser adotado.

1. Processo TC-044.822/2012-0 - RECURSO DE REVISÃO (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Requerente: Capricórnio Sa (60.745.411/0011-00)

1.2. Órgão/Entidade: Centro de Obtenção da Marinha No Rio de Janeiro - MM

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Bruno Puerto Carlin (194949/OAB-SP) e outros, representando Capricórnio Sa; Maria Augusta Rost (37017/OAB-DF) e outros, representando Lakeland Brasil S/A.

RELAÇÃO Nº 23/2016 - Plenário

Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 1511/2016 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitadas pelo MEC e pelo FNDE, estendendo-se também ao Inep, concedendo-lhes mais 30 (trinta) dias, a contar do término da prorrogação de prazo anteriormente concedido, para cumprimento da determinação contida no subitem 9.1.1 do acórdão 3.022/2015-Plenário; e em fazer a determinação e dar a ciência constantes dos itens 1.7 e 1.8 abaixo, conforme proposto pela Unidade Técnica.

1. Processo TC-008.801/2015-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Unidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Ministério da Educação e Cultura.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. determinar ao MEC, ao FNDE e ao Inep que, no prazo de 5 dias após a data definida acima, enviem a este Tribunal cópia dos respectivos planos de dados abertos, com vistas a facilitar o acompanhamento do caso pela Sefti;

1.8. dar ciência desta decisão ao MEC, ao FNDE e ao Inep, encaminhando-lhes em anexo cópia da instrução da unidade técnica.

ACÓRDÃO Nº 1512/2016 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 19, §4º, da Resolução TCU 269/2015, em autorizar a prorrogação do prazo previsto no item 9.4 do acórdão 293/2016-Plenário, a expirar, desta feita, em 31/8/2016, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-019.154/2015-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Classe de Assunto: III.

1.2. Responsável: Marcelo Machado Feres (CPF 039.317.137-09).

1.3. Unidade: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 18/2016 - Plenário

Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1513/2016 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das determinações expedidas à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no estado de Mato Grosso (Incra/SR-MT) por meio dos itens 9.6.1, 9.6.2 e 9.6.3 do Acórdão 2.498/2014-TCU-Plenário (TC 003.540/2011-1).

Considerando que o item 9.6.1 do referido acórdão foi parcialmente cumprido com a instauração e o envio a esta Corte dos processos de tomada de contas especial referentes aos imóveis Fazenda Primavera do Santo Antônio (54240.002414/2008-35), Gleba Santa Helena (54240.004527/2008-75) e Fazenda Paraíso (54240.001015/2004-23);

Considerando que o controle interno apurou diversas inconsistências no processo de tomada de contas especial referente ao imóvel Gleba Manah (Processo 54240.002513/2008-17), antes de sua autuação neste Tribunal, razão pela qual foi determinado seu retorno à origem para correção;

Considerando que o Incra/SR-MT vem adotando medidas que tangenciam o cumprimento da determinação exarada no item 9.6.2, mas a deliberação permanece sem cumprimento efetivo desde 2008, nada obstante as reiteradas cobranças deste Tribunal;

Considerando que os argumentos apresentados pelo atual dirigente da superintendência não são suficientes para justificar o atraso na adoção de providências para cumprimento do referido item 9.6.2;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 243, todos do Regimento Interno/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em fazer as determinações seguintes, de acordo com a instrução da unidade técnica constante da peça 31.

1. Processo TC-008.229/2015-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Salvador Soltério de Almeida (328.766.451-49).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso (Incra/SR-MT).

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex-MT).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. considerar parcialmente cumprida a determinação proferida no item 9.6.1 do Acórdão 2.498/2014-TCU-Plenário (TC 003.540/2011-1), relativamente à instauração e ao envio a este Tribunal dos processos de tomada de contas especial 54240.002414/2008-35 - Aquisição da Fazenda Primavera de Santo Antônio; 54240.004527/2008-75 - Desapropriação da Gleba Santa Helena e 54240.001015/2004-23 - Aquisição da Fazenda Paraíso, com vistas a cumprir a determinação contida no item 9.5.3 do Acórdão 208/2008-TCU-Plenário;

1.7.2. determinar ao Incra/SR-MT, com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que:

1.7.2.1. promova, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, as correções sugeridas pelo controle interno ao processo de tomada de contas especial relativamente à Gleba Manah (Processo 54240.002513/2008-17), apresentando o resultado ao Tribunal, especialmente quanto aos aspectos ressaltados no item 41 da instrução à peça 31;

1.7.2.2. apresente a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, plano de ação institucional para cumprimento do item 9.6.2 do Acórdão 2.498/2014-TCU-Plenário, que contemple, no mínimo, as medidas detalhadas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para a sua implementação, levando-se em conta o atraso nas medidas providenciadas até o momento e a intenção da entidade em solicitar anistia com base no art. 59 da Lei 12.651/2012;

1.7.3. dar ciência ao Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no estado de Mato Grosso de que o descumprimento das determinações do item anterior poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso VII e § 3º, do Regimento Interno/TCU;

1.7.4. determinar à Secretaria de Controle Externo do Mato Grosso (Secex-MT) que monitore o cumprimento dos itens 1.7.2.1 e 1.7.2.2 supra;

1.7.5. dar ciência deste acórdão, acompanhado da instrução à peça 31, à Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso, ao Incra-Sede e à Secretaria Federal de Controle Interno (SFC-CGU);

1.7.6. apensar os presentes autos ao TC 003.540/2011-1, com fulcro no art. 169, inciso I e § 1º, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 1514/2016 - TCU - Plenário

Considerando inexistência de caráter mandamental no item da deliberação (Acórdão 1.148/2015-TCU-Plenário) que apenas deu "ciência" sobre irregularidade, o que é incapaz de gerar sucumbência ao jurisdicionado.

Considerando que não há interesse recursal por ausência de sucumbência, requisito de admissibilidade.

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não conhecimento do presente recurso.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração, dando-se ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados:

1. Processo TC-001.165/2015-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: Prefeitura Municipal de Serra Caiada Ou de Presidente Juscelino - RN (08.078.412/0001-56)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Serra Caiada Ou de Presidente Juscelino - RN

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 24/2016 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1515/2016 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e relacionados estes autos de monitoramento quanto ao cumprimento das determinações constantes do item 9.7 do Acórdão 360/2015 - TCU - Plenário, por meio do qual este Tribunal apreciou Relatório de Auditoria, constante do TC 023.731/2010-9, realizada na Prefeitura Municipal de Riachinho/TO com vistas a avaliar a boa e regular gestão de recursos públicos federais repassados àquele ente a partir do exercício de 2007,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que, por intermédio do subitem 9.7.1 do Acórdão 360/2015 - TCU - Plenário, o Tribunal determinou à Caixa Econômica Federal que, em relação ao Contrato de Repasse 0261675-64/2008/Prodesa: (a) providenciasse a apuração das causas do desabamento precoce da Ponte de Acesso à Escola Família Agrícola de Riachinho/TO, buscando identificar em que medida as falhas decorreriam de projeto técnico deficiente ou de má execução dos serviços; (b) reavaliasse os projetos técnicos relacionados à referida obra, assim como sua execução, a fim de verificar se as especificações previstas e executadas atendem a requisitos e padrões mínimos de segurança e qualidade; (c) realizasse nova inspeção, com vistas a verificar se os serviços de reconstrução da referida obra de arte correspondem àqueles aprovados por ocasião da análise técnica anteriormente efetuada pela Caixa ou se, no caso, restou configurado algum prejuízo, hipótese em que as correspondentes responsabilidades deveriam ser apuradas; (d) apresentasse, no prazo de cento e oitenta dias, relatório circunstanciado a respeito das medidas levadas a efeito, bem como dos resultados obtidos;

Considerando que, por meio do subitem 9.7.2 do Acórdão 360/2015 - TCU - Plenário, este Tribunal, no que tange aos Contratos de Repasse CR 0225953-82/2007, CR 0258669-27/2008, CR0261937-21/2008 e CR 0256590-41/2008, determinou à Caixa que apresentasse, no prazo de cento e oitenta dias, relatório circunstanciado contendo: (a) identificação, inclusive com coordenadas baseadas em GPS, por Contrato de Repasse, da localização de início e término dos trechos que receberam pavimentação em bloquetes, inclusive, quando for o caso, dos serviços de construção de meios-fios, tendo em vista a falta de clareza quanto a tais delimitações constatada pela equipe deste Tribunal na documentação existente na Prefeitura Municipal de Riachinho/TO; (b) reavaliação das medições realizadas no âmbito dos contratos de repasse mencionados, tendo em conta as divergências constatadas entre as medidas apuradas pela equipe de auditoria deste Tribunal e aquelas constantes dos respectivos boletins de medição; (c) apuração de eventuais divergências em relação às liberações já efetuadas e o relato das medidas porventura adotadas para a recuperação de valores eventualmente pagos a maior;

Considerando, no que tange às determinações do subitem 9.7.1 do Acórdão 360/2015 - TCU - Plenário, as informações da Caixa de que: (a) nos exames e vistorias da Caixa não foram identificadas restrições aos valores atestados pelo Tomador, tampouco observam-se imperfeições aparentes notadas nas vistorias ou reclamações de infidelidade dos serviços da obra com o projeto de engenharia aceito pela Caixa; (b) compulsados plantas e descritivos do projeto de engenharia de construção, relatórios descritivos e fotográficos de acompanhamento das obras, não foram detectados sinais de falhas que pudessem consumar o desabamento da ponte; (c) para a apuração das causas do desabamento da ponte, seria necessário trabalho de revisão de projeto e perícia técnica com o intuito de identificar possíveis falhas de projeto técnico de execução dos serviços, não dispondo a Caixa de meios ou instrumentos para a realização deste trabalho; (d) em vistoria realizada no local, constatou-se, por meio de observação visual, que a ponte foi reconstruída no mesmo local e aparentemente com as mesmas especificações, não havendo sinais sobre os motivos da ruína da ponte original, já que os serviços de construção da nova ponte eliminaram os vestígios;

Considerando, quanto às determinações do subitem 9.7.2 do Acórdão 360/2015 - TCU - Plenário, as informações da Caixa de que: (a) os objetos dos Contratos de Repasse em questão foram objeto de execução em regime de Empreitada Global, não fazendo questão conferir as medidas reais executadas, presentes os atestes dos serviços da obra aceita pelo fiscal do Contrato Administrativo (consoante esclarecimento acrescentado pela Secex/TO, no regime de empreitada por preço global, se contrata a execução da obra ou do serviços por preço certo e total, cujas medições de campo das quantidades realizadas devem ser precisas apenas o suficiente para definir o percentual executado do projeto, uma vez que esse critério de medição não envolve necessariamente o levantamento preciso dos quantitativos dos serviços executados); (b) o CR 261937-21 não teve seu objeto concluído, encontrando-se com execução de 69,73%, obra paralisada e em fase de instauração de Tomada de Contas Especial; (c) nos exames e vistorias da Caixa, ainda que tenha havido glosas pontuais em serviços atestados pela Prefeitura, não foram observadas as divergências apontadas pela fiscalização deste Tribunal, nem infidelidade dos serviços das obras com os projetos de engenharia aceitos pela Caixa que impedissem, na ocasião, o desbloqueio dos recursos;

Considerando as conclusões da Secex/TO e o encaminhamento por ela proposto, em uníssono (peças nºs 19, 20 e 21);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) considerar cumprido o item 9.7 do Acórdão 360/2015 - TCU - Plenário, por meio do qual este Tribunal apreciou Relatório de Auditoria, constante do TC 023.731/2010-9, realizada na Prefeitura Municipal de Riachinho/TO;

b) determinar o apensamento definitivo destes autos ao TC 023.731/2010-9.

1. Processo TC-009.061/2015-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/TO.

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1516/2016 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados estes autos de representação formulada pela empresa Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda. EPP em face do Pregão Presencial 31/2013, conduzido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional (Senai/DN),

Considerando que por meio do Acórdão 1.809/2014 - Plenário (peça 47), este Tribunal adotou medida cautelar determinando a suspensão da realização de novas contratações com base na ata de registro de preços do referido pregão, realizando-se as oitivas ali discriminadas,

Considerando que contra essa deliberação foram opostos Embargos de Declaração (peça 64), rejeitados pelo Acórdão 2.165/2014 - Plenário (peça 81),

Considerando que, prosseguindo o feito, a representação foi apreciada no mérito mediante o Acórdão 1.519/2015 - TCU - Plenário,

Considerando que por meio do referido acórdão este Tribunal determinou à entidade que se abstivesse de autorizar adesão aos respectivos Termos de Compromisso de Registro de Preços decorrentes do Pregão 31/2013, bem como se abstivesse de realizar a assinatura de novos contratos, informando em quinze dias as medidas adotadas, conforme subitem 9.3 da deliberação,

Considerando que juntamente a essa determinação, este Tribunal recomendou ao Senai/DN que, em futuras licitações para contratação de bens e serviços comuns, utilize, preferencialmente, a modalidade pregão eletrônico, salvo se comprovada e justificada a inviabilidade, motivando a opção pelo pregão presencial, conforme subitem 9.4 do referido acórdão,

Considerando que foram dadas ciências das demais impropriedades verificadas conforme subitens 9.5 e 9.6 daquele *decisum*,

Considerando que após essas medidas a Selog procedeu ao monitoramento das medidas determinadas e recomendadas, vindo a instruir o feito à peça 13, no bojo do próprio processo de representação,

Considerando que, no segundo monitoramento realizado, a secretaria afirmou que houve o cumprimento da medida determinada no subitem 9.3 do acórdão monitorado (peça 135),

Considerando que no tocante à recomendação constante do subitem 9.4 entendeu a Selog haver resistência da unidade na sua implementação, vez que o Senai novamente aduziu não dever obediência ao disposto no art. 40, § 1º, do Decreto 5.450/2005, nos termos do voto condutor do Acórdão 1.392/2013 - Plenário, razão pela qual, tomando por base os esclarecimentos efetuados no voto condutor do Acórdão 1.519/2015 - Plenário, e no antecedente Acórdão 1.809/2014 - Plenário, ambos proferidos nestes autos, propôs não apenas a manutenção do comando anteriormente dirigido à entidade sob forma de recomendação, mas também sua conversão em determinação a ser exarada por este Tribunal,

Considerando que no tocante à ciência constante do subitem 9.5.1 do acórdão monitorado, que se referiu à necessidade futura de se elaborar orçamentos estimados em planilhas de quantitativos de preços unitários para o balizamento do julgamento das propostas com os preços de mercado, a Selog entendeu que caberia, ante a informação da elaboração de controles por *checklists*, recomendar a inclusão de obrigação como aquela indicada no item de ciência,

Considerando, todavia, que a resistência por parte do Senai/DN em adotar a medida recomendada por este Tribunal no subitem 9.4 do acórdão monitorado não implicava em que houvesse necessidade de sua conversão em determinação, mas tão somente na reiteração da recomendação, haja vista as lacunas existentes nos normativos da entidade e os deveres de observância dos princípios da economicidade, transparência, eficiência, conforme esclarecimentos constantes dos votos condutores dos Acórdãos 1.809/2014 - Plenário e 1.519/2015 - Plenário,

Considerando, assim, que o Tribunal efetuou tais recomendações mediante a prolação do Acórdão 2.605/2015 - Plenário (peça 139),

Considerando que o referido Acórdão 2.605/2015 - Plenário foi objeto de pedido de reexame interposto pelo Senai/DN, não conhecido mediante o Acórdão 325/2016 - Plenário, propiciando assim o monitoramento das medidas recomendadas,

Considerando que o monitoramento foi realizado ainda no bojo deste processo, tendo o Senai/DN informado à peça 165, que orientou sua equipe de licitações com vistas à implementação das melhorias indicadas nos acórdãos referidos,

Considerando que em instrução de peça 166, corroborada pelos pronunciamentos dos dirigentes da Selog às peças 167/168, referida unidade técnica se posiciona no sentido de considerar que as recomendações exaradas por esta Corte de Contas, nos subitens 1.6.1 e 1.6.2 do Acórdão 2.605/2015 - Plenário, foram cumpridas pelo jurisdicionado,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) encerrar este processo, ante o cumprimento das medidas por último recomendadas mediante o Acórdão 2.605/2015 - Plenário, com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU;

b) dar ciência desta deliberação ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai/DN.

1. Processo TC-002.497/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda. EPP (CNJP 04.617.192/0001-30)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Rafaela de Miranda Ochoa Pena e outros, representando Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional; Jose Roberto Samogim Junior (236839/OAB-SP), representando Athos Brasil Soluções Em Unidades Móveis Ltda.

RELAÇÃO Nº 18/2016 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 1517/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, e considerando o cumprimento da determinação constante do subitem 1.7.1 do Acórdão n. 3.001/2015 - Plenário, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução da unidade técnica e desta deliberação ao representante, de acordo com o parecer da Secex/SC:

1. Processo TC-016.321/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Adilson de Souza (442.900.479-04); Alexandre dos Santos Rodrigues (559.072.886-04); Djalma Vando Berger (436.678.729-68); Eduardo Dubaj (454.115.810-87); Humberto Azevedo Viana Filho (090.315.454-49); Ivan Fredovino Ramos Júnior (976.213.584-91); Ivone Maria Valente (197.042.835-04); João Reis Santana Filho (005.832.605-78); Marcelo Pereira Borges (132.543.594-53); Marcia Lourdes Bastos Machado (917.329.058-00); Raimundo Borges (072.728.981-00); Rosilene Vaz Cavalcanti (553.383.561-04); Tulio Marcio Salles Maciel (563.796.929-91).

1.2. Representante: Ministério Público Federal/Procuradoria da República em Santa Catarina.

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São José/SC.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 25/2016 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 1518/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em dar quitação ao Sr. Frederico Alberto de Andrade, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 276/2010-TCU-Plenário, Sessão Ordinária de 24/2/2010 (Ata nº 5/2010), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original da multa: R$ 10.000,00 / Data de origem da multa: 24/2/2010

Valor recolhido: R$ 10.000,00 / Data do recolhimento: 17/3/2010

1. Processo TC-425.130/1998-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-024.502/2014-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-024.504/2014-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-029.882/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-024.505/2014-5 (COBRANÇA EXECUTIVA) e TC-029.881/2015-3 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Alberto Carvalho de Souza (CPF 141.574.541-20); Eldan Veloso (CPF 011.017.813-00); Eugênia Lemos Barros Bárbara (CPF 306.411.876-53); Frederico Alberto de Andrade (CPF 004.487.452-91); Jose Reynaldo da Cunha Santos Arozo Vieira da Silva (CPF 002.185.373-87); José Rogério Salles (CPF 160.426.389-04); Nicolau Zaiden Neto (CPF 336.302.671-49); Omar José Silva da Encarnação (CPF 005.091.592-49) e Paulo Afonso Romano (CPF 006.561.276-00).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Rondonópolis/MT.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.7. Representação legal: Maria da Graça Meira Abnader (1254/OAB-PA) e outros, representando Frederico Alberto de Andrade; Letícia de Alarcão Vaz Antunes (18.104/OAB-DF), representando Paulo Afonso Romano; Jose Pereira da Silva Neto (3273/OAB-MT), representando Eugênia Lemos Barros Bárbara e Nicolau Zaiden Neto; José Pereira da Silva Neto (3.273/OAB-MT), representando José Rogério Salles.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1519 a 1549, a seguir transcritos e incluídos no Anexo IV desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1519/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.794/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (em Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Lanlink Informática Ltda. (41.587.502/0001-48); Mactecnology Comércio de Informática Ltda. (10.345.104/0001-91)

3.2. Responsável: Mactecnology Comércio de Informática Ltda. (10.345.104/0001-91)

3.3. Recorrente: Mactecnology Comércio de Informática Ltda. (10.345.104/0001-91).

4. Órgão/Entidade: Comando de Operações Navais da Marinha.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal:

8.1. Anna Maria da Trindade dos Reis (6811/OAB-DF) e outros, representando Mactecnology Comércio de Informática Ltda.

8.2. Manuel Luis da Rocha Neto (7479/OAB-CE) e outros, representando Lanlink Informática Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, em fase de apreciação de pedido de reexame interposto contra pela empresa Mactecnology Comércio de Informática Ltda., contra o Acórdão 1.370/2015, mantido pelo Acórdão 1.923/2015, ambos do Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com base nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Comando de Operações Navais da Marinha do Brasil, ao Gestor do Simples Nacional - CGSN; e à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1519-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1520/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.822/2005-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Biológica-Produtos e Equipamentos de Laboratório Ltda. (00.679.444/0001-03); Manoel Catarino Paes Pero (051.554.601-15); Marilene Rodrigues Chang (290.226.811-49); Paulo Cesar de Lorenzo (192.486.526-20); Rildo Leite Ribeiro (368.663.771-53).

3.2. Recorrentes: Manoel Catarino Paes Pero (051.554.601-15); Marilene Rodrigues Chang (290.226.811-49); Paulo Cesar de Lorenzo (192.486.526-20); Rildo Leite Ribeiro (368.663.771-53).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - MS (SECEX-MS).

8. Advogados constituídos nos autos: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Marilene Rodrigues Chang, Paulo César de Lorenzo e Rildo Leite Ribeiro contra o Acórdão 3.298/2011-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Marilene Rodrigues Chang, Paulo César de Lorenzo e Rildo Leite Ribeiro, com base nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. alterar de ofício o subitem 9.8 do Acórdão 3.298/2011 - Plenário, para figurar com os seguintes termos:

"9.8. autorizar o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c art. 217 do Regimento Interno, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;"

9.3. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, aos recorrentes e aos responsáveis.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1520-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1521/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.373/2013-5.

1.1. Apenso: 034.904/2015-8

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Monitoramento

3. Interessado: Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (00.073.957/0001-68).

4. Órgão: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - MP.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal: Márcio Alceu Pazeto (OAB/SC 23.073), representando Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das determinações emanadas no Acórdão 2.303/2012-Plenário, dirigidas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. retirar o sobrestamento dos presentes autos, tendo em vista a análise de mérito do pedido de reexame da Caixa, que resultou no Acórdão 3587/2014-Plenário;

9.2. considerar parcialmente cumpridos os subitens 9.1 e 9.2. do Acórdão 2.303/2012-Plenário;

9.3. considerar prejudicado o subitem 9.3 do Acórdão 2.303/2012-Plenário;

9.4. considerar cumpridos os subitens 9.4 a 9.7 do Acórdão 2.303/2012-Plenário;

9.5. com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992, fixar em 30/9/2016 a data-limite para que as empresas estatais federais relacionadas no Quadro I (peça 24, p. 7-8), e mais as empresas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e Caixa Econômica Federal (Caixa), esta última apenas em relação às atividades não analisadas no Acórdão 3.587/2014-Plenário, remetam ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest/MP), no formato do quadro a seguir, plano detalhado e atualizado de substituição de terceirizados irregulares de que trata o subitem 9.1 do Acórdão 2.303/2012-Plenário, que deve estar acompanhado das providências preliminares a que se referem os subitens 9.1.1 e 9.1.2 do referido decisum, ou justifiquem, anexando documentos comprobatórios, no caso de não identificarem terceirização irregular;

Empresa:								
Número total de terceirizados irregulares:								
Número de terceirizados substituídos e a substituir por ano								
Realizado							A realizar	
2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	

9.6. fixar em 31/12/2016 a data-limite para que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest/MP), envie a este Tribunal, no formato a seguir apresentado, o plano de que trata o subitem 9.2 do Acórdão 2.303/2012-Plenário, devidamente atualizado, de substituição de terceirizados irregulares das empresas mencionadas no subitem anterior desta deliberação, bem como as justificativas, complementadas por documentos comprobatórios, no caso de alteração no cronograma de substituição;

Número total de terceirizados irregulares nas empresas estatais federais (empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais sociedades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto):										
Empresa/vinculação ministerial	Número de terceirizados substituídos e a substituir por ano								Total	
	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%		

9.7. fixar em 30/9/2016 a data-limite para que as empresas estatais federais listadas no Quadro III (peça 24, p. 12-15), à exceção da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), remetam ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest/MP) documentos comprobatórios que respaldem as informações apresentadas concernentes à não-identificação de terceirização irregular;

9.8. fixar em 31/12/2016 a data-limite para que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest/MP), envie a este Tribunal, de forma consolidada, as justificativas que respaldem as informações apresentadas pelas empresas mencionadas no subitem anterior desta deliberação, adicionadas por documentos comprobatórios, no que diz respeito à não-identificação de terceirização irregular;

9.9. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest/MP) que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação:

9.9.1. informe às empresas estatais as quais enviaram plano detalhado de substituição de terceirizados irregulares que:

9.9.1.1.o cumprimento da obrigação objeto do Acórdão 2.303/2012-Plenário será acompanhado pelo Tribunal, mediante a realização de fiscalizações periódicas, podendo resultar, inclusive, em responsabilização do agente público, quando caracterizado ato omissivo ou comissivo a ele imputável, que haja concorrido para que o processo de substituição de terceirizados irregulares se prolongue além do termo estabelecido; e

9.9.1.2. as alterações porventura necessárias nas metas fixadas no cronograma de substituição de terceirizados apresentado deverão ser acompanhadas, entre outros elementos, das razões que o justifiquem e do quantitativo de recursos humanos envolvidos;

9.9.2. reitere às empresas estatais as quais não enviaram plano detalhado de substituição de terceirizados irregulares, no que couber, que:

9.9.2.1. a terceirização de atividades finalísticas ou de funções contempladas nos planos de cargos configura ato ilegítimo e não encontra amparo no art. 25, § 1º, da Lei 8.987/95, cuja interpretação deve se amoldar à disciplina do art. 37, inc. II, da Constituição Federal;

9.9.2.2. a terceirização de serviços de natureza jurídica somente é admitida para atender a situações específicas devidamente justificadas, de natureza não continuada, quando não possam ser atendidas por profissionais do próprio quadro do órgão ou entidade;

9.9.2.3. o descumprimento de determinações do TCU enseja a aplicação de multa aos agentes públicos faltosos, com base no art. 58, inc. VII, da Lei 8.443/1992;

9.9.2.4. não será considerada de boa-fé por este Tribunal a terceirização de serviços que envolvam a contratação de profissionais existentes no Plano de Cargos e Salários do órgão ou entidade por contrariar o art. 37, inc. II, da Constituição Federal e, ainda, por poder implicar futuros prejuízos ao Erário, decorrentes do eventual acolhimento, pela Justiça do Trabalho, de pleitos dos terceirizados, garantindo-lhes o direito ao recebimento das mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, na esteira da Orientação Jurisprudencial 383 SDI-1 do TST; e

9.9.2.5. segundo jurisprudência deste Tribunal, em razão da ausência de normas que regulamentem o art. 9º do Decreto 2.271/1997, são aproveitadas às empresas estatais, por analogia, as disposições ali contidas, dirigidas à Administração Direta, Autárquica e Fundacional; e

9.9.3. informe às empresas estatais que, após pronunciamento do STF na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 16, a nova redação da Súmula TST 331 implica responsabilidade subsidiária pelos débitos trabalhistas na terceirização no setor público, em razão da inobservância do dever legal de fiscalização (culpa in vigilando).

9.10. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, às empresas estatais federais;

9.11. determinar ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle que faça constar do Relatório de Auditoria de Gestão sobre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), relativo ao exercício de 2016, informações sobre o cumprimento do cronograma de substituição de terceirizados irregulares formalizado pelas empresas estatais federais, acompanhadas, entre outros elementos, do quantitativo de recursos humanos envolvidos e das respectivas medidas saneadoras;

9.12. determinar à Segecex que autue, se ainda não o fez, em consonância com o subitem 9.3 do Acórdão 4671/2012 - Primeira Câmara, processo específico para tratar da substituição de terceirizados em condições irregulares no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e analise a procedência dos motivos alegados pela entidade para eventual dilação de prazo necessário ao adimplemento da medida exarada no subitem 9.2.2 do Acórdão 2.760/2012 - Primeira Câmara;

9.13. juntar cópia da deliberação de mérito aos TC 023.627/2007-5 e TC 036.911/2012-7;

9.14. enviar cópia da presente deliberação e das instruções de peças 24 e 50 às seguintes Unidades Técnicas do Tribunal: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ); Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes (SefidTransporte); Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnergia); Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) e Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazenda).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1521-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1522/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 037.944/2011-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Antônio Avelino Rocha de Neiva (032.946.923-15) e Construtora Lourival Sales Parente Ltda. (05.346.218/0001-16)

3.2. Recorrentes: Antônio Avelino Rocha de Neiva (032.946.923-15) e Construtora Lourival Sales Parente Ltda. (05.346.218/0001-16).

4. Entidades: Companhia de Desenvolvimento do Piauí e Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

5.2. Revisor: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SEC4EX-PI).

8. Representação legal: Cassio Augusto Muniz Borges (OAB/RJ 91.152 e OAB/DF 20.016-A), Sérgio Murilo Santos Campinho (55174/OAB-RJ) e outros, representando Antônio Avelino Rocha de Neiva; Filadelfo Chagas Barreto (1075/OAB-PI), representando a Construtora Lourival Sales Parente Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recursos de reconsideração interpostos pelo Sr. Antônio Avelino Rocha de Neiva, ex-Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (Comdepi), e pela Construtora Lourival Sales Parente Ltda. contra o Acórdão 620/2015-Plenário, lavrado em tomada de contas especial,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhes provimento, de forma a tornar insubsistente o Acórdão 620/2015-Plenário;

9.2. com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, arquivar os presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos para o desenvolvimento válido e regular do processo;

9.3. determinar à Segecex que oriente as unidades técnicas que lhe sejam subordinadas para que, no estrito cumprimento dos arts. 11 e 12 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, monitorem o atendimento das eventuais determinações lavradas pelo TCU para que seus órgãos jurisdicionados instaurem processos de tomada de contas especial, apurando, na sequência, a responsabilidade da autoridade administrativa omissa, em caso de descumprimento do prazo estabelecido no art. 11 da Instrução Normativa-TCU 71/2012 ou no art. 1º, § 1º, da Instrução Normativa-TCU 56/2007;

9.4. dar ciência da deliberação, encaminhando-lhes cópia do acórdão, voto e relatório, aos recorrentes, à Companhia de Desenvolvimento do Piauí, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e à Procuradoria da República no Piauí.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1522-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Revisor), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1523/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.057/2005-6.

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: J. T. Basso Bar ME (CNPJ 03.558.359/0001-77) - antiga Basso e Bellani Ltda.; Café Curaçao Bar Ltda. ME (CNPJ 73.300.014/0001-2); Jonny Tobias Basso (CPF 583.200.839-15); Antônio Cláudio Navarro Moreno Júnior (CPF 034.626.019-11); Robinsom Malhke (CPF 914.810.909-68); Sueli Elizabeth Westarb (CPF 859.994.079-15); Remígio Todeschini (CPF 764.403.628-87); Edson Miguel Torquato Padilha (CPF 874.256.619-34); Estanislau Borecki Neto (CPF 025.174.069-28); Jonatan Jachinski (CPF 008.882.189-74); Marcos Antônio Novinski (CPF 029.532.589 57); Maurício Cheli (CPF 593.328.169-72); e Fundação Estadual da Cidadania - FEC (CNPJ 00.487.432/0001-79).

4. Unidades: Fundação Estadual de Cidadania - FEC e Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Emprego - SPPE/MTE.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Gelson Barbieri (OAB/PR 17.510) e outros, representando Café Curaçao Bar Ltda. ME, Jonny Tobias Basso e J. T. Basso Bar ME (Basso e Bellani Ltda.); Pércio Alves da Silva (OAB/PR 37.140) e outros, representando Antônio Cláudio Navarro Moreno Júnior; Fernando Danieli (OAB/PR 50.651), representando Robinsom Mahlke; Marthius Sávio Cavalcante Lobato (OAB/DF 1.618-A) e outros, representando Remígio Todeschini; Márcio Hofmeister (OAB/PR 17.926), representando Edson Miguel Torquato Padilha, Estanislau Borecki Neto, Marcos Antônio Novinski, Maurício Cheli e Jonatan Jachinski.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos contra o acórdão 2.914/2011 - Plenário, alterado pelos acórdãos 1.037/2012 e 3.363/2013 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17; 23, inciso I; 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. não conhecer dos recursos de Maurício Cheli e da Fundação Estadual de Cidadania;

9.2. conhecer do recurso de Sueli Elizabeth Westarb, dar-lhe provimento, excluir o nome dessa responsável do item 9.4 do acórdão 2.914/2011, alterado pelo acórdão 3.363/2013, ambos do Plenário, julgar suas contas regulares e dar-lhe quitação plena;

9.3. conhecer dos demais recursos de reconsideração e negar-lhes provimento;

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e aos demais notificados do acórdão recorrido;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Promotoria de Justiça das Fundações e do Terceiro Setor do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em atenção ao pedido de informação à peça 287 (PA MPPR-0046.12.006822-9).

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1523-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1524/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.803/2016-5.

2. Grupo I - Classe V - Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Unidades: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação de prorrogação de prazo para apreciação da fiscalização concernente ao acompanhamento do Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, realizada em atendimento ao acórdão 293/2016-Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 269, §6º, inciso IV, da Resolução TCU 269/2015, em:

9.1. prorrogar até 31/8/2016 o prazo previsto no item 9.4 do acórdão 293/2016-Plenário;

9.2. restituir os autos à Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto para conclusão dos trabalhos; e

9.3. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentaram, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1524-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1525/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 021.056/2010-2.

2. Grupo I - Classe I - Revisão de Ofício (Pensão Civil).

3. Interessado: Sandro Augusto Sardinha de Barros (CPF 073.066.457-06).

4. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação revista: ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta revisão de ofício, em razão de fraude documental, do acórdão 2.578/2011-2ª Câmara, referente ao ato de concessão da pensão civil instituída por Tereza Cristina Valença Ivo, ex-servidora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro, em benefício de Sandro Augusto Sardinha de Barros, na condição de companheiro.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal; c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, 44 e 47 da Lei 8.443/1992; c/c 260, §§ 1º e 2º, 273 e 274 do Regimento Interno, em:

9.1. rever de ofício, parcialmente, o item 9.3 do acórdão 2.578/2011-2ª Câmara, considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil em favor de Sandro Augusto Sardinha de Barros e cancelar o registro do ato número de controle 10802690-005-2006-000233-3;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro que:

9.2.1. mantenha suspensos quaisquer pagamentos decorrentes do ato ora impugnado;

9.2.2. informe ao interessado o teor deste acórdão e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de sua ciência, nos termos do art. 4º, §3º, da Resolução TCU 170/2004;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3. converter este processo em tomada de contas especial, autorizar a citação solidária de Sandro Augusto Sardinha de Barros, Raquel Maria Valença Meireles, Kelly Dark Araújo da Lyra, Michelle Barros e Miquela Giancristofaro de Carvalho pelos valores e datas constantes às páginas 338/340 da peça 29 e fixar-lhes prazo de 15 (quinze) dias para recolhimento das quantias devidas ao Tesouro Nacional;

9.4. cautelarmente, decretar a indisponibilidade, por 1 (um) ano, dos bens de todos os responsáveis arrolados no subitem anterior até o valor suficiente para garantir ressarcimento dos prejuízos apontados;

9.5. considerar como termo inicial para contagem do prazo fixado no subitem anterior deste acórdão a data da averbação da medida cautelar nos respectivos órgãos de registro dos bens;

9.6. determinar à Segecex que adote providências para efetivação das medidas cautelares de indisponibilidade de bens acima determinadas;

9.7. apor a chancela de sigilo à peça 29, a ser replicada com resguardo da identidade do denunciante no processo da tomada de contas especial; e

9.8. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, à Advocacia-Geral da União e ao Departamento de Polícia Federal.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1525-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1526/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.614/2013-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Relatório de Auditoria).

3. Recorrente: Laélio Pereira de Araújo (056.868.734-53).

4. Unidade: Município de Natal/RN.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pelo Sr. Laélio Pereira de Araújo ao Acórdão nº 702/2016-TCU-Plenário, por meio do qual este Tribunal decidiu rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo ora embargante em relatório de auditoria e aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o acompanham, ao embargante.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1526-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1527/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.915/2015-0 (Processos conexos: TC 012.890/2013-8; TC 032.632/2013-4; TC 015.8989/2014-8 e TC 007.973/2015-2).

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Interessado/Responsáveis

3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

3.2. Responsáveis: Ricardo Leyser Gonçalves, CPF 154.077.518-60 e George Hilton dos Santos Cecílio, CPF 491.069.025-53.

4. Entidades: Autoridade Pública Olímpica; Ministério do Esporte (vinculador) e Secretaria Executiva do Ministério do Esporte.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Representação legal: Waldemir Emanuel Pereira Rangel, CPF 016.325.155-04; Fábio Franklin Amaral, CPF 294.253.418-42; Helena Monteiro Kromberg, CPF 140.409.480-68; Adriane de Mattos Faria, CPF 428.338.761-49; João Paulo Gonçalves da Silva, CPF 849.115.491-49, representando o Sr. Ricardo Leyser Gonçalves (peça 45, fl. 2).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento autorizado pelo Acórdão nº 2.758/2014-TCU-Plenário com o objetivo de verificar o cumprimento das deliberações contidas nos subitens 9.1 e 9.2 desta mesma decisão e, devido à correlação do tema, também examinar o atendimento do subitem 9.7.2 do Acórdão nº 2.596/2013-TCU-Plenário, deliberações estas que se referem a riscos relacionados ao legado dos Jogos Olímpicos e seu plano de uso, especialmente, no que se refere às arenas esportivas construídas e/ou reformadas com recursos públicos federais, nesta fase analisando-se as justificativas apresentadas por dirigentes do Ministério do Esporte pela não apresentação do Plano de Legado,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Ministério do Esporte que, com o auxílio da Casa Civil da Presidência da República, apresente até a data de abertura dos Jogos Rio-2016 um Plano de Legado detalhado e realístico para cada uma das arenas esportivas construída ou reformada com recursos públicos federais para esses Jogos;

9.2. recomendar ao Ministério do Esporte que, antes de apresentar um Plano de Legado para a sociedade brasileira para as arenas esportivas construídas e/ou reformadas com recursos públicos federais, negocie a forma de custeio para futuras manutenção e utilização dessas instalações esportivas junto aos diversos atores envolvidos;

9.3. recomendar ao Ministério dos Esportes e à Casa Civil da Presidência da República, como órgão central do Governo Federal, que considerem ao articular a elaboração do plano de legado a sua compatibilidade com a política nacional de desenvolvimento de práticas de esportes, bem como com as demais políticas públicas afins de âmbito federal, estadual e municipal;

9.4. determinar à Segecex que dê continuidade a este monitoramento até a aprovação e apresentação de um Plano de Legado das arenas esportivas construídas e/ou reformadas com recursos públicos federais para os Jogos Rio-2016;

9.5. encaminhar cópias do Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentarem, ao Ministério do Esporte; à Casa Civil da Presidência da República; à Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados; à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal; ao Governo do Estado do Rio de Janeiro; à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro; à Autoridade Pública Olímpica e ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1527-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1528/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.536/2008-6.

1.1. Apensos: 032.189/2010-9; 032.187/2010-6; 032.188/2010-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Recorrente:

3.1. Interessados: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16) e Município de Serra dos Aimorés/MG (18.398.966/0001-94).

3.2. Recorrente: Construtora Pavicol Ltda. (01.090.036/0001-76).

4. Unidade: Município de Serra dos Aimorés/MG.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Marcos de Araújo Cavalcanti (OAB/DF 28.560) e Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se aprecia recurso de revisão interposto pela Construtora Pavicol Ltda. contra o Acórdão 3.265/2010-TCU-2ª Câmara, pelo qual foi condenada, solidariamente com Dalmo Costa de Souza, ao ressarcimento de prejuízo ao erário causado pela execução parcial de módulos sanitários contratados e pagos com recursos do Convênio 810/1998, celebrado entre a municipalidade e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do presente recurso de revisão e, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o integram, à recorrente e aos demais responsáveis e interessados.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1528-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz (Presidente).

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1529/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.634/2015-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Desestatização)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Agência Nacional de Transportes Terrestres (04.898.488/0001-77).

4. Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRod).

8. Representação legal:

8.1. Márcio Luis Galindo, Procurador Federal, Procurador-Geral da ANTT; Gisele Moreira de Oliveira Câmara Costa, Procuradora Federal, Coordenadora-Geral de Contecioso da PF/ANTT - Substituta; Leilane Morais Alcântara e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao Acórdão 943/2016-Plenário, que aprovou, com ressalvas, o primeiro estágio do acompanhamento do processo de outorga da rodovia BR-364/365/GO/MG, expediu diversas determinações e recomendações à ANTT, quatro recomendações à ANTT e ao Ministério dos Transportes, e deu ciência à essa autarquia sobre três irregularidades verificadas nos autos,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e acolhê-los parcialmente para integrar o Acórdão 943/2016-Plenário com os fundamentos expostos no voto condutor desta deliberação, em especial com os constantes dos itens 19, 31 e 37 desse voto;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao embargante;

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1529-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1530/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.390/2011-2.

2. Grupo II - Classe VII - Revisão de ofício (em pensão especial de ex-combatente).

3. Interessados: Divani Rodolfo Malaquias (CPF 249.890.658-40), Divanir Sebastião Malaquias (CPF 185.715.178-00), Maria Francisca Toledo (CPF 886.795.868-20) e Roselene Malaquias Carneiro (CPF 150.144.688-61).

4. Unidade: Quarta Região Militar.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

5.1. Relator da deliberação em revisão: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de revisão de ofício do Acórdão nº 6.318/2013-TCU-1ª Câmara, que considerou legal, entre outras, a pensão especial de ex-combatente instituída por Agostinho Malaquias Carneiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 260, § 2º, do Regimento Interno desta Corte, em determinar o arquivamento do processo, por não terem sido satisfeitos os pressupostos da revisão de ofício.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1530-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1531/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.205/2014-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Administrativo.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: EXTINTA Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (SecobUrban).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Visto, relatado e discutido o processo administrativo que tem por objetivo aprovar Projeto de Resolução destinada a disciplinar a execução do plano de fiscalização de obras do Tribunal de Contas da União (Fiscobras), elaborado para atender ao que dispõem as sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 79, 81 e 169, inciso V, do Regimento Interno, em:

9.1. aprovar o projeto de resolução anexo a esta deliberação; e

9.2. arquivar os autos.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1531-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1532/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.202/2013-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Associação Banco de Tecidos Musculoesqueléticos de Curitiba (08.282.122/0001-20); Alencar Médica Sociedade Simples Ltda. (07.504.094/0001-85); Flávio Daniel Saavedra Tomasich (106.565.878-81); Gerson de Sá Tavares Filho (059.215.119-00); Giovanni Loddo (017.161.319-87); Heda Maria Barska dos Santos Amarante (355.844.169-91).

4. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas da UFPR.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

8. Representação legal:

8.1. Bruna Claudia Vieira (72.315/OAB-PR) e outros, representando Associação Banco de Tecidos Musculoesqueléticos de Curitiba.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria, que teve como objetivo apurar os indícios de irregularidades identificadas na gestão do Banco de Tecidos Musculoesqueléticos (BTME) do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (HC-UFPR) pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) denominada Associação Banco de Tecidos Musculoesqueléticos (ABTME).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário ante os motivos expostos pelo Relator, em:

9.1. converter a auditoria em Tomada de Contas Especial (TCE), com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 252 do Regimento Interno do TCU, mediante a autuação de processo específico para esse fim, ao qual deverão ser apensados os presentes autos, nos termos do art. 41 da Resolução TCU 259/2014;

9.2. desconsiderar a personalidade jurídica da Alencar Médica Sociedade Simples Ltda., para promover a responsabilização do seu sócio, Paulo Gilberto Cimbalista de Alencar;

9.3. promover, no âmbito do processo a ser constituído, as medidas a seguir relacionadas:

9.3.1. citação solidária da Associação Banco de Tecidos Musculoesqueléticos (ABTME), do seu presidente, Gerson de Sá Tavares Filho, do diretor-geral do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (HC-UFPR) à época da transferência da gestão do banco de tecidos desse hospital à ABTME, Giovanni Loddo, com base nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sejam apresentadas alegações de defesa pela não comprovação dos custos de captação, processamento e disponibilização dos tecidos, das demais despesas efetuadas, bem como da aplicação dos excedentes operacionais em proveito do próprio banco, com os recursos arrecadados pela ABTME em nome do Banco de Tecidos Musculoesqueléticos (BTME) do HC-UFPR, ou recolham aos cofres do HC-UFPR os valores abaixo discriminados, atualizados monetariamente, calculados a partir das datas indicadas, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor R$
31/12/2007	1.149.906,62
31/12/2008	1.562.628,18
31/12/2009	2.091.800,42
31/12/2010	2.196.299,45
31/12/2011	2.453.956,61
31/12/2012	2.656.931,08
31/12/2013	910.211,04

9.3.2. citação solidária da Associação Banco de Tecidos Musculoesqueléticos (ABTME), do seu presidente, Gerson de Sá Tavares Filho, do diretor-geral do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (HC-UFPR) à época da transferência da gestão do banco de tecidos desse hospital à ABTME, Giovanni Loddo, e de Paulo Gilberto Cimbalista de Alencar, com base nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sejam apresentadas alegações de defesa pelos pagamentos realizados pela ABTME ao médico do quadro do HC-UFPR, Paulo Gilberto Cimbalista de Alencar, ou recolham aos cofres do HC-UFPR os valores abaixo discriminados, atualizados monetariamente, calculados a partir das datas indicadas, na forma da legislação em vigor:

Data	Cheque	Valor R$
07/02/2007	850009	5.689,92
03/05/2007	850156	8.373,44
06/03/2007	850079	6.089,69
04/04/2007	850114	7.851,44
05/06/2007	850220	6.905,32
02/07/2007	850260	8.764,94
02/08/2007	850322	8.797,57
04/09/2007	850378	11.610,57
01/10/2007	850438	8.764,94
01/11/2007	850499	10.298,32
03/12/2007	850561	17.087,94
17/12/2007	850609	4.098,49
07/01/2008	850644	7.329,44
01/02/2008	850686	5.888,51
28/02/2008	850742	10.423,09
04/04/2008	850793	8.954,96
06/05/2008	850863	8.744,71
04/11/2008	851313	475,00

9.3.3. citação solidária da Associação Banco de Tecidos Musculoesqueléticos (ABTME), do seu presidente, Gerson de Sá Tavares Filho, do diretor-geral do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (HC-UFPR) à época da transferência da gestão do banco de tecidos desse hospital à ABTME, Giovanni Loddo, da Alencar Médica Sociedade Simples Ltda. e do seu sócio, Paulo Gilberto Cimbalista de Alencar, ante a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, com base nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sejam apresentadas alegações de defesa pelos pagamentos realizados pela ABTME à Alencar Médica Sociedade Simples Ltda., empresa da qual o servidor médico do quadro do HC-UFPR Paulo Gilberto Cimbalista de Alencar é sócio cotista (99% do capital social) ou recolham aos cofres do HC-UFPR os valores abaixo discriminados, atualizados monetariamente, calculados a partir das datas indicadas, na forma da legislação em vigor:

Data	Nota Fiscal	Valor R$		Data	Nota Fiscal	Valor R$
03/06/2008	729	11.000,00		02/08/2010	1522	20.680,00
01/07/2008	755	11.600,00		01/09/2010	1556	20.570,00
01/08/2008	778	16.600,00		01/10/2010	1593	20.075,00
10/09/2008	811	21.850,00		03/11/2010	1629	20.295,00
01/10/2008	835	17.200,00		01/12/2010	1658	18.865,00
06/11/2008	872	11.450,00		04/01/2011	1684	12.760,00
08/12/2008	901	22.500,00		01/02/2011	1716	17.710,00
05/01/2009	912	19.500,00		01/03/2011	1746	17.875,00
06/02/2009	958	14.800,00		01/04/2011	1792	21.505,00
04/03/2009	980	15.100,00		02/05/2011	1818	19.030,00
01/04/2009	1011	25.550,00		01/06/2011	1870	23.045,00
04/05/2009	1044	16.400,00		01/07/2011	1901	23.980,00
03/06/2009	1086	23.250,00		01/08/2011	1948	25.740,00
03/07/2009	1108	20.450,00		31/08/2011	1978	22.165,00
03/08/2009	1133	21.700,00		04/10/2011	2011	21.010,00
02/09/2009	1166	17.150,00		03/11/2011	2065	26.400,00
05/10/2009	1188	17.050,00		01/12/2011	2102	22.880,00
05/11/2009	1217	20.700,00		05/01/2012	2134	12.375,00
03/12/2009	1256	19.950,00		06/02/2012	2175	10.840,00
04/01/2010	1281	9.750,00		05/03/2012	2204	13.160,00
04/02/2010	1338	15.250,00		05/04/2012	2246	20.640,00
04/03/2010	1365	15.400,00		06/05/2012	2322	25.645,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

06/04/2010	1396	24.700,00		07/05/2012	2280	20.860,00
04/05/2010	1424	21.200,00		12/07/2012	2361	13.155,00
01/06/2010	1458	18.150,00		08/08/2012	2402	15.905,00
02/07/2010	1488	17.850,00		11/09/2012	2429	25.640,00

9.3.4. audiência dos gestores do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (HC-UFPR) durante o período de atuação da Associação Banco de Tecidos Musculoesqueléticos (ABTME) na gestão do banco de tecidos do HC-UFPR (Giovanni Loddo, diretor geral do HC-UFPR durante o período de 14/1/2002 a 1/2/2009, Heda Maria Barska dos Santos Amarante, diretora geral durante o período de 2/2/2009 a 9/6/2013 e Flávio Daniel Saavedra Tomasich, diretor geral a partir 10/6/2013) com base nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e III, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sejam apresentadas razões de justificativa pela omissão no dever de fiscalizar a gestão do banco de tecidos da HC-UFPR pela ABMTE;

9.3.5. audiência dos diretores-gerais do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (HC-UFPR) durante o período de atuação da Associação Banco de Tecidos Musculoesqueléticos (ABTME) na gestão do banco de tecidos desse hospital (Giovanni Loddo, diretor geral do HC-UFPR durante o período de 14/1/2002 a 1/2/2009, Heda Maria Barska dos Santos Amarante, diretora geral durante o período de 2/2/2009 a 9/6/2013 e Flávio Daniel Saavedra Tomasich, diretor geral a partir 10/6/2013), do responsável técnico pelo banco de tecidos do HC-UFPR (Paulo Gilberto Cimbalista de Alencar) e do presidente da ABTME (Gerson de Sá Tavares Filho), com base nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e III, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sejam apresentadas razões de justificativa pela ausência da comprovação da rastreabilidade dos tecidos captados e distribuídos pela ABTME, conforme dispõem as Normas para Autorização de Funcionamento e Cadastramento de Banco de Tecidos Musculoesqueléticos pelo SUS (Portaria GM/MS 1.686, de 20 de setembro de 2002), o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplante (Portaria GM/MS 2.600, de 21 de outubro de 2009) e a Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa 220, de 27 de dezembro de 2006;

9.3.6. audiência do presidente da Associação Banco de Tecidos Musculoesqueléticos (ABTME), Gerson de Sá Tavares Filho, com base nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e III, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sejam apresentadas razões de justificativa pela indevida escrituração das receitas auferidas pela ABTME com o fornecimento de tecidos musculoesqueléticos como "doações recebidas", na rubrica 4.1.1.01.001 - Doações Recebidas, em desacordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) T2.1, itens 2.1.2, alínea "e" e 2.1.2.1, e NBC T11, item 11.1.4;

9.4. encaminhar cópia integral dos presentes autos ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público Federal no Estado do Paraná, para adoção das medidas previstas no parágrafo único do art. 4º do Decreto 3.100/1999, a fim de subsidiar a adoção das medidas com vistas à desqualificação da Associação Banco de Tecidos Musculoesqueléticos (ABTME), CNPJ 08.282.122/0001-20, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), bem como para que sirvam de subsídios para investigação de indícios da prática de crime de comercialização de tecidos humanos pela ABTME.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1532-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1533/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.349/2003-6.

1.1. Apenso: 013.858/2008-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - embargos de declaração (tomada de contas - exercício: 2002).

3. Embargante: Lourival da Cunha Souza (104.132.003-53).

4. Órgão: Delegacia Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Maranhão.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal:

8.1. Gustavo Brandão de Lima (8421/OAB-MA) e outros, representando Lourival da Cunha Souza.

8.2. Mário de Andrade Macieira (4217/OAB-MA) e outros, representando Regiane Sousa Garcia Ribeiro.

8.3. Willian Vagner Rodrigues Ribeiro (2337-E/OAB-MA) e outros, representando Orcemir Jose da Paz Furtado.

8.4. Silvestre Silva de Aquino (044.549.283-04), representando Center Kennedy-car Peças e Serviços Ltda..

8.5. Esdras da Silva Guedelha (5542/OAB-MA), representando (comercial Reparos) e C do Nascimento Comércio.

8.6. Maria da Gloria Costa Gonçalves de Sousa Aquino (6399/OAB-MA), representando Fernanda Cristina Ferreira Borgneth.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Lourival da Cunha Souza, contra o Acórdão 2.789/2015-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer e, no mérito, rejeitar os presentes embargos de declaração, mantendo o Acórdão 2.789/2015-TCU-Plenário em seus exatos termos;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do voto e relatório que o acompanham, ao embargante e à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1533-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1534/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.309/2012-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Adilson Shigueyassu Aguni (298.148.711-68); Antonio Carlos Machado (294.854.011-91); José Carlos Dorsa Vieira Pontes (368.454.421-34); Marcelino Chehoud Ibrahim (447.664.751-00); Pedro Alcantara Soares Morel (173.820.251-87)

3.2. Recorrente/Embargante: José Carlos Dorsa Vieira Pontes (368.454.421-34).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

8. Representação legal:

8.1. Fabrizio Tadeu Severo dos Santos (7498/OAB-MS) e outros, representando José Carlos Dorsa Vieira Pontes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos José Carlos Dorsa Vieira Pontes (CPF 368.454.421-34) contra o Acórdão 434/2016 - TCU - Plenário, que apreciou representação instaurada a partir de irregularidades constatadas no Pregão Eletrônico 243/2011, realizado pelo Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (HU/UFMS), para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante os motivos expostos pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fulcro no art. 34 da Lei n. 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam ao embargante.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1534-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1535/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.990/2010-8.

1.1. Apensos: 036.817/2011-2; 013.488/2015-5; 025.856/2014-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Relatório de Auditoria)

3. Recorrente: Josias Matos de Araujo (039.310.132-00).

4. Órgãos/Entidades: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHidroferrovias).

8. Representação legal:

8.1. Diego Lenin Alves Rodrigues de Lima, representando Josias Matos de Araujo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este pedido de reexame interposto por Josias Matos de Araujo contra o Acórdão 2.516/2014-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, conhecer do pedido de reexame e, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. excluir o item 9.2 do Acórdão 2.516/2014-TCU-Plenário;

9.3. dar conhecimento da presente deliberação ao Ministério dos Transportes, ao Ministério de Minas e Energia, às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte - Grupo Eletrobrás, à Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações, responsável pelas contas da Eletronorte - Eletrobrás e ao recorrente.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1535-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1536/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.542/2016-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Consulta

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão: Ministério da Integração Nacional (vinculador).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid).

8. Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pelo Ministro de Estado da Integração Nacional versando sobre a possibilidade de modulação temporal de entendimento firmado sobre o cálculo dos limites de alteração contratual previstos no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993, de modo a alcançar todos os contratos de obras de infraestrutura hídrica pactuados em decorrência de Termos de Compromisso assinados com aquele ministério.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso XVII, da Lei nº 8.443/92; e 1º, inciso XXV, 264 e 265, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer da consulta para, no mérito, com base nas razões de decidir que fundamentaram os entendimentos firmados nos Acórdãos 2.819/2011, 2.681/2013, 3.105/2013 e 1.160/2014, todos do Plenário, responder ao consulente que:

9.1.1. a jurisprudência deste Tribunal é pacífica no sentido de entender, como regra geral, para atendimento dos limites definidos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, que os acréscimos ou supressões nos montantes dos ajustes firmados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública devem ser considerados de forma isolada, sendo calculados sobre o valor original do contrato, vedada a compensação entre seus valores;

9.1.2. a modulação admitida no Acórdão 2.681/2013-TCU-Plenário não pode ser generalizada a fim de se estender a todo e qualquer contrato de obra de infraestrutura hídrica firmado em decorrência de Termo de Compromisso assinado com o Ministério da Integração Nacional, eis que nem todos os contratos apresentam as mesmas peculiaridades que conduziram o Tribunal naquela decisão;

9.1.3. é juridicamente viável a compensação entre o conjunto de acréscimos e de supressões no caso de empreendimentos de grande relevância socioeconômica do setor de infraestrutura hídrica que integrem Termo de Compromisso pactuado com o Ministério da Integração Nacional, desde que o contrato tenha sido firmado antes da data de publicação do Acórdão 2.059/2013-TCU-Plenário e as alterações sejam necessárias para a conclusão do objeto, sem que impliquem seu desvirtuamento, observada a supremacia do interesse público e demais princípios que regem a Administração Pública;

9.1.4. as circunstâncias que comprovem o enquadramento de cada caso à solução temporária indicada no subitem anterior deverão constar dos processos administrativos relativos aos aditivos, que também devem apresentar as justificativas quanto à pertinência da alteração, os elementos técnicos que demonstrem não estar sendo desvirtuadas as características fundamentais estabelecidas no projeto básico do empreendimento e o atendimento ao disposto nos arts. 14 e 15 do Decreto 7.983/2013;

9.2. dar ciência desta deliberação ao consulente; e

9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1536-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1537/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.121/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0003-63)

3.2. Responsável: Alexandre Ribeiro Bezerra (018.326.337-56).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial de responsabilidade do senhor Alexandre Ribeiro Bezerra, instaurada pela Caixa Econômica Federal, em decorrência do prejuízo originado de saques fraudulentos na conta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", e § 1º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV e § 1º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas do Sr. Alexandre Ribeiro Bezerra, CPF 018.326.337-56, na condição de ex-empregado da Caixa Econômica Federal, e condená-lo, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Caixa Econômica Federal, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
2.604,26	20/11/2008
818,42	20/11/2008
7.794,47	20/11/2008
981,51	20//11/2008
10.995,74	20/11/2008
8.768,22	20/11/2008
1.700,12	24/11/2008
21.326,25	15/12/2008
6.183,43	21/10/2010
17.071,04	21/10/2010
5.461,70	21/10/2010
5.184,46	21/10/2010
1.673,79	21/10/2010
5.882,44	21/10/2010
4.018,60	21/10/2010
5.253,38	21/10/2010
6.529,39	21/10/2010
3.895,43	21/10/2010
383,42	21/10/2010
53.755,82	23/01/2013
694,98	25/09/2013

9.2. aplicar ao Sr. Alexandre Ribeiro Bezerra, CPF 018.326.337-56, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas do Sr. Alexandre Ribeiro Bezerra em até trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas às notificações;

9.5. declarar, com fulcro no art. 60, da Lei 8.443/92, o Sr. Alexandre Ribeiro Bezerra inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de 5 (cinco) anos;

9.6. enviar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam:

9.6.1. à Caixa Econômica Federal - CEF;

9.6.2. ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6.3. ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as providências cabíveis em relação ao item 9.5.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1537-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1538/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.108/2016-8

2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Relatório de Levantamento

3. Interessado: TCU

4. Órgãos/Entidades/Unidades: Banco do Brasil S.A.; Secretaria do Tesouro Nacional

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Semag

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Acompanhamento,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar em conformidade com os coeficientes estabelecidos nos normativos que tratam a matéria os valores distribuídos por beneficiário, no segundo semestre de 2015, para as seguintes transferências:

9.1.1. Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), conforme a Decisão Normativa - TCU 137/2014;

9.1.2. Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme a Decisão Normativa - TCU 141/2014;

9.1.3. Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (IPI-Exp), conforme a Decisão Normativa - TCU 138/2014;

9.1.4. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis - Estados e Municípios (Cide), conforme a Decisão Normativa - TCU 142/2015;

9.1.5. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), conforme a Portaria Interministerial MEC/MF 8/2015;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Banco do Brasil S.A.;

9.3. arquivar o presente processo, com fundamento no inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1538-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1539/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.330/2010-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Monitoramento (em Pensões Civis)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Albertina Sousa Neto (330.896.632-87); Jairo do Carmo Silva (697.236.992-49); Joaquim Jose do Carmo Silva (635.940.212-20); Josineide do Carmo Silva (697.265.822-53); Juliana Maciel Angelino (521.640.802-97); Manoel Damiao da Silva (004.868.092-34); Zeneide do Carmo Silva (377.839.982-91).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado do Pará.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento decorrente dos Acórdãos 3.630/2011-2ª Câmara e 2.722/2015-Plenário, ambos referentes ao exame de legalidade dos atos de pensões civis instituídas por Hugo Lopes Neto, em favor de Albertina Sousa Neto, e por Raimundo Azevedo da Silva, em favor de Josineide do Carmo Silva e Zeneide do Carmo Silva, em que foram identificadas irregularidades, geradoras das determinações cujos resultados são analisados no feito presente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos do art. 243 do Regimento Interno deste Tribunal, declarar parcialmente cumprida a determinação emanada no subitem 9.1 e não cumprida a determinação descrita no subitem 9.2.3, ambas do Acórdão 2.722/2015-TCU-Plenário; parcialmente atendida a determinação descrita no subitem 9.4.4 do Acórdão 3.630/2011-TCU-Câmara; e atendidas as demais determinações objeto do presente monitoramento;

9.2 nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará (SFA/PA) que:

9.2.1 exclua, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, a Sra. Josiane do Carmo Silva (CPF 715.176.002-78) da condição de beneficiária da pensão instituída pelo Sr. Raimundo Azevedo da Silva (CPF 012.845.412-15), por viver em regime de união estável, em desacordo com as condições estabelecidas no art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/1958 e na jurisprudência deste Tribunal, revertendo sua cota parte em favor da Sra. Josineide do Carmo Silva (CPF 697.265.822-53), nos termos do art. 6º, inciso II, da Lei 3.373/1958;

9.2.2 dê ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, às interessadas indicadas no subitem 9.2.1, retro, enviando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência, cópia dos comprovantes com as datas das respectivas notificações;

9.3 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore a implementação das medidas ora determinadas, representando a este Tribunal, caso necessário;

9.4 encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará (SFA/PA), alertando a unidade jurisdicionada - em face do não atendimento pleno das determinações descritas no subitem 9.4.4 do Acórdão 3.630/2011-2ª Câmara e nos subitens 9.1 e 9.2.3 do Acórdão 2.722/2015-Plenário - de que o não cumprimento injustificado de decisão deste Tribunal sujeita os responsáveis à multa prevista no art. 58, §1º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1539-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1540/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.790/2015-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Responsáveis: Marcelo Barbosa Saintive e Otávio Ladeira de Medeiros

4. Órgão: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: SecexFazenda

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da auditoria financeira realizada na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo de verificar as demonstrações contábeis relativas ao exercício 2015.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional que:

9.1.1. reveja a rotina de contabilização ao recebimento de dividendos, de modo que essas transações não transitem por contas de resultado;

9.1.2. reveja a rotina de contabilização adotada pela UG 170705 (Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais) para a classificação dos juros recebidos dos haveres financeiros por ela administrados, de modo a evitar que essa variação patrimonial seja contabilizada na mesma conta daquela destinada a registrar as variações monetárias e cambiais;

9.1.3. proceda à reclassificação para o ativo circulante da parte do saldo dos haveres financeiros que tem expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações financeiras;

9.1.4. finalize os procedimentos necessários à conciliação das contas 1.1.2.41.03.01 - Crédito de Operações Especiais a Receber e 1.1.2.41.03.03 - Operações Especiais Securitizadas do ativo circulante, bem como promova a contabilização no Siafi do ajuste para perdas desses créditos, com base em metodologia de cálculo que leve em consideração os riscos de recebimento dos direitos registrados nessas contas;

9.2. recomendar ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário que busquem, em conjunto, o adimplemento ou outra solução definitiva para os haveres financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, cujos contratos estão vencidos desde 2002 e 2009;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Secretaria do Tesouro Nacional e aos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento Social e Agrário, e da Transparência, Fiscalização e Controle;

9.4. apensar os presentes autos ao TC 033.325/2015-4, para subsidiar a análise do Balanço Geral da União de 2015.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1540-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1541/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 032.244/2013-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/responsáveis

3.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR)

3.2. Responsáveis: Joseney Vicente (CPF 554.231.599-20), prefeito (gestão 2009-2012 e 2013 - 2016); Antonio Lauri dos Santos (CPF 244.148.599-72), ex-secretário municipal de saúde (1/1/2009 a 4/4/2011); Airton Antonio Zanin (CPF 880.502.209-82), ex-secretário municipal de saúde (5/4/2011 a 13/4/2012); GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CNPJ 78.303.252/0001-87); Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda. (CNPJ 10.268.780/0001-09) e Sobieski & Sobieski Ltda.(CNPJ 10.387.902/0001-86)

4. Órgãos/entidades: Prefeitura Municipal de Braganey/PR

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR)

8. Advogado constituído nos autos: Fernando Quevem Cardoso Moura (OAB/PR 64.774) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela equipe de auditoria da Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR), com fundamento no art. 237, inciso V, do Regimento Interno, a respeito de possíveis irregularidades constatadas no município de Braganey/PR, no âmbito de Acompanhamento (TC 031.308/2011-2, registro Fiscalis 613/2011).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso V, do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. considerar revéis o Sr. Antônio Lauri dos Santos (CPF 244.148.599-72), ex-secretário municipal de saúde (1/1/2009 a 4/4/2011); e o Sr. Airton Antônio Zanin (CPF 880.502.209-82), ex-secretário municipal de saúde (5/4/2011 a 13/4/2012), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Joseney Vicente (CPF 554.231.599-20), Prefeito Municipal de Braganey/PR, à época dos fatos, quanto aos fatos relacionados à aquisição de medicamentos com recursos federais transferidos por meio do Convênio 710467/2009 e das transferências fundo a fundo decorrentes das emendas parlamentares 10560012 e 19700014;

9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelas empresas GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CNPJ 78.303.252/0001-87); Sobieski & Sobieski Ltda.(CNPJ 10.387.902/0001-86); e Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda. (CNPJ 10.268.780/0001-09);

9.5. determinar a conversão dos presentes autos em tomada de contas especial com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992 e no art. 252 do Regimento Interno do TCU, autorizando, desde já, as citações do Sr. Joseney Vicente (CPF 554.231.599-20), Prefeito Municipal de Braganey/PR, solidariamente com os responsáveis a seguir relacionados, para que, no prazo de 15 dias, a contar da notificação, apresentem alegações de defesa para as ocorrências relacionadas a seguir e/ou recolham aos cofres do Fundo Nacional de Saúde as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.5.1. GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CNPJ 78.303.252/0001-87) e Antonio Lauri dos Santos (CPF 244.148.599-72), Secretário Municipal de Saúde no período de 1/1/2009 a 4/4/2011:

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data do Pagamento
1271	33.089,60	28/12/2010
1272	30.171,70	28/12/2010
1273	26.742,98	28/12/2010
1274	31.924,90	28/12/2010

9.5.2. Sobieski & Sobieski Ltda. (CNPJ 10.387.902/0001-86) e Antonio Lauri dos Santos (CPF 244.148.599-72), Secretário Municipal de Saúde no período de 1/1/2009 a 4/4/2011:

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data do Pagamento
40	33.438,40	28/12/2010

9.5.3. Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda. (CNPJ 10.268.780/0001-09) e Airton Antonio Zanin (CPF 880.502.209-82), Secretário Municipal de Saúde no período de 5/4/2011 a 13/4/2012:

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data do Pagamento
911	35.428,10	5/5/2011
912	26.620,82	5/5/2011
934	49.755,78	17/6/2011
935	28.762,55	17/6/2011

9.5.4. Sobieski & Sobieski Ltda. (CNPJ 10.387.902/0001-86) e Airton Antonio Zanin (CPF 880.502.209-82), Secretário Municipal de Saúde no período de 5/4/2011 a 13/4/2012:

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data do Pagamento
97	10.536,74	6/5/2011
99	9.584,00	6/5/2011
134	9.497,50	13/7/2011
135	19.541,50	13/7/2011

9.5.5. condutas irregulares atribuíveis aos Srs. Joseney Vicente (CPF 554.231.599-20), Prefeito Municipal de Braganey/PR; Antônio Lauri dos Santos (CPF 244.148.599-72); e Airton Antônio Zanin (CPF 880.502.209-82), ex-secretários municipais de saúde de Braganey/PR:

9.5.5.1. não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos ao município de Braganey/PR por meio do Convênio 710467/2009 e das transferências fundo a fundo decorrentes das emendas parlamentares 10560012 e 19700014;

9.5.5.2. realização dos pagamentos relativos às notas fiscais relacionadas no subitem 120.7 sem a comprovação de que os medicamentos tenham sido efetivamente entregues ao município, ante a não identificação do número dos lotes de fabricação dos medicamentos nas notas fiscais indicadas, conjugada com a ausência dos medicamentos em quantidades compatíveis com as aquisições realizadas nas unidades de saúde do município, a inexistência de registros de controle de entradas, saídas e de movimentação de estoques no almoxarifado municipal e demais unidades de saúde, e da constatação de que os medicamentos/lotes relacionados nas notas fiscais n. 134 e 135, emitidas pela empresa Sobieski & Sobieski Ltda., não foram adquiridos por esta empresa distribuidora junto aos laboratórios fabricantes;

9.5.6. condutas irregulares atribuíveis aos Srs. Antônio Lauri dos Santos (CPF 244.148.599-72); e Airton Antônio Zanin (CPF 880.502.209-82), ex-secretários municipais de saúde de Braganey/PR, quanto ao aceite das notas fiscais a seguir relacionadas sem a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, em desacordo com o artigo 13, inciso X, da Portaria Anvisa 802/1998, c/c o art. 1º, I, da Resolução Anvisa RDC 320/2002:

9.5.6.1. emissão da GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CNPJ 78.303.252/0001-87) e aceite de Antonio Lauri dos Santos (CPF 244.148.599-72), secretário municipal de saúde, no período de 1/1/2009 a 4/4/2011:

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data do Pagamento
1271	33.089,60	28/12/2010
1272	30.171,70	28/12/2010
1273	26.742,98	28/12/2010
1274	31.924,90	28/12/2010

9.5.6.2. emissão de Sobieski & Sobieski Ltda. (CNPJ 10.387.902/0001-86) e aceite de Antonio Lauri dos Santos (CPF 244.148.599-72), secretário municipal de saúde, no período de 1/1/2009 a 4/4/2011:

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data do Pagamento
40	33.438,40	28/12/2010

9.5.6.3. emissão de Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda. (CNPJ 10.268.780/0001-09) e aceite de Airton Antonio Zanin (CPF 880.502.209-82), secretário municipal de saúde, no período de 5/4/2011 a 13/4/2012:

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data do Pagamento
911	35.428,10	5/5/2011
912	26.620,82	5/5/2011
934	49.755,78	17/6/2011
935	28.762,55	17/6/2011

9.5.6.4. emissão de Sobieski & Sobieski Ltda. (CNPJ 10.387.902/0001-86) e aceite de Airton Antonio Zanin (CPF 880.502.209-82), secretário municipal de saúde, no período de 5/4/2011 a 13/4/2012:

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data do Pagamento
97	10.536,74	6/5/2011
99	9.584,00	6/5/2011
134	9.497,50	13/7/2011
135	19.541,50	13/7/2011

9.5.7. condutas irregulares atribuíveis à empresa GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CNPJ 78.303.252/0001-87):

9.5.7.1. recebimento de pagamentos sem a devida comprovação da efetiva entrega dos medicamentos à Prefeitura Municipal de Braganey/PR, em razão do Contrato 97/2010, referente às notas fiscais n. 1271, 1272, 1273 e 1274;

9.5.7.2. emissão das notas fiscais n. 1271, 1272, 1273 e 1274 sem a indicação do número do lote de fabricação dos produtos nelas constantes, em desacordo com o artigo 13, inciso X, da Portaria Anvisa 802/1998, c/c o art. 1º, I, da Resolução Anvisa RDC 320/2002:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data do Pagamento
1271	33.089,60	28/12/2010
1272	30.171,70	28/12/2010
1273	26.742,98	28/12/2010
1274	31.924,90	28/12/2010

9.5.8. condutas irregulares atribuíveis à empresa Sobieski & Sobieski Ltda.(CNPJ 10.387.902/0001-86):

9.5.8.1. recebimento de pagamentos sem a devida comprovação da efetiva entrega dos medicamentos à Prefeitura Municipal de Braganey/PR, em razão dos Contratos 98/2010 e 33/2011, referente às notas fiscais n. 40, 97, 99, 134 e 135;

9.5.8.2. emissão das notas fiscais n. 40, 97 e 99 sem a indicação do número do lote de fabricação dos produtos nelas constantes, em desacordo com o artigo 13, inciso X, da Portaria Anvisa 802/1998, c/c o art. 1º, I, da Resolução Anvisa RDC 320/2002:

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data do Pagamento
40	33.438,40	28/12/2010
97	10.536,74	6/5/2011
99	9.584,00	6/5/2011
134	9.497,50	13/7/2011
135	19.541,50	13/7/2011

9.5.8.3. registro de venda e de fornecimento ao município de Braganey/PR, por meio das notas fiscais n. 134 e 135, de medicamentos para os quais os laboratórios fabricantes informam não terem sido fornecidos à empresa Sobieski & Sobieski Ltda., ou quando fornecidos foram vendidos em pouca quantidade, conforme relação abaixo:

9.5.8.3.1. Teuto Brasileiro - Nenhum dos quatro medicamentos listados na nota fiscal n. 135 foi comercializado com a empresa Sobieski & Sobieski Ltda.;

9.5.8.3.2.Prati, Donaduzzi & Cia Ltda. - Nenhum dos dois medicamentos listados na nota fiscal n. 135 foi comercializado com a empresa Sobieski & Sobieski Ltda.;

9.5.8.3.3. Neo Química Comércio e Indústria S/A - Nenhum dos dois medicamentos listados na nota fiscal n. 134 foi comercializado com a empresa Sobieski & Sobieski Ltda., sendo que o xarope "mal.de dexclorfeniramina 0,4mg/ml" (lote MD11A005) sequer foi fabricado pelo laboratório;

9.5.8.3.4.Geolab Indústria Farmacêutica S/A - O medicamento listado na nota fiscal n. 134 não foi comercializado com a empresa Sobieski & Sobieski Ltda.;

9.5.8.3.5.Multilab Indústria e Com. de Produtos Farmac. Ltda. - O item "amoxicilina capsula 500mg" (lote KA0264) listado na nota fiscal n. 134 não foi comercializado com a empresa Sobieski & Sobieski Ltda.;

9.5.8.3.6.Hipolabor Farmacêutica Ltda. - O item listado na nota fiscal 134 não foi comercializado com a empresa Sobieski & Sobieski Ltda.;

9.5.8.3.7. Mariol Industrial Ltda. - O item "paracetamol comp. 500mg" (lote 100659) listado na nota fiscal n. 134 foi vendido à empresa Sobieski & Sobieski Ltda. na quantidade de 31.200 (trinta e um mil e duzentas) unidades (13 caixas com 12 displays de 200 comprimidos), entretanto consta da nota fiscal n. 134 a entrega de 40.000 (quarenta mil) unidades ao município de Braganey/PR;

9.5.8.3.8. Segmenta Farmacêutica Ltda. (Eurofarma) - Nenhum dos dois medicamentos listados na nota fiscal n. 135 foi comercializado com a empresa Sobieski & Sobieski Ltda.

9.5.9. condutas irregulares atribuíveis à empresa Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda. (CNPJ 10.268.780/0001-09):

9.5.9.1. recebimento de pagamentos sem a devida comprovação da efetiva entrega dos medicamentos à Prefeitura Municipal de Braganey/PR, em razão do Contrato 34/2011, referente às notas fiscais n. 911, 912, 934 e 935;

9.5.9.2. emissão das notas fiscais n. 911, 912, 934 e 935 sem a indicação do número do lote de fabricação dos produtos nelas constantes, em desacordo com o artigo 13, inciso X, da Portaria Anvisa 802/1998, c/c o art. 1º, I, da Resolução Anvisa RDC 320/2002:

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data do Pagamento
911	35.428,10	5/5/2011
912	26.620,82	5/5/2011
934	49.755,78	17/6/2011
935	28.762,55	17/6/2011

9.6. incluir, nas citações acima referidas, solicitação para que os responsáveis remetam a este Tribunal, quando do atendimento, todos os documentos de que disponham e que considerem aptos a comprovar a entrega/recebimento/distribuição dos medicamentos adquiridos (a exemplo de recibos, atestos de recebimento, documentos de frete, documentos contábeis e de ingresso/baixa de estoques, listas de distribuição e confirmação de beneficiários, entre outros que considerem pertinentes), sob pena da presunção de simulação e eventual imputação de débito equivalente ao valor das compras;

9.7. encaminhar cópias do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, bem como das peças 8 a 22, aos responsáveis, de forma a subsidiar a apresentação de suas alegações de defesa;

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Estado do Paraná e ao Núcleo do Ministério da Saúde no Estado do Paraná, para ciência.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1541-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1542/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC-002.710/2012-9

2. Grupo: II - Classe: VII - Assunto: Representação.

3. Responsáveis/Interessado:

3.1. Responsáveis: Renato Luiz da Costa (CPF 894.466.157-04), Marcelo Otávio de Souza Gomes (CPF 707.037.367-87), Liana Bathomarco Corrêa (CPF 003.682.797-58), Gravataí Locação de Equipamentos Ltda. (CNPJ 02.832.886/0001-65), Letras e Artes Pós Produção Digital de Filmes Ltda. (CNPJ 09.565.964/0001-51), XLR8 Locação de Equipamentos Ltda. (CNPJ 04.909.553/0001-12).

3.2. Interessado: Evento X - Audiovisual, Produção e Locação Ltda. (CNPJ 01.847.054/0001-50).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Centro Técnico do Audiovisual - Secretaria do Audiovisual - Ministério da Cultura (CTAv/SAV/MinC).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico - SecexDesenvolvimento.

8. Representação Legal: André Luiz Porcionato (OAB/SP 245.603), Emerson Caetano de Moura (OAB/DF 30.004), Tiago Pugsley (OAB/DF 25.466) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Empresa Evento X - Audiovisual, Produção e Locação Ltda. acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 5/2011, promovido pelo Centro Técnico do Audiovisual (CTAv), unidade da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAV/MinC), para contratação de empresa especializada na prestação de serviço escaneamento e import de material para HD externo de material audiovisual,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa oferecidas pelos responsáveis;

9.3. aplicar aos responsáveis abaixo relacionados, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos valores a seguir especificados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Multa
Renato Luiz da Costa (CPF 894.466.157-04)	R$ 40.000,00
Marcelo Otávio de Souza Gomes (CPF 707.037.367-87)	R$ 30.000,00
Liana Bathomarco Corrêa (CPF 003.682.797-58)	R$ 20.000,00

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992, declarar inidôneas as empresas Gravataí Locação de Equipamentos Ltda. (CNPJ 02.832.886/0001-65), Letras e Artes Pós Produção Digital de Filmes Ltda. (CNPJ 09.565.964/0001-51), XLR8 Locação de Equipamentos Ltda. (CNPJ 04.909.553/0001-12), para participarem de licitações que envolvam recursos da Administração Pública Federal, mesmo os descentralizados mediante convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres federais, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/92;

9.6. determinar à Secretaria do Audiovisual (SAV/MinC), unidade do Ministério da Cultura (Minc) que abriga em sua estrutura o Centro Técnico do Audiovisual (CTAv/SAV/Minc) e a Cinemateca Brasileira, que:

9.6.1. promova estudos técnicos para fundamentar as especificações a serem exigidas em futuros procedimentos licitatórios destinados à digitalização do acervo, de modo a evitar a restrição verificada no âmbito dos Pregões CTAv 9/2010 e 5/2011, que previram o escaneamento na resolução de 6 k, sem que tenham sido apresentadas justificativas técnicas e/ou econômicas suficientemente suportadas em estudos, planilhas, orçamentos, documentos, pareceres técnicos, com vistas a atender ao disposto no art. 3º, inc. II, da Lei 10.520/2002, art. 9º, incisos II e III, e § 1º, do Decreto 5.450/2005, e ao entendimento expresso no Acórdão 445/2014-TCU-Plenário;

9.6.2. realize a disponibilização na internet das obras audiovisuais do Centro Técnico do Audiovisual (CTAv) e da Cinemateca Brasileira, que estejam em domínio público ou licenciados, conforme previsto na meta 40 do Plano Nacional de Cultura, criado pela Lei 12.343/2010;

9.7. recomendar à Secretaria do Audiovisual (SAV/MinC), unidade do Ministério da Cultura (Minc) que abriga em sua estrutura o Centro Técnico do Audiovisual (CTAv/SAV/Minc) e a Cinemateca Brasileira, que:

9.7.1. oriente suas unidades, diante de atos, comportamentos ou conjunto de informações suspeitas por parte dos licitantes, para que verifiquem, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), o quadro societário e o endereço dos licitantes com vistas a detectar a existência de sócios em comum, endereços idênticos ou relações de parentesco, o que, analisado em conjunto com as demais informações, poderá indicar a ocorrência de fraudes contra o certame;

9.7.2. com base no art. 15, incisos I e IV, da Lei 8.666/93, se tecnicamente viável, uniformize a métrica adotada em licitações relativas a "Laboratório Cinematográfico", evitando a utilização de unidade de medidas discrepantes entre si, tais como "horas", "minutos" e "metros", como se verificou no caso dos Pregões 3/2010, 8/2010, 3/2011, 9/2010 e 5/2011 (do CTAv) e nos Pregões 11/2007, 7/2009 e 14/2011 (da Cinemateca Brasileira);

9.8. dar ciência à Secretaria do Audiovisual (SAV/MinC) sobre as seguintes impropriedades relativas a pregões eletrônicos conduzidos pelo Centro Técnico do Audiovisual:

9.8.1. a definição do valor estimado da contratação com base tão somente em consulta a fornecedores, situação agravada pelo vínculo entre as empresas, como ocorreu no Pregão Eletrônico 5/2011, contraria a jurisprudência do TCU, no sentido de que, na elaboração de orçamento na fase de planejamento da contratação de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2º da IN SLTI/MPOG 5/2014, quais sejam, "Portal de Compras Governamentais" e "contratações similares de outros entes públicos", em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2º, isto é, "pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo" e "pesquisa com os fornecedores", cuja adoção deve ser vista como prática subsidiária, suplementar;

9.8.2. realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo se devidamente justificada nos autos, identificada nos editais dos Pregões Eletrônicos 8/2010, 9/2010 e 5/2011, infringe a vedação do art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/93 e a jurisprudência do Tribunal (subitens 160 e 178 da instrução de peça 53);

9.8.3. habilitação, homologação e adjudicação de licitantes sem efetiva qualificação técnica e sem habilitação jurídica, decorrentes da incompatibilidade entre a atividade econômica da empresa e o objeto do certame, tal como se verificou no caso da empresa Gravataí Locação de Equipamentos Ltda. no âmbito do Pregão CTAv 3/2009, infringe o disposto no art. 4º, inc. XIII, da Lei 10.520/2002 (subitem 43 da instrução de peça 91);

9.8.4. descrição do objeto do certame de forma imprecisa, tal como se verificou nos Pregões CTAv 9/2010 e 5/2011, nos quais se fez menção a processo tecnicamente contraditório (digitalização de conteúdo audiovisual suportado em fitas magnéticas através de equipamentos de escâner - os quais digitalizam somente películas de cinema), bem como a ausência injustificada de especificação detalhada, inclusive com listagem exaustiva (a exemplo da que se disponibilizou no Anexo (I)A do edital do Pregão CTAv 3/2011) de materiais audiovisuais a serem digitalizados, por qualquer meio ou técnica disponível, em editais da área de laboratório cinematográfico, tal como se verificou nos Pregões CTAv 1/2007, 2/2007, 3/2009, 3/2010, 8/2010, 9/2010 e 5/2011, infringem o art. 3º, inc. II, da Lei 10.520/2002, c/c o art. 9º, inc. I, do Decreto 5.450/2005, bem como a Súmula-TCU 177, e configuram inobservância do princípio da transparência (subitem 158 da instrução de peça 91);

9.9. determinar à Segecex que inclua, no Plano de Controle Externo, auditoria com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos de digitalização do acervo SRTV, adotados a partir de 2007, pelo Centro Técnico do Audiovisual (CTAv), unidade da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAV/MinC), levando-se em conta especialmente a análise de custo-benefício entre as especificações escolhidas, o montante destinado à digitalização do acervo SRTV, a efetiva execução dos serviços, com a identificação do que já foi realizado e do que ainda falta, bem como a eventual ausência de disponibilização das obras na internet, conforme disposto nos itens 99 a 104 do voto;

9.10. dar ciência desta deliberação ao Ministério Público junto ao TCU, para que avalie a conveniência e oportunidade de interpor recurso de revisão contra o Acórdão 635/2016 - 1ª Câmara, no que se refere a Sra. Liana Bathomarco Corrêa, em razão das irregularidades a ela atribuídas verificadas no Pregão 5/2011;

9.11. enviar cópia do presente acórdão, assim como das peças que o fundamentam, à representante; à Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAV/MinC), que abriga, em sua estrutura, o Centro Técnico do Audiovisual (CTAv/MinC), e

9.12. encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1542-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 1543/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.592/2010-7.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Adriano Kennen de Barros, CPF 418.679.711-00; Antônio Durval de Oliveira Borges, CPF 194.347.401-00; Cairo Alberto de Freitas, CPF 216.542.981-15; Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda., CNPJ 26.921.908/0001-21; Medcomerce - Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda., CNPJ 37.396.017/0001-10.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás /SES/GO.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representantes do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico e Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secex/GO.

8. Representação Legal: Antônio Augusto Rosa Gilberti, OAB/GO 11.703; Marcus Vinicius Labre Lemos de Freitas, OAB/GO 14.282; Romildo Olgo Peixoto Júnior, OAB/DF 28.361; e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por determinação do Acórdão 45/2008 - TCU - Plenário, em razão de indícios de irregularidades na aquisição de medicamentos pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás por meio do Pregão 201/2005, destinado à contratação de empresa especializada no fornecimento dos medicamentos de alto custo para o atendimento à Central de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa/SES-GO,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir desta relação processual o Sr. Adriano Kennen de Barros;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º da Lei 8.443/1992, c/c os arts 19 e 23 da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas dos responsáveis Srs. Cairo Alberto de Freitas, então Secretário de Estado da Saúde, e Antônio Durval de Oliveira Borges, então Superintendente de Administração e Finanças de Goiás, e das empresas Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. e Medcomerce - Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda., condenando-os em débito, consoante a seguir discriminado, e fixar-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados das respectivas datas até as datas dos efetivos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1. solidariamente, os Srs. Cairo Alberto de Freitas e Antônio Durval de Oliveira Borges e a empresa Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., pelas seguintes quantias:

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data	Nota Fiscal	Valor (R$)	Data
99729	4.159,30	21/11/2007	89456	2.512,91	21/11/2007
95053	10.398,24	21/11/2007	92070	4.473,56	21/11/2007

9.2.2. solidariamente, os Srs. Cairo Alberto de Freitas e Antônio Durval de Oliveira Borges e a empresa Medcomerce - Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda., pelas seguintes quantias:

Nota Fiscal	Valor (R$)	Data	Nota Fiscal	Valor (R$)	Data
44702	18.433,14	18/9/2006	45151	19.457,21	18/9/2006
45344	107.526,68	18/9/2006			

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. determinar à Secretaria de Estado de Saúde de Goiás que, no prazo de sessenta dias contados da ciência deste acórdão, providencie a instauração e remessa a este Tribunal de novos processos de tomada de contas especial relativos aos pagamentos porventura efetuados por conta dos fornecimentos licitados mediante o Pregão 201/2005/SES/GO com recursos federais após a instauração desta TCE por essa unidade, sendo um processo para cada empresa contratada no referido pregão, em cujos fornecimentos se verifique a não desoneração do ICMS nas propostas apresentadas pelos licitantes, uma vez que:

9.4.1. o dano apurado neste processo de tomada de contas especial levou em consideração apenas as notas fiscais pagas por ocasião do fechamento do Relatório Conclusivo 010/2009 da comissão instauradora de TCE e, portanto, apenas a parte das notas fiscais até então emitidas pelas empresas Medcomerce - Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. e Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.;

9.4.2. há, no referido Relatório Conclusivo 010/2009, informação da existência de um dano potencial que poderia se concretizar com a realização de pagamentos integrais às empresas, em face da emissão de notas fiscais e de suas propostas, consideradas por essas como já tendo sido desoneradas do ICMS, o que só não ocorreu em razão das retenções que vinham sendo efetuadas por essa unidade;

9.4.3. o Memorando 762/2011-SGPF/SES de 5/12/2011 e o Ofício 8946/2011-GAB/SES, remetem à informação de que a Procuradoria Geral do Estado, por meio do Parecer 003225/2011 e do Despacho "GAB" 004670/2011, orientou acerca da impossibilidade da manutenção da retenção de pagamentos por falta de amparo legal (peça nº 33), de modo que, assim, possibilitou-se, com esses documentos, a realização dos pagamentos pleiteados pelas empresas, concretizando-se, possivelmente, o dano potencial apurado pela comissão instauradora da TCE;

9.5. determinar à Secex/GO que:

9.5.1. como subsídio ao atendimento da determinação constante do item 9.4 retro, encaminhe à Secretaria de Estado da Saúde de Goiás cópia integral deste processo em meio eletrônico, juntamente com cópia do inteiro teor deste acórdão;

9.5.2. monitore cumprimento, pelo órgão estadual, da determinação proferida por este Tribunal e, tão logo receba o (s) processo (s) de tomada (s) de contas especial (is) assim constituído (s), realize a citação dos responsáveis nela (s) identificados;

9.6. encaminhar cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado de Goiás, para ajuizamento das ações civis e penais que entender pertinentes, tendo em vista o disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.7. dar ciência do inteiro teor deste acórdão ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás e ao Ministério Público daquele estado, por intermédio de sua 4ª Promotoria de Justiça, para que adote as medidas que entender pertinentes, tendo em vista a utilização de recursos estaduais na compra de medicamentos de que trata o Pregão 201/2005/SES/GO.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1543-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz (Presidente).

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1544/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.536/2014-3.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Responsável: Evander Luiz Ferreira, Presidente (CPF 069.194.718-09)

3.1. Interessado: Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul (MPF/MPU/MS)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Química de Mato Grosso do Sul (CRQ 20ª Região - CRQ/MS)

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

8. Representação legal: Douglas de Oliveira Santos (14666/OAB-MS), representando Conselho Regional de Química de Mato Grosso do Sul (CRQ 20ª Região - CRQ/MS) e Evander Luiz Ferreira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Procurador da República Rodrigo Timóteo da Costa e Silva, noticiando irregularidades praticadas pelo Sr. Evander Luiz Ferreira, Presidente do Conselho Regional de Química de Mato Grosso do Sul (CRQ/20ª Região ou CRQ/MS), no tocante a recebimento irregular de diárias e falta de prestação de contas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer da presente representação, visto que preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso I e parágrafo único, do RI/TCU, para, no mérito considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar ao Conselho Regional de Química de Mato Grosso do Sul (CRQ 20ª Região - CRQ/MS), com fundamento no 71, IX, da Constituição Federal c/c art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. abstenha-se em definitivo de efetuar pagamentos a título de verbas indenizatórias de forma permanente (diárias, reembolso por quilômetro rodado e verba de representação) e para desempenho de funções dentro da própria entidade (verba de representação), em favor do Sr. Evander Luiz Ferreira, especialmente devido ao deslocamento diário entre a residência do responsável e a sede da entidade, ainda que tais deslocamentos se deem entre municípios distintos, tendo em vista a contrariedade ao caráter eventual ou transitório que justifica o recebimento de tais verbas e por ter o procedimento conferido caráter remuneratório ao pagamento desses benefícios, em infração aos arts. 7° e 18, da Lei 2.800/1956 e aos princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da economicidade e da razoabilidade;

9.2.2. abstenha-se de efetuar pagamentos de verbas indenizatórias de forma permanente, em especial em situações que envolvam o desempenho de funções dentro da própria entidade (verba de representação) e o deslocamento diário entre a residência de seus membros e a sede da entidade (diárias e reembolso por quilômetro rodado), ainda que tais deslocamentos se deem entre municípios distintos, de modo a dar cumprimento aos arts. 7° e 18, da Lei 2.800/1956 e aos princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da economicidade e da razoabilidade;

9.2.3. abstenha-se de efetuar pagamentos a título de diárias na forma instituída pelo art. 25, § 2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Ordinária 15.508/2008, por falta de amparo legal e normativo;

9.2.4. abstenha-se de efetuar pagamentos a título de reembolso por quilômetro rodado, conforme aprovado na 2ª Reunião Plenária do CRQ/MS realizada em 27/06/2008, posto ter sido instituído em desacordo ao previsto no art. 2°, § 3°, da Lei 11.000/2004 e carecer de amparo normativo;

9.3. com fulcro no artigo 47 da Lei 8.443/1992, converter o presente processo em tomada de contas especial, com vistas ao ressarcimento dos valores indevidamente pagos ao Sr. Evander Luiz Ferreira, Presidente do CRQ/MS a título de diárias, reembolso por quilômetro rodado e auxílio de representação no período de abril de 2008 a janeiro de 2015;

9.4. autorizar, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei 8.443/92, a citação dos responsáveis indicados nos itens 153.b.1, 153..b.2 e 153.b.3 do relatório que fundamenta este acórdão, pelos valores e datas especificadas nos referidos itens;

9.5. determinar à Secex/MS que, no bojo da tomada de contas especial, diligencie ao Conselho Regional de Química de Mato Grosso do Sul (CRQ 20ª Região - CRQ/MS) para que a unidade jurisdicionada informe o amparo legal e normativo para a efetivação de pagamentos em favor do Presidente do CRQ/MS, Sr. Evander Luiz Ferreira, para que ministrasse palestras em outras instituições, ou para que comparecesse a eventos como colações de grau, sem prejuízo de que continuasse percebendo as demais verbas tratadas nestes autos;

9.6. determinar ao Conselho Federal de Química que promova aperfeiçoamentos na normatização referente ao recebimento de verbas indenizatórias, como diárias, auxílio de representação e ajuda de custo, de modo a:

9.6.1. estabelecer o caráter eventual ou transitório do deslocamento que justifique o pagamento de diárias, de forma a evitar que tais indenizações venham a se configurar em pagamento de remuneração, com desvirtuamento da ocupação de cargo honorífico, tal qual previsto nos arts. 7° e 18 da Lei nº 2.800/1956, assim como estabelecer a vedação à sua concessão para deslocamentos ocorridos entre municípios limítrofes e/ou pertencentes à mesma região metropolitana;

9.6.2. estabelecer o caráter eventual ou transitório do auxílio de representação e da ajuda de custo de forma a evitar que tais indenizações venham a se configurar em pagamento de remuneração, com desvirtuamento da ocupação de cargo honorífico, tal qual previsto nos arts. 7° e 18 da Lei nº 2.800/1956;

9.6.3. definir o fato gerador e os critérios para recebimento do auxílio de representação e determinar a obrigatoriedade de comprovação dos gastos efetuados a esse título, conforme orientações contidas no Acórdão 1163/2008-1ª Câmara, com as alterações introduzidas pelo Acórdão 1.535/2008-1ª. Câmara;

9.6.4. fixar os valores atinentes às verbas indenizatórias, como diárias, auxílio de representação e ajuda de custo, pagas no âmbito do sistema CFQ/CRQ de acordo com os princípios básicos aplicáveis à Administração Pública, em especial os da razoabilidade, da moralidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão;

9.7. recomendar ao Conselho Federal de Química que introduza aperfeiçoamentos na normatização referente ao recebimento de verbas indenizatórias, como diárias, auxílio de representação e ajuda de custo, de modo prever as competências para concessão das verbas, a necessidade de formalização do processo administrativo de concessão e os procedimentos para restituição de valores pagos em excesso ou decorrentes do cancelamento de viagens ou eventos, entre outras possibilidades;

9.8. dar ciência deste acórdão ao representante;

9.9. autorizar a Secex/MS a adotar as medidas necessárias à formalização da tomada de contas especial e ao monitoramento das determinações.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1544-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1545/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC-023.246/2014-6

2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Auditoria de Natureza Operacional.

3. Responsável: Jesualdo Pereira Farias - Reitor.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará - UFC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/CE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria de Natureza Operacional, parte do conjunto de auditorias de fiscalização de governança e gestão das aquisições públicas, realizado na sistemática de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), destinando-se o trabalho ora em foco a avaliar se as práticas de governança e de gestão de aquisições públicas adotadas pela Universidade Federal do Ceará - UFC estão de acordo com a legislação aplicável e aderentes às boas práticas,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar, com fulcro na Lei 8.443/1992, artigo 43, inciso I, c/c o Regimento Interno do TCU, artigo 250, inciso II, à UFC que:

9.1.1 em atenção ao Decreto 7.746/2012, artigo 16, aprove o Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFC;

9.1.2 em atenção à IN SLTI 10/2012, artigos 13 e 14, estabeleça mecanismos de monitoramento para acompanhar a execução do PLS;

9.1.3. em atenção às disposições contidas no Decreto 5.707/2006, artigos 2º e 5º, c/c a Portaria MP 208/2006, artigo 2º, I, e artigo 4º, elabore Plano Anual de Capacitação para a organização;

9.1.4. em atenção à Lei 8.666/1993, art. 6º, inc. IX, alínea *c*, antes da eventual prorrogação do Contrato 160/2013, ou da elaboração de edital para licitação com vistas a substituí-lo, inclua, nos estudos técnicos preliminares da contratação para a prestação de serviços de transportes, a avaliação das alternativas de soluções disponíveis no mercado para atender à necessidade que originou a contratação atual (resolver o problema do transporte de pessoas e cargas em regiões metropolitanas), a fim de identificar a solução mais vantajosa dentre as existentes, considerando, por exemplo, as alternativas de compra de veículos, locação de veículos e contratação de serviços de transporte pagos por quilômetro rodado;

9.1.5. em atenção à Lei 8.666/1993, art. 6º, inc. IX, alínea *f*, e artigo 7º, parágrafo 4º, antes de eventual prorrogação do contrato de limpeza em vigor, ou da elaboração de edital para licitação com vistas a substituí-lo, inclua nos estudos técnicos preliminares da contratação:

9.1.5.1. o estudo e definição da produtividade de mão de obra que será utilizada na prestação de serviços de limpeza, à semelhança do previsto na IN SLTI 2/2008, artigo 43, parágrafo único;

9.1.5.2. a definição do tamanho das áreas que serão objeto de limpeza com base em planta do prédio atualizada ou documento técnico equivalente;

9.1.6. em atenção à Lei 8.666/1993, art. 6º, inc. IX, alínea *c*, antes da eventual prorrogação do contrato de vigilância em vigor, ou da elaboração de edital para licitação com vistas a substituí-lo, realize estudo técnico preliminar com objetivo de definir a localização, quantidade e tipo de todos os postos de trabalho de vigilância, à semelhança do previsto na IN-SLTI 02/2008, art. 49, I;

9.1.7. em atenção ao Decreto 2.271/1997, artigo 2º, antes da eventual prorrogação dos contratos de limpeza, vigilância e transporte, ou da elaboração de edital para licitação com vistas a substituí-los, elabore, aprove e publique plano de trabalho para terceirização de atividades;

9.1.8. em atenção à Lei 8.666/1993, art. 3º, *caput*, antes da eventual prorrogação do contrato de limpeza e conservação, ou da licitação com vistas a substituí-lo, avalie a possibilidade de incluir como obrigação da contratada a adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços de limpeza e conservação, à semelhança do contido na IN SLTI/MPOG 1/2010, art. 6º e IN SLTI 2/2008, art. 42, inc. III;

9.1.9. em atenção ao Decreto-lei 200/1967, art. 14, antes da eventual prorrogação dos Contratos 10/2013 e 65/2012,ou da licitação com vistas a substituí-los, inclua, nos estudos técnicos preliminares da contratação, a avaliação do custo/benefício do modelo de fiscalização administrativa que será utilizado, considerando, além da conta vinculada, outras possibilidades como a aplicação dos controles previstos no Acórdão 1.214/2013-Plenário (combinação de controles mais rígidos na seleção do fornecedor - e.g., itens 9.1.10, 9.1.12 e 9.1.13 - com controles mais eficientes na fiscalização - e.g., itens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5.6, 9.1.6.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9) e a possibilidade de contratação de empresa especializada para apoiar a avaliação do cumprimento, pelas contratadas, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

9.1.10. em atenção à Lei 8.666/1993, art. 65, § 5º e ao princípio da legalidade, informe ao TCU, no prazo de sessenta dias, os resultados alcançados em cumprimento às orientações contidas no Acórdão 2.859/2013 - Plenário, item 9.2.1, incluindo detalhamento da quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida, e as providências para reaver os valores pagos a maior (item 3.32);

9.1.11. encaminhe, no prazo de sessenta dias a contar da ciência deste acórdão, plano de ação para a implementação das medidas citadas no *decisum*, contendo:

9.1.11.1. para cada determinação, as ações que serão adotadas pela organização, o prazo e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações;

9.1.11.2. para cada recomendação cuja implementação seja considerada conveniente e oportuna, as ações que serão adotadas pela organização, o prazo e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações;

9.1.11.3. para cada recomendação cuja implementação não seja considerada conveniente ou oportuna, justificativa da decisão;

9.2. recomendar, com fulcro na Lei 8.443/1992, art. 43, inciso I, c/c o Regimento Interno do TCU, art. 250, inciso III, à Universidade Federal do Ceará que avalie a conveniência e a oportunidade de adotar os seguintes procedimentos, com vistas à melhoria do sistema de controle interno da organização:

9.2.1. expeça orientações no sentido de que, quando pertinente, a escolha dos ocupantes de funções-chave, funções de confiança ou cargos em comissão na área de aquisições seja fundamentada nos perfis de competências definidos no modelo e sempre pautada pelos princípios da transparência, da motivação, da eficiência e do interesse público;

9.2.2. realize avaliação quantitativa e qualitativa de pessoal do setor de aquisições, de forma a delimitar as necessidades de recursos humanos para que esse setor realize a gestão das atividades de aquisições da organização;

9.2.3. estabeleça formalmente:

9.2.3.1. objetivos organizacionais para a gestão das aquisições, alinhados às estratégias de negócio;

9.2.3.2. pelo menos um indicador para cada objetivo definido na forma acima, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da organização;

9.2.3.3. metas para cada indicador definido na forma acima;

9.2.3.4. mecanismos que a alta administração adotará para acompanhar o desempenho da gestão das aquisições;

9.2.4. estabeleça diretrizes para a área de aquisições incluindo:

9.2.4.1. estratégia de terceirização;

9.2.4.2. política de sustentabilidade;

9.2.4.3. política de compras conjuntas;

9.2.5. estabeleça em normativos internos:

9.2.5.1 um modelo de competências para os ocupantes das funções-chave da área de aquisição, em especial daqueles que desempenham papéis ligados à governança e à gestão das aquisições;

9.2.5.2. as competências, atribuições e responsabilidades dos dirigentes, inclusive quanto à delegação de competências, com respeito às aquisições, incluindo a responsabilidade pelo estabelecimento de políticas e procedimentos de controles internos necessários para mitigar os riscos nas aquisições;

9.2.5.3. as competências, atribuições e responsabilidades dos cargos efetivos da área de aquisições, além do pregoeiro e fiscal do contrato;

9.2.5.4. controles internos para monitorar os atos delegados relativos às contratações;

9.2.6 avalie a necessidade de atribuir a um comitê, integrado por representantes dos diversos setores da organização, a responsabilidade por auxiliar a Alta Administração nas decisões relativas às aquisições, com o objetivo de buscar o melhor resultado para a organização como um todo;

9.2.7. estabeleça diretrizes para o gerenciamento de riscos da área de aquisições;

9.2.8. capacite os gestores na área de aquisições em gestão de riscos;

9.2.9. realize gestão de riscos das aquisições;

9.2.10. inclua nas atividades de auditoria interna a avaliação de governança e de gestão de riscos da organização;

9.2.11. avalie a conveniência e oportunidade de publicar todos os documentos que integram os processos de aquisições (e.g., solicitação de aquisição, estudos técnicos preliminares, estimativas de preços, pareceres técnicos e jurídicos etc.) na Internet;

9.2.12. publique na sua página na Internet a decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo órgão de controle externo;

9.2.13. publicar na sua página na internet a agenda de compromissos públicos do principal gestor responsável pelas aquisições;

9.2.14. execute processo de planejamento das aquisições contemplando, pelo menos:

9.2.14.1. elaboração, com participação de representantes dos diversos setores da organização, de um documento que materialize o plano de aquisições, contemplando, para cada contratação pretendida, informações como: descrição do objeto, quantidade estimada para a contratação, valor estimado, identificação do requisitante, justificativa da necessidade, período estimado para a aquisição, programa/ação suportado (a) pela aquisição e objetivo estratégico apoiado pela aquisição;

9.2.14.2. aprovação pela mais alta autoridade da organização, do plano de aquisições;

9.2.14.3. divulgação do plano de aquisições na internet;

9.2.14.4. acompanhamento periódico da execução do plano para a correção de desvios;

9.2.15. estabeleça um modelo de competências para os ocupantes das funções-chave da área de aquisições, em especial daqueles que desempenham papeis ligados à governança e à gestão das aquisições;

9.2.16 quando elaborar o Plano Anual de Capacitação, contemple ações de capacitação voltadas para a governança e gestão das aquisições e adote mecanismos para acompanhar a execução do referido plano;

9.2.17. inclua, no seu modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços (Manual de Procedimentos de Compras e Contratações, fase de planejamento da contratação), e a gestão dos contratos decorrentes, o seguinte controle interno na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares: realizar levantamento de mercado junto a diferentes fontes possíveis, efetuando levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consulta a sítios na Internet (e.g. portal do software público), visita a feiras, consulta a publicações especializadas (e.g. comparativos de soluções publicados em revistas especializadas) e pesquisa junto a fornecedores, a fim de avaliar as diferentes soluções que possam atender às necessidades que originaram a forma de prestação de serviços utilizada (Lei 8.666/1993, art. 6º, inc. IX, alínea *c)*;

9.2.18. inclua, no modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços (Manual de Procedimentos de Compras e Contratações, fases de planejamento da contratação e de gestão do contrato), e a gestão dos contratos decorrentes:

9.2.18.1. os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares:

9.2.18.1.1 definir método de cálculo das quantidades de materiais necessários à contratação;

9.2.18.1.2 documentar o método utilizado para a estimativa de quantidades no processo de contratação, juntamente com os documentos que lhe dão suporte;

9.2.18.2 o seguinte controle interno na etapa de fiscalização técnica do contrato:

9.2.18.2.1 manter controle gerencial acerca da utilização dos materiais empregados nos contratos, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações;

9.2.19. inclua, no seu modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços (Manual de Procedimentos de Compras e Contratações, fase de planejamento da contratação), e a gestão dos contratos decorrentes, os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares:

9.2.19.1. definir método para a estimativa de preços, considerando uma cesta de preços, podendo utilizar-se das diretrizes contidas na IN SLTI 5/2014;

9.2.19.2. documentar o método utilizado para a estimativa de preços no processo de contratação, juntamente com os documentos que lhe dão suporte (item 3.17);

9.2.19.3. avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando as respostas a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas: 1) É tecnicamente viável dividir a solução? 2) É economicamente viável dividir a solução? 3) Não há perda de escala ao dividir a solução? 4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?;

9.2.19.4. avaliar, no caso de contratação de serviços continuados, as diferentes possibilidades de critérios de qualificação econômico-financeiras previstas na IN-SLTI 2/2008, art. 19, inciso XXIV, considerando os riscos de sua utilização ou não;

9.2.20. inclua, no seu modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços (Manual de Procedimentos de Compras e Contratações, fases de planejamento da contratação e de gestão do contrato), e a gestão dos contratos decorrentes, o seguinte controle interno na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico:

9.2.20.1. prever, no modelo de gestão do contrato, quando se tratar de contratação de serviços, a segregação das atividades de recebimento de serviços de forma que:

9.2.20.1.1. o recebimento provisório, a cargo do fiscal que acompanha a execução do contrato, baseie-se no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização (Lei 8.666/1993, art. 73, inciso I, "a");

9.2.20.1.2. o recebimento definitivo, a cargo de outro servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo, deve basear-se na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita (Lei 8.666/1993, art. 73, inciso I, "b");

9.2.20.2. prever, no modelo de gestão do contrato, cláusulas de penalidades observando as seguintes diretrizes:

9.2.20.2.1. atrelar multas às obrigações da contratada estabelecidas no modelo de execução do objeto (e.g. multas por atraso de entrega de produtos e por recusa de produtos);

9.2.20.2.2. definir o rigor de cada multa de modo que seja proporcional ao prejuízo causado pela desconformidade;

9.2.20.2.3. definir o processo de aferição da desconformidade que leva à multa (e.g. cálculo do nível de serviço obtido);

9.2.20.2.4. definir a forma de cálculo da multa, de modo que seja o mais simples possível;

9.2.20.2.5. definir o que fazer se as multas se acumularem (e.g. distrato);

9.2.20.2.6. definir as condições para aplicações de glosas, bem como as respectivas formas de cálculo;

9.2.20.3. estabelecer critérios de aceitabilidade de preços global e unitários, fixando preços máximos para mão de obra e materiais utilizados, de forma que propostas com valores superiores sejam desclassificadas;

9.2.20.4. incluir, nas cláusulas de penalidades, o atraso na entrega das garantias contratuais e a não atualização de valores de garantias decorrentes de aditivos contratuais;

9.2.21. inclua, no seu modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços (Manual de Procedimentos de Compras e Contratações, fase de gestão do contrato), e a gestão dos contratos decorrentes, o seguinte controle interno na etapa de gestão do contrato:

9.2.21.1. designar formalmente todos os servidores, titulares e substitutos, que irão atuar na gestão e fiscalização dos contratos;

9.2.21.2. exigir, antes do início da execução contratual, a designação formal do preposto responsável por representar a contratada durante execução contratual;

9.2.21.3. a cada prorrogação contratual, verificar se a contratada mantém as mesmas condições de habilitação econômico-financeira e técnico-operacional exigidas à época da licitação;

9.2.21.4. avaliar os riscos de descumprimento pela contratada das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS para determinar a extensão das amostras que serão utilizadas na fiscalização do cumprimento:

9.2.21.4.1 das obrigações trabalhistas pela contratada, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado;

9.2.21.4.2 das contribuições previdenciárias e dos depósitos do FGTS, por meio da análise dos extratos retirados pelos próprios empregados terceirizados utilizando-se do acesso às suas próprias contas (o objetivo é que todos os empregados tenham tido extratos avaliados ao final de um ano - sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez para um mesmo empregado, garantindo assim o "efeito surpresa" e o benefício da expectativa do controle);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2.22. inclua, no seu modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços (Manual de Procedimentos de Compras e Contratações, fases de planejamento da contratação e de gestão do contrato), e a gestão dos contratos decorrentes, os seguintes controles internos na etapa de planejamento da contratação:

9.2.22.1. no modelo de gestão do contrato, mecanismos que permitam o rastreamento dos pagamentos efetuados, isto é, que permitam para cada pagamento executado, identificar os bens ou serviços fornecidos pela contratada (item 3.28);

9.2.22.2. no modelo de gestão do contrato, listas de verificação para os aceites provisório e definitivo na etapa de planejamento da contratação, de modo que os atores da fiscalização tenham um referencial claro para atuar na fase de gestão do contrato (item 3.33);

9.2.23. documentar a sistemática de fiscalização utilizada em cada período;

9.3. dar ciência à UFC, com base na Portaria-Segecex 13/2011, sobre a seguinte impropriedade, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências de outras semelhantes:

9.3.1. a falta de requisitos para aferição da qualidade dos serviços prestados e a vinculação dos pagamentos realizados à entrega dos serviços com a qualidade, constatadas nas especificações do objeto do Contrato 10/2013 (vigilância), afronta a Constituição Federal, art. 37, *caput* (princípio da eficiência), Decreto 2.271/1997, art. 3º, § 1º e IN SLTI 2/2008, art. 11 (item 3.20); e

9.4. arquivar os presentes autos, nos termos do disposto no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1545-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1546/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.901/2015-9

2. Grupo: II; Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Heitor Férrer, Deputado Estadual.

4. Entidade: Município de Fortaleza/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Ceará - Secex/CE.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação em que o Deputado Estadual do Ceará Heitor Férrer, noticia possível retenção, pelo Município de Fortaleza, de recursos provenientes do SUS destinados ao financiamento de transplantes de órgãos, tecidos e células de implantes de coclea.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da Representação formulada pelo Deputado Estadual do Ceará Heitor Férrer, com base no art. art. 237, inciso III, do RI/TCU;

9.2. determinar à Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza/CE, com fundamento no art. 11 da Lei 8.443/1992, que, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da ciência desta deliberação, informe à Secretaria de Controle Externo no Ceará;

9.2.1. o montante dos recursos recebidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Fortaleza (CNPJ 11.621.453/0001-51) nos exercícios de 2013, 2014 e 2015 provenientes do Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensações - FAEC, destinados ao financiamento de transplantes de órgãos, tecidos e células de implantes de cóclea;

9.2.2. a destinação dada aos recursos em questão;

9.2.3. quais hospitais da rede municipal e estadual estavam autorizados a realizar procedimentos custeados com recursos do referido componente nos exercícios de 2013, 2014 e 2015 e os valores pagos a esses hospitais no referido período, bem como a documentação pertinente;

9.2.4. os esclarecimentos que entender cabíveis acerca da notícia de que o Município estaria acumulando dívidas junto aos hospitais de sua rede de assistência à saúde, em especial os nosocômios Hospital Geral de Fortaleza e Hospital de Messejana, em face da falta de repasses para serviços de média e alta complexidade, encaminhando a documentação comprobatória dos motivos apresentados;

9.3. com fundamento no disposto pelo art. 240 do RI/TCU, autorizar, desde logo, a Secex/CE a realizar inspeção na Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza sobre o objeto desta Representação, caso o referido órgão Municipal não atenda à determinação veiculada no subitem 9.2 ou os elementos por ele fornecidos se mostrem insuficientes para avaliar o mérito da matéria.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1546-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1547/2016 - TCU - Plenário

1. Processo n. 013.781/2015-4.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Levantamento.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Entidades: Órgãos e Entidades Federais e Estaduais com atuação no Estado do Ceará.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Ceará - Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este Relatório de Levantamento realizado com o objetivo de obter um panorama do Estado do Ceará contemplando uma visão de sua situação geográfica e econômico-social.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE que, no processo de planejamento de suas ações de controle externo, utilize as informações obtidas nestes autos como parâmetro para definição das áreas prioritárias que devem ser objeto de fiscalizações por parte deste Tribunal;

9.2. apensar o presente processo aos autos do TC 020.126/2015-8, para subsidiar o trabalho de consolidação das informações do Estado do Ceará no âmbito da construção do Relatório Sistêmico da Região Nordeste; e

9.3. encerrar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1547-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1548/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.141/2006-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Pedido de Reexame).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Departamento de Polícia Federal (DPF) - Superintendência Regional no Paraná (SR/PR) - MJ (00.394.494/0032-32)

3.2. Responsáveis: Airton Langaro Dipp (122.776.730-72); Alexandre Laguna (058.827.328-75); Ana Maria Martins da Fonseca Carvalho (316.454.291-72); Antônio Henrique Peçanha (055.037.011-00); Apoliex Express Transportes Ltda. (03.150.171/0001-95); Carlos Augusto de Lima Sena (093.394.692-91); Carlos Henrique Almeida Custodio (285.560.896-15); Carlos Roberto Samartini Dias (243.535.317-00); Décio Braga de Oliveira (268.609.027-87); Eduardo Medeiros de Morais (150.199.771-87); Enivaldo Ribeiro (025.220.634-72); Hassan Gebrim (004.062.281-91); Humberto Eustáquio César Mota (002.067.766-91); Janio Cézar Luiz Pohren (299.183.240-15); José Garcia Mendes (930.561.178-87); José Thomé de Mello Júnior (754.639.707-34); João Henrique de Almeida Sousa (035.809.703-72); João Luiz do Valle Nogueira Filho (756.840.718-72); Julio Yassuo Aoki (075.697.198-59); Liana Aparecida de Araújo (533.757.506-68); Luiz Carlos Corrêa (951.541.408-34); Marcos Gomes da Silva (784.727.417-53); Marcos Neves de Araújo (359.057.511-53); Marta Maria Coelho (194.881.226-68); Mauricio Coelho Madureira (214.618.301-25); Nivaldo Ribeiro (055.394.201-87); Paulo Eduardo de Lima (002.330.208-96); Paulo Onishi (740.221.308-06); Planave Navegação da Amazônia Ltda. (84.111.194/0001-92); Rápido Transpaulo Ltda. (00.636.524/0001-73); Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo (05.148.704/0001-20); Tania Regina Teixeira Munari (589.767.879-00); Tecnocargo Transportes Ltda. (59.519.660/0001-26); Transportes Dalçóquio Ltda. (84.300.540/0001-80); Transportes Gerais Botafogo Ltda (00.072.447/0001-76); Valeria Cristina Silva Almeida (351.856.861-20); e Vitor Aparecido Caivano Joppert (544.408.908-49)

3.3. Embargante: Carlos Augusto de Lima Sena (093.394.692-91).

4. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Jaques Fernando Reolon (22.885/OAB-DF) e outros, representando José Garcia Mendes, Marta Maria Coelho e Carlos Augusto de Lima Sena.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Carlos Augusto de Lima Sena ao Acórdão 560/2016-TCU-Plenário, prolatado em pedidos de reexame interpostos por Carlos Augusto de Lima Sena e José Garcia Mendes, Marta Maria Coelho e Eduardo Medeiros de Morais contra o Acórdão 2.787/2010-TCU-Plenário, que, no que importa ao presente momento processual, rejeitou as razões de justificativa dos recorrentes referentes a alguns dos itens do Relatório e aplicou- lhes multa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443, de 1992, conhecer dos embargos de declaração opostos por Carlos Augusto de Lima Sena, e, no mérito, rejeitá-los, ante a inexistência do alegado vício de contradição;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante e ao Departamento da Polícia Federal, Superintendência Regional do Paraná;

9.3. restituir os autos a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações (SeinfraAeroTelecom) para que sejam adotadas as medidas cabíveis relacionadas à quitação da multa aplicada ao responsável José Garcia Mendes (peças 235-236);

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1548-23/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1549/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.039/2010-9.

1.1. Apenso: 003.454/2005-8

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Egesa Engenharia S.A. (17.186.461/0001-01); José Francisco dos Santos (040.700.386-04); Via Engenharia S.A. (00.584.755/0001-80.

3.2. Recorrentes: Via Engenharia S.A. (00.584.755/0001-80); José Francisco dos Santos (040.700.386-04).

4. Órgãos/Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Entidades/órgãos do Governo do Estado de Tocantins.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRod).

8. Representação legal: Ângelo Longo Ferraro (OAB/DF 37.922); Anna Carolina Miranda Dantas (OAB/DF 11.756-E); Antônio Henrique Medeiros Coutinho (OAB/DF 9.933-E); Antônio Newton Soares de Matos (OAB/DF 22.998); Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359); Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073); Bruno Saraiva Duarte (OAB/MG 107.829); Djenane Lima Coutinho (OAB/DF 12.053); Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/DF 37.934); Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (OAB/DF 34.406); Isaías Dinis Nunes (OAB/DF 27.902); Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB/DF 41.605); João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A); Jean Guilherme Arnaud Deon (OAB/DF 44.764); João Batista Lira Rodrigues Júnior (OAB/DF 15.180); Márcia Silva de Abreu (OAB/DF 41.831); Milene Arão Evangelista (OAB/DF 34.193); Raquel Maria Silva Campos (OAB/MG 108.953); Régis Antônio Caetano (OAB/TO 1.863); Renata de Souza Maeda (OAB/DF 21.517); Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154); Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/DF 35.148); Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108); Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela empresa Via Engenharia S.A. e pelo Sr. José Francisco dos Santos contra o Acórdão 854/2016-Plenário, que apreciou tomada de contas especial instaurada em atendimento ao Acórdão 1.880/2010-Plenário, com o objetivo de recompor o débito verificado no Contrato 47/1997, cujo objeto era a execução de obras e serviços de conservação e restauração na rodovia BR-153/TO, trecho Wanderlândia-Xambioá,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela empresa Via Engenharia S.A. e pelo Sr. José Francisco dos Santos, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterado o Acórdão 854/2016-Plenário;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes, remetendo-lhes cópia do relatório e do voto que a fundamentam;

9.3. encaminhar o presente processo à Secretaria de Recursos para exame de admissibilidade do recurso à peça 186.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 23/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/6/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1549-23/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
ENCERRAMENTO
Às 16 horas e 49 minutos, o Presidente Aroldo Cedraz encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenário
Em substituição

Aprovada em 21 de junho de 2016.
RAIMUNDO CARREIRO
Vice-Presidente
No Exercício da Presidência

ATA Nº 20, DE 8 DE JUNHO DE 2016
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos
Às 10 horas e 42 minutos, o Presidente Aroldo Cedraz declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira e do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausente, com causa justificada, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
Comunicou, então, que a sessão extraordinária fora convocada para apreciação de Incidente de Uniformização de Jurisprudência a respeito da prescrição da pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União e concedeu a palavra ao relator, Ministro Benjamin Zymler, para relatar o TC-030.926/2015-7.
Concluída a leitura do relatório, do voto e da minuta de acórdão pelo relator e apresentadas as declarações de votos pelos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, foram colhidos os votos e o Plenário proferiu, por maioria, o Acórdão nº 1441/2016, abaixo transcrito. Sagrou-se vencedora a proposta apresentada pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues (v. textos em anexo a esta Ata);
ACÓRDÃO Nº 1441/2016 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 030.926/2015-7
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII (Incidente de uniformização de jurisprudência)
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Órgão/Entidade: não há
5. Relator/Revisor:
5.1. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.2. Redator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: não há
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado quando do julgamento de recurso de reconsideração interposto por Marilene Rodrigues Chang, Paulo César de Lorenzo e Rildo Leite Ribeiro contra o Acórdão 3.298/2011-Plenário (TC 007.822/2005-4);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Redator, em:
9.1. deixar assente que:
9.1.1. a pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União subordina-se ao prazo geral de prescrição indicado no art. 205 do Código Civil;
9.1.2. a prescrição a que se refere o subitem anterior é contada a partir da data de ocorrência da irregularidade sancionada, nos termos do art. 189 do Código Civil;
9.1.3. o ato que ordenar a citação, a audiência ou oitiva da parte interrompe a prescrição de que trata o subitem 9.1.1, nos termos do art. 202, inciso I, do Código Civil;
9.1.4. a prescrição interrompida recomeça a correr da data em que for ordenada a citação, a audiência ou oitiva da parte, nos termos do art. 202, parágrafo único, parte inicial, do Código Civil;
9.1.5. haverá a suspensão da prescrição toda vez que o responsável apresentar elementos adicionais de defesa, ou mesmo quando forem necessárias diligências causadas por conta de algum fato novo trazido pelos jurisdicionados, não suficientemente documentado nas manifestações processuais, sendo que a paralisação da contagem do prazo ocorrerá no período compreendido entre a juntada dos elementos adicionais de defesa ou da peça contendo o fato novo e a análise dos referidos elementos ou da resposta da diligência, nos termos do art. 160, §2º, do Regimento Interno;
9.1.6. a ocorrência desta espécie de prescrição será aferida, independentemente de alegação da parte, em cada processo no qual haja intenção de aplicação das sanções previstas na Lei 8.443/1992;
9.1.7. o entendimento consubstanciado nos subitens anteriores será aplicado, de imediato, aos processos novos (autuados a partir desta data) bem como àqueles pendentes de decisão de mérito ou de apreciação de recurso por este Tribunal;
9.2. determinar à Secretaria-Geral Adjunta de Tecnologia da Informação que adote as providências necessárias para que seja desenvolvida, no sistema e-TCU, funcionalidade para o controle da interrupção e suspensões de prazo prescricional de que trata este acórdão;
9.3. encaminhar cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, à Comissão de Jurisprudência, nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno;
9.4. remeter os autos do TC 007.822/2005-4 ao Gabinete do Ministro Benjamin Zymler, nos termos do art. 91, § 2º, do Regimento Interno.
10. Ata n° 20/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 8/6/2016 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1441-20/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Redator), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros com voto vencido: Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.
ENCERRAMENTO
Às 13 horas e 27 minutos, o Presidente Aroldo Cedraz encerrou a sessão extraordinária, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenário, em substituição

Aprovada em 21 de junho de 2016.
RAIMUNDO CARREIRO
Vice-Presidente
No Exercício da Presidência

RETIFICAÇÃO

Na Ata nº 18/2016 - Sessão Extraordinária Reservada do Plenário, publicada no D.O.U nº 117, de 21/06/2016, Seção I, página 50, 1ª coluna.
ONDE SE LÊ:
ENCERRAMENTO
Às 17 horas e 4 minutos, o Presidente Aroldo Cedraz convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia de 22 de junho e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenária Substituta
Aprovada em 20 de junho de 2016.
WAROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

LEIA-SE:
ENCERRAMENTO
Às 17 horas e 4 minutos, o Presidente Aroldo Cedraz convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia de 22 de junho e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenária, em Substituição
Aprovada em 20 de junho de 2016.
RAIMUNDO CARREIRO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

RESOLUÇÃO Nº 280, DE 15 DE JUNHO DE 2016

Disciplina a execução do plano de fiscalização de obras pelo Tribunal de Contas da União, para atendimento ao que dispõem as sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e nos arts. 2º e 67, inciso II, alínea "b" do Regimento Interno, aprovado pela Resolução - TCU 246, de 30 de novembro de 2011, e:
Considerando as sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, ao dispor sobre as obras e os serviços com indícios de irregularidades graves;
Considerando o subitem 9.4.2 do Acórdão 1.184/2015-TCU-Plenário, que determina a expedição de normativo que discipline a execução do plano de fiscalização de obras pelo Tribunal com o objetivo de padronizar e uniformizar o rito processual do Fiscobras ao longo dos anos;
Considerando o disposto na Resolução-TCU 175, de 25 de maio de 2005, que dispõe sobre normas atinentes à distribuição de processos a ministros e auditores no âmbito do Tribunal de Contas da União;
Considerando o disposto na Resolução-TCU 164, de 8 de outubro de 2003, que dispõe sobre a formalização das deliberações, atos e documentos expedidos pelo Tribunal de Contas da União;
Considerando os estudos e pareceres constantes do TC 002.205/2014-9, resolve:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º A execução do plano de fiscalização de obras pelo Tribunal de Contas da União, notadamente no que se refere ao atendimento do que dispõem as sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, observará o disposto nesta Resolução.
Art. 2º Para fins do disposto nesta Resolução, entende-se por:
I - Fiscobras o plano de fiscalização de obras do Tribunal de Contas da União, de periodicidade anual, o qual contempla fiscalizações selecionadas em conformidade com as determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II - ciclo Fiscobras o período compreendido entre 1º de setembro e 30 de agosto do ano subsequente, no qual são executadas as respectivas fiscalizações;
III - relator do Fiscobras aquele definido por meio de sorteio, nos termos do art. 30, responsável por relatar o processo consolidado referente ao respectivo ciclo Fiscobras;
IV - indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação (IGP) o ato ou fato materialmente relevante em relação ao valor total contratado que apresente potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário ou a terceiros e que:
a) possa ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato; ou
b) configure grave desvio dos princípios constitucionais a que está submetida a Administração Pública Federal;
V - indício de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores (IGR) aquele que, embora atenda à conceituação de IGP contida no inciso IV, permite a continuidade da obra, desde que haja autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos ou a apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao erário, até a decisão de mérito sobre o indício relatado;
VI - indício de irregularidade grave que não prejudique a continuidade (IGC) aquele que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação de IGP ou IGR contida nos incisos IV e V;
VII - falhas/impropriedades (F/I) aquelas falhas de natureza formal ou outras impropriedades que não configurem indício de débito ou que não ensejem a aplicação de multa aos responsáveis, mas tão somente determinação de medidas corretivas ou expedição de ciência;
VIII - proposta de indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação (pIGP) aquela que se enquadra no conceito de IGP previsto no inciso IV, mas cuja classificação encontra-se pendente de confirmação pelo Tribunal de Contas da União, por meio de decisão monocrática ou colegiada, nos termos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;
IX - data de conclusão do relatório de auditoria a data definida na respectiva portaria de fiscalização;
X - data de conclusão da auditoria pela unidade técnica a data do despacho do titular da respectiva unidade técnica no sistema Fiscalis, a partir da qual se inicia a contagem do prazo de 40 (quarenta) dias previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para que o Tribunal de Contas da União confirme ou não a classificação de irregularidade pIGP; e
XI - unidade coordenadora a unidade responsável pela seleção, acompanhamento e consolidação dos trabalhos do Fiscobras;
XII - saneamento do indício de irregularidade a correção do indício mediante a adoção das medidas corretivas especificadas pelo Tribunal ou de qualquer providência equivalente que seja apta a eliminar as ocorrências verificadas no relatório de auditoria; e
XIII - elisão do indício de irregularidade a descaracterização das constatações a partir do acolhimento pelo Tribunal das razões e dos esclarecimentos aduzidos em sede de manifestação preliminar ou oitiva e independentemente da adoção das medidas corretivas especificadas.
CAPÍTULO II
DO RITO PROCESSUAL
Seção I
Da Formulação do Plano de Fiscalização
Art. 3º O plano de fiscalização de obras do Tribunal de Contas da União será proposto pela Presidência, de acordo com o plano estratégico e as diretrizes do Tribunal, e será aprovado pelo Plenário em sessão de caráter reservado no mês de setembro de cada ano.
Parágrafo único. A revisão do plano aprovado será submetida ao Plenário pela Presidência no mês de março de cada ano, em consonância com o plano de controle externo de que trata o artigo 188-A do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União.
Art. 4º A unidade coordenadora encaminhará proposta de planejamento à Presidência, a qual conterá, no mínimo:
I - escopo do respectivo plano de fiscalização;
II - seleção das fiscalizações; e
III - cronograma de atividades.
Art. 5º Também integrarão o Fiscobras as ações de controle em editais de obras públicas realizadas em todo o período do ciclo, considerados os critérios de risco, materialidade e relevância.
§ 1º A unidade coordenadora realizará monitoramento permanente de editais de obras, com base em acompanhamento via ComprasNet, Siasg, Siafi, avisos publicados no Diário Oficial da União e outros sistemas disponíveis para consulta.
§ 2º As ações de controle em editais de obras públicas serão autorizadas diretamente pela Secretaria-Geral de Controle Externo, a partir de proposta da unidade coordenadora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º O plano de fiscalização poderá ser aditado a qualquer tempo, observado, no que couber, o rito previsto nos arts. 3º e 4º.

Parágrafo único. Enquadram-se no conceito de aditamento do plano de fiscalização, previsto no *caput*, a proposta de seleção complementar decorrente da publicação da Lei Orçamentária Anual e a inclusão de quaisquer outras fiscalizações de obras públicas ainda não previstas, ressalvada a hipótese do art. 5º.

Art. 7º As deliberações a que se referem os arts. 3º e 6º terão caráter sigiloso.

§ 1º A aprovação do acórdão que consolidar o plano de fiscalização ensejará o levantamento do sigilo dos acórdãos que o aprovaram ou modificaram, independentemente de previsão expressa.

§ 2º O levantamento do sigilo dos relatórios e dos votos que fundamentaram as deliberações que aprovaram ou modificaram o plano dependerá de manifestação expressa do Plenário.

Seção II

Da Relatoria das Fiscalizações

Art. 8º O Presidente sorteará entre os ministros e ministros-substitutos os processos de fiscalização de obras, ainda que não incluídos no plano de fiscalização destinado a atender as exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 9º A distribuição dos processos de que trata o artigo anterior será feita por sorteio, mediante sistema informatizado, assegurada a distribuição proporcional entre os relatores.

Parágrafo único. A presidência divulgará, trimestral, semestral e anualmente, o quantitativo de processos distribuídos a cada relator, no período em referência.

Art. 10. O processo de fiscalização será distribuído ao relator da primeira fiscalização do edital ou do contrato da obra, do serviço de engenharia ou da elaboração do projeto, desde que exista processo aberto sobre aquele objeto.

§ 1º Provocada por ministro, ministro-substituto, representante do Ministério Público ou pela unidade técnica responsável, a Presidência submeterá ao Plenário questão concernente à conexão entre fiscalizações, sempre que constatada interdependência relevante ou outra situação de fato que recomende uniformidade na relatoria.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se também aos processos de representação e denúncias que envolvam obras públicas.

Art. 11. Situações especiais quanto à relatoria de processos de fiscalização no âmbito do Fiscobras serão tratadas nos acórdãos de que tratam os arts. 3º e 6º.

Seção III

Das Fiscalizações com pIGP

Art. 12. O Tribunal de Contas da União observará o disposto nesta seção ao identificar indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação em fiscalizações de obras públicas, ainda que não integrantes do Fiscobras.

Art. 13. A conclusão da auditoria dar-se-á por meio de despacho do titular da unidade técnica no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de conclusão do relatório.

Art. 14. Após a conclusão da auditoria, a unidade técnica adotará as providências necessárias à coleta da manifestação preliminar do órgão ou entidade responsável pela realização de obra com pIGP, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

§ 1º A unidade técnica informará ao órgão ou entidade responsável que, na hipótese de a manifestação preliminar apresentada não elidir a irregularidade, o Tribunal de Contas da União, mediante decisão monocrática ou colegiada, poderá classificar o achado como IGP e encaminhar as informações pertinentes ao Congresso Nacional, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º Na mesma hipótese do parágrafo anterior, caso a irregularidade diga respeito a sobrepreço ou qualquer forma de superfaturamento, a unidade técnica informará ao órgão ou entidade responsável que poderá reclassificar o achado para IGR se houver autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos, ou apresentação de garantias suficientes à cobertura integral dos prejuízos potenciais ao erário, nos termos da legislação pertinente, até a decisão de mérito sobre o indício relatado, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º No caso de a unidade técnica não classificar um achado como pIGP e o relator ou o Plenário entender que a irregularidade se enquadra nesse conceito, o gabinete tramitará o processo à unidade técnica para colher a manifestação preliminar de que trata o *caput*, e determinará à unidade coordenadora a reclassificação do achado para pIGP.

§ 4º A unidade técnica devolverá ao remetente a documentação entregue fora do prazo previsto no *caput*, para evitar o descumprimento do prazo determinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, e comunicará ao gestor que ele poderá exercer o seu direito de defesa nas etapas processuais posteriores, em conformidade com a Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e com o Regimento Interno do TCU.

§ 5º A manifestação preliminar de que trata o *caput* dispensa o envio do relatório para comentários do gestor na fase interna da fiscalização.

Art. 15. A unidade técnica poderá propor ao relator, nos termos do art. 276 do Regimento Interno, medida cautelar de suspensão de ato administrativo ou da execução física, orçamentária e financeira de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos às obras públicas fiscalizadas, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito do processo de fiscalização.

§ 1º Caso as ocorrências que motivaram a proposta de expedição de medida cautelar tenham sido objeto de proposta de IGP, a unidade técnica, com base no princípio da racionalidade administrativa e da concentração dos atos processuais, deverá solicitar a manifestação do órgão ou entidade responsável acerca da presença dos pressupostos da adoção de medida cautelar na mesma oportunidade e no mesmo expediente que colher a manifestação preliminar especificada no art. 14.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, a unidade técnica deverá promover a oitiva do terceiro interessado na prática do ato ou contrato impugnado, presentes os pressupostos que configurem a existência de interesse jurídico a ser protegido, para que se manifeste sobre a existência dos pressupostos da adoção de medida cautelar, na mesma oportunidade em que colher a manifestação do órgão ou entidade responsável de que trata o parágrafo anterior.

Art. 16. A unidade técnica indicará, nas propostas de cautelares em processos de fiscalização de obras públicas oriundos de denúncias e representações, se os indícios de irregularidades detectados também preenchem os requisitos de IGP, e, adicionalmente, nos casos em que essa correspondência ocorrer, adotará as providências necessárias para colher a manifestação preliminar do órgão ou entidade fiscalizada, nos termos previstos no art. 14.

Art. 17. A unidade técnica tramitará o processo, com a respectiva análise da manifestação preliminar, ao gabinete do relator no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data limite de que trata o *caput* do art. 14.

§ 1º A unidade técnica opinará quanto à confirmação ou não da classificação da irregularidade como IGP e, no caso da hipótese prevista no art. 15, também quanto à concessão de medida cautelar.

§ 2º O titular da unidade técnica consignará, em despacho, justificativa no caso de impossibilidade de cumprimento do prazo estipulado no *caput*.

Art. 18. O Tribunal de Contas da União decidirá quanto à confirmação da classificação de IGP ou IGR por meio de decisão monocrática ou colegiada, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento do processo pelo gabinete na forma do art. 17.

§ 1º O pronunciamento com a decisão monocrática de que trata o *caput* será submetido ao Plenário na primeira sessão subsequente.

§ 2º A classificação de um indício como IGR exige manifestação expressa, por parte da unidade técnica e, em seguida, do relator ou do Tribunal, quanto ao cumprimento dos requisitos especificados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, especialmente no caso de apresentação de garantias, que deverão atender, ainda, os critérios estabelecidos pelo Tribunal em normativo específico.

§ 3º O Tribunal de Contas da União, por meio do gabinete do ministro relator, consignará justificativa a ser encaminhada ao Congresso Nacional quando da impossibilidade de cumprimento do prazo de 40 (quarenta) dias, contados da conclusão de auditoria, para a confirmação da classificação de IGP ou IGR da irregularidade constatada.

Seção IV

Da Comunicação ao Congresso Nacional

Art. 19. Durante o ciclo Fiscobras, o Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional informações relativas a novos indícios de irregularidades classificados como IGP ou IGR em fiscalização de obra pública.

§ 1º São requisitos essenciais para a comunicação das constatações de fiscalização classificadas como IGP ou IGR ao Congresso Nacional:

I - a oportunidade de manifestação preliminar, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias corridos, aos órgãos e às entidades aos quais foram atribuídos os indícios de irregularidades;

II - a análise da manifestação preliminar a que se refere o inciso I acima, a qual poderá se ater às questões que envolvem irregularidades classificadas como IGP e IGR; e

III - a decisão monocrática ou colegiada do Tribunal de Contas da União com a confirmação da classificação de IGP ou IGR.

§ 2º A instrução referente à análise da manifestação e a respectiva decisão monocrática ou colegiada com a confirmação da classificação da IGP ou IGR serão anexadas ao relatório a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

§ 3º A comunicação de que trata o *caput* será encaminhada ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, por meio de aviso da Presidência do TCU, no prazo de 15 (quinze) dias da decisão monocrática ou colegiada que confirmar a classificação de IGP ou IGR, medida a ser acompanhada do envio de cópia do respectivo relatório de auditoria, inspeção ou instrução aos órgãos e entidades interessadas, para conhecimento.

§ 4º O Tribunal de Contas da União disponibilizará ao Congresso Nacional, por meio do sistema Fiscalis, relatório referente à fiscalização de que trata o *caput*, bem como acesso ao respectivo sistema eletrônico de fiscalização de obras e serviços.

Seção V

Das Etapas Processuais Subsequentes

Art. 20. Os processos relativos a obras ou serviços com IGP ou IGR serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 21. Após a decisão de que trata o art. 18, a unidade técnica avaliará a necessidade e, se for o caso, promoverá novas diligências com vistas ao saneamento do processo, obedecidos os termos de eventual delegação de competência do relator, antes da promoção do contraditório de mérito do órgão ou entidade responsável e do terceiro interessado.

Parágrafo único. A unidade técnica poderá examinar a necessidade de adoção das medidas previstas no *caput* na mesma oportunidade em que analisar a manifestação preliminar do órgão responsável, submetendo desde logo ao Relator proposta de efetivação de novas diligências, juntamente com a manifestação sobre a classificação do achado como IGP ou IGR, em respeito aos princípios da concentração dos atos processuais e da razoável duração do processo.

Art. 22. Caso os autos encontrem-se saneados, a unidade técnica, diante da ocorrência de irregularidades graves que ensejem o controle corretivo de atos e contratos, proporá ao relator a oitiva da entidade fiscalizada e do terceiro interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre fatos que possam resultar em decisão do Tribunal no sentido de desconstituir ato ou processo administrativo ou alterar contrato em seu desfavor, nos termos do art. 250, inciso V, do Regimento Interno.

§ 1º A unidade técnica poderá examinar a necessidade de adoção da medida prevista no *caput* na mesma oportunidade em que examinar a manifestação preliminar do órgão responsável, submetendo, desde logo, ao relator proposta de efetivação de oitiva de mérito, juntamente com a manifestação sobre a classificação do achado como IGP ou IGR, em respeito aos princípios da concentração dos atos processuais e da razoável duração do processo.

§ 2º Caso o objeto da oitiva de que trata o *caput* demande urgente decisão de mérito, a unidade técnica responsável pela fiscalização dará a ele prioridade na instrução processual, deixando para propor as medidas constantes dos incisos II, III e IV do art. 250 Regimento Interno em momento posterior.

Art. 23. Recebidas as respostas da oitiva de que trata o artigo anterior, a unidade técnica promoverá a instrução da matéria, de forma a atender os prazos especificados nos arts. 24 e 25 desta norma.

§ 1º As instruções e os acórdãos relativos aos processos com IGP ou IGR devem indicar, de forma expressa:

I - se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas ou elididas;

II - se os indícios inicialmente apontados foram saneados mediante a adoção de providências corretivas por parte do órgão ou entidade responsável;

III - se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízos significativos ao erário.

§ 2º Caso os indícios inicialmente apontados não tenham sido elididos nem saneados, as instruções e os acórdãos relativos aos processos com IGP ou IGR devem indicar também:

I - se houve autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos ou a apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao erário em relação a cada achado e objeto da obra fiscalizada, se for o caso;

II - o potencial dano ao erário;

III - as medidas corretivas necessárias ao exato cumprimento da lei, as quais deverão ser adotadas pelo órgão ou entidade responsável, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição e do art. 45 da Lei 8.443/1992; e

IV - o prazo concedido aos responsáveis para a adoção das medidas corretivas, na forma do art. 71, inciso IX, da Constituição e do art. 45 da Lei 8.443/1992.

§ 3º Os parágrafos anteriores também se aplicam às instruções e aos acórdãos que tratem de recursos interpostos contra as deliberações especificadas no *caput*.

Art. 24. O acórdão a que se refere o art. 23 será prolatado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado a partir da data de encaminhamento do aviso de IGP ou IGR ao Congresso Nacional, dividido internamente no âmbito do Tribunal de Contas da União da seguinte forma:

I - 80 (oitenta) dias para a unidade técnica responsável pelo processo; e

II - 40 (quarenta) dias para o gabinete do relator do processo.

Art. 25. Após a eventual manifestação do órgão ou entidade responsável quanto à adoção das medidas corretivas, o Tribunal de Contas da União deverá se pronunciar sobre o efetivo cumprimento dos termos da decisão em até 90 (noventa) dias, contado a partir da data de entrega da documentação comprobatória, prazo esse dividido internamente no âmbito do Tribunal de Contas da União da seguinte forma:

I - 60 (sessenta) dias para a unidade técnica responsável pelo processo; e

II - 30 (trinta) dias para o gabinete do relator do processo.

Parágrafo único. Aplica-se o prazo previsto no *caput* ainda que, em sua manifestação, os gestores limitem-se a procurar esclarecer ou elidir as irregularidades apontadas.

Art. 26. Após o trânsito em julgado do acórdão de que trata o art. 23 e o transcurso do prazo especificado no inciso IV do § 2º do mesmo artigo, contado da efetiva notificação do órgão ou entidade responsável, a unidade técnica adotará, de imediato, as medidas processuais visando verificar se as medidas corretivas foram cumpridas pelo órgão ou entidade responsável.

§ 1º Caso as medidas corretivas não tenham sido implementadas pelo órgão ou entidade responsável, a unidade técnica instruirá a matéria e submeterá os autos ao ministro relator para que seja providenciada a comunicação do fato ao Congresso Nacional, nos termos estabelecidos no art. 45, § 2º, da Lei 8.443/1992;

§ 2º A unidade técnica acompanhará as medidas adotadas pelo Congresso Nacional e pelo órgão ou entidade responsável, nos termos estabelecidos do parágrafo anterior, e instruirá a matéria, submetendo ao Relator proposta de sustação do contrato, caso o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, não efetive as medidas previstas no parágrafo anterior;

§ 3° Na hipótese do parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito da sustação do contrato, nos termos do art. 45, § 3º, da Lei 8.443/1992 e do art. 71, § 2º, da Constituição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 27. O Tribunal de Contas da União aplicará o disposto no art. 25 em caso de procedimentos recursais, considerando o prazo do inciso I para a Secretaria de Recursos (Serur) e o prazo do inciso II para o gabinete do relator do recurso.

Parágrafo único. Em caso de recurso contra item de acórdão que confirmou a ocorrência de indício de irregularidade grave classificado como IGP, o Tribunal manterá os efeitos da classificação do indício, para os fins da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e da medida cautelar eventualmente adotada até o julgamento do expediente recursal, independentemente de o recurso ter sido recebido com efeito suspensivo.

Art. 28. O Tribunal de Contas da União, por meio do gabinete do ministro relator, consignará justificativa a ser encaminhada ao Congresso Nacional quando da impossibilidade de cumprimento dos prazos estipulados nos arts. 24 e 25.

Art. 29. O enquadramento na classificação de IGP ou IGR poderá ser revisto a qualquer tempo mediante ulterior decisão monocrática ou colegiada do Tribunal de Contas da União, em face de novos elementos de fato ou de direito apresentados pelos interessados, nos termos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, até a decisão de mérito do Tribunal acerca dos indícios de irregularidades apurados.

§ 1º A decisão monocrática de que trata o *caput* será submetida ao Plenário na primeira sessão subsequente.

§ 2º A reclassificação de irregularidade classificada como IGP ou IGR pelo Tribunal de Contas da União será comunicada ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, por meio de aviso, no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva decisão.

Seção VI

Da Consolidação do Fiscobras

Art. 30. Até o fim do ciclo Fiscobras, o Presidente sorteará, entre os ministros, o relator do processo de consolidação do plano.

§ 1º No caso de impedimento do ministro sorteado, ou se ocorrer a impossibilidade dessa relatoria, reconhecida pelo Plenário, será realizado novo sorteio.

§ 2º Os nomes dos relatores sorteados serão excluídos dos sorteios seguintes até que todos os demais ministros tenham relatado processo dessa natureza, exceto na hipótese de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º Em observância ao princípio da alternatividade, o ministro por último sorteado não será incluído no sorteio seguinte.

Art. 31. O relatório consolidado do Fiscobras para fins de cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente deverá ser apreciado pelo Tribunal de Contas da União e encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional em até 70 (setenta) dias após o encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária Anual pelo Poder Executivo, e contemplará:

I - as fiscalizações selecionadas na forma estabelecida na seção I desta Resolução;

II - denúncias e representações que resultarem em indícios de irregularidades classificados como IGP ou IGR;

III - atualização das informações referentes às irregularidades classificadas como IGP ou IGR no Fiscobras anterior;

IV - demais fiscalizações que resultarem em indícios de irregularidades classificados como IGP ou IGR, ainda que referentes ao ciclo Fiscobras subsequente;

V - informações acerca das medidas cautelares vigentes concedidas pelo Tribunal de Contas da União, com suspensão de ato ou procedimento impugnado em obras públicas, considerados os critérios de materialidade e relevância; e

VI - outros trabalhos relacionados ao setor de infraestrutura que já tenham sido realizados e, a critério do relator, devam ser comunicados ao Congresso Nacional.

§ 1º A atualização das informações de que trata o inciso III poderá ser realizada por meio de diligência, inspeção ou outro instrumento de fiscalização, a critério da unidade técnica responsável pelo processo que trata da irregularidade, e deverá ser confirmada pelo Tribunal de Contas da União por meio de decisão monocrática ou colegiada.

§ 2º O nível de detalhamento das informações a que se refere o inciso V deverá ser o mesmo das fiscalizações de obras selecionadas na forma estabelecida na seção I desta Resolução.

§ 3º A unidade técnica responsável pelo processo providenciará o levantamento das informações a que se refere o parágrafo anterior até 30 (trinta) dias antes da entrega do relatório consolidado do Fiscobras à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Art. 32. Após a entrega do relatório consolidado do Fiscobras, a unidade coordenadora disponibilizará ao público, por meio do portal do Tribunal de Contas da União na internet, quadro de informações relativas às obras com IGP ou IGR, contendo a descrição sintética das medidas corretivas a serem adotadas pelo órgão ou entidade responsável para que o Tribunal de Contas da União possa reavaliar a recomendação de paralisação ou a retenção parcial de valores.

Parágrafo único. A unidade coordenadora manterá atualizado o quadro de informações relativas às obras com IGP ou IGR de que trata o *caput*.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33. As unidades técnicas registrarão, no sistema Fiscalis Execução - Módulo Obras, todas as fiscalizações integrantes do Fiscobras.

Art. 34. É facultada a autuação de novo processo para cada auditoria a se realizar no âmbito do Fiscobras, na hipótese de existir processo aberto tratando do mesmo objeto, cabendo ao Secretário da respectiva unidade avaliar a conveniência e a oportunidade de tal decisão, observando-se os princípios da racionalização administrativa e da economia processual.

Art. 35. A unidade coordenadora enviará mensagens eletrônicas às unidades técnicas, servidores e gabinetes de relatores com responsabilidade por agir nos processos em que conste IGP ou IGR, notificando-os regularmente dos prazos legais.

Art. 36. A unidade coordenadora encaminhará à unidade competente pela elaboração dos Relatórios de Atividades do TCU e aos gabinetes dos relatores, até o quinto dia útil após o encerramento de cada trimestre, relatório simplificado sobre as obras com indícios de IGP ou IGR já confirmados por meio de decisão monocrática ou colegiada, com a indicação:

I - da unidade da federação;

II - da descrição sintética da obra;

III - do processo e do respectivo relator; e

IV - da situação da obra, com a descrição resumida das irregularidades que motivam a recomendação de paralisação e medidas corretivas a serem adotadas pelo órgão ou entidade responsável para que o Tribunal de Contas da União possa reavaliar a recomendação de paralisação ou a retenção parcial de valores.

Art. 37. O Tribunal de Contas da União encaminhará, até quinze de maio de cada ano, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, relatório contendo as medidas saneadoras adotadas e as pendências relativas a obras e serviços com IGP ou IGR.

Art. 38. O Tribunal de Contas da União encaminhará, à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e aos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, até 1º de agosto de cada ano, a relação das obras e dos serviços com IGP ou IGR, com o correspondente banco de dados, especificando as classificações institucional, funcional e programática vigentes, com os respectivos números dos contratos e convênios, na forma do Anexo referente ao quadro bloqueio da Lei Orçamentária Anual, acrescida do custo global estimado de cada obra ou serviço listado e do respectivo estágio da execução física, com a data a que se referem essas informações.

Art. 39. Fiscalizações autorizadas por meio de acórdãos serão, antes do seu encerramento, submetidas à apreciação, de forma unitária, pelo Plenário.

Art. 40. A unidade coordenadora encaminhará ao presidente do Tribunal de Contas da União, para ciência, no prazo de até 60 (sessenta) dias após publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias que altere o rito processual previsto nesta Resolução, minuta de retificação do presente normativo.

Parágrafo único. O presidente do Tribunal de Contas da União encaminhará os respectivos autos à Secretaria das Sessões para sorteio do relator da matéria, a qual será apreciada pelo Plenário em regime de urgência.

Art. 41. Ficam revogadas as regulamentações expedidas por meio dos Acórdãos 448/2013, 3.143/2013 e 1.184/2015, todos do Plenário.

Art. 42. O art. 18-A da Resolução-TCU nº 175, de 25 de maio de 2005, passa a contar com a seguinte redação "Art. 18-A - Os processos constituídos em razão de fiscalização de obras públicas, ainda que não incluídos no plano de fiscalização destinado a atender as exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias, serão sorteados entre os ministros e os ministros-substitutos.".

Art. 43. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, ressalvados os arts. 8º e 42, cuja vigência se iniciará em janeiro de 2017.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 15 de junho de 2016.

AROLDO CEDRAZ
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACÓRDÃOS(*)

PROCESSO:0512117-46.2014.4.05.8100
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE:JOSÉ HUMBERTO DUARTE
PROC./ADV.:ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE
OAB:CE -15142
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (RI/TNU, ART. 17, VII). ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (R$ 59,87). LEI Nº 10.698/2003. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA TNU. NATUREZA JURÍDICA DE REAJUSTE GERAL AFASTADA. INEXISTENTE O DIREITO DE REAJUSTE DE VENCIMENTOS NO PERCENTUAL DE 13,23%. DECISÃO DA 2ª TURMA DO STF NA RECLAMAÇÃO Nº 14.872 NO MESMO SENTIDO. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

Trata-se de ação ajuizada por servidor público federal aposentado, visando a condenação da União a reajustar os proventos da parte autora e implantar em folha de pagamento o percentual de reajuste de 13,23%, com a compensação dos percentuais de reajuste concedidos pelas Leis nºs 10.697/2003 e 10.698/2003, com o pagamentos das diferenças respectivas, observada a prescrição quinquenal.

A sentença julgou improcedente o pedido.

Recorreu a parte autora.

A 2ª Turma Recursal do Ceará negou provimento ao recurso.

Houve embargos de declaração que foram rejeitados.

A parte autora interpôs o presente incidente de uniformização, sustentando que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, apontando como paradigma o julgado no REsp nº 1.536.597/DF.

A União apresentou contrarrazões sustentando, preliminarmente, que não foi demonstrada a divergência, e no mérito, manifesta-se pela manutenção do acórdão recorrido.

Inadmitido na origem, após a interposição de agravo, o incidente foi admitido pelo Presidente desta Turma Nacional, que afetou o processo como representativo da controvérsia, nos termos do art. 17, I e II, do Regimento Interno deste Colegiado (RITNU), sobrestando o andamento dos demais processos versando sobre a mesma questão de direito.

Publicado o edital previsto no art. 17, III, do RITNU, a União juntou memoriais.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do excelentíssimo Sub-Procurador Geral da República Antônio Carlos Pessoa Lins, manifestou-se pelo provimento do incidente.

É o relatório.

Dispõe o art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001, que caberá pedido de uniformização nacional de interpretação de lei federal quando a decisão da turma recursal estiver em contrariedade com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Esta Turma Nacional entende por jurisprudência dominante no âmbito daquela Corte Superior o precedente da respectiva Seção do Tribunal, ou o conjunto de precedentes de ambas as Turmas que compõem a Seção competente para dirimir a matéria objeto da controvérsia. Ainda, excepcionalmente, admite-se que um "precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte." (Questão de Ordem nº 5, da TNU).

No caso examinado, o requerente aponta como paradigma, unicamente, o julgado da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.536.597/DF (DJE 04/08/2015), cuja ementa dispõe:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (ART. 37, PARTE FINAL DO INCISO X, DA CF). A VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (VPI) E O REAJUSTE LINEAR DE 1% DECORRERAM DA REVISÃO GERAL ANUAL, CINDIDA EM DUAS NORMAS (LEI 10.698/2003 E 10.697/2003). RECOMPOSIÇÃO CONCEDIDA INTEGRALMENTE APENAS PARA SERVIDORES COM MENOR REMUNERAÇÃO. DESVIRTUAMENTO DO INSTITUTO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA DA LEI 10.698/2003 PARA DISFARÇAR A NATUREZA JURÍDICA DE REAJUSTE GERAL ANUAL, DIANTE DO ORÇAMENTO PÚBLICO REDUZIDO. CORREÇÕES DAS DISTORÇÕES EQUIVOCADAS DA LEI, APRIMORANDO O ALCANCE DA NORMA JURÍDICA, UTILIZANDO-SE DA EQUIDADE JUDICIAL, PARA SUA REAL FINALIDADE, A FIM DE ESTENDER A REVISÃO GERAL ANUAL COM ÍNDICE PROPORCIONAL E ISONÔMICO AOS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA VINCULANTE 37 DO STF. RECURSO ESPECIAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO.

1. O Supremo Tribunal Federal entende que a controvérsia do reajuste de remuneração com base nas Leis 10.697/2003 e 10.698/2003 é de cunho subconstitucional.

2. A previsão constitucional no art. 37, parte final do inciso X, da CF, redação dada pela EC 19/98, de iniciativa do Presidente da República, assegura o direito subjetivo ao Servidor Público Federal à Revisão Anual Geral da remuneração ou subsídio, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

3. A Vantagem Pecuniária Individual (VPI) instituída pela Lei 10.689/2003, e o reajustamento linear de 1%, prevista na Lei 10.697/2003 decorreu da aplicação de Revisão Geral Anual, cindida em duas normas. O Poder Executivo, ao assumir a iniciativa de ambos os projetos de lei que deram origem as Leis 10.697/2003 e 10.698/2003, teve a pretensão de recompor integralmente a remuneração dos servidores que percebiam menor remuneração, em face da inflação verificada no ano anterior às edições das normas, como verificado na Exposição de Motivos Interministerial 145/2003 (Mensagem 207/2003).

4. Com o acréscimo linear de 1%, previsto na Lei 10.697/2003, e a VPI de R$ 59,87, instituída pela Lei 10.698/2003, o aumento para categoria com menor remuneração foi de aproximadamente 15,3% (R$ 416,50 para R$ 480,53), percentual próximo ao da inflação no ano de 2002 de 14,74% com base no INPC aferida pelo IBGE. Assim, a recomposição concedida atingiu apenas aqueles Servidores Públicos que recebiam menor remuneração, porém para aqueles de maior remuneração não foram abrangidos pela real finalidade das normas editadas, qual seja, a Revisão Geral Anual.

5. Tal desvirtuamento se deu em razão da Lei 10.698/2003, que fixou a denominada Vantagem Pecuniária Individual como estratégia de Revisão Anual Geral pelo governo. Alterou-se um instituto jurídico que não é próprio da Revisão Geral Anual para alcançar o seu objetivo de recomposição salarial, porém o fez de forma desproporcional e não isonômica à grande maioria dos Servidores Públicos. Devido à falta do orçamento para conceder o reajustamento geral a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

todos os Servidores, realizou-se uma engenharia orçamentária com a dicotomização das duas normas, a fim de disfarçar a natureza jurídica de Revisão Geral Anual da Lei 10.698/2003.
6. Por certo que a opção de estratégia da concessão da Revisão Geral Anual se deu da seguinte forma: em primeiro plano foi concedido percentual idêntico (1%) para todos os Servidores Públicos Federais, com a utilização de uma parte do numerário incluído no orçamento para essa finalidade e, depois, com o restante da dotação orçamentária para esse mesmo fim, contemplou-os, todavia, não mais com percentual idênticos, e sim com deferimento em valores absolutos idênticos decorrentes da VPI.
7. Dado essencial foi que o governo à época solicitou a alteração da LOA, por meio da Mensagem da Presidência da República 205/2003, a fim de retirar do orçamento parte do numerário destinado à Revisão Geral Anual, e concomitante parte do numerário destinado à Revisão Geral Anual, e concomitante abriu Crédito Especial para custear a VPI, com o numerário retirado da rubrica do aumento impróprio.
8. Embora o texto da Lei 10.698/2003 identifique a concessão de vantagem, em valor fixo (R$ 59,87), a todos os Servidores Públicos Federais, não há dúvida de que, se considerado o sentido técnico da expressão vantagem pecuniária e os patamares diferenciados das remunerações de todas as classes de Servidores beneficiados, a norma jurídica aqui tratada é a instituição de verdadeira Revisão Geral Anual, porém em percentuais/índices diversos em relação a cada um que percebe remuneração distinta, devendo ser corrigida para o percentual adequado, qual seja, aproximadamente 13,23% para as demais categorias de servidores, em respeito ao princípio da isonomia e proporcionalidade.
9. Convém lembrar que não é o caso da incidência do enunciado da SV 37 do STF (antiga Súmula 339), segundo a qual não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
10. Vê-se, pois, que a Revisão Geral Anual concedida pela Lei 10.698/2003 se deu de forma dissimulada, com percentuais distintos para os Servidores Públicos Federais com desvirtuamento do instituto da Vantagem Pecuniária, logo inexiste a intenção de se conceder reajuste, por via transversa, a igualar a diversas categorias da Administração Pública Federal.
11. O que se está fazendo é corrigindo as distorções equivocadas da lei, apontada como violada, ampliando o alcance da norma jurídica, utilizando-se da equidade judicial, com o intuito de preservar a isonomia veiculada na Lei Maior, consubstanciada indiretamente na própria norma prescrita no art. 37, inciso X, da CF, pois a Revisão Anual Geral é direito subjetivo de todos os Servidores Públicos Federais dos Três Poderes sem distinção de índice e na mesma data.
12. Recurso Especial do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL ao qual se dá provimento, para julgar procedente o pedido de incidência do reajuste de 13,23% incidente sobre a remuneração, determinado a revisão nos vencimentos dos Servidores substituídos, respeitado o prazo prescricional quinquenal, compensando-se o percentual já concedido pelas referidas normas, acrescido de juros e correção monetária.
Ocorre que a uniformização da lei da federal, na matéria objeto do presente incidente, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, é afeta à Primeira Seção da Corte, que por sua vez é composta pelas 1ª e 2ª Turmas. Por conseguinte, não houve da parte do recorrente a demonstração de que o acórdão recorrido estaria em contrariedade com a jurisprudência dominante do STJ, pois para tanto seria necessário que o paradigma apresentado fosse da lavra da Primeira Seção, ou ao menos que fossem apresentados julgados das 1ª e 2ª Turmas do Tribunal. Do mesmo modo, não se pode aplicar a Questão de Ordem nº 5, deste Colegiado, pois não há no paradigma referido a menção de que o entendimento ali assentado configura a jurisprudência dominante daquela Corte Superior.
De outro lado, esta Turma Nacional, na sessão de 06/08/2014, por ocasião do julgamento do PEDILEF 05056066620134058100, da relatoria do Juiz Federal Boaventura João Andrade firmou a compreensão de que a vantagem concedida pela Lei nº 10.698/2003 não configura reajuste geral que justifique o reajuste de 13,23% pretendido por servidor público federal, restando assim ementado o julgado mencionado:
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. LEI Nº 10.698/2003. VPI. REAJUSTE DE 13,23%. NATUREZA GERAL NÃO RECONHECIDA. IMPROVIMENTO.
Após, seguiram-se inúmeros precedentes desta Turma Nacional no mesmo sentido, conforme se pode verificar, v.g., nos PEDILEF 05218279720134058400 (Relator JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, DOU 03/07/2015), 05056022920134058100 (Relator JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, DOU 03/07/2015), 05171964020134058100 (Relator JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI, DOU 17/07/2015), 05036643520144058400 (Relatora JUÍZA FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO, DOU 09/10/2015), 05032893420144058400 (Relator JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, DOU 09/10/2015).
Portanto, consolidou-se nesta Turma Nacional o entendimento de que a VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (R$ 59,87), instituída pela Lei nº 10.698/2003, não tem a natureza jurídica de reajuste geral, de modo que não dá ensejo ao reajuste indiscriminado dos vencimentos dos servidores públicos federais no percentual de 13,23%. Este entendimento, por sua vez, está assentado na jurisprudência até então dominante do STJ, conforme os seguintes precedentes das 1ª e 2ª Turmas da Corte Superior: AgRg no REsp 1256760/RS (Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013), AgRg no AREsp 462.844/DF (Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014).
É ainda pertinente observar que este Colegiado, em outros inúmeros precedentes, a partir da Sessão de 18/02/2016, já apreciou a questão trazida a julgamento em face da alteração de entendimento manifestado pela 1ª Turma do STJ no REsp nº 1.536.597/DF, entendendo que por se tratar de julgado de apenas uma das Turmas da Primeira Seção, não se poderia concluir que teria havido alteração da jurisprudência dominante da Corte, de modo que manteve-se o entendimento consolidado acima referido, até que a questão venha a ser uniformizada pelo STJ.
Nesse sentido, vejam-se os seguintes julgados (grifei):
ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO. EFEITOS DA CONCESSÃO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (VPI) NOS MOLDES DA LEI Nº 10.698/2003. REAJUSTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pela parte autora, insurgindo-se contra entendimento de Turma Recursal que não lhe reconhece o direito ao reajuste de remuneração de servidor público no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI) na forma da Lei nº 10.698/2003.
2. Resta demonstrado dissídio de interpretação de lei federal nos acórdãos de Turmas Recursais de diferentes regiões.
3. Inicialmente, saliento que o Eg. Supremo Tribunal Federal externou o entendimento de que a matéria em discussão possui feição infraconstitucional (AgR no ARE 772.568/DF, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe 2.12.2013, no mesmo sentido de outros julgados daquela Corte: AgR no ARE 764.558/DF, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe 11.11.2013; AgR no ARE 763.853/DF, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJe 14.10.2013; e AgR no ARE 763.952/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe 01.10.2013).
4. Destaco que esta Turma Nacional já teve a oportunidade de dirimir a controvérsia, alicerçada, à época, em jurisprudência dominante do Eg. Superior Tribunal de Justiça, conforme precedente a seguir transcrito: "ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. ÍNDICE CORRESPONDENTE À DIFERENÇA ENTRE O PERCENTUAL DE 13,23% E AQUELE EFETIVAMENTE RECEBIDO COM A CONCESSÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (VPI) NOS MOLDES DA LEI Nº 10.698/2003. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, o qual manteve pelos próprios fundamentos a sentença que julgou improcedente o pedido de reajuste de remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI) nos moldes da Lei nº 10.698/2003. 2. Inconformada, a parte autora interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Turma Recursal do Distrito Federal e do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. 3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU após agravo, e distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Portanto, o paradigma do TRF1 apresentado não se presta a essa função por falta de previsão legal. 5. No que ao paradigma da Turma Recursal do Distrito Federal, verifico comprovada a necessária divergência, razão pela qual conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Trata-se, a presente ação, de pedido de reajuste de remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI) nos moldes da Lei nº 10.698/2003. 7. Acerca da matéria, esta Turma Nacional de Uniformização, em recente sessão de julgamento realizada em 18/06/2015, encampando o posicionamento do C. STJ, consolidou entendimento no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: 'Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia'. A esse respeito, o seguinte PEDILEF: 'SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. (...) A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. (...) 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização. (PEDILEF nº 05218279720134058400. Relator: Juiz Federal Bruno Câmara Carrá. DOU: 03/07/2015)'. 8. Portanto, encontrando-se o acórdão recorrido no mesmo sentido da jurisprudência consolidada da TNU, é de rigor a aplicação da Questão de Ordem nº 13 deste Colegiado, "in verbis": "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido." 9. Incidente não conhecido." (TNU, PEDILEF 05073962420144058400, JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, DOU 09/10/2015).
5. Por oportuno, menciona-se a existência de recente decisão da 1ª. Turma do Eg. STJ, em sentido oposto aos precedentes anteriores, com base em aprofundado estudo sobre o tema em debate, in litteris: "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (ART. 37, PARTE FINAL DO INCISO X, DA CF). A VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (VPI) E O REAJUSTE LINEAR DE 1% DECORRERAM DA REVISÃO GERAL ANUAL, CINDIDA EM DUAS NORMAS (LEI 10.698/2003 E 10.697/2003). RECOMPOSIÇÃO CONCEDIDA INTEGRALMENTE APENAS PARA SERVIDORES COM MENOR REMUNERAÇÃO. DESVIRTUAMENTO DO INSTITUTO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA DA LEI 10.698/2003 PARA DISFARÇAR A NATUREZA JURÍDICA DE REAJUSTE GERAL ANUAL, DIANTE DO ORÇAMENTO PÚBLICO REDUZIDO. CORREÇÕES DAS DISTORÇÕES EQUIVOCADAS DA LEI, APRIMORANDO O ALCANCE DA NORMA JURÍDICA, UTILIZANDO-SE DA EQUIDADE JUDICIAL, PARA SUA REAL FINALIDADE, A FIM DE ESTENDER A REVISÃO GERAL ANUAL COM ÍNDICE PROPORCIONAL E ISONÔMICO AOS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA VINCULANTE 37 DO STF. RECURSO ESPECIAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO. 1. O Supremo Tribunal Federal entende que a controvérsia do reajuste de remuneração com base nas Leis 10.697/2003 e 10.698/2003 é de cunho subconstitucional. 2. A previsão constitucional no art. 37, parte final do inciso X, da CF, redação dada pela EC 19/98, de iniciativa do Presidente da República, assegura o direito subjetivo ao Servidor Público Federal à Revisão Anual Geral da remuneração ou subsídio, sempre na mesma data e sem distinção de índices. 3. A Vantagem Pecuniária Individual (VPI) instituída pela Lei 10.689/2003, e o reajustamento linear de 1%, prevista na Lei 10.697/2003 decorreu da aplicação de Revisão Geral Anual, cindida em duas normas. O Poder Executivo, ao assumir a iniciativa de ambos os projetos de lei que deram origem as Leis 10.697/2003 e 10.698/2003, teve a pretensão de recompor integralmente a remuneração dos servidores que percebiam menor remuneração, em face da inflação verificada no ano anterior às edições das normas, como verificado na Exposição de Motivos Interministerial 145/2003 (Mensagem 207/2003). 4. Com o acréscimo linear de 1%, previsto na Lei 10.697/2003, e a VPI de R$ 59,87, instituída pela Lei 10.698/2003, o aumento para categoria com menor remuneração foi de aproximadamente 15,3% (R$ 416,50 para R$ 480,53), percentual próximo ao da inflação no ano de 2002 de 14,74% com base no INPC aferida

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

pelo IBGE. Assim, a recomposição concedida atingiu apenas aqueles Servidores Públicos que recebiam menor remuneração, porém para aqueles de maior remuneração não foram abrangidos pela real finalidade das normas editadas, qual seja, a Revisão Geral Anual. 5. Tal desvirtuamento se deu em razão da Lei 10.698/2003, que fixou a denominada Vantagem Pecuniária Individual como estratégia de Revisão Anual Geral pelo governo. Alterou-se um instituto jurídico que não é próprio da Revisão Geral Anual para alcançar o seu objetivo de recomposição salarial, porém o fez de forma desproporcional e não isonômica à grande maioria dos Servidores Públicos. Devido à falta do orçamento para conceder o reajustamento geral a todos os Servidores, realizou-se uma engenharia orçamentária com a dicotomização das duas normas, a fim de disfarçar a natureza jurídica de Revisão Geral Anual da Lei 10.698/2003. 6. Por certo que a opção de estratégia da concessão da Revisão Geral Anual se deu da seguinte forma: em primeiro plano foi concedido percentual idêntico (1%) para todos os Servidores Públicos Federais, com a utilização de uma parte do numerário incluído no orçamento para essa finalidade e, depois, com o restante da dotação orçamentária para esse mesmo fim, contemplou-os, todavia, não mais com percentual idênticos, e sim com deferimento em valores absolutos idênticos decorrentes da VPI. 7. Dado essencial foi que o governo à época solicitou a alteração da LOA, por meio da Mensagem da Presidência da República 205/2003, a fim de retirar do orçamento parte do numerário destinado à Revisão Geral Anual, e concomitante abriu Crédito Especial para custear a VPI, com o numerário retirado da rubrica do aumento impróprio. 8. Embora o texto da Lei 10.698/2003 identifique a concessão de vantagem, em valor fixo (R$ 59,87), a todos os Servidores Públicos Federais, não há dúvida de que, se considerado o sentido técnico da expressão vantagem pecuniária e os patamares diferenciados das remunerações de todas as classes de Servidores beneficiados, a norma jurídica aqui tratada é a instituição de verdadeira Revisão Geral Anual, porém em percentuais/índices diversos em relação a cada um que percebe remuneração distinta, devendo ser corrigida para o percentual adequado, qual seja, aproximadamente 13,23% para as demais categorias de servidores, em respeito ao princípio da isonomia e proporcionalidade. 9. Convém lembrar que não é o caso da incidência do enunciado da SV 37 do STF (antiga Súmula 339), segundo a qual não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 10. Vê-se, pois, que a Revisão Geral Anual concedida pela Lei 10.698/2003 se deu de forma dissimulada, com percentuais distintos para os Servidores Públicos Federais com desvirtuamento do instituto da Vantagem Pecuniária, logo inexiste a intenção de se conceder reajuste, por via transversa, a igualar a diversas categorias da Administração Pública Federal. 11. O que se está fazendo é corrigindo as distorções equivocadas da lei, apontada como violada, ampliando o alcance da norma jurídica, utilizando-se da equidade judicial, com o intuito de preservar a isonomia veiculada na Lei Maior, consubstanciada indiretamente na própria norma prescrita no art. 37, inciso X, da CF, pois a Revisão Anual Geral é direito subjetivo de todos os Servidores Públicos Federais dos Três Poderes sem distinção de índice e na mesma data. 12. Recurso Especial do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL ao qual se dá provimento, para julgar procedente o pedido de incidência do reajuste de 13,23% incidente sobre a remuneração, determinado a revisão nos vencimentos dos Servidores substituídos, respeitado o prazo prescricional quinquenal, compensando-se o percentual já concedido pelas referidas normas, acrescido de juros e correção monetária." (STJ- 1ª.Turma, REsp 1536597/DF, Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 04/08/2015).

6. Por essa forma, desfaz-se a existência de jurisprudência dominante no STJ. Contudo, não obstante concordar com os relevantes fundamentos apresentados no precedente acima transcrito, entende-se por bem ressalvar posicionamento pessoal e aderir à jurisprudência anteriormente uniformizada desta Turma Nacional, ao menos até que o STJ apresente convergência de posicionamentos naquele sentido.

7. Destarte, nos termos da Questão de Ordem nº 13, o presente incidente de uniformização de jurisprudência não deve ser conhecido, porquanto a decisão impugnada se encontra no mesmo sentido da jurisprudência anteriormente uniformizada por este colegiado.

8. Pedido não conhecido.

(PEDILEF 05081233820134058102 (Relatora JUÍZA FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA, DOU 08/04/2016)

EMENTA: REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS NO PERCENTUAL DE 13,23%. LEIS N. 10.697/2003 E 10.698/2003. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE NÃO CONHECIDO - QUESTÃO DE ORDEM 13/TNU.

Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal do Ceará, que manteve a sentença, julgando improcedente o pedido de revisão dos vencimentos no percentual de 13,23. A Turma Recursal de origem negou provimento ao recurso do autor com base no argumento de que a lei 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral na medida em que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico tampouco servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Sustenta o recorrente, em síntese, que todos os servidores públicos passaram a receber remuneração com o acréscimo linear de 01 %, a partir de 01/01/2003, mais o valor de R$ 59,87, a contar de 01/5/2003, esse último a título de "vantagem pecuniária inominada", implicando um reajuste diferenciado às mais diversas carreiras do serviço público; em realidade, somente com relação às remunerações mais baixas do setor público é que o Governo Federal se desincumbiu de promover a revisão salarial com base na inflação do ano anterior, deixando, em consequência, de atender à exigência constitucional de que aquela revisão deveria observar idêntico índice para todo o setor público federal; sendo inadmissível a distinção de índices lhe é devida revisão de seu salário em 13,23 %, com lastro nos preceitos constitucionais contidos no art. 37, X e XV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Aponta como paradigmas julgados da Turma Recursal do Distrito Federal (processos de números 0000813-90.2013.4.01.3400 e 0053784-86.2012.4.01.3400). O incidente foi admitido na origem. A toda evidência, os paradigmas indicados prestam-se ao conhecimento do pedido de uniformização uma vez que deram solução diversa a casos análogos, tendo sido demonstrada a similitude fática e jurídica das questões, em face da decisão impugnada. Anoto, em primeiro lugar, que o STF (RE n.º 800.721 / PE) reconheceu que a controvérsia relativa à incorporação, a vencimento de servidor, do reajuste de 13,23 % sobre sua remuneração é de natureza infraconstitucional, já que decidida pelos tribunais com base nas Leis 10.697/03 e 10.698/03, não havendo, portanto, matéria constitucional a ser analisada. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, em julgados de suas Primeira e Segunda Turmas, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 %, conforme se verifica, dentre outros, dos seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.490.094/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2014; STJ, REsp 1.450.279/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/06/2014). É fato que a matéria não está pacificada no STJ (AGRG Agravo em Recurso Especial nº493388-DF -2014/0067660-3) posto que a primeira Turma do STJ, a partir de junho de 2015, parece ter mudado seu entendimento, inexistindo, por ora, julgamento da Segunda Turma efetivado em data posterior. Todavia, malgrado o posicionamento do relator, no sentido de acolher os pleitos dos servidores em casos que tais, fato é que a TNU, na sessão de fevereiro do corrente ano de 2.016 examinou diversos casos e deliberou prestigiar a tese até agora albergada pela jurisprudência do STJ e fixou seu entendimento pela rejeição da tese sustentada pelos servidores públicos federais como, exemplificativamente, colhe-se da decisão proferida nos autos do PU 0514671-51.2014.4.05.8100/CE, relatora juíza federal Flávia Millani. Tendo, portanto, a jurisprudência da TNU se firmado no mesmo sentido no acórdão recorrido, inadmissível se mostra o recurso (Questão de Ordem 13/TNU). Assim, não conheço o incidente de uniformização.

(PEDILEF 05031391020154058500 (Relator JUIZ FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO, DOU 08/04/2016).

É ainda oportuno acrescentar que a 2ª Turma do STJ, no julgamento do AgRg no REsp 1316914/PB (j. em 16/04/2015, DJE 24/04/2015) reafirmou o entendimento dominante da Corte no sentido da improcedência da pretensão ao reajuste em causa, cuja ementa segue transcrita:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 13,23%. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. LEIS 10.697/2003 E 10.698/2003. DESCABIMENTO. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES DA PRIMEIRA E SEGUNDA TURMAS DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Consoante a jurisprudência do STJ, a Vantagem Pecuniária Individual, criada pela Lei 10.698/2003, não possui natureza de revisão geral de vencimentos, não sendo devido, aos servidores públicos federais, o reajuste de 13,23%. Precedentes (STJ, AgRg no REsp 1.490.094/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2014; STJ, REsp 1.450.279/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/06/2014).

II. Agravo Regimental improvido.

Além disso, cumpre observar que a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, em recente decisão (j. 31/05/2016), confirmou a decisão monocrática proferida pelo Ministro Gilmar Mendes na Reclamação nº 14.872, que suspendeu a decisão prolatada pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, nos autos do Processo n. 2007.34.00.041467-0, que havia reconhecido o direito ao reajuste de vencimentos objeto do presente incidente, entendendo que a decisão do Regional afrontaria as Súmulas Vinculantes nºs 10 e 37 daquela Corte. Transcrevo a referida decisão (DJE de 14/03/2016, grifei):

Decisão: Trata-se de reclamação, com pedido de medida liminar, ajuizada pela União em face de decisão da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, nos autos do Processo n. 2007.34.00.041467-0, que, ao afastar a aplicação da Lei 10.698/2003, teria afrontado o teor da Súmula Vinculante 10 do Supremo Tribunal Federal.

Eis a ementa do acórdão reclamado:

"PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO (ART. 37, X, DA CF/88). LEIS N. 10.697/2003 E N. 10.698/2003. REAJUSTE LINEAR DE 1%. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. VERBA EQUIVALENTE A REAJUSTE DE 13,23% PARA SERVIDORES COM MENOR REMUNERAÇÃO. BURLA LEGISLATIVA VERIFICADA. EXTENSÃO DO PERCENTUAL. POSSIBILIDADE. JUROS. CORREÇÃO. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO.

1. Não há que se falar em análise de inconstitucionalidade das leis em comento, o que afetaria a matéria à análise do Plenário desta Corte, vez que aplicável à espécie a interpretação da legislação 'conforme a Constituição'.

2. Desde o advento da EC n. 19/98 e da regulamentação do art. 37, X, da CF/88 pela Lei n. 10.331/2001, restou reconhecido constitucionalmente o direito subjetivo dos servidores públicos federais à revisão anula de vencimentos, para fins de manutenção do poder aquisitivo da moeda, mediante a edição de lei específica de iniciativa privativa do Presidente da República, assegurada a isonomia entre os servidores quanto aos índices de reajuste concedidos a título de tal revisão.

3. A vantagem pecuniária individual de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), concedida por meio da Lei n. 10.698/2003, revestiu-se do caráter de revisão geral anual, complementar à Lei n. 10.697/2003, e promoveu ganho real diferenciado entre os servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das autarquias e fundações públicas federais, na medida em que instituiu uma recomposição maior para os servidores que percebiam menor remuneração.

4. Em que pese a Administração Pública ter nominado o aumento como vantagem pecuniária individual, a concessão de tal vantagem pretendeu a reposição de perdas salariais sofridas pelos servidores públicos federais, ampla e indistintamente, de acordo com manifestação expressa do próprio Governo Federal, e não demandou, para o seu pagamento, qualquer condição individual como justificativa para a sua percepção, ou seja, restou impropriamente denominada VPI.

5. Reforça tal entendimento o fato de que o Presidente da República não possui competência para propor ao Congresso Nacional a concessão de uma simples 'vantagem pecuniária' destinada a todos os servidores públicos da Administração Pública Federal Direta e Indireta. A sua competência, nesta extensão, é restrita à revisão geral e anual de remuneração, e foi com esse intuito, mesmo que obliquamente, que se procedeu para dar início ao projeto de lei que culminou com a edição da Lei n. 10.698/2003, concessiva do que se veio a chamar impropriamente de 'Vantagem Pecuniária Individual'.

6. A despeito de ter sido concedida a vantagem pela Lei n. 10.698/2003 simultaneamente ao reajuste geral de 1% (um por cento) pela Lei n. 10.697/2003, tal concessão não constituiu qualquer óbice à extensão linear da reposição da Lei n. 10.698/2003, seja por que ambas as leis, de iniciativa do Presidente da República, utilizaram-se da mesma verba orçamentária prevista específica finalidade de recomposição de remuneração, seja porque somente é vedado à União Federal conceder reajustes em periodicidade superior à data limite para a revisão anual.

7. Mantida, portanto, a condenação da ré a conceder aos autores a incorporação do percentual da VPI com o mesmo índice a que ela correspondeu para os servidores com menor remuneração desde sua instituição, respeitada a prescrição quinquenal das parcelas, compensada com o percentual que a cada autor representou o valor concedido pela Lei n. 10.698/2003, podendo ser absorvida por norma reestruturadora posterior que assim o expressamente determinar.

8. A correção monetária e os juros devem incidir na forma do Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução/CJF 134, de 21.12.2010.

9. Em apreciação equitativa, a teor do art. 20, § 4º, do CPC, os honorários advocatícios são fixados em 5% (cinco por cento) do valor da condenação.

10. Apelação da União a que se nega provimento. Apelação da autora e remessa oficial parcialmente providas". (eDOC 5, p. 30-31)

Em face da referida decisão, a União ajuizou a presente reclamação constitucional.

Na hipótese, a reclamante sustenta que a decisão questionada afrontou o disposto na Súmula Vinculante 10, uma vez que o órgão fracionário do TRF da Primeira Região declarou a inconstitucionalidade, por via transversa, do art. 1º da Lei 10.698/2003,

sem o devido incidente de inconstitucionalidade.

Para tanto, afirmou o seguinte:

"(...) a Desembargadora Federal Ângela Catão, de forma expressa, declarou a inconstitucionalidade da Vantagem Pecuniária Individual - VPI, criada pela Lei 10.698/2003, sob o entendimento de que 'a forma de seu pagamento violou a diretriz constitucional de que a revisão geral e anual de remuneração dos servidores deve ser feita com o mesmo índice percentual para todos eles'.

Portanto, a lª Turma do Tribunal Regional Federal, por via transversa, declarou a inconstitucionalidade do reajuste concedido pelas Leis 10.697/2003 e 10.698/2003, sob o pretexto de atribuir-lhes 'interpretação conforme a Constituição'.

Conclui-se, assim, que a lª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao determinar que a União efetue a incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos dos filiados à ANAJUSTRA, afastou a aplicação literal do que dispõem as Leis 10.697/2003 e 10.698/2003, sem obedecer à necessária Reserva de Plenário (art. 97 da Constituição da República), afrontando, por conseguinte, a autoridade da Súmula Vinculante 10". (eDOC 2, p. 11)

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão prolatado pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, no Processo n. 2007.34.00.041467-0, até que seja julgado o mérito desta reclamação.

No mérito, pugna pelo acolhimento da presente reclamação, para cassar o acórdão impugnado.

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela procedência da reclamação, em parecer ementado nos seguintes termos:

"Reclamação. Leis versando sobre reajuste de vencimentos. Declaração de incompatibilidade com o art. 37, X, da CR. Acórdão de órgão fracionário do TRT1. Violação à SV 10 do STF. Nulidade absoluta. Órgão fracionário do TRT1 aplicou fórmula de reajuste de vencimentos diversa da prevista nas leis citadas no acórdão, com fundamento na suposta incompatibilidade da legislação federal incidente no caso com o art. 37, X, da CR: configuração de ofensa da SV 10 do STF. Parecer pela procedência da reclamação". (eDOC 28).

Passo à análise do pedido liminar.

No caso, aponta-se violação ao princípio da reserva de plenário (Súmula Vinculante n. 10), ao argumento de que a autoridade reclamada teria declarado a inconstitucionalidade das Lei Federais 10.697/2003 e 10.698/2003, sem observar o disposto no art. 97 da Constituição Federal.

Extrai-se dos autos que órgão fracionário do TRF da 1ª Região entendeu que as vantagens instituídas pelas Leis 10.697/2003 e 10.698/2003 teriam natureza de Revisão Geral Anual, destinada a revisar, de forma ampla e irrestrita, a remuneração dos servidores públicos federais civis.

VERSÃO DE IMPRENSA NACIONAL

Consignou ainda que o Poder Executivo, com base no art. 37, X, da Constituição Federal, fez distinção na forma de concessão dessa revisão geral. Assim, por intermédio da Lei 10.697/2003, concedeu-a, em percentual idêntico de 1%, para todos os destinatários com a utilização de uma parte da quantia incluída no orçamento para esse fim. E, por meio da Lei 10.698/2003, com o restante do numerário previsto na dotação orçamentária, concedeu valores absolutos idênticos (R$ 59,87), o que teria dado ensejo às revisões com os mais variados percentuais para os servidores, de acordo com seu cargo, classe e função, configurando um reajuste com índice maior para servidores que ganhavam menos.

Assentou também que o comando do art. 37, X, da Constituição Federal não autoriza o Presidente da República a propor ao Congresso Nacional a concessão de uma "simples vantagem pecuniária" destinada a todos. A competência do Chefe do Poder Executivo, nesse aspecto, estaria limitada ao envio de projeto de lei referente à revisão anual de remuneração.

Por fim, o acórdão reclamado ressaltou que, diante da referida disparidade praticada pelo Poder Executivo, por meio da rubrica VPI concedida pela Lei 10.698/2003, divorciada da real finalidade de revisão geral, deveria ser mantida a condenação da União, nos seguintes termos:

"(...) deve ser mantida a condenação da parte ré em conceder aos associados da autora a incorporação do percentual da VPI com o mesmo índice a que ela correspondeu para os servidores com menor remuneração, desde sua instituição, respeitada a prescrição quinquenal das parcelas, compensada com o percentual que cada substituído representou o valor concedido pela Lei n. 10.698/2003, podendo ser absorvida por norma reestruturadora posterior que assim expressamente determinar". (eDOC 5)

Feitas essas considerações, observo que a autoridade reclamada, ao realizar o que denominou de "interpretação da legislação conforme a Constituição", afastou a aplicação do art. 1º da Lei 10.698/2003, que assim dispõe:

"Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos)".

E assim o fez por entender que o referido diploma legal teria natureza de revisão geral anual, razão pela qual o reajuste deveria ser concedido de forma igualitária a todos os servidores.

Ao assim decidir, observo que, por via transversa (interpretação conforme), houve o afastamento da aplicação do referido texto legal, o que não foi realizado pelo órgão do Tribunal designado para tal finalidade.

Dessa forma, vislumbro, em um primeiro momento, a violação ao artigo 97 da Constituição Federal, cuja proteção é reforçada pela Súmula Vinculante 10 do STF, que assim determina: "Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte".

Cumpre acrescentar que, além de uma provável afronta à Súmula Vinculante n. 10, vislumbra-se que o acórdão reclamado também teria deixado de observar o disposto na Súmula Vinculante n. 37, haja vista que, como já demonstrado, concedeu aumento aos servidores públicos, com fundamento no princípio da isonomia.

Inicialmente, salienta-se que, desde a primeira Constituição Republicana de 1891, em seus artigos 34 e 25, já existia determinação de que a competência para reajustar os vencimentos dos servidores públicos é do Poder Legislativo, ou seja, ocorre mediante edição de lei. Atualmente, a Carta Magna de 1988, em seu artigo 37, X, trata a questão com mais rigor, uma vez que exige lei específica para o reajuste da remuneração de servidores públicos.

Em consulta à jurisprudência desta Corte, observa-se que, desde a época em que vigia a Constituição de 1946, o STF já havia consolidado entendimento no sentido de que não compete ao Poder Judiciário reajustar os vencimentos dos servidores públicos com fundamento no princípio da isonomia, sendo necessária a edição de lei para tal finalidade.

A esse propósito, cito trecho do voto proferido pelo Min. Ribeiro da Costa, no RE 47.340, Pleno, DJ 26.10.1961, que bem elucidou a questão:

"Tem-se por evidente a distorção do princípio da isonomia em que se fundou o acórdão recorrido para justificar a assemelhação de vencimentos concedida pela Lei n. 4, de 1959, art. 1º, contrariando, assim, conceituação jurisprudencial incontendível, no sentido de que o Poder Judiciário não pode usurpar funções legislativas, corrigindo e substituindo, determinações legais. Sem dúvida, não cabe ao Poder Judiciário, transcendendo a área de sua atividade específica, atingir a dos demais Poderes, de que é instrumento de controle, vedando-se-lhe, pois, tomar-lhes o lugar ou substituir-lhes a iniciativa, para corrigir, ampliar ou eliminar dispositivos legais expressos, criar novos cargos ou aumentar vencimentos".

O Plenário do STF, em virtude da remansosa jurisprudência sobre o tema, aprovou, em 13.12.1963, a edição da Súmula 339, com o seguinte teor: "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia".

Esse entendimento se manteve inalterado, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, como se depreende dos seguintes julgados:

"Mandado de segurança. Equiparação de vencimento. Isonomia. - O parágrafo 1º do artigo 39 da Constituição Federal e preceito dirigido ao legislador, a quem compete concretizar o princípio da isonomia, considerando especificamente os cargos de atribuições iguais ou assemelhadas. - Como a concretização da isonomia salarial depende de ato legislativo específico, a fixar idênticos vencimentos 'para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário', o parágrafo 4º do art. 41 da Lei nº 8.112/90 revela-se imprestável para o objetivo almejado pelos recorrentes, pois que se trata de norma que repete, no plano infraconstitucional, o enunciado genérico do § 1º do art. 39 da Constituição Federal. - Por outro lado, permanece íntegro o enunciado da Súmula 339 dessa Corte, que não sofreu qualquer alteração em decorrência da nova Constituição e da legislação editada após outubro de 1988. Recurso ordinário a que se nega provimento". (RMS 21.512, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, DJ 19.2.1993) (Grifei)

"Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Recurso que não demonstra o desacerto da decisão agravada. 3. Isonomia. Equiparação salarial de cargos. Súmula 339 do STF. Impossibilidade. Precedentes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento".

(AI-AgR 591.414, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 11.10.2007)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DA ISONOMIA: INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (RE-AgR 609.527, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 24.8.2010, DJe 1.10.2010)

Destaco ainda que, em 28.8.2014, o teor da Súmula 339 ganhou maior relevância com o julgamento do mérito do RE-RG 592.317, de minha relatoria, ocasião na qual, reconhecendo a repercussão da matéria, o Plenário reafirmou o entendimento de que não compete ao Poder Judiciário conceder aumento a servidor público com base no princípio da isonomia, sob pena de usurpação de atribuições do Legislativo. Confira-se a ementa desse julgado:

"Recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida. Administrativo. Servidor Público. Extensão de gratificação com fundamento no princípio da Isonomia. Vedação. Enunciado 339 da Súmula desta Corte. Recurso extraordinário provido".

Como demonstrado, há muito já havia preocupação com a exigência de reserva legal relacionada à remuneração dos servidores.

Sobre o tema, na doutrina administrativista, destaca-se a lição do professor Hely Lopes Meirelles, que, ao tratar de reajuste de servidores e princípio da isonomia, defende:

"Em qualquer das hipóteses - aumento impróprio e reestruturação - podem ocorrer injustiças, pela inobservância do princípio da isonomia, tal como explicado acima. Nesse caso, porém somente a lei poderá corrigi-las, pois qualquer interferência do Judiciário nesta matéria constituiria usurpação de atribuições do Legislativo, consoante vêm decidindo reiteradamente nossos Tribunais e, finalmente, sumulou o STF". (Grifo meu) (Direito Administrativo Brasileiro, 36º edição, Ed. Malheiros, p. 14)

Reforçando a preocupação do STF com a matéria, em 16.10.2014, o Tribunal Pleno acolheu a Proposta de Súmula Vinculante n. 88, de minha autoria, convertendo a Súmula 339 na Súmula Vinculante n. 37.

Na oportunidade, o Presidente da Corte, Min. Ricardo Lewandowski, bem resumiu a problemática ao assentar que "a vedação ao reajuste de vencimentos de servidores públicos, a título de isonomia salarial, por meio de decisões judiciais é entendimento há muito consolidado por este Plenário em verbete não vinculante, que vem sendo aplicado, segundo informa a Secretaria de Documentação, em inúmeros julgados do Pleno e das Turmas desta Casa".

Na linha do que reiteradamente decidido pelo STF, destaco que a Segunda Turma, recentemente, ao julgar o ARE-AgR 841.799, Rel. Min. Teori Zavascki, em que se discutia o reajuste de 24% sobre a remuneração de servidor público do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, entendeu, em conformidade com a Súmula Vinculante 37 e a Súmula 339 do STF, não ser possível ao Poder Judiciário ou à Administração Pública aumentar vencimentos ou estender vantagens a servidores públicos civis e militares regidos pelo regime estatutário, com fundamento no princípio da isonomia.

Cito trecho do voto proferido por mim no referido julgamento, após pedido vista:

"Verifico, assim, que a extensão do reajuste da Lei 1.206/87 aos serventuários do Poder Judiciário importa em conceder aumento de vencimentos com base no princípio da isonomia, em clara afronta ao disposto na Súmula 339 e na Súmula Vinculante 37 do

Supremo Tribunal Federal:

'Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar os vencimentos dos servidores públicos, sob fundamento de isonomia.'

Esse entendimento restou consagrado no RE-RG 592.317 (tema 315 da sistemática da repercussão geral), de minha relatoria, DJe 7.11.2014, em que se discutiu a possibilidade de o Poder Judiciário ou a Administração Pública aumentar vencimentos ou

estender vantagens a servidores públicos civis e militares regidos pelo regime estatutário, com fundamento no princípio da isonomia:

'Recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida. Administrativo. Servidor Público. Extensão de gratificação com fundamento no princípio da Isonomia. Vedação. Enunciado 339 da Súmula desta Corte. Recurso extraordinário provido'".

Dessa forma, resta claro que esta Corte pacificou o entendimento no sentido de que aumento de vencimentos de servidores depende de Lei e não pode ser efetuado apenas com suporte no princípio da isonomia.

No caso em apreço, o ato reclamado respalda-se no princípio da isonomia e na suposta violação do art. 37, X, da CF/1988, para convolar incremento absoluto de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) em aumento de 13,23% retroativo a 2003, sem nenhuma autorização legal, em clara e direta afronta não só ao princípio da legalidade, como também à caudalosa jurisprudência do STF, que originaram a Súmula 339, posteriormente convertida na Súmula Vinculante 37.

Em consulta ao sítio eletrônico do TRF da Primeira Região, observo que foram interpostos o ARESP 506.742 e o ARE 834.534 contra o acórdão ora reclamado, os quais tiveram o seguimento negado. Os autos então baixaram à origem, onde foi certificado o superveniente trânsito em julgado em 19.12.2014 e atualmente encontra-se em fase de execução na 2ª Vara Federal do Distrito Federal - Processo n. 2007.34.00.041467-0.

Feitas essas considerações, verifico que estão presentes o periculum in mora e fumus boni iuris a justificar o deferimento do pleito de urgência.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para suspender o curso do Processo n. 2007.34.00.041467-0, que tramita na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, até julgamento final dos presentes autos.

Solicitem-se informações à autoridade reclamada e ao Juízo da 2ª Vara Federal do Distrito Federal. Solicitem-se informações, também, ao Tribunal Superior do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho a respeito do eventual pagamento da referida parcela de 13,23%.

Posteriormente, a decisão foi complementada nos seguintes termos (DJE de 27/04/2016):

Decisão: Trata-se de petição protocolada pela União (eDOC 114) na qual se noticia a existência de diversas dúvidas por parte dos Tribunais Regionais do Trabalho quanto ao cumprimento da decisão que deferiu o pleito liminar e requer-se a imediata suspensão de qualquer pagamento a título de 13,23% aos servidores públicos.

De fato, extrai-se das informações juntadas aos autos que tanto o Tribunal Superior do Trabalho quanto alguns Tribunais Regionais do Trabalho fizeram questionamento acerca do correto cumprimento da liminar, mais especificamente no tocante à necessidade de suspensão imediata do pagamento referente aos 13,23%, os quais foram implementados desde janeiro/2015.

Decido.

No caso, o ato reclamado concedeu aos servidores da Justiça do Trabalho a incorporação do percentual de 13,23% aos seus vencimentos.

Como já demonstrado pela decisão que deferiu o pedido liminar, vislumbra-se, em um juízo inicial, que o referido ato ofendeu o disposto nas Súmulas Vinculantes 10 e 37 do STF, ao afastar a aplicação da Lei 10.698/2003, declarando sua inconstitucionalidade por via transversa, sem o devido incidente de inconstitucionalidade, bem como ao conceder aumento a servidores públicos sem lei que o autorizasse, utilizando-se como fundamento a suposta violação ao princípio da isonomia.

Naquela ocasião, deferi o pedido para suspender o curso do Processo n. 2007.34.00.041467-0, pois ainda não havia notícia nos autos acerca do efetivo pagamento dos 13,23% aos servidores.

Agora, tendo em vista as informações prestadas pelo TST e pelos TRTs no sentido de que a incorporação dos 13,23% aos vencimentos de seus servidores foi implementada desde janeiro de 2015, bem como o pleito formulado pela União, determino a suspensão do pagamento do referido percentual até o julgamento final da presente reclamação.

Esclareço ainda que não desconheço o teor da Resolução Administrativa 1.819/TST, editada em 12.4.2016, que estendeu a todos os seus servidores o percentual em questão, nos seguintes termos:

"Determinar a aplicação, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, do entendimento firmado pelo Tribunal Pleno do Superior Tribunal de Justiça, extensível a todos os servidores desta Corte, a fim de, reconhecendo a natureza de revisão geral anual da vantagem pecuniária individual - VPI, implementar o percentual de reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento) a partir de 1º de maio de 2003, conforme termo inicial da Lei nº 10.698/2003, sobre os valores das tabelas de remuneração vigentes em dezembro de 2002, incidente sobre o vencimento básico, vantagens, gratificações e adicionais, cargo em comissão e função comissionada, e demais verbas que estejam atreladas em seus cálculos ao valor da remuneração do servidor, a exemplo da gratificação natalina, do terço constitucional de férias, das horas-extras, dentre outras, sem repercussão sobre vantagens criadas ou majoradas após dezembro de 2002; com abatimento, mês a mês, dos R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) e demais valores já pagos, inclusive em decorrência da decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0041225-73.2007.4.01.3400; observada a prescrição quinquenal restrita às prestações vencidas, tendo como marco de interrupção a data de ingresso nesta Corte do primeiro requerimento administrativo a pleitear o reconhecimento do direito; quitando-se os pagamentos em atraso de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária, em conformidade com o art. 169, incisos I e II, da Constituição Federal, com a incidência de correção monetária e juros de mora nos termos do ATO.TST.GDGSET.GP.Nº 188, de 22 de abril de 2010, posteriormente alterado pelo ATO DILEP.SEGPES.GDGSET.GP Nº 209, de 16 de abril de 2015".a concessão da liminar proferida em consiste tanto na suspensão do curso do Processo n. 2007.34.00.041467-0, que tramita na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, quanto na suspensão do pagamento dos referidos percentual.

Ante o exposto, defiro o pedido formulado pela União.

Comunique-se o teor desta decisão ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e aos Presidentes do Tribunais Regionais do Trabalho para que suspendam imediatamente o pagamento da rubrica referente aos 13,23%, até julgamento final da presente

reclamação.

Além disso, conforme apontado pela União nos memoriais juntados nos autos, a 2ª Turma do STF, por ocasião do julgamento do ARE 649212 AgR/PB (DJE 13/08/2012), já havia se manifestado sobre o tema, afastando o reajuste ora pretendido, nos seguintes termos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Agravo interno em recurso extraordinário com agravo.
2. Administrativo. Remuneração.
3. Alegação de que a Lei 10.698/2003 operou revisão geral dissimulada dos vencimentos dos servidores da União em descompasso com o preceituado pelo art. 37, X, da Constituição Federal. Tese inconsistente e incompatível com a harmonia do texto constitucional.
4. Texto normativo que não se submete ao âmbito de incidência do preceito constitucional invocado. Fosse o caso de revisão, ter-se-ia a tentativa de neutralizar consequências negativas de um processo inflacionário anterior, de tal sorte que o legislador teria enunciado o benefício contido na Lei 10.698/2003 por meio de um índice que tentasse refletir a respectiva corrosão do poder aquisitivo.
5. O fato de os desdobramentos gerados na esfera da economia individual de cada servidor serem diferentes é consequência natural de um estatuto normativo que, a par de beneficiar a todos os servidores, não expressa mensagem legal destinada a recompor de maneira geral perdas próprias de processo inflacionário.
6. Mostra-se plenamente legítima a motivação política que subjaz a esse diploma legislativo, ao se apresentar mais sensível no benefício das classes dos servidores que ganham menos, subentendendo-a como reflexo de uma realidade social específica.
7. Agravo interno a que se nega provimento.
Assim, ante a manutenção do entendimento contrário à pretensão do requerente pela 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, e, especialmente, ante a clara sinalização da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal no sentido do entendimento que está assentado nesta Turma Nacional, penso que não há, por ora, razão para modificá-lo.
Observo, por fim, que não obstante fosse de rigor o não conhecimento do incidente, uma vez que o acórdão recorrido está no mesmo sentido do entendimento desta Turma Nacional, penso que, uma vez afetado o processo pela Presidência da TNU como representativo da controvérsia, e considerando a importância e repercussão do tema perante as Turmas Recursais e Juizados Especiais Federais, o recurso deve ser CONHECIDO E DESPROVIDO, reafirmando-se o entendimento de que a VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (R$ 59,87), INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.698/2003, NÃO TEM NATUREZA JURÍDICA DE REAJUSTE GERAL, DE MODO QUE NÃO CONFERE AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DIREITO DE REAJUSTE DE VENCIMENTOS NO PERCENTUAL DE 13,23%.
Incidente julgado como representativo da controvérsia, nos termos do art. 17, VII, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, aprovado pela Resolução nº CJF-RES-2015/00345, de 02/06/2015.
Ante o exposto, voto por CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 16 de junho de 2016

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Federal Relator

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 152, no dia 17/06/2016, com incorreção no original.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL DA CORREGEDORIA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CEILÂNDIA
1º TRIBUNAL DO JÚRI DE CEILÂNDIA

ATA DE AUDIÊNCIA DE SORTEIO DE JURADOS REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2016

Aos 20 de Junho de 2016 (20/06/2016), no plenário do Tribunal do Júri de Ceilândia/DF, a portas abertas, nos termos do art. 433, do CPP, alterado pela Lei 11689/08, perante o MM. Juiz de Direito, Dr.(a) TIAGO PINTO OLIVEIRA, foi feito o sorteio dos jurados titulares e suplentes, que servirão no mês de JULHO/2016. As cédulas foram retiradas da urna geral pelo (a) MM. Juiz de Direito que, na medida em que eram retiradas da urna, procedia à leitura em voz alta do nome de cada pessoa sorteada, informando sua profissão. Esteve presente durante a solenidade o N. Promotor de Justiça Dr. JOÃO ANTÔNIO SÁ LIMA, e ainda o Dr. ANTÔNIO CARLOS ALVES LINHARES, representando a Defensoria Pública. Foram sorteados os seguintes jurados.
Titulares:
1. ROBERTO CORREA DA CRUZ;
2. ROBERTO DANIEL DE SOUZA;
3. DANILO HOLANDA MARQUES DA COSTA;
4. ROGERIO EUGENIO DE CARVALHO FONTANEZZI;
5. JESUS ROMULO LOURENÇO LIMA;
6. JUSTINO MOURA DE SOUSA;
7. REINALDO VEIRA MENDES;
8. CRISTIANE RODRIGUES BRITO DE MEDEIROS;
9. DORISVAN MORAIS DE OLIVEIRA;
10. ROSANA CRISTINA MORATO DE OLIVEIRA;
11. JOSE COELHO MACENA;
12. ALANA BARROS SIQUEIRA;
13. ANDREIA FIGUEREDO DA SILVEIRA;
14. OTACILIO ALVES RODRIGUES;
15. OSCIMEIRE CAMELO DO NASCIMENTO MAIA;
16. CARMEM BICALHO CORDEIRO;
17. CAROLINA DE PAULA OLIVEIRA;
18. CARLOS JOAQUIM DE ALMEIDA;
19. CASSIA CARDOSO PASSOS;
20. CASSIO LUIZ DE OLIVEIRA;
21. CELMAR PAULO DE OLIVEIRA;
22. CELSO FERNANDES VIANA;
23. KLEBER DOS SANTOS OLIVEIRA;
24. KLEBER PEREIRA DA ROCHA VIEIRA;
25. DORA MARIA FERREIRA DE SENA.
Suplentes:
1. CAROLINA ALVES SEPULVIDA;
2. WAGNER MATOS CARDOSO;
3. CLAUDEMIR CAMARA DE SANTANA;
4. KAYCE TUANNE SILVA CAMPOS;
5. LUANA LANDIM ARAUJO;
6. HELIO LOPES DOS SANTOS;
7. IZABEL CRISTINA BENTO DA SILVA;
8. KEIDE ALVES BARRETO;
9. KATIA CRISTINA DOS SANTOS;
10. ERICA DA SILVA PIRES;
11. KEITY GISELE REIS DA SILVA;
12. KELLANNE KEROLLEN SAMPAIO VENZI;
13. LUCIA ALVES RODRIGUES;
14. LUANA PORTELA TAVARES;
15. IURY FERREIRA DE MELO;
16. BETANIA PEREIRA DA SILVA;
17. IRATON CHAVES DE ALMEIDA;
18. IOLANDA DOS SANTOS RIBEIRO;
19. ITAMAR PEREIRA ASSENCO;
20. CLAUDIA CAMPO DE CASTRO;
21. TALITA DE ARAUJO ALVES;
22. KELLY SABINO DO NASCIMENTO;
23. KELLY FRANCISCA RIBEIRO EUSTAQUIO;
24. KEILA FATIMA DA SILVA;
25. JESSICA SILVA VIEIRA;
26. CRISTINA DUARTE PINTO;
27. CRISTIANO FREITAS TELES;
28. NAILDA MARIA CORREIA DANTAS;
29. SOLANGE SALETE DE JESUS;
30. EDGAR ABREU DE SOUZA;
31. ANA MARIA ALVES DIAS;
32. ANA LUIZA GONÇALVES MARTINS DE AS;
33. ANGELA MARCIA TOME ANGELO;
34. ANGELA CESAR MARTINS DE SOUZA;
35. MARCIA MARQUES DE ARAUJO;
36. JACILEIA RODRIGUES SOARES PASSOS;
37. JACYARA DE SOUSA FERREIRA;
38. RAFAEL SAMPAIO DA SILVA;
39. RAFAEL VITOR MATOS DE SOUSA;
40. LAILA CLEIDE LIMA DE OLIVEIRA;
41. RAFAEL SILVA SOARES;
42. RAFAEL RAMOS FERREIRA;
43. SONIA SOUZA DE AZEVEDO;
44. KELMYLANE SAMANTA DE CARVALHO LEAL;
45. KELLY SARAIVA DE SOUSA;
46. ROBERTO CARLOS MATOS DE LIMA;
47. CAMILA DE JESUS SILVA;
48. ANDRESON JORGE SOUSA LOPES;
49. CARLOS ARRUDA VALE;
50. RONILTON BISPO DE CASTRO;
51. RONITO SOUZA BISPO PRAZERES;
52. IVANILDE DOS SANTOS SILVA;
53. IVETE SILVA RABELO;
54. WLADIMIR FERREIRA DOS REIS;
55. KASSIA THAIS LIBERATO AFONSO;
56. ARIANE CUSTODIO DA SILVA;
57. EDUARDO OTONI LIMA;
58. BRUNA DE SOUSA MIRANDA;
59. CLEDIONILCIO F DE SOUZA;
60. ANDREA GONÇALVES DE SOUSA;
61. GILVANIA LOPES DE SOUSA;
62. GISELLE CAROLINA SILVERIO PEREIRA;
63. MATSON EDWARDS PEREIRA DE SOUZA;
64. WELLINGTON ALEXANDRE DE MACEDO;
65. SAMYRA OLIVEIRA LOPES;
66. NADAB RAMOS DE MENDONCA;
67. ANDRE BARBOSA DOS SANTOS;
68. EVYLANE LIRA NORONHA;
69. ALBERTO BOMFIM DE BRITO;
70. ALECIO NUNES DE SOUSA;
71. ANTONIA LIMA FONTENELE;
72. ALBERTINO RODRIGUES CORREIA;
73. KARLA DINIZ MONTEIRO;
74. JOAO PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA;
75. KARLA DANIELLE OLIVEIRA TAVARES;
76. LUIS ERIC COSTA SUZUKI;
77. JEANNIE MARIA ALVES FERREIRA;
78. IDAN CARLOS DOS SANTOS SILVA;
79. MAURA MARIANO GONCALVES;
80. ILBERT ISRAEL DO NASCIMENTO SILVA;
81. SAMUEL FERREIRA DE ANDRADE;
82. MATT MURDOCK LOPES DE MATOS;
83. GISELLE FERREIRA DE ARAUJO;
84. MIRIAILDES SILVA ROCHA;
85. MIRIAN BELARMINO DE QUEIROZ;
86. MIRYAM MARQUES DE OLIVEIRA;
87. MIRILANIA TAVARES DA ROCHA;
88. JOSE ARMANDO DA SILVA;
89. FRANCISCA ALINE SILVA DA CUNHA;
90. ANA CAROLINA MARINHO DE CARVALHO;
91. LUIS AUGUSTO SOUSA DE OLIVEIRA;
92. CLAUDIONICE CASTRO DA ROCHA;
93. ANNA MARIA OLIVEIRA FERREIRA;
94. CLEDINALDO DA SILVA MILHOMEM;
95. GILDAZIO BARBOSA NASCIMENTO;
96. GONÇALO ALVES CAVALCANTE;
97. FABIO RABELO DA SILVA;
98. ILDETE RODRIGUES SOUZA;
99. ANTONIA GOMES MATOS;
100. ELCILENE SOARES DA SILVA;
101. ELCIO FERREIRA DA SILVA.

Após o sorteio, determinou o MM. Juiz de Direito que se proceda à convocação dos jurados sorteados, na forma do art. 434, parágrafo único, do CPP, alterado pela Lei 11680/08, para comparecer às Sessões Judiciárias deste Tribunal, correspondentes ao mês e ano para os quais foram sorteados, sob as penas da Lei - seja afixada a presente relação no átrio do Tribunal do Júri do Fórum local. Nada mais havendo, determinou que fosse lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada por mim, , FÁBIO FREITAS VIDAL DOS SANTOS, Assistente, e pelos presentes

TIAGO PINTO OLIVEIRA
Juiz de Direito

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 171, DE 18 DE JUNHO DE 2016

Revoga a Resolução nº 100/2009 que institui o Sistema SPW como padrão de gerenciamento de dados a ser adotado pelo Sistema CFB/CRB.

O Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº. 4.084, de 30 de junho de 1962, o Decreto nº. 56.725 de 16 de agosto de 1965, a Lei nº. 9.674 de 25 de junho de 1998, e o Regimento Interno do CFB, resolve:

Art. 1º - Revogar a Resolução nº 100, de 21 de março de 2009, publicada no D.O.U. de 24/03/2009, que institui o Sistema Spiderware (SPW) como padrão de gerenciamento de dados a ser adotado pelo Sistema Conselho Federal de Biblioteconomia e Conselhos Regionais de Biblioteconomia (Sistema CFB/CRB).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

RAIMUNDO MARTINS DE LIMA

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

DELIBERAÇÃO Nº 4.853, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Concede auxílio financeiro ao Corecon-SC para realização do XXI Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul).

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 5.637, de 19 de julho de 1978, e o que consta do Processo 17.495/2016, ad referendum do Plenário; CONSIDERANDO a iminente necessidade para conceder o aporte financeiro ao Corecon-SC para executar as demandas do XXI Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul); CONSIDERANDO o disposto no Parecer Jurídico 143/2016, resolve:

Art. 1º Conceder auxílio financeiro ao Corecon-SC no valor de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para a realização do XXI Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO MIRAGAYA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 2.144, DE 17 DE MARÇO DE 2016

É ético o médico atender à vontade da gestante de realizar parto cesariano, garantida a autonomia do médico, da paciente e a segurança do binômio materno fetal.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, embasado no exposto acima:

CONSIDERANDO que o alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional;

CONSIDERANDO que no processo de tomada de decisões profissionais, de acordo com os ditames da sua consciência e as previsões legais, o médico deve aceitar as escolhas de seus pacientes relativas aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos por eles expressos, desde que adequadas ao caso e cientificamente reconhecidas;

CONSIDERANDO que o médico pode alegar autonomia profissional e se recusar a praticar atos médicos com os quais não concorda, ressalvados os casos de risco de morte do paciente, devendo sempre que possível encaminhá-lo para outro colega.

CONSIDERANDO que é vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal (Art. 34 do CEM);

CONSIDERANDO que é vedado ao médico deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte (Art. 22 do CEM);

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na sessão plenária do Conselho Federal de Medicina realizada em 17 de março de 2016, resolve:

Art. 1º É direito da gestante, nas situações eletivas, optar pela realização de cesariana, garantida por sua autonomia, desde que tenha recebido todas as informações de forma pormenorizada sobre o parto vaginal e cesariana, seus respectivos benefícios e riscos.

Parágrafo único. A decisão deve ser registrada em termo de consentimento livre e esclarecido, elaborado em linguagem de fácil compreensão, respeitando as características socioculturais da gestante.

Art. 2º Para garantir a segurança do feto, a cesariana a pedido da gestante, nas situações de risco habitual, somente poderá ser realizada a partir da 39ª semana de gestação, devendo haver o registro em prontuário.

Art. 3º É ético o médico realizar a cesariana a pedido, e se houver discordância entre a decisão médica e a vontade da gestante, o médico poderá alegar o seu direito de autonomia profissional e, nesses casos, referenciar a gestante a outro profissional.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA
Presidente do Conselho

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.111, DE 30 DE MAIO DE 2016

Aprova registro de Título de Especialista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "f", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com o §2º, artigo 8º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009,

Considerando a documentação contida no PA CFMV nº 180/2016;

Considerando a decisão proferida na XLI Sessão Ordinária da Primeira Turma Recursal do CFMV, realizada no dia 18 de março de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o parecer conclusivo do CRMV-MG que defere o pedido de registro do Título de Especialista em Patologia Veterinária concedido pela Associação Brasileira de Patologia Veterinária ao médico veterinário Breno Souza Salgado (CRMV-MG nº 13.780).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU, revogadas as disposições em contrário.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO Nº 167, DE 15 DE JUNHO DE 2016

Homologar o resultado da Eleição da Comissão de Ética do Hospital Municipal São Francisco Xavier no município de Itaguaí.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, COREN-RJ, Órgão Fiscalizador do exercício profissional ex vi da Lei nº 5.905/1973, juntamente com a primeira Secretária desta Autarquia, decide:

Art. 1º. Homologar o resultado da Eleição da Comissão de Ética do Hospital Municipal São Francisco Xavier no município de Itaguaí: 1) Enfermeiras - membros efetivas: Michelle Ribeiro de Assis - COREN/RJ nº 270.351, Yuri Melo Cordeiro - COREN/RJ nº 215.725, Juliano Ribeiro de Meirelles - COREN/RJ nº 257.592. Enfermeiras - membros suplentes: Polyana Louzada Palmieri Von Beuvais - COREN/RJ nº 261.323, Bianca Ribeiro Porto de Andrade - COREN/RJ nº 261.304, Tatiane Bertoldi da Costa - COREN/RJ nº 348.989. 2) Técnica de Enfermagem - membros efetivos: Heloísa Augusta Santos Machado- COREN/RJ nº 761.322, Kyoma Felix de Miranda - COREN/RJ nº 654.627. Técnico de Enfermagem - membros suplentes: Juliana Pinto Ramos Rangel - COREN/RJ nº 730.396, Alecsandra de Lourdes da Silva Belo - COREN/RJ nº 1054759.

Art. 2º. O mandato dos Membros desta Comissão tem o prazo de 24 meses conforme o artigo 7º, da Decisão COREN-RJ nº 1821/12, vigorando a partir da data desta publicação no DO.

MARIA ANTONIETA RUBIO TYRRELL
Presidente do Conselho

ANA TERESA FERREIRA DE SOUZA
Primeira Secretária

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Imprensa Nacional

Tradição, confiabilidade e tecnologia
a serviço do cidadão





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016062200140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.